



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1565

Sexta-feira - 05 de Setembro de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Alto Bela Vista.....	3
Antônio Carlos .....	17
Arroio Trinta.....	18
Balneário Rincão .....	18
Bela Vista do Toldo.....	19
Biguaçu .....	26
Bom Retiro .....	27
Braço do Trombudo.....	28
Brusque.....	46
Caçador.....	47
Camboriú.....	57
Campo Alegre .....	61
Campos Novos.....	177
Canoinhas.....	179
Capinzal .....	192
Catanduas.....	196
Chapadão do Lageado .....	197
Cocal do Sul.....	197
Concórdia .....	198
Cordilheira Alta .....	203
Coronel Freitas.....	205
Coronel Martins.....	205
Corupá .....	206
Curitibanos .....	210
Dionísio Cerqueira .....	212
Ermo .....	213
Ervail Velho .....	214
Forquilha.....	220
Fraiburgo.....	227
Garopaba.....	248
Garuva .....	254
Gaspar .....	257
Guaramirim.....	260
Guarujá do Sul .....	262
Herval d'Oeste .....	289
Ibiam .....	294
Imarui .....	298
Imbituba .....	299
Iomerê .....	301
Ipumirim .....	301
Irineópolis .....	302
Itaiópolis .....	302
Itapiranga.....	303
Itapoá .....	304
Ituporanga .....	306
Joaçaba.....	306
Lages .....	314
Lauro Muller .....	315
Lebon Régis.....	320
Leoberto Leal.....	322
Lindóia do Sul .....	337
Luzerna .....	340
Macieira.....	343
Mafra .....	368
Maravilha.....	370
Marema.....	371
Massaranduba.....	377
Meleiro .....	378
Modelo .....	379
Monte Carlo .....	385
Navegantes.....	386
Nova Trento .....	387
Novo Horizonte .....	392
Ouro .....	421
Ouro Verde.....	425
Palhoça .....	425
Palmitos .....	427
Papanduva.....	437
Passo de Torres.....	441
Paulo Lopes .....	446
Penha.....	449
Perituba.....	451
Pomerode .....	452
Ponte Serrada .....	457
Porto União.....	457
Rio do Sul.....	461
Santa Cecília .....	468
Santa Rosa do Sul .....	469
Santiago do Sul.....	469
São Bento do Sul.....	470
São Domingos.....	471
São José.....	472
São José do Cedro.....	483
São Lourenço do Oeste.....	517
São Pedro de Alcântara.....	525
Schroeder .....	526
Serra Alta .....	538
Sombrio.....	540
Timbó .....	542
Três Barras .....	545
Trombudo Central.....	554
Tunápolis.....	555
Turvo .....	555
Vargem Bonita .....	557
Vidal Ramos.....	558
Videira.....	558
Vitor Meireles.....	570
Xavantina .....	576

Xaxim.....	576
------------	-----

### Associações

AMMVI .....	578
-------------	-----

### Consórcios

AGIR .....	585
CIGA .....	586
CIMCATARINA.....	589
CIS Nordeste .....	593
CIS/AMMVI .....	594
CIS/AMOSC .....	594

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



## 05 DE SETEMBRO

### Parabéns, Porto União, por seus 97 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### Decreto Nº 1893 de 13 de Agosto de 2014

DELEGA COMPETÊNCIA DE ORDENAÇÃO DE DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Decio Grätner, Prefeito do Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 99, inciso VIII c/c Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo, para os titulares das Gerências Municipais e da Contadoria Geral do Município, nas respectivas áreas de atuação e nos limites dos créditos estabelecidos no orçamento, para prática de ordenação de despesas das respectivas unidades orçamentárias e dos fundos a elas vinculados, nos limites dos correspondentes créditos orçamentários;

§ 1º Excluem-se da delegação estabelecida no caput do art. 1º, deste Decreto, por ser de competência exclusiva do Senhor Prefeito Municipal:

I - as operações de crédito, empréstimos e financiamentos, que deverão ser firmados pelo Prefeito Municipal;

II - Os instrumentos de alienação, cessão ou concessão de bem patrimonial mobiliário ou imobiliário;

III - Os instrumentos de aquisição de bem patrimonial imobiliário e instrumentos de cessão de pessoal.

IV - Os contratos, convênios e outros ajustes com a União Federal, os Estados, e outros Municípios e com órgãos públicos.

§ 2º As competências delegadas neste Decreto, poderão ser avocadas específica ou genericamente pelo Prefeito.

§ 3º Entende-se como Ordenador de Despesa a autoridade investida do poder de realizar despesa que compreenda os atos de empenhar, liquidar e ordenar o pagamento, adiantamento ou dispêndio de recurso pelos quais responda.

§ 4º O Ordenador de despesas responderá administrativa, civil e penalmente pelos atos de sua gestão.

Art. 2º Considera-se, para os efeitos deste Decreto, ordenada a despesa a partir do registro no Sistema Informatizado de Compras, da respectiva requisição de compras, responsabilizando-se como seu ordenador, o titular do órgão cuja dotação orçamentária for onerada.

Parágrafo único. Nenhuma despesa poderá ser realizada sem o prévio empenho.

Art. 3º É da competência dos Gerentes Municipais e do Contador Geral do Município o ato de liquidar despesas, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4º As notas de empenho, nas quais deverão constar, em local apropriado, o nome do ordenador da despesa, seu cargo e a citação que a delegação de competência se dá por força do presente Decreto, serão emitidas pela Contadoria Geral do Município.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC,  
em 12 de Agosto de 2014.

DECIO GRATNER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Klein da Silva  
Responsável pelas Publicações

### DECRETO Nº 1896 DE 20 DE AGOSTO DE 2014

APROVA LOTEAMENTO DENOMINADO "LOTEAMENTO FUHR", E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECIO GRATNER, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do Art. 75 da Lei Complementar 050, de 12 de junho de 2012 que "Lei Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo";

DECRETA:

Art. 1º. Fica Aprovado o Loteamento Fuhr, de propriedade de Bruno Fuhr e Teresinha Iracema Fuhr, pessoas físicas sob n.º 134.295.589-72 e 664.596.139-15, no terreno urbano com área de 9.085,90 m², localizado nas Zonas Mista Diversificada (ZMD) e Interesse Residencial 1 (ZIR1), situado à Rua do Comércio e Rua José Erminio Horn, centro, nesta cidade, objeto da matrícula n. 18.944, livro 2º "CD" do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia:

Art. 2º. O Loteamento com área de 9.085,90 m² está distribuído de: Área Pública 450,95 m²; Área Verde 730,90 m²; Área de Circulação 2.314,33 m² e Áreas de Lotes 5.541,37 m².

Art. 3º. O Loteamento será dividido em 3 (três) Quadras, sendo: "A"; "B" e "C"; perfazendo um total de 18 (dezoito) lotes.

Art. 4º. Os Projetos, Memoriais, ART, Licença Ambiental referente a este Loteamento estão de acordo com as diretrizes do Município.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC),  
em 20 de Agosto de 2014.

DECIO GRATNER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Klein da Silva  
Responsável pelas Publicações

### DECRETO Nº 1891 DE 08 DE AGOSTO DE 2014.

"REGULAMENTA O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ALTO BELA VISTA - GERAINVEST, REVOGA DECRETO 1883 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

O Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Alto Bela Vista e tendo em vista o disposto no artigo 20 da Lei nº 637 de 09 de maio de 2014,

DECRETA:

CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÃO INICIAL

Art. 1º. O Fundo Municipal de Desenvolvimento de Alto Bela Vista, instituído pela Lei nº 637 de 09 de Maio de 2014, reger-se-á pelo presente regulamento e pelas demais normas aplicáveis,

CAPÍTULO II  
DAS FINALIDADES DO FUNDO

Art. 2º. São finalidades do Fundo, gerar emprego, ampliar a renda e promover o desenvolvimento econômico e social do seu povo, apoiar á programas, projetos e atividades mediante incentivos às

empresas (independente do porte), prestadores de serviços e outras atividades econômicas devidamente formalizadas.

### CAPÍTULO III DOS CRITÉRIOS PARA HABILITAÇÃO DO CRÉDITO

#### SESSÃO I PARA INVESTIMENTO

Art. 3º. As empresas, com o propósito de investimentos, para sua habilitação ao Crédito, deverão apresentar:

I - cópia do ato ou contrato de constituição da empresa e suas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado;

II - prova dos registros ou inscrições no cadastro fiscal do Ministério da Fazenda, Secretaria da Fazenda Estadual e do Município de sua sede;

III - prova de regularidade, em se tratando de empresa já em atividade, quanto a:

- a) tributos e contribuições federais;
- b) tributos estaduais;
- c) tributos do Município de sua sede;
- d) contribuições previdenciárias;
- e) FGTS;
- f) INSS.

IV - projeto circunstanciado do investimento que pretende realizar, compreendendo a construção do prédio e seu cronograma, instalações, produção estimada, projeção do faturamento mínimo, estimativa do ICMS a ser gerado, projeção do número de empregos diretos e indiretos a serem gerados, prazo para o início de funcionamento das atividades da empresa e estudo da viabilidade econômica do empreendimento;

V - projeto de preservação do meio ambiente e compromisso formal de recuperação dos danos que vierem a ser causados pela empresa, bem como compatibilidade com as diretrizes do Plano Diretor do Município quando for o caso;

VI - certidão negativa judicial e de protesto de títulos da Comarca a que pertence o Município em que a empresa interessada tiver a sua sede, em caso de filial, e de seus sócios/proprietários.

Parágrafo Único. O requerimento de que trata o caput deverá ser acompanhado, ainda, de memorial contendo os seguintes elementos:

- a) valor inicial de investimento;
- b) área necessária para sua instalação;
- c) absorção inicial de mão-de-obra e sua projeção futura;
- d) efetivo aproveitamento de matéria-prima existente no Município;
- e) viabilidade de funcionamento regular;
- f) produção inicial estimada;
- g) objetivos;
- h) atestados de idoneidade financeira, fornecidos por instituições bancárias;
- i) outros informes que venham a ser solicitados pela Administração Municipal.

#### SESSÃO II CAPITAL DE GIRO

Art. 4º. As empresas, que objetivam o empréstimo para Capital de Giro, para sua habilitação ao crédito, deverão apresentar os documentos elencados nos incisos I, II, III do art. 3º deste decreto.

#### SESSÃO III

#### DAS GARANTIAS

Art. 5º. Para ter acesso aos incentivos e benefícios desta lei, a Empresa Contraente deverá apresentar garantias bancárias ou patrimoniais do pagamento ou indenização para o Município do valor investido, em uma das seguintes modalidades:

a) Seguro caução em instituição bancária em nome do Município de Alto Bela Vista no valor total do investimento acrescido dos juros e correção até prazo final de pagamento, onde conste a anuidade e o comprometimento da instituição bancária em ressarcir o Município em caso de inadimplência da empresa;

b) 02 (dois) avalistas, que deverão ter no mínimo 02 imóveis registrados em seu nome, com a devida certidão do registro atualizado e comprovação de renda.

§ 1º. Os avalistas, quando casados, deverão apresentar a documentação do casamento.

§ 2º. O GERAINVEST reserva-se o direito de aprovar ou não os avalistas apresentados. Caso os avalistas sejam negados, terá a empresa, após a comunicação, o direito de, em 03 dias, apresentar nova nominata de avalistas.

c) Alienação do imóvel onde o bem será edificado em caso de empréstimo para construção ou ampliação de imóvel ou aquisição de máquinas para indústrias, com registro em cartório de registro de imóveis.

#### CAPÍTULO IV DA APROVAÇÃO

Art. 6º. O GERAINVEST reserva-se o direito de conceder o empréstimo em parte ou no todo, conforme avaliação do projeto e orçamento apresentados, avaliados pela comissão, levando-se em consideração os critérios adotados pela Lei 637.

Parágrafo único: Após o protocolo do pedido, O Conselho de Desenvolvimento Econômico terá o prazo de até 15 dias para seu parecer.

#### CAPÍTULO V DOS VALORES

Art. 7º. As empresas interessadas terão direito a empréstimo no valor máximo de até 03 (três) vezes o faturamento médio mensal ou a projeção de faturamento desde que apresentado em projeto formal elaborado por contador ou instituição especializada como Sebrae e outras do gênero.

§ 1º. Para empréstimos de Capital de giro de no máximo R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

§ 2º. Os micro empreendedores individuais (MEI) terão direito aos valores máximos de 3.000,00 (três mil reais) no total, podendo optar por capital de giro ou investimentos.

Art. 8º. Os valores máximos a que as empresas tem direito conforme estabelecido no art. 7º deste decreto deverão respeitar ainda:

I - O valor do empréstimo terá como limite máximo 40% (quarenta por cento) do faturamento bruto da empresa no ano anterior devidamente comprovado no balanço da empresa, exceto para o disposto no caput do art. 7º.

II - O número mínimo de novos empregos que a empresa criará com registro em carteira.



III - Para valores acima de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) apresentar plano de negócios detalhado com projeção de faturamento, pesquisa ou indicadores de mercado, faturamento médio bruto, ponto de equilíbrio ou outros dados que comprovem a viabilidade do negócio.

## CAPÍTULO VI DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 9. Uma vez preenchidos os requisitos dos artigos 3º, 4º, 5º e 6º, o GERAINVEST fará o devido pagamento através de depósito bancário na conta do requerente.

§ 1º. O GERAINVEST reserva-se 15 (Quinze) dias para liberação dos recursos, após assinatura de contrato das partes e avalistas. No caso do parágrafo 2º deste artigo, somente após a apresentação do contrato do(s) novo(s) funcionário(s).

§ 2º. Para os empréstimos concedidos com a finalidade de geração de novos empregos, terá o beneficiário que, em 15 (quinze), dias apresentar o contrato do(s) novo(s) funcionário(s).

Art. 10. Para cada empréstimo concedido com a finalidade da geração de novos empregos, às referidas vagas terão que ser mantidas até a quitação do empréstimo sob pena de devolução do recurso imediatamente.

§ 1º. O quadro funcional anteriormente mantido na empresa, deverá permanecer igualmente inalterado.

§ 2º. O descumprimento do disposto neste artigo ensejará na devolução total do recurso com multa de 10% (dez por cento) do valor auferido.

Art. 11. Após a liberação dos recursos, terá o beneficiário, obrigatoriamente, 15 (quinze) dias, para apresentar cópia fiel da nota de compra dos investimentos para a comissão de administração do GERAINVEST, sob pena do estabelecido no § 2º do artigo anterior.

Parágrafo único: Caso não efetuados administrativamente a restituição dos valores, e que o GERAINVEST tenha que acionar judicialmente para a cobrança, arcará o beneficiário com as despesas processuais e honorários advocatícios.

## CAPÍTULO VII DOS JUROS

Art. 12. Estabelecem as partes que o adquirente pagará pelo empréstimo, 3% (Três por cento) de juro ao ano.

§ 1º. Em caso de mora, o juro será de 1% (um por cento) ao mês e 2% (dois por cento) a título de multa.

Art. 13. A metodologia de aplicação dos juros será a forma denominada "Juros Simples" sendo que a taxa de juro será aplicada sobre o prazo total do empréstimo (carência + amortização), na seguinte fórmula para o cálculo da parcela:

Valor = Valor do financiamento

Taxa = Taxa total de juros pelo período da operação.

Prazo = Prazo de Carência + prazo de amortização em meses;

Parcela = Valor da Parcela.

Cálculo da parcela = Valor X Taxa / Prazo

## CAPÍTULO VIII DA CARENÇA E DOS PRAZOS PARA RESTITUIÇÃO DOS VALORES

Art. 14. A empresa que se credenciar e tiver direito ao recebimento dos valores do financiamento terá os seguintes prazos de carência

e pagamento integral do empréstimo com a devida correção:

Valor até	Objetivo do Empréstimo	Prazo de Carência	Prazo para amortização
5.000,00	Capital de Giro	03 Meses	12 Meses
5.000,00	Investimento (máquinas instalações e equipamentos)	12 Meses	12 Meses
10.000,00	Capital de Giro	04 Meses	24 Meses
10.000,00	Investimento (máquinas instalações e equipamentos)	12 Meses	24 Meses
20.000,00	Capital de Giro	04 Meses	24 Meses
20.000,00	Investimento (máquinas instalações e equipamentos)	12 Meses	36 Meses
30.000,00	Investimento (máquinas instalações e equipamentos)	12 Meses	42 Meses
40.000,00	Investimento (máquinas instalações e equipamentos)	12 Meses	48 Meses
50.000,00	Investimento (máquinas instalações e equipamentos)	12 Meses	54 Meses
Acima de R\$ 50.000,00	Investimento (máquinas instalações e equipamentos)	12 Meses	60 Meses

Art. 15. Em caso de não pagamento de 3 (três) parcelas, considerar-se-á vencido todo o débito, não podendo ser parcelado.

Art. 16. O beneficiário deste empréstimo, não poderá se valer de outro enquanto houver pendência de contrato.

## CAPÍTULO IX LOCAL E FORMA DE PAGAMENTO

Art. 17. O Município no momento da liberação dos recursos para o Beneficiário emitirá o carnê com os boletos para pagamento bancário de todas as parcelas do empréstimo.

## CAPÍTULO X DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 18. A prestação de contas da Gestão financeira do Fundo cabe ao Prefeito Municipal e ao coordenador do fundo, sendo feita em cada exercício: à Câmara Municipal de Vereadores, ao Tribunal de Contas do Estado, ou quando for o caso, ao Tribunal de Contas da União, por meio de balancetes e/ou meio magnético, demonstrativos e balanços e será encaminhada através da contabilidade geral do Município.

Parágrafo único: A prestação de contas de que trata este artigo atenderá as normas de legislação estadual ou federal pertinentes e do Tribunal de Contas do Estado.

## CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 19. O Prefeito Municipal fica autorizado a baixar normas complementares necessárias ao fiel cumprimento e execução do presente regulamento.

Art. 20. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o decreto 1.883 de 09 de julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC,  
em 09 de julho de 2014.

DECIO GRATNER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

### **DECRETO Nº 1894 DE 15 DE AGOSTO DE 2014.**

"DECRETO DE UTILIDADE PÚBLICA O TERRENO QUE ABAIXO IDENTIFICA E ADOTA PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

DECIO GRATNER, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 9º, I "f" c/c § 2 do Art. da Lei Orgânica Municipal e art. 5º, alíneas "i" e "j" do Dec. Lei 3.365/41, com nova redação dada pela Lei 6.602/78 e parágrafos:

#### **DECRETA:**

Artigo 1º: De Utilidade Pública para fins de Acesso ao Terreno de propriedade do Município, local este em que será edificado uma escola pública municipal, parte do terreno de propriedade da Empresa Construtora Cauduro LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n.º 01.053.216/0001-88, com sede na Rua Hercílio Luz, 491, centro, no município de Arvoredo/SC, denominado como: Parte do Lote Rural n.º 284, da Colônia do Riu Uruguai, sem benfeitorias, com área de 65.778,01 m2 (sessenta e cinco mil e setecentos e setenta e oito metros e um centímetro), hoje cadastrado no Registro Cadastral Imobiliário do Município sob Lote Urbano n.º 13, da Quadra "O", a Rua Ernesto Simon, neste Município, com as confrontações inseridas na Matrícula n.º 723, livro 2º "B", do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia (SC) através da averbação da Retificação e Inserção de Medidas Lineares.

Artigo 2º: O Imóvel acima citado, objeto da presente desapropriação, encontra-se em fase de registro junto ao 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia (SC), juntamente com o Loteamento citado, em conformidade com o Decreto Municipal n.º 1.866, de 23 de maio de 2014, que Aprova o Loteamento Denominado "Loteamento Alto Bela Vista" e "Alvará de Licença para Loteamento de Área Urbana", expedido em 23 de maio de 2014.

Artigo 3º: É objeto da presente desapropriação, apenas a área de 360,39 m2, constante do imóvel identificado no artigo primeiro, a ser utilizada como acesso ao terreno de propriedade do Município, sendo essa caracterizada como Lote Urbano n.º 11, da Quadra "O"6, com as seguintes confrontações; 12,30m de frente para a Rua Ernesto Simon; 29,30m confrontando com o Lote nº 12 da mesma Quadra; 29,30m com o Lote n.º 10 da mesma quadra e 12,30m de fundos confrontando com área do Município de Alto Bela Vista-SC

Artigo 4º: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista/SC, 15 de Agosto de 2014.

DECIO GRATNER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Klein da Silva

Responsável pelas Publicações

### **LEI COMPLEMENTAR Nº063 DE 26 DE AGOSTO DE 2014**

DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA, DO CONSELHO TUTELAR E DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-FIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GRATNER, Prefeito Municipal em exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz Saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ela sanciona e promulga a seguinte lei:

#### **TÍTULO I**

##### **DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e as normas gerais para a sua adequada aplicação, bem como sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA e do Conselho Tutelar.

Art. 2º No atendimento e a proteção integral dos direitos da criança e do adolescente do Município, segundo o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, assegurar, com absoluta prioridade a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

§ 1º É vedada a criação, alteração ou extinção de programas de atendimento as crianças, aos adolescentes e as famílias desenvolvidos por órgãos e entidades públicas Municipal sem a prévia deliberação e aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 2º Os programas de atendimento desenvolvidos por entidades não governamentais, para terem apoio técnico e financeiro do Poder Público Municipal deverão ter prévia deliberação e aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 3º O Município prestará assistência social em caráter supletivo aos que dela necessitarem e não tiverem acesso às políticas sociais básicas previstas no art. 2º desta Lei, de acordo com suas possibilidades.

Art. 4º O Município poderá constituir o serviço municipal de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligências, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e agressão.

Art. 5º O Município propiciará a proteção jurídico social aos que dele necessitarem, por meio de entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente e poderá auxiliar na identificação e localização de pais, crianças e adolescentes desaparecidos.

#### **TÍTULO II**

##### **DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 6º A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será garantida pela Coordenadoria Municipal de Assistência Social e pelos seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

II - Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência (FIA);

III - Conselho Tutelar (CT) dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar funcionará, de segunda a sexta-feira, salvo nos feriados legalmente instituídos, das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h e manterá escala de sobreaviso no horário noturno semanal, nos sábados, domingos e feriados, conforme escala de trabalho previamente definida pelo CMDCA.

### TÍTULO III

## DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

### CAPÍTULO I

#### DA INSTITUIÇÃO E DA NATUREZA DO CONSELHO

Art. 7º Fica instituído o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), como órgão deliberativo, normativo, consultivo e controlador das ações pertinentes à Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em todos os níveis, vinculado à Coordenadoria da Assistência Social.

§ 1º Os atos deliberativos do CMDCA serão publicados através de Resolução de acordo com as regras para publicação dos demais atos do Executivo Municipal.

§ 2º O suporte para o funcionamento do CMDCA será prestado pela Coordenadoria Municipal de Assistência Social.

### CAPÍTULO II

#### DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 8º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA):

I - formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para a condução das ações de atendimento e a captação e a aplicação dos recursos materiais e financeiros;

II - zelar pela execução dessa Política, atendidas as peculiaridades das crianças e adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros, tanto na área urbana ou rural em que se localizem;

III - formular as prioridades à serem incluídas no planejamento do município, em tudo o que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

IV - estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no município, que possa afetar as deliberações do CMDCA;

V - cadastrar e registrar, fazendo cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as entidades não governamentais de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, procedendo à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, que poderão ser de:

- a) orientação e apoio sócio-familiar;
- b) apoio sócio educativo em meio aberto;
- c) colocação sócio-familiar;
- d) acolhimento institucional;
- e) liberdade assistida;
- f) semi-liberdade;

- g) Internação;
- h) abrigo;
- i) profissionalização;
- j) reabilitação;
- k) programas, além dos citados, de outras entidades no Município.

VI - cadastrar e registrar as inscrições e as alterações dos programas a que se refere o inciso anterior, das entidades governamentais que operem no município ou em Municípios circunvizinhos, fazendo cumprir as normas constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, bem como fiscalizar o cumprimento dos programas regulares na área de infância e juventude, desenvolvidas pelas unidades administrativas responsáveis;

VII - comunicar o registro das inscrições e alterações dos programas desenvolvidos pelas entidades governamentais e não governamental ao Conselho Tutelar e a autoridade judiciária.

VIII - regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e posse dos membros do Conselho Tutelar (CT), mediante resolução específica e nos termos da Resolução 139 do CONANDA;

IX - dar posse, mediante ato do Poder Executivo, aos membros do Conselho Tutelar (CT), conceder licença aos membros, nomear a comissão de ética, declarar vago o posto por perda de mandato, nas hipóteses previstas em lei, em especial na presente, receber e encaminhar as queixas e representações contra a atuação do conselho tutelar e os seus membros;

X - fixar critérios de utilização, através do plano de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando percentuais para incentivar o acolhimento, sob a forma de guarda, da criança ou adolescente, órfão ou abandonado, na forma prevista na Constituição Federal;

XI - estimular e incentivar a atualização/capacitação permanente dos servidores das instituições governamentais, envolvidas no atendimento à família, à criança e ao adolescente;

XII - elaborar e alterar o seu regimento interno, com aprovação de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros;

XIII - elaborar plano de ação municipal para a área da infância e adolescência, tendo por base um diagnóstico situacional do Município em relação à criança e ao adolescente;

XIV - dar publicidade às propostas formuladas pelo CMDCA para integrar o planejamento municipal, no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, mediante a divulgação das mesmas nos órgãos de imprensa contratados oficialmente pelo Município;

XV - acompanhar o processo de elaboração da legislação municipal que trata da infância e da juventude, inclusive no que se refere à sistematização, regulamentação e divulgação das leis pertinentes;

XVI - mobilizar os diversos setores da sociedade no sentido de sua efetiva participação na discussão e solução dos problemas que afligem a criança e ao adolescente;

XVII - realizar campanhas de arrecadação, visando à captação de recursos para o Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, através de doações de pessoas físicas e jurídicas;

XVIII - deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação de programas e serviços, quanto às políticas e programas de assistência social, de caráter supletivo para aqueles que

dela necessitem e/ou serviços especiais, que venham suplementar as políticas básicas nos termos da lei 8069/90 - ECA.

XIX - controlar, gerenciar e fiscalizar os recursos públicos oriundos de repasses orçamentários, doações e do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas, que comporão o Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA.

XX - apreciar, acompanhar e aprovar a execução do plano de ação municipal com programas ou projetos custeados com recursos do FIA, bem como os seus respectivos orçamentos;

XXI - organizar e realizar a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando sensibilizar e mobilizar a opinião pública no sentido da indispensável participação da comunidade na solução dos problemas da criança e do adolescente nos termos das disposições do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

XXII - estabelecer as prioridades e acompanhar a execução das políticas básicas e assistenciais destinadas à criança e ao adolescente, com ênfase às medidas preventivas;

XXIII - manter permanentemente o entendimento com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, cabendo-lhe propor, se necessário, alteração na legislação em vigor e nos critérios adotados para o atendimento à criança e ao adolescente;

XXIV - fazer cumprir, no âmbito do Município, as normas previstas na Lei nº 8.069/90 que dispõe sobre o estatuto da Criança e do Adolescente, a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município e demais legislações atinentes aos direitos da criança e do adolescente;

XXV - deliberar em cada exercício, sobre a alocação de recursos que deverá ser feita a partir das prioridades identificadas na realidade e dispor sobre eventuais remanejamentos, observadas as disposições legais aplicáveis à matéria;

XXVI - apreciar, acompanhar, autorizar e aprovar a concessão de recursos a projetos ou programas recomendados pelo órgão administrador do FIA, cujas características superam os limites estabelecidos pelos parâmetros e diretrizes;

XXVII - autorizar o órgão administrador a custear, com recursos do FIA, gastos que eventualmente venham a ser necessários para a elaboração de estudos especializados, de pesquisa e de execução de projeto de capacitação de recursos humanos necessários à implantação do plano municipal;

XXVIII - requisitar, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, controle e avaliação das atividades e serviços do FIA;

XXIX - solicitar ao órgão administrador do FIA, estudos e pareceres sobre matérias de interesse do Conselho, bem como constituir comissão de assessoramento ou grupos técnicos para tratar de assuntos específicos, sempre e quando julgar necessário;

XXX - aprovar os balancetes mensais e os balanços anuais do FIA para a infância e adolescência, estes últimos acompanhados de parecer técnico;

XXXI - promover a realização de auditorias, sempre e quando o Conselho julgar necessário;

XXXII - adotar as providências cabíveis para a correção de fatos e atos do órgão administrador que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades no que se refere aos recursos do FIA;

XXXIII - expedir normas para a organização e funcionamento do serviço de proteção jurídico-social aos que dela necessitarem, prestados pelas entidades registradas junto ao CMDCA ou verificar a possibilidade de convênio com as Universidades regionais;

XXXIV - incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas, com o objetivo de definir, discutir e reavaliar as políticas sociais básicas.

§ 1º O Regimento Interno do CMDCA deverá conter, dentre outros aspectos:

I - da finalidade;

II - da competência;

III - da organização administrativa;

IV - das atribuições do presidente e do vice-presidente;

V - do plenário;

VI - dos membros do conselho;

VII - da secretaria executiva;

VIII - das reuniões do plenário;

IX - da instrução dos processos;

X - das sessões plenárias;

XI - do processo de eleição dos membros da diretoria;

XII - do processo de escolha dos membros da sociedade civil;

XIII - das comissões temáticas;

XIV - da posse dos membros do conselho;

XV - do registro, das entidades e programas de atendimento;

XVI - da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XVII - da publicação dos atos.

§ 2º Fica estabelecido o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação da presente lei para a adequação do Regimento Interno do CMDCA, nos termos estabelecido no parágrafo anterior.

### CAPÍTULO III

#### DOS MEMBROS DO CMDCA

Art. 9º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA será composto paritariamente de 20 (vinte) membros, sendo 10 (dez) titulares e 10 (suplentes), onde 50% (cinquenta por cento) serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e os outros 50% (cinquenta por cento) serão eleitos pelas entidades não governamentais.

§ 1º Os representantes do Poder Público:

I - 2 (dois) representantes do órgão municipal de assistência social, sendo um titular e um suplente;

II - 2 (dois) representantes do órgão municipal de saúde, sendo um titular e um suplente;

III - 2 (dois) representantes do órgão municipal de educação e esporte, sendo um titular e um suplente;

IV - 2 (dois) representantes do órgão municipal de administração e gestão financeira, sendo um titular e um suplente; e

V - 2 (dois) representantes do órgão municipal da cultura, sendo um titular e um suplente.

§ 2º As entidades não - governamentais que farão parte do CMDCA, através de seus representantes são as seguintes:

I - 2 (dois) representantes das associações de pais e professores das escolas municipais e da escola estadual sediadas no Município, sendo um titular e um suplente;

II - 2 (dois) representantes dos clubes de mães e grupos de idosos regularmente constituídos e com sede no Município, sendo um titular e um suplente;

III - 2 (dois) representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município, sendo um titular e um suplente;

IV - 2 (dois) representantes das entidades esportivas e corais



sediados no Município; e  
V - 2 (dois) representantes da ACABEVI - Associação Cultural de Alto Bela Vista sediada no Município.

§ 3º Os membros representantes das entidades não governamentais, constantes do § 2º do presente artigo serão eleitos por seus pares, em plenária aberta específica para esse fim, convocada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA que deverá ser desencadeada no mínimo 60 (sessenta) dias antes do vencimento dos respectivos mandatos.

§ 4º A assembléia referida no § 3º deste artigo, serão convocadas através de edital a ser publicado na imprensa oficial do município, e nas unidades de assistência sociais municipais, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, encaminhando-se cópia ao Ministério Público.

§ 5º Caso o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA não providencie a publicação do edital a que se refere o § 4º do presente artigo, dentro do prazo previsto, tal iniciativa poderá ser tomada por qualquer das entidades não governamentais especificadas no mesmo dispositivo, ou por qualquer entidade estabelecida no Município.

§ 6º De modo a tornar efetivo o caráter paritário do CMDCA, são considerados impedidos de integrar como representantes das entidades não governamentais todos os servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, os ocupantes de cargo em comissão dos mesmos poderes, os detentores de mandato eletivos assim como seus cônjuges ou companheiros (as) e parentes consanguíneos até 3º (terceiro) grau.

§ 7º O impedimento de que trata o parágrafo anterior, se estende aos cônjuges, companheiros (as) e parentes, consanguíneos até 3º (terceiro) grau de todos os servidores dos Poderes Executivo e Legislativo ocupantes de cargo em comissão no respectivo nível de governo, bem como aos cônjuges, companheiros (as) e parentes consanguíneos até 3º (terceiro) grau da autoridade judiciária e do representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e Juventude, em exercício na Comarca.

§ 8º No caso de impedimento de algum membro, caberá respectivamente ao segmento representado, escolher, no prazo de 30 (trinta) dias, o substituto a ser nomeado para completar o mandato.

§ 9º O mandato dos conselheiros será de 02 (anos), permitida uma recondução, sendo os membros indicados pelos respectivos órgãos, entidades ou escolhidos em assembléia na forma do § 2º do presente artigo e nomeados por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 10º A substituição dos membros poderá ser feita por escrito pelo Conselheiro a qualquer tempo ou por decisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por dois terços dos votos, quando:

I - forem constatadas faltas injustificadas as reuniões do Conselho conforme deliberação do Regimento Interno;

II - for constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública;

III - for determinado, em procedimento para apuração de irregularidade em entidade de atendimento.

§ 11º Consideram-se justificadas as ausências ao serviço, determinadas pelo comparecimento dos Conselheiros às seções do Conselho e participação em diligências.

§ 12º Perderá o mandato e terá vedada a recondução para o mesmo período, o conselheiro que no exercício da titularidade faltar 03 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, salvo justificativa por escrito, aprovada pelo Plenário do conselho.

§ 13º Na perda de mandato de conselheiro, assumirá o seu suplente e constatada a impossibilidade do suplente assumir a vaga, a entidade representante deverá indicar os nomes dos substitutos.

Art. 10º A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Parágrafo único. O Conselho poderá prover um ressarcimento das despesas de transporte, alimentação e estadia aos seus membros, quando a serviço do mesmo.

Art. 11º As entidades não governamentais deverão indicar os membros efetivos e suplentes para comporem o CMDCA, obedecidas a forma e a paridade prevista no art. 88, II do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e as disposições do § 3º do art. 9º desta Lei.

Art. 12º A nomeação e a posse dos membros escolhidos para o CMDCA serão da competência do Prefeito Municipal podendo, em caso de vacância, caso ocorra à substituição ou perda do mandato, dar posse a um novo membro.

Art. 13º O Poder Executivo adotará os meios e recursos necessários à instalação e ao funcionamento regular e permanente do CMDCA.

Art. 14º Os membros da Diretoria do CMDCA serão eleitos na primeira reunião plenária após a sua posse, por maioria simples dos membros presentes, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus membros, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

Parágrafo único. A diretoria será composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Vice-Secretário, e, na vacância do cargo assumirá o imediato e, persistindo a falta haverá nova eleição para o preenchimento do cargo.

#### TÍTULO IV DO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

##### CAPÍTULO I DA INSTITUIÇÃO E DA NATUREZA DO FUNDO

Art. 15º Fica instituído e mantido o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, como captador e destinador dos recursos financeiros a serem utilizados no desenvolvimento das ações resultantes das deliberações do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual é vinculado.

§ 1º As ações de que trata o caput deste artigo são prioritariamente aquelas de atendimento à criança e ao adolescente, aos programas de proteção especial e sócio-educativos à criança e ao adolescente exposto à situação de risco pessoal e social, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atuação das políticas sociais básicas.

§ 2º Dependerá de liberação expressa do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a autorização para aplicação de recursos do FIA em outros tipos de programas que não os estabelecidos no § 1º deste artigo.

Art. 16º Os recursos do FIA são geridos segundo o plano de aplicação contido no orçamento anual e de acordo com o plano municipal de atendimento à criança e ao adolescente, o plano



plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual do Município.

Parágrafo único. A administração e aplicação do FIA serão determinadas através de deliberação do Conselho Municipal da Criança e Adolescente do Município de Alto Bela Vista.

## CAPÍTULO II OPERACIONALIZAÇÃO, SUA VINCULAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E COMPETÊNCIA DO FIA

Art. 17º O Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência (FIA), o qual tem por objetivo proporcionar recursos destinados às políticas públicas de atendimento, defesa e promoção à criança e ao adolescente, ficará vinculado operacionalmente ao órgão municipal da assistência social e, cabendo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, o seu controle, gerenciamento e fiscalização.

Art. 18º Cabe ao gestor do órgão municipal de assistência social do Município a administração e o registro dos atos e fatos contábeis referentes ao FIA.

Art. 19º Compete ao gestor do Fundo da Infância e Adolescência - FIA:

I - registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou pela União;

II - registrar os recursos captados pelo Município, através de convênios, acordos, ajustes e similares ou por doação ao FIA;

III - fazer cumprir os parâmetros técnicos e as diretrizes para a aplicação dos recursos do Fundo conforme o estabelecido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - aplicar no mercado financeiro os recursos do FIA, enquanto não comprometidos com a aplicação em programas e ou projetos;

V - apresentar regularmente a cada semestre ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- a) o resultado da aplicação financeira dos recursos do FIA, enquanto não destinados à aplicação em programas e ou projetos;
- b) o relatório físico financeiro da execução do plano de trabalho anual dos programas e ou projetos custeados pelo FIA, considerando-se a relação custo-benefício e avaliação de resultado dos mesmos;
- c) os balancetes mensais e o balanço anual do FIA emitidos segundo as normas de Direito financeiro;
- d) outros documentos relativos ao cumprimento da política municipal dos direitos da criança e do adolescente.

VI - emitir pareceres sobre matérias de interesse do Conselho, bem como constituir comissões de assessoramento ou grupos técnicos para tratar de assuntos específicos, quando solicitados pelo mesmo;

VII - aplicar as normas e procedimentos operacionais do FIA, estabelecido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII - manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - liberar os recursos a serem aplicados em benefício da criança e do adolescente, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XI - manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga ao órgão ao qual o Fundo se vincula operacionalmente;

XII - apresentar ao Coordenador Municipal de Assistência Social análise e a avaliação da situação econômica financeira do FIA;

XIII - outras competências estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XIV - liberar recursos para custear despesas de viagens aos conselheiros que estiverem a serviço do CMDCA, desde que a viagem seja previamente autorizada pelo CMDCA, e devidamente justificada a sua necessidade.

XV - realizar o financiamento das ações complementares na área da infância e juventude, administrando os recursos específicos para os programas e ações constantes do planejamento municipal, segundo as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

XVI - publicar de acordo com as regras para publicação dos demais atos do Executivo Municipal, as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), com relação ao Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência (FIA).

XVII - efetuar outros pagamentos definidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

XVIII - efetuar os registros contábeis, orçamentários e financeiros nos termos da legislação que regem a contabilidade pública.

Art. 20º A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo Conselho de Direitos, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não-governamentais relativas a:

I - desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 3 (três) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei nº 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III - programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; e

VI - ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos

da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

§ 1º Os recursos captados pelo Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA deverão ser utilizados exclusivamente para desenvolvimento de ações de programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, na forma lei n.º 8.069/90 - ECA.

§ 2º As ações de que trata o parágrafo anterior referem-se prioritariamente aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente em situação de risco social e pessoal, além das estabelecidas nos incisos I à V do caput do presente artigo, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atuação das políticas sociais básicas.

§ 3º Deve ser vedada a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinado no caput do presente artigo e incisos, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 4º Além do estabelecido no § 3º do presente artigo, são vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

I - a transferência sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

III - manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente; e

V - investimentos em aquisições, construções, reformas, manutenções e/ou alugueis de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

Art. 21º O Fundo Municipal para a Infância e Adolescência custeará projetos e ações voltadas para:

I - erradicação do trabalho infantil e proteção do trabalho adolescente;

II - profissionalização de jovens;

III - orientação e apoio sócio-familiar;

IV - projetos de pesquisa e estudo;

V - projetos de comunicação e divulgação de ações de defesa de direitos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

VI - capacitação de recursos humanos; e

VII - palestras, oficinas informativas para a comunidade em geral.

Art. 22º Quando o Chefe do Executivo Municipal não for o Gestor do Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência (FIA), este será nomeado por decreto daquele.

## TÍTULO II DA FORMAÇÃO DO FUNDO

Art. 23º Os recursos do Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência (FIA) serão constituídos de:

I - doações de contribuintes com ou sem a dedução do imposto de renda e outros incentivos governamentais;

II - dotações configuradas anualmente na lei orçamentária;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências de entidades nacionais e internacionais, governamentais ou não governamentais;

IV - produto das aplicações dos recursos disponíveis e venda de materiais, publicações e eventos realizados;

V - receitas oriundas de multas aplicadas em decorrência de infrações que envolvam crianças ou adolescentes, respeitadas as competências de cada esfera governamental;

VI - receitas provenientes de convênios, acordos, ajustes, contratos e similares, realizados pelo Município com entidades governamentais e não governamentais, com destinação específica;

VII - receitas provenientes de transações penais, termos de ajustamento de conduta e atos de suspensão condicional do processo, conforme determinar o Poder Judiciário o ou Ministério Público, conforme o caso; e

VIII - outros recursos e demais receitas que lhe forem destinados.

Art. 24º A movimentação e aplicação dos recursos do FIA dependem de autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, objetivando atender, principalmente:

I - financiamento total ou parcial de programas de proteção especial e sócio-educativo para a criança e adolescente, constante no plano de aplicação e desenvolvidos pelo órgão municipal de assistência social ou entidade e instituições públicas ou privadas, cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

II - despesa com a consultoria, projetos de pesquisa, ou de estudo relacionados com a criança e o adolescente;

III - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos para a gestão e execução das ações previstas nesta lei;

IV - subvenção social para órgão, entidades ou instituições que participem da execução das ações coordenadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

V - ressarcimento de despesas, através de adiantamentos aos membros e ou pessoas a serviço do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI - ao pagamento de serviços técnicos, de comunicação e de divulgação do interesse do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - a aquisição de material permanente e de consumo, necessários ao desenvolvimento dos programas, ações e serviços próprios do CMDCA e do Conselho Tutelar; e

VIII - aquisição, reforma, ampliação, instalação ou locação de imóveis, para uso de órgão, entidades ou instituições conveniadas e cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Parágrafo único. No que couber, as despesas que envolvem recursos do Fundo para a Infância e Adolescência pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, locações, permutas e doações, sujeitam-se as normas contidas na legislação referente às licitações e contratos administrativos.

Art. 25º A gestão dos recursos do FIA será objeto de prestação de contas, a cargo da contabilidade geral do Município, obedecidas suas normas de gestão pública.

Art. 26º O Fundo da Infância e da Adolescência - FIA terá vigência ilimitada.

## TÍTULO V DO CONSELHO TUTELAR CAPÍTULO I DA CRIAÇÃO E DA NATUREZA DO CONSELHO

Art. 27º Fica criado o Conselho Tutelar (CT), órgão público, permanente, autônomo e não jurisdicional, encarregado pela sociedade

de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, composto de 5 (cinco) membros titulares escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha, sendo que todos os candidatos que participarem do pleito, a partir do sexto mais votado, serão considerados suplentes.

§ 1º A autonomia do Conselho Tutelar é de natureza funcional, ou seja, em matéria técnica de sua competência, cabendo-lhe tomar as decisões e aplicar as medidas sem qualquer interferência externa.

§ 2º Nos termos dos artigos 99 e 100 da lei nº 8069/90 - ECA, as decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser modificadas pelo próprio Conselho ou pela autoridade judiciária, se o requisitar quem tiver legítimo interesse, em consonância com os artigos 99, 100 e 137 da mesma lei.

§ 3º O Conselho Tutelar (CT), enquanto órgão público autônomo, no desempenho de suas atribuições legais, não se subordina ao Poder Executivo e Legislativo Municipal, ao Poder Judiciário ou ao Ministério Público.

§ 4º A recondução, permitida por uma única vez, consiste no direito do conselheiro tutelar de concorrer ao mandato subsequente, em igualdade de condições com os demais pretendentes, submetendo-se ao mesmo processo de escolha pela sociedade, vedada qualquer outra forma de recondução.

Art. 28º Constará da lei orçamentária municipal a previsão dos recursos necessários ao funcionamento, manutenção e remuneração do Conselho Tutelar.

Parágrafo único. Fica vedada a previsão dos recursos estabelecida no presente artigo no orçamento do Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência (FIA).

Art. 29º Fica vedado o uso de recursos do FIA para fins de pagamento da remuneração do Conselho Tutelar, manutenção de veículos e outros encargos financeiros não previstos nesta lei.

Parágrafo único. O Regimento Interno do Conselho Tutelar definirá a dinâmica de atendimento, explicitando os procedimentos a serem nele adotados.

Art. 30º O exercício da função de Conselheiro Tutelar exige, além da carga horária semanal de trabalho, seja no expediente diário, seja no sobreaviso, sua participação, a critério da maioria dos membros do Conselho Tutelar, de reuniões de trabalho fora da sede do Conselho e sua eventual presença em atos públicos.

§ 1º A carga horária semanal estabelecida prevista neste artigo será definida no Regimento Interno do Conselho Tutelar, e será de 10 (dez) horas semanais.

Art. 31 Constará da lei orçamentária municipal a previsão dos recursos necessários ao funcionamento, manutenção e remuneração dos conselheiros tutelares.

## CAPÍTULO II

### DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS, REQUISITOS E PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES

Art. 32º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, observar as seguintes diretrizes:

I - ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial;

II - A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de

janeiro do ano subsequente ao processo de escolha;

III - eleição mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Alto Bela Vista-SC, e conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA; e

IV - candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas.

Art. 33º São requisitos para candidatar-se a exercer as funções de membros do Conselho Tutelar (CT):

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 anos;

III - estar residente no Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, há pelo menos três (3) anos anteriores ao pleito, mediante comprovante;

IV - ter concluído o ensino médio;

§ 1º Ao candidatar-se ao cargo de Conselheiro Tutelar o membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA deverá simultaneamente afastar-se deste Conselho.

§ 2º Considera-se, para fins de avaliação da idoneidade moral, as certidões emitidas pela Polícia Civil, Cartório Cível ou Criminal da Comarca de Concórdia, Estado de Santa Catarina, bem como, as situações comprovadas de envolvimento com drogas, crime, prostituição, exploração do trabalho infanto-juvenil e maus tratos envolvendo crianças e adolescentes.

Art. 34º Atendidas às disposições da lei federal n. 8.069/1990 e desta lei, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA definirá, por Resolução, todo o processo de escolha, desde o registro das candidaturas, forma e prazo das suas impugnações, avaliação psicológica, atos preparatórios, apuração dos votos, a proclamação dos escolhidos e a posse dos mesmos.

Art. 35º O CMDCA fixará o edital de convocação na imprensa oficial do Município, em outros locais públicos e na imprensa local, até 30 dias antes do pleito, contendo, entre outras informações necessárias, os requisitos para a inscrição dos candidatos, o prazo para a inscrição, a data e o local da escolha.

Art. 36º O requerimento de inscrição, instruído com a prova de atendimentos aos requisitos legais, deverá ser protocolado até o último dia do prazo de inscrição, conforme calendário oficial, com a assinatura do candidato.

Art. 37º Nos termos do § 1º do artigo 11 da Resolução 139, de 17 de março de 2010 do CONANDA se o número de candidatos inscritos seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.

§ 1º Divulgada lista dos habilitados, o Presidente do CMDCA homologará as inscrições e publicará edital com a relação dos inscritos, na imprensa oficial do Município, declarando aberto o prazo de 05 (cinco) dias para impugnações, contados a partir da publicação.

§ 2º No prazo referido no § 5º deste artigo, a contar da publicação da inscrição, o Ministério Público ou qualquer pessoa da comunidade, com idade superior a vinte e um anos e no gozo de seus direitos políticos, poderão oferecer impugnação.

§ 3º O candidato terá três dias, contados da data da intimação, para manifestar-se sobre a impugnação.

§ 4º Havendo suspensão do trâmite do processo estabelecido no caput do presente artigo, o prazo para inscrição de novos candidatos será de 15 (quinze) dias contados a partir do dia seguinte à

sua publicação.

Art. 38º Transcorridos os prazos de que trata o artigo 37 e seus parágrafos, uma Comissão Especial do CMDCA analisará, no prazo máximo de cinco dias, os pedidos de inscrição, as impugnações e defesas se houverem, emitindo sucinto relatório com parecer sobre o mérito.

§ 1º Ao votar finalmente os pedidos, o CMDCA juntamente com o Ministério Público, será dada atenção especial aos requisitos do artigo 33 desta lei, mencionando as razões em caso de indeferimento da inscrição, mandando publicar edital com as candidaturas deferidas e notificando as indeferidas aos seus autores.

§ 2º Aqueles que tiverem suas candidaturas deferidas, como condição para a participação do processo eleitoral serão obrigados a participar de curso promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre a política de atendimento à criança e ao adolescente, onde será exigida a frequência de 100% (cem por cento), sob pena de inabilitação.

Art. 39º Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante voto direto, secreto e facultativo de todos os cidadãos do município, maiores de dezesseis anos, com Título Eleitoral, conforme termos do Edital.

§ 1º O processo de escolha dos conselheiros tutelares será de responsabilidade do CMDCA, sob a fiscalização do Ministério Público.

§ 2º No processo eleitoral é vedado:

I - a propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social, por meio de anúncios, luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer lugar público ou particular, admitindo-se apenas a realização de debates e entrevistas estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - na campanha eleitoral a confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato, com ou sem a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor, incluindo jantares, almoços, bailes, churrascos, reuniões e afins; e

III - a utilização de carros de som, alto-falantes, e quaisquer mecanismos de sonorização na campanha eleitoral, ficando sujeitos os responsáveis e os proprietários à apreensão dos equipamentos, nos termos do Código de Processo Penal.

§ 3º É admitida à veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, volantes e outros impressos, os quais devem ser editados sob a responsabilidade do candidato, que fará constar seu CPF em todas as unidades distribuídas.

§ 4º Nas hipóteses de abuso de poder econômico, o registro da candidatura do Conselheiro Tutelar será cassado, impedindo-se a nomeação, se eleito.

§ 5º Além do estabelecido nos incisos I, II e III do parágrafo anterior, considera-se ainda abuso de poder econômico no processo de escolha:

I - uso de instituições governamentais e não governamentais partidos políticos ou entidades religiosas para gerenciar a candidatura dos Conselheiros Tutelares;

II - promessa ou recompensa à população para participar do processo de escolha; e

III - captação ilegal de votos.

§ 6º para efeito do inciso III do § 5º do presente artigo, constitui-se captação ilegal de votos a candidato transportar eleitores, doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde a homologação da candidatura até o dia da eleição.

§ 7º O CMDCA dará posse e convocará os suplentes quando necessário.

§ 8º A ordem de chamada dos suplentes, obedecerá a ordem de votação, devendo os suplentes já ser relacionados pela ordem de votação, até o limite desta lei.

Art. 40º Realizada a votação, para a qual deverá ser convidado o Promotor de Justiça da Comarca e concluída a apuração, com a proclamação dos resultados, o presidente do CMDCA fará publicar edital com os nomes dos conselheiros eleitos, encaminhando ata dos resultados ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 41º Os eleitos serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo e tomarão posse perante este e o CMDCA, entrando em exercício no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores.

§ 1º Para entrar em exercício os Membros do Conselho Tutelar deverão participar de curso de aperfeiçoamento proporcionado pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA que deverá ocorrer entre a data da eleição e posse.

§ 2º O curso de aperfeiçoamento previsto no § 1º deste artigo deverá ter no mínimo de 60 (sessenta) horas, com 100 % (cem por cento) de frequência.

§ 3º Aplica-se aos suplentes do Conselho Tutelar o disposto nos §§ 1º e 2º do presente artigo.

§ 4º As despesas necessárias para a realização do curso de aperfeiçoamento do presente artigo ocorrerá por conta de dotação própria do Orçamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA.

§ 5º Se o curso de aperfeiçoamento previsto neste artigo for realizado fora da sede do Município de Alto Bela Vista, as despesas de locomoção, alimentação e estadia, se necessário, dos Conselheiros tutelares, também ocorrerão na forma estabelecida no § 4º do presente artigo.

Art. 42º Aplicar-se-á, no que couber, o disposto na legislação eleitoral em vigor, quanto ao exercício do sufrágio e a apuração de votos.

Art. 43º No caso da inexistência de no mínimo 02 (dois) suplentes, em qualquer tempo, deverá o CMDCA realizar novo processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas, na forma desta lei.

### CAPÍTULO III DOS IMPEDIMENTOS, VEDAÇÃO E COMPETÊNCIA

Art. 44º Serão impedidos de concorrerem ao cargo de conselheiro no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro, sogra, genro ou nora, irmãos, cunhados, cunhadas, durante o cunhadio, tios, tias, sobrinhos, sobrinhas, padrasto, madrastra e enteado e/ou correspondentes da união estável entre o homem e a mulher.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

Art. 45º É vedado ao Conselheiro Tutelar:

I - cobrar ou receber honorários das pessoas, a qualquer título, pelo exercício das funções previstas nesta lei;

II - divulgar, por qualquer meio de comunicação, nome de criança ou adolescente a quem se atribua ato infracional, bem como



qualquer ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial, na forma dos artigos 143 e 247 da lei federal nº 8.069/90 - ECA; e

III - usar sua função pública com finalidade político-partidária.

Art. 46º Ao Conselheiro Tutelar é proibido:

I - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante expediente, salvo por necessidade do serviço, sempre comunicando o órgão a que é subordinado;

II - recusar fé a documento público;

III - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

IV - cometer a pessoa que não seja membro de Conselho Tutelar o desempenho de atribuição que não seja de responsabilidade dela;

V - valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;

VI - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie em razão de suas atribuições;

VII - proceder de forma desidiosa, recusando-se a prestar atendimento ou omitir-se a isso, no exercício de suas atribuições, quando em expediente de funcionamento do Conselho Tutelar;

VIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

IX - fazer propaganda político-partidária no exercício das suas funções;

X - romper sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Tutelar;

XI - exceder-se no exercício da função, de modo a exorbitar suas atribuições, em abuso de autoridade; e

XII - recusar-se de entrar em trabalho extraordinário durante o período de sobreaviso, salvo justificativas escritas apresentadas ao CMDCA.

Art. 47º Aplica-se ao Conselho Tutelar a regra de competência constante no artigo 147 da lei 8.069/90 - ECA.

Art. 48º Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:

I - receber penalidade em processo administrativo-disciplinar;

II - deixar de residir no município;

III - for condenado por decisão irreversível pela prática de crime ou contravenção penal incompatíveis com o exercício da função;

IV - faltar injustificadamente as reuniões do Conselho Tutelar em 3 (três) sessões consecutivas ou a 6 (seis) sessões não consecutivas, no período de um ano.

V - deixar de prestar a escala de serviços ou qualquer atividade atribuída a ele, salvo justificativa aceita pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI - incorrer em caso comprovado de inidoneidade moral;

VII - praticar ofensa física em serviço, salvo em legítima defesa própria ou de outrem; e

VIII - transgredir o disposto no artigo 33 e deixar de cumprir os deveres previstos no artigo 50 desta lei.

Parágrafo único. A perda do mandato será decretada por ato do Chefe do Poder Executivo, após deliberação neste sentido por 2/3 (dois) terços do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 49º Verificada a hipótese prevista no artigo 48 desta lei, caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente comunicar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal.

Art. 50º Nas hipóteses do artigo 48 desta lei, bem como nos casos vacância, renúncia, destituição ou perda da função, falecimento, licenças temporárias a que fazem jus os titulares, desde que excedam 30 dias, ou outras hipóteses de afastamento definitivo, o CMDCA comunicará a ocorrência ao Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Os suplentes serão convocados a assumir o cargo de conselheiro, obedecida à ordem de votação obtida na eleição, tendo

preferência o mais votado.

§ 2º Sempre que for necessária a convocação de suplente, e não houver nenhum na lista, cabe ao Conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar novo processo de escolha para preencher o cargo e definir novos suplentes, pelo tempo restante do mandato dos demais membros.

Art. 51º O Conselheiro eleito, se servidor público efetivo, será cedido ao Conselho Tutelar, por ato de disposição do Chefe do Executivo Municipal, ou se ocupante de cargo comissionado ou caráter temporário o mesmo será exonerado do respectivo cargo.

Parágrafo único. O Conselheiro Tutelar, se servidor público municipal efetivo, perceberá a remuneração do Conselheiro Tutelar, vedada a opção da remuneração auferida em seu cargo de origem e também a acumulação.

#### CAPÍTULO IV

#### DA REMUNERAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 52º Nos termos do artigo 135 da lei 8069/1990 - ECA o exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

Art. 53º A remuneração mensal do Conselheiro Tutelar eleito e no efetivo exercício da sua função será equivalente a R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais), reajustados anualmente na mesma época e respeitando os mesmos índices do reajuste concedido aos cargos eletivos do município.

§ 1º o conselheiro deverá trabalhar 10 (dez) horas semanais, devendo obedecer escala realizada pelo CMDCA;

§ 2º o conselheiro atenderá sobreaviso semanal conforme escala elaborada pelo CMDCA;

§ 3º a escala de trabalho e sobreaviso do conselheiro será por este realizado, mesmo que ocorra em dia feriado;

§ 4º As escalas semanais de sobreaviso compreenderão os horários deduzidas da escala de trabalho regulamentada por Resolução do CMDCA e não serão remuneradas.

Parágrafo único. O valor de que trata o caput deste artigo será revisado, anualmente, na mesma data e proporção em que for revisado o vencimento dos cargos eletivos do Município.

Art. 54º O Conselheiro Tutelar terá assegurada a percepção de:

I - cobertura previdenciária;

II - férias anuais de 30 (trinta) dias, acrescidas do terço constitucional de férias, as quais obedecerão escala elaborada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a manutenção de pelo menos quatro conselheiros tutelares titulares em atividade;

III - licença-maternidade de 120 dias consecutivos, podendo ter início no 8º mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica;

IV - licença-paternidade de 03 dias consecutivos, contados do nascimento; e

V - gratificação natalina, caracterizada como sendo o 13º salário, correspondente a 100 % (cem por cento) do valor estabelecido no artigo 41 da presente lei.

§ 1º O saldo de remuneração e férias proporcionais serão pagas em pecúnia, nos casos de término do mandato e renúncia da função.



§ 2º. A licença de que trata este artigo será remunerada, obedecidas as disposições da legislação do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 55º É considerada de caráter relevante a função de Membro do Conselho Tutelar e seu exercício terá prioridade sobre quaisquer cargos, empregos ou funções públicas ou privadas de que o Conselheiro seja titular.

Art. 56º A nomeação para membro do Conselho Tutelar não caracteriza qualquer forma de vínculo de emprego ou de cargo, não adquirindo, ao término de seu mandato, direito a efetivação ou estabilidade..

Par. Único - Para o Cargo de Conselheiro Tutelar não será permitido se licenciar do cargo para assuntos particulares. Caso seja necessário, o mesmo deverá renunciar ao cargo.

Art. 57º O Chefe do Poder Executivo, ouvido o CMDCA e o Conselho Tutelar, providenciará local adequado para a sua instalação, bem como o apoio necessário ao seu bom funcionamento, como pessoal, meios de comunicação, veículo e outros, dentro das condições orçamentárias do Município.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar deverá divulgar e expor em locais públicos os dias e os horários em que dará atendimento ao público no local que lhe sirva de sede bem como as informações necessárias sobre a escala de sobreaviso.

Art. 58º O Conselho Tutelar deverá convocar sessões plenárias de no mínimo uma vez por semana para deliberar sobre medidas a serem aplicadas e demais assuntos.

Art. 59º O Conselho Tutelar deverá manter instrumentos básicos de registro, entre eles:

- I - livro de atas para a transcrição das reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II - livro de registro de entrada de casos;
- III - formulários padronizados para atendimentos e providências;
- e
- IV - livro ou ficha ponto, manual ou mecânico ou eletrônico.

§ 1º Todos os instrumentos de registro deverão ser autenticados pelo CMDCA.

§ 2º Todos os atendimentos realizados deverão ser mantidos em arquivo na sede do Conselho Tutelar.

§ 3º Os conselheiros deverão alimentar continuamente sistema de informação para a infância e adolescência, assim como as demais informações necessárias e impostas pelas legislações específicas e do CONANDA.

§ 4º Envio de relatório mensal ao CMDCA, ao Ministério Público e ao Juiz da Vara da Infância, com síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas de modo que sejam definidas estratégias e deliberações das providências necessárias para solucionar os problemas existentes.

Art. 60º O Conselho Tutelar elaborará ou revisará o seu regimento interno, após a publicação desta lei, submetendo-o a apreciação do CMDCA e Ministério Público e homologado por ato do Poder Executivo Municipal.

## CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES E DEVERES DO CONSELHO TUTELAR

Art. 61º São atribuições do Conselho Tutelar:

- I - atender crianças e adolescentes sempre que houver violação dos direitos que lhe são reconhecidos na lei nº 8069/1990 - ECA, por ação ou omissão da sociedade ou do estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis e em razão de sua conduta aplicando as medidas estabelecidas na referida lei do ECA;
  - II - atender e aconselhar os pais ou responsáveis e aplicar medidas cabíveis a estes, previstas no ECA;
  - III - promover a execução de suas decisões, podendo requisitar serviços públicos e representar junto à justiça, quando suas decisões forem injustificadamente descumpridas;
  - IV - encaminhar ao Ministério Público casos de infração administrativa ou penal contra os direitos da Criança ou Adolescente nos termos do ECA;
  - V - encaminhar à justiça os casos de sua competência no ECA;
  - VI - providenciar para que sejam cumpridas as medidas de proteção definidas pela justiça para o adolescente que cometer ato infracional;
  - VII - expedir notificação em casos de sua competência;
  - VIII - requisitar certidão de nascimento e de óbito da criança ou adolescente quando necessário;
  - IX - assessorar o poder executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
  - X - representar em nome da pessoa e da família, contra programas ou programações de rádio ou televisão que desrespeitem valores éticos e sociais, bem como propagandas de produto, práticas e serviços que possam ser nocivos a saúde da criança e do adolescente nos termos da Constituição Federal e no ECA;
  - XI - levar ao Ministério Público casos que demandem ações judiciais de perda ou suspensão do poder familiar;
  - XII - providenciar as medidas estabelecidas pela autoridade judiciária, dentre as previstas no ECA para o adolescente autor de ato infracional;
  - XIII - representar ao juiz da infância e da juventude nos casos de irregularidade em entidade de atendimento ou infração administrativa as normas de proteção à criança ou adolescente, para o fim da aplicação de medidas e penalidades administrativas pela autoridade judiciária nos termos do ECA;
  - XIV - fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais de atendimento as crianças e adolescentes que atuam no Município, em articulação com o Ministério Público;
  - XV - desempenhar quaisquer outras atividades, desde que compatíveis com as finalidades previstas na lei federal nº 8.069/90 - ECA;
  - XVI - divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), integrado as ações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério Público, entidade de atendimento, Juizado da Infância e Juventude, utilizando para tal, dos meios de comunicação, panfletos, e outros; e
  - XVII - realizar programas, projetos e atividades preventivas em ações preventivas com as crianças e aos adolescentes.
- Parágrafo único. Ao atender qualquer criança ou adolescente, o Conselho Tutelar, conferirá sempre o seu registro civil e, verificando sua inexistência ou grave irregularidade, comunicará o fato ao Promotor de Justiça da Comarca para os fins do estabelecido no ECA.

Art. 62º São deveres dos Conselheiros Tutelares:

- I - exercer com zelo e dedicação suas atribuições;
- II - observar e fazer cumprir as normas legais e regulamentares;
- III - atender com presteza ao público em geral, prestando às informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
- IV - zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;
- V - manter conduta compatível com a natureza da função que desempenha;
- VI - guardar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento, com exceção para as autoridades constituídas, quando necessário;
- VII - ser assíduo e pontual;
- VIII - tratar as pessoas com respeito;

IX - apresentar os casos atendidos e as providências tomadas para referendo do colegiado do Conselho Tutelar;  
X - respeitar a decisão do colegiado do Conselho Tutelar quanto à aplicação das medidas de proteção e demais deliberações;  
XI - atualizar-se permanentemente em relação à legislação afeta à área.

## CAPÍTULO VI

### DO PROCESSO DE CASSAÇÃO E VACÂNCIA DO MANDATO

Art. 63º As infrações éticas, a prática de atos ilícitos, o descumprimento de suas obrigações e a conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade, aos Conselheiros Tutelares, serão apuradas pela Comissão de Ética, formada pelo CMDCA, assegurada ampla defesa e o contraditório no processo administrativo.

§ 1º A composição da Comissão de Ética dar-se-á com dois membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e um membro do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, escolhidos pelos respectivos pares, assessorados pelo corpo jurídico da Prefeitura Municipal e de servidores efetivos escolhidos pela comissão.

§ 2º A Comissão de Ética será nomeada através de Resolução do CMDCA, para o mandato fixado na mesma Resolução, vedada a recondução imediatamente subsequente.

Art. 64º São consideradas faltas funcionais graves:

- I - usar da função em benefício próprio;
- II - romper o sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Tutelar que integre;
- III - manter conduta incompatível com a função que ocupa ou exceder-se no exercício desta, de modo a exorbitar de sua competência, abusando da autoridade que lhe foi conferida;
- IV - recusar-se a prestar atendimento ou omitir-se a isso quanto ao exercício de suas competências, quando em horário de atendimento normal ou durante o período de sobreaviso;
- V - aplicar medida contrariando a decisão colegiada do Conselho Tutelar;
- VI - deixar de cumprir expediente normal do Conselho Tutelar e de comparecer aos plantões, nos horários estabelecidos ou quando convocado;
- VII - exercer outra atividade incompatível com a função, nos termos dessa lei;
- VIII - receber, em razão da função, honorários, gratificações, custas, emolumentos, diligências, brindes ou qualquer outra oferta;
- IX - falta de decoro funcional, ineficiência funcional e conduta incompatível com o cargo; e
- X - não cumprimentos das advertências emanadas do CMDCA.

Art. 65º Constatado o cometimento de falta funcional grave por Conselheiro Tutelar serão aplicadas as seguintes penalidades:

- I - advertência, nas hipóteses previstas nos incisos III, V, VI e VIII do artigo 64 desta lei e/ou diante do descumprimento de qualquer dos deveres previstos nos incisos do artigo 62 desta lei;
- II - suspensão não remunerada de 01 (um) a 03 (três) meses, ocorrendo à reincidência nas hipóteses previstas nos incisos I, II, IV e VIII e na hipótese prevista no inciso V do artigo 64 desta lei ou dos deveres previstos nos incisos do artigo 62 desta lei, quando irreparável o prejuízo decorrente da falta verificada;
- III - cassação do mandato, na hipótese de, após a aplicação da penalidade de suspensão não remunerada, o Conselheiro Tutelar cometer nova falta grave previstas no artigo 64 desta lei.

§ 1º O CMDCA, por decisão do Conselho, poderá afastar temporariamente o Conselheiro Tutelar, na averiguação de procedimento administrativo, se entender que poderá intervir em provas ou subornar testemunhas em seu favor.

§ 2º O Conselheiro Tutelar que tiver sido cassado o mandato ou estiver respondendo a processo administrativo não poderá concorrer mais para o Conselho Tutelar.

§ 3º Considera-se reincidência, para os efeitos desta Lei, o cometimento de nova falta grave, depois de já ter sido penalizado, irrecorrivelmente, por infração anterior.

Art. 66º O Processo administrativo será instaurado pela Comissão de Ética, por denúncia de qualquer cidadão, por representação do Ministério Público ou por decisão do CMDCA, sendo o procedimento de apuração sigiloso obedecendo as seguintes normas:

- I - instauração mediante ato da Comissão de Ética, com base na denúncia ou representação, conforme previsto neste artigo;
- II - notificado o indiciado para o interrogatório e para apresentar a defesa por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de ciência da notificação, devendo arrolar as provas que pretende produzir, inclusive com o nome e endereço das testemunhas, se for o caso;
- III - realizada a instrução do procedimento, colhendo-se as provas pertinentes;
- IV - concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por até igual período, por motivo de força maior;
- V - a conclusão da Comissão de Ética será remetida de ofício, independentemente de recurso administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência do indiciado quanto a penalidade aplicada, ao plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que decidirá sobre a manutenção da penalidade a ser aplicada, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da elaboração do relatório conclusivo; e
- VI - Todos os atos resultantes do Procedimento Administrativo, bem como qualquer outra violação cometida pelo Conselheiro Tutelar contra o direito da criança ou adolescente, serão encaminhados ao Ministério Público, para as providências legais cabíveis.

§ 1º A penalidade aprovada pelo CMDCA, inclusive no caso de cassação do mandato será publicada por Resolução e oficiada ao Poder Executivo Municipal para referendar a decisão por meio de Decreto.

§ 2º Caso seja declarada vaga a função, no caso de cassação, o CMDCA convocará o suplente imediato para a posse no Conselho Tutelar.

Art. 67º O Conselheiro Tutelar, em caso de renunciar ao mandato, deverá fazê-lo mediante ofício dirigido ao Presidente do CMDCA, que declarará vago o cargo e convocará o suplente imediato.

§ 1º A renúncia, depois de recebida pelo CMDCA, terá caráter irrevogável e irretratável.

§ 2º O Conselheiro Tutelar, denunciado em Processo Administrativo poderá, a qualquer momento, antes do final do processo, renunciar o cargo, obedecendo ao disposto no artigo desta lei.

§ 3º Na hipótese do § 2º do presente artigo o Conselheiro Tutelar que renunciar não poderá candidatar-se na primeira eleição do Conselho Tutelar subsequente à sua renúncia.

Art. 68º A Comissão de Ética será formada sempre que for necessária sua convocação pelo CMDCA e terá o mandato definido pelo mesmo.

Parágrafo único. No caso de a Comissão de Ética estar analisando procedimento administrativo seguirá até o seu final, mesmo tendo vencido o prazo legal de prorrogação.

Art. 69º Nos casos omissos aplicar-se-á subsidiariamente, no que couber:

I - A Lei Federal 8.069/1990 - ECA; e  
II - O Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, especificamente em relação ao procedimento administrativo para a apuração de falta funcional grave pela Comissão de Ética.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 70º O Conselheiro Tutelar perderá:

I - a remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, sem justificativa ou caso esta não seja aceita pelo CMDCA; e  
II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a trinta minutos, sem justificativa ou não aceita pelo CMDCA.

Art. 71º As reposições e indenizações ao erário serão descontadas em parcelas mensais não excedentes à metade da remuneração ou provento, em valores atualizados.

Parágrafo único. O Conselheiro em débito com o erário e que, de qualquer modo, venha a se desvincular do Conselho Tutelar, terá descontado de sua rescisão, o valor da integralidade do débito existente e, se ainda assim restar alguma pendência, referido valor será inscrito na dívida ativa do Município para futura Execução.

Art. 72º Aplica-se aos Conselheiros Tutelares, naquilo que não for contrário ao disposto nesta lei ou incompatível com a natureza temporária do exercício da função, as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município e da legislação correlata referentes ao direito de petição e ao processo administrativo disciplinar.

Parágrafo único. Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA coordenar e executar as atividades relativas à disciplina dos Conselheiros Tutelares.

Art. 73º Fica garantido aos conselheiros tutelares e respectivos suplentes a garantia de concorrerem nas próximas eleições desde que atendam os requisitos estabelecidos na presente lei.

Art. 74º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de recursos orçamentários próprios previstos no Orçamento Anual do Município.

Art. 75º O primeiro processo de escolha dos membros do conselho tutelar conforme previsto no art. 139 da Lei nº 8.069, de 1990, com redação dada pela Lei nº 12.696 de 2012 e nos termos da Resolução 152 de 09 de agosto de 2012 do CONANDA dar-se-á no dia 04 de outubro de 2015, com posse no dia 10 de janeiro de 2016.

Parágrafo único. Os atuais Conselheiros Tutelares, empossados no ano de 2011, terão excepcionalmente seus mandatos prorrogados até 09 de janeiro de 2016.

Art. 77º Fica revogada a Lei Complementar nº 45, de 18 de agosto de 2011 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista - SC,  
26 de agosto de 2014.  
DÉCIO GRATNER  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato Nº 146/2014

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 146/2014; Processo Administrativo nº: 095/2013; Chamamento Público nº 02/2013; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANTÔNIO CARLOS; Contratada: CARDIOCLÍNICA BIGUAÇU LTDA; Objeto: Contratação de empresas/clinicas da saúde para realização de serviços de exames médicos relacionados no Anexo I e consultas médicas especializadas conforme Anexo II deste Edital, para pacientes do Município de Antônio Carlos encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, mediante agendamento prévio, em seus consultórios, desde que localizados nos Municípios de Antônio Carlos, Biguaçu, São José, Palhoça ou Florianópolis. Prazo: 14/08/2014 - 14/08/2015.

Antônio Carlos, 14 de agosto de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**Arroio Trinta****PREFEITURA****Pregão Presencial Nº 0029/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0029/2014.

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO PARA O CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Lei Complementar 123/06, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes (credenciamento): Até às 09h:00 do dia 18/09/2014.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 18/09/2014.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 04 de setembro de 2014.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

**Balneário Rincão****PREFEITURA****Aviso de Tomada de Preços 070/Pmbr/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços Nº. 070/PMBR/2014

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 23/09/2014 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, sn, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para Implantação de um Sistema de Geoprocessamento e Recadastramento Imobiliário dos imóveis da área urbana do Município de Balneário Rincão-SC.

Fone/Fax: (48) 3468-4528/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneario Rincão - SC, 04 de Setembro de 2014.

Presidente da Comissão Permanente de Licitações  
Valberto Berkenbrock

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### Lei 1046/2014

LEI Nº 1.046/2014, DE 21 DE JULHO DE 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER A DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DA ÁREA DE TERRAS COM 3.502,11 M², SITUADA NO LUGAR DENOMINADO ARROIO FUNDO, MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO - SC DE PROPRIEDADE DE OSMAR DAMASO DA SILVEIRA E SOELI BUENO DA SILVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder à desapropriação amigável de área de terra com 3.502,11 m² (três mil, quinhentos e dois metros e onze centímetros quadrados), no lugar denominado Arroio Fundo, Município de Bela Vista do Toldo - SC, parte integrante da matrícula nº 15.647 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas - SC, de propriedade de Osmar Damaso da Silveira e Soeli Bueno da Silveira, identificada no Memorial Descritivo e Levantamento Planialtimétrico, elaborado por João Engelberto Linzmeier - Engenheiro Civil CREA/SC - 15.355-4 - Anexo.

Art. 2º. A desapropriação da área destina-se a Construção de uma Quadra Coberta com Vestiário na Escola Municipal Terezinha Corrêa Agostinho, nos termos dos artigos 2º e 5º, alínea "h", do Decreto-lei nº 3.365/41.

Art. 3º. O valor da área a ser desapropriada, a título de justa indenização, será de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) conforme apurado pela Comissão de Avaliação.

Parágrafo único: A desapropriação poderá se dar de forma parcelada, de acordo com o interesse e a conveniência do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º. Fica incluída a ação de desapropriação tratada no art. 1º, no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da Presente Lei serão custeadas pelo orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 21 de julho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

### Lei 1.047/2014

LEI Nº 1.047/2014, DE 21 DE JULHO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1o. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
72-12.365.0005-2.011	2.011	Manutenção do Desenvolvimento da Educação Infantil	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0736	Aplicações Diretas	900.000,00
TOTAL GERAL			900.000,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
39-12.361.0005-2.008	2.008	Manutenção do Desenvolvimento da Educação Infantil	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0736	Aplicações Diretas	400.000,00
ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
90-15.452.0006-1.007	1.007	Manutenção da Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Públicos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0738	Aplicações Diretas	500.000,00
TOTAL GERAL			900.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 21 de julho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal



MARIO CESAR CORRÊA  
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

### Lei 1.048/2014

LEI Nº 1.048/2014, DE 21 DE JULHO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 125.290,00 (Cento e vinte e cinco mil e duzentos e noventa reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	02.00	GABINETE DO PREFEITO	R\$
Unidade Orçamentária	02.01	GABINETE DO PREFEITO	
149-04.122.0002-2.002	2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0739	Aplicações Diretas	58.000,00
ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
150-12.361.0005-2.007	2.007	Manutenção da Secretaria Municipal Educação	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0739	Aplicações Diretas	30.000,00
ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
151-15.452.0006-2.022	2.022	Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0739	Aplicações Diretas	37.290,00
TOTAL GERAL	125.290,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 125.290,00 (Cento e vinte e cinco mil e duzentos e noventa reais), referente a Abertura de Crédito Adicional Especial por conta de Leilão autorizado pela Lei nº1.038/2014 de 29 de maio de 2014.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 21 de julho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

### Lei 1.049/2014

LEI Nº 1.049/2014, DE 21 DE JULHO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SEC. MUNIC. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SEC. MUNIC. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
95-15.452.0006-2.020	2.020	Convênio Radio Patrulha	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	15.000,00
ÓRGÃO	07.00	SEC. MUNIC. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SEC. MUNIC. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
101-15.452.0006-2.021	2.021	Manutenção e Segurança no Trânsito	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0734	Aplicações Diretas	3.000,00
TOTAL GERAL			18.000,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	04.00	SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL	R\$
Unidade Orçamentária	04.01	SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL	
27-20.606.0004.1005	1.005	Aquisição de Caminhões, Tratores, Maquinas e Implementos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0738	Aplicações Diretas	18.000,00
TOTAL GERAL			18.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 21 de julho de 2014.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA  
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

### Lei 1.050/2014

LEI Nº 1.050/2014, DE 21 DE JULHO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

#### LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 324.981,30 (Trezentos e vinte e quatro mil novecentos e oitenta e um reais e trinta centavos) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
148-15.452.0006-2.025	2.025	Ações em Saneamento Básico	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	324.981,30
TOTAL GERAL	324.981,30		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 324.981,30 (Trezentos e vinte e quatro mil novecentos e oitenta e um reais e trinta centavos), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	03.00	SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$
Unidade Orçamentária	03.01	SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
05-04.122.0003.0.001	0.001	Transferências a Instituições Públicas s/ fins Lucrativos	

Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	24.000,00
ÓRGÃO	04.00	SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL	
Unidade Orçamentária	04.01	SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL	
27-20.606.0004.1005	1.005	Aquisição de Caminhões, Tratores, Maquinas e Implementos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0738	Aplicações Diretas	100.000,00
ÓRGÃO	04.00	SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL	
Unidade Orçamentária	04.01	SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL	
29-20.606.0004.1005	1.005	Aquisição de Caminhões, Tratores, Maquinas e Implementos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0743	Aplicações Diretas	200.981,30
TOTAL GERAL			324.981,30

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 21 de julho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

**Lei 1.051/2014**

LEI Nº 1.051/2014, DE 21 DE JULHO DE 2014.

"AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A COOPERATIVA-ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA "VIDAL RAMOS" - COOPESA, COM INTERVENIÊNCIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - CEDUP VIDAL RAMOS DE CANOINHAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio, através da Secretaria Municipal de Educação, com o Centro de Educação Profissional "Vidal Ramos" - "CEDUP Vidal Ramos", visando a aquisição de 06 (seis) vagas no curso profissionalizante de Técnico em Agropecuária, sendo as 06 (seis) vagas com 50% (cinquenta por cento).

Art. 2º. O valor do Convênio ora autorizado será de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais) anuais por vaga, perfazendo um valor total de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) anuais, divididos em 02 (duas) parcelas mensais, iguais, no valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), a serem pagas a partir do mês de julho.

Art. 3º. Caberá à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Bem Estar Social realizar o acompanhamento dos adolescentes indicados para as vagas constantes do artigo 1º, com orientação e encaminhamento para estágio nos Programas desenvolvidos pelo Município.

Art. 4º. As vagas de que trata o artigo 1º serão destinadas, preferencialmente, à adolescentes filhos de agricultores do Município de Bela Vista do Toldo.

Art. 5º. A liberação das parcelas mensais ficará condicionada à prestação de contas da parcela anterior e ao fornecimento de relatório de serviços prestados.

Art. 6º. As despesas advindas da presente autorização, correrão à conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, conforme abaixo descrito:

2038 - Manutenção do Ensino Profissional

(146) - 3.3.90.00.00.00.00.0701 - Aplicações Diretas

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2014.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 21 de julho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

**Lei 1.052/2014**

LEI Nº 1.052/2014, DE 21 DE JULHO DE 2014.

"CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - FUMDEC, COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO - SC, REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 869/2012 E A LEI MUNICIPAL Nº 1000/2013, INSERE META NO PPA, LDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Cria o Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC e a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município de Bela Vista do Toldo, Estado Santa Catarina, diretamente subordinada ao Prefeito ou ao seu eventual substituto, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade.

Art. 2º. Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I. Proteção e Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

II. Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III. Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada.

IV. Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

**CAPÍTULO I  
DO FUMDEC****SEÇÃO I  
DA DURAÇÃO E FINALIDADE**

Art. 3º. O FUMDEC tem duração indeterminada, natureza contábil e terá por finalidade captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução das ações de defesa civil, as quais compreendem os aspectos globais de prevenção de desastres, preparação para emergências e desastres, respostas aos desastres e reconstrução e recuperação originada por desastres.

§ 1º. O FUMDEC será administrado pelo Prefeito Municipal, em conjunto com a Comissão Gestora.

§ 2º. As ações de prevenção de desastres compreendem:

I - avaliação dos riscos de desastres:

a) estudo e mapeamento das ameaças dos desastres;

b) estudo e mapeamento do grau de vulnerabilidade dos sistemas;

c) elaboração de projetos destinados à minimização de desastres;

e

d) confecção de projetos educativos e de divulgação.

II - redução dos riscos de desastres:

a) adoção de medidas não estruturais que englobam o planejamento da ocupação e/ou da utilização do espaço geográfico, em função da definição de áreas de riscos, visando a redução de desastres; e

b) execução de medidas estruturais que englobam obras de engenharia de qualquer espécie, destinadas a redução de desastres.

§ 3º. As ações de preparação para emergências e desastres compreendem:

I - capacitação e treinamento de recursos humanos;

II - aparelhamento dos órgãos de coordenação, execução e apoio logístico, integrantes do sistema de defesa civil;

III - desenvolvimento científico e tecnológico;

IV - informação e pesquisa sobre desastre;

V - articulação e integração de ações de informações;

VI - desenvolvimento institucional;

VII - motivação e articulação empresarial e da população;

VIII - desenvolvimento e instalação de sistemas de monitoração, alerta e alarme, para áreas de riscos ou sujeitas a desastres;

IX - planos operacionais e de contingências; e

X - planejamento de proteção de populações contra riscos de desastres.

§ 4º. As ações de resposta aos desastres compreendem:

I - socorro e assistência às populações afetadas por desastres;

II - as ações de socorro e assistência emergenciais compreendem as despesas de custeio operacional e apoio financeiro às entidades assistenciais sem fins lucrativos, às quais deverão prestar contas da aplicação do recurso, respaldando providências básicas para atendimento durante e após a fase de impacto, inclusive a recuperação de áreas de risco.

§ 5º. As ações de reconstrução e recuperação compreendem:

I - restabelecimento dos serviços públicos, da economia da área afetada, do moral social e o bem - estar da população;

II - realocação de populações afetadas por desastres;

III - reconstrução e reabilitação de cenários de desastres; e

IV - destinação de recursos para as despesas de custeio operacional das obras necessárias de recuperação e reconstrução dos locais atingidos pelos desastres.

## SEÇÃO II DA COMISSÃO GESTORA

Art. 4º. Fica instituída a Comissão Gestora do FUMDEC, com a seguinte composição:

I - Presidente

II - Secretário Municipal de Administração e Fazenda;

III - um representante da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC;

IV - um representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico;

V - um representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural; e

VI - um representante da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos;

§ 1º. O presidente da Comissão Gestora do FUMDEC será nomeado pelo Prefeito Municipal.

§ 2º. Os membros da Comissão Gestora não serão remunerados a qualquer título, sendo, entretanto, as atividades desenvolvidas consideradas como serviços públicos relevantes.

## SEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO GESTORA

Art. 5º. Compete a Comissão Gestora do FUMDEC:

I - administrar recursos financeiros;

II - cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

III - prestar contas da gestão financeira; e

IV - desenvolver outras atividades determinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, compatíveis com os objetivos do FUNDO.

## SEÇÃO IV DAS RECEITAS E MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 6º. Constitui receita do FUMDEC:

I - as dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

II - os recursos transferidos da União, do Estado ou do Município;

III - os auxílios, as dotações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacional ou estrangeira, destinados à prevenção de desastres, socorro, assistência e reconstrução;

IV - os recursos provenientes de doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas;

V - a remuneração decorrente de aplicação no mercado financeiro;

VI - os saldos dos créditos extraordinários e especiais, abertos em decorrência de calamidade pública ou situação de emergência, não aplicados e ainda disponíveis; e

VII - outros recursos que lhe forem atribuídos.

Art. 7º. Os recursos do Orçamento do FUMDEC serão movimentados através do uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, desenvolvido em parceria com o Banco do Brasil S.A. e Controladoria Geral da União (CGU), que tem como objetivo dar mais agilidade e transparência aos gastos de recursos liberados pela União para

ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais, sendo o saldo positivo do Fundo apurado em balanço transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Art. 8º. Os recursos alocados no FUMDEC terão destinação específica nas ações definidas no artigo segundo desta Lei, não podendo servir de fonte para qualquer outro fundo ou programa instituído pelo Município.

#### SEÇÃO V DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 9º. Fica o Poder Executivo autorizado a inserir meta no Plano Plurianual - PPA, observadas as disposições do art. 5º da Lei Municipal 992/2013 de 10 de outubro de 2013, o Fundo Municipal de Defesa Civil e seus respectivos programas, cujas programações orçamentárias estão definidas no Anexo II desta Lei, estabelecendo objetivos, indicadores, fontes de recursos e respectivas ações, metas físicas e financeiras e outros atributos.

Art. 10. Os anexos II, III e IV do Plano Plurianual - PPA 2014 a 2017, constantes da Lei Municipal nº 992/2013 de 10 de outubro de 2013 ficam automaticamente alteradas pela operacionalização das inclusões das programações orçamentárias referidas no art. 9º desta Lei.

Art. 11. Ficam incluídas no Anexo - Metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, os Programas e Ações definidas no Anexo II desta Lei, que constarão dos Projetos e das Leis Orçamentárias Anuais.

Parágrafo Único: Para o Orçamento do FUMDEC servirá de fonte, recurso decorrente de Convenio Federal e Estadual.

Art. 12. O FUMDEC será implementado logo após a publicação desta Lei e suas dotações orçamentárias serão consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município.

#### CAPÍTULO II DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC

Art. 13. Fica criado a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC.

Art. 14. A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil.

#### SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

Art. 15. A COMPDEC compor-se-á de:

I - Coordenador

II - Conselho Municipal

III - Secretaria

IV - Setor Técnico

V - Setor Operativo

Art. 16. O Coordenador da COMPDEC será indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e compete ao mesmo coordenar,

organizar e executar as atividades de proteção defesa civil no âmbito do município, além de outras definidas por lei ou regulamento.

Art. 17. Poderão constar dos currículos escolares nos estabelecimentos municipais de ensino, noções gerais sobre procedimentos de Proteção e Defesa Civil.

Art. 18. O Conselho Municipal será composto pelo Presidente, Coordenador e por representantes das Secretarias Municipais e dos órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal sediados no Município, e por representantes das classes produtoras e trabalhadoras, entidades religiosas e de organizações não governamentais - ONG - que apoiam as atividades de Defesa Civil em caráter voluntário.

Art. 19. Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo Único: A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 20. A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Art. 21. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Lei Municipais nº 869/2012, de 18 de julho de 2012 e nº 1.000/2013 de 29 de novembro de 2013.

Bela Vista do Toldo - SC, 21 de julho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

#### Lei 1.053/2014

LEI Nº 1.053/2014, DE 30 DE JULHO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 226.928,00 (duzentos e vinte e seis mil novecentos e vinte e oito reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:



ÓRGÃO	16.00	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL MUN. R\$ DE BELA VISTA DO TOLDO	
Unidade Orçamentária	16.01	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL MUN. DE BELA VISTA DO TOLDO	
01-06.182.0011-2.039	2.039	Manutenção da Defesa Civil	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0743	Aplicações Diretas	50.000,00
ÓRGÃO	16.00	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL MUN. DE BELA VISTA DO TOLDO	
Unidade Orçamentária	16.01	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL MUN. DE BELA VISTA DO TOLDO	
02-06.182.0011-2.039	2.039	Manutenção da Defesa Civil	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0742	Aplicações Diretas	176.928,00
TOTAL GERAL	226.928,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 226.928,00 (duzentos e vinte e seis mil novecentos e vinte e oito reais), referente a Abertura de Crédito Adicional por conta de Convênio nº 059/SDC/2014 realizado junto Secretaria de Estado da Defesa Civil e repasse de convênio Federal realizado através da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 30 de julho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

### Lei 1.054/2014

LEI Nº 1.054/2014, DE 30 DE JULHO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	16.00	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL MUN. DE BELA VISTA DO TOLDO	R\$
Unidade Orçamentária	16.01	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL MUN. DE BELA VISTA DO TOLDO	
03-06.182.0011-2.039	2.039	Manutenção da Defesa Civil	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	10.000,00
TOTAL GERAL	10.000,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular do orçamento da Prefeitura Municipal o valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$
Unidade Orçamentária	99.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
139-99.999.9.999-9.999	9.999	Reserva de Contingência	
Dotação	9.9.99.00.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	10.000,00
TOTAL GERAL	10.000,00		

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 30 de julho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

**Lei 1.055/2014**

LEI Nº 1.055/2014, DE 14 DE AGOSTO DE 2014.

"AUTORIZA TEMPORARIAMENTE A ATRIBUIÇÃO DA RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS CONTÁBEIS DA CÂMARA MUNICIPAL À SERVIDOR EFETIVO RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL, CRIA GRATIFICAÇÃO MENSAL A SER PAGA A REFERIDO SERVIDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica a Mesa Diretora autorizada a atribuir a responsabilidade pelos serviços contábeis da Câmara Municipal ao Contador da Prefeitura ou a outro servidor efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo, com formação em Contabilidade, devidamente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade, e regular com suas obrigações.

Art. 2º. A título de gratificação a ser paga ao servidor que responder pelos serviços contábeis mencionado no artigo anterior, fica concedida a gratificação mensal de R\$ 1.477,84 (um mil quatrocentos e setenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), para o trabalho de 40(quarenta horas) mensais, divididas em 10(dez) horas semanais, a ser paga na mesma época da quitação da folha de pagamento mensal da Câmara Municipal.

Art. 3º. Em face da licença da Servidora efetiva responsável pela contabilidade da Câmara Municipal, a presente lei autorizativa terá vigência até o retorno da titular ao cargo.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotações previstas no orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 14 de agosto de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

## Biguaçu

### PREFEITURA

#### **EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.170/2013 - PROCESSO: CONVITE - CV Nº 56/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 10.170/2013  
Processo: Convite - CV Nº 56/2013 - FMS

Objeto: OBRA DA ACADEMIA DE SAÚDE.

Fornecedor: TNH PRESTADORA DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME

Vigência: de 01/09/2014 a 01/10/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### Extrato Contrato 149/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 149/2014 Pregão Presencial 24/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Jose Roberto Raphael ME.

Objeto: Fornecimento de transporte escolar para os alunos da rede municipal e estadual de ensino para o exercício de 2014.

Valor Total: R\$ 17.180,10 (dezesete mil cento e oitenta reais e dez centavos)

Bom Retiro, 04 de setembro de 2014.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Braco do Trombudo

PREFEITURA

Ata de Registro de Preço Nº 31 2013 Pmbt

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2013

Página: 1/10

Número do Registro de Preços: 31/2013      Data do Registro: 05/09/2013      Válido até: 05/09/2014							
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material elétrico e contratação de mão de obra para manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria de obras do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bateria 110 AMP. (10732)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ENERGY	0	196,0790	1
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	TRAFIC	0	194,3740	2
2	Bateria 160 AMP. (10733)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ENERGY	0	255,6095	1
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	TRAFIC	0	253,3352	2
3	Bateria 180 AMP. (10734)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ENERGY	0	266,1140	1
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	TRAFIC	0	245,6453	2
4	Bateria 60 AMP. (10743)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ENERGY	0	110,6474	1
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	TRAFIC	0	101,4610	2
5	Bateria 45 AMP. (10744)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ENERGY	0	91,0390	1
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	TRAFIC	0	84,3767	2
6	Motor partida 24 V (10746)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BOSCH	0	420,1800	1
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	BOSCH	0	399,4420	2
7	MOTOR PARTIDA 12 V (10745)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BOSCH	0	350,1500	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2013**

Página: 2/10

Número do Registro de Preços: 31/2013			Data do Registro: 05/09/2013			Válido até: 05/09/2014		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material elétrico e contratação de mão de obra para manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria de obras do município de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
8	Alternador 12 v 55 AMP. (10761)		Simones & Simones Ltda ME (6191)	BOSCH	0	341,7683	2	
		UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BOSCH	0	266,1140	1	
9	Alternador 24 V 55 AMP. (11730)		Simones & Simones Ltda ME (6191)	BOSCH	0	247,7857	2	
		UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BOSCH	0	392,1680	1	
10	Alternador 24 V 90 AMP. (10763)		Simones & Simones Ltda ME (6191)	BOSCH	0	361,4222	2	
		UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BOSCH	0	350,1500	1	
11	Estator 12V 55 AMP. (10764)		Simones & Simones Ltda ME (6191)	PRESTOLITE	0	328,9519	2	
		UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	70,0300	1	
12	Rotor 12 V 55 AMP. (10765)		Simones & Simones Ltda ME (6191)	BOSCH	0	65,3636	2	
		UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	70,0300	1	
13	Estatior 24 V 55 AMP. (10766)		Simones & Simones Ltda ME (6191)	BOSCH	0	67,9269	2	
		UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	70,0300	1	
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	BOSCH	0	74,7644	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2013

Página: 3/10

Número do Registro de Preços: 31/2013      Data do Registro: 05/09/2013      Válido até: 05/09/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material elétrico e contratação de mão de obra para manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria de obras do município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
14	Rotor 24 V 65 AMP. (10767)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	119,0510	1		
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	BOSCH	0	114,9182	2		
15	Porta escova. (10768)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	UNIFAP	0	16,1069	1		
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	UNIFAP	0	30,3300	2		
16	Jogo de Reparo Alternador. (10769)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	G BUSCH	0	25,2108	1		
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	GUILHERME E	0	33,7520	2		
17	Jogo de reparo Motor de Partida. (10770)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	G BUSCH	0	16,8072	1		
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	GUILHERME E	0	20,0769	2		
18	Kit de Buchas para Motor de Partida. (10771)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	MOLD MIX	0	10,5045	1		
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	WAR	0	14,3095	2		
19	Pinhão 101024. (10772)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ZEN	0	28,7123	1		
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	ZEN	0	35,2451	2		
20	Pinhão 1010105. (10773)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ZEN	0	29,4126	1		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2013**

Página: 4/10

Número do Registro de Preços: 31/2013			Data do Registro: 05/09/2013			Válido até: 05/09/2014		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material elétrico e contratação de mão de obra para manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria de obras do município de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação		Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	Pinhão 35259938. (10775)		Simones & Simones Ltda ME (6191)	ZEN	0	39,0900	2	
		UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ZEN	0	56,0240	1	
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	ZEN	0	55,3219	2	
22	Bubina de Campo 12 V. (10777)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	WAPSA	0	63,0270	1	
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	BOBINAUTO	0	59,3847	2	
23	Rolamento 6303. (10778)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	UTO	0	7,0030	1	
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	NKS	0	8,3307	2	
24	Rolamento 62201. (10779)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	UTO	0	10,5045	1	
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	NSK	0	14,3095	2	
25	Automático 12 v. (11645)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ZM	0	49,0210	1	
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	ZM	0	46,9913	2	
26	Automático 24 v. (11646)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ZM	0	56,0240	1	
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	ZM	0	58,7439	2	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2013**

Página: 5/10

Número do Registro de Preços: 31/2013			Data do Registro: 05/09/2013			Válido até: 05/09/2014		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material elétrico e contratação de mão de obra para manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria de obras do município de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
27	Lâmpada H3 12 V. (11647)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TESLLA	0	7,0030	1	
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	OSRAM	0	8,9715	2	
28	Lâmpada H3 24 v. (11648)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TESLLA	0	7,0030	1	
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	OSRAM	0	12,8164	2	
29	Lâmpada 1141 12 v. (11649)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TESLLA	0	2,1009	1	
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	OSRAM	0	2,9926	2	
30	Lâmpada 1141 24 v. (11650)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TESLLA	0	2,1009	1	
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	OSRAM	0	3,8449	2	
31	Lâmpada 1034 12 v. (11651)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TESLLA	0	2,1009	1	
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	OSRAM	0	3,8449	2	
32	Lâmpada 1034 24 v. (11652)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TESLLA	0	2,1009	1	
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	OSRAM	0	4,4857	2	
33	Lâmpada 67 12 v. (11653)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TESLLA	0	2,1009	1	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2013**

Página: 6/10

**Número do Registro de Preços: 31/2013      Data do Registro: 05/09/2013      Válido até: 05/09/2014**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material elétrico e contratação de mão de obra para manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria de obras do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	Lâmpada 67 24 v. (11654)		Simones & Simones Ltda ME (6191)	OSRAM	0	2,3518	2
		UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TESLLA	0	2,1009	1
35	Lâmpada H7 64210 NBP. (11655)		Simones & Simones Ltda ME (6191)	OSRAM	0	2,7747	2
		UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TESLLA	0	10,5045	1
36	Lâmpada H4 64193 NBP. (11656)		Simones & Simones Ltda ME (6191)	OSRAM	0	32,2524	2
		UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TESLLA	0	14,0060	1
37	Rele pisca 12 v. (11657)		Simones & Simones Ltda ME (6191)	OSRAM	0	27,9846	2
		UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	DNI	0	12,6054	1
38	Rele pisca 24 v. (11658)		Simones & Simones Ltda ME (6191)	DNI	0	19,4361	2
		UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	DNI	0	14,0060	1
39	Farol F11 v. (11659)		Simones & Simones Ltda ME (6191)	DNI	0	27,9846	2
		UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	NINO	0	19,6084	1
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	NINO	0	22,1403	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2013**

Página: 7/10

Número do Registro de Preços: 31/2013			Data do Registro: 05/09/2013			Válido até: 05/09/2014		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material elétrico e contratação de mão de obra para manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria de obras do município de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
40	Farol F 13 v. (11660)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	NINO	0	26,6114	1	
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	NINO	0	25,3508	2	
41	Farol FV2107. (11661)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	NINO	0	49,7213	1	
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	VINCO	0	45,7417	2	
42	Rele Farol B135. (11662)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	DNI	0	30,1129	1	
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	BEGSON	0	27,6257	2	
43	Lanterna 15. (11663)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ZF	0	27,3117	1	
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	GF	0	24,9984	2	
44	Lanterna 106. (11664)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ZF	0	13,3057	1	
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	GF	0	12,1948	2	
45	Lanterna 163R. (11665)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ZF	0	21,0090	1	
			Simones & Simones Ltda ME (6191)	GF	0	20,1153	2	
46	Lanterna 174B. (11666)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ZF	0	30,1129	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2013

Página: 8/10

Número do Registro de Preços: 31/2013		Data do Registro: 05/09/2013		Válido até: 05/09/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material elétrico e contratação de mão de obra para manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria de obras do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

Simones & Simones Ltda ME (6191) GF 0 27,9205 2

47 Mão de Obra (oficina). (8741)

HR XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)

0 24,5105 1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2013

Página: 9/10

Número do Registro de Preços: 31/2013		Data do Registro: 05/09/2013		Válido até: 05/09/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material elétrico e contratação de mão de obra para manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria de obras do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Simones & Simones Ltda ME (6191)		0	22,4287	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2013

Página: 10/10

Número do Registro de Preços: 31/2013		Data do Registro: 05/09/2013		Válido até: 05/09/2014	
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material elétrico e contratação de mão de obra para manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria de obras do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2013  
PROCESSO Nº 59/2013  
(6191) - Simones & Simones Ltda ME  
(8764) - XANDE AUTO CENTER LTDA ME

Braço do Trombudo, 5 de Setembro de 2013.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 44 2013 PMBT**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2013**

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 44/2013      Data do Registro: 06/12/2013      Válido até: 06/12/2014						
Objeto da Compra: Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, Ruas municipais e localidades rurais do município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	Tubo de concreto 200x1000mm (12423)	UND	DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	13.5000
			PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	P.VALE	0	13.7000
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	13.9300
2	Tubo de concreto 300x1000mm (12424)	UND	PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	P.VALE	0	14.3000
			DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	14.4500
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	14.9000
3	Tubo de concreto 400x1000mm (12425)	UND	DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	23.5500
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	23.6000
			PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	P.VALE	0	23.8000
4	Tubo de concreto 500x1000mm (12426)	UND	DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	32.7500
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	32.8000
			PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	P.VALE	0	35.1000
5	Tubo de concreto 600x1000mm (12427)	UND	DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	42.7500

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2013

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 44/2013		Data do Registro: 06/12/2013		Válido até: 06/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, Ruas municipais e localidades rurais do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Tubo de Concreto 800x1000mm PA1 (12428)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	FRONZA	0	42,8000	2
			PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	P.VALE	0	43,5000	3
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	FRONZA	0	107,8000	1
			PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	P.VALE	0	108,0000	2
			DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	136,0000	3
7	tubo de concreto 1000x1000mm PA1 (12429)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	FRONZA	0	150,0000	1
			DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	151,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2013

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 44/2013		Data do Registro: 06/12/2013		Válido até: 06/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, Ruas municipais e localidades rurais do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	P.VALE	0	160.0000	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2013

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 44/2013		Data do Registro: 06/12/2013		Válido até: 06/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, Ruas municipais e localidades rurais do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2013  
PROCESSO Nº 83/2013

- (6859) - FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP
- (8262) - PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA
- (8765) - DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO

Braço do Trombudo, 6 de Dezembro de 2013.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44 2013 PMBT**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2013**

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 44/2013      Data do Registro: 06/12/2013      Válido até: 06/12/2014						
Objeto da Compra: Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, Ruas municipais e localidades rurais do município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	Tubo de concreto 200x1000mm (12423)	UND	DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	13.5000
			PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	P.VALE	0	13.7000
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	13.9300
2	Tubo de concreto 300x1000mm (12424)	UND	PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	P.VALE	0	14.3000
			DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	14.4500
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	14.9000
3	Tubo de concreto 400x1000mm (12425)	UND	DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	23.5500
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	23.6000
			PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	P.VALE	0	23.8000
4	Tubo de concreto 500x1000mm (12426)	UND	DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	32.7500
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	32.8000
			PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	P.VALE	0	35.1000
5	Tubo de concreto 600x1000mm (12427)	UND	DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	42.7500

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2013

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 44/2013		Data do Registro: 06/12/2013		Válido até: 06/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, Ruas municipais e localidades rurais do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Tubo de Concreto 800x1000mm PA1 (12428)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	FRONZA	0	42,8000	2
			PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	P.VALE	0	43,5000	3
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	FRONZA	0	107,8000	1
			PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	P.VALE	0	108,0000	2
			DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	136,0000	3
7	tubo de concreto 1000x1000mm PA1 (12429)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	FRONZA	0	150,0000	1
			DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	151,0000	2

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2013

<b>Número do Registro de Preços:</b> 44/2013	<b>Data do Registro:</b> 06/12/2013	<b>Válido até:</b> 06/12/2014
<b>Objeto da Compra:</b> Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, Ruas municipais e localidades rurais do município de Braco do Trombudo.		

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	P-VALE	0	160.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2013

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 44/2013		Data do Registro: 06/12/2013		Válido até: 06/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, Ruas municipais e localidades rurais do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2013  
PROCESSO Nº 83/2013

- (6859) - FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP
- (8262) - PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA
- (8765) - DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO

Braço do Trombudo, 6 de Dezembro de 2013.



# Brusque

## PREFEITURA

### Portaria Nº 121/2014

Portaria nº 121/2014

Concede benefício de Aposentadoria Voluntária à Roberto Bolognini

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal e com fundamento no artigos 33, I, c, 62 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 3º da Emenda Constitucional nº. 47/2005.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 176/2013, benefício de Aposentadoria Voluntária a ROBERTO BOLOGNINI, CPF 217.942.359-49.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/09/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de Setembro de 2014.

ROGÉRIO RISTOW

Diretor Presidente do SAMAE

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretario de Orçamento e Gestão

### HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 040/2014

Homologação - Processo Seletivo N. 040/2014

1. O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.056/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 040/2014, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 040/2014 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 04 de setembro de 2014, no site da Prefeitura Municipal de Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 040/2014, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 04 de setembro de 2014.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

### Homologação - Processo Seletivo N. 041/2014

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 041/2014

1. O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.056/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 041/2014, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 041/2014 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 04 de setembro de 2014, no site da Prefeitura Municipal de Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 041/2014, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 04 de setembro de 2014.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

### Homologação - Processo Seletivo N. 042/2014

Homologação - Processo Seletivo N. 042/2014

1. O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.056/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 042/2014, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 042/2014 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 04 de setembro de 2014, no site da Prefeitura Municipal de Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 042/2014, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 04 de setembro de 2014.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

**Homologação - Processo Seletivo N. 043/2014**

Homologação - Processo Seletivo N. 043/2014

1. O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.056/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 043/2014, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 043/2014 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 04 de setembro de 2014, no site da Prefeitura Municipal de Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 043/2014, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 04 de setembro de 2014.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

**Caçador****PREFEITURA****Lei Nº 3.152/14**

LEI Nº 3.152, de 03 de setembro de 2014.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, no valor de R\$ 1.309.140,00 (um milhão, trezentos e nove mil e cento e quarenta reais):

**04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.50.00.00.00.00.0620 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 180.000,003.3.90.00.00.00.00.0620 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 220.000,00

10.301.0008.2.151 - Bloco de Assistência Farmacêutica

3.3.90.00.00.00.00.0620 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 100.000,00**14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

17.512.0024.2.040 - Ampliação e Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário

4.4.90.00.00.00.00.0099 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 168.040,00

18.541.0024.2.036 - Manutenção das Atividades e Programas de Preservação

4.4.90.00.00.00.00.0196 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 198.500,00

17.512.0024.2.041 - Manutenção, Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água

3.3.90.00.00.00.00.0099 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 220.000,004.4.90.00.00.00.00.0099 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 162.600,00**02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

06.181.0004.2.016 - Manutenção da Segurança Pública

3.3.90.00.00.00.00.0054 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 15.000,00

06.181.0004.2.019 - Manutenção da Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 15.000,00**02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**

15.452.0017.1.051 - Construção e Reformas de Pontes, Pontilhões e Bueiros

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 10.000,00**02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 20.000,00

Total .....  
..... R\$ 1.309.140,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de 1.309.140,00 (um milhão, trezentos e nove mil, cento e quarenta reais):

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE  
17.512.0024.2.040 - Ampliação e Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário  
3.3.90.00.00.00.00.0399 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 168.040,00  
18.541.0024.2.036 - Manutenção das Atividades e Programas de Preservação  
3.3.90.00.00.00.00.0196 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 198.500,00  
17.512.0024.2.041 - Manutenção, Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água  
3.3.90.00.00.00.00.0099 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 17.600,00  
17.512.0024.1.047 - Serviço de Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos  
3.3.90.00.00.00.00.0099 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 365.000,00

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
06.181.0004.2.016 - Manutenção da Segurança Pública  
4.4.90.00.00.00.00.0054 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 15.000,00  
06.181.0004.2.019 - Manutenção da Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador  
3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 15.000,00

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
15.451.0017.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infra Estrutura  
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 500.000,00

02.09 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO  
22.661.0027.2.101 - Manutenção do Parque de Exposições  
4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 10.000,00

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL  
01.031.0001.2.161 - Manutenção do Processo e Atividade Parlamentar  
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 20.000,00  
Total .....  
..... R\$ 1.309.140,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 03 de setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

## DECRETO Nº 6.103/2014

DECRETO nº 6.103, de 04 de setembro de 2014.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto na Lei nº 3.152, de 03 de setembro de 2014,

### DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, no valor de R\$ 1.309.140,00 (um milhão, trezentos e nove mil e cento e quarenta reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.50.00.00.00.00.0620 - Aplicações Diretas .....	R\$ 180.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0620 - Aplicações Diretas .....	R\$ 220.000,00

10.301.0008.2.151 - Bloco de Assistência Farmacêutica

3.3.90.00.00.00.00.0620 - Aplicações Diretas .....	R\$ 100.000,00
--	----------------

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE  
17.512.0024.2.040 - Ampliação e Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário

4.4.90.00.00.00.00.0099 - Aplicações Diretas .....	R\$ 168.040,00
--	----------------

18.541.0024.2.036 - Manutenção das Atividades e Programas de Preservação

4.4.90.00.00.00.00.0196 - Aplicações Diretas .....	R\$ 198.500,00
--	----------------

17.512.0024.2.041 - Manutenção, Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água

3.3.90.00.00.00.00.0099 - Aplicações Diretas .....	R\$ 220.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0099 - Aplicações Diretas .....	R\$ 162.600,00

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
06.181.0004.2.016 - Manutenção da Segurança Pública

3.3.90.00.00.00.00.0054 - Aplicações Diretas .....	R\$ 15.000,00
--	---------------

06.181.0004.2.019 - Manutenção da Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplica- ções Diretas .....	R\$ 15.000,00
.....	

**02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**

15.452.0017.1.051 - Construção e Reformas de Pontes, Pontilhões e Bueiros

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplica- ções Diretas .....	R\$ 10.000,00
.....	

**02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplica- ções Diretas .....	R\$ 20.000,00
.....	
Total .....	
.....	R\$ 1.309.140,00
.....	

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de 1.309.140,00 (um milhão, trezentos e nove mil, cento e quarenta reais):

**14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

17.512.0024.2.040 - Ampliação e Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário

3.3.90.00.00.00.00.0399 - Aplica- ções Diretas .....	R\$ 168.040,00
.....	

18.541.0024.2.036 - Manutenção das Atividades e Programas de Preservação

3.3.90.00.00.00.00.0196 - Aplica- ções Diretas .....	R\$ 198.500,00
.....	

17.512.0024.2.041 - Manutenção, Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água

3.3.90.00.00.00.00.0099 - Aplica- ções Diretas .....	R\$ 17.600,00
.....	

17.512.0024.1.047 - Serviço de Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos

3.3.90.00.00.00.00.0099 - Aplica- ções Diretas .....	R\$ 365.000,00
.....	

**02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

06.181.0004.2.016 - Manutenção da Segurança Pública

4.4.90.00.00.00.00.0054 - Aplica- ções Diretas .....	R\$ 15.000,00
.....	

06.181.0004.2.019 - Manutenção da Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplica- ções Diretas .....	R\$ 15.000,00
.....	

**02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**

15.451.0017.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infra Estrutura

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplica- ções Diretas .....	R\$ 500.000,00
.....	

**02.09 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO**

22.661.0027.2.101 - Manutenção do Parque de Exposições

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplica- ções Diretas .....	R\$ 10.000,00
.....	

**01.01 - CÂMARA MUNICIPAL**

01.031.0001.2.161 - Manutenção do Processo e Atividade Parlamentar

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplica- ções Diretas .....	R\$ 20.000,00
.....	
Total .....	
.....	R\$ 1.309.140,00
.....	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 04 de setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

**Lei Nº 3.153/14**

LEI Nº 3.153, de 03 de setembro de 2014.

Denomina via pública - RUA JURUÁ COELHO DE SOUZA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica denominada de RUA JURUÁ COELHO DE SOUZA, a Rua "Paralela", do Loteamento Contestado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 03 de setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº 3.154/14**

LEI Nº 3.154, de 03 de setembro de 2014.

Denomina Sala Multiuso Historiador NILSON THOMÉ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica denominada de Sala Multiuso Historiador NILSON THOMÉ, a sala do segundo piso do Museu do Contestado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 03 de setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Caçador, 03 de setembro de 2014.

ROSELAINE DE ALMEIDA PERICO

Secretaria de Saúde

**AVISO DE LICITAÇÃO CC 01-2014 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: CONCORRENCIA PUBLICA Nº 01/2014, TIPO: MENOR PREÇO, OBJETO: Delegação em caráter de exclusividade da Concessão do Serviço de Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros do Município de Caçador - SC, ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 14/10/2014. ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h30min do dia 14/10/2014. VALOR DO CONTRATO: R\$ 47.849.700,00, Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 04 de setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,  
Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação PR 33-2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITOR DE MARCENARIA E ARTESANATO PARA MINISTRAR AULAS NO CAPS II, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 18/09/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 18/09/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.



**Editais de Notificação de Trânsito NºS 1884 A 1887**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1884/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAC2014	55703355D	6599/2	20/07/2014	230 * V
ALH8697	55695973D	5010/0	18/08/2014	162 * I
ALH8697	55695974D	6912/0	18/08/2014	232
ARR2315	55698470D	6599/2	14/08/2014	230 * V
BMA8633	54959967E	6599/2	13/07/2014	230 * V
HZG4868	55478883C	5274/1	10/08/2014	175
HZG4868	55478884C	5274/1	10/08/2014	175
IDD0484	55702789D	6610/2	17/08/2014	230 * VII
IFT7948	55696058D	5010/0	09/08/2014	162 * I
IFT7948	55696059D	5061/0	09/08/2014	163 c/c 162 * I
JYA3704	55701187D	6599/2	18/08/2014	230 * V
JYA3704	55701188D	5010/0	18/08/2014	162 * I
KNA4307	55696641D	6726/1	09/08/2014	230 * XVIII
LJX4052	55701183D	5045/0	18/08/2014	162 * V
LXM0485	55702530D	6599/2	19/08/2014	230 * V
LYQ6120	55703270D	6599/2	07/07/2014	230 * V
LZL5423	55699032D	6599/2	16/08/2014	230 * V
LZL5423	55699033D	6637/2	16/08/2014	230 * IX
LZV4788	55702754D	6700/0	12/08/2014	230 * XVI
LZV4788	55702756D	6726/1	12/08/2014	230 * XVIII
MAL5424	55696570D	5010/0	22/07/2014	162 * I
MAL5424	55696571D	5118/0	22/07/2014	164 c/c 162 * I
MAT2859	55695959D	5010/0	12/07/2014	162 * I
MBR5259	55702242D	5010/0	14/08/2014	162 * I
MCK6380	55695957D	6599/2	12/07/2014	230 * V
MDD1663	55702264D	6599/2	15/08/2014	230 * V

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDD1663	55702265D	6912/0	15/08/2014	232
MDD1663	55702266D	5045/0	15/08/2014	162 * V
MDM2290	55702760D	6599/2	13/08/2014	230 * V
MEE7455	55703334D	6599/2	13/08/2014	230 * V
MEP1051	55700891D	5010/0	19/08/2014	162 * I
MEX3143	55703276D	6610/2	20/07/2014	230 * VII
MFW8175	55702822D	5010/0	16/08/2014	162 * I
MKL8903	55696905D	6599/2	06/08/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 4 DE SETEMBRO DE 2014

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1885/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHZ9322	55135648E	6041/2	14/08/2014	207
ALC2604	55702908D	5185/1	14/08/2014	167
APP3615	55696914D	7366/2	07/08/2014	252 * VI
BST2854	54959291E	6041/2	15/08/2014	207
CAG5814	55702527D	6122/0	18/08/2014	214 * I
CRI2489	55701094D	7366/2	08/08/2014	252 * VI
DPS3083	55696941D	5185/1	13/08/2014	167
DWQ6667	55701023D	7366/2	13/08/2014	252 * VI
IFA8528	55135521E	6041/2	14/08/2014	207
KNA4307	55696640D	5347/0	09/08/2014	178
LXE3905	55698468D	5541/5	13/08/2014	181 * XVII
LZL5423	55699034D	5347/0	16/08/2014	178
LZO3513	55702910D	5185/1	14/08/2014	167
MAG8310	55701029D	5185/1	14/08/2014	167
MBB6266	55702529D	5185/1	18/08/2014	167
MBG2006	55702245D	7366/2	19/08/2014	252 * VI
MBG3399	55702234D	5185/1	13/08/2014	167
MBV9172	55135638E	5541/6	09/08/2014	181 * XVII
MBW3874	55701172D	5541/1	25/07/2014	181 * XVII
MBZ6790	55700884D	5541/1	15/08/2014	181 * XVII
MCK6380	55695958D	5460/0	12/07/2014	181 * IX
MCZ3529	55135649E	6041/2	14/08/2014	207
MDF9950	55702906D	6122/0	13/08/2014	214 * I
MDO7149	55133505E	6041/2	13/08/2014	207
MDU0255	55700757D	5185/1	21/07/2014	167
MEA8371	55135525E	6041/2	14/08/2014	207

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEE7455	55701024D	5185/1	13/08/2014	167
MEP1051	55702247D	6122/0	19/08/2014	214 * I
MFC0794	55135515E	6041/2	14/08/2014	207
MGB8794	55702386D	5185/1	10/08/2014	167
MGH8293	55702237D	5185/1	14/08/2014	167
MGI1031	55135517E	6041/2	14/08/2014	207
MGM1784	55702769D	5185/1	13/08/2014	167
MIZ5387	55702814D	7366/2	13/08/2014	252 * VI
MJD3738	55702813D	7366/2	13/08/2014	252 * VI
MJW9758	55135597E	5452/2	07/08/2014	181 * VIII
MKJ4594	55133712E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
MKX5782	55135700E	5541/1	05/08/2014	181 * XVII
MMD3953	55133501E	6068/1	11/08/2014	209
MMK8853	55135513E	6041/2	14/08/2014	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 4 DE SETEMBRO DE 2014

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1886/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CNY7694	55704200D	5045/0	24/05/2014	R\$ 191,53	162 * V
LYX0059	55133210E	6599/2	25/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHV9147	54959960E	6599/2	04/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHV9147	54959961E	5045/0	04/04/2014	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 4 DE SETEMBRO DE 2014

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1887/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHK5486	55699869D	6050/1	04/06/2014	R\$ 191,53	208
AKX1273	55133105E	7234/0	27/05/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
DSY4176	54148596D	5541/5	27/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFE9702	55133083E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFQ5586	55135662E	6122/0	06/06/2014	R\$ 191,53	214 * I
MLM3076	54959406E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 4 DE SETEMBRO DE 2014

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



# Camboriú

## PREFEITURA

### Resumo de Contrato Mês 08/2014

#### RESUMO DE CONTRATO

##### FUMREBOM

Contrato nº 006/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 005/2014

Contratado: SUPRIMOVEIS LTDA EPP

Data: 04/08/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 9.967,50 (Nove mil novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE ARMÁRIOS PARA ACONDICIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA COMBATE DE INCÊNDIOS DAS GAURNIÇÕES DO PELOTÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAMBORIÚ

Contrato nº 007/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 006/2014

Contratado: DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI EPP

Data: 05/08/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 20.410,00 (Vinte mil quatrocentos e dez reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA USO NO PELOTÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAMBORIÚ

Contrato nº 008/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 006/2014

Contratado: SUPERAR LTDA EPP

Data: 05/08/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 2.864,00 (Dois mil oitocentos e sessenta e quatro reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA USO NO PELOTÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAMBORIÚ

Contrato nº 009/2014

Processo: Carta Convite Nº. 001/2014

Contratado: LINEAR INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP

Data: 07/08/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 19.696,00 (Dezenove mil seiscentos e noventa e seis reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO GERAL PARA USO DAS GUARNIÇÕES DO PELOTÃO DE BOMBEIROS DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 010/2014

Processo: Carta Convite Nº. 001/2014

Contratado: IRABELE MÓVEIS LTDA - ME

Data: 07/08/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 9.858,00 (Nove mil oitocentos e cinquenta e oito reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO GERAL PARA USO DAS GUARNIÇÕES DO PELOTÃO DE BOMBEIROS DE CAMBORIÚ.

##### PMC

Contrato Nº081/2014 De Aditivo A Ata De Registro De Preços N 009/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 021/2014

Contratado: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LUCIANA LTDA - ME

Data: 04/08/2014

Prazo: 24/03/2015

Valor: R\$ 69.750,00 (Sessenta e nove mil e setecentos e cinquenta reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DE VIAS PAVIMENTADAS COM CALÇAMENTO COM PARALELEPÍPEDOS E/OU LAJOTAS EM TODO O MUNICÍPIO, QUANDO FOREM REALIZADOS SERVIÇOS EM TUBULAÇÕES PLUVIAIS OU POR QUALQUER OUTRA OCORRÊNCIA QUE REMOVAM O CALÇAMENTO, NECESSITANDO SEU REPARO, COM FORNECIMENTO DE PÓ DE PEDRA

Contrato Nº082/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 066/2014

Contratado: MARCIO CERATTI SERRALHERIA - ME

Data: 11/08/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 11.200,00 (Onze mil e duzentos reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS DE VIDRO ESPELHADO EM PERFIL DE ALUMÍNIO, DESTINADAS À ADAPTAÇÃO DE SALA PARA MELHOR ATENDER E REALIZAR AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Contrato Nº083/2014

Processo: Compra Direta 192/2014

Contratado: ENOVA INTERACTIVE SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA -ME

Data: 14/08/2014

Prazo: 12 (doze) meses

Valor: R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE (01 LICENÇA) PARA O GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E GERENCIAIS DA DEFESA CIVIL ENVOLVENDO CONFIGURAÇÃO, ATUALIZAÇÃO DE VERSÕES, TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTOS (TREINAMENTO) E SUPORTE TÉCNICO. A APRESENTAÇÃO DE APENAS UM ORÇAMENTO REFERE-SE AO FATO DE SER A ÚNICA EMPRESA QUE PRESTA ESTE SERVIÇO NA REGIÃO.

Contrato Nº084/2014

Processo: Carta Convite Nº. 029/2014

Contratado: LINEAR INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP

Data: 26/08/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 22.240,00 (Vinte e dois mil duzentos e quarenta reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL E ELETRÔNICOS PARA RECEPÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, E SUBSTITUIÇÃO DE MÓVEIS DANIFICADOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS.

Contrato Nº085/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 075/2014

Contratado: VALDELI CECILIO DOS SANTOS

Data: 29/08/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 76.780,65 (Setenta e seis mil setecentos e oitenta reais e sessenta e cinco centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA DE 08 RESIDÊNCIAS COM PROCESSOS JÁ DEVIDAMENTE CADASTRADOS E APROVADOS PELA COHAB - PROGRAMA COHAB CIDADÃ. ORÇAMENTO CONFORME TABELA SINAPI-SC, REFERENTE AO MÊS DE JUNHO 2014. RECURSO DO CONVÊNIO Nº2014TR002131 CELEBRADO ENTRE FUNDHAB E FMHIS

##### FUNDESB

Contrato Nº019/2014 De Aditivo A Ata De Registro De Preços 011/2013

Processo: Pregão Presencial Nº 024/2013

Contratado: AUTO POSTO DA PRAÇA LTDA

Data: 05/08/2014

Prazo: 20 de dezembro de 2014  
Valor: R\$ 34.712,50 (Trinta e quatro mil setecentos e doze reais e cinquenta centavos)  
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS A VAREJO ATRAVÉS DE POSTO REVENDEDOR, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO

Contrato Nº020/2014  
Processo: Pregão Presencial Nº 018/2014  
Contratado: TRATOR PEÇAS COMERCIO DE PEÇAS P/ TRATOR LTDA  
Data: 25/08/2014  
Prazo: 31 de dezembro de 2014  
Valor: R\$ 6.000,00 (Seis mil reais)  
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO (CERDA DE NYLON) NECESSÁRIO A SUBSTITUIÇÃO EM VEÍCULO QUE FAZ A VARRIÇÃO NAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FMAS

Contrato Nº018/2014  
Processo: Pregão Presencial Nº 014/2014  
Contratado: MARCIO CERATTI SERRALHERIA - ME  
Data: 08/08/2014  
Prazo: 31 de dezembro de 2014  
Valor: R\$ 4.350,00 (Quatro mil trezentos e cinquenta reais)  
Objeto: AQUISIÇÃO DE GRADES PARA PORTAS E JANELAS PARA MELHORAR SEGURANÇA DA NOVA INSTALAÇÃO DA CASA DA COSTURA NO BAIRRO AREIAS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato Nº019/2014  
Processo: Pregão Presencial Nº 015/2014  
Contratado: KIKO PEÇAS E OFICINA MECÂNICA LTDA - ME  
Data: 19/08/2014  
Prazo: 31 de dezembro de 2014  
Valor: R\$ 2.478,00 (Dois mil quatrocentos e setenta e oito reais)  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REPAROS, CONsertos E REVISÕES DOS VEÍCULOS, KOMBI MIF 5134, FOX MIH 3393, GOL MHU 8074, GOL MIV 1148, KOMBI MEW 3986, GOL MIH 1062, UNO MJK 8629, UNO MLO 2262, PALIO MLL 2170, PERTENCENTES À FROTA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Contrato Nº020/2014  
Processo: Pregão Presencial Nº 016/2014  
Contratado: KIKO PEÇAS E OFICINA MECÂNICA LTDA - ME  
Data: 19/08/2014  
Prazo: 31 de dezembro de 2014  
Valor: R\$ 5.967,90 (Cinco mil novecentos e sessenta e sete reais e noventa centavos)  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, KOMBI MIF 5134, FOX MIH 3393, GOL MHU 8074, GOL MIV 1148, KOMBI MEW 3986, GOL MIH 1062, UNO MKJ 8629, UNO MLO 2262, PALIO MLL 2170, PERTENCENTES À FROTA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Contrato Nº021/2014 De Aditivo A Ata De Registro De Preços 007/2013  
Processo: Pregão Presencial Nº 024/2013  
Contratado: AUTO POSTO DA PRAÇA LTDA  
Data: 21/08/2014  
Prazo: 20 de dezembro de 2014  
Valor: R\$ 18.570,00 (Dezoito mil quinhentos e setenta reais)  
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS A VAREJO ATRAVÉS DE POSTO REVENDEDOR, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Contrato Nº022/2014

Processo: Carta Convite Nº. 005/2014  
Contratado: Sr FABIO NILSON BAUMANN  
Data: 25/08/2014  
Prazo: 31 de dezembro de 2014  
Valor: R\$ 10.080,00 (Dez mil e oitenta reais)  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL AUTÔNOMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL, COM DURAÇÃO DE 4 HORAS E VASTO REPERETÓRIO DE MUSICAS, PARA O GRUPO DA TERCEIRA IDADE RAI DO SOL, NO CENTRO MULTIPLO USO ALICE TESTONI GOMES, TODAS AS QUARTAS-FEIRAS.

FME

Contrato Nº027/2014  
Processo: Concorrência Pública nº. 001/2014  
Contratado: EXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA  
Data: 18/08/2014  
Prazo: 04 (quatro) meses  
Valor: R\$ 121.532,88 (Cento e vinte e um mil quinhentos e trinta e dois reais e oitenta e oito centavos)  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE CALÇADA (203,50 M2), MURO (518,15 M2) E COBERTURA NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (JULITA PEREIRA) - OBRA MODELO FNDE TIPO C NO BAIRRO TABOLEIRO, SITO A RUA MASSARANDUBA, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUIDOS EM ANEXO.

FMS

Contrato Nº079/2014  
Processo: Pregão Presencial Nº 025/2014  
Contratado: TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA  
Data: 18/08/2014  
Prazo: 31 de dezembro de 2014  
Valor: R\$ 46.200,00 (Quarenta e seis mil e duzentos reais)  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA EQUIPAR AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ  
Contrato Nº080/2014  
Processo: Compra Direta nº 116/2014  
Contratado: THYSSENKRUPP ELEVADORES SA  
Data: 19/08/2014  
Prazo: 12 (doze) meses  
Valor: R\$ 4.442,40 (Quatro mil quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos)  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE UM EQUIPAMENTO Nº 0108059: ELEVADOR THYSSENKRUPP FDN RES CAPACIDADE 450 KG, 3 PARADAS, VELOCIDADE 60 (M/MIN), NA POLICLÍNICA MUNICIPAL, CONFORME OS TERMOS DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM ANEXO  
Contrato Nº081/2014  
Processo: Pregão Presencial Nº 026/2014  
Contratado: LABORATÓRIO PROTESE & ARTE LTDA ME  
Data: 28/08/2014  
Prazo: 31 de dezembro de 2014  
Valor: R\$ 75.060,00 (Setenta e cinco mil e sessenta reais)  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONFECÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, NO INTUITO DE ATENDER A DEMANDA DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE MUNICIPAL, CONFORME PORTARIAS GM/MS 2373/2009, SAS/MS/211/2011 E PORTARIA GM/MS 40/2012, PORTARIA Nº1825/2012 CONFORME TERMO DE REFERENCIA

FMC

Contrato Nº010/2014  
Processo: Carta Convite Nº. 006/2014

Contratado: BARKI INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA LTDA EPP  
Data: 19/08/2014  
Prazo: 31 de dezembro de 2014  
Valor: R\$ 19.405,00 (Dezenove mil quatrocentos e cinco reais)  
Objeto: AQUISIÇÃO DE ROLOS DE TECIDOS PARA DECORAÇÃO, QUE SE FAZ NECESSÁRIA TENDO EM VISTA O GRANDE NÚMERO DE EVENTOS REALIZADOS PELA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMBORIÚ. ASSIM PODEREMOS SUPRIR E MELHORAR O TRABALHO DE DECORAÇÃO DOS EVENTOS QUE ACONTECERÃO.

Contrato Nº011/2014  
Processo: Carta Convite Nº. 007/2014  
Contratado: LINEAR INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP  
Data: 29/08/2014  
Prazo: 31 de dezembro de 2014  
Valor: R\$ 34.418,00 (Trinta e quatro mil quatrocentos e dezoito reais)  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS NECESSÁRIOS PARA SUPRIR A FALTA DE ALGUNS DESSES EQUIPAMENTOS NOS SETORES AFINS, QUE REALIZAM ATENDIMENTO AO PÚBLICO APRIMORANDO AINDA MAIS O AMBIENTE VISITADO PELA POPULAÇÃO. E AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PLÁSTICAS PARA SEREM UTILIZADAS NOS EVENTOS QUE COMPÕEM A PROGRAMAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMBORIÚ, A FIM DE MELHORAR O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES E OFERECER ACOMODAÇÕES ADEQUADAS AOS PARTICIPANTES

#### ADITIVOS FMS

Segundo Termo Aditivo  
Contrato nº 007/2014  
Processo: Concorrência Pública nº. 001/2014  
Contratado: ARRUDA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA  
Data: 1º/08/2014  
Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 52.635,41 (Cinquenta e dois mil seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta e um centavo), tendo em vista que são serviços não previamente orçados, conforme requisição e justificativa em anexo.

Primeiro Termo Aditivo  
Contrato nº 044/2014  
Processo: Concorrência Pública nº. 002/2014  
Contratado: MINAS ENGENHARIA LTDA EPP  
Data: 1º/08/2014  
Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 180.207,53 (Cento e oitenta mil duzentos e sete reais e cinquenta e três centavos), tendo em vista que são serviços não previamente orçados, conforme requisição e justificativa em anexo.

Primeiro Termo Aditivo  
Contrato nº 069/2014  
Processo: Tomada de Preço nº. 004/2014  
Contratado: MINAS ENGENHARIA LTDA EPP  
Data: 1º/08/2014  
Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 162.684,91 (Cento e sessenta e dois mil seiscentos e oitenta e quatro reais e noventa e um centavo), tendo em vista que são serviços não previamente orçados, conforme requisição e justificativa em anexo.

Primeiro Termo Aditivo  
Contrato nº 082/2013  
Processo: Pregão Presencial Nº 024/2013  
Contratado: INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA

Data: 27/08/2014  
Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade de continuidade dos serviços prestados especializado na área de informática, as partes resolvem aditar o presente contrato em R\$ 47.025,00 (Quarentas e sete mil e vinte e cinco reais) e o prazo contratual em 06 meses, vigorando de 06 de setembro de 2014 até 05 de março de 2015, conforme descrição dos itens e requisição anexa.

#### PMC

Primeiro Termo Aditivo Ao  
Contrato Nº008/2014 À Ata De Registro De Preços Nº 39/2013  
Processo: Pregão Presencial Nº 081/2013  
Contratado: DISK MATERIAL COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA  
Data: 04/08/2014  
Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade de continuidade dos serviços prestados de desentupimento de tubulações e bocas de lobo para recuperação do sistema pluvial, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 304.500,00 (Trezentos e quatro mil e quinhentos reais), conforme solicitação da secretaria.

Primeiro Termo Aditivo  
Contrato nº 099/2013  
Processo: Pregão Presencial Nº 040/2013  
Contratado: SCPLAN TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA  
Data: 05/08/2014  
Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, as partes resolvem aditar o prazo contratual por mais 12 meses, vigorando de 27 de agosto de 2014 até 26 de agosto de 2015 e o valor contratual em R\$ 45.300,00 (Quarenta e cinco mil e trezentos reais), tendo em vista a necessidade de manter a continuidade dos serviços prestados, e baseado no artigo 57, IV da Lei 8666/93.

Primeiro Termo Aditivo  
Contrato nº 028/2014  
Processo: Pregão Presencial Nº 015/2014  
Contratado: PANIFICADORA E CONFEITARIA TIO JOÃO LTDA- EPP  
Data: 14/08/2014  
Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 16.722,00 (Dezesseis mil setecentos e vinte e dois reais) tendo em vista o aumento de eventos agendados para o ano de 2014, conforme requisição anexa.

Primeiro Termo Aditivo ao  
Contrato Nº007/2014 de aditivo a ata de registro de preços nº 25/2013  
Processo: Pregão Presencial Nº 063/2013  
Contratado: ROGER MARCELO BETTONI - ME  
Data: 22/08/2014  
Prazo: 31 de dezembro de 2014  
Valor: R\$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais)  
Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da municipalidade de continuidade dos serviços prestados destinados a molhar ruas não pavimentadas, jardins públicos, limpeza de cisternas em prédios públicos, bom como transporte de água potável, e baseado no art. 57,II da Lei 8666/93, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), conforme solicitação da secretaria.

#### FME

Primeiro Termo Aditivo  
Contrato nº 024/2014  
Processo: Pregão Presencial Nº 011/2014  
Contratado: GENTE SEGURADORA S.A,



Data: 20/08/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 3.325,00 (Três mil trezentos e vinte e cinco reais) devido a inclusão do veículo ônibus OF 1519 Rural ORE - QHD 9965 seguro total, da frota da secretaria de Educação.

Primeiro Termo Aditivo

Contrato nº 009/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 002/2014

Contratado: BARKI DISTRIBUIDORA LTDA

Data: 27/08/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade de suprir a demanda de produtos de gênero alimentícios (formulados) para o preparo da merenda a serem distribuídos ponto a ponto mensalmente, conforme solicitação/planilha desta secretaria aos 15 (quinze) Centros de Educação Infantil, 13 Escolas urbanas e 3 de campo, totalizando 30 unidades escolares, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 39.737,35 (Trinta e nove mil setecentos e trinta e sete reais e trinta e cinco centavos), conforme solicitação da Secretaria de Educação em anexo.

Primeiro Termo Aditivo

Contrato nº 010/2014

Processo: Chamamento Público Nº 001/2014

Contratado: COOPERATIVA REG. DE IND. E COM. DOLCIMAR LUIS BRUNETTO

Data: 29/08/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade de suprir a demanda de produtos de gênero alimentícios (horti-fruti) a serem distribuídos ponto a ponto semanalmente, aos 15 (quinze) Centros de Educação Infantil, 13 Escolas urbanas e 3 de campo, totalizando 30 unidades escolares, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 68.506,65 (Sessenta e oito mil quinhentos e seis reais e sessenta e cinco centavos) e o prazo contratual por mais 60 (sessenta) dias, vigorando de 07 de setembro de 2014 até 05 de novembro de 2014, conforme solicitação da Secretaria de Educação em anexo.

Primeiro Termo Aditivo

Contrato nº 007/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 002/2014

Contratado: NAIR SEIDLER GORGES EPP

Data: 29/08/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade de suprir a demanda de produtos de gênero alimentícios (pães) para o preparo da merenda fornecida aos 15 (quinze) Centros de Educação Infantil, 13 Escolas urbanas e 3 de campo, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 20.125,58 (Vinte mil cento e vinte e cinco reais e cinquenta e oito centavos), conforme solicitação da Secretaria de Educação em anexo.

Primeiro Termo Aditivo

Contrato nº 008/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 002/2014

Contratado: SUPREMA COMERCIAL LTDA EPP

Data: 29/08/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade de suprir a demanda de produtos de gênero alimentícios (iogurte) para compor a merenda a serem distribuídos ponto a ponto mensalmente, conforme solicitação/planilha desta secretaria as 13 (treze) unidades escolares, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 9.726,24 (Nove mil setecentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos), conforme solicitação da Secretaria de Educação em anexo.

FUNDESB

Décimo Primeiro Termo Aditivo

Contrato nº 054/2009

Processo: Concorrência Pública Nº. 002/2009

Contratado: CONSÓRCIO ECO-CAMBORIÚ

Data: 12/08/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade, as partes resolvem reajustar o valor do item 1.1 em 3,26%, passando de R\$ 127,28 (Cento e vinte e sete reais e vinte e oito centavos) para R\$ 131,42 (Cento e trinta e um reais e quarenta e dois centavos) devido a um Acordo Coletivo de Trabalho - ACT firmado em fevereiro/2014 com vigência no período de 01/02/2014 a 31/01/2015 que estabeleceu determinações de melhoria na remuneração visando minimizar o problema de retenção e de contratação de pessoal, sendo elas: alteração nos critérios de concessão do Prêmio por tempo de serviço; criação do prêmio frequência e reajuste do salário base para 2014, conforme solicitação e deferimento anexos.

Décimo Segundo Termo Aditivo

Contrato nº 054/2009

Processo: Concorrência Pública Nº. 002/2009

Contratado: CONSÓRCIO ECO-CAMBORIÚ

Data: 25/08/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade de dar continuidade aos serviços prestados descritos nos itens 1.1 e 1.2 do contrato, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 1.600.547,00 (Um milhão seiscentos mil e quinhentos e quarenta e sete reais), sendo R\$ 860.801,00 (Oitocentos e sessenta mil e oitocentos e um reais) para o item 1.1 e R\$ 739.746,00 (Setecentos e trinta e nove mil setecentos e quarenta e seis reais) para o item 1.2 deste contrato administrativo, conforme solicitação em anexo.

Segundo Termo Aditivo

Contrato nº 037/2013

Processo: Carta Convite Nº. 018/2013

Contratado: PREMIER ENGENHARIA E CONSULTORIA SS LTDA

Data: 25/08/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo por mais 120 dias, vigorando de 28 de agosto de 2014 até 25 de dezembro de 2014, em virtude do projeto estar em análise na Caixa Econômica Federal e a necessidade de acompanhamento junto a empresa, conforme solicitação e justificativa em anexo.

Décimo Termo Aditivo

Contrato nº 017/2010

Processo: Concorrência Pública Nº. 001/2010

Contratado: SANECOM SANEAMENTO COMUN. VISUAL E REP. LTDA - ME

Data: 27/08/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade para a continuidade aos serviços prestados no Município devido à grande demanda do serviço licitado, as partes resolvem aditar o valor contratual no correspondente a R\$ 38.640,90 (Trinta e oito mil seiscentos e quarenta reais e noventa centavos) conforme requisição em anexo.

CAMBORIUPREV

Primeiro Termo Aditivo

Contrato nº 004/2013

Processo: Dispensa de Licitação nº. 002/2013

Locador: ROQUE JOSE DOS SANTOS

Data: 14/08/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, visando à garantia de preços e condições mais

vantajosas para a administração e baseado no artigo 57, inciso II da lei federal 8.666/93 que permite prorrogação contratual de serviços executados de forma contínua e garantindo assim comodidade da população que utiliza os serviços prestados neste local, sendo assim, as partes resolvem aditar o prazo contratual em 05 (cinco) meses, vigorando de 22 de agosto de 2014 a 21 de janeiro de 2015, e o valor contratual no correspondente a R\$ 6.780,00 (Seis mil setecentos e oitenta reais).

MARCIO DA ROSA  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

### **Termo de Errata PR 19/14 - FUNDESB**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
TERMO DE ERRATA  
PREGÃO PRESENCIAL 019/2014-FUNDESB

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 019/2014 - FUNDESB, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA DAR SUPORTE À MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA, PERMITINDO UM FORNECIMENTO REGULAR AO USUÁRIO. O MATERIAL QUE POSSUIR BORRACHA NÃO PODERÁ VIR SEPARADAMENTE", sofreu a seguinte alteração:  
Foi alterado o valor unitário do item 95 do Anexo I do Lote 04 do Edital:

- onde lê-se: item 95 - VALOR UNITÁRIO R\$ 2,30

- leia-se: item 95 VALOR UNITÁRIO R\$ 230,00

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 17/09/2014 as 10h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 04 de Setembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### **RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

ONDE LÊ-SE:

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2014

LOA - Lei Orçamentária Anual - 2014

A Prefeita Municipal de Camboriú, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Municipal nº. 1992/2009, e de conformidade com o Parágrafo Único, Artigo 48, da Lei Complementar nº. 101/2000 torna de conhecimento público, que o Município de Camboriú realizará Audiência Pública para apresentação e discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA do exercício de 2014, no seguinte local, data e horário:

LEIA-SE:

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2015

LOA - Lei Orçamentária Anual - 2015

A Prefeita Municipal de Camboriú, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Municipal nº. 1992/2009, e de conformidade com o Parágrafo Único, Artigo 48, da Lei Complementar nº. 101/2000 torna de conhecimento público, que o Município de Camboriú realizará Audiência Pública para apresentação e discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA do exercício de 2015, no seguinte local, data e horário:

## **Campo Alegre**

### **PREFEITURA**

### **Errata - Pregão Eletrônico 49/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2014 - PREGÃO ELETRÔNICO

Considerando erro de digitação, RETIRA-SE do Edital o termo "Registro de Preços", tendo em vista que a aquisição do objeto desta licitação será imediata em sua totalidade, após a sua homologação.

Também, ALTERAM-SE os itens 4.2 e 11.1 do Edital, referente prazo de entrega, que poderá ser de até 20 dias após recebimento da autorização de fornecimento.

Campo Alegre, 04 de setembro de 2014.

Maria Cristina Marciniak Munhoz

Pregoeira Municipal

### **LEI Nº 3.060 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2006**

LEI Nº 3.060 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2006.

AUTORIZA ABSORÇÃO DE ÁREA PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, ATRAVÉS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, PARA PROLONGAMENTO DE VIA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desapropriar amigavelmente, a seguinte área de terra, declarada de utilidade pública pelo Decreto Municipal n.º 4.073 de 10 de fevereiro de 2006, para prolongamento de via pública "Rua Francisca Augustin":

"Uma área de 1.159,72 m², situada no Distrito de Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre, fazendo frente por 12,32m (doze metros e trinta e dois centímetros para a Rua Francisca Augustin, por uma linha reta de 88,76 metros lineares, com demais medidas especificadas no "croquis" em anexo, parte integrante desta Lei".

Art.2º) A área de terra descrita no artigo anterior, é parte de uma área de 14.804,32m² (quatorze mil, oitocentos e quatro metros e trinta e dois decímetros quadrados), pertencente ao Sr. EMILIO FERNANDES, brasileiro, casado, portador do CPF n. 019.178.979-87, residente e domiciliado na Rua Principal snº no Distrito de Bateias de Baixo, neste Município, possuidor por justo título e boa fé desde 1988, conforme contrato anexo, parte integrante desta Lei.

Parágrafo único - a área descrita no caput deste artigo, foi adquirida pelo expropriado e está inserida em uma gleba maior, matriculada sob n.º 18.763, do Livro nº 2 do Registro Geral, no Cartório de Registro de Imóveis de São Bento do Sul/SC, devendo a presente absorção de área para prolongamento de rua a ser devidamente transcrita na matrícula acima numerada.

Art.3º) A absorção de área de que trata a presente Lei, dá-se em razão da ampliação (alongamento) da Rua Francisca Augustin, localizada no Distrito de Bateias de Baixo, neste Município.

Art. 4º) Fica avaliado em R\$ 6,90 (seis reais e noventa centavos) o metro quadrado da área expropriada, perfazendo o valor total de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), conforme Laudo de Avaliação da Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis desta Prefeitura Municipal.

Art.5º) As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de Dotação do Orçamento Vigente.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
21 de fevereiro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/02/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **LEI Nº 3.061 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2006**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.061 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2006.

AUTORIZA DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DE UMA ÁREA PARA AMPLIAÇÃO DA GARAGEM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desapropriar, amigavelmente, o seguinte bem imóvel, declarado de utilidade pública pelo Decreto Municipal n.º 4.074 de 10 de fevereiro de 2006:

“Uma área de 520.78 m<sup>2</sup>, contígua ao pátio de obras (garagem) da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, conforme planta topográfica em anexo. A referida área é parte de uma área maior de 1.868m<sup>2</sup>, descrita na escritura pública registrada sob n.º R-1 26.325 do Livro nº 2 e lançada nos livros 4 e 5 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul-SC, de propriedade do Sr. PEDRO ANTONIO FUCKNER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Principal snº na localidade de Papanduva neste Município, portador da Carteira de Identidade nº 20.534-6 e do CPF n.º 293.062.569-49.”

Art. 2º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir esta área, pelo preço de R\$ 11.457,16 (onze mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos), atribuído pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis.

Art. 4º) As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de Dotação do Orçamento vigente.

Art. 5º) O imóvel de que trata a presente Lei, destina-se à ampliação da garagem da Prefeitura Municipal, para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Transportes e Obras.

Art. 6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo “SC” em 21 de fevereiro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/02/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 3.062 de 21 de Fevereiro de 2006**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.062 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2006.

AUTORIZA DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DE UMA ÁREA PARA FUTURA AMPLIAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL II E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desapropriar, amigavelmente, o seguinte bem imóvel, declarado de utilidade pública pelo Decreto Municipal n.º 4.075 de 10 de fevereiro de 2006:

“Uma área de 30.000,00 m<sup>2</sup>, conforme planta topográfica em anexo, do imóvel rural descrito na escritura pública de Compra e Venda, registrada sob n.º R-1 24.864, no Livro nº 2 e lançado nos livros 4 e 580, Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul-SC, localizado na Estrada Geral de Bateias de Cima, localidade de Lageado, neste Município de propriedade da Empresa TCA TRANSPORTES COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO LTDA, sediada na Rua Marechal Deodoro 1.235, Centro - Tijucas-SC, CNPJ n.º 85.165.678/0001-87.”

Art.2º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir esta área, pelo preço de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), atribuído pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis.

Art.4º) As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de Dotação do Orçamento vigente.

Art.5º) O imóvel de que trata a presente Lei, destina-se à ampliação do Distrito Industrial II, na localidade de Lageado, neste Município.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo “SC” em 21 de fevereiro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/02/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**LEI Nº 3.063 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2006**

LEI Nº 3.063 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2005  
E CRIA PROJETO ATIVIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:  
Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar e criar Projeto/Atividade no valor de R\$ 109.457,16 (cento e nove mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente:

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.03 -	Serviço de Comercio, Industria e Turismo	
22.662.0041.1.029 -	Aquisição de Imóveis para Parque Industrial	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449061.00.136 -	Aquisição de Imóveis	R\$ 90.000,00
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0044.1.030 -	Aquisição de Imóveis para Ampliação da Garagem	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449061.00.136 -	Aquisição de Imóveis	R\$ 11.457,16
15.452.0045.1.031 -	Aquisição de Imóveis para abertura de Novas Vias Urbanas	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449061.00.136 -	Aquisição de Imóveis	R\$ 8.000,00
TOTAL		R\$ 109.457,16

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Superávit Financeiro do Exercício 2005.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de fevereiro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/02/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.064 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2006**

LEI Nº 3.064 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2006.

CONCEDE REAJUSTE DE VENCIMENTOS AOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS E REAJUSTA O VALOR DO VALE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou a ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam reajustados em 8,05% (oito virgula zero cinco por cento), os valores dos vencimentos e gratificação dos servidores públicos do quadro de pessoal da administração direta e indireta, ativos, inativos e agentes políticos, calculados sobre os valores relativos ao mês de janeiro de 2006, a partir de 1º de fevereiro de 2006.

Parágrafo Único - O percentual de reajuste fixado no caput deste artigo é concedido a título de revisão geral anual, prevista na Constituição Federal.

Art.2º) Ficam reajustados em 8,05% (oito virgula cinco por cento), os valores dos vencimentos limites para o recebimento do vale alimentação disposto no Artigo 146 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, concedido aos Servidores Públicos Municipais, em razão dos novos valores salariais praticados por força da implementação dos índices de Revisão Geral Anual, fixados no Artigo 1º desta Lei.

Parágrafo Único: Os valores dos vencimentos limites, para o servidor receber o vale alimentação será igual ou inferior a R\$ 1.063,56 (um mil, sessenta e três reais, cinquenta e seis centavos).

Art.3º) O valor do vale alimentação previsto na Lei Complementar Municipal nº 006 fica fixado em R\$ 46,26 (quarenta e seis reais, vinte e seis centavos).

Art.4º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta das respectivas Dotações Orçamentárias do Orçamento vigente podendo serem suplementadas se necessário.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de fevereiro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/02/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.065 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2006****GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 3.065 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2006

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE AÇÕES NAS LEIS MUNICIPAIS Nº 3.038 E 3.040, E EM SEUS REFERIDOS ANEXOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam incluídas as ações 1029 no Programa 41 - Incentivo as Indústrias; 1030 no Programa 44 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras e 1031 no Programa 45 - Manutenção de Vias Públicas e Conservação de Logradouros, que passam a fazer parte integrante desta Lei.

Art.2º) Fica incluído o elemento de despesa - Indenizações e Restituições na Ação 2102 - Manutenção e Coordenação das Atividades Administrativas, no Programa 05 - Coordenação e Manutenção das Atividades Administrativas.

Art.3º) Fica incluído o elemento de despesa Contratação Por Tempo Determinado nas Ações: 2046 - Remuneração de Pessoal do Ensino Fundamental; 2047 - Remuneração de Pessoal de Ensino Infantil do Programa 08 - Pessoal da Secretaria Municipal de educação, Cultura e Desporto; 2052 - Remuneração do Pessoal de Obras do Programa 43 - Pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

Parágrafo único: As inclusões a que se referem os Artigos anteriores são especificamente das Leis Municipais nº 3.038 e 3.040.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de fevereiro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/02/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.066 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2006**

LEI Nº 3.066 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE E CRIA ELEMENTO DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar e Criar Elemento de Despesa no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0008.2.046 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319004.00.139 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 40.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0008.2.047 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Infantil	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.519 -	Aplicações Diretas	
319004.00.519 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 30.000,00
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0043.2.052 -	Remuneração de Pessoal de Obras	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319004.00.136 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 5.000,00
TOTAL		R\$ 75.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0008.2.046 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319011.00.139 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 40.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0008.2.047 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Infantil	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.519 -	Aplicações Diretas	

319011.00.519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 30.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0043.2.052 -	Remuneração de Pessoal de Obras	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 5.000,00
TOTAL		R\$ 75.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de fevereiro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/02/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.067 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2006

LEI Nº 3.067 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2005  
E CRIA ELEMENTO DE DESPESA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339093.00.136 -	Indenizações e Restituições	R\$ 1.300,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício 2005.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de fevereiro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/02/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.068 de 07 de Março de 2006

LEI Nº 3.068 DE 07 DE MARÇO DE 2006.  
AUTORIZA FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO Nº 100.185/06, QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. - EPAGRI A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar o Termo de Convênio nº 100.185/06, que: AUTORIZA FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO Nº 100.185/06, QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. - EPAGRI E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, OBJETIVANDO O ESTABELECIMENTO DE AÇÕES BÁSICAS DE COOPERAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA ENTRE AS PARTES, PARA EXECUÇÃO, DESENVOLVIMENTO, ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÕES INERENTES AO PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - PMDR, DE CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS, no valor total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), a serem pagos em 12 (doze) parcelas mensais iguais e sucessivas de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Art.2º) O objeto do presente Termo de Convênio refere-se ao estabelecimento de ações básicas de cooperação técnica entre a EPAGRI e o Município de Campo Alegre, para a execução dos trabalhos de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Técnica e Extensão Rural, definidos no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural - PMDR que passará a fazer parte integrante do referido instrumento e demais obrigações constantes das Cláusulas do respectivo Termo de Convênio.

Art.3º) O Termo de Convênio a que se refere o Artigo primeiro faz parte integrante desta Lei.

Art.4º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação do Orçamento Vigente.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07 de março de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 07/03/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 3.069 de 07 de Março de 2006**

GABINETE DO PREFEITO  
CÓPIA DA LEI MUNICIPAL Nº 3.069 DE 07 DE MARÇO DE 2006.  
CRIA E DENOMINA POSTO DE SAÚDE NO  
DISTRITO DE FRAGOSOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado um Posto de Saúde no Distrito de Fragosos, situado na Rua: Max Otto Becker, 219 neste Município, o qual será denominado: "POSTO DE SAÚDE FRIDA HADAS".

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
07 de março de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 07/03/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO

BIOGRAFIA

Nome: FRIDA HADAS

Profissão: PRENDAS DOMÉSTICAS (DO LAR)

Data de Nascimento: 13/08/1924

Nacionalidade: BRASILEIRA

Naturalidade: AGUDOS DO SUL - PR

Data de Falecimento: 25/09/1991

Filiação: (Pai): GUILHERME MAY  
(Mãe): FRAUZINA MAY

Cônjuge: EDUARDO HADAS

Nome dos Filhos: MARLY, DORIVAL JOÃO, MARLENE E MARIZE.

Tempo de Residência no Município: 46 ANOS

Atividades Comunitárias: TRABALHOU DURANTE TODA A SUA VIDA NO ATENDIMENTO A PESSOAS QUE PROCURAVAM AJUDA, PRINCIPALMENTE AS DE MENOS RECURSOS. ATENDIA MULHERES GRÁVIDAS, FAZIA PARTOS, ATENDIA BEBÊS E CRIANÇAS.

OS ENSINAMENTOS LHE FORAM PASSADOS PELA SUA AVÓ MATERNA, EMIGRANTE ALEMÃ. USAVA E RECOMENDAVA BASTANTE O TRATAMENTO CASEIRO A BASE DE ERVAS MEDICINAIS E REPASSAVA TAMBÉM CUIDADOS COM PREVENÇÃO E HIGIENE. FAZIA ESSE TRABALHO VOLUNTARIAMENTE, ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE PELO PRAZER DE SERVIR E SER ÚTIL. ELA ERA UMA AUTÊNTICA AGENTE DE SAÚDE.

Outras Informações que julgar necessárias: APROVEITO A OPORTUNIDADE PARA DIZER QUE FIQUEI BASTANTE ORGULHOSA, PELA LEMBRANÇA DESTA HOMENAGEM A MINHA MÃE. OBRIGADA!

MARLY I. FROENHER

### **LEI Nº 3.070 DE 07 DE MARÇO DE 2006**

LEI Nº 3.070 DE 07 DE MARÇO DE 2006  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA OPERACIONAL DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA PRÓ-FDM E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Sr. Renato Bahr, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Operacional do Fundo de Desenvolvimento Municipal do Estado de Santa Catarina - PRÓ-FDM, mediante assinatura de convênio com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e com a intervenção do BADESC - AGÊNCIA CATARINENSE DE FOMENTO S/A.

Art.2º - A adesão ao PRÓ-FDM propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de duas RETRO-ESCAVADEIRAS.

Art.3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos em obras, serviços, máquinas e equipamentos, e projetos de desenvolvimento institucional, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA CATARINENSE DE FOMENTO S/A, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Municipal - FDM, até o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art.4º - Par dar continuidade ao PRÓ-FDM, o Poder Executivo consignará nos Projetos de Lei Orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias à formação do Programa, bem como, para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art.5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 7,5% (sete e meio por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art.6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07 de março de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
07/03/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **LEI Nº 3.071 DE 07 DE MARÇO DE 2006**

LEI Nº 3.071 DE 07 DE MARÇO DE 2006.  
HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CI Nº 0200.0017784.05.4  
QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO  
S.A. E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber  
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologado o Termo de Convênio CI nº  
0200.0017784.05.4 - QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA PE-  
TRÓLEO BRASILEIRO S.A. E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE,  
no valor total de R\$ 54.900,00 (cinquenta e quatro mil novecentos  
reais), a serem repassados para as seguintes Entidades: FECAM-  
PO - Fundação Educacional de Campo Alegre; APP - Associação de  
Pais e Professores da Escola Municipal de Educação Básica Antonio  
Domingos Corrêa e FIA - Fundo da Infância e Adolescência; as-  
sim distribuídos respectivamente: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil  
reais); R\$ 13.410,00 (treze mil, quatrocentos e dez reais) e R\$  
5.490,00 (cinco mil, quatrocentos e noventa reais).

Art.2º) O objeto do presente Termo de Convênio tem por finalida-  
de desenvolver ações voltadas a garantir os Direitos da Criança e  
do Adolescente, através da execução do Projeto DO RE MI - AR-  
TES & CIA e CORAL MUNICIPAL, propostos para a Petrobrás pelo  
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em  
conjunto com o Município, de conformidade ao Plano de Trabalho  
(Anexo 2) aceito pelos partícipes, tendo as instituições a responsa-  
bilidade pelo desenvolvimento dos Projetos, e mediante o repasse  
de recursos ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente -  
FIA, que passa a fazer parte integrante do referido instrumento e  
demais obrigações constantes das Cláusulas do respectivo Termo  
de Convênio.

Art.3º) O Termo de Convênio a que se refere o Artigo primeiro faz  
parte integrante desta Lei.

Art.4º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta  
de Dotação do Orçamento Vigente.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07 de março de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
07/03/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **LEI Nº 3.072 DE 07 DE MARÇO DE 2006**

LEI Nº 3.072 DE 07 DE MARÇO DE 2006  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER SUBVENÇÃO SO-  
CIAL A FECAMPO - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO  
ALEGRE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber  
que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a  
seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Subvenção  
Social, no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) à FECAM-  
PO - Fundação Educacional de Campo Alegre, inscrita no CNPJ/  
MF sob nº 83.788.216/0001-90, com sede na Rodovia SC 301 nº  
1.111 Centro Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado  
em 08 (oito) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira no  
mês de março de 2006.

Parágrafo 2º Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplica-  
dos conforme plano de trabalho, do Projeto DÓ RE MI - ARTES E  
CIA, e cláusula do Convênio CI nº 0200.17784.05.4 firmado com  
a Empresa Petróleo Brasileiro S.A.

Art.2º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individu-  
alizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada  
por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados  
no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integra-  
rem a respectiva prestação de contas.

Art.3º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos  
nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado mo-  
netariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.4º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º  
desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal,  
juntamente com a prestação de contas.

Art.5º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o  
Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art.6º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser  
encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto no Artigo  
2º desta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo,  
quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis  
e sem rasuras e entrelinhas;
- e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos  
valores na Receita da Entidade;
- f) relação nominal de todos as crianças e adolescentes atendidos  
no Projeto;
- g) relatório das atividades desenvolvidas no período.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos  
que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público,  
deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.7º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados

despesas as efetuadas à partir do mês de março do exercício de 2006.

Art.8º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 008.243.0067.1032 - Subvenção a Entidades - Projeto Petrobrás, alocados no Fundo Municipal da Infância e Adolescência, 335043.00 - Subvenções Sociais, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.9º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07 de março de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
07/03/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 3.073 de 07 de Março de 2006**

LEI Nº 3.073 DE 07 DE MARÇO DE 2006  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ANTONIO DOMINGOS CORRÊA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 13.410,00 (treze mil quatrocentos e dez reais) à APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ANTONIO DOMINGOS CORRÊA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 73.367.256/0001-91, com sede na Rua: Ernesto Afonso Scheide, 132 Bairro Belo Horizonte Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas, sendo a primeira parcela no valor de R\$ 9.810,00 (nove mil, oitocentos e dez reais) no mês de março de 2006, e as outras 09 (zero nove) parcelas no valor R\$ 400,00 (quatrocentos reais) cada a partir do mês de março de 2006, totalizando R\$ 13.410,00 (treze mil, quatrocentos e dez reais).

Parágrafo 2º Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados conforme plano de trabalho, do Projeto CORAL MUNICIPAL, e cláusula do Convênio CI nº 0200.17784.05.4 firmado com a Empresa Petróleo Brasileiro S.A.

Art.2º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.3º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.4º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.5º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art.6º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto no Artigo 2º desta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade;
- f) relação nominal de todos as crianças e adolescentes atendidos no Projeto;
- g) relatório das atividades desenvolvidas no período.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.7º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas à partir do mês de março do exercício de 2006.

Art.8º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 008.243.0067.1032 - Subvenção a Entidades - Projeto Petrobrás, alocados no Fundo Municipal da Infância e Adolescência, 335043.00 - Subvenções Sociais, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.9º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07 de março de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
07/03/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**LEI Nº 3.074 DE 07 DE MARÇO DE 2006**

LEI Nº 3.074 DE 07 DE MARÇO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2005 E CRIA PROJETO/ATIVIDADE NO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar e Criar Projeto/Atividade no valor de R\$ 49.410,00 (quarenta e nove mil e quatrocentos e dez reais), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

93.00 -	Fundo da Infância e Adolescência	
93.01 -	Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência	
08.243.0067.1.032 -	Subvenção à Entidades - Projeto Petrobrás	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335043.00 -	Subvenções Sociais	R\$ 49.410,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício 2005 do Fundo da Infância e Adolescência.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07 de março de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
07/03/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.075 de 21 de Março de 2006**

LEI Nº 3.075 DE 21 DE MARÇO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2005 E CRIA PROGRAMAS E PROJETOS/ATIVIDADES.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar, Criar Programa e Projetos/Atividades no valor de R\$ 46.975,10 (quarenta e seis mil, novecentos e setenta e cinco reais e dez centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
12.366.0069.2.714 -	Manutenção e Coordenação do Programa Brasil Alfabetizado	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 11.678,13
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.242.0070.2.715 -	Assistência ao Portador de Deficiência	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 31.072,16
08.243.0070.2.716 -	Assistência à Criança e ao Adolescente	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 4.224,81
TOTAL		R\$ 46.975,10

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Superávit Financeiro do Exercício 2005.

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de março de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/03/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 8.538 de 02 de Setembro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.538 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreto:

Art.1º) Exonerar a Srª. PRISCILLA DINAH COSTA LOURENÇO, Matrícula Funcional nº 000628, Registro no Sistema sob o nº 955055, do Cargo de Diretora da EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental "Prof. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco", do Quadro de

Cargos de Função Gratificada FG-3B, a partir de 01 de Setembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Setembro de 2014.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre /SC,  
02 de Setembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

#### **DECRETO Nº 8.539 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.539 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreto:

Art.1º) Exonerar a Srª. ROSANE VIEIRA DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000066, Registro no Sistema sob o nº 104130, do Cargo de Diretora da CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil "Alegre Infância", do Quadro de Cargos de Função Gratificada FG-4C, a partir de 01 de Setembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Setembro de 2014.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre /SC,  
02 de Setembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

#### **Decreto Nº 8.540 de 02 de Setembro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.540 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Exonerar a Srª. JULIANA TEREZINHA DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000470, Registro no Sistema sob nº 954476, da Função Gratificada No Cargo de Coordenador Pedagógico, do Quadro de Cargos- FG-5A, a partir de 01 de Setembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Setembro de 2014.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
02 de Setembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **DECRETO Nº 8.541 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.541 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE DIRETOR DE ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, Inciso V da Lei Orgânica do Município, em especial ao Artigo 108 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Decreta:

Art.1º) Nomear a Servidora Pública Municipal ARLETE JORGENSEN SCHIESSL, Matrícula Funcional nº 0232, Registro no Sistema sob nº 437501, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para ocupar o cargo de Diretor da Escola Municipal de Ensino Fundamental "Prof. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco", com carga horária de 40 horas semanais, percebendo gratificação FG-3B, no valor de R\$ 952,16 (novecentos e cinquenta e dois reais, dezesseis centavos) mensais, enquanto permanecer na função, a partir de 01 de setembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Setembro de 2014.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
02 de Setembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 8.542 de 02 de Setembro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.542 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA  
NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, Inciso V da Lei Orgânica do Município, em especial ao Artigo 108 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Decreta:

Art.1º) Fica nomeada a Servidora Pública Municipal CLÁUDIA INÊS CARDOSO, Matrícula Funcional nº 000508, Registro no Sistema sob nº 954592, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para ocupar o cargo de Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal de Ensino Fundamental "Jerônimo Francisco Coelho Pacheco", com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo gratificação FG-5A, no valor de R\$ 634,77 (seiscentos e trinta e quatro reais, setenta e sete centavos) percebendo gratificação mensal, enquanto permanecer na função, a partir de 01 de setembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Setembro de 2014.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
02 de setembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 8.543 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.543 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE DIRETOR DO CMEI - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, Inciso V da Lei Orgânica do Município, em especial ao Artigo 108 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Decreta:

Art.1º) Nomear a Servidora Pública Municipal LÍLIAN APARECIDA PETERS, Matrícula Funcional nº 000736, Registro no Sistema sob nº 955252, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para ocupar o cargo de Diretor do CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil "Alegre Infância", com carga horária de 40 horas semanais,

percebendo a Gratificação FG-4C, no valor de R\$ 825,19 (oitocentos e vinte e cinco reais, dezenove centavos) mensais, enquanto permanecer na função, a partir de 01 de setembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Setembro de 2014.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
02 de Setembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 8.544 de 02 de Setembro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.544 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA  
NO CMEI - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, Inciso V da Lei Orgânica do Município, em especial ao Artigo 108 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Decreta:

Art.1º) Fica nomeada a Servidora Pública Municipal SILVANA CORDEIRO DA CRUZ DE FREITAS, Matrícula Funcional nº 000542, Registro no Sistema sob nº 954648, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para ocupar o cargo de Coordenadora Pedagógica do CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil "Alegre Infância", com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo Gratificação FG-5A, no valor de R\$ 634,77 (seiscentos e trinta e quatro reais, setenta e sete centavos) mensal enquanto permanecer na função, a partir de 01 de setembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Setembro de 2014.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
02 de setembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

**Pregão 83/2014**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2014

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de diversos equipamentos (fogão a gás, amassadeira, freezer, refrigerador, lavadora) para as escolas, CMEI Centros de Educação Infantil e para a Secretaria de Educação do município, conforme tabela abaixo:

IT	QT	UN	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	02	UN	Fogão 4 bocas automático, forno autolimpante, bivolt, atendimento automático total, forno autolimpante, puxador de metal, vidro total na porta do forno, grade fixa no forno com 2 regulagens de altura, mega chama 3000w (5 bocas), 2 queimadores família, queimadores esmaltados, tampa de vidro sem puxador, trempe mesa dupla, mesa em aço inox sobrepostos, manipuladores removíveis, válvula de segurança no forno, pés altos.	350,00	700,00
02	02	UN	Amassadeira lenta capacidade de 25 kg de massa pronta, tacho basculante, monofásica, motor 3/4NR12 e Inmetro com entrega e montagem gratuita nas escolas: Maria José Bernardes - Centro e Escola Paulo Fuckner - Bateias de Cima	2.800,00	5.600,00
03	02	UN	Freezer vertical mínimo de 173 litros, 1 porta, puxadores externos, pés niveladores, 220 v, cestos removíveis, gavetas, gaveta extra fria, consumo aproximado de energia: 43,3 kwh/mês	1.530,00	3.060,00
04	03	UN	Lavadora de roupa, display digital, capacidade mínima de roupa seca: 10kg, elimina fiapos, mínimo de 20 programas, entrada e saída automática de água, enxágue duplo, sistema de lavagem agitação, alimentação 220V, lava edredon, velocidade de centrifugação 775 rpm com função amaciante e tira manchas.	1.200,00	3.600,00
05	03	UN	Refrigerador frost free 2 portas, capacidade mínima 382 litros, capacidade líquida congelador: 94 litros, capacidade líquida do refrigerador: 288 litros, display digital 220V, controle de temperatura Refrigerador: externo, controle temperatura congelador: externo, alarme de porta aberta, pés niveladores, prateleiras de vidro resistente, 100% removíveis, gavetão para legumes e frutas, porta latas e cesta multiuso, potência mínima 60 kWh/mês	1.800,00	5.400,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 05/09/2014, às 13h45min do dia 17/09/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h do dia 17/09/2014 no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF.

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.02 - Serviço de Ensino Fundamental; Função: 12 - Educação; Subfunção: 361 - Ensino Fundamental; Programa: 10 - Ensino Fundamental; Projeto: 2.105 - Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental; Elemento de Despesa: 3.4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente; Recurso: 519 - Receitas Impostos; Código reduzido: 98.

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.05 - Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 - Educação; Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição; Programa: 12 - Merenda Escolar; Projeto: 2.015 - Merenda Escolar; Elemento de Despesa: 3.4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente; Recurso: 519 - Receitas Impostos; Código reduzido: 381 - Programa Brasil Carinhoso conforme Resolução CD/FNDE nº 17 de maio de 2013.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 04 de setembro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

**Lei Nº 4.183 de 03 de Setembro de 2014**

LEI Nº 4.183 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei: Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Assistência Social autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil, duzentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.



92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339014.00.102 -	Diárias - Civil	R\$ 1.200,00
339039.00.102 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
	TOTAL	R\$ 2.200,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339039.00.102 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.200,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
03 de Setembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 03/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## Ata Tomada de Preços 67/2014

### ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 67/2013)

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Lilian Terezinha Bartsch, Irineu Woitskovski Junior e Maria Cristina Marciniak Munhoz, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 8.125 de 06 de janeiro de 2014) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 67/2014, modalidade Tomada de Preços, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por "Contratação de Empresa de Engenharia Elétrica para a Modernização e Aumento da Eficiência da Iluminação Pública no Município de Campo Alegre/SC, através da instalação de luminárias de alto rendimento e da extensão da rede, incluindo a montagem eletromecânica e demais serviços especificados, de acordo com o memorial descritivo, projetos e demais anexos do Edital. Os recursos são provenientes da COSIP (Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública). Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) das empresas proponentes: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA - CNPJ: 09.008.659/0001-69 e INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA - CNPJ:11.1114.924/0001-35.

Credenciaram-se na sessão como representantes: Sr. Fernando Sattis Trentin representante da empresa Eletro Comercial Energiluz Ltda e Sr. Aparecido Celso Hiroshi TSukamoto representante da empresa INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA. Após, procedeu-se a abertura dos envelopes "documentos" das empresas proponentes, a licitante INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA não apresentou ART, a qual deveria acompanhar o Atestado de Capacidade Técnica e a Certidão de Acervo Técnico, conforme exigência do Item 6.3.3 do Edital sendo considerada INABILITADA. O Sr. Fernando representante da empresa Eletro Comercial Energiluz Ltda solicitou constar em Ata ainda que o Objeto Social do Contrato social da empresa INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA não é, segundo seu entendimento, compatível ao objeto da licitação e ainda também que a empresa INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA não atendeu o edital no que se refere ao item 6.3.3.1. A licitante Eletro Comercial Energiluz Ltda, apresentou todos os documentos conforme exigido no edital sendo considerada HABILITADA. Concede-se prazo de 05 (cinco) dias úteis, para interposição de recurso, em atendimento a Lei Federal 8.666/93 e alterações Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Maria Cristina Marciniak Munhoz Presidente da Comissão de Licitação	Irineu Woitskovski Junior Secretário
Lilian Terezinha Bartsch Membro	Sr. Fernando Sattis Trentin Eletro Comercial Energiluz Ltda
Aparecido Celso Hiroshi TSukamoto INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA	

## LEI Nº 4.184 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.184 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei: Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 41.400,00 (quarenta e um mil, quatrocentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 41.400,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial de Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.125 -	Ampliação da Rede de Abastecimento de Água.	
400000.00.766 -	Despesas de Capital	
440000.00.766 -	Investimentos	
449000.00.766 -	Aplicações Diretas	
449051.00.766 -	Obras e Instalações	R\$ 41.400,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
03 de setembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 03/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 4.185 de 03 de Setembro de 2014

LEI Nº 4.185 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 16.365,69 (dezesseis mil, trezentos e sessenta e cinco reais, sessenta e nove centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0009.2.014 -	Transporte Escolar	
300000.00.830 -	Despesas Correntes	
330000.00.830 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.830 -	Aplicações Diretas	
339039.00.830 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 16.365,69

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício anterior dos Recursos = 830 - FNDE - Programa Caminho na Escola firmado com o Governo Federal.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
03 de Setembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 03/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 8.545 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.545 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.183 de 03 de setembro de 2014; Decreta:  
Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Assistência Social autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil, duzentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339014.00.102 -	Diárias - Civil	R\$ 1.200,00
339039.00.102 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
	TOTAL	R\$ 2.200,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0103.2.519 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339039.00.102 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.200,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
03 de Setembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 03/09/2014



JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 8.546 de 03 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 8.546 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA SUPLEMENTA-O POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.185 de 03 de setembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 16.365,69 (dezesesseis mil, trezentos e sessenta e cinco reais, sessenta e nove centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0009.2.014 -	Transporte Escolar	
300000.00.830 -	Despesas Correntes	
330000.00.830 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.830 -	Aplicações Diretas	
339039.00.830 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 16.365,69

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício anterior dos Recursos = 830 - FNDE - Programa Caminho na Escola firmado com o Governo Federal.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
03 de Setembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 03/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 8.547 de 03 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 8.547 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.184 de 03 de setembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 41.400,00 (quarenta e um mil, quatrocentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 41.400,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial de Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.125 -	Ampliação da Rede de Abastecimento de Água.	
400000.00.766 -	Despesas de Capital	
440000.00.766 -	Investimentos	
449000.00.766 -	Aplicações Diretas	
449051.00.766 -	Obras e Instalações	R\$ 41.400,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
03 de setembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 03/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.076 de 21 de Março de 2006**

LEI Nº 3.076 DE 21 DE MARÇO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2005.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 22.726,78 (vinte e dois mil, setecentos e vinte e seis reais e setenta e oito centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
06.181.0050.2.040 -	Manutenção e Coordenação das Atividades Polícia Militar e Civil	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 22.726,78

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício 2005.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de março de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração  
Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/03/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.077 DE 21 DE MARÇO DE 2006**

LEI Nº 3.077 DE 21 DE MARÇO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE  
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE E  
CRIA PROGRAMA E PROJETO/ATIVIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar e Criar Programa e Projeto/Atividade no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

09.00 -	FUNREBOM - Fundo Munic de Reequip da Organiz de Bombeiros	
09.01 -	Serviço de Manutenção do FUNREBOM	
06.182.0071.2.717 -	Manutenção e Coordenação do FUNREBOM	
300000.00 -	Despesas Correntes	

330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 30.000,00
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 27.000,00
TOTAL		R\$ 60.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta da antecipação do Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente em decorrência da Lei Complementar Municipal nº. 032 de 22 de dezembro de 2005 que Criou o FUNREBOM.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de março de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração  
Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/03/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.078 de 28 de Março de 2006**

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 3078 DE 28 DE MARÇO DE 2006  
AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMÓVEL  
DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, SITUADO NO DISTRITO  
INDUSTRIAL, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica concedido o direito de uso do parte do Lote n.º 05 do Distrito Industrial do Município de Campo Alegre, situado à Rodovia SC-301, medindo 2.970,01 m² (dois mil, novecentos e setenta metros e um decímetro quadrados) pelo prazo de 10 (dez anos) consecutivos, contados a partir da presente data, à empresa "ECOHABITARE CONSTRUÇÕES INCORPORAÇÕES LTDA.", registrada no CNPJ/MF sob n.º 07.896.894/000199.

Art.2º) Após o término do prazo constante do Artigo 1º, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante estudo que verifique o retorno econômico-financeiro, tributário e social para o Município de Campo Alegre, outorgar a doação do imóvel à empresa por justificado interesse público, ou, prorrogar a concessão de direito de uso, conforme o caso.

Art.3º) As autorizações concedidas através dos Artigos 1º e 2º desta Lei, estão condicionadas ao uso para atividades industriais, devendo o bem retornar à propriedade do Município se não for atendida esta finalidade.

Art.4º) Os documentos exigidos pela Lei Municipal nº 2.230 de 27 maio de 1997, alterada pela Lei Municipal nº 2.530 de 01 de outubro de 2001, deverão ser apresentados em até 60 (sessenta dias) dias pelo Concessionário, sob pena de revogação da concessão, devendo ser arquivados na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) Os documentos já apresentados pelo Concessionário, ficarão arquivados na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de março de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração  
Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/03/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Pregão 85/2014**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2014

A licitação tem como objeto o Registro de Preços para a aquisição de fantoches para os CMEI da rede municipal para uso nas atividades pedagógicas com os alunos, conforme tabela abaixo:

IT	QT	UN	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	05	conj	<p>DEDOCHES - FÁBULA- Conjunto contendo vinte e seis (26) unidades de dedoches e três (3) unidades de aventais. Os três aventais são feitos de lona gramatura 380, com impressão digital em paisagens com temas das histórias. O conjunto contém 15 histórias de fábulas e folclore, cada qual acompanha seu livro, sendo elas: Curupira, lobisomem, mula sem cabeça, saci pererê, bumba meu boi, boi tatá, boto cor de rosa, bicho papão, leão e o camundongo, pastor brincalhão, cigarra e a formiga, lebre e a tartaruga, músicos de bremen, lebre e a raposa, raposa e o galo.</p> <p>Os vinte e seis dedoches são:</p> <p>Formiga medindo 19 x 11 cm, confeccionado em EVA com detalhes em feltro e olho móvel.</p> <p>Cigarra medindo 18 x 10 cm, confeccionado em EVA e feltro, violão em feltro desenhando em serigrafia com linhas pretas, olho móvel e demais acabamentos em feltro.</p> <p>Raposa medindo 18 x 14 cm, confeccionado em EVA e feltro com pele sintética cor caramelo, olho móvel e demais detalhes em feltro.</p> <p>Galo medindo 19 x 13 cm, confeccionado em EVA e feltro, olho móvel e demais acabamentos em feltro.</p> <p>Gato medindo 19 x 9 cm, confeccionado em EVA e feltro com pele sintética e olho móvel, demais detalhes em feltro.</p> <p>Cachorro medindo 17 x 9 cm, confeccionado em EVA e feltro com olho móvel e demais detalhes em feltro.</p> <p>Tartaruga medindo 17 x 11 cm, confeccionado em EVA e feltro, o casco da tartaruga é feito de feltro com serigrafia, olho móvel e demais acabamentos em feltro.</p> <p>Lebre medindo 21 x 13 cm, confeccionado em EVA e feltro, olho móvel e demais acabamentos em feltro.</p> <p>Cavalo medindo 23 x 11 cm, confeccionado em EVA, feltro, pele sintética caracterizando o pelo do cavalo, olho móvel e demais acabamentos em feltro.</p> <p>Elefante medindo 18 x 12 cm, confeccionado em EVA e feltro, olho móvel e demais acabamentos em feltro.</p> <p>Ovelha medindo 13 x 10 cm, confeccionado em EVA, feltro, pele sintética caracterizando o pelo da ovelha, olho móvel e demais acabamentos em feltro.</p> <p>Menino pastor medindo 20 x 13 cm, confeccionado em EVA e feltro, olho móvel e demais acabamentos em feltro.</p> <p>Lobo medindo 24 x 14 cm, confeccionado em EVA e feltro, olho móvel e demais acabamentos em feltro.</p> <p>Bicho papão medindo 25 x 20 cm, confeccionado em EVA, feltro, olho móvel e demais acabamentos em feltro.</p> <p>Boto cor de rosa medindo 25 x 20 cm, confeccionado em EVA e feltro, olho móvel e demais acabamentos em feltro.</p> <p>Boi tatá medindo 22 x 10 cm, confeccionado em EVA, feltro, serigrafia para caracterizar a pele da cobra, olho móvel e demais acabamentos em feltro.</p> <p>Bumba meu boi medindo 17 x 12 cm, confeccionado em EVA e feltro, olho móvel e demais acabamentos em feltro.</p> <p>Saci medindo 21 x 17 cm, confeccionado em EVA e feltro, olho móvel e demais acabamentos em feltro.</p> <p>Mula sem cabeça medindo 29 x 14 cm, confeccionado em EVA e feltro, olho móvel e demais acabamentos em feltro.</p> <p>Mulher medindo 18 x 12 cm, confeccionado em EVA e feltro, olho móvel e demais acabamentos em feltro.</p> <p>Lobisomem medindo 26 x 18 cm, confeccionado em EVA, feltro, pele sintética cor preto, olho móvel e demais acabamentos em feltro.</p> <p>Curupira medindo 28 x 12 cm, confeccionado em EVA e feltro, olho móvel e demais acabamentos em feltro.</p> <p>Caracol medindo 10 x 6 cm, confeccionado em EVA e feltro, o casco do caracol feito de feltro amarelo com serigrafia caracterizando o mesmo, olho móvel e demais acabamentos em feltro.</p> <p>Camundongo medindo 20 x 13 cm, confeccionado em EVA e feltro, olho móvel e demais acabamentos em feltro.</p> <p>Leão medindo 19 x 12 cm, confeccionado em EVA e feltro, juba do leão feita de pele sintética caramelo, olho móvel e demais acabamentos em feltro.</p> <p>Homem medindo 19 x 12 cm, confeccionado em EVA e feltro, olho móvel e demais acabamentos em feltro.</p> <p>Cada história vem acondicionada em uma embalagem plástica com fecho zip, cada qual com seu respectivo livro, o conjunto é acondicionado em embalagem de TNT com alças do mesmo e fechamento com zíper.</p>	310,00	1.550,00

02	07	conj	<p>MÁSCARAS DE ANIMAIS - Conjunto contendo 16 dezesseis unidades sendo elas:</p> <p>Gato medindo aproximadamente 31 x 23 cm, espuma de um (1) cm por densidade vinte (20) que da o formato e sustentação, revestido em malha. Olhos, acabamentos e demais detalhes são em feltro, elástico para fixação na cabeça.</p> <p>Jacaré medindo aproximadamente 38 x 23 cm, espuma de um (1) cm por densidade vinte (20) que da o formato e sustentação, revestido em malha. Olhos, acabamentos e demais detalhes são em feltro, elástico para fixação na cabeça.</p> <p>Lobo medindo aproximadamente 37 x 32 cm, espuma de um (1) cm por densidade vinte (20) que da o formato e sustentação, revestido em malha. Olhos, acabamentos e demais detalhes são em feltro, elástico para fixação na cabeça.</p> <p>Cachorro medindo aproximadamente 32 x 29 cm, espuma de um (1) cm por densidade vinte (20) que da o formato e sustentação, revestido em malha. Olhos, acabamentos e demais detalhes são em feltro, elástico para fixação na cabeça.</p> <p>Girafa medindo aproximadamente 37 x 28 cm, espuma de um (1) cm por densidade vinte (20) que da o formato e sustentação, revestido em malha. Olhos, acabamentos e demais detalhes são em feltro, elástico para fixação na cabeça.</p> <p>Onça medindo aproximadamente 33 x 24 cm, espuma de um (1) cm por densidade vinte (20) que da o formato e sustentação, revestido em malha com característica de onça. Olhos, acabamentos e demais detalhes são em feltro, elástico para fixação na cabeça.</p> <p>Urso panda medindo aproximadamente 26 x 25 cm, espuma de um (1) cm por densidade vinte (20) que da o formato e sustentação, revestido em malha. Olhos, acabamentos e demais detalhes são em feltro, elástico para fixação na cabeça.</p> <p>Sapo medindo aproximadamente 29 x 24 cm, espuma de um (1) cm por densidade vinte (20) que da o formato e sustentação, revestido em malha. Olhos, acabamentos e demais detalhes são em feltro, elástico para fixação na cabeça.</p> <p>Galo medindo aproximadamente 27 x 23 cm, espuma de um (1) cm por densidade vinte (20) que da o formato e sustentação, revestido em malha, crista em malha e bico em feltro, o preenchimento da crista e do bico são em fibra sintética. Olhos, acabamentos e demais detalhes são em feltro, elástico para fixação na cabeça.</p> <p>Vaca medindo aproximadamente 37 x 31 cm, espuma de um (1) cm por densidade vinte (20) que da o formato e sustentação, revestido em malha. Olhos, acabamentos e demais detalhes são em feltro, elástico para fixação na cabeça.</p> <p>Porco medindo aproximadamente 35 x 25 cm, espuma de um (1) cm por densidade vinte (20) que da o formato e sustentação, revestido em malha. Olhos, acabamentos e demais detalhes são em feltro, elástico para fixação na cabeça.</p> <p>Leão medindo aproximadamente 32 x 25 cm, espuma de um (1) cm por densidade vinte (20) que da o formato e sustentação, revestido em malha, juba feita em pele sintética. Olhos, acabamentos e demais detalhes são em feltro, elástico para fixação na cabeça.</p> <p>Elefante medindo aproximadamente 32 x 32 cm, espuma de um (1) cm por densidade vinte (20) que da o formato e sustentação, revestido em malha, tromba de espuma revestida em malha, marfim de feltro preenchido com fibra sintética. Olhos, acabamentos e demais detalhes são em feltro, elástico para fixação na cabeça.</p> <p>Coelho medindo aproximadamente 34 x 24 cm, espuma de um (1) cm por densidade vinte e três (23) que da o formato e sustentação, revestido em malha. Olhos, acabamentos e demais detalhes são em feltro, elástico para fixação na cabeça.</p> <p>Macaco medindo aproximadamente 34 x 34 cm, espuma de um (1) cm por densidade vinte (20) que da o formato e sustentação, revestido em malha. Olhos, acabamentos e demais detalhes são em feltro, elástico para fixação na cabeça.</p> <p>Galo medindo aproximadamente 27 x 23 cm, espuma de um (1) cm por densidade vinte (20) que da o formato e sustentação, revestido em malha, bico de feltro com preenchimento de fibra sintética, crista de malha preenchida com fibra sintética. Olhos, acabamentos e demais detalhes são em feltro, elástico para fixação na cabeça.</p> <p>O conjunto é acondicionado em embalagem de TNT com alças do mesmo e fechamento com zíper.</p>	310,00	2.170,00
----	----	------	---	--------	----------

03	07	conj	<p>FANTOCHES CONTOS CLÁSSICOS- Conjunto com 16 peças sendo eles: 3 porquinhos medindo 45 x 35 cm cada, cabeça de espuma com densidade 23 revestido em malha com camisa em tecido, calça, sapato, gravata e chapéu em feltro.</p> <p>LOBO MAU medindo 40 x 36 cm, cabeça, braços, orelhas, e rabo em pele (pelucia), chapéu em malha com espuma. gravata e camisa em tecido, calça, suspensorio e botas em feltro. dentes de espumas.</p> <p>CHAPÉUZINHO VERMELHO medindo 47 x 35 cm, cabeça de espuma com densidade 23 revestido em malha, corpo, chapéu em tecido renda, cabelo com tranças de lã , sacola e sapatos de feltro e savola em eva.</p> <p>VOVÓ medindo 46 x 35 cm, cabeça de espuma com densidade 23 revestido em malha, corpo em tecido, avental e sapatos em feltro com olhos em eva, cabelos em lã</p> <p>CAÇADOR medindo 46 x 32 cm, cabeça de espuma com densidade 23 revestido em malha, camisa com mangas em tecido, calça, cinto, chapéu, e botas em feltro cabelo em kanekalon</p> <p>FADA medindo 50x 35 cm, cabeça de espuma com densidade 23 revestido em malha, corpo, chapéu e mangas em cetim, com saia e detalhe no chapéu de tule, sapatos de feltro, cetno de madeira e feltro cabelo de lã.</p> <p>BRUXA medindo 49 x 35 cm, cabeça de espuma com densidade 23 revestido em malha, corpo em tecido, chapéu, pernas e laços em malha com espuma. botas e detalhes em feltro, vassoura com cabo de madeira e lã.</p> <p>BRANCA DE NEVE medindo 47 x 34 cm, cabeça de espuma com densidade 23 revestido em malha, com corpo, saia e mangas em cetim, cabelo de lã, gola alta de malha e espuma, sapatos e luvas em feltro</p> <p>3 ANÕES medindo 40 x 31 cm cada, cabeça de espuma com densidade 23 revestido em malha, camisa de tecido, calça, sapatos, cintos, e botas em feltro cabelos barba e bigode de kanekalon. cabeça em espuma densidade 23.</p> <p>PRINCESA medindo 49 x 35 cm, cabeça de espuma com densidade 23 revestido em malha, blusa de tecido com saia de pregas e manga e paete com coroa de eva e paete, cabelo de lã.</p> <p>PRINCIPE medindo 45 x 32cm. cabeça de espuma com densidade 23 revestido em malha, camisa e mangas em tecido, calça, cinto, sapatos , capa em feltro e cabelo kanekalon .</p> <p>PALHAÇO medindo 45 x 32 cm . corpo e mangas em tecido, calça, sapatos e gravata em feltro cabelos com pompons de lã com chapéu de cetim e espuma, com nariz vermelho</p> <p>Acondicionados em embalagem de TNT com fecho e alças.</p>	310,00	2.170,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					5.890,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE.

Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 18/09/2014, às 14 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 13 horas e 45 minutos, do dia 18/09/2014, no Serviço de Protocolo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.05 - Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 - Educação; Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição; Programa: 12 - Merenda Escolar; Projeto: 2.015 - Merenda Escolar; Elemento de Despesa: 3.3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de consumo; Recurso: 0904 - Manutenção Educação Infantil - Apoio às Creches; Código reduzido: 381 - Programa Brasil Carinhoso conforme Resolução CD/FNDE nº 17 de maio de 2013.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no link "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 85/2014".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.



Campo Alegre, 05 de setembro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

### Lei Nº 3.079 de 28 de Março de 2006

LEI Nº 3.079 DE 28 DE MARÇO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 5.070,00 (cinco mil e setenta reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339093.00.136 -	Indenizações e Restituições	R\$ 5.070,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

90.00 -	Reserva de Contingência	
90.99 -	Reserva de Contingência	
099.999.9999.2.999 -	Reserva de Contingência	
999990.00 -	Reserva de Contingência	
999999.00 -	Reserva de Contingência	R\$ 5.070,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de março de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
28/03/2006

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.080 DE 28 DE MARÇO DE 2006

LEI Nº 3.080 DE 28 DE MARÇO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2005.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 51.038,91 (cinquenta e um mil, trinta e oito reais e noventa e um centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 6.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.1.004 -	Construção e Reforma de Unidades Escolares	
400000.00.141 -	Despesas de Capital	
440000.00.141 -	Investimentos	
449000.00.141 -	Aplicações Diretas	
449051.00.141 -	Obras e Instalações	R\$ 25.000,00
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
330000.00.141 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.141 -	Aplicações Diretas	
339030.00.141 -	Material de Consumo	R\$ 11.038,91
339039.00.141 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0015.2.107 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 4.000,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.03 -	Serviço de Comércio, Indústria e Turismo	
23.695.0039.1.012 -	Divulgação do Município e Rotas Turísticas	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	



339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
TOTAL		R\$ 51.038,91

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Superávit Financeiro do Exercício 2005.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de março de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
28/03/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.081 DE 28 DE MARÇO DE 2006

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.081 DE 28 DE MARÇO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2005  
E CRIA PROJETO ATIVIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar e criar Projeto/Atividade no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.800 -	Aquisição de Máquinas e Equipamentos ao Ensino Fundamental	
400000.00.141 -	Despesas de Capital	
440000.00.141 -	Investimentos	
449000.00.141 -	Aplicações Diretas	
449052.00.141 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 23.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício 2005.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
27 de março de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
28/03/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.082 DE 04 DE ABRIL DE 2006

LEI Nº 3.082 DE 04 DE ABRIL DE 2006.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER SOB A FORMA DE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS E PERMUTAR, OS IMÓVEIS QUE ESPECIFICA."

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber sob a forma de dação em pagamento de tributos especificados nesta Lei, os seguintes imóveis:

I - "Um terreno situado na cidade de Campo Alegre/SC, desta Comarca, identificado pelo lote n.º 38 da quadra '05' do Loteamento 'CAMPO ALEGRE', fazendo frente para a Rua Benjamim Constant, por 14,50 metros, fundos com a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, por mais 8,05 metros e com o lote n.º 43, por 7,95 metros, lado direito com o lote n.º 39, por 26,70 metros, com o lote n.º 40, por 14,00 metros, com o lote n.º 41, por 14,00 e com o lote 42 por 14,00, lado esquerdo com o lote n.º 37, por 61,50 metros, contendo a área de novecentos e noventa e dois e setenta e sete decímetros quadrados (992,77m²)", matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São Bento do Sul/SC, sob n.º 18.002.

II - "Um terreno situado na cidade de Campo Alegre/SC, desta Comarca, identificado pelo lote n.º 39 da quadra '05' do Loteamento 'CAMPO ALEGRE', fazendo frente para a Rua Benjamim Constant, por 30,40 metros, fundos com o lote n.º 40, por 32,30 metros, lado direito com uma rua sem nome, por 27,00 metros, lado esquerdo com o lote n.º 38, por 26,70 metros, contendo a área de oitocentos e quarenta e seis metros e quarenta e cinco decímetros quadrados (846,45m²)", matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São Bento do Sul/SC, sob n.º 18.003.

III - "Um terreno situado na cidade de Campo Alegre/SC, desta Comarca, identificado pelo lote n.º 40 da quadra '05' do Loteamento 'CAMPO ALEGRE', distante 27,00 metros da esquina com a Rua Benjamim Constant, fazendo frente para uma rua sem nome, lado par por 14,00 metros, fundos com o lote n.º 38, por 14,00 metros, lado direito com o lote n.º 41, por 33,30 metros, lado esquerdo com o lote n.º 39, por 9,20 metros, contendo a área de quatrocentos e cinquenta e nove metros e vinte decímetros quadrados (459,20m²)", matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São Bento do Sul/SC, sob n.º 18.004.

IV - "Um terreno situado na cidade de Campo Alegre/SC, desta Comarca, identificado pelo lote n.º 41 da quadra '05' do Loteamento 'CAMPO ALEGRE', distante 41,00 metros da esquina com a Rua Benjamim Constant, fazendo frente para uma rua sem nome, lado par por 14,00 metros, fundos com o lote n.º 38, por 14,00 metros, lado direito com o lote n.º 42, por 34,30 metros, lado esquerdo com o lote n.º 40, por 33,30 metros, contendo área de quatrocentos e setenta e três metros e vinte decímetros quadrados (473,20m²)", matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São Bento do Sul/SC, sob n.º 18.005.

V - "Um terreno situado na cidade de Campo Alegre/SC, desta Comarca, identificado pelo lote n.º 42 da quadra '05' do Loteamento

'CAMPO ALEGRE', distante 55,00 metros da esquina com a Rua Benjamim Constant, fazendo frente para uma rua sem nome, lado par, por 14,00 metros, fundos com o lote n.º 38, por 14,00 metros, lado direito com o lote n.º 43, por 35,10 metros, lado esquerdo com o lote n.º 41, por 34,30 metros, contendo área de quatrocentos e oitenta e cinco metros e oitenta decímetros quadrados (485,80m<sup>2</sup>), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São Bento do Sul/SC, sob n.º 18.006.

VI - "Um terreno situado na cidade de Campo Alegre/SC, desta Comarca, identificado pelo lote n.º 43 da quadra '05' do Loteamento 'CAMPO ALEGRE', distante 69,00 metros da esquina com a Rua Benjamim Constant, fazendo frente para uma rua sem nome, lado par, por 14,00 metros, fundos com a Prefeitura Municipal de Campo Alegre, por 15,00 metros, lado direito com o lote n.º 44, por 36,60 metros, lado esquerdo com o lote n.º 42, por 35,10 metros e com o lote n.º 38, por 7,95 metros, contendo área de quinhentos e quarenta e oito metros e dez decímetros quadrados (548,10m<sup>2</sup>), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São Bento do Sul/SC, sob n.º 18.007.

VII - "Um terreno situado na cidade de Campo Alegre/SC, desta Comarca, identificado pelo lote n.º 44 da quadra '05' do Loteamento 'CAMPO ALEGRE', distante 83,00 metros da esquina com a Rua Benjamim Constant, fazendo frente para uma rua sem nome, lado par, por 14,00 metros, fundos com a Prefeitura Municipal de Campo Alegre, por 15,00 metros, lado direito com o lote n.º 45, por 32,00 metros, lado esquerdo com o lote n.º 43, por 36,60 metros, contendo área de quatrocentos e noventa e sete metros e trinta e sete decímetros quadrados (497,37m<sup>2</sup>), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São Bento do Sul/SC, sob n.º 18.008.

VIII - "Um terreno situado na cidade de Campo Alegre/SC, desta Comarca, identificado pelo lote n.º 45 da quadra '05' do Loteamento 'CAMPO ALEGRE', distante 97,00 metros da esquina com a Rua Benjamim Constant, fazendo frente para uma rua sem nome, lado par, por 36,50 metros, fundos com a Prefeitura Municipal de Campo Alegre, por 28,76 metros, lado direito com herdeiros de Waldemiro Schroeder, por 24,00 metros, lado esquerdo com o lote n.º 44, por 32,00 metros, contendo área de quatrocentos e cinquenta e oito metros e quarenta e um decímetros quadrados (458,41m<sup>2</sup>), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São Bento do Sul/SC, sob n.º 18.009.

Art.2º) - As áreas acima descritas, serão recebidas sob forma de dação em pagamento, para fins de quitação da totalidade dos débitos tributários inscritos em dívida ativa, referente aos anos de 1998 à 2001, em nome de Myrian Ida Cubas Malschitzky e os tributos referentes ao exercício de 2006, inscritos em nome de Paulo Gustavo Mühlmann, Myrian Ida Cubas Malschitzky e Mery Cubas Bartsch, pendentes de pagamento até a presente data, que totalizam R\$ 45.436,68 (quarenta e cinco reais, quatrocentos e trinta e seis reais e sessenta e oito centavos).

Art.3º) Os imóveis objetos da dação em pagamento serão recebidos pelo valor de R\$ 119.032,50 (cento e dezenove mil, trinta e dois reais e cinquenta centavos), correspondente à R\$ 25,00 (vinete e cinco reais) o metro quadrado, conforme avaliação imobiliária, restando crédito à favor do contribuinte Sr. Paulo Mühlmann no valor de R\$ 73.595,82 (setenta e três mil, quinhentos e noventa e cinco reais e oitenta e dois centavos).

Art.4º) O saldo remanescente, discriminado no Artigo será integralizado pelo Município através da devolução dos lotes n.ºs 73, 74 e 34 do Loteamento 'CAMPO ALEGRE', previstos nos incisos I, V e VI do Art. 1º da Lei n.º 2.839/03, zerando o referido saldo devedor.

Parágrafo único - O lote de n.º 34, previsto no caput, será acrescido de 5,00 metros de testada, com uma profundidade de 58,90m lineares, paralela à linha de divisa com o lote n.º 35, totalizando uma área de 294,50m<sup>2</sup>, a ser desmembrada deste último e que será unificada ao lote n.º 34.

Art.5º) As custas pela transferência dos imóveis correrão por conta da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
04 de abril de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
04/04/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **LEI Nº 3.083 DE 04 DE ABRIL DE 2006**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.083 DE 04 DE ABRIL DE 2006

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES NAS LEIS MUNICIPAIS Nº 3.038 E 3.040, E EM SEUS REFERIDOS ANEXOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam incluídos o Programa 69 - Alfabetização de Jovens e Adultos e o Programa 70 - Proteção à Infância, Adolescência e ao Portador de Deficiência, que passam a fazer parte integrante desta Lei.

Art.2º) Fica incluída a ação 1.032 - Subvenção à Entidades - Projeto Petrobrás no Programa 67 - Atendimento aos Menores em Situação de Risco.

Art.3º) Fica alterado o valor de Equipamentos e Material Permanente do Programa 50.

Art.4º) Fica incluído o Órgão 09.00 - FUNREBOM - Fundo Municipal de Reequipamento da Organização de Bombeiros.

Parágrafo único: As inclusões a que se referem os Artigos anteriores são especificamente das Leis Municipais nº 3.038 e 3.040.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
04 de abril de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
04/04/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.084 DE 04 DE ABRIL DE 2006

LEI Nº 3.084 DE 04 DE ABRIL DE 2006.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER".  
SOB A FORMA DE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE  
TRIBUTOS OS MATERIAIS QUE ESPECIFICA."

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber sob a forma de dação em pagamento de tributos especificados nesta Lei, 25.000 (vinte e cinco mil) tijolos novos.

Art.2º) - Os tijolos mencionados no artigo anterior, serão recebidos sob forma de dação em pagamento, para fins de quitação da totalidade dos débitos tributários inscritos em dívida ativa, referente aos anos de 2002 à 2005, em nome de ALVANIR ANTÔNIO MUNHOZ, pendentes de pagamento até a presente data, que totalizam R\$ 5.315,00 (cinco mil, trezentos e quinze reais).

Art.3º) Os tijolos de que trata a presente lei, serão recebidos pelo valor de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) o milheiro, totalizando R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

Art.4º) Os tijolos serão retirados da sede da empresa MUNHOZ MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA situada em Campo Alegre, de forma fracionada, à medida da necessidade da Municipalidade e serão utilizados na construção de casas populares (COHAB), por ocasião da ampliação do Conjunto Habitacional Bela Vista, em Campo Alegre.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
04 de abril de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
04/04/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.085 de 04 de Abril de 2006

LEI Nº 3.085 DE 04 DE ABRIL DE 2006

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE A FIRMAR TERMO DE COMPROMISSO E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Município de Campo Alegre à firmar Termo de Compromisso, com o fim de garantir recursos da União para aquisição de um veículo, cujo direito de uso será concedido à

Associação de Apicultores de Campo Alegre - APICAMPO.

Parágrafo único - a transferência de recursos e as condições de uso do veículo pela associação, serão respectivamente objetos de convênio e termo de concessão de direito de uso, devidamente autorizados por lei específica.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
04 de abril de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
04/04/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.086 DE 04 DE ABRIL DE 2006

LEI Nº 3.086 DE 04 DE ABRIL DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2005  
E CRIA ELEMENTO DE DESPESA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar e Criar Projeto/Atividade no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frotas	
26.782.0047.2.112 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 3.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício 2005.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
04 de abril de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 04/04/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **LEI Nº 3.087 DE 04 DE ABRIL DE 2006**

LEI Nº 3.087 DE 04 DE ABRIL DE 2006  
AUTORIZA SERVIÇO DE TERRAPLANAGEM NOS  
TERMOS DO PROGRAMA DE APOIO AOS PRODUTORES  
AGRO-SILVO PASTORIS DE CAMPO ALEGRE.

Considerando a solicitação formulada pelo agricultor Sr. LAURO SCHNEIDER, inscrição RSP sob nº 14.310..010.853, portador do CPF nº 660.665.579-04, residente e domiciliado a Rua Principal snº na localidade de Serrinha do Rio Vermelho neste Município, solicita patrolamento e ensaibramento da via de acesso de sua propriedade rural, com a finalidade única de permitir o escoamento regular de sua produção agrícola;

Considerando que a matrícula do referido imóvel, registrada sob n.º 31.529 no Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul-SC, atesta que o imóvel situa-se na localidade de Serrinha do Rio Vermelho, Município de Campo Alegre-SC;

Considerando que o agricultor solicitante possui imóvel situado na divisa dos territórios dos Municípios de Campo Alegre e São Bento do Sul, estando parte da via de acesso na referida divisa;

Considerando que o agricultor LAURO SCHNEIDER é produtor das seguintes culturas: batata salsa, milho e erva-mate;

Considerando que o referido agricultor utiliza notas de produtor rural de Campo Alegre e preenche os demais pré-requisitos do Art. 7º e demais artigos da Lei Municipal n.º 2.872 de 06 abril de 2004.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar serviços de ensaibramento e patrolamento na via de acesso da propriedade do Sr. LAURO SCHNEIDER, localizado no Município de Campo Alegre-SC, com a finalidade de escoamento da produção rural.

Parágrafo único - o serviço mencionado no caput deste artigo poderá ser realizado ainda que, eventualmente, de acordo com o traçado da via, ocorra em território de São Bento do Sul-SC, por tratarem-se se municípios contíguos.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
04 de abril de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração  
Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 04/04/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **LEI Nº 3.088 DE 04 DE ABRIL DE 2006**

LEI Nº 3.088 DE 04 DE ABRIL DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR  
CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO  
2005 NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica	
10.303.0056.2.028 -	Realização de Diagnóstico dos Pacientes	
300000.00.129 -	Despesas Correntes	
330000.00.129 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.129 -	Aplicações Diretas	
339039.00.129 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 6.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício 2005 do Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
04 de abril de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 04/04/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **LEI Nº 3.089 DE 04 DE ABRIL DE 2006**

LEI Nº 3.089 DE 04 DE ABRIL DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT  
FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2005 E CRIA ELEMENTO  
DE DESPESA NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar e Criar Elemento de Despesa no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:



91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.03 -	Manutenção das Atividades do Programa Saúde na Família	
10.301.0053.2.116 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
400000.00.120 -	Despesas de Capital	
440000.00.120 -	Investimentos	
449000.00.120 -	Aplicações Diretas	
449052.00.120 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 23.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício 2005 do Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
04 de abril de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
04/04/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **LEI Nº 3.090 DE 04 DE ABRIL DE 2006**

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 3.090 DE 04 DE ABRIL DE 2006  
DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE ELEMENTO DE  
DESPESA NAS LEIS MUNICIPAIS Nº 3.038 E 3.040,  
E EM SEUS REFERIDOS ANEXOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluído o Elemento de Despesa - Equipamentos e Material Permanente no Programa 53 - PSF - PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA, que passam a fazer parte integrante desta Lei.

Parágrafo único: As inclusão a que se refere o Artigo anterior é especificamente das Leis Municipais nº 3.038 e 3.040.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
04 de abril de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
04/04/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **LEI Nº 3.091 DE 04 DE ABRIL DE 2006**

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 3.091 DE 04 DE ABRIL DE 2006  
DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE ELEMENTO DE  
DESPESA NAS LEIS MUNICIPAIS Nº 3.038 E 3.040,  
E EM SEUS REFERIDOS ANEXOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluído o Elemento de Despesa - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física no Programa 47 - Frota Municipal que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Parágrafo único: A inclusão a que se refere o Artigo anterior é especificamente das Leis Municipais nº 3.038 e 3.040.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
04 de abril de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
04/04/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **LEI Nº 3.092 DE 11 DE ABRIL DE 2006**

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 3.092 DE 11 DE ABRIL DE 2006  
ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 3º DA LEI  
MUNICIPAL Nº 2.149 DE 20 DE MARÇO DE 1996.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Artigo 3º da Lei Municipal nº 2.149, de 20 de março de 1996, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º) O CMAS - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL terá a seguinte composição:

I - do Governo Municipal:

- a) dois representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;
- b) um representante da Secretaria Municipal de Administração;
- c) um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
- d) um representante da Secretaria Municipal de Finanças;
- e) um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

## II - dos usuários:

- a) um representante das Associações de Moradores;
- b) um representante da Fundação Educacional de Campo Alegre - FECAMPO;
- c) um representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE;
- d) um representante dos Clubes de Idosos;
- e) um representante de APPs de Escolas do Município;
- f) um representante dos Clubes de Serviços”.

Art.2º) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.178 de 11 de setembro de 1996.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”,  
11 de abril de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
11/04/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.093 de 18 de Abril de 2006**

LEI Nº 3.093 DE 18 DE ABRIL DE 2006.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A SOCIEDADE INTEGRADA DE APOIO SÓCIO CULTURAL - SIASC E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Sociedade Integrada de Apoio Sócio-cultural - SIASC, para a realização de atendimento especializado de alunos matriculados na rede de ensino regular, portadores de surdez e necessidade de aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua e do Português como segunda língua.

Art.2º) Fica autorizado o Município a arcar com custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) mensais para cada aluno atendido e a realizar transporte regular dos mesmos até a sede da SIASC.

Art.3º) As custas com a execução da presente lei, correrão por conta do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município de Campo Alegre.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”,  
18 de abril de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/04/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

CONVÊNIO N.º 001/2006

**CONVÊNIO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

Pelo presente termo de cooperação técnico financeiro, de um lado o Município de Campo Alegre, Pessoa Jurídica de direito interno, inscrito no CNPJ sob número 83.102.749/0001-77, com sede a Rua: Cel. Bueno Franco, 292 Centro, Campo Alegre, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. RENATO BAHR, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade doravante denominado simplesmente Município devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 3.093 de abril de 2006, e de outro lado SIASC - SOCIEDADE INTEGRADA DE APOIO SÓCIO CULTURAL, sociedade responsabilidade civil sem fins lucrativos, apolítica, cultural social e comportamental, com sede e foro na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Antonio Kaesemodel nº 14, Centro na cidade de São Bento do Sul - SC, construída em 27 de agosto de 2001, Estatuto Registrado sob número 551, as fls 298v e 299 do livro a-n 2 do registro de sociedades civis e registradas na Secretaria da Fazenda Nacional do Cadastro de Pessoas Jurídicas CNPJ sob nº 04.700.962/0001-04 neste ato representado pela professora Aparecida Maria de Brito Costa, Carteira de Identidade sob nº 21.R/ 4.358.206-SC, doravante denominado simplesmente SIASC, resolvem celebrar este termo de cooperação o qual se regerá pelas cláusulas nas condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO**

- O objeto do presente termo é o encaminhamento para atendimento especializado de alunos matriculados na rede de ensino regular para que em turno contrário, durante dois dias semanais ou dentro das necessidades combinados por ambas as partes, participem das atividades sócio-educativas na instituição acima citada, alunos estes portadores de surdez com necessidade de aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua e do Português como segunda língua e alunos com dificuldades de aprendizagem.

**CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.**

- Este Termo de Cooperação tem seu Fundamento legal, quanto a sua Formalização, na Lei Municipal n.º 3.093 e quanto ao seu conteúdo na Lei Municipal nº 3.038 que Dispõe sobre o Plano Plurianual de 2005 a 2009 e Lei Municipal nº 3.040, que Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício 2006, bem como a Lei Municipal n.º 3.093/06 que “Autoriza o poder executivo municipal a firmar convênio com a Sociedade Integrada de Apoio Sócio Cultural - SIASC e estabelece outras providências.”

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS CONVENIADOS.****1º Constituirão obrigações do SIASC:**

- a) Oferecer atendimento pedagógico, fonoaudiológico e psicológico aos alunos.
- b) Oferecer condições para o aprendizado da LIBRAS - língua brasileira de sinais para os alunos.
- c) Explicar os conteúdos em língua de sinais para que as crianças possam aprender e entender as atividades propostas no ensino regular, no horário em que estiverem na SIASC.
- d) Enviar bimestralmente relatórios sobre o desenvolvimento dos alunos
- e) Providenciar instalações, equipamentos e pessoal necessários para o atendimento de alunos.

**2º Constituirão obrigações do Município:**



- a) fazer triagem nas Escolas
- b) convocar pais para apresentação de proposta
- c) dar transporte gratuito ate a instituição
- d) avaliar bimestralmente o desempenho dos alunos
- e) observar o comportamento dos alunos em sala de aula.

**CLÁUSULA QUARTA - DO TOTAL DE ALUNOS, DA DESPESA E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

1º - O número de alunos atendidos poderá ser alterado para mais ou para menos, de acordo com a necessidade do Município e das possibilidades de atendimento da SIASC.

2º - As despesas decorrentes da execução deste Convenio correrão por conta do Município. Tais despesas serão contabilizadas pela seguinte Dotação Orçamentária da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto: 05.06.12.361.0013.2.108-339039.0000.

3º - No caso de se precisar inserir mais alunos no trabalho proposto, o aumento será de acordo com o que já se combinou, aumentando gradativamente de acordo com o valor de cada aluno, ou seja, se divide o valor por cada aluno e aumenta-se o valor proporcionalmente ao valor apresentado.

4º - O Município de Campo Alegre deverá repassar para o SIASC o valor de R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais) em 04 (quatro) parcelas de R\$ 1.312,50 (um mil, trezentos e doze reais e cinquenta centavos), vencendo-se a 1ª em 17/08/2006 e as demais sempre no dia 17 de cada mês subsequente, vencendo-se a última parcela no dia 17/11/2006.

#### **CLÁUSULA QUINTA DA RESCISÃO**

O SIASC e o Município poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições ou pela superveniência de eventos ou fatos jurídicos que o tornem material ou formalmente inexecutável ou ainda por mútuo acordo entre as partes convenientes, não cabendo qualquer espécie de indenização às partes.

#### **CLAUSULA SEXTA - DO PRAZO/VIGÊNCIA**

O prazo do presente vigora até 30 de novembro de 2006, respeitadas as datas de pagamento constantes da CLÁUSULA QUARTA deste termo.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul, para dirimir questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem acordados, as partes rubricam e firmam o presente Convenio em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Campo Alegre/SC, 16 de agosto de 2006.

Secretaria Municipal de Educação,  
Cultura e Desporto de Campo Alegre

Prefeito do Município de Campo Alegre

Presidente da Sociedade Int. Apoio Sócio Cultural

Tesoureiro da Sociedade Int. Apoio Sócio Cultural

Testemunha 1

Testemunha 2

## **CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 006/2014**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 006/2014

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 006/2014

Nº	NOME	CARGO	CPF	D.N.	NOTA	CLAS
02	ROBERTO KOCENKO DE OLIVEIRA	MÉDICO II	206.634.390-00	20/10/1951	10,2	1º
01	CINTIA SIMONE FETT	MÉDICO II	912.679.270-20	30/09/1977	1,2	2º

Nº	NOME	CARGO	CPF	D.N.	NOTA	CLAS.
03	CHRISTINA DE MEDEIROS	MÉDICO IV	065.039.489-56	18/03/1982	0,85	1º

Campo Alegre/SC, 05 de Setembro de 2014.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 006/2014

SANDRO BUENO FRANCO - MF Nº 274

LUCIELLE KAROLYNE CUBAS - MF Nº 000500

SIRLONE DE SOUZA CARNEIRO - MF Nº 000428

## **LEI Nº 3.094 DE 18 DE ABRIL DE 2006**

LEI Nº 3.094 DE 18 DE ABRIL DE 2006

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial e criar elemento de despesa no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

93.00 -	Fundo da Infância e Adolescência	
93.01 -	Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência	
08.243.0067.2.122 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00 -	Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Direta	
339030.00 -	Outras Despesas Correntes	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 350,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

93.00 -	Fundo da Infância e Adolescência	
93.01 -	Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência	
08.243.0067.2.122 -	Manutenção e Coordenação das atividades	
300000.00 -	Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Direta	
339030.00 -	Outras Despesas Correntes	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 350,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de abril de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/04/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.095 DE 26 DE ABRIL DE 2006

LEI Nº 3.095 DE 26 DE ABRIL DE 2006.

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL N.º 3.050  
DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - O Artigo 1º da Lei Municipal n.º 3.050, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 10.200,00 (dez mil, duzentos reais) a APP - Associação de Pais e Professores da Escola Municipal de Educação Básica Antônio Domingos Corrêa, inscrita no CNPJ/MF nº 79.367.256/0001-91 com sede á Rua: Ernesto Afonso Scheide, 132 Bairro Belo Horizonte Campo Alegre/SC".

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogan-do-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
26 de abril de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
26/04/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.096 DE 26 DE ABRIL DE 2006

LEI Nº 3.096 DE 26 DE ABRIL DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.1.027 -	Construção e Reforma de Unidades Escolares	
400000.00.519 -	Despesas de Capital	
440000.00.519 -	Investimentos	
449000.00.519 -	Aplicações Diretas	
449051.00.519 -	Obras e Instalações	R\$ 5.800,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.0009.6.009 -	Subvenção a Entidades Educacionais	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.519 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335043.00.519 -	Subvenções Sociais	R\$ 5.800,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
26 de abril de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
26/04/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.097 de 16 de Maio de 2006**

LEI Nº 3.097 DE 16 DE MAIO DE 2006.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR TRATOR, ATRAVÉS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO EM LICITAÇÃO PÚBLICA, COMO PARTE DO PAGAMENTO DE NOVO EQUIPAMENTO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a alienar, na modalidade "dação em pagamento" o seguinte bem móvel:

"Trator RETRO JHF0014103, marca CASE Modelo 580, Ano 1995, Fabricação Nacional, Série JH007606, Motor 30600744, de propriedade do Município de Campo Alegre-SC".

Parágrafo único - a máquina descrita no caput, deverá ser dada como parte do pagamento de novo maquinário, à ser adquirido através de certame público.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de maio de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
16/05/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.098 de 16 de Maio de 2006**

LEI Nº 3.098 de 16 DE MAIO DE 2006.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE A RECEBER BEM EM DOAÇÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, autorizado a receber em doação da Srª. Irª. VIRGÍNIA LEONI, inscrita no cadastro de Pessoas Físicas junto a Secretaria da Receita Federal sob nº 379.485.209-53, residente à Rua: Karl Dudda, 207 Centro neste Município, o Bem abaixo relacionado e avaliado:

QUANT.	DESCRIÇÃO	AValiação
01	Aparelho de Eletrocardiógrafo	R\$ 3.312,00

Art.2º) O bem móvel recebido em doação conforme o artigo primeiro desta Lei, integrará o patrimônio da do Fundo Municipal de Saúde do Município Municipal de Campo Alegre para todos os efeitos legais e contábeis.

Tijucas à Campo Alegre.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de maio de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
16/05/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.099 DE 23 DE MAIO DE 2006**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.099 DE 23 DE MAIO DE 2006.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA MICROBACIA DO RIO TIJUCUME".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA MICROBACIA DO RIO TIJUCUME", com sede na Estrada Principal snº, Localidade de Campinas, Município de Campo Alegre Estado de Santa Catarina, registrada no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos, sob nº 670, à fls. 177v à 181v, do livro A nº 7, de Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos, na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 07.641.578/0001-76.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de maio de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
23/05/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.100 DE 23 DE MAIO DE 2006**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.100 DE 23 DE MAIO DE 2006.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA MICROBACIA AVENCA DO RIO NEGRO".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE

DESENVOLVIMENTO DA MICROBACIA AVENCA DO RIO NEGRO", com sede na Estrada Principal snº, Localidade de Avenca do Rio Negro, Município de Campo Alegre Estado de Santa Catarina, registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos, sob nº 669, à fls. 173 à 177, do livro A-nº7, na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 07.641.609/0001-99.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de maio de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
23/05/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.101 DE 23 DE MAIO DE 2006

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.101 DE 23 DE MAIO DE 2006

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial e criar Elemento de Despesa no valor de R\$ 4.250,00 (quatro mil duzentos e cinquenta reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0008.2.046 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.141 -	Aplicação Direta	
319004.00.141 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 1.500,00
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0014.2.048 -	Remuneração de Pessoal da Cultura e Desporto	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicação Direta	
319004.00.136 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 2.750,00
TOTAL		R\$ 4.250,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.014 -	Transporte Escolar	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicação Direta	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.500,00
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0014.2.048 -	Remuneração de Pessoal da Cultura e Desporto	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicação Direta	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 2.750,00
TOTAL		R\$ 4.250,00

GABINETE DO PREFEITO

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de maio de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
23/05/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.102 DE 23 DE MAIO DE 2006

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.102 DE 23 DE MAIO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:



08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frotas	
26.782.0047.2.710 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicação Direta	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 295.000,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte dotação do Orçamento vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviço Públicos	
16.482.0049.1.022 -	Implantação de Conjuntos Habitacionais	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicação Direta	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 295.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de maio de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
23/05/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.103 de 23 de Maio de 2006

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.103 DE 23 DE MAIO DE 2006

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE ELEMENTO DE DESPESA E ALTERAÇÃO DE VALORES ORÇAMENTARIOS NAS LEIS MUNICIPAIS Nº 3.038 E 3.040, E EM SEUS REFERIDOS ANEXOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluído o Elemento de Despesa - Contratação por Tempo Determinado no valor de R\$ 1.500,00 no Programa 8 - Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Parágrafo Único - O valor citado no caput do Artigo será subtraído do Programa 10 - Manutenção das Atividades Específicas do Ensino Fundamental, Ação 2.014 - Transporte Escolar.

Art.2º) Fica incluído o Elemento de Despesa - Contratação por Tempo Determinado no valor de R\$ 2.750,00 no Programa 14

- Pessoal do Departamento de Cultura e Desporto, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Parágrafo Único - O valor citado no caput do Artigo será subtraído do Programa 14 - Pessoal do Departamento de Cultura e Desporto, Ação 2.048 - Remuneração de Pessoal da Cultura e Desporto, Elemento 3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil.

Art.3º) Fica suplementado o Elemento de Despesa - Equipamento e Material Permanente no valor de R\$ 295.000,00 no Programa 47 - Frota Municipal, Ação 2.710 - Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios.

Parágrafo Único - O valor citado no caput do Artigo será subtraído do Programa 49 - Conquistando a Casa Própria, Ação 1.022 - Implantação de Conjuntos Habitacionais, Elemento 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações.

Art.4º) As inclusões a que se referem os Artigos anteriores são especificamente das Leis Municipais nº 3.038 e 3.040.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de maio de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração  
Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
23/05/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.104 DE 30 DE MAIO DE 2006

LEI Nº 3.104 DE 30 DE MAIO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito suplementar no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0015.2.107 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicação Direta	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 500,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
---------	--	--

05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0018.2.017 -	Comemorações a Datas Alusivas	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicação Direta	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 500,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
30 de maio de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração  
Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
30/05/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.105 DE 30 DE MAIO DE 2006

LEI Nº 3.105 DE 30 DE MAIO DE 2006  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ARTIGO 1º E PARÁGRAFO  
1º DA LEI MUNICIPAL Nº 3.046 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) O Artigo 1º e o Parágrafo 1º da Lei Municipal nº 3.046 de 19 de dezembro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º) Fica o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 37.075,00 (trinta e sete mil, setenta e cinco reais), ao I.E.A.S - HOSPITAL SÃO LUIZ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 86.552.809/0006-56, com sede á Rua: Pe. Luiz Gilg, 250 Centro Campo Alegre - SC".

"§ 1º) O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 12 (doze) parcelas mensais, sendo a primeira no mês de janeiro de 2006 até o mês de maio de 2006 no valor de R\$ 1.815,00 (um mil, oitocentos e quinze reais) e do mês de junho de 2006 a dezembro de 2006 no valor de R\$ 4.000,00(quatro mil reais)".

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
30 de maio de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
30/05/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 8.548 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.548 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:  
Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente, do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121-	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339047.00.102 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 250,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0103.2.519 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339030.00.102 -	Material de Consumo	R\$ 250,00

Art.3º) Este Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de agosto de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
04 de Setembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 04/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**Lei Nº 3.106 de 30 de Maio de 2006**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.106 DE 30 DE MAIO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito no valor de R\$ 15.295,00 (quinze mil, duzentos e noventa e cinco reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.05 -	Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar	
10.302.0055.1.026 -	Subvenção ao Hospital São Luiz	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.119 -	Transferências a Entidades sem fins Lucrativos	
335043.00.119 -	Subvenções Sociais	R\$ 15.295,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte dotação do Orçamento vigente:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica	
10.303.0056.6.013 -	Convenio com Entidades de Classe	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 156,04
91.05 -	Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar	
10.302.0055.2.118 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 15.138,96
TOTAL		R\$ 15.295,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
30 de maio de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
30/05/2006

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.107 de 30 de Maio de 2006**

LEI Nº 3.107 DE 30 DE MAIO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2005 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.09 -	Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica	
10.305.0058.2.120 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.132 -	Despesas Correntes	
330000.00.132 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.132 -	Aplicações Diretas	
339030.00.132 -	Material de Consumo	R\$ 2.500,00

Art. 2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício de 2005 do Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
30 de maio de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
30/05/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.108 DE 07 DE JUNHO DE 2006**

LEI Nº 3.108 DE 07 DE JUNHO DE 2006

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMÓVEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, SITUADO NA ÁREA INDUSTRIAL E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o concedido o direito de uso do lote nº 01 do distrito Industrial do Município de Campo Alegre, à Rod. SC-301, medindo 6.000,00m² (seis mil metros quadrados) pelo prazo de 10 (dez anos) consecutivos, contados a partir da presente data, à empresa EXTRADO SAN INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA, devendo na concessão observar os preceitos da Lei Municipal nº 2.230/97 e suas alterações.

Art.2º) Após o término do prazo constante do Artigo 1º, poderá

o Poder Executivo Municipal, mediante estudo que verifique o retorno econômico-financeiro, tributário e social para o Município de Campo Alegre, outorgar a doação do imóvel à empresa por justificado interesse público, ou, prorrogar a concessão de direito real de uso, conforme o caso.

Art.3º) As autorizações concedidas através dos Artigos 1º e 2º desta Lei estão condicionadas ao uso para atividades industriais, devendo o bem retornar a propriedade do Município se não mais for atendida esta finalidade.

Parágrafo único - Além das vedações expressas na Lei Municipal n.º 2.230/97, fica vedado à empresa mencionada no Art. 1º à sub-locar o imóvel ora concedido, sob pena de revogação da concessão.

Art.4º) Os documentos exigidos pela Lei Municipal nº 2.230 de 27 de maio de 1997, deverão ser apresentados em até 60 (sessenta) dias pelo concessionário, sob pena de revogação da concessão, devendo ser arquivados na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei n.º 2.710/03.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07 de junho de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração  
Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
07/06/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.109 DE 27 DE JUNHO DE 2006

LEI Nº 3.109 DE 27 DE JUNHO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviços de Obras e Serviço Público	
17.512.0048.2.024 -	Coleta de Lixo Urbano	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 38.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
26 de junho de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
26/06/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.110 DE 27 DE JUNHO DE 2006

LEI Nº 3.110 DE 27 DE JUNHO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO  
DE DESPESA POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE  
DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar e Criar Elemento de Despesa no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0018.1.006 -	Festival de Inverno	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 14.000,00
TOTAL		R\$ 15.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0018.1.006 -	Festival de Inverno	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00.136 -	Contribuições	R\$ 15.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
27 de junho de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
27/06/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.111 DE 27 DE JUNHO DE 2006

LEI Nº 3.111 DE 27 DE JUNHO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO  
DE DESPESA POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE  
DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO IPRECAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:  
Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar e Criar Elemento de Despesa no valor de R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente do IPRECAL:

94.00 -	IPRECAL - Instituto de Previdência dos Servid. Públicos de Campo Alegre	
94.02 -	IPRECAL - Instituto de Previdência dos Servid. Públicos de Campo Alegre	
09.272.0066.2.033 -	Pagamento de Aposentadorias e Pensões	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339003.00.102 -	Pensões	R\$ 30.000,00
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
330000.00.141 -	Outras Despesas Correntes	
339005.00.141 -	Outros Benefícios Previdenciários	R\$ 63.000,00
339009.00.141 -	Salário Família	R\$ 8.000,00
TOTAL	R\$ 101.000,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente:

94.00 -	IPRECAL - Instituto de Previdência dos Servid. Públicos de Campo Alegre	
94.02 -	IPRECAL - Instituto de Previdência dos Servid. Públicos de Campo Alegre	
09.272.0066.2.033 -	Pagamento de Aposentadorias e Pensões	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339001.00.102 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 30.000,00
700000.00.141 -	Reserva Orçamentária do RPPS	
770000.00.141 -	Reserva Orçamentária do RPPS	

779900.00.141 -	Reserva Orçamentária do RPPS	
779999.00.141 -	Reserva Orçamentária do RPPS	R\$ 71.000,00
TOTAL		R\$ 101.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
27 de junho de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
27/06/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.112 de 27 de Junho de 2006

LEI Nº 3.112 DE 27 DE JUNHO DE 2006.  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER  
EM DOAÇÃO ÁREA DE TERRA PARA FINS DE ARRUAMENTO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica recebido de ORLANDO WEISS e sua esposa IRES MARIA HOMANN WEISS e TEREZINHA KUIASKI MILCZEWSKI e seu marido DAVI MILCZEWSKI as áreas a seguir especificadas, para fins de arruamento:

I - Uma área de 471,12m<sup>2</sup> (quatrocentos e setenta e um metros e doze decímetros quadrados), fazendo frente, ao leste, com a Rua Prof. Rufino Blaskowski por 6,00m (seis metros), fundos ao oeste, onde mede 6,00m (seis metros) confronta com terras de Orlando Weiss, de outro lado ao norte, onde mede 78,52 (setenta e oito metros e cinquenta e dois decímetros) confronta com terras de Orlando Weiss e de outro lado ao sul, onde mede 78,52 metros (setenta e oito metros e cinquenta e dois decímetros), confronta com terras de Terezinha Kuiaski Milczewski. A área de terra ora descrita, está contida em área maior de propriedade de ORLANDO WEISS e sua esposa IRES MARIA HOMANN WEISS, estando matriculada sob n. 11.965 e registrada no Cartório de Registro de Imóveis de São Bento do Sul-SC;

II - Uma área de 471,12m<sup>2</sup> (quatrocentos e setenta e um metros e doze decímetros quadrados), fazendo frente, ao leste, com a Rua Prof. Rufino Blaskowski por 6,00m (seis metros), fundos ao oeste, onde mede 6,00m (seis metros) confronta com terras de Terezinha Kuiaski Milczewski, de outro lado ao norte, onde mede 78,52 (setenta e oito metros e cinquenta e dois decímetros) confronta com terras de Orlando Weiss e de outro lado ao sul, onde mede 78,52 metros (setenta e oito metros e cinquenta e dois decímetros), confronta com terras de Terezinha Kuiaski Milczewski. A área de terra ora descrita, está contida em área maior de propriedade de TEREZINHA KUIASKI MILCZEWSKI e seu marido DAVI MILCZEWSKI, estando matriculada sob n. 11.964 e registrada no Cartório de Registro de Imóveis de São Bento do Sul-SC;

Art.2º) As áreas delimitadas no Art. 1º são limítrofes e compõem uma área total de 942,24 m² (novecentos quarenta e dois metros e vinte e quatro décimos quadrados), recepcionada pelo Município como via pública, objeto da doação de que trata a presente Lei.

Art.3º) As custas com a averbação da via pública junto às matrículas imobiliárias dos donatários, correrão por conta dos mesmos.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
27 de Junho de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
27/06/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.113 DE 27 DE JUNHO DE 2006

LEI Nº 3.113 DE 27 DE JUNHO DE 2006.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 500,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.100,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	

330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 500,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
TOTAL		R\$ 6.100,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0003.2.009 -	Subvenções a Entidades Educacionais	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.136 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335043.00.136 -	Subvenções Sociais	R\$ 1.600,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.128.0005.2.600 -	Bolsa de Estudo a Servidor	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339018.00.136 -	Auxílio Financeiro a Estudantes	R\$ 3.000,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
04.122.0007.4.010 -	Contribuição a Entidades de Classes	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00.136 -	Contribuições	R\$ 1.500,00
TOTAL		R\$ 6.100,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
27 de junho de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
27/06/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**Lei Nº 3.114 de 06 de Julho de 2006**

LEI Nº 3.114 DE 06 DE JULHO DE 2006.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a adquirir 01 (uma) máquina retroescavadeira com a empresa vencedora do Pregão Presencial n.º 73/2006, com pagamento em até 15 (quinze) parcelas mensais.

Art.2º) Ficam autorizadas a retenção na cota-parte do ICMS e o repasse direto ao licitante vencedor, dos valores referentes ao parcelamento mensal de que trata o artigo 1º desta lei.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
06 de julho de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 06/07/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.115 de 18 de Julho de 2006**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.115 DE 18 DE JULHO DE 2006

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE Á RECEBER EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EM DOAÇÃO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - Agência de São Bento do Sul os equipamentos abaixo descritos e avaliados:

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	QUANTIDADE	MARCA
Microcomputador ram: 64 processador: 166 hd: 4	01	SID
Microcomputador ram: 64 processador: 350 hd: 4	01	ITAUTEC
Microcomputador ram: 64 processador: 350 hd: 4	01	ITAUTEC
Microcomputador ram: 64 processador: 350 hd: 4	01	ITAUTEC

Microcomputador ram: 64 processador: 350 hd: 4	01	ITAUTEC
Microcomputador ram: 64 processador: 350 hd: 4	01	ITAUTEC
Microcomputador ram: 64 processador: 200 hd: 17531	01	MICROTEC
Microcomputador ram: 64 processador: 350 hd: 4	01	ITAUTEC
Microcomputador ram: 64 processador: 350 hd: 4	01	ITAUTEC
Microcomputador ram: 64 processador: AmdK6-II 166 hd: 3052	01	SID

Parágrafo único: Os equipamentos descritos no caput deste Artigo serão instalados nas Escolas da Rede Municipal de Ensino Fundamental.

Art.2º) Os equipamentos recebidos em doação conforme descrição do Artigo primeiro desta Lei, integrarão o Patrimônio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município de Campo Alegre para todos os efeitos legais e contábeis.

Art.3º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto dos Orçamentos anuais.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de julho de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 18/07/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.116 DE 18 DE JULHO DE 2006**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.116 DE 18 DE JULHO DE 2006

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE RUA NO DISTRITO DE BATEIAS DE BAIXO NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica denominada de Rua: GIRASSOL, a Rua situada no Distrito de Bateias de Baixo neste Município, Rua esta com extensão de 78,52 (setenta e oito metros e cinquenta e dois decímetros), com largura de 12,00 (doze metros), conforme croqui anexo.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de julho de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/07/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.117 DE 18 DE JULHO DE 2006

LEI Nº 3.117 DE 18 DE JULHO DE 2006  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL CRIA PROJETO DE ATIVIDADE E ELEMENTO DE DESPESA POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 16.715,00 (dezesesseis mil, setecentos e quinze reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo	
12.361.0072.2.801 -	Formação Continuada de Professores/FNDE	
300000.00.150 -	Despesas Correntes	
330000.00.150 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.150 -	Aplicações Diretas	
339036.00.150 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 2.200,00
339039.00.150 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 14.515,00
TOTAL		R\$ 16.715,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de julho de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/07/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.118 de 18 de Julho de 2006

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.118 DE 18 DE JULHO DE 2006

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE PROGRAMA E AÇÃO NAS LEIS MUNICIPAIS Nº 3.038 E 3.040, EM SEUS REFERIDOS ANEXOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluído o Programa 72 - Formação Continuada de Professores/FNDE, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Art.2º) Fica incluída a ação 2.801 - Formação Continuada de Professores/FNDE.

Parágrafo único: As inclusões a que se referem os Artigos anteriores são especificamente das Leis Municipais nº 3.038 e 3.040, LDO e PPA respectivamente.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de julho de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/07/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.119 DE 18 DE JULHO DE 2006

LEI Nº 3.119 DE 18 DE JULHO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2005 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais), a fim de suplementar a seguintes Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde	
10.301.0054.2.115 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339030.00.124 -	Material de Consumo	R\$ 6.200,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Recurso PAB no Exercício 2005.



Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de julho de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/07/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.120 de 18 de Julho de 2006

LEI Nº 3.120 DE 18 DE JULHO DE 2006  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE  
DESPESA POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO  
DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial e Criar Elemento de Despesa no valor de R\$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 8.700,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de julho de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/07/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.121 de 18 de Julho de 2006

LEI Nº 3.121 DE 18 DE JULHO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
04.122.0005.2.402 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 3.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0008.2.046 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319004.00.139 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 16.000,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.03 -	Serviço de Comércio, Indústria e Turismo	
23.695.0040.2.407 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 3.000,00
TOTAL		R\$ 27.000,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de julho de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/07/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **LEI Nº 3.122 DE 18 DE JULHO DE 2006**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.122 DE 18 DE JULHO DE 2006

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE PROGRAMA E AÇÃO NAS LEIS MUNICIPAIS Nº 3.038 E 3.040, EM SEUS REFERIDOS ANEXOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluído o Elemento de Despesa 449051 - Obras e Instalações no Programa 5 - Formação Coordenação e Manutenção das Atividades Administrativas, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Parágrafo único: A inclusão mencionada no caput, refere-se especificamente das Leis Municipais nº 3.038 e 3.040, LDO e PPA respectivamente.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de julho de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/07/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **LEI Nº 3.123 DE 18 DE JULHO DE 2006**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.123 DE 18 DE JULHO DE 2006.

CONCEDE ISENÇÃO DE ITBI NA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Municipal n.º 2.230/97 e suas alterações, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica concedida isenção de ITBI na transferência dos imóveis descritos no parágrafo único deste artigo à empresa HIMEV Indústria e Comércio de Máquinas e Veículos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.409.194/0001-22.

Parágrafo único - Os imóveis de que trata a presente lei são os seguintes:

I - Um imóvel situado na Rodovia SC 280, no Município de Campo Alegre-SC, com área de 8.616,80m² (oito mil, seiscentos e dezesseis metros e oitenta decímetros quadrados) matriculado sob n.º 19.030 no Cartório de Registro de Imóveis de São Bento do Sul-SC;

II - Um imóvel situado no Município de Campo Alegre-SC, com área de 34.210,14m² (trinta e quatro mil. Duzentos e dez metros e quatorze decímetros quadrados) com galpão de madeira com 744,00m², registrado sob Transcrição n.º 3.563 no Cartório de Registro de Imóveis de São Bento do Sul-SC.

Art.2º) A isenção de trata a presente lei, fica condicionada à escrituração dos imóveis em nome da empresa qualificada no Art. 1º, bem como ao início das obras no prazo de 06 (seis) meses, observados os prazos instituídos pela Lei Municipal n.º 2.230/97, sob pena de revogação.

Art.3º) Os documentos exigidos pela Lei Municipal n.º 2.230/97 poderão ser entregues à Prefeitura Municipal no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da vigência da presente Lei

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de julho de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/07/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 3.124 de 25 de Julho de 2006**

GABINETE DO PREFEITO.

LEI Nº 3.124 DE 25 DE JULHO DE 2006

DISPÕE SOBRE REPRESENTANTES DO GOVERNO; DOS PRESTADORES DE SAÚDE, DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E DOS USUÁRIOS, NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Conselho Municipal de Saúde terá a seguinte composição:

I) REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

- Um representante da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;
- Um representante da Secretaria Municipal de Administração.

**II) REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:**

- Um representante da área Hospitalar;

**III) REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE:**

- Um representante da área Médica;
- Um representante da área Farmacêutica;
- Um representante da área de Odontológica;
- Um representante da área de Enfermagem.

**IV) REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:**

- Um representante das Associações de Bairros e Moradores;
- Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- Um representante das Entidades Religiosas;
- Um representante da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre (ACIACA);
- Um representante da Associação de Pais e Professores;
- Um representante de Clubes de Terceira Idade.

Parágrafo Único - A cada titular do Conselho Municipal de Saúde corresponderá um suplente.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário especialmente a Lei Municipal nº 2.926 de 09 de novembro de 2004.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de julho de 2006.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
25/07/2006

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.125 de 25 de Julho de 2006**

LEI Nº 3.125 DE 25 DE JULHO DE 2006.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores
01.01 -	Câmara de Vereadores
001.031.0001.2.002 -	Diárias
300000.00.136 -	Despesas Correntes
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.136 -	Aplicações Diretas
339014.00.136 -	Diárias Civil R\$ 5.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo 1º desta Lei correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento

vigente. |

01.00 -	Câmara de Vereadores
01.01 -	Câmara de Vereadores
001.031.0001.2.005 -	Bolsa de Estudo á Servidor
300000.00.136 -	Despesas Correntes
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.136 -	Aplicações Diretas
339018.00.136 -	Auxílio Financeiro a Estudantes R\$ 5.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de Julho de 2006.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
25/07/2006

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.126 de 09 de Agosto de 2006**

LEI Nº 3.126 DE 09 DE AGOSTO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos
06.181.0050.2.040 -	Manutenção e Coordenação das Ativ. da Polícia Civil e Militar
400000.00.520 -	Despesas de Capital
440000.00.520 -	Investimentos
449000.00.520 -	Aplicações Diretas
449052.00.520 -	Equipamentos e Material Permanente R\$ 8.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar até o valor descrito no Artigo Primeiro desta Lei, para complemento da aquisição de um veículo a ser utilizado para a Rádio Patrulha.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
09 de agosto de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
09/08/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.127 DE 15 DE AGOSTO DE 2006

LEI Nº 3.127 DE 15 DE AGOSTO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE  
DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:  
Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades de Assistência Social	
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339039.00.104 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.550,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte dotação do orçamento vigente:

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades de Assistência Social	
08.244.0063.4.012 -	Contribuição a Entidades de Classe	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.104 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335043.00.104 -	Subvenções Sociais	R\$ 1.550,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de agosto de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
15/08/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.128 DE 15 DE AGOSTO DE 2006

LEI Nº 3.128 DE 15 DE AGOSTO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE  
DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde	
10.301.0054.2.115 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Saúde	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339030.00.124 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
91.04 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica	
10.303.0056.2.117 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339036.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 7.000,00
339047.00.119 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 1.500,00
TOTAL		R\$ 10.500,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica	
10.303.0056.6.013 -	Convenio com Entidades de Classe	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 8.500,00



91.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
10.303.0057.2.030 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339030.00.119 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
TOTAL		R\$ 10.500,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de agosto de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração  
Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
15/08/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.129 DE 15 DE AGOSTO DE 2006

LEI Nº 3.129 DE 15 DE AGOSTO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:  
Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 32.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0008.2.046 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319004.00.139 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 20.000,00
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
330000.00.141 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.141 -	Aplicações Diretas	
339039.00.141 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	

12.361.0013.2.108 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.140 -	Despesas Correntes	
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.140 -	Aplicações Diretas	
339039.00.140 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
06.181.0050.2.040 -	Manutenção e Coordenação das Ativ. da Polícia Civil e Militar	
300000.00.152 -	Despesas Correntes	
330000.00.152 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.152 -	Aplicações Diretas	
339030.00.152 -	Material de Consumo	R\$ 200,00
TOTAL		R\$ 32.200,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.  
Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de agosto de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
15/08/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.130 de 15 de Agosto de 2006

LEI Nº 3.130 DE 15 DE AGOSTO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 17.892,40 (dezesete mil, oitocentos e noventa e dois reais e quarenta centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar	
12.306.0012.2.015 -	Merenda Escolar	
300000.00.151 -	Despesas Correntes	
330000.00.151 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.151 -	Aplicações Diretas	
339030.00.151 -	Material de Consumo	R\$ 11.691,40



300000.00.158 -	Despesas Correntes	
330000.00.158 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.158 -	Aplicações Diretas	
339030.00.158 -	Material de Consumo	R\$ 201,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
12.361.0013.2.108 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.140 -	Despesas Correntes	
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.140 -	Aplicações Diretas	
339039.00.140 -	Material de Consumo	R\$ 6.000,00
TOTAL		R\$ 17.892,40

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de agosto de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
15/08/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.131 DE 15 DE AGOSTO DE 2006

LEI Nº 3.131 DE 15 DE AGOSTO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 17.237,50 (dezessete mil, duzentos e trinta e sete reais, cinquenta centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0003.2.401 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.500,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	

03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.402 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 2.700,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 500,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 10.0370,50
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0015.2.405 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.03 -	Serviço de Comércio, Indústria e Turismo	
23.695.0040.2.110 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 500,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
TOTAL		R\$ 17.237,50

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.128.0005.2.600 -	Bolsa de Estudo a Servidor	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	

339018.00.136 -	Auxílio Financeiro a Estudantes	R\$ 3.935,50
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
04.122.0007.4.010 -	Contribuição a Entidades de Classes	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00.136 -	Contribuições	R\$ 764,00
04.123.0007.2.403 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 7.038,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.01 -	Serviços de Agropecuária	
20.606.0032.1.009 -	Distribuição de Insumos Agrícolas	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339032.00.136 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 5.500,00
TOTAL		R\$ 17.237,50

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de agosto de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
15/08/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## Lei Nº 3.132 de 22 de Agosto de 2006

LEI Nº 3.132 DE 22 DE AGOSTO DE 2006

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO "PROGRAMA MUNICIPAL DE MUDAS DE EUCALIPTOS E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica instituído o Programa Municipal de distribuição de Mudras de Eucaliptos, fornecimento gratuito das mudras de variedades comerciais, aos produtores rurais do Município de Campo Alegre/SC.

§ 1º - Para participar do Programa, o produtor deverá comprovar:

I - Inscrição no cadastro de produtores rurais junto a Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, provando haver emitido ao menos uma nota fiscal nos últimos dezoito meses;

II - Ter efetuado e realize periodicamente a roçada nas margens da estrada municipal que divisam com a sua propriedade rural;

III - Que a principal fonte de renda familiar tenha origem na atividade rural.

§ 2º - Cada produtor poderá ser beneficiado com até 200 (duzentas) mudras de Eucaliptos anualmente.

Art.2º - A participação dos produtores rurais no Programa, objeto desta Lei, se dará por meio de inscrição na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, deste Município.

§ 1º - A inscrição de que trata o caput deverá ser efetuada anualmente.

§ 2º - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico deverá garantir a preferência de inscrição aos fumicultores e carvoeiros nos primeiros 05 (cinco) dias do programa.

§ 3º - Findo o prazo previsto no § 2º, a Secretaria deverá abrir as inscrições para os demais produtores.

§ 4º - Após o encerramento das inscrições, o Conselho Municipal de Agricultura juntamente com o Secretário Municipal e os técnicos da Prefeitura Municipal homologarão as inscrições dos produtores habilitados.

Art.3º - Caberá aos beneficiários deste programa à contratação e pagamento dos serviços de transporte das mudras de Eucaliptos distribuídos do ponto de distribuição até a sua propriedade.

Art.4º - Ficará ao encargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente a operacionalização do presente Programa.

Art.5º - A presente Lei será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo, após sua entrada em vigor.

Art.6º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da Dotação 07.01.020.606.28.1009-33903200.00 - Material de Distribuição Gratuita, do Orçamento Vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Desenvolvimento Econômico.

Art.7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de agosto de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/08/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **LEI Nº 3.133 DE 22 DE AGOSTO DE 2006**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.133 DE 22 DE AGOSTO DE 2006

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE Á RECEBER EQUIPAMENTOS EM DOAÇÃO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação da APP - Associação de Pais e Professores da Escola Municipal de Educação Básica Professor Eugênio Schütler, os equipamentos abaixo descritos:

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	QUANTIDADE	MARCA
Multiprocessador Super Multipro	01	Britânia
Carrinho Ferro Pneu	01	Cam Iany

Parágrafo único: Os equipamentos descritos no caput deste Artigo serão utilizados na Escola Municipal de Educação Básica Professor Eugenio Schütler.

Art.2º) Os equipamentos recebidos em doação conforme descrição do Artigo primeiro desta Lei, integrarão o Patrimônio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município de Campo Alegre para todos os efeitos legais e contábeis.

Art.3º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto dos Orçamentos anuais.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de agosto de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/08/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **LEI Nº 3.134 DE 22 DE AGOSTO DE 2006**

LEI Nº 3.134 DE 22 DE AGOSTO DE 2006.

CRIA A COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada a COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC do Município de Campo Alegre - SC, diretamente subordinada ao Gabinete do Prefeito ou ao seu eventual substituto, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade.

Art. 2º - Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I - Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social;

II - Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III - Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada;

IV - Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 3º - A COMDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil.

Art. 4º - A COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Art. 5º - A COMDEC compor-se-á de:

I - Coordenador ou Secretário-Executivo;

II - Conselho Municipal;

III - Secretaria;

IV - Setor Técnico;

V - Setor Operativo.

Art. 6º - O Coordenador da COMDEC será indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e compete ao mesmo organizar as atividades de Defesa Civil no Município.

Art. 7º - Poderão constar dos currículos escolares nos estabelecimentos municipais de ensino noções gerais sobre procedimentos de Defesa Civil.

Art. 8º - O Conselho Municipal de Defesa Civil, órgão de caráter

consultivo e deliberativo, na forma regulamentar, será constituído por representantes das Secretarias Municipais e de órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual sediados no Município, e por representantes das classes produtoras e trabalhadoras, de clubes de serviços, de entidades religiosas, de organizações não-governamentais - ONG e de lideranças comunitárias.

Parágrafo único - Os integrantes do Conselho não receberão remuneração, salvo em viagem fora da sede do Município, restringindo-se às diárias, para cobertura de alimentação e pousada, devidamente autorizadas e comprovadas.

Art. 9º - Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízo das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo único - A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 10 - A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir da vigência da regulamentação da presente Lei.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 2.261 de 26 de agosto de 1997.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre,  
18 de agosto de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/08/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.135 de 22 de Agosto de 2006

LEI Nº 3.135 DE 22 DE AGOSTO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração
03.01 -	Serviço de Administração
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades
300000.00.136 -	Despesas Correntes
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.136 -	Aplicações Diretas

339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
12.361.0013.2.108 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.140 -	Despesas Correntes	
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.140 -	Aplicações Diretas	
339030.00.140 -	Material de Consumo	R\$ 6.000,00
TOTAL		R\$ 9.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de agosto de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/08/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.136 de 22 de Agosto de 2006

LEI Nº 3.136 DE 22 DE AGOSTO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO  
DE DESPESA POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE  
DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO IPRECAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar e criar Elemento de Despesa no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente do IPRECAL:

94.00 -	IPRECAL - Instituto de Previdência dos Servid. Públicos de Campo Alegre	
94.01 -	Divisão de Manutenção do IPRECAL	
09.272.0066.2.113 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
330000.00.141 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.141 -	Aplicações Diretas	
339047.00.141 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 1.000,00
94.02 -	IPRECAL - Instituto de Previdência dos Servid. Públicos de Campo Alegre	
09.272.0066.2.033 -	Pagamento de Aposentadorias e Pensões	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	



339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339003.00.102 -	Pensões	R\$ 22.000,00
TOTAL		R\$ 23.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

94.00 -	IPRECAL - Instituto de Previdência dos Servid. Públicos de Campo Alegre	
94.02 -	IPRECAL - Instituto de Previdência dos Servid. Públicos de Campo Alegre	
09.272.0066.2.033 -	Pagamento de Aposentadorias e Pensões	
700000.00.102 -	Reserva Orçamentária do RPPS	
770000.00.102 -	Reserva Orçamentária do RPPS	
779900.00.102 -	Reserva Orçamentária do RPPS	
779999.00.102 -	Reserva Orçamentária do RPPS	R\$ 22.000,00
700000.00.141 -	Reserva Orçamentária do RPPS	
770000.00.141 -	Reserva Orçamentária do RPPS	
779900.00.141 -	Reserva Orçamentária do RPPS	
779999.00.141 -	Reserva Orçamentária do RPPS	R\$ 1.000,00
TOTAL		R\$ 23.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de agosto de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/08/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.137 de 30 de Agosto de 2006

LEI Nº 3.137 DE 30 DE AGOSTO DE 2006.  
DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO  
DO SOLO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º) Fica instituída a Lei de Uso e Ocupação do Solo, que, em conjunto com a Lei do Parcelamento e o Código de Obras compõem o Plano Diretor do Município de Campo Alegre, com o intuito de disciplinar e ordenar seu desenvolvimento urbano, rural e de preservação ambiental.

Art.2º) O Plano atinge toda a extensão territorial do Município, no que se refere ao uso do solo e edificações.

Parágrafo único - Fica dividido o território do Município, para os efeitos desta Lei em:

- Área Rural - Corresponde a toda área não prevista para fins urbanos, sendo destinada a atividade agro-silvo-pastoril, turismo rural e ecológico subordinando-se, além do instituído nesta Lei, à Legislação Federal Pertinente;
- Área Urbana - Entende-se por área urbana a sede do município e os núcleos das localidades, cujo perímetro urbano seja sempre estabelecido em lei específica.
- Área de Preservação Ambiental - Entende-se por área de preservação ambiental aquela área cujas características naturais deverão ser preservadas pela sua importância na garantia da qualidade de vida da população e do ecossistema.

Art.3º) O uso e a ocupação do solo na área urbana, na área rural e na área de preservação ambiental serão estabelecidos através de índices e parâmetros técnicos fixados nesta Lei, levando-se sempre em consideração as potencialidades e condicionantes referentes a paisagens, aos recursos naturais e ao meio ambiente.

§ 1º - Os usos admitidos para as zonas serão agrupados conforme sua natureza, característica e adequação à zona em que se situar, observados os índices urbanísticos estabelecidos nesta Lei.

§ 2º - A ocupação do solo é regulada através dos dispositivos de controle urbanísticos constantes neste código, a saber:

- Recuos e afastamentos obrigatórios;
  - Taxa de ocupação do Lote;
  - Coeficiente de aproveitamento do Lote;
  - Gabarito de altura;
  - Lote mínimo;
  - Vagas de estacionamento;
  - Coeficientes de Impermeabilização.
- Art.4º) Para efeitos dessa lei, considera-se:

I - GABARITO - entende-se o número máximo de pavimentos permitidos para edificações de acordo com a zona em que se situarem.

II - TAXA DE OCUPAÇÃO - a porcentagem da área do lote ocupado pela projeção horizontal da edificação.

III - RECUO FRONTAL - a distância das fachadas de um edifício, tomado perpendicularmente, com as divisas do lote.

IV - COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO - é definido pelo resultado da divisão da área construída pela área do terreno.

V - AFASTAMENTO - a menor distância da projeção horizontal da edificação até as divisas do terreno medida perpendicularmente a estas divisas.

VI - PAVIMENTO - espaço compreendido entre dois pisos consecutivos ou um piso e um teto.

VII - INDÚSTRIA LEVE - é aquela que não gera qualquer espécie de conflito e perturbação à vizinhança, não gera nível de ruído acima de 40 db (quarenta decibéis), não produz poluição sonora ou gasosa, nem resíduos sólidos ou líquidos não inertes ou perigosos.

VIII - INDÚSTRIA INTERMEDIÁRIA - é aquela que não gera nível de ruído acima de 50 db (cinquenta decibéis), não gera qualquer espécie de conflito, seja relativo a perturbação à vizinhança, devendo seus resíduos serem tratados conforme legislação ambiental pertinente.



IX - INDÚSTRIA PESADA - toda aquela que não se enquadra na classificação de indústria leve e intermediária.

X - ALINHAMENTO - linha legal que limita o lote com a via pública.

XI - ALTURA DA EDIFICAÇÃO - distância vertical medida do nível do passeio, junto à fachada, até o ponto mais elevado da edificação.

XII - ÁREA CONSTRUÍDA - é toda edificação coberta com pé direito mínimo de 1,5 (um virgula cinco) metros.

XIII - MICRO INDÚSTRIA - é aquela que auferir receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 142.000,00 conforme Lei Estadual nº 11.398/2000 e seus anexos ou legislação que venha a substituí-la.

XIV - INDÚSTRIA DE PEQUENO PORTE - é aquela que auferir receita bruta anual superior a R\$ 142.000,00 e igual ou inferior a R\$ 1.800.000,00, conforme Lei Estadual nº 11.398/2000 e seus anexos ou legislação que venha a substituí-la.

Art.5º) Quando ocorrer mais de uma edificação no mesmo lote, respeitada a taxa de ocupação estas deverão possuir uma distância mínima de 3,00 m (três) metros entre os mesmos, respeitados os demais índices urbanísticos neste código.

Parágrafo Único - No cálculo da taxa de ocupação não serão computados:

I - Marquises, Pérgulas, Toldos, Beirais e Floreiras com até 1,0 m (um metro) de Balanço;

II - Piscinas e Quadras Polivalentes descobertas.

Art.6º) O lote mínimo é estipulado de acordo com a zona em que se situar, ressalvando-se que nunca será inferior a 360.00m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados) de área útil e com testada mínima de 12.00m (doze metros), e profundidade de 12 metros, conforme índices e parâmetros estabelecidos no anexo I desta Lei, ressalvados os conjuntos habitacionais populares, que deverão ser construídos conforme o que determina a Lei Federal.

Art.7º) As vagas de estacionamento, serão dimensionadas conforme estipulado no anexo II desta Lei, e obedecidos os critérios técnicos contidos no código de obras do Município.

Art.8º) É obrigatório nos estabelecimentos comerciais, públicos e de serviços à reserva de vaga de estacionamento para os veículos de pessoas portadoras de deficiência física, dimensionada e sinalizada adequadamente, com largura mínima de 3.50m (três metros e cinquenta centímetros), e comprimento de 5.00m (cinco metros).

Art.9º) As edificações em madeira não poderão ocupar as divisas laterais e/ou de fundos, devendo observar os seguintes afastamentos mínimos:

I - Para residências, afastamento mínimo de 2,00m (dois metros);

II - Para comércio e serviços, afastamento mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);

III - Para Indústrias mínimo de 10,00m (dez metros);

Art.10) As edificações de madeira destinadas exclusivamente ao uso industrial, deverão observar as normas de higiene e segurança estabelecidas na Legislação correlata.

## CAPÍTULO II DA ÁREA RURAL

Art.11) A área rural caracteriza-se pela ocupação destinada à agricultura, pecuária, agroindústria, reflorestamento, chácaras de recreio, parques, reservas florestais, hotéis-fazenda e toda atividade

ligada ao turismo rural e ecológico.

Art.12) A instalação de qualquer atividade não descrita no artigo anterior, dependerá de prévia anuência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano e ainda estar de acordo com as demais diretrizes fixadas nesta Lei em relação às instalações e atividades, que em hipótese alguma poderão ser nocivas à saúde dos habitantes ou cujos resíduos possam poluir o meio ambiente.

Art.13) O parcelamento de glebas na área rural, deverão ser sempre compatíveis ao módulo mínimo rural estabelecido pela Legislação Federal, atualmente de 30.000 m<sup>2</sup> (trinta mil metros quadrados), e precisam necessariamente de aprovação da Prefeitura Municipal e ainda atender as seguintes exigências:

I - Projeto de parcelamento do solo assinado por Profissional Habilitado pelo CREA, constando de Planta do Parcelamento em escala mínima de 1:1000, com a localização dos cursos d'água e memorial descritivo;

II - Os módulos devem ter acesso para uma via projetada ou existente, com leito trafegável de no mínimo 12 (doze) metros;

III - A frente mínima do módulo desmembrável para a via de acesso deverá ser de 50 (cinquenta) metros;

IV - As vias de acesso devem ser projetadas com inclinação máxima de 20 % (vinte por cento);

V - Deverão ser preservados os recursos hídricos e a mata nativa, bem como o meio ambiente em geral, obedecendo o Código Florestal Brasileiro, Lei Federal nº 4.771/65.

VI - Qualquer movimentação de terra bem como derrubada de árvores, deverá ser precedida de pedido de licenciamento junto aos órgãos ambientais competentes.

Art.14) Para fins de controle do uso e ocupação do solo a área rural do município será dividida nas seguintes zonas:

Zona de Preservação Permanente - ZPP

Zona de Produção - ZP

§ 1º - Entende-se por Zona de Preservação Permanente (ZPP), aquelas áreas que devem ser permanentemente preservadas para a garantia do futuro do ambiente e do homem. Sendo assim definidas pelo Artigo 2º da Lei Federal nº 4.771/65:

Lei nº 4.771/65:

Art. 2º - Consideram-se áreas de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) Ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:

1) de 30 (trinta) metros para os cursos d'água que tenham menos de 10 (dez) metros de largura;

2) de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

3) de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

4) de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

5) de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros.

b) o redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados olhos d'água, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;

d) no topo de morros, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45º, equivalente a 100 (cem por cento) na linha de maior declividade.

I - Campo Alegre se desenvolveu ao longo de seus rios com a ocupação da faixa de preservação permanente ao longo de seus leitos. Tais edificações além de irregulares, estão construídas às margens dos cursos d'água, comprometendo a vazão natural e aumentando a degradação ambiental. A recuperação e preservação dessas áreas são de fundamental importância no momento atual em que as fontes d'água são prioridade absoluta para garantia do futuro. Essas áreas buscam diminuir a erosão e conseqüentes assoreamentos, promovendo a maior absorção d'água pelas bacias de drenagem. Conseqüentemente permitem a manutenção das fontes hídricas em períodos de estiagem, diminuindo também os riscos de enxurradas e aumentando a qualidade da água para consumo. A preservação dos topos de morro também é fundamental para os aspectos da flora e da fauna locais. Com a entrada em vigor deste zoneamento, essas áreas sofrerão um "congelamento de ocupação" ficando expressamente proibido qualquer tipo de construção, ampliação ou nova ocupação das mesmas. Será promovido o adensamento e a recuperação da mata ciliar ficando eventuais ocupantes obrigados a sua preservação e manutenção.

§ 2º - Entende-se por Zona de Produção (ZP), aquela cujas áreas são destinadas a produção e beneficiamento agrícola, silvicultural e pastoril, podendo abrigar também atividades ligadas ao ecoturismo e turismo rural, observadas a legislação e normas técnicas específicas.

Art.15) Admite-se os seguintes usos na Zona de Produção (ZP):

I - Residências unifamiliares .....	R1
II - Residências multifamiliares .....	R2
III - Comércio varejista .....	C2
IV - Comércio atacadista .....	C3
V - Hotéis, pousadas e congêneres .....	S2
VI - Clínicas de repouso, spa e similares .....	S3
VII - Instituições culturais e de ensino .....	E1
VIII - Chácaras, sítios e fazendas .....	E3
IX - Clubes recreativos, de lazer, sede campestre .....	E2
X - Associações comunitárias, igrejas e similares .....	E4
XI - Instituições públicas e governamentais .....	E5
XII - Oficinas em geral e postos de combustíveis .....	S4
XIII - Indústria leve e de pequeno porte .....	I1
XIV - Agroindústria .....	A1

Parágrafo Único - As edificações nesta zona deverão respeitar integralmente o Plano Diretor em vigor, o tratamento obrigatório dos efluentes líquidos e resíduos de esgotos conforme estabelece o Código de Obras do Município, além disso, cumprir os seguintes índices urbanísticos:

a) Gabarito Máximo	02 Pavimentos 04 Pavimentos para Hotéis, Pousadas e Congêneres
b) Taxa de Ocupação Máxima	50%

c) Recuo Frontal Mínimo	20,0 Metros
d) Recuo Lateral Mínimo	10,0 Metros
e) Recuo Fundo Mínimo	10,0 Metros
f) Coeficiente de Aproveitamento Máximo	1
g) Lote Mínimo	30.000,00 m2
h) Testada Mínima	50,0 Metros
i) Taxa de Impermeabilização	50%

Art.16) Será sempre necessário manter uma área de no mínimo 5% da área total com mata nativa, desde que as áreas de preservação definidas no artigo 14 desta lei não atinjam este percentual.

Art.17) As edificações de madeira destinadas exclusivamente ao uso industrial, deverão observar as normas de higiene e segurança estabelecidas na Legislação correlata.

Art.18) É admitida à constituição de conjuntos residenciais de Lazer na área rural sob a forma de condomínio, conforme estabelece a Legislação Federal pertinente e a Legislação que compõem o Plano Diretor.

Art.19) Em particular, nenhuma edificação poderá ser erguida sem atender os parâmetros da Lei Federal nº 4.771/65.

### CAPÍTULO III DA ÁREA URBANA

Art.20) Para fins de controle do uso e ocupação do solo, a área urbana do Município, será dividida nas seguintes zonas:

- I - Zona Mista Diversificada - ZMD
- II - Zona Industrial Consolidada - ZIC
- III - Zona Residencial de Expansão - ZRE
- IV - Zona Residencial, Lazer e Turismo - ZRT
- V - Zona Histórica - ZH
- VI - Zona Diversificada com Restrição - ZDR
- VII - Zona de Proteção a Rodovia - ZPR
- VIII - Área de Parque - APQ
- IX - Zona de Preservação Permanente - ZPP
- X - Zona Especial de Interesse Social - ZEIS
- XI - Zona Mista Diversificada 2 - ZMD2
- XII - Zona Industrial - ZI

§ 1º - Entende-se por Zona Mista Diversificada (ZMD), aquelas áreas destinadas em geral ao uso misto, de natureza residencial, institucional, comercial e de prestação de serviços permitindo maior flexibilidade de utilização. Será permitida a instalação de indústrias leves e de pequeno porte, desde que seja apresentado Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA) e esteja devidamente aprovada pelos órgãos ambientais competentes. Nesta área o foco principal fica sendo a geração de maior e melhor diversidade para o atendimento das necessidades mais imediatas de munícipes e turistas. Os lotes terão taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento próprios para uso residencial e de serviços, proporcionando melhor aproveitamento da infra-estrutura local.

§ 2º - Entende-se por Zona Industrial Consolidada (ZIC), aquelas áreas atualmente ocupadas por indústrias de grande interferência no contexto físico e ambiental do Município. O que exige constante monitoramento e utilização de sistemas de gestão ambiental adequados ao seu potencial de risco e dano, ficando as mesmas condicionadas a crescimento controlado e vetado qualquer acréscimo em área para fins industriais, bem como instalação de novas indústrias.

§ 3º - Entende-se por Zona Residencial de Expansão (ZRE), aquela área em que será estimulada maior concentração residencial, sem prejuízo das demais ocupações permitidas de modo a maximizar o aproveitamento da infra-estrutura instalada. Para tanto os lotes terão dimensões menores, possibilitando o progressivo adensamento.

§ 4º - Entende-se por Zona Residencial, Lazer e Turismo (ZRT), aquelas áreas que pelas características das belezas naturais, não apresentam condições adequadas para suportar determinadas formas de uso do solo sem prejuízo da paisagem natural, ou sem causar riscos de degradação, sendo assim, destinadas ao uso residencial e de prestação de serviço turístico e lazer. A área poderá ser ocupada por edificações isoladas, condomínios e construções destinadas para a diversidade de serviços, cultural e lazer, desde que não comprometam a estabilidade do solo. Todas as edificações aí implantadas ficam condicionadas a aprovação do órgão técnico competente. Visto as condições topográficas existentes, empregam-se aqui lotes maiores, com baixa taxa de ocupação, sendo que a vegetação nativa deverá ser preservada no restante do terreno de modo a evitar danos ao solo e as encostas, permitindo uma ocupação em harmonia com as condicionantes físicas do terreno.

§ 5º - Entende-se por Zona Histórica (ZH), aquelas áreas contidas na faixa linear de 40 m (quarenta metros) do eixo da via, para ambos os lados, destinadas ao resgate cultural através da preservação do contexto Estrada Dona Francisca e dos monumentos arquitetônicos de interesse histórico e cultural cadastrados. São áreas de uso misto e de prestação de serviços, nas quais seus ocupantes deverão garantir sua manutenção. Os lotes serão maiores, com coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação e gabarito próprios, para que a paisagem e as edificações antigas fiquem em evidência. Serão implantadas restrições para edificações novas ou ampliações que deverão conter altura inferior aos monumentos arquitetônicos cadastrados com escalonamento seqüencial de mais um pavimento até o limite dos índices para ambos os lados.

§ 6º - Entende-se por Zona Diversificada com Restrição (ZDR), aquelas áreas contidas na faixa linear de 40 m (quarenta metros) do eixo da via, para ambos os lados, conforme anexo 4.1, destinadas em geral ao uso misto, de natureza residencial, institucional, comercial e de prestação de serviços permitindo maior flexibilidade de utilização. Nesta área o foco principal fica sendo a geração de maior e melhor diversidade para o atendimento das necessidades mais imediatas de munícipes e turistas. Os lotes terão taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento próprios para uso residencial e de serviços, proporcionando um melhor aproveitamento da infra-estrutura local, devendo, porém, estar garantida a preservação do contexto Estrada Dona Francisca e dos monumentos arquitetônicos de interesse histórico e cultural cadastrados. Serão implantadas restrições para edificações novas ou ampliações que deverão conter altura inferior aos monumentos arquitetônicos cadastrados com escalonamento seqüencial de mais um pavimento até o limite dos índices para ambos os lados.

§ 7º - Entende-se por Zona de Proteção a Rodovia (ZPR), aquelas áreas contidas na faixa linear em toda extensão da SC-301, numa largura de 100 m (cem metros) do eixo da via, para ambos os lados, visando preservar o eixo de trânsito e o acesso de impacto de interesse turístico buscando instalar e fortalecer atividades que gerem apoio crescente e qualificado de integração das funções rodovia, zoneamento e malha urbana, devendo, portanto seus lotes possuir dimensões adequadas a tais finalidades.

§ 8º - Entende-se por Área de Parque (APQ), aquela área destinada a preservar a diversidade biológica, conservando os recursos da fauna e da flora, bem como os paisagísticos, visando incentivar pesquisas científicas, educação ambiental e recreação ao ar livre,

contribuindo ainda para o monitoramento ambiental orientado. Nela será permitida apenas a construção de equipamentos de lazer ao ar livre como quiosques e dependências necessárias aos serviços de conservação bem como, a colocação de mobiliários e equipamentos urbanos e edificação voltada ao uso científico, educacional e cultural compatível com a preservação ambiental. Por ser em locais impróprios ao adensamento urbano criou-se a área de parque com a finalidade de preservar os ecossistemas existentes, em especial a vida silvestre, promovendo ainda um diálogo cooperativo entre o homem e a natureza. Por apresentar notável valor paisagístico e edificações voltadas a educação ambiental, o parque também propicia fortalecer a economia local através do seu potencial turístico.

§ 9º - Entende-se por Zona de Preservação Permanente (ZPP), aquelas áreas que devem ser permanentemente preservadas para a garantia do futuro do ambiente e do homem. Sendo assim definidas pelo Artigo 2º da Lei Federal nº 4.771/65:

Lei nº 4.771/65:

Art. 2º - Consideram-se áreas de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) Ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:

- 1) de 30 (trinta) metros para os cursos d'água que tenham menos de 10 (dez) metros de largura;
- 2) de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- 3) de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- 4) de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- 5) de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros.

b) o redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados olhos d'água, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;

d) no topo de morros, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45º, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declividade.

I - Campo Alegre se desenvolveu ao longo de seus rios com a ocupação da faixa de preservação permanente ao longo de seus leitos. Tais edificações além de irregulares, estão construídos às margens dos cursos d'água, comprometendo a vazão natural e aumentando a degradação ambiental. A recuperação e preservação dessas áreas são de fundamental importância no momento atual em que as fontes d'água são prioridade absoluta para garantia do futuro. Essas áreas buscam diminuir a erosão e conseqüentes assoreamentos, promovendo a maior absorção d'água pelas bacias de drenagem. Conseqüentemente permitem a manutenção das fontes hídricas em períodos de estiagem, diminuindo também os riscos de enxurradas e aumentando a qualidade da água para consumo. A preservação dos topos de morro também é fundamental para os aspectos da flora e da fauna locais. Com a entrada em vigor deste zoneamento, essas áreas sofrerão um "congelamento de ocupação" ficando expressamente proibido qualquer tipo de construção, ampliação ou nova ocupação das mesmas. Será promovido o adensamento e a recuperação da mata ciliar ficando eventuais ocupantes obrigados a sua preservação e manutenção.

§ 10 - Entende-se por Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), aquelas áreas destinadas prioritariamente para a recuperação urbanística, a regularização fundiária e produção de habitações de

interesse social, incluindo a recuperação de imóveis degradados, a provisão de equipamentos sociais e culturais, e espaços públicos em que haja interesse público expresso por esta lei ou por lei específica. A concepção básica do instrumento das ZEIS é incluir no zoneamento da cidade uma categoria que permita, mediante um plano específico de urbanização, estabelecer padrões urbanísticos próprios para determinados assentamentos.

§ 11 - Entende-se por Zona Mista Diversificada 2 (ZMD2), aquelas áreas destinadas em geral ao uso misto, de natureza residencial, institucional, comercial e de prestação de serviços permitindo maior flexibilidade de utilização. Será permitida a instalação de indústrias, desde que seja apresentado Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA) e esteja devidamente aprovada pelos órgãos ambientais competentes. Nesta área o foco principal fica sendo a geração de maior e melhor diversidade para o atendimento das necessidades mais imediatas de munícipes e turistas. Os lotes terão taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento próprios para uso residencial e de serviços, proporcionando melhor aproveitamento da infraestrutura local.

§ 12 - Entende-se por Zona Industrial (ZI), aquelas áreas caracterizadas pela utilização predominantemente industrial. Nestas áreas ficará reservado o direito de preempção para o Município de Campo Alegre

Art.21) A delimitação das zonas de uso será determinada pelo seu perímetro, definido pela poligonal que o encerra, e sempre que for possível, deverá percorrer as vias de circulação ou na sua falta poligonais topográficas ou elementos naturais perfeitamente caracterizados.

Art.22) As edificações em madeira não poderão ocupar as divisas laterais e/ou de fundos, devendo observar os seguintes afastamentos mínimos:

I - Para residências, afastamento mínimo de 2,00m (dois metros);

II - Para comércio e serviços, afastamento mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);

III - Para Indústrias mínimo de 10,00m (dez metros);

Art.23) As edificações de madeira destinadas exclusivamente ao uso industrial, também deverão observar as normas de higiene e segurança estabelecidas na Legislação correlata.

#### CAPÍTULO IV DOS USOS ADMITIDOS

Art.24) Admite-se os seguintes usos na Zona Mista Diversificada (ZMD):

I - Residências unifamiliares .....	R1
II - Residências multifamiliares .....	R2
III - Hotéis, pousadas e congêneres .....	S2
IV - Bares, restaurantes, pizzarias e similares .....	C1
V - Comércio varejista .....	C2
VI - Comércio atacadista .....	C3
VII - Escritórios de prestação de serviços e profissionais liberais .....	S1
VIII - Clínicas de saúde, hospitais, laboratórios e similares .....	S3

IX - Instituições culturais e de ensino .....	E1
X - Associações comunitárias, igrejas e similares .....	E4
XI - Instituições públicas e governamentais .....	E5
XII - Indústria leve e de pequeno porte .....	I1

Parágrafo Único - As edificações nesta zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

A) Gabarito Máximo	04 Pavimentos
b) Taxa de Ocupação Máxima	50% - R1, R2, E4 e I1
c) Taxa de Ocupação Máxima	70% - C1, C2, C3, S1, S2, S3, E1 e E5
d) Recuo Frontal Mínimo	4,0 Metros
e) Recuo Frontal com Estacionamento Mínimo	6,0 Metros
f) Recuo Lateral Mínimo	1,5 Metros até 2 pavimentos acima de 2 pavimentos recuar 50 cm por pavimento (escalonamento)
g) Recuo Fundo Mínimo	1,5 Metros até 2 pavimentos acima de 2 pavimentos recuar 50 cm por pavimento (escalonamento)
h) Coeficiente de Aproveitamento Máximo	2,8
i) Lote Mínimo	360,00 m2 de área útil
j) Testada Mínima	12,00 Metros

Art.25) As edificações na Zona Industrial Consolidada (ZIC), deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

a) Gabarito Máximo	02 Pavimentos
b) Taxa de Ocupação Máxima	20%
c) Recuo Frontal Mínimo	Para Indústria - 10,0 Metros Para Residência - 5,0 Metros
d) Recuo Lateral Mínimo	Para Indústria - 5,0 Metros Para Residência - 1,5 Metros
e) Recuo Fundo Mínimo	Para Indústria - 5,0 Metros Para Residência - 1,5 Metros
f) Coeficiente de Aproveitamento Máximo	0,4
g) Lote Mínimo	2.250,00 m2
h) Testada Mínima	30,00 Metros

Art.26) Admite os seguintes usos na Zona Residencial de Expansão (ZRE):

I - Residências unifamiliares .....	R1
II - Residências multifamiliares .....	R2
III - Comércio varejista .....	C2
IV - Comércio atacadista .....	C3
V - Escritórios de prestação de serviços e profissionais liberais .....	S1
VI - Hotéis, pousadas e congêneres .....	S2
VII - Clínicas de saúde, hospitais, laboratórios e similares .....	S3
VIII - Bares, restaurantes, pizzarias e similares .....	C1



IX - Instituições culturais e de ensino .....	E1
X - Associações comunitárias, igrejas e similares .....	E4
XI - Instituições públicas e governamentais .....	E5

Parágrafo Único - As edificações nesta zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

a) Gabarito Máximo	04 Pavimentos
b) Taxa de Ocupação Máxima	50%
c) Recuo Frontal Mínimo	5,0 Metros
d) Recuo Lateral Mínimo	1,5 Metros até 2 pavimentos acima de 2 pavimentos recuar 50 cm por pavimento (escalonamento)
e) Recuo Fundo Mínimo	1,5 Metros até 2 pavimentos acima de 2 pavimentos recuar 50 cm por pavimento (escalonamento)
f) Coeficiente de Aproveitamento Máximo	2
g) Lote Mínimo	360,00 m2 de área útil
h) Testada Mínima	12,00 Metros

Art.27) Admite-se na Zona Residencial, Lazer e Turismo (ZRT), os seguintes usos:

I - Residências unifamiliares .....	R1
II - Hotéis, pousadas e congêneres .....	S2
III - Clínicas de saúde, hospitais, laboratórios e similares....	S3
IV - Bares, restaurantes, pizzarias e similares .....	C1
V - Clubes recreativos, de lazer, sede campestre .....	E2
VI - Chácaras, sítios e fazendas .....	E3
VII - Clínicas de repouso, spa e similares .....	S3
VIII - Instituições culturais e de ensino .....	E1
IX - Associações comunitárias, igrejas e similares .....	E4

Parágrafo Único - As edificações nesta zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

a) Gabarito Máximo	02 Pavimentos - para R1, C1, E1, E2, E3 e E4 04 Pavimentos - para S2 e S3
b) Taxa de Ocupação Máxima	20%
c) Recuo Frontal Mínimo	6,0 Metros
d) Recuo Lateral Mínimo	2,5 Metros
e) Recuo Fundo Mínimo	2,5 Metros
f) Coeficiente de Aproveitamento Máximo	0,4
g) Lote Mínimo	VETADO
h) Testada Mínima	40,00 Metros

Art.28) Admite-se na Zona Histórica (ZH), os seguintes usos:

I - Residências unifamiliares .....	R1
II - Residências multifamiliares .....	R2
III - Hotéis, pousadas e congêneres .....	S2
IV - Bares, restaurantes, pizzarias e similares .....	C1
V - Clubes recreativos, de lazer, sede campestre .....	E2
VI - Chácaras, sítios e fazendas .....	E3
VII - Clínicas de repouso, spa e similares .....	S3
VIII - Instituições culturais e de ensino .....	E1

Parágrafo Único) As edificações nesta zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

a) Gabarito Máximo	02 Pavimentos
b) Taxa de Ocupação Máxima	50%
c) Recuo Frontal Mínimo	5,0 Metros
d) Recuo Frontal com Estacionamento	7,0 Metros
d) Recuo Lateral Mínimo	2,0 Metros
e) Recuo Fundo Mínimo	2,0 Metros
f) Coeficiente de Aproveitamento Máximo	1
g) Lote Mínimo	450,00 m2 de área útil
h) Testada Mínima	15,00 Metros

Art. 29) Admite-se na Zona Diversificada com Restrição (ZDR), os seguintes usos:

I - Residências unifamiliares .....	R1
II - Residências multifamiliares .....	R2
III - Comércio varejista .....	C2
IV - Comércio atacadista .....	C3
V - Escritórios de prestação de serviços e profissionais liberais	S1
VI - Hotéis, pousadas e congêneres .....	S2
VII - Clínicas de saúde, hospitais, laboratórios e similares.	S3
VIII - Bares, restaurantes, pizzarias e similares .....	C1
IX - Instituições culturais e de ensino .....	E1
X - Associações comunitárias, igrejas e similares .....	E4
XI - Instituições públicas e governamentais .....	E5



Parágrafo Único) As edificações nesta zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

a) Gabarito Máximo	04 Pavimentos
b) Taxa de Ocupação Máxima	50% - R1, R2 e E4 70% - C1, C2, C3, S1, S2, E1 e E5
c) Recuo Frontal Mínimo	4,0 Metros
d) Recuo Frontal com Estacionamento	6,0 Metros
d) Recuo Lateral Mínimo	1,5 Metros
e) Recuo Fundo Mínimo	1,5 Metros
f) Coeficiente de Aproveitamento Máximo	2,8
g) Lote Mínimo	360,00 m2 de área útil
h) Testada Mínima	12,00 Metros

Art.30) Admite-se na Zona de Proteção a Rodovia (ZPR), os seguintes usos:

I - Residências unifamiliares .....	R1
II - Comércio varejista .....	C2
III - Comércio atacadista e Depósitos em geral .....	C3
IV - Hotéis, pousadas e congêneres .....	S2
V - Bares, restaurantes, pizzarias e similares .....	C1
VI - Clubes recreativos, de lazer, sede campestre .....	E2
VII - Chácaras, sítios e fazendas .....	E3
VIII - Clínicas de repouso, spa e similares .....	S3
IX - Associações comunitárias, igrejas e similares .....	E4
X - Oficinas em geral e Postos de Combustíveis .....	S4

Parágrafo Único) As edificações nesta zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

a) Gabarito Máximo	02 Pavimentos - para R1, C1, C2, C3, E2, E3, E4 e S4 04 Pavimentos - para S2
b) Taxa de Ocupação Máxima	50%
c) Recuo Frontal Mínimo	25,0 Metros do eixo da Rod SC 301 e nas demais 5 metros
d) Recuo Lateral Mínimo	5,0 Metros para Rod SC 301 e 1,5 metros demais logradouros
e) Recuo Fundo Mínimo	5,0 Metros
f) Coeficiente de Aproveitamento Máximo	2
g) Lote Mínimo	VETADO
h) Testada Mínima	100,00 Metros

Art.31) Admite-se na Área de Parque (APQ), os seguintes usos:

I - Residências unifamiliares .....	R1
II - Hotéis, pousadas e congêneres .....	S2
III - Bares, restaurantes, pizzarias e similares .....	C1
IV - Clubes recreativos, de lazer, sede campestre .....	E2
V - Chácaras, sítios e fazendas .....	E3
VI - Instituições culturais e de ensino .....	E1
VII - Instituições públicas e governamentais .....	E5

Parágrafo Único) As edificações nesta zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

a) Gabarito Máximo	02 Pavimentos
b) Taxa de Ocupação Máxima	40%
c) Recuo Frontal Mínimo	5,0 Metros
d) Recuo Lateral Mínimo	2,0 Metros
e) Recuo Fundo Mínimo	2,0 Metros
f) Coeficiente de Aproveitamento Máximo	0,8
g) Lote Mínimo	540 m2 de área útil
h) Testada Mínima	18,00 Metros

Parágrafo Único) Na Área de Parque (APQ) fica garantido o direito de preempção para o Município.

Art. 32) Não admite-se na Zona de Preservação Permanente qualquer uso.

Art.33) Admite-se os seguintes usos na Zona Especial de Interesse Social (ZEIS):

I - Residências unifamiliares .....	R1
II - Residências multifamiliares .....	S2
III - Instituições culturais e de ensino .....	E1
IV - Associações comunitárias, igrejas e similares .....	E4
V - Instituições públicas e governamentais .....	E5

§ 1º - As edificações nesta zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

a) Gabarito Máximo	02 Pavimentos
b) Taxa de Ocupação Máxima	70%
c) Recuo Frontal Mínimo	2,0 Metros
d) Recuo Lateral Mínimo	1,0 Metros
e) Recuo Fundo Mínimo	1,0 Metros
f) Coeficiente de Aproveitamento Máximo	1
g) Lote Mínimo	200 m2 de área útil
h) Testada Mínima	10,00 Metros

§ 2º - As edificações localizadas na referida zona e em desconformidade com os índices e usos estabelecidos neste artigo serão regularizados por Lei específica.

Art.34) Admite-se os seguintes usos na Zona Mista Diversificada 2 (ZMD2):

I - Residências unifamiliares .....	R1
II - Residências multifamiliares .....	R2
III - Hotéis, pousadas e congêneres .....	S2
IV - Bares, restaurantes, pizzarias e similares .....	C1
V - Comércio varejista .....	C2
VI - Comércio atacadista .....	C3
VII - Escritórios de prestação de serviços e profissionais liberais .....	S1
VIII - Clínicas de saúde, hospitais, laboratórios e similares .....	S3
IX - Instituições culturais e de ensino .....	E1
X - Associações comunitárias, igrejas e similares .....	E4
XI - Instituições públicas e governamentais .....	E5
XII - Indústrias .....	I

Parágrafo Único - As edificações nesta zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

a) Gabarito Máximo	04 Pavimentos
b) Taxa de Ocupação Máxima	50% - R1, R2, E4 e I
c) Taxa de Ocupação Máxima	70% - C1, C2, C3, S1, S2, S3, E1 e E5
d) Recuo Frontal Mínimo	4,0 Metros
e) Recuo Frontal com Estacionamento Mínimo	6,0 Metros
f) Recuo Lateral Mínimo	1,5 Metros
g) Recuo Fundo Mínimo	1,5 Metros
h) Coeficiente de Aproveitamento Máximo	2,8
i) Lote Mínimo	360,00 m2 de área útil
j) Testada Mínima	12,00 Metros

Art.35) Admite-se os seguintes usos na Zona Industrial (ZI):

I - Residências unifamiliares restritas .....	R3
II - Comércio atacadista e depósitos em geral .....	C3
III - Indústrias .....	I

Parágrafo Único - As edificações nesta zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

a) Gabarito Máximo	02 Pavimentos
b) Taxa de Ocupação Máxima	70%
c) Recuo Frontal Mínimo	10,0 Metros

d) Recuo Lateral Mínimo	5,0 Metros
e) Recuo Fundo Mínimo	5,0 Metros
f) Coeficiente de Aproveitamento Máximo	1,5
g) Lote Mínimo	3.000,00 m2 de área útil
h) Testada Mínima	30,0 Metros

Art.36) Quanto aos usos observa-se ainda o seguinte:

§ 1º - É considerada edícula qualquer área construída não habitável de no máximo 60,00 m2, com afastamento mínimo de 3 metros de outras construções.

§ 2º - Qualquer edificação, que utilizar as divisas de lados e fundos, não deverá ultrapassar o máximo de 30% do perímetro do lote.

§ 3º - O índice de impermeabilização é a área do lote que pode ser coberta ou impermeabilizada com qualquer material impermeável. Admite-se no máximo 10 pontos percentuais somados à taxa de ocupação permitido para zona, não devendo exceder este limite.

## CAPÍTULO V DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Art.37) As florestas naturais, os recursos hídricos e as áreas integrantes da Serra do Mar, são considerados de preservação permanente, na forma que estabelece a Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente, cabendo ao Executivo Municipal na forma da Lei, exercer sobre essas áreas o Poder de Polícia e de fiscalização.

§ 1º - Será sempre necessária a anuência dos órgãos Federais, Estaduais e Municipais competentes, para a exploração de qualquer atividade econômica nessas áreas, sob pena de embargo e multa, sem prejuízo das demais cominações legais.

§ 2º - Em particular, nenhuma edificação poderá ser erguida sem atender os parâmetros da Lei Federal nº 4.771/65.

## CAPÍTULO VI DOS USOS DESCONFORMES

Art.38) Os usos das edificações iniciadas com processo de aprovação em andamento no órgão competente, protocolado até a data de aprovação desta Lei, deverão ser adequadas as novas regras estabelecidas por este Plano Diretor.

## CAPÍTULO VII DA PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM

Art.39) O controle da preservação da paisagem visa orientar a ocupação do Município, preservando sítios de beleza natural, as florestas de mata natural, os cursos d'água e as cachoeiras que constituem patrimônio do Município de Campo Alegre.

Art.40) Fica expressamente proibido, o lançamento de resíduos sólidos e/ou efluentes líquidos dos esgotos industriais e domésticos não tratados, em águas de superfície, lagos, rios e cachoeiras.

Art.41) Com vistas à preservação dos pontos de interesse turístico e a preservação do seu entorno, fica estabelecido que nenhum loteamento ou edificação a serem implantadas possa impedir ou prejudicar o acesso, a vista e o desfrute do ponto turístico.

§ 1º - À acessibilidade e uso dos locais citados no "caput" deste artigo, deverá ser respeitado o direito de propriedade na forma que estabelece a Lei.

§ 2º - Com o objetivo de melhorar o desfrute de alguns pontos turísticos de grande procura, poderá ser permitido a instalação de pequenos quiosques, destinados ao atendimento de turistas e da população.

Art.42) Nenhuma obra que, de qualquer forma perturbe, altere ou aterre cursos d'água, mananciais, lagos, represas, e cachoeiras, poderá ser executada, sem prévia autorização e licença dos órgãos competentes municipais e estaduais.

#### CAPITULO VIII DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Art.43) Consideram-se serviços de natureza pública os seguintes:

- I - Saneamento básico;
- II - Limpeza Pública e coleta de lixo;
- III - Pavimentação e conservação de vias;
- IV - Suprimento de energia elétrica, iluminação pública e sistemas de comunicação.

Art.44) O executivo municipal, poderá na forma que estabelece a Legislação pertinente, terceirizar os serviços públicos e a manutenção dos equipamentos públicos, sempre precedida de autorização Legislativa.

#### CAPITULO IX DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS

Art.45) Os postos de revenda de combustíveis e derivados de petróleo, são instalações destinadas ao armazenamento de recipientes transportáveis e venda de combustíveis para veículos e serviços afins.

Parágrafo Único - Os postos de combustíveis deverão ainda respeitar os seguintes requisitos:

- I - Distância linear mínima entre dois postos de 300m (trezentos metros), quando situados na mesma via;
- II - Distância de 200m (duzentos metros), quando situados em ruas alternadas;
- III - O lote possuir testada mínima de 40,00 (quarenta metros) e área mínima de 3.000,00m<sup>2</sup> (três mil metros quadrados);
- IV - Quando for lote de esquina é proibido o acesso no raio de concordância das vias em pelo menos 6,00m (seis metros);
- V - Suas instalações serem dotadas de sistema de tratamento dos efluentes líquidos;
- VI - Antes da apresentação dos projetos, estes deverão ser aprovados pelo Corpo de Bombeiros e ter a aprovação pelo órgão ambiental competente.

Art.46) Os postos de revenda de gás liquefeito de petróleo, mesmo vinculados a outro estabelecimento comercial, deverão respeitar as normas de segurança constante nesta Lei, no Código de Obras e legislação Estadual, e Federal pertinente, bem como às normas da ABNT e legislação ambiental.

#### CAPITULO X DA MINERAÇÃO E TERRAPLANAGEM

Art.47) As atividades de mineração e terraplanagem no Município de Campo Alegre são regulamentadas pelo disposto nesta lei e pela Legislação Estadual e Federal pertinentes.

Parágrafo Único - As atividades de que tratam este artigo necessitam obrigatoriamente de licença do executivo Municipal para o seu exercício, bem como da FATMA (Fundação do Meio Ambiente) e do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral).

Art.48) O licenciamento será concedido anualmente, sendo

renovável através de requerimento do interessado, dirigido a Prefeitura Municipal e acompanhado da autorização dos demais órgãos competentes.

§ 1º - A exploração de jazidas minerais deverá observar os seguintes requisitos.

I - Não estar situada a jazida em topo de morro, em área de interesse turístico ou de preservação ecológica, declarada por Legislação Municipal, Estadual ou Federal;

II - Que a exploração mineral não se constitua em ameaça ao conforto e a segurança da população e nem comprometa o desenvolvimento urbanístico da região;

III - É vedada a exploração num raio de 50m (cinquenta metros) ao redor das nascentes e olhos d'água, salvo a mineração de areia e seixo rolado;

IV - A exploração não pode estar situada ao longo dos cursos d'água, a jusante dos locais de captação d'água, em faixa marginal, a exploração não deverá ser feita na faixa de 50 (cinquenta) metros, a partir da margem, independente da largura dos cursos d'água;

V - À montante dos locais de captação de água para abastecimento Público, é vedada qualquer exploração mineral dentro da Bacia Hidrográfica.

VI - A exploração nunca deverá comprometer o lençol freático local;

VII - No caso de terraplanagem, será exigida a construção do sistema de contenção de lama proveniente da erosão do solo exposto as intempéries, rodalúvio e cobertura com lama proveniente da erosão dos caminhos para evitar o derramamento de argila nas vias públicas do Município.

§ 2º - Admitir-se-ão exceções ao disposto neste artigo para empreendimentos temporários que destruam o minério para obras de relevante interesse social e econômico para o Município, como usinas hidrelétricas, barragens para abastecimento Público de água, Rodovias e outras de igual natureza, desde que sejam apresentados Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

Art.49) O titular de licença de mineração ou de terraplanagem ficará obrigado a:

- I - Executar a exploração de acordo com o plano aprovado;
- II - Extrair somente as substâncias minerais que constam da licença outorgada;
- III - Comunicar ao departamento Nacional de produção mineral, a FATMA e a Prefeitura Municipal, o descobrimento de qualquer outra substância mineral não incluída na licença de exploração;
- IV - Confiar a direção dos trabalhos de exploração, a técnicos legalmente habilitados para obras de mineração e terraplanagem;
- V - Impedir o extravio ou obstrução das águas e drenar as que possam ocasionar prejuízos aos vizinhos;
- VI - Impedir a poluição do ar ou das águas que possam resultar dos trabalhos de desmonte ou beneficiamento;
- VII - Proteger e conservar as fontes d'água e a vegetação natural;
- VIII - Proteger, com vegetação adequada, as encostas de onde foram extraídos materiais;
- IX - Manter a erosão sob controle durante a execução do Projeto e por cinco anos após terminada a obra, de modo a não causar prejuízo a qualquer serviço ou bens públicos e particulares.

Art.50) Qualquer novo pedido de licença para a exploração Mineral ou Terraplanagem, somente será deferida se o interessado comprovar que a área objeto de licença lhe tenha sido anteriormente concedida, se encontre recuperada ou em fase de recuperação, segundo o cronograma de trabalho então apresentado.

Art.51) A licença será cancelada quando:

I - Na área destinada à exploração forem realizadas construções incompatíveis com a natureza da atividade;  
 II - For promovido o parcelamento, arrendamento ou qualquer outro ato de que importe na redução da área explorada e/ou requerida sem prévia anuência do poder Público;  
 III - Não houver apresentação:  
 De relatório simplificado semestral da atividade desenvolvida;  
 De relatório circunstanciado anual da mesma atividade.

Parágrafo Único - Será interditada a atividade ainda que licenciada de acordo com esta Lei, desde que, posteriormente, se verifique que sua exploração acarrete perigo. Por estar em desacordo com o Projeto apresentado, ou ainda, quando se constatarem danos ambientais não previstos por ocasião do licenciamento.

Art.52) A Prefeitura Municipal poderá em qualquer tempo, determinar a execução de obras na área de local de exploração das atividades previstas neste .

capítulo, visando a proteção das propriedades circunvizinhas, ou para evitar efeitos que comprometam a qualidade de cursos ou mananciais de água.

Art.53) Os atuais titulares de licença de exploração de jazidas a que se refere este capítulo deverão, no prazo de até 60 (sessenta) dias antes do vencimento, solicitar a sua renovação na forma do presente código.

Art.54) O titular de autorização de pesquisa, de permissão de lavra garimpeira, de concessão de lavra, de licenciamento de manifesto de mina, ou de qualquer outro Título mineral, responde pelos danos causados ao meio ambiente, sem prejuízo das cominações legais pertinentes.

Art.55) No caso de danos ao meio ambiente, decorrente das atividades de mineração e/ou terraplanagem, obrigam-se os responsáveis a cumprir as exigências de imediata recuperação do local, de acordo com projeto que viabilize, sob pena de fazê-la a Prefeitura Municipal, diretamente ou por entidades especializadas, as despesas exclusivas do agressor.

Art.56) A realização de trabalhos de extração de substâncias minerais de qualquer classe, sem a competente permissão, concessão ou licença, sujeitará o responsável a ação penal cabível, sem prejuízo das cominações de administrativas e das obrigações de recuperar o meio ambiente degradado.

## CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITORIAS

Art.57) Os dispositivos desta Lei aplicam-se no sentido estrito, excluídas as analogias e interpretações extensivas.

Parágrafo Único - Os casos omissos serão resolvidos através de Lei Municipal, encaminhada pelo Executivo e Legislativo Municipal, ouvido parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano de Campo Alegre criado pela Lei Municipal nº 2.782 de 17 de setembro de 2003.

Art.58) A comissão de que trata o artigo anterior, será instituída e regulamentada através de Lei Municipal, sem direito a qualquer tipo de remuneração para seus membros.

Art.59) As infrações à presente Lei acarretarão em cassação do respectivo alvará, embargo administrativo ou judicial e até demolição da obra sem prejuízo de outras penalidades previstas na Legislação Municipal.

Art.60) Aplicam-se os dispositivos desta Lei à todo Município de

Campo Alegre.

Art.61) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.000 de 13 de dezembro de 1994.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
30 de agosto de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
30/08/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## ANEXOS

Anexo 1 - Extensão Territorial  
 Anexo 2 - Mapa de Divisão do Território  
 Anexo 3 - Mapa de Zoneamento da Área Rural  
 Anexo 4 - Mapa de Zoneamento da Área Urbana  
 Anexo 4.1 - Sede do Município  
 Anexo 4.2 - Fragosos  
 Anexo 4.3 - Bateias de Baixo  
 Anexo 4.4 - Lageado  
 Anexo 4.5 - São Miguel  
 ANEXO 5

USOS	VAGAS DE ESTACIONAMENTO
R1	1 vaga por unidade residencial
R2	
C1	1 vaga a cada 25m <sup>2</sup> de área construída ou fração
C2	
C3	
S1	
S2	
S3	
S4	
E1	1 vaga a cada 50m <sup>2</sup> de área construída ou fração
E2	
E3	1 vaga a cada 100m <sup>2</sup> de área construída ou fração
E4	1 vaga a cada 25m <sup>2</sup> de área construída ou fração
E5	1 vaga a cada 25m <sup>2</sup> de área construída ou fração

## Observações:

- 1) As vagas destinadas para veículos leves deverão ter no mínimo 12,00m<sup>2</sup> de área livre de pilares ou qualquer outro obstáculo, com largura mínima de 2,40m.
- 2) As edificações localizadas na Zona Diversificada com Restrição, existentes e cadastradas no Município, ficarão facultadas ao uso



de vagas para estacionamento.

### Lei Nº 3.138 de 05 de Setembro de 2006

LEI Nº 3.138 DE 05 DE SETEMBRO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE  
DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 4.336,99 (quatro mil, trezentos e trinta e seis reais e noventa e nove centavos), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
10.303.0057.2.029 -	Aquisição e distribuição de medicamentos	
300000.00.127 -	Despesas Correntes	
330000.00.127 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.127 -	Aplicações Diretas	
339030.00.127 -	Material de Consumo	R\$ 4.336,99

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
05 de setembro de 2006.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal em Exercício

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
05/09/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.139 DE 05 DE SETEMBRO DE 2006

LEI Nº 3.139 DE 05 DE SETEMBRO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE  
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO  
VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar Especial no valor de R\$ 16.735,08 (dezesseis mil, setecentos e trinta e cinco reais e oito centavos), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.02 -	Manutenção das Atividades de Assistência Básica a Saúde	
10.301.0059.2.711 -	Aquisição de máquinas, equipamentos e utensílios	
400000.00.503 -	Despesas de Capital	
440000.00.503 -	Investimentos	
449000.00.503 -	Aplicações Diretas	
449052.00.503 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 10.000,00
91.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
10.303.0057.2.029 -	Aquisição e distribuição de medicamentos	
300000.00.502 -	Despesas Correntes	
330000.00.502 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.502 -	Aplicações Diretas	
339030.00.502 -	Material de Consumo	R\$ 6.735,08
TOTAL		R\$ 16.735,08

Art 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
05 de setembro de 2006.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal em Exercício

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
05/09/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.140 de 05 de Setembro de 2006

LEI Nº 3.140 DE 05 DE SETEMBRO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE  
DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 16.240,00 (dezesseis mil duzentos e quarenta reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:



91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica	
10.303.0056.2.028 -	Realização de Diagnóstico dos Pacientes	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339036.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 3.240,00
10.303.0056.2.117 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
91.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
10.303.0057.2.029 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos	
300000.00.113 -	Despesas Correntes	
330000.00.113 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.113 -	Aplicações Diretas	
339030.00.113 -	Material de Consumo	R\$ 11.000,00
TOTAL		R\$ 16.240,00

Art. 2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339030.00.119 -	Material de Consumo	R\$ 5.240,00
91.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
10.303.0057.2.029 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339030.00.119 -	Material de Consumo	R\$ 11.000,00
TOTAL		R\$ 16.240,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
05 de setembro de 2006.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal em Exercício

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/09/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.141 DE 05 DE SETEMBRO DE 2006

LEI Nº 3.141 DE 05 DE SETEMBRO DE 2006

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A IMPLANTAR LIMITADOR DE ALTURA E LARGURA EM PONTES DE ACESSO AO MUNICÍPIO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a implantar limitador de altura e largura nas pontes do Tarumã e do Ximbuvinha, localizadas em divisas do Município de Campo Alegre, medindo 3,5m de largura e 2,8m de altura.

Parágrafo único - os limitadores que trata o caput deste artigo, serão implantados para viabilizar o serviço de fiscalização de produtos de origem animal e vegetal, desenvolvidos pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
05 de setembro de 2006.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal em Exercício

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/09/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.142 de 19 de Setembro de 2006

LEI Nº 3.142 DE 19 DE SETEMBRO DE 2006

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL QUE TRATAM DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL - E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Artigo 64 da Lei Municipal nº 2.537, de 17 de julho de 2001, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 64 - A contribuição do Município, incluídas suas autarquias e fundações, é obrigatória e corresponderá a 17,80% (dezessete vírgula oitenta por cento) do valor global da folha de remuneração-de-contribuição dos segurados ativos, a ser realizada até o dia

trinta do mês de exercício”.

Art. 2º - O § 1º do Artigo 63 da Lei Municipal nº 2.537, de 17 de julho de 2001 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 63 - § 1º - Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em agosto de 2006, que faz parte integrante da presente Lei”.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor 90 dias a contar da data de sua publicação, em razão do período previsto pelo Artigo 195, § 6º da Constituição Federal do Brasil.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de setembro de 2006.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal em Exercício

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/09/2006

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.143 DE 19 DE SETEMBRO DE 2006

LEI Nº 3.143 DE 19 DE SETEMBRO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 3.500,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”,  
19 de setembro de 2006.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal em Exercício

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/09/2006

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.144 DE 26 DE SETEMBRO DE 2006

LEI Nº 3.144 DE 26 DE SETEMBRO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0008.2.046 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319004.00.139 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 30.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0008.2.047 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Infantil	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	

310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319004.00.139 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 23.000,00
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
27.812.0019.1.007 -	Construção, Reforma e Revitalização de Quadras poliesportivas	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 30.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0043.2.052 -	Remuneração de Pessoal de Obras	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319004.00.136 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 3.000,00
TOTAL		R\$ 92.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
26 de setembro de 2006.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal em Exercício

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
26/09/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.145 DE 26 DE SETEMBRO DE 2006

LEI Nº 3.145 DE 26 DE SETEMBRO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar e Criar Elemento de Despesa no valor de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0017.2.707 -	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Utensílios	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 1.300,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0017.2.707 -	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.300,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
26 de setembro de 2006.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal em Exercício

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
26/09/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.146 de 03 de Outubro de 2006

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 3.146 DE 03 DE OUTUBRO DE 2006.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE VEÍCULO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO, COM INTERVENIÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Cessão de Uso com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com a interveniência da Polícia Militar do Estado de SC, pelo prazo de 05 (cinco) anos, o veículo a seguir mencionado: 01 (um) automóvel marca Volkswagen, modelo Gol 1.6, bi-combustível, cor branca, ano 2006 modelo 2007, chassi nº 9BWC-B05WX7T022185, placa MDV 8876, Renavam nº 6425776947,

adquirido através dos recursos oriundos do Convênio Radiopatrulha do Município de Campo Alegre e incorporado ao patrimônio do Município de Campo Alegre;

Parágrafo único - Os veículos de que trata esta Lei destinam-se ao serviço de policiamento ostensivo motorizado exclusivamente no Município de Campo Alegre, através do 1º GPM - Grupamento Policial Militar da 3ª Companhia do 14º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Campo Alegre.

Art. 2º - Os demais procedimentos, normas e encargos decorrentes da aplicação desta Lei serão definidos através do Termo de Cessão de Uso.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
03 de outubro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
03/10/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 3.147 de 10 de Outubro de 2006**

LEI Nº 3.147 DE 10 DE OUTUBRO DE 2006.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER”.  
SOB A FORMA DE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE  
TRIBUTOS O MATERIAL QUE ESPECIFICA”.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber sob a forma de dação em pagamento de tributos especificados nesta Lei, 252,21 m² (duzentos e cinquenta e dois vírgula vinte e um decímetros quadrados) de lajotas sextavadas 10 X 30 novas.

Art.2º) As lajotas mencionadas no Artigo anterior, serão recebidas sob forma de dação em pagamento, para fins de quitação da totalidade dos débitos tributários inscritos em dívida ativa, referente aos anos de 2002 à 2005 e exercício de 2006, em nome de BRUDER ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA - inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.136.140/0000-17; ARNALDO PEREIRA - inscrito no CPF sob nº 304.373.779-20, pendentes de pagamento até a presente data, que totalizam o valor de R\$ 5.422,43 (cinco mil, quatrocentos e vinte e dois reais, quarenta e três centavos).

Art.3º) As lajotas de que trata a presente Lei, serão recebidas pelo valor de R\$ 21,50 (vinte e um reais, cinquenta centavos) o m², totalizando R\$ 5.422,43 (cinco mil, quatrocentos e vinte e dois reais, quarenta e três centavos).

Art.4º) As lajotas serão entregues no pátio da Prefeitura Municipal, em única vez, no prazo de 30 (trinta) dias após a aprovação desta Lei.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
10 de outubro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
10/10/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **LEI Nº 3.148 DE 10 DE OUTUBRO DE 2006**

LEI Nº 3.148 DE 10 DE OUTUBRO DE 2006

INSTITUI E DISCIPLINA O PARCELAMENTO  
DO SOLO NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Federal nº 6.766/79, artigo 1º, § único, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art.1º) O Parcelamento do Solo no território do Município de Campo Alegre, deverá ser feito observando-se as exigências desta Lei, as da Lei de Zoneamento e as das Legislações Estaduais e Federais, em especial a Lei Federal nº 6.766/79 e suas alterações.

Art.2º) Para os efeitos desta Lei, ficam definidas as seguintes modalidades de parcelamento do solo:

- I - Loteamento;
- II - Desmembramento;
- III - Remembramento.

§ 1º) Considera-se loteamento, a subdivisão de glebas em lotes lindeiros, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

§ 2º) Considera-se desmembramento a subdivisão de glebas em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário oficial existente, desde que não implique no prolongamento ou modificação das vias já existentes, devendo as vias já estarem servidas da mesma infra-estrutura básica exigida para loteamentos.

§ 3º) Considera-se remembramento a reunião de terrenos ou glebas em terrenos ou glebas maiores, destinadas à edificação ou posterior parcelamento, segundo as modalidades previstas nesta Lei.

§ 4º) Considera-se lote o terreno servido de infra-estrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pela legislação que compõe o Plano Diretor.

§ 5º) Entende-se por lotes lindeiros, aqueles que terão uma das divisas com uma via oficial ou a ser oficializada durante o processo de loteamento, ficando proibida a constituição de lotes enclausurados, excetuando-se a Servidão de Passagem disposto no Artigo 4º e seus parágrafos.

§ 6º) Consideram-se infra-estrutura básica os equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes



ou estações de tratamento de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentadas ou não.

§ 7º) As dimensões mínimas dos lotes, seus usos, taxas de ocupação, índices de aproveitamento, de impermeabilização, os afastamentos e os recuos obrigatórios estão estabelecidos na Lei de Zoneamento, cujas normas deverão ser obedecidas em todos os projetos de parcelamento.

Art.3º) Entende-se por Servidão de Passagem a área de terra destinada para acesso a áreas a serem individualizadas exclusivamente através de desmembramento, que não fazem frente para logradouro público ou cuja frente não oferece condições para acesso, desde que obedecido os índices urbanísticos estabelecidos na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

§ 1º) A quantidade de áreas a serem desmembradas com acesso por uma mesma Servidão de Passagem, limita-se a 3 (três) unidades, incluindo-se neste limite a área remanescente e/ou aquela em que a servidão de passagem estiver contida, sendo a largura mínima permitida de 6 (seis) metros e a extensão máxima de 60 (sessenta) metros.

§ 2º) Através de lei própria, as servidões de passagem já formalizadas através de escrituras e registradas em cartório, poderão receber denominação, porém continuarão fazendo parte do patrimônio particular, não cabendo, portanto, à administração pública sua implantação física, sua manutenção, nem poderão ser servidas de serviços públicos.

§ 3º) Na denominação da Servidão de Passagem prevista no parágrafo anterior deverá constar a expressão "Servidão" seguida pelo nome, de modo que fique claro que não se trata de logradouro público como rua, avenida, travessa, e outras.

Art.4º) Ficam os loteamentos subdivididos em categorias estabelecidas segundo sua finalidade em:

- a) Loteamento Residencial;
- b) Loteamento Industrial;
- c) Condomínio Residencial Fechado.

§ 1º) Consideram-se loteamentos residenciais aqueles destinados ao uso residencial, onde a implantação de atividades comerciais e de serviços são permitidas segundo estabelecido na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

§ 2º) Entende-se por loteamento industrial o parcelamento do solo cuja finalidade seja de implantação de atividades produtivas, e o lote resultante não seja inferior a 2.250,00 m<sup>2</sup> (dois mil, duzentos e cinquenta metros quadrados), excetuando-se aqueles liberados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano.

§ 3º) Entende-se por condomínio residencial fechado aqueles destinados ao uso residencial de acesso restrito, onde as normas de uso e ocupação do solo poderão ser definidas através de instrumento jurídico particular, respeitadas porém, as demais normas e exigências contidas no Plano Diretor do Município de Campo Alegre.

## CAPITULO II DA ÁREA RURAL

Art.5º) Os parcelamentos do solo localizados na Área Rural do Município, deverão ser realizados observando-se o disposto na legislação Federal do INCRA, em especial a Instrução Normativa nº 17-b/80 ou outra norma que venha a substituí-la e ainda o estabelecido nesta Lei.

§ 1º) Em qualquer hipótese, a área parcelada deverá respeitar o módulo mínimo estabelecida pela Legislação Federal.

§ 2º) A conservação dos pontos panorâmicos e da paisagem local, ficando proibido a construção de muros fechados, o plantio de cercas vivas ou árvores que impeçam a apreciação dos recursos naturais.

Art.6º) Para a realização de parcelamento com fins urbanos, de imóvel rural localizado em zona urbana ou de expansão urbana, assim definidas por Lei Municipal, serão observadas as disposições da Lei Federal nº 6.766/79, das legislações estaduais e das leis que compõe o Plano Diretor Municipal.

Parágrafo Único - Para realização da modalidade de parcelamento mencionado no caput deste artigo, caberá ao INCRA unicamente proceder, a requerimento do interessado, a atualização do cadastro rural, desde que aprovado o parcelamento pela Prefeitura Municipal e registrado no Registro de Imóveis.

Art.7º) Para a realização do parcelamento com fins urbanos, de imóvel rural localizado fora da zona urbana ou de expansão urbana, assim definidas por Lei Municipal, serão observadas as disposições do Artigo 96 do Decreto Federal nº 59.428, de 27/10/66 e do Artigo 53, da Lei Federal nº 6.766 de 19/12/79 e ainda as disposições das leis que compõe o Plano Diretor Municipal.

§ 1º) Para realização da modalidade de parcelamento mencionado no caput deste artigo, com vistas à formação de núcleos urbanos, ou à formação de sítios de recreio, ou à industrialização, caberá ao INCRA unicamente sua prévia audiência, desde que atendido pelo menos um dos seguintes requisitos:

I - Por suas características e situação, seja própria para a localização de serviços comunitários das áreas rurais circunvizinhas;

II - Seja oficialmente declarada zona de turismo;

III - Comprovadamente tenha perdido suas características produtivas.

§ 2º) A comprovação será feita pelo proprietário no caso do Inciso I e II através de declaração da municipalidade, e no caso do Inciso III através de circunstanciado laudo assinado por técnico habilitado.

§ 3º) Confirmando uma das condições especificadas no parágrafo primeiro deste artigo, caberá ao INCRA proceder, a requerimento do interessado, a atualização do cadastro rural, desde que aprovado o parcelamento pela Prefeitura Municipal e registrado no Registro de Imóveis.

§ 4º) Na hipótese de parcelamento descrita no § 1º deste Artigo, o interessado poderá requerer junto a Prefeitura a transformação da área rural em núcleo urbano desde que obedecido o índice urbanístico para o lote mínimo de 10.000 m<sup>2</sup>, sendo mantido os demais índices previstos para a zona rural na Lei de Zoneamento.

§ 5º) A transformação de que trata o § 4º deverá ser previamente aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano, cabendo a Prefeitura Municipal declarar oficialmente a área como "Zona de Turismo".

Art.8º) Para a realização do parcelamento, para fins agrícolas, de imóvel rural localizado fora da zona urbana ou de expansão urbana, assim definidas por Lei Municipal, serão observadas as disposições do artigo 61 da Lei Federal nº 4.504, de 30/11/64, do artigo 10 da Lei Federal nº 4.947, de 06/04/66, dos artigos 93 e seguintes do Decreto nº 59.428, de 27/10/66, do artigo 8º da Lei



Federal nº 5.868, de 12/12/72 e ainda as disposições das leis que compõe o Plano Diretor Municipal.

Parágrafo Único - Para realização da modalidade de parcelamento mencionado no caput deste artigo, com finalidade agrícola, caberá ao INCRA unicamente sua aprovação.

Art.9º) Para efeito de aprovação do projeto de parcelamento do solo localizados na área rural nas modalidades previstas nos artigos 6º e 7º desta Lei, o interessado deverá encaminhar a Prefeitura Municipal respectivamente:

I - Pedido de consulta prévia de viabilidade de parcelamento;

II - Pedido opcional de análise de ante-projeto urbanístico;

III - Pedido de aprovação do projeto técnico definitivo.

Art.10) No ato de solicitação da consulta prévia de viabilidade de parcelamento, o interessado apresentará os seguintes documentos:

I - Requerimento definitivo da intenção do parcelamento;

II - Registro Geral atualizado;

III - Planta de situação ou croqui na escala compatível com as dimensões do terreno e indicações de rios, córregos, lagos, nascentes, topos de morro e outros.

Art.11) A Prefeitura Municipal expedirá certidão contendo diretrizes básicas sobre a viabilidade ou não de parcelar a gleba, objeto do requerimento, e em caso afirmativo, indicará as seguintes diretrizes:

I - Zona de uso a que pertence a gleba;

II - Indicação do módulo mínimo;

III - Uso do solo e regime de ocupação permitido;

IV - Indicações do plano viário municipal;

V - Normas de apresentação do projeto.

§ 1º) As normas relativas à apresentação de projetos serão regulamentadas através de Decreto do Prefeito Municipal;

§ 2º) As diretrizes expedidas na forma do artigo anterior, terão validade enquanto vigorar a Lei que as estabeleceram, perdendo a validade sempre que houver alteração.

§ 3º) As vias oficiais deverão ter largura mínima de 12 (doze) metros.

§ 4º) Além de 5% (cinco por cento) da área de mata nativa estabelecida na Lei de zoneamento e das vias oficiais estabelecidas no parágrafo anterior, o parcelamento deverá conter área para equipamentos públicos e ou comunitários de no mínimo:

I - 3% (três por cento) para área total acima de 100.000 m²;

II - 5% (cinco por cento) para área total inferior a 100.000 m².

§ 5º) As áreas de que tratam os Incisos I e II do Parágrafo anterior poderão ser alienadas ou permutadas, conforme interesse público, desde que aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano.

§ 6º) A área verde e as áreas de equipamentos públicos e ou

comunitários deverão ser cercadas pelo loteador.

Art.12) O interessado, tendo como referência as diretrizes básicas fornecidas pela Prefeitura Municipal, elaborará opcionalmente o ante-projeto urbanístico do parcelamento, submetendo-o à análise do órgão de planejamento municipal competente, devendo apresentar os seguintes elementos:

I - Proposta preliminar de divisão e conformação de módulos, glebas, dimensões básicas e arruamentos;

II - Estatística parcial do loteamento;

III - Proposta de uso do terreno, cobertura vegetal, contenções de encostas, escoamento de águas, tratamento de resíduos e demais elementos técnicos necessários a perfeita compreensão do anteprojeto.

§ 1º - Da análise do ante-projeto urbanístico será devolvido um relatório ao interessado, contendo indicações de alterações recomendadas, se for o caso, pela Prefeitura Municipal ou demais órgãos públicos, a fim de que seja elaborado projeto definitivo.

§ 2º - O ante-projeto do que trata o caput deste artigo ficará arquivado no processo compondo o arquivo técnico.

Art.13) A apresentação definitiva do projeto para aprovação do parcelamento na modalidade de desmembramento deverá conter os seguintes documentos:

I - Prova de domínio sobre o terreno, com relação cronológica dos títulos devidamente transcritos desde 20 (vinte) anos na forma da Legislação Federal em vigor;

II - Certidões negativas:

a) Dos tributos municipais relativos ao imóvel;

b) Das ações referentes ao imóvel na Justiça Estadual e Federal;

c) Das ações penais com respeito ao crime contra o patrimônio, contra o meio ambiente e contra a administração pública na Justiça Estadual e Federal.

III - Projeto urbanístico contendo:

a) Levantamento planimétrico demonstrando divisões, situação e localização do terreno;

b) Resumo estatístico;

c) Memoriais descritivos;

d) Licença Ambiental emitida pelo órgão competente, quando o caso assim exigir.

§ 1º) Todos os projetos, laudos, levantamentos anteriormente referidos deverão estar assinados pelo proprietário e responsável técnico, mediante comprovação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do CREA;

§ 2º) A aprovação do Projeto definitivo do desmembramento terá validade por 180 (cento e oitenta) dias.

Art.14) A apresentação definitiva do projeto para aprovação do parcelamento na modalidade de loteamento deverá conter os seguintes documentos:

I - Prova de domínio sobre o terreno, com relação cronológica dos títulos devidamente transcritos desde 20 (vinte) anos na forma da Legislação Federal em vigor;

II - Certidões negativas;

a) Dos tributos municipais relativos ao imóvel;

b) Das ações referentes ao imóvel na Justiça Estadual e Federal;

c) Das ações penais com respeito ao crime contra o patrimônio,

contra o meio ambiente e contra a administração pública do loteador;

d) Dos cartórios de protestos de títulos, em nome do loteador;

e) De ônus reais sobre o imóvel a ser loteado;

III - Projeto geométrico contendo:

a) Planta do Projeto de arruamento e glebas ou módulos;

b) Perfis longitudinais das vias;

c) Perfis transversais das vias.

IV - Projeto urbanístico contendo:

a) Planta de situação;

b) Planta de glebas e módulos;

c) Resumo estatístico;

d) Memoriais descritivos;

e) Projeto de obras de artes, tais como pontes, bueiros, valas, arrimos e outras obras correlatas.

V - Projeto de escoamento de águas pluviais contendo:

a) Pontos de lançamento;

b) Perfis transversais.

VI - Projeto de distribuição de água potável e tratamento de efluentes, aprovado pela concessionária.

VII - Projeto da rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública, aprovado pela concessionária.

VIII - Cronograma físico de execução das obras.

IX - Licença Ambiental emitida pelo órgão competente, quando for o caso.

§ 1º) Todos os projetos, laudos, levantamentos anteriormente referidos deverão estar assinados pelo proprietário e responsável técnico, mediante comprovação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do CREA;

§ 2º) A aprovação do Projeto definitivo do parcelamento terá validade por 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de aprovação do mesmo para início das obras de implantação do loteamento.

Art.15) Para avaliação dos procedimentos administrativos previstos neste capítulo a Prefeitura Municipal terá os prazos máximos de:

I - 7 (sete) dias úteis para definir as informações na consulta prévia de viabilidade de parcelamento a partir da entrada do requerimento;

II - 20 (vinte) dias úteis, para examinar o anteprojeto urbanístico, a partir de sua entrada devidamente protocolada;

III - 30 (trinta) dias úteis, para exame e aprovação do projeto definitivo, a partir de sua entrada devidamente protocolada.

§ 1º) Na hipótese da documentação estar incompleta, ou se fizer necessária qualquer diligência, o prazo será contado da data em que a documentação for completada ou a diligência satisfatoriamente atendida;

§ 2º) O interessado deverá atender, no prazo de 30 (trinta) dias úteis os pedidos de esclarecimentos, ou apresentação de elementos elucidativos, formulado pelo órgão competente, no curso do processo, salvo prorrogação concedida por motivo justificado;

§ 3º) O não atendimento do pedido a que se refere o parágrafo anterior importará no arquivamento do processo por abandono, mediante despacho de órgão de planejamento urbano do município.

Art.16) A Prefeitura Municipal, após análise pelos órgãos competentes, expedirá o alvará de licença para a execução das obras de parcelamentos, desde que comprovadamente o projeto preencha os requisitos exigidos nesta Lei.

### CAPÍTULO III

#### DA ÁREA URBANA

Art.17) O parcelamento do solo, para fins urbanos obedecerá ao Regime Urbanístico das zonas de uso estabelecidas na Lei de Zoneamento.

Art.18) Fica vedado o parcelamento do solo para fins urbanos:

I - Em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas às providências para assegurar o escoamento das águas ou proteção contra as cheias;

II - Em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas as exigências especificadas nesta Lei;

III - Em terrenos onde as condições geológicas são tecnicamente impróprias para a edificação, podendo o Executivo Municipal exigir se julgar necessário, laudo geológico sob responsabilidade de Profissional Legalmente Habilitado pelo CREA;

IV - Nas reservas ecológicas, áreas de proteção de mananciais e áreas de Proteção Ambiental ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção;

V - Nas faixas de fundo de vale e lindeiras aos recursos hídricos, respeitando-se o mínimo estabelecido na Lei Federal nº 4.766/65 e na Lei de Zoneamento Municipal;

VI - Em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

VII - Em áreas contendo jazidas, verificadas ou presumidas, de minérios ou de pedreiras.

### SEÇÃO I

#### DOS LOTEAMENTOS

Art.19) Considera-se loteamento, a subdivisão de glebas em lotes lindeiros, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes. Os Projetos de Loteamento deverão observar rigorosamente as seguintes diretrizes:

I - As diretrizes de desenvolvimento urbanístico estabelecidos na Lei de Zoneamento e nesta Lei, determinando para cada zona os usos permitidos e os respectivos índices urbanísticos;

II - As áreas destinadas a sistema de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como espaços livres de uso público;

III - A conservação dos pontos panorâmicos e da paisagem local, ficando proibido a construção de muros fechados, o plantio de cercas vivas ou árvores que impeçam a apreciação dos recursos naturais;

IV - A manutenção de áreas de preservação ou de restrição à ocupação, especialmente aquelas citadas no Artigo 5º desta Lei, e o Patrimônio Natural e Arqueológico tombado pelo Poder Público;

V - Ao longo das redes de alta tensão, rodovias, ferrovias, dutos e faixas de drenagem, será obrigatória a reserva de uma faixa

"non Aedificandi" conforme exigência dos órgãos competentes e o estabelecido nesta Lei;

VI - As vias projetadas deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, conforme o Plano Viário Municipal e harmonizar-se com a topografia local;

VII - Em nenhum caso as vias projetadas poderão prejudicar escoamentos naturais das águas nas respectivas bacias hidrográficas, somente podendo os cursos d'água serem tubulados ou canalizados com prévia anuência dos Órgãos Ambientais competentes.

§ 1º) Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares.

§ 2º) Consideram-se urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de água pluviais, rede telefônica e gás canalizado

Art.20) Os espaços destinados aos equipamentos comunitários, públicos e às áreas verdes, serão definidos pelo Poder Público de modo a integrá-los harmonicamente a estrutura urbana, considerando sempre que possível os seguintes fatores:

I - Acessibilidade da área em relação ao conjunto, ao sistema viário projetado e existente, bem como as atividades existentes e/ou previstas nas áreas contíguas;

II - Minimização das intervenções no meio físico.

#### SEÇÃO II DOS DESMEMBRAMENTOS

Art.21) Considera-se desmembramento a subdivisão de glebas em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário oficial existente, desde que não implique no prolongamento ou modificação das vias já existentes.

§ 1º) Para qualquer desmembramento, as vias existentes devem estar já servidas da mesma infra-estrutura básica exigida para loteamentos.

§ 2º) A conservação dos pontos panorâmicos e da paisagem local, ficando proibido a construção de muros fechados, o plantio de cercas vivas ou árvores que impeçam a apreciação dos recursos naturais.

#### SEÇÃO III DOS CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS FECHADOS

Art.22) Consideram-se condomínios residenciais fechados, àqueles destinados ao uso residencial de acesso restrito, onde as normas especiais de uso e ocupação do solo, poderão ser definidas através de instrumento jurídico particular, observadas porém as demais normas e exigências contidas no Plano Diretor do Município de Campo Alegre.

§ 1º) As normas especiais aludidas no "caput" deste artigo, serão definidas no contrato de compra e venda, bem como no memorial descritivo do loteamento, observados os limites estabelecidos em Lei;

§ 2º) As obras de infra-estrutura serão de responsabilidade dos condôminos;

§ 3º) A área do condomínio fechado será cercada ou murada em todo o seu perímetro, de modo a manter sob controle o acesso ao condomínio e a cada lote individualmente, garantindo assim o uso privativo aos condôminos;

Art.24) A autorização de implantação de condomínios residenciais fechados dependerá de análise prévia do órgão de Planejamento da Prefeitura, considerando as diretrizes urbanísticas estabelecidas em seu Plano Diretor.

Art.25) Dos projetos urbanísticos destinados à implantação de condomínios residenciais fechados, deverá constar necessariamente:

I - A indicação das áreas e equipamentos comuns que deverão ser objeto de utilização e uso comum;

II - Independentemente das demais exigências legais, a soma das áreas destinadas ao Sistema viário, áreas de lazer e áreas verdes não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) de área total da gleba a ser loteada, sem prejuízo das áreas de preservação permanente estabelecidas na Lei Federal.

Parágrafo Único - A introdução de usos ou edificações não previstos na forma do inciso II deste artigo, somente poderão ser realizados mediante autorização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano do Município.

#### SEÇÃO IV DOS REMEMBRAMENTOS

Art.26) Considera-se remembramento a reunião de terrenos ou glebas em terreno ou glebas maiores, destinadas à edificação ou posterior parcelamento, segundo as modalidades previstas nesta Lei.

Art.27) Com vistas à plena implantação das diretrizes urbanísticas previstas nesta Lei, a Prefeitura Municipal promoverá quando necessário, o reparcelamento de áreas urbanas, tratando cada uma como um conjunto à parte, observados os seguintes procedimentos:

I - Organizar-se-á um quadro geral da área objeto de reparcelamento, compreendendo a relação completa das propriedades, nomes dos proprietários, dimensões, confrontações e avaliação dos imóveis, bem como outros elementos necessários ao estudo do reparcelamento;

II - Concluídos os estudos de cada reparcelamento, serão chamados, todos os interessados para reconhecimento através de Edital de Convocação, abrindo-lhes o prazo de 20 (vinte) dias úteis para sua manifestação;

III - Somente será dada a continuidade do processo, de reparcelamento caso haja concordância expressa da totalidade dos proprietários envolvidos;

IV - Deduzidas da área total as áreas necessárias à abertura ou alargamento de Logradouros ou instalação de equipamentos Públicos conforme o caso, será o restante, em forma de novos lotes, redistribuídos aos proprietários, proporcionalmente a contribuição de cada um, observado na medida do possível, a localização da propriedade primitiva;

V - As áreas do terreno, remanescente de reparcelamento ou desapropriação, que por suas dimensões não possuam condições de se constituírem em lotes autônomos, poderão ser revendidas pelo Município, garantida a preferência, em igualdade de condições, aos proprietários anteriores e aos proprietários lindeiros;

VI - Na hipótese em que a área remanescente não atenda as dimensões mínimas definidas pelo Regime urbanístico em vigor na área de situação do imóvel e não havendo acerto com os proprietários dos lotes lindeiros, estas áreas serão incorporadas ao logradouro Público e transformados em áreas de lazer.

## SEÇÃO V DOS LOTEAMENTOS INDUSTRIAIS

Art.28) Consideram-se loteamentos industriais aqueles destinados exclusivamente ao uso industrial e suas atividades complementares, sendo facultado o uso residencial, desde que em setores especialmente definidos para tal fim.

Art.29) Os loteamentos industriais ficam sujeitos as seguintes normas de Projeto:

- a) Todos os lotes terão suas testadas para rua de no mínimo 12 (doze) metros de largura;
- b) 5,0% (cinco por cento) da área total do loteamento, destinada à implantação de área verde de preservação ou lazer; e
- c) 2,0% (dois por cento) da área total do loteamento, destinada à implantação de equipamentos comunitários.

## SEÇÃO VI DOS LOTEAMENTOS E CONJUNTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL

Art.30) Constituem loteamentos e conjuntos habitacionais de interesse social, aqueles realizados com intervenção do Poder Público casos em que o Regime urbanístico será diferenciado na forma que vier a ser estabelecida em lei específica, com objetivo de promover a oferta dos lotes urbanísticos ou moradias à população de baixa renda.

§ 1º) Fica facultado à iniciativa privada promover loteamentos e conjuntos habitacionais de interesse social, através de programa específico, mediante convênio com Poder Público na forma prevista em Lei, sempre com a anuência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano;

§ 2º) Do ato de aprovação de Loteamentos e Conjuntos Habitacionais de interesse social, constará necessariamente as condições segundo as quais, será permitido acesso dos mutuários ao lote ou moradia e o processo de comercialização dos mesmos;

§ 3º) Os loteamentos objetos deste capítulo, ficam sujeitos às exigências relativas a execução das obras de equipamentos públicos comunitários, estabelecidas para os loteamentos residenciais;

§ 4º) Nos conjuntos habitacionais, objetos deste capítulo, fica obrigado aos agentes promotores a execução das obras relativas aos equipamentos urbanos e comunitários previstos nesta Lei.

## SEÇÃO VII DAS ÁREAS PÚBLICAS COMUNITÁRIAS

Art.31) Nos projetos de parcelamento do solo, além das áreas dos lotes, deverão ser previstas áreas para equipamentos públicos urbanos, equipamentos comunitários e área verde.

§ 1º) Consideram-se urbanos, para efeito desta Lei, os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, coletas de águas pluviais, energia elétrica, rede telefônica e gás canalizado;

§ 2º) Consideram-se comunitários, para efeito desta lei, os equipamentos Públicos de Educação, Cultura, Saúde, Lazer e Similares.

Art.32) A percentagem de áreas públicas, as quais serão dimensionadas de acordo com a gleba a ser loteada não poderá ser inferior a 35%, salvo nos casos previstos nesta lei.

§ 1º) As áreas destinadas à implantação ou equipamentos públicos comunitários e urbanos, sistema de circulação e área verde,

constituem-se patrimônio da comunidade, a partir do Registro do Parcelamento em cartório.

§ 2º) A Prefeitura Municipal não poderá alienar as áreas previstas neste artigo, devendo assegurar-lhes o uso institucional indicado no Planejamento ou diretrizes de desenvolvimento do Município, fixadas quando do Registro do Parcelamento.

Art.33) As áreas destinadas a equipamentos urbanos e comunitários, dimensionados com base nos padrões urbanísticos, sempre que forem insuficientes ou inadequadas as finalidades públicas previstas, sendo conveniente a sua realocação, por proposta do órgão Municipal do Planejamento Urbano poderão ser objetos de:

I - Venda ou Permuta por outra gleba ou lote de terreno situado na área abrangida pelo seu raio de influência, no caso de praças, parques e escolas cujas áreas sejam consideradas suficientes e adequadas às finalidades públicas previstas;

Parágrafo Único - As áreas transacionadas na forma do inciso I deste artigo, terão a mesma destinação e utilização pública daquelas originalmente previstas e constantes do projeto e memorial descritivo do loteamento.

Art.34) As áreas destinadas à implantação de equipamentos comunitários não poderão ter declividade superior à declividade média dos lotes e nem poderão estar localizadas em faixas de drenagem.

Art.35) As áreas verdes assim como aquelas destinadas aos equipamentos comunitários, não terão largura inferior a 20,00 m (vinte metros).

## SEÇÃO VIII DO SISTEMA VIÁRIO E INFRA-ESTRUTURA

Art.36) Os Projetos relativos ao Sistema Viário dos loteamentos deverão observar o dimensionamento constante da Legislação vigente.

Parágrafo Único - A dimensão mínima das vias oficiais não poderá ser inferior a 12,00 m (doze metros).

Art.37) Será de responsabilidade do loteador nos termos desta Lei, a execução das obras de infra-estrutura relativas a energia elétrica, saneamento, sistema viário e conservação ambiental, cujos projetos deverão ser submetidos a aprovação dos órgãos técnicos competentes.

Art.38) Ficam os loteamentos residenciais obrigados a executar infra-estrutura mínima, quando não houver, como se segue:

- a) Implantação do sistema viário com drenagem, revestimento primário em todas as vias, observadas as diretrizes da Prefeitura;
- b) Execução das obras de consolidação e arrimo para a boa conservação das ruas implantadas, sempre que forem consideradas indispensáveis, levado em conta as condições geológicas e topográficas do terreno;
- c) Implantação de rede para drenagem pluvial em todas as vias e tubulação nos cruzamentos das mesmas;
- d) Implantação da rede de abastecimento de água potável;
- e) Implantação da rede de energia elétrica e iluminação pública;
- f) Implantação do sistema de tratamento de esgoto sanitário.

§ 1º) As redes de drenagem pluvial e de esgoto sanitário deverão ser estendidas até o ponto de lançamento existente, compatível e



determinado pelo órgão competente;

§ 2º) A critério do órgão de planejamento urbano, poderão ser admitidos sistemas de drenagem superficial, desde que em áreas específicas, pré-determinadas e somente em vias pavimentadas.

#### SEÇÃO IX DA PROTEÇÃO DA PAISAGEM E DO SISTEMA HIDROGRÁFICO

Art.39) Os projetos de parcelamento deverão prever a máxima conservação da cobertura vegetal possível, a título de contenção dos efeitos negativos da erosão.

Art.40) Os projetos de loteamento em glebas ou terrenos que contenham setores com declividade igual ou superior a 30 % (trinta por cento), deverão observar:

I - Deverá ser indicado no projeto, todas as elevações ou setores dos mesmos, com declividade superior a 30 % (trinta por cento), ficando sua ocupação sujeita as seguintes condições:

a)O sistema viário projetado nestes locais deverá estar adequado a situação topográfica prevendo o menor impacto ambiental possível;

b)As obras de terraplanagem nestes locais não poderão exceder a 30% (trinta por cento) de sua área, incluindo neste percentual o sistema viário projetado;

Parágrafo Único - para efeito do cumprimento do disposto na alínea "A", do inciso I deste artigo, poderá o órgão do planejamento urbano da Prefeitura, estabelecer padrões especiais das vias, que sejam mais adequados à situação local existente.

Art.41) No parcelamento de glebas ou terrenos que contiverem faixas de fundo de vale ou forem cortadas por corpos de água, deverá ser observada a reserva de faixas de drenagem, ou então serem previstas obras que garantam o perfeito escoamento das águas.

Parágrafo Único - Entende-se por fundo de vale as depressões que contenham canais destinados ao escoamento das águas.

#### SEÇÃO X DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E DA TRAMITAÇÃO DO PROJETO TÉCNICO DE PARCELAMENTO

Art.42) Para efeito de aprovação de projeto técnico de parcelamento do solo, o interessado deverá, encaminhar a Prefeitura Municipal, respectivamente:

I - Pedido de consulta prévia de viabilidade de parcelamento;

II - Pedido opcional de análise de ante-projeto urbanístico;

III - Pedido de aprovação do projeto técnico definitivo.

Art.43) No ato de solicitação da consulta prévia de viabilidade de parcelamento, o interessado apresentará os seguintes documentos:

I - Requerimento definitivo da intenção do parcelamento;

II - Registro geral atualizado;

III - Planta de situação na escala compatível com as dimensões do terreno, contendo pelo menos: as divisas da gleba a ser loteada, a localização dos cursos de água, bosque e construções existentes, o tipo de uso predominante a que o loteamento se destina.

Art.44) A Prefeitura Municipal expedirá certidão contendo diretrizes

básicas sobre a viabilidade ou não de parcelar a gleba, objeto do requerimento, e em caso afirmativo, indicará as seguintes diretrizes:

I - Zona de uso a que pertence a gleba;

II - Dimensões mínimas do lote permitido;

III - Uso do solo e regime de ocupação permitido;

IV - Indicações do plano viário municipal;

V - Normas de apresentação do projeto.

§ 1º) As normas relativas à apresentação de projetos serão regulamentadas através de Decreto do Prefeito Municipal;

§ 2º) As diretrizes expedidas na forma do artigo anterior, terão validade enquanto vigorar a Lei que as estabeleceram, perdendo a validade sempre que houver alteração.

Art.45) O interessado, tendo como referência as diretrizes básicas fornecidas pela Prefeitura Municipal, elaborará opcionalmente o ante-projeto urbanístico do parcelamento, submetendo-o à análise do órgão de planejamento municipal competente, devendo apresentar os seguintes elementos:

I - Proposta preliminar de divisão e conformação de quadros, lotes, dimensões básicas, arruamentos, arranjo das áreas comuns;

II - Estatística parcial do loteamento;

III - Proposta de tratamento do terreno, cobertura vegetal, contenções de encostas, escoamentos de águas, tratamento de resíduos e demais elementos técnicos necessários a perfeita compreensão do anteprojeto.

§ 1º - Da análise do anteprojeto urbanístico será devolvido um relatório ao interessado, contendo indicações de alterações recomendadas, se for o caso, pela Prefeitura Municipal ou demais órgãos públicos, a fim de que seja elaborado projeto definitivo.

§ 2º - O anteprojeto do que trata o caput deste artigo ficará arquivado no processo compondo o arquivo técnico.

Art.46) A apresentação definitiva para aprovação do parcelamento na modalidade de desmembramento deverá conter os seguintes documentos:

I - Prova de domínio sobre o terreno, com relação cronológica dos títulos devidamente transcritos desde 20 (vinte) anos na forma da Legislação Federal em vigor;

II - Certidões negativas;

a) Dos tributos municipais relativas ao imóvel;

b) Das ações referentes ao imóvel na Justiça Federal e Estadual;

c) Das ações penais com respeito ao crime contra o patrimônio e contra a administração pública, na Justiça Federal e Estadual.

III - Projeto urbanístico contendo:

a) Levantamento planimétrico demonstrando divisões, situação e localização do terreno;

b) Resumo estatístico;

c) Memoriais descritivos.

§ 1º) Todos os projetos, laudos, levantamentos anteriormente referidos deverão estar assinados pelo proprietário e responsável técnico, mediante comprovação da anotação de responsabilidade técnica do CREA;



§ 2º) A aprovação do Projeto definitivo do desmembramento terá validade por 180 (cento e oitenta) dias.

Art.47) A apresentação definitiva para aprovação do parcelamento na modalidade de loteamento deverá conter os seguintes documentos:

I - Prova de domínio sobre o terreno, com relação cronológica dos títulos devidamente transcritos desde 20 (vinte) anos na forma da Legislação Federal em vigor;

II - Certidões negativas;

- a) Dos tributos municipais relativos ao imóvel;
- b) Das ações referentes ao imóvel na Justiça Federal e Estadual;
- c) Das ações penais do loteador com respeito ao crime contra o patrimônio, contra o meio ambiente e contra a administração pública do loteador na Justiça Federal e Estadual;
- d) Dos cartórios de protestos de títulos, em nome do loteador;
- e) De ônus reais sobre o imóvel a ser loteado;

III - Projeto geométrico contendo:

- a) Planta do Projeto de arruamento e quadras;
- b) Perfis longitudinais das vias;
- c) Perfis transversais das vias.

IV - Projeto urbanístico contendo:

- a) Planta de situação;
- b) Planta de quadras e lotes;
- c) Resumo estatístico;
- d) Projeto de urbanização das áreas públicas de lazer;
- e) Memoriais descritivos;
- f) Projeto de obras de artes, tais como pontes, arrimos, detalhes de meio fio, calçadas, passagem de pedestres, arborização e outras obras correlatas.

V - Projeto da rede de escoamento de águas pluviais contendo:

- a) Planta da rede de pontos de lançamento;
- b) Perfis longitudinais da rede;
- c) Perfis transversais;
- d) Detalhes de caixas de inspeção, bocas de lobo e outros necessários à explicitação do Projeto;
- e) Planilha de cálculo de vazão.

VI - Projeto da rede de distribuição de água potável e efluentes, aprovado pela concessionária.

VII - Projeto da rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública, aprovado pela concessionária.

VIII - Cronograma físico de execução das obras.

IX - Licença Ambiental emitida pelo órgão competente.

§ 1º) Todos os projetos, laudos, levantamentos anteriormente referidos deverão estar assinados pelo proprietário e responsável técnico, mediante comprovação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do CREA;

§ 2º) A aprovação do Projeto definitivo do parcelamento terá validade por 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de aprovação do mesmo para início das obras de implantação do loteamento.

Art.48) Para avaliação dos procedimentos administrativos previstos neste capítulo a Prefeitura Municipal terá os prazos máximos de:

I - 7 (sete) dias úteis para definir as informações na consulta prévia de viabilidade de parcelamento a partir da entrada do requerimento;

II - 20 (vinte) dias úteis, para examinar o anteprojeto urbanístico, a partir de sua entrada devidamente protocolada;

III - 30 (trinta) dias úteis, para exame e aprovação do projeto definitivo, a partir de sua entrada devidamente protocolada.

§ 1º) Na hipótese da documentação estar incompleta, ou se fizer necessária qualquer diligência, o prazo será contado da data em que a documentação for completada ou a diligência satisfatoriamente atendida;

§ 2º) O interessado deverá atender, no prazo de 30 (trinta) dias úteis os pedidos de esclarecimentos, ou apresentação de elementos elucidativos, formulado pelo órgão competente, no curso do processo, salvo prorrogação concedida por motivo justificado;

§ 3º) O atendimento do pedido a que se refere o parágrafo anterior importará no arquivamento do processo por abandono, mediante despacho de órgão de planejamento urbano do município.

Art.49) A Prefeitura Municipal, após análise pelos órgãos competentes, expedirá o alvará de licença para a execução das obras de parcelamentos, desde que comprovadamente o projeto preencha os requisitos exigidos nesta Lei.

## SEÇÃO XI

### DOS ATOS DE APROVAÇÃO DO PROJETO E GARANTIAS

Art.50) Uma vez aprovado projeto de parcelamento na modalidade loteamento, serão elaborados e formalizados os seguintes atos, respectivamente:

I - Termo de acordo e compromisso entre as partes registrado em cartório de registro civil;

II - Decreto de aprovação do projeto.

Art.51) Pela assinatura do termo de acordo e compromisso o loteador obriga-se à:

I - Executar no prazo máximo de 2 (dois) anos, sem qualquer ônus para a Prefeitura, as obras discriminadas no cronograma físico e aprovados nos respectivos projetos;

II - Facilitar a fiscalização permanente da Prefeitura Municipal durante a execução das obras e serviços;

III - Não outorgar qualquer escritura definitiva de venda de lotes, antes de serem concluídas as obras previstas no inciso I deste artigo, e de cumpridas as demais obrigações impostas por Lei ou assumidas no termo de acordo;

IV - Fazer constar no compromisso de compra e venda de lotes as condições de que só poderão receber construção depois de executadas as obras previstas no inciso I deste artigo;

V - Fazer constar das escrituras definitivas ou dos compromissos de compra e venda de lotes, as obrigações dos serviços e obras previstas no inciso I deste artigo, constando também, a Área de Preservação Permanente (APP) quando necessária, com a responsabilidade solidária dos adquirentes ou compromissários compradores, na proporção da superfície de suas áreas;

VI - Delimitar e identificar por intermédio de marcas cada parcela individualizada;

VII - Assegurar a execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana exigida para o parcelamento, através de garantias que correspondem ao custo dos trabalhos a serem realizados, que

poderão ser representados a caucionamento hipotecário da área do terreno loteado ou de outros terrenos urbanizados, observando que:

- a) O valor dos lotes quando situados no parcelamento será calculado para efeito deste inciso, pelo preço da gleba sem considerar as benfeitorias previstas no projeto aprovado;
- b) Quando situados fora do parcelamento, o valor corresponderá a área e as benfeitorias nele existentes na data da caução;
- c) Não poderão ser dadas em garantia as áreas de vias, parques e praças, bem como as destinadas a equipamentos urbanos e comunitários e as "Non Aedificandi", constantes do parcelamento.

VIII - Expor e manter no loteamento, em local de fácil visualização, durante a execução da obra, uma placa com área mínima de um metro quadrado contendo: nome do empreendimento, responsável técnico e número do Decreto de aprovação.

Parágrafo único - O prazo descrito no Inciso I deste Artigo poderá ser prorrogado uma única vez pelo período máximo de 12 (doze) meses desde que devidamente justificado.

Art.52) O Decreto de aprovação do parcelamento na modalidade loteamento deverá conter:

I - Dados que caracterizem e identifiquem o loteamento;

II - As condições em que o loteamento for aprovado;

III - Indicação das áreas destinadas a logradouros, usos institucionais urbanos e comunitários, as quais se incorporam automaticamente ao Patrimônio Municipal como bens de uso comum sem ônus de qualquer espécie para a Prefeitura Municipal;

IV - Indicação das áreas a serem dadas em garantia da execução das obras;

V - Anexo no qual conste a descrição das obras a serem realizadas e um cronograma físico de sua execução.

## SEÇÃO XII DO REGISTRO E DA FISCALIZAÇÃO

Art.53) Após a expedição do Decreto de aprovação, a Prefeitura entregará ao loteador a autorização de parcelamento com os seguintes objetivos:

I - Lavratura de escritura de hipoteca das áreas a serem dadas como a garantia da execução das obras, que devem ser descritas na escritura;

II - Registro do parcelamento no cartório de registro de imóveis;

III - Emissão do alvará de licença para execução das obras autorizadas, que será averbado no cartório de registro de imóveis;

IV - Lavratura de escritura das áreas de equipamentos públicos e urbanos.

Parágrafo Único - De posse das escrituras das áreas públicas o loteador terá que entregar a Prefeitura Municipal uma cópia das mesmas, sob pena de embargo do loteamento.

§ 1º Após a aprovação do loteamento ou desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art.54) Os órgãos competentes da Prefeitura Municipal exercerão a fiscalização dos parcelamentos em todas as etapas, desde as

especificações de ordem técnica até as fases de execução, para tanto, o parcelamento deverá:

I - Manter um jogo completo de cópias do Projeto aprovado e do ato de aprovação no local da obra;

II - Atender as solicitações da fiscalização sob pena de embargo da obra, sem prejuízo de outras cominações legais cabíveis.

Art.55) Verificada a infração de qualquer dispositivo desta lei, a Prefeitura determinará a imediata paralisação da obra e expedindo notificação em nome do proprietário, do responsável técnico e do executor co-responsável, no sentido de ser corrigida a falha verificada, dentro do prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da data da notificação.

§ 1º) A verificação da infração poderá ser feita a qualquer tempo, mesmo após o término das obras;

§ 2º) O notificado terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para apresentar a sua defesa, a partir da data da notificação;

§ 3º) Não cumpridas as exigências constantes da notificação, as pessoas citadas na notificação serão multadas, conforme o disposto no Artigo 56 e será lavrado o auto de embargo paralisando as obras por tempo indeterminado, devendo ser solicitado, se necessário, o auxílio das autoridades judiciais e policiais competentes;

§ 4º) O embargo tratado no parágrafo anterior será mantido até que sejam sanadas as infrações motivadoras do mesmo, respeitado o prazo máximo estabelecido no Inciso I do Artigo 51, revogando-se, então, o Decreto de aprovação.

Art.56) Fica sujeito a multa de uma UPM (Unidade Padrão Municipal) por metro quadrado o loteador e os co-responsáveis individualmente que:

I - Não cumprirem o disposto no Artigo 55;

II - Efetuarem qualquer tipo de parcelamento do solo neste Município, sem a prévia autorização do órgão municipal competente;

III - Derem início de qualquer modo, ou efetuarem parcelamento do solo para fins urbanos, sem observância das determinações constantes do Ato Administrativo da licença;

IV - Fizerem ou veicularem em proposta, contrato prospecto ou comunicação ao público ou a interessados, informação sobre a legalidade de parcelamento e desmembramento do solo para fins urbanos, ou ocultarem fraudulentamente fato a ele relativo.

Parágrafo Único - O pagamento da multa não eximirá o responsável das demais sanções e exigências previstas em lei.

## SEÇÃO XVI DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Art.57) Para fins desta lei, somente o profissional legalmente habilitado pelo CREA e devidamente cadastrado na Prefeitura Municipal poderá assinar, como responsável técnico pelo projeto e execução da obra de parcelamento do solo.

§ 1º) Excetua-se ao disposto no "caput" deste artigo a consulta prévia na forma estabelecida nesta lei;

§ 2º) A responsabilidade civil pelos serviços de projetos, cálculos e especificações cabe aos autores e responsáveis técnicos;

§ 3º) A municipalidade não assumirá qualquer responsabilidade

em razão do projeto ou da sua execução, mesmo depois de aprovado.

## CAPÍTULO XVII DA ENTREGA DA OBRA

Art.58) Uma vez realizadas as obras de infra-estrutura, o interessado deverá solicitar a Prefeitura Municipal o certificado de conclusão das obras, apresentando para este fim os seguintes documentos:

I - Requerimento de vistoria;

II - Planta de indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento implantados no parcelamento.

Art.59) Efetuadas as competentes vistorias e verificado o cumprimento de todas as exigências previstas nesta Lei, a Prefeitura Municipal, num prazo máximo de 30 (trinta) dias expedirá o certificado de conclusão de obras e liberará as áreas caucionadas.

Parágrafo Único - A liberação das áreas dadas em garantia não poderá ser parcial, e somente ocorrerá quando todas as obras estiverem realizadas. No caso de projetos de parcelamentos a serem realizados por etapas, a liberação das áreas dadas em garantia será feita proporcionalmente a cada área caucionada.

Art.60) Caso as obras não tenham sido realizadas num prazo de dois anos, a contar da data da aprovação do parcelamento, a Prefeitura Municipal poderá:

I - Decretar a caducidade do ato de aprovação do projeto;

II - Executar as obras por sua conta, e promover a ação competente para adjudicar ao seu patrimônio as áreas que constituir-seão em bens dominicais do Município e cobrada do parcelador 40% (quarenta por cento) dos custos das obras realizadas a título de administração.

Parágrafo Único - As áreas caucionadas recebidas pela Prefeitura na forma deste artigo, destina-se a posterior venda, para ressarcimento dos custos de obras realizadas.

Art.61) Os casos omissos que não se enquadram a essa Legislação, serão avaliadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano.

Art.62) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n.º 2001/94.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
10 de outubro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
10/10/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## LEI Nº 3.149 DE 17 DE OUTUBRO DE 2006

LEI Nº 3.149 DE 17 DE OUTUBRO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 86.577,76 (oitenta e seis mil, quinhentos e setenta e sete reais e setenta e seis centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0003.2.401 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 3.580,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 300,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 30.000,00
04.122.0005.2.402 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 6.250,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
04.123.0007.2.403 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 2.570,00
04.129.0007.2.011 -	Contribuição para a formação do PASEP	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	

339047.00.136 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 10.000,00
04.843.0007.2.012 -	Amortização da Dívida junto ao INSS	
400000.00.136 -	Despesa de Capital	
460000.00.136 -	Amortização da Dívida	
469000.00.136 -	Aplicações Diretas	
469071.00.136 -	Principal da Dívida Contratual Resgatada	R\$ 4.647,76
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportiva	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo	
12.361.0009.2.404 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339036.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 5.420,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.300,00
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0015.2.405 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.870,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
10.301.0021.2.049 -	Remuneração de Pessoal da Saúde	
300000.00.137 -	Despesas Correntes	
310000.00.137 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.137 -	Aplicações Diretas	
319016.00.137 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 2.500,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
20.606.0026.2.406 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 780,00
07.03 -	Serviço de Comércio, Indústria e Turismo	
23.695.0040.2.110 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	

330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 5.500,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 4.000,00
23.695.0040.2.407 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.560,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0044.2.209 -	Diárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias - Civil	R\$ 300,00
08.02 -	Serviço de Transporte e Frotas	
26.782.0047.2.112 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 4.000,00
TOTAL		R\$ 86.577,76

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0003.2.010 -	Contribuições a Entidades de Classe	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.136 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00.136 -	Contribuições	R\$ 1.200,00
04.122.0003.2.301 -	Capacitação de Servidores	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 275,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
04.123.0006.2.044 -	Remuneração de Pessoal de Finanças	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 10.000,00



04.123.0007.1.002 -	Programa de Premiação do Pagamento de IPTU	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339031.00.136 -	Premiações Culturais, Artist., Científ., Desportivas	R\$ 1.500,00
04.123.0007.2.203 -	Diárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias - Civil	R\$ 740,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.0009.6.009 -	Subvenção a Entidades Educacionais	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.519 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335043.00.519 -	Subvenções Sociais	R\$ 1.800,00
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.014 -	Transporte Escolar	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 12.198,76
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0014.2.048 -	Remuneração de Pessoal da Cultura e Desporto	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 6.000,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
10.301.0022.1.008 -	Construção, ampliação e reforma de Postos de Saúde	
400000.00.137 -	Despesas de Capital	
440000.00.137 -	Investimentos	
449000.00.137 -	Aplicações Diretas	
449051.00.137 -	Obras e Instalações	R\$ 2.630,00
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.243.0024.2.035 -	Remuneração de Pessoal do Conselho Tutelar	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.900,00
08.244.0023.2.050 -	Remuneração de Pessoal da Assistência Social	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	

310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 29.000,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.01 -	Serviços de Agropecuária	
18.541.0038.1.009 -	Distribuição de Insumos Agrícolas	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339032.00.136 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 2.000,00
20.606.0028.1.009 -	Distribuição de Insumos Agrícolas	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339032.00.136 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 4.084,00
20.606.0032.1.009 -	Distribuição de Insumos Agrícolas	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339032.00.136 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 4.730,00
07.03 -	Serviço de Indústria Comércio e Turismo	
23.691.0042.6.012 -	Convênio com Entidades de Classe	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.136 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00.136 -	Contribuições	R\$ 4.620,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0044.1.030 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 3.900,00
TOTAL		R\$ 86.577,76

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
17 de outubro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
17/10/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**Lei Nº 3.150 de 17 de Outubro de 2006**

LEI Nº 3.150 DE 17 DE OUTUBRO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2005  
NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.09 -	Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária	
10.305.0058.2.120 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.132 -	Despesas Correntes	
330000.00.132 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.132 -	Aplicações Diretas	
339030.00.132 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício 2005 do Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
17 de outubro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
17/10/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.151 DE 17 DE OUTUBRO DE 2006**

LEI Nº 3.151 DE 17 DE OUTUBRO DE 2006  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER EUCA-  
LIPTO EM TROCA DE RETIRADA DE PINUS DA PRAÇA DE ESPOR-  
TES MAURÍCIO FOITTE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado à receber eucalipto serrado ou outra espécie utilizada em construção civil, em troca da retirada de 23 (vinte e três) árvores da espécie Pinus spp de propriedade do Município, localizados entre o córrego denominado Lageadinho e o campo de futebol da Praça de Esportes Maurício Foitte.

Parágrafo único - O corte da vegetação mencionada no caput deste artigo, já está devidamente autorizado pelo órgão estadual de proteção ambiental.

Art.2º) A escolha da pessoa física ou jurídica que fará a retirada das árvores dar-se-á através de competente processo licitatório, nos termos da Lei Federal 8.666/93.

Parágrafo único - O vencedor do certame conquistará o direito de extrair as 23 (vinte e três) árvores de Pinus spp, em prazo máximo previamente definido pela Administração, utilizando-as em seu proveito econômico.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
17 de outubro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
17/10/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.152 de 19 de Outubro de 2006**

LEI Nº 3.152 DE 19 DE OUTUBRO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE  
DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 22.460,00 (vinte e dois mil, quatrocentos e sessenta reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica	
10.303.0056.2.028 -	Realização de Diagnóstico dos Pacientes	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339036.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 2.160,00
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 16.300,00
10.303.0056.2.117 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339030.00.119 -	Material de Consumo	R\$ 4.000,00
TOTAL		R\$ 22.460,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica	
10.303.0056.2.212 -	Diárias	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339014.00.119 -	Diárias - Civil	R\$ 7.460,00
91.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
10.303.0057.2.030 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339030.00.119 -	Material de Consumo	R\$ 15.000,00
TOTAL		R\$ 22.460,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de outubro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/10/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 3.153 de 24 de Outubro de 2006**

LEI Nº 3.153 DE 24 DE OUTUBRO DE 2006  
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO  
DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2007 E ESTABELECE  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º O Orçamento do Município de Campo Alegre, para o exercício de 2007, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as metas fiscais;
  - II - as prioridades e metas da Administração Municipal extraída do Plano Plurianual para 2006/2009;
  - III - a estrutura dos orçamentos;
  - IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos Orçamentos do Município e suas alterações;
  - V - as disposições sobre dívida pública municipal;
  - VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
  - VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
  - VII - as disposições gerais.
- I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art.2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2007, 2008 e 2009, de que trata o Artigo 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO I desta Lei, e que conterá ainda:

- I - Anexo I.1 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2007;
  - II - Anexo I.2 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores.
  - III - Anexo I.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita.
  - IV - Anexo I.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa.
  - V - Anexo I.4.1 - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos.
  - VI - Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário.
  - VII - Anexo I.6 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal.
  - VIII - Anexo I.7 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida.
  - IX - Anexo I.8 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos.
  - X - Anexo I.9 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS.
  - XI - Anexo I.10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS.
  - XII - Anexo I.11 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.
  - XIII - Anexo I.12 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.
  - XIV - Anexo II - Prioridades e Metas.
  - XV - Anexo III - Demonstrativo dos Riscos Fiscais.
  - XVI - Anexo IV - Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público.
  - XVII - Anexo V - Relatório dos Projetos em Execução e Obras com necessidade de Conservação.
  - XVIII - Anexo VI - Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas.
- II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2007**

Art.3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2007, são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o Artigo 2º desta Lei.

Art.4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2007, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita prevista, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

### **III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação

institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;  
VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;  
VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;  
IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;  
X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

Parágrafo 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 219/2004.

Parágrafo 2º - A categoria de programação de trata o Artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art.6º O Orçamento para o exercício financeiro de 2007 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art.7º A Lei Orçamentária para 2006 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 219/2004 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 6 da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Artigo 14 da LRF; (Artigo 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Artigo 5º, II da LRF);

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Artigo 165, Parágrafo 5º da CF);

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Artigo 5º, I da LRF);

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2007. (Artigo 5º, III)

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público; (Artigo 44 da LRF);

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2007; (Artigo 4º, Parágrafos 1º e 9º da LRF);

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2007; (Artigos 8º e 50, I da LRF).

Parágrafo 1º O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

Parágrafo 2º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Parágrafo 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste Artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta Lei como categoria de programação.

Art.9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "1.0080" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a 1,17% da Receita Corrente Líquida.

Art.10 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Iprecal será constituída dos recursos que corresponderão ao seu Superávit Orçamentário.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO.

Art.11 Os Orçamentos para o exercício de 2007 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (Artigos 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art.12 Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Artigo 6º, X desta Lei (QDD).



Parágrafo Único A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central.

Art.13 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2007 deverão observar os efeitos da alteração da Legislação Tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Artigo 12 da LRF).

Art.14 Na execução do Orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (Artigo 9º da LRF).

I - Contrapartida para Projetos ou Atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;  
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;  
III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;  
IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art.15 A compensação de que trata o Artigo 17, Parágrafo 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado estão previstas no Anexo I.11 e I.12 e observarão o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 4º, Parágrafo 2º da LRF).

Art.16. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei. (Artigo 4º, Parágrafo 3º da LRF).

Parágrafo 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2006.

Parágrafo 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art.17 Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, Artigo 5º, Portaria STN nº 163/2001, Artigo 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO III. (Artigo 5º, III, "b" da LRF).

Parágrafo 1º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2007, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art.18 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Artigo 5º, Parágrafo 5º da LRF).

Art.19 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Artigos 8º, 9º e 13 da LRF).

Art.20 Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2007 com Dotações Vinculadas, a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Artigo 8º, Parágrafo único e 50, I da LRF).

Parágrafo 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o Artigo 43, Parágrafo 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos Artigos 8º, Parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

Parágrafo 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste Artigo. (Artigo 8º, Parágrafo único e 50, I da LRF).

Art.21 A renúncia de Receita estimada para o Exercício Financeiro de 2007, constantes do ANEXO I.11 desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Artigo 4º, Parágrafo 2º, V e Artigo 14, I da LRF).

Art.22 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às Entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, que atendam o estabelecido no Decreto Municipal 4.291/2006 e dependerá de autorização em Lei específica. (Artigo 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único. As Entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Artigo 70, Parágrafo único da CF).

Art.23 Para efeito do disposto no Artigo 16 Parágrafo 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no Exercício Financeiro de 2007, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no Item I do Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93, devidamente atualizado. (Artigo 16, Parágrafo 3º da LRF).

Art.24 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Artigo 45 da LRF).

Parágrafo Único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório

sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO V, de que trata o Artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta Lei. (Artigo 45, Parágrafo único da LRF).

Art.25 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por Convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (Artigo 62 da LRF).

Art.26 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2006 a preços correntes.

Art.27 A execução do Orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a Dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Artigo 167, VI da CF).

Art.28 Durante a execução orçamentária de 2007, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos Projetos Atividades ou Operações Especiais no Orçamento das Unidades Gestoras na forma de Crédito Especial, desde que se enquadre nas prioridades para o Exercício de 2006 e constantes desta Lei. (Artigo 167, I da CF).

Art.29 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o Artigo 50, Parágrafo 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidas de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m<sup>2</sup> das construções, do m<sup>2</sup> das pavimentações, do aluno/ano do Ensino Fundamental, do aluno/ano do Transporte Escolar, do aluno/ano do Ensino Infantil, do aluno/ano com Merenda Escolar, da destinação final da tonelada de Lixo, do atendimento nas Unidades de Saúde, entre outros. (Artigo 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do Exercício. (Artigo 4º, I, "e" da LRF).

Art.30 Os programas priorizados por esta Lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO VI, e contemplados na Lei Orçamentária para o Exercício de 2007, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Artigo 4º, I, "e" e 9º, Parágrafo 4º da LRF).

Art.31 Para fins do disposto no Artigo 165, Parágrafo 8º da Constituição Federal, considera-se Crédito Suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito Orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art.32 A Lei Orçamentária para o exercício de 2007 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento

de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art.33 A contratação de Operações de Crédito dependerá de autorização em Lei específica. (Artigo 32, I da LRF).

Art.34 Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 32 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta Lei. (Artigo 31, Parágrafo 1º, II da LRF)

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art.35 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2007, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da Lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, Parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2007 ou em créditos adicionais.

Art.36 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Artigo 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 22, Parágrafo único, V da LRF).

Art.37 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigos 19 e 20 da LRF).

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras.
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art.38 Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o Artigo 18, Parágrafo 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Campo Alegre, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art.39 O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (Artigo 14 da LRF).



Art.40 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 14, Parágrafo 3º da LRF).

Art.41 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Artigo 14, Parágrafo 2º da LRF).

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art.42 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 10 de dezembro de 2006.

Parágrafo 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste Artigo.

Parágrafo 2º Se a Lei Orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do Exercício Financeiro de 2007, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das Dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art.43 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no Artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art.44 Os Créditos Especiais e Extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art.45 O Executivo Municipal está autorizado a assinar Convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o Exercício de 2007.

Art.46 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
24 de outubro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
24/10/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.154 DE 24 DE OUTUBRO DE 2006

LEI Nº 3.154 DE 24 DE OUTUBRO DE 2006

SUBSTITUI ANEXO II DO PLANO PLURIANUAL 2006/2009

APROVADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.996/2005.

Em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelecer que anualmente o Poder Executivo atualizará as metas e tendo em vista a necessidade de adequar as despesas e receitas, bem como atualizar as metas físicas, o Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Campo Alegre /SC, aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º) Ficam substituídos os Anexos da Lei Municipal que aprovou o Plano Plurianual do Município de Campo Alegre/SC para o quadriênio 2006/2009, aprovado pela Lei Municipal nº 2.996/2005; com as modificações introduzidas pelas Leis Municipais nºs: 3.038/2005 3.065/2006, 3.083/2006, 3.090/2006, 3.103/2006 3.118/2006, 3.122/2006, os Anexos II os quais fazem parte integrante da Lei Municipal nº 2.996/2005.

Art 2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando somente os anexos das Leis supra citadas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
24 de outubro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
24/10/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.155 DE 24 DE OUTUBRO DE 2006

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.155 DE 24 DE OUTUBRO DE 2006

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE PROGRAMA E AÇÃO NAS LEIS MUNICIPAIS Nº 3.038 E 3.040, EM SEUS REFERIDOS ANEXOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluído o Programa 73 - Ampliação da Frota para a Secretaria Municipal de Saúde Desenvolvimento Social, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Parágrafo único: A inclusão mencionada no caput, refere-se especificamente das Leis Municipais nº 3.038 e 3.040, LDO e PPA respectivamente.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
24 de outubro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/10/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.156 DE 24 DE OUTUBRO DE 2006

LEI Nº 3.156 DE 24 DE OUTUBRO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
10.301.0073.1.034 -	Aquisição de Veículo para a Secretaria de Saúde	
400000.00.137 -	Despesas de Capital	
440000.00.137 -	Investimentos	
449000.00.137 -	Aplicações Diretas	
449052.00.137 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 80.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
10.301.0022.1.008 -	Construção, ampliação e reforma de Postos de Saúde	
400000.00.178 -	Despesas de Capital	
440000.00.178 -	Investimentos	
449000.00.178 -	Aplicações Diretas	
449051.00.178 -	Obras e Instalações	R\$ 80.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
24 de outubro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/10/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.157 de 24 de Outubro de 2006

LEI Nº 3.157 DE 24 DE OUTUBRO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 13.772,50 (treze mil setecentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
20.606.0026.2.109 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 13.772,50

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frotas	
26.782.0047.2.710 -	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.178 -	Despesas de Capital	
440000.00.178 -	Investimentos	
449000.00.178 -	Aplicações Diretas	
449052.00.178 -	Equipamento e Material Permanente	R\$ 13.772,50

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
24 de outubro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/10/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.158 de 24 de Outubro de 2006**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.158 DE 24 DE OUTUBRO DE 2006

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE PROGRAMA E AÇÃO NAS LEIS MUNICIPAIS Nº 3.038 E 3.040, EM SEUS REFERIDOS ANEXOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluído o Programa 74 - Apoio para Desenvolvimento da Apicultura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Parágrafo único: A inclusão mencionada no caput, refere-se especificamente das Leis Municipais nº 3.038 e 3.040, LDO e PPA respectivamente.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
24 de outubro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
24/10/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.159 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2006**

LEI Nº 3.159 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 24.561,46 (vinte e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e quarenta e seis centavos), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
12.361.0013.1.028 -	Construção e Reforma de Unidades Escolares	
400000.00.140 -	Despesas de Capital	
440000.00.140 -	Investimentos	
449000.00.140 -	Aplicações Diretas	
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$ 20.000,00
05.07 -	Serviço de Manutenção do Programa Brasil Alfabetizado	
12.366.0069.2.714 -	Manutenção e Coordenação do Programa Brasil Alfabetizado	
300000.00.125 -	Despesas Correntes	

330000.00.125 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.125 -	Aplicações Diretas	
339036.00.125 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 4.561,46
TOTAL		R\$ 24.561,46

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do orçamento vigente;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07 de novembro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
07/11/2006.

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.160 de 07 de Novembro de 2006**

LEI Nº 3.160 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
20.606.0074.1.035 -	Aquisição de um Veículo para APICAMPO	
400000.00.505 -	Despesas de Capital	
440000.00.505 -	Investimentos	
449000.00.505 -	Aplicações Diretas	
449052.00.505 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 45.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
17.512.0048.1.021 -	Implantação do Aterro Sanitário Municipal	
400000.00.181 -	Despesas de Capital	
440000.00.181 -	Investimentos	
449000.00.181 -	Aplicações Diretas	
449051.00.181 -	Obras e Instalações	R\$ 45.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07 de novembro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
07/11/2006.

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interina

### Lei Nº 3.161 de 07 de Novembro de 2006

LEI Nº 3.161 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2006

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMÓVEL DO PO-  
DER PÚBLICO MUNICIPAL AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊN-  
CIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber  
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica concedido ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de  
Santa Catarina, o direito de uso gratuito do imóvel localizado na  
Rua Altamiro Lobo Guimarães, n.º 259, Centro, neste Município.

Parágrafo único - O prazo da concessão de que trata o caput deste  
artigo é até 31 de dezembro de 2007, ou até que o Corpo de Bom-  
beiros Militar seja instalado em nova sede no Município de Campo  
Alegre, o que ocorrer primeiro.

Art.2º) À partir da vigência da presente lei, o Corpo de Bombeiros  
Militar fica autorizado à utilizar as instalações do imóvel ora con-  
cedido, providenciando às suas expensas as obras e benfeitorias  
que se fizerem necessárias para a consecução de seus relevantes  
serviços públicos.

Parágrafo único - Ocorrendo o término do prazo da presente con-  
cessão e/ou a desocupação do imóvel, as obras e benfeitorias que  
não puderem ser retiradas ficarão incorporadas ao imóvel, sem  
qualquer direito de retenção ou indenização ao Corpo de Bombei-  
ros Militar.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revo-  
gando -se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre,  
07 de novembro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
07/11/2006.

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interina

### Lei Nº 3.162 de 07 de Novembro de 2006

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.162 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE ANU-  
LAÇÃO

PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber  
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito  
Suplementar Especial no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil  
reais), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento  
Vigente:

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Eco- nômico	
07.03 -	Serviço de Comércio, Indústria e Turismo	
22.662.0041.1.029 -	Execução de Trabalhos de Infra-estrutura	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449061.00.136 -	Aquisição de Imóveis	R\$ 110.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, cor-  
rerá por conta de Anulação Parcial das seguintes dotações do or-  
çamento vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transpor- te e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamem- to e Obras	
15.452.0045.1.017 -	Pavimentação e Calçamento de Vias	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 110.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07 de novembro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal



ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 07/11/2006.

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interina

### LEI Nº 3.163 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2006

LEI Nº 3.163 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar Especial no valor de R\$ 696,15 (seiscentos e noventa e seis reais e quinze centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo à Educação	
12.361.0072.2.801 -	Formação Continuada de Professores	
300000.00.758 -	Despesas Correntes	
330000.00.758 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.758 -	Aplicações Diretas	
339030.00.758 -	Material de Consumo	R\$ 696,15

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07 de novembro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 07/11/2006.

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interina

### Lei Nº 3.164 de 07 de Novembro de 2006

LEI Nº 3.164 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 21.700,00 (vinte e um mil e setecentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frotas	
26.782.0047.2.710 -	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.120 -	Despesas de Capital	
440000.00.120 -	Investimentos	
449000.00.120 -	Aplicações Diretas	
449052.00.120 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 21.700,00

Art. 2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente;

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07 de novembro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 07/11/2006.

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interina

### LEI Nº 3.165 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2006

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 3.165 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2006.  
AUTORIZA DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DE UMA ÁREA PARA AMPLIAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL II E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desapropriar, amigavelmente o seguinte bem imóvel, declarado de utilidade pública pelo Decreto n.º 4.412/06:

"Uma área de 30.000 m<sup>2</sup> (trinta mil metros quadrados), contida em uma área maior de 162.451,00m<sup>2</sup> (cento e sessenta e dos mil, quatrocentos e cinquenta e um metros quadrados) descrita na Escritura Pública de Compra e Venda, registrada sob n.º R-1 - 25.831 no Livro nº 2 e lançada nos livros 4 e 5 do Cartório de Registro de Imóveis de São Bento do Sul-SC, de propriedade LOURIVALDO JOÃO CUBAS MACHADO, brasileiro, casado, agricultor, inscrito



no CPF/MF sob n.º 247.804.649-00, portador do RG n.º 481.848 (SSP/SC), e sua esposa ANA MARA TELMA MACHADO, brasileira, agricultora, ambos residentes e domiciliados na Rodovia SC301-T, s/nº, localidade de Lageado/Jararaca, Município de Campo Alegre-SC.”

Art.2º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir esta área, pelo preço de R\$ 3,666 (três reais e sessenta e seis centavos) por metro quadrado.

§1º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação vigente.

§2º - As custas com desmembramento e escrituração do imóvel correrão por conta do Município de Campo Alegre.

Art.3º) O imóvel de que trata a presente Lei, destina-se à ampliação do distrito Industrial II, na localidade de Lageado, neste Município.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo “SC”,  
07 de novembro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
07/11/2006.

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interina

### LEI Nº 3.166 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2006

LEI Nº 3.166 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.03 -	Serviço de Comércio, Indústria e Turismo	
23.695.0039.1.013 -	Construção do Pórtico Turístico do Município	
400000.00.183 -	Despesas de Capital	
440000.00.183 -	Investimentos	
449000.00.183 -	Aplicações Diretas	
449051.00.183 -	Obras e Instalações	R\$ 6.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
17.511.0046.1.019 -	Implantação de Sistemas de Rede Hidráulica	
400000.00.180 -	Despesas de Capital	

440000.00.180 -	Investimentos	
449000.00.180 -	Aplicações Diretas	
449051.00.180 -	Obras e Instalações	R\$ 13.000,00
TOTAL		R\$ 19.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
17.512.0048.1.021 -	Implantação do Aterro Sanitário Municipal	
400000.00.181 -	Despesas de Capital	
440000.00.181 -	Investimentos	
449000.00.181 -	Aplicações Diretas	
449051.00.181 -	Obras e Instalações	R\$ 19.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”,  
14 de novembro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
14/11/2006.

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interina

### LEI Nº 3.167 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2006

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 3.167 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2006.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Mesa Diretora propõe o seguinte Projeto de Lei:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 5.317,00 (cinco mil trezentos e dezessete reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.0001.2.003 -	Diárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias Civil R\$ 5.209,00	R\$ 1.500,00
339046.00.136 -	Auxílio Alimentação R\$ 108,00	
Total	R\$ 5.317,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo 1º desta Lei correrão por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente. |

01.00 -	Câmara de Vereadores
01.01 -	Câmara de Vereadores
001.031.0001.2.005 -	Bolsa de Estudo á Servidor
300000.00.136 -	Despesas Correntes
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.136 -	Aplicações Diretas
339014.00.136 -	Material de Consumo R\$ 5.317,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de novembro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
16/11/2006.

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interina

## **LEI Nº 3.168 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2006**

LEI Nº 3.168 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2006  
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE  
CAMPO ALEGRE PARA O EXERCÍCIO DE 2007.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

### **I - DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art.1º) O Orçamento Geral do Município de Campo Alegre para o exercício de 2007 estima a Receita em R\$ 12.593.164,69 (doze milhões quinhentos e noventa e três mil cento e sessenta e quatro reais e sessenta e nove centavos) e fixa a Despesa em R\$ 12.593.164,69 (doze milhões quinhentos e noventa e três mil cento e sessenta e quatro reais e noventa e nove centavos), sendo R\$ 11.283.557,19 (onze milhões duzentos e oitenta e três mil quinhentos e cinquenta e sete reais e dezenove centavos) do Orçamento Fiscal, R\$ 1.309.607,50 (um milhão trezentos e nove mil seiscentos e sete reais e cinquenta centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

### **II - DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS, PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

Art.2º) O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2007 estima a Receita em R\$ 12.593.164,69 (doze milhões quinhentos e noventa e três mil cento e sessenta e quatro reais e sessenta e nove centavos) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 368.114,00 (trezentos e sessenta e oito mil cento e catorze centavos) e em R\$ 12.225.050,69 (doze milhões duzentos e vinte e cinco mil cinquenta reais e sessenta e nove centavos) para as Unidades Gestoras e Prefeitura.

§1º) A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação

de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§2º) A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

#### **I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

#### **II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

#### **III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA**

#### **IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

#### **III - DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA**

Art.3º) O Orçamento da Entidade PREFEITURA para o exercício de 2007 estima a Receita em R\$ 11.606.736,69 (onze milhões seiscentos e seis mil setecentos e trinta e seis reais e sessenta e nove centavos) e fixa a Despesa em R\$ 8.685.310,94 (oito milhões seiscentos e oitenta e cinco mil trezentos e dez reais e noventa e quatro centavos).

§1º) A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§2º) A Despesa da Entidade PREFEITURA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

#### **I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

#### **II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

#### **III - DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL**

Art.4º) O Orçamento da Entidade IPRECAL para o exercício de 2007 estima a Receita em R\$ 645.000,00 (seiscentos e quarenta e cinco mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 1.378.827,50 (um milhão trezentos e setenta e oito mil oitocentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

§1º) A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§2º) A Despesa da Entidade IPRECAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

#### **I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

#### **II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

#### **IV - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Art.5º) O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE para o exercício de 2007 estima a Receita em R\$ 341.428,00

(trezentos e quarenta e um mil quatrocentos e vinte e oito reais) e fixa a Despesa em R\$ 2.376.742,25 (dois milhões trezentos e setenta e seis mil setecentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos).

§1º) A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§2º) A Despesa da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

V - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art.6º) O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL para o exercício de 2007 fixa a Despesa em R\$ 150.614,00 (cento e cinquenta mil seiscentos e catorze reais).

§1º) A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos.

§2º) A Despesa da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

VI - DO ORÇAMENTO DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Art.7º) O Orçamento da Entidade FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA para o exercício de 2007 fixa a Despesa em R\$ 1.670,00 (um mil seiscentos e setenta reais).

§1º) A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos.

§2º) A Despesa da Entidade FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Art.8º) Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor e Superávit Orçamentário do Regime Próprio de Previdência, conforme abaixo:

§1º) A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º) Para efeito desta Lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§3º) Não se efetivando até o dia 10/12/2007 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2008 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art.9º) Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art.10) O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art.11) As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

§1º) A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos arts. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§2º) O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos arts. 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art.12) Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

Art.13) Durante o exercício de 2007 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art.14) Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art.15) Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio

com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art.16) A presente Lei vigorará durante o exercício de 2007, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de novembro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/11/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.169 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2006

LEI Nº 3.169 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 53.518,56 (cinquenta e três mil quinhentos e dezoito reais e cinquenta e seis centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0008.2.046 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319004.00.139 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 21.600,00
12.361.0010.2.014 -	Transporte Escolar	
300000.00.166 -	Despesas Correntes	
330000.00.166 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.166 -	Aplicações Diretas	
339039.00.166 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 31.918,56
Total		R\$ 53.518,56

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de novembro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/11/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.170 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2006

LEI Nº 3.170 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE  
ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar Especial no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviço Público	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviço Público	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de novembro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:



21/11/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.171 de 21 de Novembro de 2006**

LEI Nº 3.171 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.500 -	Vale Alimentação	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339046.00.136 -	Auxílio-Alimentação	R\$ 11.600,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal Planejamento, Transportes e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0048.2.026 -	Manutenção de Cemitérios e Capelas Mortuárias	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 11.600,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de novembro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/11/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.172 de 28 de Novembro de 2006**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.172 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006

AUTORIZA CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder Contribuição de R\$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais), para a CNM -Confederação Nacional dos Municípios.

Art.2º) A Contribuição acima referida, será repassada em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) referente aos meses de Janeiro a Dezembro do corrente exercício de 2007.

Art.3º) A Contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, refere-se à quota de participação do Município de Campo Alegre/SC, para que se dê continuidade aos Projetos da "CNM".

Art.4º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária 04.122.1202.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, 335041.00 - Contribuições, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir do dia 1º de janeiro de 2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de novembro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
28/11/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.173 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.173 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006

"AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMÓVEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, SITUADO NO DISTRITO INDUSTRIAL II, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica concedido o direito de uso do Lote n.º 04 do Distrito Industrial II do Município de Campo Alegre, situado à Rodovia SC-301 T, localidade de Lageado neste Município, com área de 7.147,37m² (sete mil cento e quarenta e sete virgula trinta e sete decímetros quadrados) pelo prazo de 10 (dez) anos consecutivos, contados a partir da data da presente lei, à empresa "GSK - BENEFICIAMENTO - GILSON SCHROEDER KEISER -ME", registrada no CNPJ/MF sob n.º 08.316.188/0001-93.



Art.2º) Após o término do prazo constante do Artigo 1º, fica autorizada a doação do imóvel, desde que a empresa cessionária tenha implementado durante o período de concessão, as seguintes condições:

I - iniciado as obras no prazo máximo de 06 (seis) meses, contados à partir da data de vigência da presente lei, com observância da legislação pertinente;

II - iniciado suas atividades industriais no prazo máximo de 01 (um) ano, contado à partir da data de vigência da presente lei;

III - mantido durante o prazo da concessão e especialmente no momento da doação, a legislação ambiental pertinente, bem como a legislação de uso e ocupação do solo;

IV - atendido durante o prazo da concessão e especialmente no momento da doação, a legislação ambiental pertinente, bem como a legislação de uso e ocupação do solo;

V - mantido nos últimos 05 (cinco) anos da concessão, no mínimo 70% (setenta por cento) de sua proposta de geração de emprego.

Art. 3º) Caso a empresa concessionária não venha a implementar as ações descritas nos incisos I e II do artigo anterior nos prazos assinalados, fica automaticamente revogada a concessão de que trata a presente lei, perdendo a empresa quaisquer construções e benfeitorias que tiver realizado sobre o imóvel, sem direito à indenização.

Art.4º) A concessão de que trata a presente lei está condicionada ao uso do imóvel para atividades industriais, revogando-se a concessão e/ou a posterior doação sem direito à qualquer indenização, caso não seja atendida esta finalidade.

#### GABINETE DO PREFEITO

Art.5º) Cumpridas pela concessionária todas as obrigações a ela impostas e transcorridos os prazos determinados nesta lei e na Lei Municipal nº 2.230/97, ser-lhe-á outorgada pelo Prefeito Municipal a Escritura de Doação da respectiva área, da qual constará expressamente, a proibição de destinação de natureza diferente da definida para o Distrito Industrial, sob pena de revogação da doação.

Art.6º) A concessionária fica desobrigada do cumprimento dos prazos e metas impostas pela presente lei, caso venha indenizar o Município pelo valor de mercado da área concedida, em procedimento amigável autorizado por lei, onde seja aferido o valor necessário.

Parágrafo único - ainda que venha a adquirir a área concedida, nos termos do caput deste artigo, a empresa concessionária fica obrigada a cumprir o disposto no art. 4º desta lei;

Art.7º) Os documentos exigidos pela Lei Municipal nº 2.230 de 27 maio de 1997, alterada pela Lei Municipal nº 2.530 de 01 de outubro de 2001, deverão ser apresentados em até 60 (sessenta dias) dias pelo Concessionário, sob pena de revogação da concessão, devendo ser arquivados na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.6º) Os documentos já apresentados pelo Concessionário, ficarão arquivados na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de novembro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/11/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **LEI Nº 3.174 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.174 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO PARA A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - AMUNESC, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal, fica autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 65.880,00 (sessenta e cinco mil, oitocentos e oitenta reais), para a Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina.

Art.2º) A Contribuição referida no Artigo 1º desta Lei, será repassada em 12 parcelas, com valor de R\$ 5.490,00 (cinco mil, quatrocentos e noventa reais) mensal.

Art.3º) A Contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, se refere a cota de Participação do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 04.12.1301.2007 - Manutenção das Atividades de Finanças 335041.00 - Contribuições, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2007, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
28 de novembro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/11/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.175 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006**

LEI Nº 3.175 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006

“AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL ÀS ENTIDADES DESCRITAS NO ARTIGO 1º DESTA LEI E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL autorizado a conceder Subvenção Social as seguintes Entidades estabelecidas no Município de Campo Alegre/SC:

I - ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE - A.C.C., R\$ 2.650,00 (dois mil, seiscentos e cinquenta reais);

II - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE FRAGOSOS, R\$ 1.580,00 (um mil, quinhentos e oitenta reais);

III - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SANTANA, R\$ 1.580,00 (um mil, quinhentos e oitenta reais);

IV - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BATEIAS DE CIMA, R\$ 1.580,00 (um mil, quinhentos e oitenta reais);

V - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LAGEADO, R\$ 1.580,00 (um mil, quinhentos e oitenta reais);

VI - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO MIGUEL, R\$ 1.580,00 (um mil, quinhentos e oitenta reais);

VII - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE QUEIMADOS, R\$ 1.580,00 (um mil, quinhentos e oitenta reais);

VIII - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA SCHEIDE, R\$ 1.580,00 (um mil, quinhentos e oitenta reais);

IX - CLUBE IDOSOS AMOR E ESPERANÇA, R\$ 2.650,00 (dois mil, seiscentos e cinquenta reais);

X - CLUBE IDOSOS SAGRADA FAMÍLIA, R\$ 2.650,00 (dois mil, seiscentos e cinquenta reais);

§ 1º - Os valores descritos nos Incisos deste Artigo serão repassados em 05 (cinco) parcelas nos meses: fevereiro, abril, junho, agosto e outubro sendo a primeira no mês de fevereiro de 2007.

§ 2º - Os recursos constantes no caput deste Artigo, deverão ser aplicados pela respectiva Entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias, exclusivamente em Despesas Correntes.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 4.291 de 22 de agosto de 2006, que: ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º

desta Lei, será obrigatoriamente devolvido ao Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Fundo Municipal de Assistência Social, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do repasse dos Recursos, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas a partir do mês de janeiro de 2007.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 08.244.1604.2001 - Manutenção das Atividades Sociais - 335043.00 - Subvenções Sociais, do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
28 de novembro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/11/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.176 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006**

LEI Nº 3.176 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar o Termo de Convênio com o Sindicato Rural de Campo Alegre, no valor total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), em dez parcelas, objetivando a Cooperação do Programa de Inseminação Artificial no Rebanho Pecuário no Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto Nº 4.291 de 28 de agosto de 2006, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula 3ª do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro do Sindicato Rural de Campo Alegre.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do Sindicato Rural de Campo Alegre.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas à partir do mês de janeiro de 2007.

Art.9º) As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 20.606.1701.2.023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 - Contribuições.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2007.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de novembro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/11/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### TERMO DE CONVÊNIO.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E O SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, OBJETIVANDO COOPERAÇÃO AO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL VISANDO A EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede e foro à Rua: Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, representado por seu Prefeito Municipal: RENATO BAHR, brasileiro, casado, aposentado, Carteira de Identidade nº 316.106, CPF/MF nº 121.265.519-20, residente e domiciliado à Rua: Cel. Veríssimo de Souza Freitas, 207 Bairro Cascatas, nesta cidade de Campo Alegre/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Sindicato Rural de Campo Alegre, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ sob nº 83.123.745/0001-75, estabelecido à Rua: Cel. Raymundo Munhoz, nº 77, Centro, - Campo Alegre/SC, neste ato representado por seu Presidente: NOIRTON DUARTE SILVA MACHADO SCHROEDER, brasileiro, casado, agropecuarista, CPF nº 121.269.939-49, residente e domiciliado à Rua: Cel. Bento D' Amorim, 77 Centro, nesta cidade de Campo Alegre/SC, doravante denominado simplesmente SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Cooperação ao Programa de Inseminação Artificial no Município de Campo Alegre/SC, tem como objetivo o estabelecimento de ações básicas em regime de parceria com o Sindicato Rural de Campo Alegre, no transcorrer do exercício de 2007.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO

- 1 - Disponibilizar 2 (dois) botijões e o Kit Básico de Inseminação Artificial;
- 2 - Divulgar o Programa aos produtores rurais juntamente com o Sindicato Rural de Campo Alegre;
- 3 - Orientar o inseminador quanto à seleção e cadastramento dos produtores interessados;
- 4 - Orientar o inseminador quanto a procedimentos de seleção zootécnica dos animais;
- 5 - Orientar o inseminador quanto a procedimentos de exames ginecológicos das fêmeas;
- 6 - Orientar o inseminador quanto à realização de exames sanitários dos rebanhos das propriedades;
- 7 - Orientar tecnicamente a nível de propriedade em questões de sanidade, manejo, nutrição e melhoramento.
- 8 - Sugerir, acompanhar os trabalhos de capacitação do Produtor Rural, mantendo os objetivos do Programa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DO SINDICATO

- 1 - Responsabilizar-se pela contratação e colocação à disposição do Programa 01 (um) funcionário (inseminador);
- 2 - Colocar à disposição do Programa um veículo, responsabilizando-se pelo seu abastecimento e manutenção;
- 3 - Responsabilizar-se pela reposição do nitrogênio líquido, luvas descartáveis, sêmen, pipetas e outros materiais de consumo (técnico e administrativo), necessários ao bom andamento dos

trabalhos;

4 - Fornecer suporte à realização dos exames sanitários do rebanho da propriedade, em especial brucelose e tuberculose, bem como outras doenças da reprodução que possam representar riscos à propriedade ou região.

Obs: os exames de brucelose e tuberculose são pré-requisitos para a realização de Inseminação Artificial e devem ser feitos em todo o rebanho e não apenas nos animais a serem inseminados.

5 - Manter atualizados os cadastros de produtores e fichas dos animais contemplados pelo Projeto;

6 - Cobrar dos produtores o mínimo necessário à cobertura dos custos dos exames sanitários e da inseminação (aquisição de sêmen, reposição de material descartável, etc);

7 - Responsabilizar-se pelo controle de trabalho do inseminador, priorizando os serviços do Programa de Inseminação Artificial, não permitindo quaisquer desvios de função que venham a trazer prejuízos ao Programa;

8 - Elaborar relatórios mensais até o dia 10 (dez) do mês seguinte e remeter ao Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

9 - Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Termo de Convênio;

10 - Fornecer informações e dados quando solicitados pelo Município de Campo Alegre/SC ou - pessoa por ele delegada;

11 - Realizar Palestras, Cursos. Seminários voltados à capacitação do Produtor Rural incluindo o Jovem e a Mulher com o objetivo de incrementar a Renda melhorando a qualidade de vida e mantendo o homem no campo.

12 - Aplicar os recursos para os fins a que se destina;

13 - Prestar contas ao Município no prazo máximo de 30 (trinta) após o recebimento sob pena, do não recebimento, da próxima parcela;

14 - Excluir o Município de Campo Alegre/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O presente Convênio terá vigência, pelo prazo de 12 (doze) meses com início a partir de 1º de janeiro de 2007 até 31 de dezembro de 2007.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E FORMA DE REPASSE

Para execução do objetivo deste instrumento, o Município efetuará o repasse em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.200,00 (um mil reais), perfazendo ao final do período o valor total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Parágrafo 1º - O valor acima mencionado será repassado mediante depósito bancário em conta individualizada em Instituição Bancária Oficial a favor do Sindicato Rural de Campo Alegre, pagável no último dia útil de cada mês.

Parágrafo 2º - Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a custear a execução das ações previstas no Programa de Inseminação Artificial.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 20.606.1701.2023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 - Contribuições da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

A qualquer tempo, as partes convenientes, em comum acordo,

poderão modificar, adicionar, retificar ou excluir os termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos por Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento de 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Campo Alegre "SC", 1º de janeiro de 2007.

RENATO BAHR	NOIRTON D. S. M. SCHROEDER
Prefeito Municipal	Presidente do Sindicato Rural de Campo Alegre

#### TESTEMUNHAS:

NOME: AURIENE ROEPKE	
CPF nº 808.376.389-68	
NOME: ROSANA EMÍLIA GREIPEL	
CPF nº 710.628.749-00	

#### LEI Nº 3.177 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006

LEI Nº 3.177 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO CAMPO-ALEGRENSE DE COMBATE AOS BORRACHUDOS - ACOB, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) à ASSOCIAÇÃO CAMPO-ALEGRENSE DE COMBATE AOS BORRACHUDOS - ACOB, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.079.947/0001-53, com sede na Rua: José Gomes Munhoz, 67 Centro - Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º) O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 12 (doze) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira parcela no mês de janeiro de 2007.

Parágrafo 2º) O recurso constante do Artigo 1º deverá ser aplicado pela Entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da



Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto Nº 4.291 de 22 de agosto de 2006, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito do Recurso em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - O recurso concedido poderá ser aplicado no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo e Legislativo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas à partir do mês de janeiro de 2007.

Art.9º) A despesa decorrente da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 20.606.1701.2023 - Gestão Administrativa da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 - Contribuições.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir de 1º de janeiro de 2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de novembro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
28/11/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## LEI Nº 3.178 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006

LEI Nº 3.178 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER CONTRIBUIÇÃO AO SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Contribuição, no valor total de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a ser repassada em uma única parcela, objetivando a parceria na realização da 9ª Edição da Festa Estadual da Ovelha, a qual realizar-se-á no mês de março de 2007 em nosso Município.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo primeiro - Os cheques nominais de trata este artigo, deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, que deverão integrar a prestação de contas ao Município de Campo Alegre-SC.

Parágrafo segundo - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 1º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- I - Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- II - Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- III - Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- IV - Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- V - Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes à partir do mês de janeiro de 2007.

Art.9º) As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta da



seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 20.606.1701.2.023 - Gestão Administrativa da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 Contribuições.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir de 1º de janeiro de 2007.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de novembro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
28/11/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **LEI Nº 3.179 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.179 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006

AUTORIZA CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder Contribuição de R\$ 3.000,00 (dois mil e quatrocentos reais), para a Federação Catarinense de Municípios - FECAM.

Art.2º) A Contribuição acima referida, será repassada em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) referente aos meses de Janeiro à Dezembro do exercício de 2007, o repasse das contribuições mensais deverá ser efetuado até o dia vinte de cada mês.

Art.3º) A Contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, se refere à quota de participação do Município de Campo Alegre/SC, para que se dê continuidade aos Projetos da "FECAM".

Art.4º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária 04.122.1202.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, 335041.00 - Contribuições, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir de 1º de janeiro de 2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de novembro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
28/11/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 3.180 de 28 de Novembro de 2006**

LEI Nº 3.180 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA ANTÔNIO DOMINGOS CORRÊA, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 12.200,00 (doze mil, duzentos reais) a APP - Associação de Pais e Professores da Escola Municipal de Educação Básica Antônio Domingos Corrêa, inscrita no CNPJ/MF nº 79.367.256/0001-91 com sede à Rua: Ernesto Afonso Scheide, 132 Bairro Belo Horizonte Campo Alegre/SC.

Parágrafo 1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira no mês de fevereiro de 2007.

Parágrafo 2º Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento do Projeto "CORAL MUNICIPAL" em Campo Alegre/SC.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas dos valores recebidos de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto Nº 4.291 de 22 de agosto de 2006, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado dos Recursos previstos no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos, Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo e Legislativo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis

e sem rasuras e entrelinhas;

e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas no exercício de 2007.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 12.361.009.6009 - Subvenção á Entidades Educacionais - 33.5043.00 - Subvenções Sociais.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2007, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de novembro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
28/11/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **LEI Nº 3.181 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.181 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO FINANCEIRA, ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, no valor total de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), objetivo repassar recursos como forma de cooperação nas ações implementadas com intuito de fortalecer o comércio local e o setor de serviços, no transcorrer do exercício de 2007.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o caput deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 4.291 de 22 de agosto de 2006, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados

no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula 5ª do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, a Presidente e o Tesoureiro da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;

GABINETE DO PREFEITO

- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas à partir do mês de janeiro de 2007.

Art.9º) As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 20.606.1701.2.023 - Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - 335041.00 Contribuições.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir de 1º de janeiro de 2007.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de novembro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
28/11/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE CONVÊNIO.

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL, OBJETIVANDO COOPERAÇÃO FINANCEIRA.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede e foro à Rua: Cel. Bueno Franco, 292 Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal: RENATO BAHR, brasileiro, casado, aposentado, Carteira de Identidade nº 316.106-4, inscrito CPF sob nº 121.265.519-20, residente e domiciliado à Rua: Cel. Veríssimo de Souza Freitas, 207, Bairro Cascatas, nesta cidade de Campo Alegre/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.653.657/0001-71, estabelecida à Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 606, Centro - Campo Alegre/SC, neste ato representada por sua Presidente: REGINA MARIA MUNHOZ, brasileira, solteira, Comerciaría, RG nº 674.580-6, CPF nº 294.453.709-10, residente e domiciliada à Av. Dr. Getúlio Vargas, 467 Centro, Município de Campo Alegre/SC, doravante denominada simplesmente CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Cooperação Financeira, firmado entre o Município de Campo Alegre/SC e a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, tem por objetivo fortalecer o comércio local e o setor de serviços no transcorrer do exercício de 2007.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO REPASSE

Para execução do objetivo deste instrumento, o MUNICÍPIO efetuará o repasse em 12 (doze) parcelas no valor total de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Parágrafo 1º - O valor acima mencionado será repassado mediante depósito bancário em conta individualizada em Instituição Bancária Oficial a favor da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, pagável no último dia útil de cada mês.

Parágrafo 2º - Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a custear a execução das ações previstas na Cláusula Primeira deste Termo de Convênio.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 20.606.1701.2023 - Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - 335041.00 - Contribuições.

#### GABINETE DO PREFEITO

#### CLÁUSULA QUARTA - DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

- - Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
- - Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados;
- - Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados;

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO

- Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Termo de Convênio;
- Fornecer informações e dados quando solicitados pelo Município de Campo Alegre/SC ou - pessoa por ele delegada;
- Aplicar os recursos para os fins a que se destina;
- Prestar contas ao Município no prazo máximo de 30 (trinta) após o recebimento sob pena, do não recebimento, da próxima parcela;
- Promover campanhas e visitas ao Comércio e Setor de Serviços

informais e não associados, com a finalidade de promover o associativismo e a legalidade, buscando alcançar a sustentabilidade da Entidade;

- Excluir o Município de Campo Alegre/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para efeito de Prestação de Contas dos recursos repassados pelo presente, deverá a Câmara de Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, observar o prazo contido na Cláusula anterior e encaminhar ao Serviço de Contabilidade do Município de Campo Alegre/SC, os seguintes documentos:

- - Ofício de encaminhamento;
- - Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - Anexo TC 28;
- - Demonstrativo e comprovante de despesas em primeira via, preenchidos com clareza e sem rasuras;
- - Extrato bancário com movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques. No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas, efetuar conciliação bancária).

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA RECISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá a duração de 12 (doze) meses com início a partir de 1º de janeiro de 2007 até 31 de dezembro de 2007.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que

#### GABINETE DO PREFEITO

seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

Campo Alegre "SC", 1º de janeiro de 2007.

RENATO BAHR	REGINA MARIA MUNHOZ
Prefeito Municipal	Presidente Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL.

#### TESTEMUNHAS:

NOME: AURIENE ROEPKE	
CPF nº 808.376.389-68	
NOME: ROSANA EMÍLIA GREIPEL	
CPF nº 710.628.749-00	

**LEI Nº 3.182 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006**

LEI Nº 3.182 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO ALEGRE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 12.600,00 (doze mil, seiscentos reais) à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Alegre/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.155.319/0001-98, com sede na Av. Dr. Getúlio Vargas, 563 Centro Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira no mês de fevereiro de 2007.

Parágrafo 2º Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 4.291 de 22 de agosto de 2006, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a)Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b)Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c)Extrato Bancário da Conta Especial e Conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d)Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- e)Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas à partir do mês de janeiro do exercício de 2007.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 004.122.1202.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, 335043.00 - Subvenções Sociais, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir do dia 1º de janeiro de 2007.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de novembro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/11/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.183 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006**

LEI Nº 3.183 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.218,73 (dois mil duzentos e dezoito reais e setenta e três centavos), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente do Fundo da Infância e Adolescência - FIA:

93.00 -	Fundo da Infância e Adolescência	
93.01 -	Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência	
08.243.0067.1.032 -	Subvenções a Entidades - Projeto Petrobrás	
300000.00.083 -	Despesas Correntes	
330000.00.083 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.083 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335043.00.083 -	Subvenções Sociais	R\$ 1.528,66
08.243.0067.2.122 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.083 -	Despesas Correntes	
330000.00.083 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.083 -	Aplicações Diretas	
339030.00.083 -	Material de Consumo	R\$ 690,07
TOTAL		R\$ 2.218,73



Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do orçamento vigente do Fundo da Infância e Adolescência;

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de novembro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
28/11/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.184 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006

LEI Nº 3.184 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DO  
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO  
FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.345,00 (cinco mil trezentos e quarenta e cinco reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente do Fundo da Infância e Adolescência - FIA:

93.00 -	Fundo da Infância e Adolescência	
93.01 -	Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência	
08.243.0067.2.122 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.083 -	Despesas Correntes	
330000.00.083 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.083 -	Aplicações Diretas	
339030.00.083 -	Material de Consumo	R\$ 545,00
339039.00.083 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 900,00
400000.00.083 -	Despesas de Capital	
440000.00.083 -	Investimentos	
449000.00.083 -	Aplicações Diretas	
449052.00.083 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 3.900,00
TOTAL		R\$ 5.345,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2005 do Fundo da Infância e Adolescência;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de novembro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
28/11/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.185 de 28 de Novembro de 2006

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 3.185 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006  
DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE PROGRAMA E AÇÃO NAS LEIS MUNICIPAIS Nº 3.038 E 3.040, EM SEUS REFERIDOS ANEXOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluído no Programa 67 - ATENDIMENTO AOS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, o Elemento de Despesa 449052.00 - Equipamentos e Material Permanente no valor de R\$ 3.900,00 (três mil, novecentos reais) que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Parágrafo único: A inclusão mencionada no caput, refere-se especificamente das Leis Municipais nº 3.038 e 3.040, LDO e PPA respectivamente.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
28 de novembro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
28/11/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**LEI Nº 3.186 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2006**

LEI Nº 3.186 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2006

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A FECAMPO - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais) à FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.788.216/0001-90, com sede na Rodovia SC 301 nº 1.111 Centro Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira no mês de janeiro de 2007.

Parágrafo 2º Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 4.291 de 22 de agosto de 2006, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto no Artigo 2º desta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas a partir do mês de janeiro do exercício de 2007.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 004.122.1202.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, 335043.00 - Subvenções Sociais, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir do dia 1º de janeiro de 2007.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
05 de dezembro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
05/12/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.187 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2006**

LEI Nº 3.187 de 05 DE DEZEMBRO DE 2006.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE A RECEBER BEM EM DOAÇÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Município de Campo Alegre, autorizado a receber em doação da Empresa COMFLORESTA - Companhia Catarinense de Empreendimentos Florestais, inscrita no cadastro de Pessoas Jurídicas junto a Secretaria da Receita Federal sob nº 84.721.224/0001-82, situada á Rod. SC-301-T, snº Localidade de Lageado, neste Município, o seguinte Bem Móvel abaixo relacionado e avaliado:

QUANT.	DESCRIÇÃO	AValiação
01	NOTEBOOK USADO TOSHIBA SATELITE	R\$ 1.000,00

Art.2º) O bem móvel recebido em doação conforme o artigo primeiro desta Lei, integrará o patrimônio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, do Município de Campo Alegre para todos os efeitos legais e contábeis.

Tijucas à Campo Alegre.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
05 de dezembro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
05/12/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.188 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2006**

LEI Nº 3.188 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
27.812.0019.1.007 -	Construção, Reforma, Revitalização	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 12.000,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0015.2.207 -	Diárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias	R\$ 480,00
13.392.0016.1.005 -	Banda Municipal	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 29,16
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 120,13
13.392.0018.1.006 -	Festival de Inverno	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 30,00
13.392.0018.2.016 -	Patrimônio Histórico Municipal	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 1.510,00
13.392.0018.2.017 -	Comemorações a datas alusivas	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	

339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 250,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.354,72
27.812.0020.2.018 -	Campanhas Sócio-educativas	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 280,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 250,00
27.812.0020.2.019 -	Realização e participação de Campeonatos Esportivos	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 30,00
339031.00.136 -	Premiações Culturais, Artísticas Científicas	R\$ 82,28
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 786,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 648,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviço Público	
15.452.0048.2.026 -	Manutenção de Cemitérios e Capelas Mortuárias	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 6.149,71
TOTAL		R\$ 12.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
05 de dezembro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
05/12/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.189 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2006**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.189 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2006

DISPÕE SOBRE O TOMBAMENTO DA "PREFEITURA MUNICIPAL", E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições e especialmente, em cumprimento ao Artigo 155, Parágrafo 4º da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica tombado o prédio sede da "PREFEITURA MUNICIPAL", localizado na Rua: Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, neste Município, Bem Imóvel incorporado a Patrimônio Público Municipal sob nº 22004.

Parágrafo único: Deverá ser procedida referência no Cadastro Patrimonial de Bens Imóveis deste Município, do tombamento de que trata o caput do Artigo desta Lei.

Art.2º) A Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, pelo seu órgão competente, providenciará à restauração e conservação do referido imóvel, podendo para tanto, firmar Convênio com Entidades Governamentais e não-Governamentais.

Art.4º) As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de Dotação própria do Orçamento vigente à época.

Art.5º) Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
05 de dezembro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
05/12/2006.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.190 de 05 de Dezembro de 2006**

LEI Nº 3.190 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frotas	
26.782.0047.2.112 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	

330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 16.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviço Público	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 16.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
05 de dezembro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
05/12/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.191 de 12 de Dezembro de 2006**

LEI Nº 3.191 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO "PROGRAMA MUNICIPAL DE PEQUENOS ANIMAIS", E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica instituído o Programa Municipal a produção de Pequenos Animais "Filhotes de Aves - Galinha Caipira", aos produtores rurais do Município de Campo Alegre/SC.

§ 1º - Para participar do Programa, o produtor deverá comprovar:

I - Comprovante de residência - fatura de Energia Elétrica;

II - Declaração da EPAGRI que é Pequeno Produtor Rural, reside na Micro-Bacia;

III - Que a principal fonte de renda familiar tenha origem na atividade rural;

IV - CPF/MF e Carteira de Identidade.

§ 2º - Cada produtor poderá ser beneficiado com até 25 (vinte e cinco) filhotes de aves "galinha caipira" e 05 (cinco) quilos de ração anualmente.

Art.2º - A participação dos produtores rurais no Programa, objeto desta Lei, se dará por meio de inscrição na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, deste Município.

§ 1º - A inscrição de que trata o caput deverá ser efetuada anualmente.

§ 2º - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico deverá garantir a preferência de inscrição aos pequenos pecuaristas.

§ 4º - Após o encerramento das inscrições, o Conselho Municipal de Agricultura juntamente com o Secretário Municipal e os técnicos da Prefeitura Municipal homologarão as inscrições dos produtores habilitados.

Art.3º - Caberá aos beneficiários deste programa à contratação e pagamento dos serviços de transporte dos filhotes aves "galinha caipira" distribuídos do ponto de distribuição até a sua propriedade.

Art.4º - Ficará ao encargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente a operacionalização do presente Programa.

Art.5º - A presente Lei será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo, após sua entrada em vigor.

Art.6º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da Dotação 07.01.020.606.28.1009-33903200.00 - Material de Distribuição Gratuita, do Orçamento Vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Desenvolvimento Econômico.

Art.7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
12 de dezembro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
12/12/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **LEI Nº 3.192 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006**

LEI Nº 3.192 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR  
FINANCIAMENTO JUNTO AO BANCO DO BRASIL S.A.  
E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R\$ 270.000,00 (Duzentos e setenta mil reais), observadas as disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito.

Parágrafo Único. Os recursos resultantes do financiamento

autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na aquisição de máquinas e equipamentos, no âmbito do Programa de Intervenções Viárias - Provias, nos termos das Resoluções n.º 3.365, de 26.4.2006, e nº 3.372, de 16.6.2006, do Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º Para pagamento do principal, juros e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, ou, na falta de recursos suficientes nessa conta, em quaisquer outras contas de depósito, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

§ 1º No caso de os recursos do Município não serem depositados no Banco do Brasil, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no caput.

§ 2º Fica o Poder Executivo obrigado a promover o empenho das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuar as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º O Orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa e das despesas relativas à amortização de principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de dezembro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
15/12/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**Lei Nº 3.193 de 15 de Dezembro de 2006**

LEI Nº 3.193 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades de Assistência Social	
08.244.0062.2.032 -	Fornecimento de Benefícios Sociais	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339039.00.104 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades de Assistência Social	
08.244.0062.1.026 -	Intensificar Atividades como Clubes de Mães	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339030.00.104 -	Material de Consumo	R\$ 1.750,00
400000.00.104 -	Despesas de Capital	
440000.00.104 -	Investimentos	
449000.00.104 -	Aplicações Diretas	
449052.00.104 -	Equipamentos e Material Permanente	250,00
TOTAL		R\$ 2.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de dezembro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
15/12/2006

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.194 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.194 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE AÇÃO, ELEMENTO DE DESPESA E RECEITA NAS LEIS MUNICIPAIS Nº 3.038 E 3.040, EM SEUS REFERIDOS ANEXOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluída a Receita de Rubrica 2.4.7.1.99.03.00.00 - Transferências de Recursos de Convênio com a União para Esporte, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art.2º) Fica Incluída a Receita de Rubrica 2.1.1.9.00.00.00.00 - Outras Operações de Crédito Internas, no valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais).

Art.3º) Fica incluída a Ação 1.036 - Iluminação do Campo Municipal de Futebol Suíço e do Ginásio Municipal de Esportes, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no Programa 19 - Esporte é Vida Saudável.

Art.4º) Fica incluído o Elemento de Despesa 449052.00 - Equipamentos e Material Permanente no valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil, novecentos reais), no Programa 47 - Frota Municipal.

§ 1º) Os anexos dos caputs dos Artigos 1º ao 4º passam a fazer parte integrante desta Lei.

§ 2º) A inclusão mencionada nos caputs, referem-se especificamente às Leis Municipais nº 3.038 e 3.040, LDO e PPA respectivamente.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
15 de dezembro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
15/12/2006

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito



**Lei Nº 3.195 de 15 de Dezembro de 2006**

LEI Nº 3.195 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 125.701,00 (cento e vinte e cinco mil e setecentos e um reais), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0002.2.042 -	Remuneração de Pessoal do Gabinete	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 8.700,00
319013.00.136 -	Obrigações Patronais	R\$ 1.900,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0004.2.043 -	Remuneração de Pessoal da Administração	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 10.000,00
319013.00.136 -	Obrigações Patronais	R\$ 670,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
04.129.0007.2.011 -	Contribuição para a Formação do PASEP	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339047.00.136 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 13.905,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.0008.2.045 -	Remuneração de Pessoal do Apoio Administrativo	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.519 -	Aplicações Diretas	
319011.00.519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 4.700,00
319013.00.519 -	Obrigações Patronais	R\$ 100,00
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0008.2.046 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Fundamental	

300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.141 -	Aplicações Diretas	
319011.00.141 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 14.000,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
10.301.0021.2.049 -	Remuneração de Pessoal da Saúde	
300000.00.137 -	Despesas Correntes	
310000.00.137 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.137 -	Aplicações Diretas	
319011.00.137 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 64.000,00
319013.00.137 -	Obrigações Patronais	R\$ 900,00
319016.00.137 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 2.700,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.01 -	Serviços de Agropecuária	
20.606.0035.1.009 -	Distribuição de Insumos Agrícolas	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339032.00.136 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 400,00
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
20.606.0025.2.051 -	Remuneração do Pessoal de Desenvolvimento Econômico	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 3.300,00
07.03 -	Serviço de Comércio, Indústria e Turismo	
23.695.0040.2.407 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 426,00
TOTAL		R\$ 125.701,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0003.2.701 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 244,64
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.202 -	Diárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias - Civil	R\$ 60,00
04.122.0005.2.702 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 448,54
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
04.123.0007.2.203 -	Diárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias - Civil	R\$ 80,00
04.123.0007.2.703 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.003,65
04.128.0007.2.303 -	Capacitação de Servidores	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 500,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.0009.1.003 -	Biblioteca Itinerante	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00
12.361.0009.2.204 -	Diárias	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	

339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339014.00.519 -	Diárias - Civil	R\$ 530,00
12.361.0009.2.404 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339036.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 989,00
12.361.0009.2.704 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.519 -	Despesas de Capital	
440000.00.519 -	Investimentos	
449000.00.519 -	Aplicações Diretas	
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 217,38
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.1.004 -	Construção e Reforma de Unidades Escolares	
400000.00.141 -	Despesas de Capital	
440000.00.141 -	Investimentos	
449000.00.141 -	Aplicações Diretas	
449051.00.141 -	Obras e Instalações	R\$ 14.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0008.2.047 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Infantil	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.519 -	Aplicações Diretas	
319011.00.519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 9.400,00
12.365.0011.2.206 -	Diárias	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339014.00.519 -	Diárias - Civil	R\$ 580,00
12.365.0011.2.304 -	Capacitação de Servidores	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 435,00
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0014.2.048 -	Remuneração de Pessoal da Cultura	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 730,00
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar	
12.306.0012.2.015 -	Merenda Escolar	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 2.064,61

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
10.301.0073.1.034 -	Aquisição de Veículo para Saúde	
400000.00.137 -	Despesas de Capital	
440000.00.137 -	Investimentos	
449000.00.137 -	Aplicações Diretas	
449052.00.137 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 10.000,00
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.243.0024.2.035 -	Remuneração de Pessoal do Conselho Tutelar	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.200,00
08.244.0023.2.050 -	Remuneração de Pessoal da Assistência Social	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 2.400,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.01 -	Serviços de Agropecuária	
18.541.0036.2.022 -	Confecção de Material de Divulgação	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 2.200,00
20.606.0032.1.009 -	Distribuição de Insumos Agrícolas	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339032.00.136 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 1.112,73
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
20.606.0026.2.208 -	Diárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias - Civil	R\$ 440,00
20.606.0026.2.709 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.064,40
07.03 -	Serviço de Comercio, Industria e Turismo	
22.662.0041.1.014 -	Instalação de Incubadora de Empresas	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	

330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 650,00
23.695.0039.1.012 -	Divulgação do Município e Rotas Turísticas	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 850,00
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 250,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0043.2.052 -	Remuneração de Pessoal de Obras	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 7.300,00
15.452.0044.1016 -	Desenvolvimento do Plano Estratégico	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 100,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 44,00
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 640,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
15.452.0044.2.306 -	Capacitação de Servidores	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 150,18
15.452.0045.1.017 -	Pavimentação e Calçamento de Vias	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 325,00
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.1.018 -	Construção e Reforma de Praças, Parques e Jardins	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	

449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 1.258,29
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 19.187,61
15.452.0048.2.026 -	Manutenção de Cemitérios e Capelas Mortuárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 1.224,97
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 980,00
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 18.697,00
16.482.0049.2.039 -	Manut. e Coordenação do Programa Conquistando a Casa Própria	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 2.500,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.144,00
17.512.0048.1.021 -	Implantação do Aterro Sanitário Municipal	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 250,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 250,00
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 13.200,00
TOTAL		R\$ 125.701,00

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de dezembro de 2006.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
15/12/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## LEI Nº 3.196 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

LEI Nº 3.196 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
27.812.0019.1.007 -	Construção, Reforma, Revitalização de Quadras Esportivas	
400000.00.160 -	Despesas de Capital	
440000.00.160 -	Investimentos	
449000.00.160 -	Aplicações Diretas	
449051.00.160 -	Obras e Instalações	R\$ 50.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
26.782.0047.2.710 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.158 -	Despesas de Capital	
440000.00.158 -	Investimentos	
449000.00.158 -	Aplicações Diretas	
449052.00.158 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 270.000,00
TOTAL		R\$ 320.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0045.1.017 -	Pavimentação e Calçamento de Vias	
400000.00.173 -	Despesas de Capital	
440000.00.173 -	Investimentos	
449000.00.173 -	Aplicações Diretas	
449051.00.173 -	Obras e Instalações	R\$ 45.769,00
400000.00.184 -	Despesas de Capital	
440000.00.184 -	Investimentos	
449000.00.184 -	Aplicações Diretas	
449051.00.184 -	Obras e Instalações	R\$ 100.000,00
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.451.0048.2.025 -	Iluminação Pública	
300000.00.168 -	Despesas Correntes	
330000.00.168 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.168 -	Aplicações Diretas	



339039.00.168 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 51.774,00
17.512.0048.1.021 -	Implantação do Aterro Sanitário Municipal	
400000.00.181 -	Despesas de Capital	
440000.00.181 -	Investimentos	
449000.00.181 -	Aplicações Diretas	
449051.00.181 -	Obras e Instalações	R\$ 72.457,00
17.512.0049.1.023 -	Implantação de Módulos Sanitários	
400000.00.180 -	Despesas de Capital	
440000.00.180 -	Investimentos	
449000.00.180 -	Aplicações Diretas	
449051.00.180 -	Obras e Instalações	R\$ 50.000,00
TOTAL		R\$ 320.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de dezembro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
15/12/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 3.197 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006

LEI Nº 3.197 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006  
ALTERA OS PARÁGRAFOS ÚNICOS DOS ARTIGOS 27 E 30  
DA LEI MUNICIPAL Nº 3.137 DE 30 DE AGOSTO DE 2006.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Artigo 27 da Lei Municipal nº 3.137, de 30 de agosto de 2006, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art.27) Admite-se na Zona Residencial, Lazer e Turismo (ZRT), os seguintes usos:

I - Residências unifamiliares .....	R1
II - Hotéis, pousadas e congêneres .....	S2
III - Clínicas de saúde, hospitais, laboratórios e similares .....	S3
IV - Bares, restaurantes, pizzarias e similares .....	C1
V - Clubes recreativos, de lazer, sede campestre .....	E2
VI - Chácara, sítios e fazendas .....	E3
VII - Clínicas de repouso, spa e similares .....	S3
VIII - Instituições culturais e de ensino .....	E1

IX - Associações comunitárias, igrejas e similares .....	E4
--	----

Parágrafo Único - As edificações nesta zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

a) Gabarito Máximo	02 Pavimentos - para R1, C1, E1, E2, E3 e E4 04 Pavimentos - para S2 e S3
b) Taxa de Ocupação Máxima	20%
c) Recuo Frontal Mínimo	6,0 Metros
d) Recuo Lateral Mínimo	2,5 Metros
e) Recuo Fundo Mínimo	2,5 Metros
f) Coeficiente de Aproveitamento Máximo	0,4
g) Lote Mínimo	3.200,00 m2
h) Testada Mínima	40,00 Metros

Art.2º) O Artigo 30 da Lei Municipal nº 3.137, de 30 de agosto de 2006, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art.30) Admite-se na Zona de Proteção a Rodovia (ZPR), os seguintes usos:

I - Residências unifamiliares .....	R1
II - Comércio varejista .....	C2
III - Comércio atacadista e Depósitos em geral .....	C3
IV - Hotéis, pousadas e congêneres .....	S2
V - Bares, restaurantes, pizzarias e similares .....	C1
VI - Clubes recreativos, de lazer, sede campestre .....	E2
VII - Chácara, sítios e fazendas .....	E3
VIII - Clínicas de repouso, spa e similares .....	S3
IX - Associações comunitárias, igrejas e similares .....	E4
X - Oficinas em geral e postos de Combustíveis .....	S4

Parágrafo Único: As edificações nesta zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

a) Gabarito Máximo	02 Pavimentos - para R1, C1, C2, C3, E2, E3, E4 e S4 04 Pavimentos - para S2
b) Taxa de Ocupação Máxima	50%
c) Recuo Frontal Mínimo	25,0 Metros do eixo da Rod SC 301 e nas demais 5 metros
d) Recuo Lateral Mínimo	5,0 Metros para Rod SC 301 e 1,5 metros nas demais logradouros
e) Recuo Fundo Mínimo	5,0 Metros
f) Coeficiente de Aproveitamento Máximo	2
g) Lote Mínimo	8.000,00 m2



h) Testada Mínima	100,00 Metros
-------------------	---------------

Art.3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2006.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2006

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI COMPLEMENTAR Nº 027 DE 24 DE MAIO DE 2005

GABINETE DO PREFEITO  
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 027 DE 24 DE  
MAIO DE 2005.  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DOS,  
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE CAMPO ALEGRE  
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 014.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Artigo 69 da Lei Complementar Municipal n.º 014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 69 Poderá o servidor solicitar à Administração Municipal redução irreversível de sua jornada de trabalho, com remuneração proporcional, calculada sobre sua totalidade".

Art. 2º - Fica alterado o Parágrafo 8º do Artigo 69 da Lei Complementar Municipal n.º 014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 8º O deferimento do pedido será dado por ato próprio do Chefe do Poder Executivo, após avaliação das necessidades da Administração Pública".

Art. 3º Ficam suprimidos os parágrafos 5º e 9º do Artigo 69 da Lei Complementar Municipal nº 014;

Art. 4º - O Artigo 107 da Lei Complementar Municipal n.º 014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 107 O valor da bolsa de estudo será concedido em percentual sobre o valor da anuidade escolar do servidor, conforme o seu índice de carência, observados os limites constantes da seguinte tabela:

ÍNDICE DE CARÊNCIA APURADO	LIMITE DE PERCENTUAL A SER CONCEDIDO P/ CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS	LIMITE DE PERCENTUAL A SER CONCEDIDO P/ CARGA HORÁRIA DE 20 HORAS
0 a 2,0	Até 50% do valor da anuidade	Até 25% do valor da anuidade
2,1 a 2,5	Até 30% do valor da anuidade	Até 15% do valor da anuidade

2,6 a 3.0	Até 10% do valor da anuidade	Até 5% do valor da anuidade
-----------	------------------------------	-----------------------------

### GABINETE DO PREFEITO

Art. 5º - O Anexo I - ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS, da Lei Complementar Municipal n.º 014, passa a ter a seguinte redação:

### ANEXO I - ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS

CÓDIGO	CARGO	NÍVEL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE VAGAS ANTERIOR	Nº DE VAGAS PREENCHIDAS	Nº DE VAGAS PROPOSTAS
01	Especialização em Assuntos Educacionais	EAE 2 EAE 1	40	03	02	03
02 A	Professor	P3 P2 P1	40	42	44	55
02 B	Professor	P3 P2 P1	20	00	02	10
03	Professor Auxiliar	PA	40	00	00	5
04	Professor Leigo	PL	20/40	--	18	EM EXTINÇÃO

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
24 de maio de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
24/05/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### Lei Complementar Nº 028 de 29 de Junho de 2005

LEI COMPLEMENTAR Nº. 028 DE 29 DE JUNHO DE 2005  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NOS ANEXOS III E VI DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Anexo III do Estatuto dos Servidores Municipais, passa a vigorar com a seguinte redação:

### ANEXO III

TABELA DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA E SEUS RESPECTIVOS VALORES

CÓDIGO	QUANTIDADE	NOMENCLATURA	NATUREZA	FG
01	01	Chefe do Serviço de Pessoal	Chefia	FG-1
02	01	Chefe do Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo	Chefia	FG-1
03	01	Chefe do Serviço de Contabilidade	Chefia	FG-1
04	01	Chefe do Serviço de Suprimentos	Chefia	FG-1
05	01	Chefe do Serviço de Tributação e Fiscalização	Chefia	FG-1
06	01	Chefe do Serviço de Transporte e Frota	Chefia	FG-1
07	01	Chefe do Serviço de Obras	Chefia	FG-1
08	01	Chefe do Serviço de Bem Estar Social	Chefia	FG-1
09	01	Chefe do Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente	Chefia	FG-1
10	01	Chefe da Secretaria da Junta Militar	Chefia	FG-2
11	01	Chefe de Controle de Autorização de Internação Hospitalar	Chefia	FG-2
12	01	Chefe de Assistência à Saúde	Chefia	FG-1
13	01	Assessor de Controle e Avaliação da Saúde	Assessoria	FG-2
14	01	Chefe do Serviço de Planejamento Urbanístico e Habitação	Chefia	FG-1
15	01	Chefe do Serviço Comércio, Indústria e Turismo	Chefia	FG-1
16	01	Assessor de Apoio Técnico Administrativo	Assessoria	FG-2

17	01	Chefe de Serviço de Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Chefia	FG-1
18	01	Chefe de Serviços Públicos	Chefia	FG-1

CÓDIGO DA FUNÇÃO GRATIFICADA	VALOR PECUNIÁRIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA
FG-1	R\$ 678,40
FG-2	R\$ 339,20

Art. 2º - O Anexo VI da Lei Complementar Municipal n.º 006, passa a vigorar com a seguinte redação, no que refere ao Quadro Lotacional da Secretaria de Planejamento Transportes e Obras:

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTES E OBRAS

ÓRGÃO	FUNÇÃO GRATIFICADA	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	Chefe do Serviço de Transportes e Frota	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	Chefe do Serviço de Obras	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	Chefe do Serviço de Planejamento Urbanístico e Habitação	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	Chefe de Serviços Públicos	01	Em manutenção

Art. 3º O cargo de Chefia criado pela presente Lei, terá como atribuições e responsabilidades a execução das respectivas incumbências atribuídos à cada Serviço descritos na Lei Municipal n.º 2.683.

Art.4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
29 de junho de 2005.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
29/06/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI COMPLEMENTAR Nº 029 DE 28 DE SETEMBRO DE 2005**

LEI COMPLEMENTAR Nº 029 DE 28 DE SETEMBRO DE 2005.  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ARTIGO 2º DA  
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 011  
DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - O Artigo 2º da Lei que Institui a Contribuição Para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP, e dá Outras Providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º - A contribuição de que trata o Artigo anterior será devida pelos consumidores residenciais edificados, ao custo mensal do serviço de Iluminação Pública, rateado entre os contribuintes de acordo com os níveis individuais de consumo mensal de energia elétrica, em conformidade com a seguinte Tabela”:

**I - CONSUMIDORES RESIDENCIAIS E DA CLASSE RURAL:**

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO EM R\$
0 a 30 kWh	ISENTO
31 a 50 kWh	1,08
51 a 100 kWh	2,79
101 a 200 kWh	4,32
201 a 500 kWh	7,75
501 a 1000 kWh	15,43
acima de 1001 kWh	30,80

**II - CONSUMIDORES COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EMPR. SERV. PÚBLICO:**

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO EM R\$
0 a 30 kWh	5,17
31 a 50 kWh	7,58
51 a 100 kWh	15,80
101 a 200 kWh	18,87
201 a 500 kWh	22,27
501 a 1000 kWh	34,25
acima de 1001 kWh	47,89

**III - CONSUMIDORES DO PODER PÚBLICO:**

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO EM R\$
0 a 30 kWh	6,45
31 a 50 kWh	12,88
51 a 100 kWh	19,27
101 a 200 kWh	25,67
201 a 500 kWh	38,51
501 a 1000 kWh	51,31
acima de 1001 kWh	64,13

**IV - CONSUMIDORES PRIMÁRIOS:**

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO EM R\$
0 a 2000 kWh	69,31
2001 a 5000 kWh	97,01
5001 a 10000 kWh	166,27

10001 a 50000 kWh	249,38
Acima de 50001 kWh	304,78

Art.3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
28 de setembro de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
28/09/2005

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interina

**Lei Complementar Nº 031 de 22 de Dezembro de 2005**

LEI COMPLEMENTAR Nº 031 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005  
ALTERA REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 014 DE 27 DE  
MAIO DE 2003 E DISPÕE SOBRE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Artigo 123 da Lei Complementar n.º 014 de 27 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 123. Todas as parcelas recebidas a título de Adicional por Tempo de Serviço, Gratificação por Aperfeiçoamento, Função Gratificada ou Cargo Comissionado, anteriores a edição desta lei, observada a fundamentação legal da época que autorizou seu pagamento e a sua incorporação, serão somadas e transformadas em uma parcela única que será denominada Agregação à Remuneração.

(...)

§5º. Os servidores que ainda não incorporaram a Gratificação por Aperfeiçoamento à Agregação à Remuneração de que trata este artigo, somente farão jus à mesma, devidamente atualizada, por ocasião da próxima Progressão Vertical de trata o Art. 180 da presente Lei.”

Art.2º Os servidores que deixaram de perceber quaisquer das parcelas mencionadas no artigo anterior com a vigência da Lei n.º 2.410 ou da Lei Complementar n.º 014, deverão ser ressarcidos e a respectiva parcela incluída em sua Agregação à Remuneração, devidamente corrigida e atualizada.

Art.3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
12 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **Lei Complementar Nº 032 de 22 de Dezembro de 2005**

LEI COMPLEMENTAR No 032 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005  
DISPÕE SOBRE A SEGURANÇA CONTRA SINISTROS EM EDIFICAÇÕES, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DE BOMBEIROS MILITAR EM CAMPO ALEGRE, AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1o - Fica estabelecido que as edificações, excluídas as residenciais privativas unifamiliares mencionadas no Parágrafo 2º do Artigo 19 desta Lei, deverão ser dotadas dos sistemas de segurança contra incêndios, conforme as normas de segurança contra incêndios do Estado de Santa Catarina e demais normas emitidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina a respeito do assunto.

Parágrafo 1o - O requerimento que solicitar à prefeitura a aprovação para construção, ampliação ou reforma de uma edificação que dependa da instalação desses sistemas de segurança contra incêndios, deverá ser instruído com a devida aprovação do projeto junto à OBM (Organização de Bombeiros Militar).

Parágrafo 2o - A concessão do alvará de localização e funcionamento, pela prefeitura, de edificação que dependa da instalação desses sistemas de segurança contra incêndios, deverá ser instruído do atestado de vistoria para funcionamento, emitido pela OBM (Organização de Bombeiros Militar).

Parágrafo 3o - Da mesma forma, o habite-se só será concedido, pela prefeitura, à edificação que dependa da instalação dos sistemas de segurança contra incêndios, após a concessão do respectivo habite-se pela OBM.

Art.2o - Fica criado o Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros da OBM (Organização de Bombeiros Militar), sediada neste município, com a finalidade de prover recursos para reequipamento, material permanente, estudos e análises de projetos preventivos contra incêndios, aquisição de imóveis, construção e ampliação das instalações e despesas de administração e manutenção da OBM (Organização de Bombeiros Militar).

Parágrafo único - O Fundo de Reequipamento de que trata este artigo será identificado pela sigla FUMREBOM.

Art.3o - O FUMREBOM terá autonomia financeira, com escrituração contábil própria, desvinculada de qualquer Órgão da Administração Municipal e será constituído de:

I - Receitas provenientes das seguintes taxas, instituídas pela presente Lei e que integram o Sistema Tributário Municipal:

- a) Taxa de Segurança Contra Incêndios;
- b) Taxa de Exames de Projetos de Segurança Contra Incêndios;
- c) Taxa de Alteração de Projetos de Segurança Contra Incêndio;
- d) Taxa de Vistorias de Segurança Contra Incêndios ou outras semelhantes;
- e) Taxa de Serviços Gerais.

II - Auxílios, subvenções ou doações de particulares ou de outras esferas de Governo, dotação orçamentária e créditos especiais

autorizados pelo Legislativo Municipal à OBM(Organização de Bombeiros Militar) sediada neste Município.

III - Recursos decorrentes de alienação de materiais, bens ou equipamentos considerados inservíveis, adquiridos por conta do próprio Fundo.

IV - Recursos advindos da co-participação dos Municípios limítrofes ou não, ajustadas em convênios que regulem a instalação, ampliação e prestação de serviços do Corpo de Bombeiros Militar.

V - Juros bancários e rendas de capital, provenientes da imobilização ou aplicação do FUMREBOM.

VI - Multas, aplicadas pelo Corpo de Bombeiros Militar, em edificações que não dispuserem, não apresentarem em projeto ou não mantiverem em condições de emprego imediato, os sistemas de segurança contra incêndios, conforme as Normas de Segurança Contra Incêndios do Estado de Santa Catarina.

Art.4o - Fica o Corpo de Bombeiros, através da seção de atividades técnicas, autorizada a executar vistorias periódicas nas edificações que trata o Artigo 1o desta Lei.

Art.5o - A infringência das Normas de Segurança Contra Incêndios do Estado de Santa Catarina ou desta Lei, implicará isolada ou cumulativamente, além das responsabilidades legais específicas, nas seguintes sanções administrativas:

I - Advertência pelo Corpo de Bombeiros Militar.

II - Multa pelo Corpo de Bombeiros Militar.

III - Suspensão, impedimento ou interdição da obra, estabelecimento, prédio ou locação, pela Prefeitura Municipal.

IV - Denegação ou cancelamento do alvará de localização, funcionamento ou habite-se pela Prefeitura Municipal, mediante solicitação do Corpo de Bombeiros Militar.

Art.6o - A falta de pagamento da multa no prazo devido, sujeitará o contribuinte, cumulativamente, as seguintes penalidades, calculadas sobre o valor inicialmente devido:

I - Multa de 2% (dois por cento).

II - Juros de 1% (um por cento) ao mês.

Art.7o - No auto de infração, lavrado pelo Corpo de Bombeiros, constará expressamente as alterações verificadas no imóvel vistoriado, prazo para regularização e a penalidade imposta ao responsável na forma da Lei, o qual será lavrado em duas vias, sendo:

I - 1a via para o notificado.

II - 2a via para o Corpo de Bombeiros Militar.

Art.8o - Os recursos provenientes dos exames de projetos de segurança contra incêndios, de vistorias de segurança contra incêndios ou outras semelhantes, de serviços gerais e de multas aplicadas pelo Corpo de Bombeiros Militar serão diretamente depositadas em estabelecimento bancário a critério do Conselho Diretor, em conta especial denominada FUMREBOM - Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar sediado em Campo Alegre.

Parágrafo 1o - As demais receitas estabelecidas no Artigo anterior, serão, integral e obrigatoriamente depositadas na mesma conta, até 30 dias após o seu registro contábil pela Secretaria Municipal de Fazenda e Administração.

Parágrafo 2o - A conta bancária será movimentada pelo Conselho Diretor do Fundo e contra ela serão admitidos somente saques, mediante cheques assinados pelo Presidente do Conselho Diretor e pelo Secretário Municipal de Finanças e pelo Tesoureiro, designado por Decreto Municipal.

Parágrafo 3o - Diante da autonomia financeira do FUMREBOM, prevista no Artigo 3o, o atraso na transferência de recursos a que se refere este Artigo sujeitará o Município à atualização monetária dos valores devidos, corrigidos por juros legais e atualização monetária.



Parágrafo 4o - O não cumprimento do disposto neste artigo pela Secretaria Municipal de Finanças, transcorridos 90 dias, ou no último trimestre até o encerramento do exercício financeiro, implicará em responsabilidade funcional a quem der causa, pelos prejuízos causados à Fazenda Pública Municipal ou ao FUMREBOM.

Art.9o - O FUMREBOM será administrado por um Conselho Diretor, composto pelos seguintes membros:

- I - Prefeito Municipal - Presidente;
- II - Comandante da OBM do Município - Vice Presidente;
- III - Um representante da Secretaria Municipal de Finanças;
- IV - Um representante da Secretaria Municipal de Administração;
- V - Um representante da Secretaria Municipal de Planejamento Transportes e Obras;
- VI - Um Vereador indicado pelo Poder Legislativo;
- VII - Um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas;
- VIII - Um representante da Associação Comercial e Industrial de Campo Alegre- ACIACA;
- IX - Um representante do Conselho Municipal do Turismo;
- X - Um representante dos Sindicatos Rurais.

Parágrafo 1o - Por indicação do Presidente e aprovação do Conselho, a Presidência poderá ser delegada a outro Conselheiro.

Parágrafo 2o - Competirá ao Comandante da OBM (Organização de Bombeiros Militar) local, a execução dos planos de aplicação do FUMREBOM, mediante diretrizes do Comando do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina e aprovação pelo Conselho Diretor do Fundo.

Parágrafo 3o - Os representantes de cada entidade integrante do Fundo serão escolhidos em foro próprio.

Art.10 - O FUMREBOM terá, ainda, um serviço administrativo responsável pela administração, contabilidade, controle e movimentação dos recursos financeiros e será composto pelos seguintes membros:

- I - Secretário Municipal de Finanças;
- II - Um Tesoureiro;
- III - Um Secretário;
- IV - Um Contador.

Parágrafo 1o - O Tesoureiro, Secretário e o Contador serão designados dentre os servidores municipais com capacitação profissional inerente às respectivas funções, sem custos para o FUMREBOM.

Parágrafo 2o - O serviço administrativo contará, ainda, com o assessoramento dos órgãos próprios da Secretaria de Administração Municipal.

Parágrafo 3o - É vedada a concessão de remuneração ou qualquer tipo de gratificação aos componentes do serviço administrativo, por conta do FUMREBOM ou do Município.

Art.11 - O Conselho Diretor do FUMREBOM, será assessorado por um corpo técnico, que terá como função assessorar o Conselho na tomada de decisões eminentemente técnicas.

Parágrafo 1o - Serão componentes do corpo técnico:

- a) Um engenheiro civil indicado pela Prefeitura Municipal;
- b) O Comandante da OBM (Organização de Bombeiros Militar) de Campo Alegre;
- c) Um integrante da seção de atividades técnicas da OBM (Organização de Bombeiros Militar) de Campo Alegre.

Parágrafo 2o - É vedada a concessão de remuneração ou qualquer tipo de gratificação aos componentes do corpo técnico, por conta

do FUMREBOM ou do Município.

Parágrafo 3o - Os componentes do corpo técnico que também estiverem relacionados como integrantes do conselho diretor, não poderão votar nos casos em que emitirem parecer.

Art.12 - O Poder Executivo Municipal, fixará, através de Decreto, a competência dos membros do conselho diretor, dos componentes do serviço administrativo e do corpo técnico do FUMREBOM.

Art.13 - A prestação de contas da aplicação dos recursos do FUMREBOM será feita nos prazos e formas previstos na legislação em vigor.

Art.14 - Os bens adquiridos pelo FUMREBOM serão incorporados ao patrimônio do Município de Campo Alegre e destinados ao uso exclusivo da OBM (Organização de Bombeiros Militar) local.

Art.15 - A Taxa de Segurança Contra Incêndio, tem como fato gerador a prestação, efetiva ou potencial, do serviço de segurança contra incêndio e outros sinistros, pelo Corpo de Bombeiros Militar e será lançada e recolhida anual e simultaneamente no mesmo documento de arrecadação do IPTU, de acordo com as edificações, com as seguintes alíquotas:

- a) residências acima de 70m<sup>2</sup> de área construída: 15 UPM (quinze Unidades Padrão Municipal);
- b) demais edificações: 30 UPM (trinta Unidades Padrão Municipal).

Parágrafo único - São contribuintes da Taxa de Segurança Contra Incêndio:

- I - O titular de estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviços;
- II - O proprietário, o possuidor a qualquer título ou o detentor do domínio útil de prédio de qualquer outra categoria, incluindo residências unifamiliares e terrenos baldios, à exceção do previsto no Parágrafo 2º do Artigo 19.

Art.16 - A Taxa de Exame de Projetos de Segurança Contra Incêndios e a Taxa de Vistoria de Segurança Contra Incêndios ou outras assemelhadas, tem como fato gerador o exercício do Poder de Polícia pelo Corpo de Bombeiros, em razão de interesse público concernente à segurança, fiscalizando previamente o projeto e vistoriando a instalação de sistemas de segurança contra incêndios, por ocasião da concessão de "Habite-se", obtenção ou renovação de Alvará de Funcionamento e Localização, em edificações destinadas a fins comerciais, industriais, prestação de serviços, ou residenciais multifamiliares, respeitadas as exceções, de acordo com as Normas de Prevenção de Incêndios vigentes, bem como a prestação de outros serviços voltados para a prevenção de vidas e de bens, devendo ser recolhida de acordo com a área edificada, na seguinte proporção:

I - Para edificações residenciais multifamiliares ou mistas:

- a) de 70 m<sup>2</sup> à 100m<sup>2</sup>: 15 UPM;
- b) de 101m<sup>2</sup> à 150m<sup>2</sup>: 20 UPM;
- c) de 151m<sup>2</sup> à 200m<sup>2</sup>: 25 UPM;
- d) de 201m<sup>2</sup> à 250m<sup>2</sup>: 30 UPM;
- e) de 251m<sup>2</sup> à 300m<sup>2</sup>: 35 UPM;
- f) de 301m<sup>2</sup> à 350m<sup>2</sup>: 40 UPM;
- g) de 351m<sup>2</sup> à 400m<sup>2</sup>: 45 UPM;
- h) acima de 401m<sup>2</sup>: 50 UPM.

II - para as demais edificações, industriais, comerciais, hospitalares, públicas, laboratoriais, especiais, depósitos de inflamáveis, depósitos de explosivos e munições, mercantil, escolares, Asilo e congêneres, garagens e locais de reuniões coletivas ou transitórias:

- a) até 70m<sup>2</sup>: 20 UPM;



- b) de 71 m<sup>2</sup> à 100m<sup>2</sup>: 30 UPM;
- b) de 101m<sup>2</sup> à 200m<sup>2</sup>: 40 UPM;
- c) de 201m<sup>2</sup> à 400m<sup>2</sup>: 60 UPM;
- d) de 401m<sup>2</sup> à 600m<sup>2</sup>: 80 UPM;
- e) de 601m<sup>2</sup> à 800m<sup>2</sup>: 100 UPM;
- f) acima de 801m<sup>2</sup>: 120 UPM.

Parágrafo único - São contribuintes das Taxas de Exame de Projetos de Segurança Contra Incêndios e de Vistoria de Segurança Contra Incêndios ou outras assemelhadas, toda pessoa física ou jurídica que solicitar a prestação do serviço público.

Art.17 - A Taxa de Alteração de Projetos de Segurança Contra Incêndio, tem como fato gerador o exercício do Poder de Polícia pelo Corpo de Bombeiros em razão de interesse público concernente à segurança, pela nova fiscalização do projeto/ realização de vistoria na instalação de sistemas de segurança contra incêndios, devendo ser cobrada em razão da área construída, de acordo com o valor fixado no Artigo 16;

Parágrafo único - São contribuintes das Taxas de Alteração de Projetos de Segurança Contra Incêndio e de Retorno de Projetos de Segurança Contra Incêndio ou outras assemelhadas, toda pessoa física ou jurídica que solicitar a prestação do serviço público.

Art.18 - A Taxa de Serviços Gerais, tem como fato gerador o corte de árvores, a ação preventiva contra potenciais riscos ou sinistros e outros serviços, mesmo que não emergências, porém requeridos por usuários à OBM (Organização de Bombeiros Militar), devendo ser cobrada por bombeiro/hora no ato do requerimento do serviço, no valor de 10 UPM/bombeiro hora (dez Unidades Padrão Municipal/bombeiro por hora);

Parágrafo único - São contribuintes da Taxa de Serviços Gerais, toda pessoa física ou jurídica que solicitar a prestação do serviço público.

Art.19 - Ficam instituídas as multas, aplicadas pelo Corpo de Bombeiros Militar em edificações que não dispuserem, não apresentarem em projeto ou não mantiverem em condições de emprego imediato, os sistemas de segurança contra incêndios, na seguinte proporção:

- a) Sistema preventivo por extintores, por capacidade extintora inexistente ou com alterações: 10 UPM (dez Unidades Padrão Municipal) por capacidade extintora;
  - b) Atestado de vistoria para funcionamento, por mês de atraso; 10 UPM (dez Unidades Padrão Municipal);
  - c) Demais irregularidades referentes a projeto ou a sistemas preventivos contra incêndio (inexistência ou alterações nos sistemas), 50 UPM (cinquenta Unidades Padrão Municipal) por irregularidade;
- Parágrafo 1o - As alíquotas referidas no Artigo 15 desta Lei, serão majoradas em 1,00 (um inteiro) a cada unidade de área edificada, ou fração, excedente a 02 (duas) unidades de área edificada.
- Parágrafo 2o - Não incidem as taxas referidas no Artigo 15 desta Lei, sobre edificações residenciais privativas unifamiliares com área edificada igual ou inferior a 02 (duas) unidades de área edificada e nos terrenos baldios com área inferior a 361 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e um metros quadrados).
- Parágrafo 3o - Para efeito desta Lei, a unidade de área edificada equivale a 35 m<sup>2</sup> (trinta e cinco metros quadrados).
- Parágrafo 4o - As taxas mencionadas nesta Lei, terão seus valores estabelecidos por Decreto Municipal, corrigidos da mesma forma que as demais taxas municipais, tomando por base a Unidade de Referência própria adotada pelo Município, UPM (Unidade Padrão Municipal).

Art.20 - As receitas atribuídas ao FUMREBOM, serão destinadas ao pagamento de despesas de custeio e despesas de investimento

para manutenção, modernização e ampliação do referido Fundo.

Art.21 - Os Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais serão isentos das taxas do FUMREBOM.

Art.22 - Fica o Município de Campo Alegre, através Poder Executivo, autorizado a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar, para a execução de serviços de prevenção, combate à incêndios e busca e salvamento, além de criação estrutural e repasse de recursos da produção ambulatorial, oriundos do Fundo Municipal de Saúde, objetivando manter e expandir o serviço de atendimento pré-hospitalar.

Art.23 - O Chefe do Poder Executivo, regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias, após a data de sanção da mesma.

Art.24 - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
22 de dezembro de 2005  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## LEI Nº 2.959 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2005

LEI N.º 2.959 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2005.

CONCEDE REAJUSTE DE VENCIMENTOS AOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS E REAJUSTA O VALOR DO VALE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou a ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam reajustados em 7,13 % (sete virgula treze por cento), os valores dos vencimentos e gratificação dos servidores públicos do quadro de pessoal da administração direta e indireta, ativos, inativos e agentes políticos, calculados sobre os valores relativos ao mês de janeiro de 2005, a partir de 1º de fevereiro de 2005.

Parágrafo Único - O percentual de reajuste fixado no caput deste é concedido a título de revisão geral anual, prevista na Constituição Federal.

Art.2º) Ficam reajustados em 7,13 % (sete virgula treze por cento), o valor da remuneração limite para o recebimento do vale alimentação disposto no Artigo 146 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, concedido aos Servidores Públicos Municipais, em razão dos novos valores salariais praticados por força da implementação dos índices de Revisão Geral Anual, fixados no Artigo 1º desta Lei.

Parágrafo Único: O valor limite de remuneração para o servidor receber o vale alimentação será igual ou inferior a R\$ 984,32 (novecentos e oitenta e quatro reais, trinta e dois centavos).

Art.3º) O valor do vale alimentação previsto na Lei Complementar Municipal n.º 006 fica fixado em R\$ 42,81 (quarenta e dois reais, oitenta e um centavos).

Art.4º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta das respectivas Dotações Orçamentárias do Orçamento vigente podendo serem suplementadas se necessário.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de fevereiro de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração  
Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/02/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.960 de 22 de Fevereiro de 2005**

LEI Nº 2.960 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2005.  
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL  
DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO  
DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDA-  
MENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Art.2º) O Conselho será constituído por 8 (oito) membros, sendo:

- a)Um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (ou órgão equivalente);
- b)Um representante dos Profissionais da Educação do Ensino Fundamental Municipal;
- c)Dois representantes de pais de alunos;
- d)Um representante dos Servidores das Escolas Públicas do Ensino Fundamental;
- e)Um representante do Conselho Municipal de Educação sem vínculo com a Administração Pública;
- f)Um representante do Poder Legislativo Municipal;
- g)Um representante dos Alunos do Ensino Fundamental Municipal.

Parágrafo 1º) Os membros do Conselho serão indicados por seus pares ao Prefeito que os designará para exercer suas funções.

Parágrafo 2º) O mandato dos membros do Conselho será de dois anos, vedada a recondução para o mandato subsequente.

Parágrafo 3º) As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas.

Art.3º) Compete ao Conselho:

I- acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;

II- supervisionar a realização do Censo Educacional Anual;

III- examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo.

Art.4º) As reuniões do Conselho serão realizadas mensalmente, podendo haver convocação extraordinária, através de comunicação escrita, por um terço de seus membros.

Art.5º) O Conselho terá autonomia em suas decisões.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.311 de 15 de abril de 1998.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de fevereiro de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/02/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

# Campos Novos

## PREFEITURA

### **Lei Nº 4.062/14 de 03/09/2014 Institui E Autoriza Cobrança de Contribuição de Melhoria Em Decorrência da Obra de Urbanização Que Especifica**

LEI Nº 4.062/2014 DE 03/09/2014

INSTITUI E AUTORIZA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA EM DECORRÊNCIA DA OBRA DE URBANIZAÇÃO QUE ESPECIFICA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica instituída a Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas de pavimentação da Rua Anselmo Nino Granzotto (Trecho da Rua Benjamin Constant até o final da rua - Centro); Rua São João Batista (Trecho da Rua João Altair Granzotto até a Rua Alfredo Trincheiro - Bairro Santo Antônio); Rua Expedicionário João Batista de Almeida (Trecho da Rua XV de Novembro até a Av. Caetano Belincanta Neto - Centro); e Rua Benjamin Constant (Trecho da Rua XV de Novembro até a Av. Caetano Belincanta Neto - Centro), compreendendo serviços iniciais, pavimentação da pista de rolamento, meio fio, mobiliário urbano, serviços complementares, sinalização horizontal e vertical, e outras necessárias à execução dos serviços de pavimentação, tendo como limite global a parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles localizados na área descrita no Anexo II da presente Lei.

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área beneficiada pela obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele contra quem for lançado o tributo terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

§ 4º. Correrão por conta do Município de Campos Novos as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos de contribuição de Melhoria e as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

Art. 3º. O Prefeito Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos referidos neste artigo, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei, especialmente, a publicação de Edital, através de meio oficial do Município, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- I - plantas e memorial descritivo do projeto;
- II - orçamento de custo da obra;
- III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;
- IV - delimitação da zona beneficiada, com a relação dos imóveis nela compreendidos;
- V - determinação do fator de absorção (previsto) do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas;
- VI - avaliação inicial dos imóveis situados na zona beneficiada.

§ 1º. O contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata este artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. As impugnações oferecidas aos elementos constantes deste artigo serão dirigidas à Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, que deverá proferir decisão em prazo não superior a 15 (quinze) dias, contados da data em que tiver recebido o processo concluso.

§ 3º. As decisões proferidas na forma do parágrafo anterior serão definitivas e terão efeito tão somente em relação ao impugnante.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo da obra entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais de valorização.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei e na Lei Complementar nº 01/2002 - Código Tributário Municipal.

§ 2º. O valor de cada imóvel antes da execução da obra será o que resultar da avaliação efetuada por comissão especialmente nomeada para este fim, composta dos seguintes representantes:  
I. Responsável pelo Cadastro Imobiliário Municipal;  
II. Um representante da Secretaria de Obras e Urbanismo;  
III. Dois representantes do mercado imobiliário.

§ 3º. O valor de cada imóvel após a conclusão total ou parcial da obra, conforme o caso será o que resultar de avaliação efetuada por comissão especialmente constituída na forma prevista no parágrafo anterior.

§ 4º. A Contribuição de Melhoria terá como limite total o custo da obra, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

Art. 5º. A obra a ser executada está orçada em R\$ 482.734,81 (quatrocentos e oitenta e dois mil setecentos e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos), sendo que o valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais) será suportado pela União Federal, e o valor R\$ 236.884,81 (duzentos e trinta e seis mil oitocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e um centavos) será integralmente custeado pelo Município de Campos Novos, através da Contribuição de Melhoria instituída pela presente Lei.

Art. 6º. O fator de absorção do benefício da valorização previsto para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas será de até 100% (cem por cento) do valor dos imóveis beneficiados, no montante a ser apurado através de avaliações realizadas antes e após a execução da obra.

Art. 7º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo Edital contendo o demonstrativo de custos em meio oficial do Município, contendo, ainda, os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas, após a execução total ou parcial da obra;

III - laudo de avaliação individual de cada imóvel após a execução parcial ou total da obra; e

IV - prazo em que será exigida a Contribuição de Melhoria.

Art. 8º. Escoado o prazo do Edital a que se refere o artigo anterior e no exercício seguinte à publicação da presente Lei, respeitado o princípio da anterioridade nonagesimal, o Município lançará de ofício as contribuições a cada sujeito passivo, emitindo as respectivas notificações de lançamento, conforme estipulado na legislação municipal vigente.

Art. 9º. O pagamento poderá ser efetuado das seguintes maneiras:

I - À vista, com desconto de 20% (vinte por cento), com vencimento a partir de 30 (trinta) dias, após a publicação do edital, desde que notificado o contribuinte; ou

II - Parceladamente, em até 48 (quarenta e oito) parcelas sem benefício de desconto.

Art. 10. As impugnações contra lançamentos da contribuição de melhoria formarão processo comum e deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias e julgadas no prazo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo Único. As impugnações aos lançamentos deverão ser dirigidas à Secretaria Municipal da Fazenda e Administração e da decisão proferida caberá recurso ao Prefeito Municipal no prazo de 10 (dez) dias da intimação do contribuinte.

Art. 11. São partes integrantes da presente Lei, o Anexo I - Memorial descritivo do projeto; Anexo II - Mapa/planta das ruas com a delimitação da zona beneficiada, relação dos imóveis nela situados e respectivos proprietários; Anexo III - Orçamento de custo da obra;

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos Novos, 03 de setembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

## **PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2014**

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Pregão Presencial nº 21/2014 - Social

O Município de Campos Novos, através do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público que fará realizar no dia 18 de setembro de 2014 às 09h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SALGADOS E REFRIGERANTES, COM ENTREGA PARCELADA, DE ACORDO COM AS DEMANDAS DOS EVENTOS A SEREM REALIZADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30min às 11h e das 13h30min às 17h00min diariamente.

Campos Novos, 04 de setembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal



# Canoinhas

## PREFEITURA

### Decreto Nº 215/2014

DECRETO Nº. 215/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 800,00 m² (Oitocentos metros quadrados), procedido por MORGANA DIRSCHINABEL LESSAK E OUTRO, situado na Rua Feri Menandro Kamps esquina com a Rua Agenor Fábio Gomes, no Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 28.596, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 23 com área de 400,00 m² e lote nº 24 com área de 400,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 096, conforme requerimento protocolado sob nº. 4699/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de agosto de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/08/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### Decreto Nº 216/2014

DECRETO Nº. 216/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA ATRAVES DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 - Inc. III da Lei 5.202 de 11/11/2013 - LOA:

#### DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2014, no valor de R\$ 101.900,00 (cento e um mil e novecentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 301: Atenção Básica

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.057 - Ações de Atenção Básica.

3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 101.900,00

Recursos 992 - Recursos PMAQ

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 101.900,00 (cento e um mil e novecentos reais), por conta do excesso de arrecadação apurado na fonte de recurso, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 - Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2014 (A) + Excessos abertos em 2014	Estimativa de Arrecadação para 2014, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
992	40.800,00	142.700,00	101.900,00

Fonte: SMAFO-2014.

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 19 de agosto de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/08/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### Decreto Nº 217/2014

DECRETO Nº. 217/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA ATRAVES DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 - Inc. III da Lei 5.202 de 11/11/2013 - LOA:

#### DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR por anulação de dotação ao Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2014, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.060 - Ações de Média e Alta Complexidade



3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 75.000,00  
Recursos 133 - Recursos Destinados a ASPS [15%]

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica anulado no Orçamento Geral da Prefeitura, o valor R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.060 - Ações de Média e Alta Complexidade

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 75.000,00

Recursos 133 - Recursos Destinados a ASPS [15%]

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 20 de agosto de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 20/08/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Decreto Nº 218/2014**

DECRETO Nº. 218/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIFICAR O DECRETO Nº. 185/2013

Art. 1º - Fica retificado o inteiro teor do Decreto nº 185/2013, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Ficam alterados os membros efetivos abaixo relacionados, para compor o CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE), mandato 2013/2017, conforme nomes a seguir:

REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO

Titular: Maria de Lourdes Lemos

Suplente: Maria Elizete de Matos Zibeti

REPRESENTANTE DE DOCENTES, DISCENTES OU TRABALHADORES NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

Titular: Raquel Aparecida Dambroski

Suplente: Cleide de Fátima Kanzler

Titular: Samuel Antônio Ribeiro

Suplente: Sidimeia Dias dos Santos

REPRESENTANTE DE PAIS DE ALUNOS

Titular: Vera Lucia Röver

Suplente: Cristiane Vieira dos Santos Fürst

Titular: Janete Leandro Ferreira Olescowicz

Suplente: Vilma Aparecida Berbeki

REPRESENTANTE DAS ENTIDADES CIVIS ORGANIZADAS

(SOCIEDADE CIVIL)

Titular: Sergio Luis Moreira

Suplente: Wilmar Sudoski

Titular: Lindolfo Martins

Suplente: Rosana Gonçalves Damasceno"

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de agosto de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/08/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº 219/2014**

DECRETO Nº. 219/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RETIFICAR O DECRETO Nº. 175/2014

Art. 1º - Fica retificado o Artigo 1º do Decreto nº 175/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 800,00 m² (Oitocentos metros quadrados), procedido por MARLI TEREZINHA FERNANDES KRYCZYK, situado na Rua Mario Mayer, no Bairro Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 20.807, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 24 com área de 409,00 m² e lote nº 50 com área de 391,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 415, conforme requerimento protocolado sob nº. 4040/2014."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de agosto de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 29/08/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Decreto Nº 220/2014**

DECRETO Nº. 220/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 800,00 m<sup>2</sup> (Oitocentos metros quadrados), procedido por MARIO KAUBA, situado na Rua Lourenço Wrublewski, no Bairro Tricolim, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 4.070, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 14 com área de 200,00 m<sup>2</sup> e lote nº 15 com área de 600,00 m<sup>2</sup>, ambos pertencentes à quadra nº 144, conforme requerimento protocolado sob nº. 4857/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de setembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 02/09/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Portaria Nº 150/2014**

PORTARIA Nº. 150/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

**RETIFICAR PORTARIA**

Art. 1º - Fica retificado o item 15.4 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"15.4 - CRISTIANA ROMÃO PEREIRA, professora de Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) MAG II 20 horas semanais, 30% regência para atuar no GEM Reinaldo Krüger no período de 17/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória professora para atuar com alunos com necessidades especiais na Rede Municipal de Ensino em sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), proporcionando atividades diferenciadas. Sendo que a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado."

Art. 2º - Fica retificado o item 27.3 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"27.3 - ELIANE LEANDRO GONÇALVES JUNGLES, professora de Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) MAG II 20 horas semanais, 30% regência para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho no período de 17/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga. Considerando vaga transitória professora para atuar com alunos com necessidades especiais na Rede Municipal de Ensino em sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), proporcionando atividades diferenciadas. Sendo que a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado."

Art. 3º - Fica retificado o item 2.2 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"2.2 - LEDIANE PRISCILA DE MATTOS, professora de Educação Infantil MAG II 20 horas semanais, 25% de regência para atuar no CEI Cecília Meireles no período de 18/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada da professora Elcia Chimangosewski Gevieski, a qual está em processo de readaptação."

Art. 4º - Fica retificado o item 3.1 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"3.1 - LUCIANE GONÇALVES MIRESKI CASTILHO, professora de Educação Infantil MAG II 20 horas semanais, 25% de regência para atuar no CEI Emília Ferrero no período de 18/02/2014 a 19/12/2014. Considerando na vaga vinculada da professora Silvana Regina Friedrich Hoppers, a qual está em processo de readaptação."

Art. 5º - Fica retificado o item 4.4 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"4.4 - FABIANI APARECIDA HITNER PONIJALEKI, professora de Educação Infantil MAG II 20 horas semanais, 25% de regência para atuar no CEI Landi Ama Neppel no período de 18/02/2014 a 30/06/2014. Considerando vaga vinculada da professora Valdícea D. Munhoz Noernberg, a qual está em Licença Tratamento de Saúde."

Art. 6º - Fica retificado o item 6.3 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"6.3 - KÁTIA REGINA FINTA ZIPPERER, professora de Educação Infantil MAG II 20 horas semanais, 25% de regência para atuar no CEI Mário Edson de Aguiar no período de 18/02/2014 a 30/06/2014. Considerando vaga vinculada da professora Maria Noeli Chimangosewski Steilein, a qual está em licença maternidade, após férias e licença prêmio."

Art. 7º - Fica retificado o item 12.4 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"12.4 - JULIANO FREITAS, professor de Educação Infantil MAG II 20 horas semanais, 25% de regência para atuar no CEI Vinicius de Moraes no período de 18/02/2014 a 25/04/2014. Considerando vaga vinculada da professora Marilise Vieira de Lima Krauss, a qual está em licença prêmio."

Art. 8º - Fica retificado o item 22.3 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"22.3 - LIGIANE CAVALHEIRO, professora de Anos Iniciais MAG II 20 horas semanais, 30% de regência para atuar na EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa no período de 18/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada da professora Marciane Aparecida Kanzler Padilha Komochena, a qual está em lotação temporária na EBM José Grosskopf."

Art. 9º - Fica retificado o item 25.4 da Portaria nº. 089/2014,

passando a vigorar da seguinte forma:

"25.4 - FÁBIO DONIZETE BIALESKI, professor de Língua Portuguesa MAG II 30 horas semanais e 15% de regência para atuar na EBM Rio do Pinho no período de 17/02/2014 a 17/05/2014. Considerando vaga vinculada da professora Ana Maria Kaschuk, a qual está em licença prêmio."

Art. 10 - Fica retificado o item 26.4 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"26.4 - ERLI FINTA, professora de Anos Iniciais MAG II 20 horas semanais, 30% regência para atuar na EBM Severo de Andrade no período de 18/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga excedente desdobramento de turma."

Art. 11- Fica retificado o item 28.1 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"28.1 - ROSA APARECIDA MASSANEIRO PEREIRA, professora de Anos Iniciais MAG II 20 horas semanais, 30% regência para atuar no GEM Menino Jesus no período de 17/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada da professora Beatriz Prust da Cruz, a qual ocupa o cargo de diretora do GEM Menino Jesus."

Art. 12- Fica retificado o item 15.4 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"31.1 - SIOMARA LEAL DE BARROS PLACHEK, pedagoga MAG II 40 horas semanais, 15% de regência para atuar na EBM Severo de Andrade no período de 17/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada da pedagoga Sandra Regina Cornelsen Ribas, a qual ocupa o cargo de diretora da EBM Severo de Andrade."

Art. 13- Fica retificado o item 13.3 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"13.3 - GISLAINE GARRETT PAZDA, professora de Educação Física, MAG II, 20 horas semanais, 15% de regência para atuar na ERM Professora Edemita da Conceição Rosa no período de 17/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga excedente, sendo Escola Rural Municipal que faz parte do Programa Escola Ativa, que têm por objetivo incentivar a permanência das Escolas Multisseriadas."

Art. 14- Fica retificado o item 15.1 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"15.1 - JENNIFER CRISTINE CHAGAS, educação física, MAG II 20 horas semanais, sem regência para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho no período de 17/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada da Rosana Zaziski Leon Celevi, a qual está a disposição na Secretaria Municipal de Educação."

Art. 15 - Fica retificado o item 15.4 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"16.6 - CECÍLIA APARECIDA DA SILVA, professora de Educação Física, MAG I, 20 horas semanais, sem regência para atuar na EBM Benedito Thérézio de Carvalho no período de 17/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga excedente desdobramento de turma."

Art. 16- Fica retificado o item 19.2 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"19.2 - DINAZELI TICHLER FERNANDES CORREA, professora de Anos Iniciais, MAG II, 20 horas semanais, 30% de regência para atuar na EBM José Grosskopf no período de 20/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada da professora Eliane

Pereira Pieczarka, a qual ocupa o cargo de diretora da EBM José Grosskopf."

Art. 17- Fica retificado o item 25.2 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"25.2 - MARCOS GONÇALVES DE SOUZA, professor de Educação Física, MAG II, 30 horas semanais, 27 aulas ministradas, 03 aulas excedentes e 15% de regência para atuar na EBM Rio do Pinho no período de 17/02/2014 a 19/12/2014. Considerando 20 horas vaga vinculada do Gilberto de Paula Rosa, o qual está à disposição na EBM Severo de Andrade e 10 horas na vaga vinculada da professora Isabele Luana Neiser dos Santos, a qual está a disposição na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho."

Art. 18- Fica retificado o item 25.4 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"25.4 - FÁBIO DONIZETE BIALESKI, professor de Língua Portuguesa, MAG I, 30 horas semanais e 15% de regência para atuar na EBM Rio do Pinho no período de 17/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada da professora Ana Maria Kaschuk, a qual está em licença prêmio."

Art. 19- Fica retificado o item 25.8 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"25.8 - VILMAR ENGEL, Ensino Médio para exercer a função de Técnico Agrícola, com carga horária de 40 horas, sem regência, para atuar 30 horas diurno na EBM Rio do Pinho e 10 horas noturno no GEM Menino Jesus - EJA da Rede Municipal de Ensino, no período de 17/02/2014 a 19/12/2014. Em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Técnicos Agrícolas - Edital 005/2013/SME de 19/11/2013, para exercer suas funções junto ao Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo, que tem como objetivo viabilizar um programa de ensino voltado às necessidades específicas, de cada comunidade, através da inserção de novas práticas pedagógicas no currículo escolar básico, faz-se necessário à contratação."

Art. 20- Fica retificado o item 28.1 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"28.1 - ROSA APARECIDA MASSANEIRO PEREIRA, professora de Anos Iniciais, MAG II, 40 horas semanais, 30% regência para atuar no GEM Menino Jesus no período de 17/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada da professora Beatriz Prust da Cruz, a qual ocupa o cargo de diretora do GEM Menino Jesus."

Art. 21- Fica retificado o Artigo 4º da Portaria nº. 111/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 4º - Fica contratado o profissional ADILSON RODRIGUES DE PAULA JUNIOR, Professor de Educação Física, MAG II, 20 horas semanais, sem regência para atuar na EBM Maria Lovatel Pires no período de 20/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada da professora Margarete Bora Bunn, a qual está em licença para tratar de assuntos particulares."

Art. 22- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de fevereiro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Portaria Nº 171/2014**

PORTARIA Nº. 171/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

#### **RETIFICAR PORTARIA**

Art. 1º - Fica retificado o Artigo 1º da Portaria nº. 103/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º - Fica exonerada a pedido DIRLEY APARECIDA HECKER PORTA, efetiva no cargo de Professor MAG III, 30 horas, sendo a exoneração referente à 10 horas junto a EBM Maria Lovatel Pires permanecendo 20 horas junto a EBM Rio do Pinho, na disciplina de Ciências, Anos Finais, junto a Secretaria Municipal de Educação, com efeito retroativo à 17/02/2014, conforme requerimento.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de março de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/03/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Portaria Nº 189/2014**

PORTARIA Nº. 189/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

#### **RETIFICAR PORTARIA**

Art. 1º - Fica retificado o item 17.3 do Artigo 1º da Portaria nº. 160/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

“17.3 - ALICE DE FÁTIMA ALVES DOS SANTOS, professora de Geografia MAG I 20 horas semanais, 18 aulas ministradas, 02 aulas excedentes e 15% de regência para atuar na EBM Presidente Castelo Branco no período de 12/03/2014 a 04/08/2014. Considerando vaga vinculada da professora Teresinha Hoeckesfeld Woitexen, a qual está em licença tratamento de saúde.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de março de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/03/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Portaria Nº 215/2014**

PORTARIA Nº. 215/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

#### **RETIFICAR PORTARIA**

Art. 1º - Fica retificado o item 25.4 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

“25.4 - FÁBIO DONIZETE BIALESKI, professor de Língua Portuguesa MAG I 30 horas semanais e 15% de regência para atuar na EBM Rio do Pinho no período de 17/02/2014 a 17/05/2014. Considerando vaga vinculada da professora Ana Maria Kaschuk, a qual está em licença prêmio.”

Art. 2º - Fica retificado o item 14.1 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

“14.1 - ELIANE SUDOSKY DE OLIVEIRA, professora de Anos Iniciais MAG II 20 horas semanais, 30% de regência para atuar na EBM Alberto Wardenski no período de 17/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada da professora Marlene de Miranda Lima, a qual está em processo de readaptação.”

Art. 3º - Fica retificado o item 15.2 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

“15.2 - NEUSELI POKRYVIECKI WALDMANN, pedagoga MAG II 40 horas semanais, 15% de regência para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho no período de 17/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada da pedagoga Sueli Terezina Saqueti, a qual está a disposição no Poló da UFSC.”

Art. 4º - Fica retificado o item 16.6 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

“16.6 - CECÍLIA APARECIDA DA SILVA, professora de Educação Física MAG II 20 horas semanais, sem regência para atuar na EBM Benedito Therézio de Carvalho no período de 17/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga excedente desdobramento de turma.”

Art. 5º - Fica retificado o item 19.2 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

“19.2 - DINAZÉLI TISCHLER FERNANDES CORREA, professor de Anos Iniciais MAG II 20 horas semanais, 30% de regência para atuar na EBM José Grosskopf no período de 17/02/2014 a



19/12/2014. Considerando vaga vinculada da professora Eliane Pereira Pieczarka, a qual ocupa o cargo de diretora da EBM José Grosskopf.

Art. 6º - Fica retificado o item 32.49 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"32.49 - NOECI CECÍLIA GRANEMANN DAMAS, Ensino Médio para exercer a função de Monitor de Educação Especial 40 horas semanais, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco no período de 17/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória para atuar na Rede Municipal de Ensino, onde está incluído um aluno com deficiência, que requer cuidados especiais, sendo proporcionadas atividades diferenciadas. De acordo com a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado.

Art. 7º - Fica retificado o item 35.24 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"32.54 - ROSILDA WENDT GOMES DE CAMARGO, Ensino Médio para exercer a função de Monitor de Educação Especial 20 horas semanais, para atuar na EBM Severo de Andrade no período de 17/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória para atuar na Rede Municipal de Ensino, onde está incluído um aluno com deficiência, que requer cuidados especiais, sendo proporcionadas atividades diferenciadas. De acordo com a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado."

Art. 8º - Fica retificado o item 1.10 da Portaria nº. 178/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

1.10 - JAQUELINE BONETES CARVALHO DO PRADO, Professor de Arte, MAG II, 10 horas semanais, 15% de regência para atuar na GEM Menino Jesus no período de 17/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga excedente pelo reduzido número de alunos sendo assim, será disponibilizada a vaga para efetivação em virtude da turma não ter histórico de permanência.

Art. 9º - Fica retificado o item 17.1 da Portaria nº. 160/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"17.1 - WILLIAM CORDEIRO DE SOUZA, professor de Educação Física MAG II 10 horas semanais, 01 aula excedente e 15% de regência para atuar na EBM Presidente Castelo Branco no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga excedente, desdobramento de turma."

Art. 10 - Fica retificado o item 1.15 da Portaria nº. 168/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"1.15 - ELIZETE ALVES CORRÊA, professora de Arte, MAG II, 30 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas no período de 17/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória, professora de Arte a disposição do Programa PETI."

Art. 11 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de março de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/03/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Publicação do Edital de Pregão Eletrônico Nº FMS 20/2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 35/2014

PREGÃO ELETRÔNICO N.º FMS 20/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10 realizará no dia 22/09/2014, às 15h15min, Pregão Eletrônico para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ANTICONCEPCIONAIS E PRESERVATIVOS DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NA CLÍNICA DA MULHER E DA CRIANÇA E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Cadastro de propostas no site até às 14h00min do dia 22/09/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito/Presidente do Fundo

### **Portaria Nº 224/2014**

PORTARIA Nº. 224/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

#### **RETIFICAR PORTARIA**

Art. 1º - Fica retificado o item 25.3 da Portaria nº. 089/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"25.3 - CLENICE TRUPPEL FAGUNDES, professora de História MAG II, 20 horas semanais, 18 aulas ministradas, 01 aula excedente e 15% de regência para atuar na EBM Rio do Pinho e EBM Alberto Wardenski no período de 17/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada do professor Mário Kriczinski o qual está em lotação temporária na EBM Presidente Castelo Branco."

Art. 2º - Fica retificado o item 12.5 da Portaria nº. 160/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

12.5 - JAINE APARECIDA CORRÊA DE PAULA, professora de Inglês MAG I 10 horas semanais, 15% de regência para atuar na EBM José Grosskopf no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga excedente, não podendo ocorrer a efetivação pelo reduzido número de aulas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de março de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de



Administração, Finanças e Orçamento em 24/03/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Portaria Nº 255/2014**

PORTARIA Nº. 255/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

#### **RETIFICAR PORTARIA**

Art. 1º - Fica retificado o item 1.4 da Portaria nº. 234/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"1.4.A - ALINE HESS DA SILVA, professora de Projetos Esportivos MAG II 20 horas semanais sem regência para atuar na AABB Comunidade no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos.

1.4.B - ALINE HESS DA SILVA, professora de Projetos Esportivos MAG II 20 horas semanais sem regência para atuar no GEM Frei Fabiano Gadzinski no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos."

Art. 2º - Fica retificado o item 1.19 da Portaria nº. 234/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"1.19.A - CLÁUDIA REGINA DE LIMA OSTROVSKI, professora de Projeto Cante, Dance, Faça sua História MAG II 20 horas semanais sem regência para atuar no CEI Vinicius de Moraes no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos.

1.19.B - CLÁUDIA REGINA DE LIMA OSTROVSKI, professora de Projeto Cante, Dance, Faça sua História MAG II 20 horas semanais sem regência para atuar no CEI Vinicius de Moraes no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos."

Art. 3º - Fica retificado o item 1.20 da Portaria nº. 234/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"1.20.A - RENATA CRISTINA FERNANDES KASCHUK, professora de Projetos Pedagógicos MAG II 20 horas semanais sem regência para atuar na EBM Benedito Therezio de Carvalho no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos.

1.20.B - RENATA CRISTINA FERNANDES KASCHUK, professora de Projetos Pedagógicos MAG II 20 horas semanais sem regência para atuar na EBM Benedito Therezio de Carvalho no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos."

Art. 4º - Fica retificado o item 1.26 da Portaria nº. 234/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"1.26.A - RUAN PHELIPE RODRIGUES, professora de Projetos Esportivos MAG II 20 horas semanais sem regência para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos.

1.26.B - RUAN PHELIPE RODRIGUES, professora de Projetos Esportivos MAG II 20 horas semanais sem regência para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos."

Art. 5º - Fica retificado o item 1.27 da Portaria nº. 234/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

1.27.A - LUCIANE SCHIMITBERGER, professora de Projeto Cante, Dance, Faça sua História MAG I 20 horas semanais sem regência para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho e EBM Presidente Castelo Branco no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos.

1.27.B - LUCIANE SCHIMITBERGER, professora de Projeto Cante, Dance, Faça sua História MAG I 20 horas semanais sem regência para atuar no CEI Monteiro Lobato e GEM Reinaldo Krüger no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos."

Art. 6º - Fica retificado o item 1.30 da Portaria nº. 234/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"1.30.A - CLEITON JOSÉ BLANCK, professor de Projeto de Linguagem Artística MAG I 20 horas semanais sem regência para atuar na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos.

1.30.B - CLEITON JOSÉ BLANCK, professor de Projeto de Linguagem Artística MAG I 20 horas semanais sem regência para atuar na EBM José Grosskopf no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos."

Art. 7º - Fica retificado o item 1.31 da Portaria nº. 234/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

1.31.A - MARLI DE FÁTIMA PISCOSKI, professora de Projetos Pedagógicos MAG I 20 horas semanais sem regência para atuar no GEM Frei Fabiano Gadzinski no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos.

1.31.B - MARLI DE FÁTIMA PISCOSKI, professora de Projetos Pedagógicos MAG I 20 horas semanais sem regência para atuar no GEM José Grosskopf no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos."

Art. 8º - Fica retificado o item 1.32 da Portaria nº. 234/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"1.32.A - IVAN ENGEL, professor de Projeto de Linguagem Artística MAG II 20 horas semanais sem regência para atuar na EBM Maria

Izabel de Lima Cubas no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos.

1.32.B - IVAN ENGEL, professor de Projeto de Linguagem Artística MAG II 20 horas semanais sem regência para atuar na EBM Evaldo Dranka no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos."

Art. 9º - Fica retificado o item 1.33 da Portaria nº. 234/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"1.33.A - FABIÓLA WALTER, professora de Projetos Pedagógicos MAG II 20 horas semanais sem regência para atuar na EBM Maria Lovatel Pires no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos.

1.33.B - FABIÓLA WALTER, professora de Projetos Pedagógicos MAG II 20 horas semanais sem regência para atuar no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos."

Art. 10 - Fica retificado o item 1.42 da Portaria nº. 234/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"1.42.A - LILIANE ORTIZ DOS SANTOS, professora de Projetos Linguagem Artística MAG II 20 horas semanais sem regência para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos.

1.42.B - LILIANE ORTIZ DOS SANTOS, professora de Projetos Linguagem Artística MAG II 20 horas semanais sem regência para atuar no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação

integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos.”

Art. 11 - Fica retificado o item 1.44 da Portaria nº. 234/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

“1.44.A - ÉRICA DAIANA MÁXIMO, professora de Projetos de Linguagem Artística MAG I 20 horas semanais sem regência para atuar no GEM Reinaldo Krüger no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos.

1.44.B - ÉRICA DAIANA MÁXIMO, professora de Projetos de Linguagem Artística MAG I 20 horas semanais sem regência para atuar no GEM Xela Elizabete Cornelsen no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos.”

Art. 12 - Fica retificado o item 1.5 da Portaria nº. 234/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

“1.5 - ALINE MARCELA LOURENÇO, professora de Projeto de Linguagem Artística MAG I 20 horas semanais sem regência para atuar no AABB Comunidade no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos.”

Art. 13 - Fica retificado o item 1.36 da Portaria nº. 234/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

“1.36 - BRUNO MUSSOLINI FERNANDES, professor de Projeto de Linguagem Artística MAG II 20 horas semanais sem regência para atuar no GEM Menino Jesus no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos.”

Art. 14 - Fica retificado o item 1.22 da Portaria nº. 234/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

“1.22 - DANIELA IARROCHESKI, professora de Projetos Esportivos MAG I 20 horas semanais sem regência para atuar na EBM Alberto Wardenski no período de 01/04/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de

uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos.”

Art. 15 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de abril de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/04/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Portaria Nº 338/2014**

PORTARIA Nº. 338/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

#### **RETIFICAR PORTARIA**

Art. 1º - Fica retificado o item 1.1 da Portaria nº. 188/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

“1.1 - TAINARA WYPYCK PADILHA DA SILVA, professora de Língua Portuguesa, MAG I, 20 horas semanais, 14 aulas ministradas, sem regência para atuar na EBM José Grosskopf, no período de 19/03/2014 a 02/05/2014. Considerando vaga vinculada da professora Angela Maria Leão Iurkiv, a qual está em Licença Tratamento de Saúde.”

Art. 2º - Fica retificado o item 1.2 da Portaria nº. 188/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

“1.2 - PATRICIA GONÇALVES PADILHA CUBAS MULLER, professora de Língua Portuguesa, MAG I, 20 horas semanais, 20 aulas ministradas, 04 aulas excedentes e 15% regência, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas no período de 19/03/2014 a 02/05/2014. Considerando vaga vinculada da professora Angela Maria Leão Iurkiv, a qual está em Licença Tratamento de Saúde.”

Art. 3º - Fica retificado o item 1.3 da Portaria nº. 317/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

“1.3 - JULIANO FREITAS, Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais e 25% de regência, para atuar no CEI Vinicius de Moraes no período de 05/05/2014 a 30/05/2014. Considerando vaga vinculada da professora Dioni de Lourdes Kocsjanski Adur, a qual está em licença prêmio.”

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de maio de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito



HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Portaria Nº 372/2014**  
PORTARIA Nº. 372/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

**RETIFICAR PORTARIA**

Art. 1º - Fica retificado o artigo 17 da Portaria nº. 065/2013, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 17- Fica concedida a remoção da servidora SUELEN SCHWED, efetiva 30 horas sendo 10 horas na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira e 20 horas na EBM José Grosskopf, Professor de Matemática, removeu 10 horas da EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira para EBM José Grosskopf, totalizando 30 horas efetiva na EBM José Grosskopf partir de 04 de fevereiro de 2013, conforme comunicação interna Nº 274/RH/2013."

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de maio de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Portaria Nº 395/2014**  
PORTARIA Nº. 395/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

**RETIFICAR PORTARIA**

Art. 1º - Fica retificado o item 5.2 da Portaria nº. 160/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"5.2 - SIMONE DA SILVA QUADROS, servente feminino 40 horas para atuar no CEI Landi Ama Neppel no período de 12/03/2014 a 15/06/2014. Considerando vaga vinculada da servente Sueli Rodrigues, a qual estava em Licença para Tratamento de Saúde e em

seguida em Licença Prêmio."

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de maio de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Portaria Nº 100/2014**  
PORTARIA Nº. 100/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 5.241/2013;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em licença maternidade;  
CONSIDERANDO; a existência de servidor em processo de readaptação;  
CONSIDERANDO; a existência de servidor em processo de remoção temporária;  
CONSIDERANDO: a existência de vagas excedentes;  
CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;

**CONTRATAR**

Art. 1º - Fica contratada a profissional MARCIA BROZOSKI ULTHES, professora de Anos Iniciais MAG II 20 horas semanais, 30% regência para atuar na EBM Severo de Andrade, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 20/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada da professora Liane Regina Fiedler, a qual está em processo de readaptação.

Art. 2º - Fica contratada a profissional CELINA POLAK CORRÊA DE OLIVEIRA, professora de Educação Infantil MAG II 20 horas semanais, 25% regência para atuar no CEI Landi Ama Neppel, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 20/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada da professora Nilcéia Cristina Trinoski Todt, a qual ocupa o cargo de diretora no CEI Cecília Meireles.

Art. 3º - Fica contratada a profissional ADRIANA GARCIA DA SILVA DROCZACK, professora de Educação Infantil MAG II 20 horas semanais, 25% regência para atuar no GEM Xeila Elizabete Cornelsen, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 20/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga excedente, desdobramento de turma.

Art. 4º - Fica contratada a profissional ELIS MARINA NUNES, Monitora de Educação Infantil 30 horas semanais, para atuar no CEI Mário Edson de Aguiar, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 20/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada a chamada do concurso público, contrato que poderá ser encerrado a qualquer tempo.

Art. 5º - Fica contratada a profissional CARINE CORREA, Monitora de Educação Infantil 30 horas semanais, para atuar no CEI Ruth Rocha, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 20/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada Magali de Castro Oliveira, a qual está em remoção temporária junto ao CEI Rodolfo Linzmeier.

Art. 6º - Fica contratada a profissional TATIANE FERREIRA DOS SANTOS, professora de Língua Portuguesa MAG I 30 horas semanais, 25 aulas ministradas, 01 aula excedente e 15% regência para atuar na EBM Severo de Andrade, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 20/02/2014 a 30/06/2014. Considerando vaga vinculada da professora Patrícia Charlene Doliznney a qual está em Licença Maternidade.

Art. 7º - Fica contratada a profissional SANDRA GONÇALVES PALHANO DOS SANTOS, servente feminino 40 horas para atuar no CEI Rodolfo Linzmeier, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 20/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada a chamada do concurso público, contrato que poderá ser encerrado a qualquer tempo.

Art. 8º - Fica contratada a profissional NELCI KOCHAN, servente feminino 40 horas para atuar no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 20/02/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada a chamada do concurso público, contrato que poderá ser encerrado a qualquer tempo.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de fevereiro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº 654/2014**

PORTARIA Nº. 654/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 2.307/1990 e da Lei Municipal nº 3.386/2001; resolve:

### **NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Auditor Fiscal, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a profissional CLEONICE DA SILVEIRA VOGT, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrita sob nº. 0819, convocada através do edital nº 036 de 05 de agosto de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 08/09/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de setembro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/09/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **Lei Nº 5.368/2014**

LEI Nº. 5.368 DE 08/08/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:  
LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
Função 15: Urbanismo  
Subfunção 452: Serviços Urbanos  
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo  
Atividade 2.025 - Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito  
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 30.000,00  
Recursos 204 - Recursos Convênio SSP SC Polícia Militar

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
Função 15: Urbanismo  
Subfunção 452: Serviços Urbanos  
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo  
Atividade 2.025 - Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito  
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 30.000,00  
Recursos 204 - Recursos Convênio SSP SC Polícia Militar

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar



no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 27.456,00 (vinte e sete mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
Função 15: Urbanismo  
Subfunção 452: Serviços Urbanos  
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo  
Atividade 2.038 - Ações atinentes ao Convênio Rádio Patrulha 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 27.456,00  
Recursos 130 - Recursos Ordinários

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 27.456,00 (vinte e sete mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
Função 15: Urbanismo  
Subfunção 452: Serviços Urbanos  
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo  
Atividade 2.025 - Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 27.456,00  
Recursos 130 - Recursos Ordinários

Art. 5º - As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 08 de agosto de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/08/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## DECRETO Nº221/2014

DECRETO Nº. 221/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da regulamentação da realização das movimentações financeiras em instituições financeiras onde esta Municipalidade possua recursos pecuniários depositados, resolve:

### DECRETAR

Art. 1º. Fica alterado o art. 6º do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

"Art. 6º. Fica autorizado o servidor LUIS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, a realizar as transações bancárias elencadas no §1º deste artigo, junto à instituição financeira denominada Banco do Brasil S/A, no tocante às contas correntes de nos 25.392-8 e 30.563-4, devidamente cadastradas na agência 0343-3, vinculadas ao Poder Executivo Municipal - Prefeitura do Município de Canoinhas, sob o número de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas 83.102.384/0001-80, e ainda, no tocante à conta corrente de no 30.564-2, devidamente cadastrada na agência 0343-3, esta vinculada ao Poder Executivo Municipal - Fundo Municipal de Saúde, sob o número de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas 11.206.680/0001-10.

§1º. Ficam delegados os seguintes poderes ao servidor citado no caput deste artigo:

I - Solicitar saldos e extratos;  
II - Sustar/Contra-ordenar cheques;  
III - Cancelar cheques;  
IV - Baixar cheque;  
V - Solicitar saldos/extratos de investimentos;  
VI - Emitir comprovantes;  
VII - Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;  
VIII - Requisitar talonários de cheques;  
IX - Emitir cheques;  
X - Retirar cheques devolvidos.

§2º. Exclusivamente no tocante às contas correntes citadas no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura do servidor LUIS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 3º e do §2º do art. 3º-A, vez que tais contas se destinam ao pagamento de valores relativos à diárias de pequena monta, até 100 UFM, aos servidores desta municipalidade."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de setembro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 02/09/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Lei Nº 5.369/2014**

LEI Nº. 5.369 DE 13/08/2014

"AUTORIZA ATLETAS A REPRESENTAR O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, AUTORIZA CUSTEAR DESPESAS COM TRANSPORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Ficam autorizados a representar o Município de Canoinhas, no Campeonato Catarinense Taça Prata, que será realizado no município de Piratuba - SC, no período de 14 a 17 de agosto de 2014, os atletas abaixo nominados:

I - Atletas modalidade Bolão 23:

- a) Alvacir Jose Wendt;
- b) Antonio Carlos Dias;
- c) Edson Maciel Lanke;
- d) Jackson Bechel;
- e) Jailson Alves Ribeiro;
- f) João Rodrigues;
- g) Jose Krezinski;
- h) Jose Krezinski Filho;
- i) Julio Erhardt;
- j) Lucas Rodrigues;
- k) Marcelo Erhardt;
- l) Mauro Bechel;
- m) Moacir Scheuer;
- n) Ricardo Krezinski;
- o) Tiago Erhardt;
- p) Tiago Luiz Paulo;
- q) Walter Rolf Prust;
- r) Wilson Alex Cornelsen.

II - Chefe da Delegação:

- a) Jackson Lucio Wendt.

Art. 2º - Fica autorizada a Fundação Municipal de Esportes e Lazer, a custear as despesas referente ao transporte da delegação em veículo próprio ou de terceiros, qual seja, no montante de até R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), divididos da seguinte forma:

I - Transporte ida/volta, no valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

II - Deslocamentos da delegação, dentro da cidade de Piratuba/SC, no valor de até R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas da Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas - 3.3.90.00.00.00.00.00.0001 - dotações 2.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de agosto de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/08/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**LEI Nº 5.370/2014**

LEI Nº. 5.370 DE 19/08/2014

DENOMINA RUA ERNESTO NÜNBERG

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica denominada de Rua Ernesto Nünberg a via pública localizada no Bairro Alto da Tijuca, que tem seu ponto inicial na Estrada Alfredo Schumacker e segue à direita, paralela a Rua Agrimensor Genival Stelzner Batista, sendo a primeira rua do Loteamento Everton César Gonchorovski.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 19 de agosto de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/08/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**LEI Nº 5.371/2014**

LEI Nº. 5.371 DE 22/08/2014

DENOMINA SERVIDÃO ANGELA MOHR

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica denominada de Servidão Angela Mohr a via pública que tem início na Rua Matias Müller, próximo e do lado contrário à Rua Matin Francis Filhos, no Bairro Piedade.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 22 de agosto de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/08/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**LEI Nº 5.372/2014**

LEI Nº. 5.372 DE 22/08/2014

DENOMINA RUA JOAQUIM FERREIRA RIBEIRO

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica denominada de Rua Joaquim Ferreira Ribeiro a via pública localizada no Bairro Campo da Água Verde (Vila Militar), que tem seu início na Rua Ademar Muhlbauer, ligando esta a Rua Ivany Walter Rodrigues e Rua Afonso Bayl.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 22 de agosto de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/08/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º FME 01/2013**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

AVISO DE ALTERAÇÃO

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º FME 01/2013

Objeto: Chamamento Público para fins de credenciamento de emissoras de radiodifusão em amplitude modulada (AM) e frequência modulada (FM), comerciais, educativas e comunitárias para prestação de serviços relativos a realização de programa esportivo e transmissão de jogos.

Edital: Edital alterado e seus anexos disponíveis no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), link - licitações, no local de informações adicionais. DA ALTERAÇÃO:

Onde consta: Somente será credenciada uma emissora de rádio, tendo direito a executar dos serviços a primeira rádio protocolar seus documentos. (item 1.2 do Edital)

Considerar: Poderá solicitar o credenciamento e executar os serviços objeto deste credenciamento, todas as emissoras de rádio que possuam programa compatível os serviços deste edital. (item 1.2 do Edital)

Demais cláusulas permanecem inalteradas.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

**Capinzal****PREFEITURA****FMAS Processo Licitatório Nº 0020/2014 - Tomada de Preço Para Obras E Serviços de Engenharia Nº 0002/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0020/2014

Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0002/2014

OBJETO: Contratação de empresa especializada de engenharia para execução de serviços de adequação de edificação denominada Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS, com fornecimento mão de obra e de material. Com Recursos Próprios e Federais do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 23/09/2014.

Menor Preço Global

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739, FAX Nº (0xx49) 3555-8744

Capinzal, 5 de setembro de 2014.

Kelvis Borges

Gestor do Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social

**PMC TA CONTRATO 0073/2014**

Termo Aditivo Nº.: TA 0001/2014 C73

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: AUTO MECÂNICA TOTTI &amp; VIEIRA LTDA ME

Valor ..... : 2.002,50 (dois mil e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 01/09/2014 Término: 14/03/2015

Processo Licitatório Nº 0030/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0023/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : O Objeto do presente TERMO ADITIVO é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o Artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 2.002,50 (dois mil e dois reais, cinquenta centavos), conforme justificativas e parecer jurídico em anexo.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
5	25,00	HRS	Serviço de mecânica MICROONIBUS - AGRAL MCR 9717 AGRAL/MASCA GRANMINI 26 PASS. ANO 2003 C. 9BYC21K1W3C000604	TOTTI E VIEIRA	58,50	1.462,50
10	10,00	HRS	Serviço de elétrica MICROONIBUS - AGRAL MCR 9717 AGRAL/MASCA GRANMINI 26 PASS. ANO 2003 C. 9BYC21K1W3C000604	TOTTI E VIEIRA	54,00	540,00
Total						2.002,50

**PMC TA CONTRATO 0074/2014**

Termo Aditivo Nº.: TA 0001/2014 C74

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: MECANICA DAMTIZA LTDA - ME

Valor ..... : 1.992,50 (um mil novecentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 01/09/2014 Término: 14/03/2015

Processo Licitatório Nº 0030/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0023/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : O Objeto do presente TERMO ADITIVO é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o Artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 1.992,50 (um mil novecentos e noventa e dois reais, cinquenta centavos), conforme justificativas e parecer jurídico em anexo.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
2	25,00	HRS	Serviço de mecânica MICROONIBUS FIAT DUCATO MHS 5733FIAT COMBINADO ANO/MOD. 2010	Mecanica Damtiza	58,50	1.462,50
7	10,00	HRS	Serviço de elétrica MICROONIBUS FIAT DUCATO MHS 5733FIAT COMBINADO ANO/MOD. 2010	Mecanica Damtiza	53,00	530,00
Total						1.992,50

**PMC TA CONTRATO 0121/2014**

Termo Aditivo Nº.: TA 001/2014 C121

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA.

Valor ..... : 709,75 (setecentos e nove reais e setenta e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 01/09/2014 Término: 07/04/2015

Processo Licitatório Nº 0056/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0042/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : O Objeto do presente TERMO ADITIVO é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o Artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 709,75 (setecentos e nove reais e setenta e cinco centavos), conforme justificativas e parecer jurídico em anexo.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
2	125,00	Lt	Alcool 70%, em frascos com (01) litro.com selo do inmetro.	floops	4,45	556,25
4	25,00	Lt	Alcool gel 70%, em frascos de 01 (um) litro com válvula. com selo do inmetro.	FLOOPS	6,14	153,50
Total						709,75

**EDITAL 020/2014**

EDITAL Nº 020, DE 27 DE JULHO DE 2014.

Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros, em 7 de julho de 2014, provenientes do Termo de Compromisso PAR Nº 32293/2014 celebrado com o Ministério da Educação -Projeto do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - 1ª Parcela, cujo objeto é a construção de seis salas de aula no Loteamento Poente do Sol, Quadra nº 514, Lote 2, localizada na esquina das Ruas Projetada C e F, no valor de R\$ 204.355,53,00 (duzentos e quatro mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e três centavos).

Capinzal - SC, 27 de julho de 2014.

Andevir Isganzella

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

Orlando Tholl

Secretário da Administração e Finanças



**EDITAL 021/2014**

EDITAL Nº 021, DE 27 DE JULHO DE 2014.

Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros, em 7 de julho de 2014, provenientes do Termo de Compromisso PAR Nº 32292/2014 celebrado com o Ministério da Educação -Projeto do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - 1ª Parcela, cujo objeto é a construção de quatro salas de aula no terreno da Escola Carlos Jaime da Rocha, da Localidade de Lindenberg, no valor de R\$ 174.544,03 (cento e setenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e três centavos).

Capinzal - SC, 27 de julho de 2014.

Andevir Isganzella

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

Orlando Tholl

Secretário da Administração e Finanças

**EDITAL 022/2014**

EDITAL Nº 022, DE 3 DE SETEMBRO DE 2014.

Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros, em 3 de setembro de 2014, provenientes do Termo de Compromisso PAR nº 206660/2013, celebrado com o Ministério da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - 1ª Parcela, cujo objeto é a construção da Quadra do Escola Municipal Belisário, no valor de R\$ 101.973,19 (cento e um mil, novecentos e setenta e três reais e dezenove centavos).

Capinzal - SC, 3 de setembro de 2014.

Andevir Isganzella

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

Orlando Tholl

Secretário da Administração e Finanças

**ERRATA CONTRATO 0078/2014**

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na Edição de número 1548, página 82, do dia 13/08/2014, referente ao extrato do contrato nº 0186/2014 - Prefeitura;

Onde se lê:

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0082/2014,

Leia-se:

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0078/2014.

**PMC TA Contrato 0168/2014**

Termo Aditivo Nº.: TA 001/2014 C168

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: ENGHEVIA SERVICOS E OBRAS LTDA - EPP

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 16/08/2014 Término: 16/10/2014

Processo Licitatório Nº 0094/2014

Licitação ..... : Tomada de Preço para Obras e Serviços Engenharia Nº.: 0004/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 16/10/2014, conforme justificativa, parecer técnico e parecer jurídico em anexo.

**FMS Resilição Contrato 0033/2013**

Contrato Nº.: 0033/2013

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada...: C. KRODA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Valor ..... : 90.000,00 (noventa mil reais)

Vigência ..... : Início: 12/03/2013 Término: 31/12/2013

Processo Licitatório Nº 0012/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0004/2013

Recursos ..... : Dotação:

TA Contrato Nº.: 0001/2013

Vigência ..... : Início: 23/12/2013 Término: 31/12/2014

Objeto ..... : Pelo presente instrumento, as partes contratantes acima identificadas, por seus representantes legais ao final assinados, promovem a rescisão do contrato nº 0033/2013 e Termo Aditivo 001/2013, oriundo do Processo Licitatório nº 0012/2013, do Pregão Presencial nº 0004/2013 conforme Art. 78 inciso X da lei 8.666/93, extinguindo-se com os mesmos obrigações e deveres nele transcritos, sem indenização a qualquer título às partes. Conforme Memorando nº 140/2014 da Secretaria de Saúde, em anexo.

**FMS Resilição Contrato 0090/2013**

Contrato Nº.: 0090/2013

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada...: C. KRODA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Valor ..... : 136.800,00 (cento e trinta e seis mil e oitocentos reais)

Vigência ..... : Início: 26/06/2013 Término: 31/12/2013

Processo Licitatório Nº 0025/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0012/2013

Recursos ..... : Dotação:

TA Contrato Nº.: 0001/2013

Vigência ..... : Início: 23/12/2013 Término: 31/12/2014

Objeto ..... : Pelo presente instrumento, as partes contratantes acima identificadas, por seus representantes legais ao final assinados, promovem a rescisão do contrato nº 0090/2013 e Termo Aditivo 001/2013, oriundo do Processo Licitatório nº 0025/2013,



do Pregão Presencial nº 0012/2013 conforme Art. 78 inciso X da lei 8.666/93, extinguindo-se com os mesmos obrigações e deveres nele transcritos, sem indenização a qualquer título às partes. Conforme Memorando nº 141/2014 da Secretaria de Saúde, em anexo.

### PMC TA CONTRATO 0174/2014

Termo Aditivo Nº.: TA 001/2014 C174

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: ENGHEVIA SERVICOS E OBRAS LTDA - EPP

Valor ..... : 21.203,00 (vinte e um mil duzentos e três reais)

Vigência ..... : Início: 03/09/2014 Término: 03/10/2014

Processo Licitatório Nº 0102/2014

Licitação ..... : Tomada de Preço para Obras e Serviços Engenharia Nº.: 0006/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Objeto do presente TERMO ADITIVO é a prorrogação da vigência do contrato original, com termo final na data de 03/10/2014, bem como o aditamento do valor de R\$ 21.203,00 (vinte e um mil, duzentos e três reais), pela inclusão na obra, em conformidade com a solicitação, justificativas, parecer técnico e parecer jurídico em anexo, e, ainda, a autorização legal prevista no Artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93 e cláusula nona, do edital nº 0102/2014.

## SIMAE

### Retificação de Edital - Pregão Presencial Nº Cao/26/2014

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: CAO/0217/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº: CAO/26/2014

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO SANITÁRIO.

FICA RETIFICADA A DATA PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES, de 11/09/2014 às 14:00 horas, para 15/09/2014 às 14:00 horas.

FICA RETIFICADA A DESCRIÇÃO DOS ITENS DO OBJETO, CONFORME SEGUE:

ITEM	DESCRIÇÃO ANTERIOR	DESCRIÇÃO RETIFICADA
17	Curva 90º Coletor Esgoto Ocre liso, Ponta / Bolsa, Longa Injetada DN 150 mm, Junta Elástica Integrada (JEI)	Curva 90º Coletor Esgoto Ocre liso, Ponta / Bolsa, Longa Injetada ou Moldada DN 150 mm, Junta Elástica Integrada (JEI) ou (JERI)
18	Curva 90º Coletor Esgoto Ocre liso, Ponta / Bolsa, Longa Injetada DN 100 mm, Junta Elástica Integrada (JEI)	Curva 90º Coletor Esgoto Ocre liso, Ponta / Bolsa, Longa Injetada ou Moldada DN 100 mm, Junta Elástica Integrada (JEI) ou (JERI)

19	Curva 45º Coletor Esgoto Ocre liso Ponta / Bolsa, Longa Injetada DN 100 mm, Junta Elástica Integrada (JEI)	Curva 45º Coletor Esgoto Ocre liso Ponta / Bolsa, Longa Injetada ou Moldada DN 100 mm, Junta Elástica Integrada (JEI) ou (JERI)
20	Curva 90º Coletor Esgoto Ocre, liso, Ponta / Bolsa, Curta Injetada DN 100 mm, Junta Elástica Integrada (JEI)	Curva 90º Coletor Esgoto Ocre, liso, Ponta / Bolsa, Curta Injetada DN 100 mm, Junta Elástica Integrada (JEI) ou (JERI)
21	Curva 45º Coletor Esgoto Ocre, liso, Ponta / Bolsa, Curta Injetada DN 100 mm, Junta Elástica Integrada (JEI)	Curva 45º Coletor Esgoto Ocre, liso, Ponta / Bolsa, Curta Injetada DN 100 mm, Junta Elástica Integrada (JEI) ou (JERI)

AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS DEMAIS ITENS DO EDITAL, NÃO RELACIONADOS ACIMA, PERMANECEM INALTERADAS, MANTIDAS CONFORME PUBLICADO NO EDITAL DE ABERTURA DO CERTAME.

MAIORES ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER PRESTADOS NO ESCRITÓRIO DO SIMAE, SITO À RUA DOMINGOS OMIZOLLO, Nº 447, BAIRRO SÃO LUIZ - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000, OU PELO FONE (049) 3555-1107, COM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DAS 08:00 ÀS 12:00 E DAS 13:30 ÀS 17:30 HORAS.

Capinzal/SC, 04 de setembro de 2014.

Francieli da Rosa

Pregoeira

# Catanduvas

## PREFEITURA

### Decreto Nº 2.008, de 03 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 2008, de 3 de setembro de 2014.

"DECLARA SITUAÇÃO DE RISCO CAUSADA POR VEGETAÇÃO PROPAGADA SOBRE VIA PÚBLICA"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, e na forma do disposto nos incisos VIII e XXIII do art. 103, c/c alínea "I" do inciso I do art. 8º da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, que em Estrada Municipal Alimentadora da Estrada Geral Pedra Lisa/São José, em parte de seu leito, e na faixa de domínio, numa extensão de 304 metros, vem ocorrendo a propagação espontânea de espécimes arbóreos;

CONSIDERANDO, que parte desses espécimes apresenta risco iminente de queda, causando prováveis prejuízos ao patrimônio público ou privado;

CONSIDERANDO, por fim, que diversas árvores, em face da propagação espontânea vêm constituindo obstáculo fisicamente incontornável à circulação normal dos veículos que adentram e circulam por aquela via,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica decretada e autorizada a supressão da vegetação, exclusivamente no trecho acima descrito e afetado, podendo ser solicitada a cooperação da unidade do Corpo de Bombeiros e demais providências para a completa segurança da operação.

Art. 2º O disposto no presente Decreto não exclui a eventual autorização ou aquiescência de outros órgãos públicos.

Art. 3º As despesas decorrentes do cumprimento do presente Decreto, correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 3 de setembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Claudinei Antonio Sella  
Sec. Municipal de Administração

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

CONTRATADA: MAGRINELLI E MODENA CONSULTORIA LTDA

OBJETO DO CONTRATO: Adequação legal do Município para habilitação, no que couber, junto à Fundação de Meio Ambiente - FATMA, Conselho Estadual de Meio Ambiente - Consema e Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável - SDS, tornando o Município apto a promover o Licenciamento Ambiental de Impacto Local, como integrante do Consórcio Público Multifinalitário Meio Oeste Contestado - CPIMMOC.

A adequação do Município quanto à habilitação para o licenciamento das Atividades de Impacto local, conforme preconiza a legislação, deve ser elaborada contemplando-se os seguintes itens:

- a) Criação da Política Municipal de Meio Ambiente, de acordo com as Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente, disciplinando inclusive, o Licenciamento Ambiental no âmbito do Município;
- b) Criação e/ou adequação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, como órgão consultivo e deliberativo;
- c) Vinculação do Município, por meio de legislação específica, ao órgão ambiental a ser criado no organograma do Consórcio Público Multifinalitário Meio Oeste Contestado - CPIMMOC;
- d) Elaboração de toda documentação necessária para a habilitação do município junto aos órgãos competentes para o Licenciamento Ambiental em todas as modalidades legalmente disponíveis, requeridas pelo município.

VIGÊNCIA: Até 31 (trinta e um) de dezembro de 2014 para entregar os serviços referentes a elaboração do objeto.

VALOR: R\$ 4.959.19 (quatro mil novecentos e cinquenta e nove reais e dezenove centavos).

DATA DE ASSINATURA: 03 de setembro de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC  
Gisa Aparecida Giacomini

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 352 de 04.09.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIANº 352/2014

- CONSIDERANDO, apresentação do atestado Médico para Gestante;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99 e c/c o art. 2º § 1º do Decreto nº. 03/2011 de 12.01.2011,

#### RESOLVE

Art.1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias a Licença Maternidade da Servidora Pública ZULEIDE DIEL SCHNEIDER, ocupante do efetivo de Agente de Serviços Gerais-40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 04.09.14 a 02.09.14.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,  
04 de setembro de 2014.  
JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA Nº 353 DE 04.09.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIANº 354/2014

CONSIDERANDO, o recebimento da Comunicação de Decisão do benefício previdenciário de auxílio-doença emitido em 21.08.14, pelo Instituto Nacional de Seguro Social;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a licença para tratamento de saúde da servidora pública PATRICIA APARECIDA BATISTA, matriculada sob o nº 2548/02, pelo período de 26.09.14 a 28.09.14, remunerada pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
04 de setembro de 2014.  
JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

## Cocal do Sul

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato N. 91/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 91/14 DA PMCS. Processo de Licitação n. 72/PMCS/2014. Modalidade: Pregão Presencial n. 36/PMCS/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - EPP. ASSINATURA: 15/08/2014. VIGÊNCIA: 31/12/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 3.3.90.30.07(60); 3.3.90.30.07(61). OBJETO: aquisição de Gêneros Alimentícios(merenda escolar), no atendimento ao Município de Cocal do Sul. VALOR: R\$ 4.185,00(quatro mil cento e oitenta e cinco reais).

#### EXTRATO DE CONTRATO 89/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 89/14 DA PMCS. Processo de Licitação n. 72/PMCS/2014. Modalidade: Pregão Presencial n. 36/PMCS/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: BIG MIX COMÉRCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA - ME. ASSINATURA: 15/08/2014. VIGÊNCIA: 31/12/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 3.3.90.30.07(60); 3.3.90.30.07(61). OBJETO: aquisição de Gêneros Alimentícios(merenda escolar), no atendimento ao Município de Cocal do Sul. VALOR: R\$ 72.304,50(setenta e dois mil trezentos e quatro reais e cinquenta centavos).

#### EXTRATO DE CONTRATO 103/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 103/14 DA PMCS. Processo de Licitação n. 73/PMCS/2014. Modalidade: Dispensa de Licitação n. 12/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: NERINHO SALVAN. ASSINATURA: 21/08/2014. VIGÊNCIA: 31/12/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 3.3.90.30.07(60); 3.3.90.30.07(61). OBJETO: aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, para alunos da rede de educação básica pública. VERBA: FNDE/PNAE, Resolução n. 26/2013, de 17/06/2013. VALOR: R\$ 20.000,00(vinte mil reais).

#### EXTRATO DE CONTRATO N. 104/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 104/14 DA PMCS. Processo de Licitação n. 70/PMCS/2014. Modalidade: Edital de Tomada de Preços n. 09/PMCS/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: CONSTRUTORA BS LTDA - ME. ASSINATURA: 01/09/2014. VIGÊNCIA: 270(duzentos e setenta) dias corridos (prazo de execução + 120 dias) contados a partir da data de sua assinatura. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 0701.1024.4490(161). OBJETO: fornecimento de material e serviço para construção de Escola de Educação Básica, no Bairro Vila Nova. TERMO DE COMPROMISSO: PAR n. 32325/2014(FNDE). VALOR: R\$ 734.395,49(setecentos e trinta e quatro mil trezentos e noventa e cinco reais e quarenta e nove centavos).

**EXTRATO DE CONTRATO 105/2014**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/14 DA PMCS. Processo de Licitação n. 85/PMCS/2014. Modalidade: Dispensa de Licitação n. 13/PMCS/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: CLAUDIO SANTOS MARIA. ASSINATURA: 01/09/2014. VIGÊNCIA: 31/12/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 05.01.2.007.3.3.90(19). OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORAMENTO AO Setor de Tributos do Município de Cocal do Sul. VALOR TOTAL: R\$ 3.200,00(três mil e duzentos reais).

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/PMCS/2014 (REGISTRO DE PREÇOS)**

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/PMCS/2014 (REGISTRO DE PREÇOS) - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 90/PMCS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Pregão presencial nº. 46/PMCS/2014 (Registro de Preços), que objetiva o registro de preços de materiais para pavimentação asfáltica e recuperação de ruas, para aquisições e contratações futuras, para uso no Município de Cocal do Sul. A abertura do Pregão será às 14h00min do dia 19 de setembro de 2014. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site [www.cocaldo-sul.sc.gov.br](http://www.cocaldo-sul.sc.gov.br), ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 as 16:30 horas.

Cocal do Sul, 04 de setembro de 2014.

Ademir Magagnin

Prefeito Municipal

**Concórdia****PREFEITURA****Portaria Nº 28/2014-Fmec**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 28/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento ao público externo;
- a concordância do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fixar a partir do dia 01 de setembro de 2014, horário especial de trabalho ao servidor ALADIR LUIS POLETO, ocupante do cargo de Encarregado de Seção, na forma abaixo:

I - De Segunda à Sextas-Feiras: Das 06h30 às 10h30 e das 13h às 16h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

**PORTARIA Nº 29/2014-FMEC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 29/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando a solicitação do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fixar a partir do dia 01 de setembro de 2014, horário especial de trabalho ao servidor ROBERTO DEL POZZO, ocupante do cargo de Responsável de Setor, na forma abaixo:

I - De Segunda à Sextas-Feiras: Das 08h às 11h15 e das 13h15 às 17h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

**PORTARIA Nº 30/2014-FMEC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 30/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando solicitação do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fixar a partir do dia 01 de setembro de 2014, horário especial de trabalho ao servidor ITAMAR FRANCISCO FORNARI, ocupante do cargo de Encarregado de Seção, na forma abaixo:

I - De Segunda à Sextas-Feiras: Das 08h às 11h30 e das 13h15 às 16h45.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

**PORTARIA Nº 31/2014-FMEC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 31/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento das Escolinhas de Iniciação Esportiva e Equipes de Rendimento;
- a concordância do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fixar a partir do dia 01 de setembro de 2014, horário especial de trabalho ao servidor MÁRIO ALBERTO SOARES DE CAMPOS, ocupante do cargo de Professor, na forma abaixo:

I - De Segunda à Sextas-Feiras: Das 08h às 12h e das 14h às 18h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

**PORTARIA Nº 32/2014-FMEC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 32/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril

de 1989, e considerando a solicitação do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fixar a partir do dia 01 de setembro de 2014, horário especial de trabalho ao servidor DIOMAR JOSÉ PERIN, ocupante do cargo de Professor, na forma abaixo:

I - De Segunda à Sextas-Feiras: Das 07h15 às 11h20 e das 13h05 às 17h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

**PORTARIA Nº 33/2014-FMEC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 33/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando a solicitação da servidora;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fixar a partir do dia 01 de setembro de 2014, horário especial de trabalho à servidora ROSILENE SALVADOR POLINA, ocupante do cargo de Professor, na forma abaixo:

I - De Segunda à Sextas-Feiras: Das 07h15 às 11h15 e das 13h às 17h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

**PORTARIA Nº 34/2014-FMEC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 34/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento ao público externo;
- a solicitação da servidora;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fixar a partir do dia 01 de setembro de 2014, horário especial de trabalho à servidora VIRGINIA PEREIRA AMADOR, ocupante do cargo de Chefe de Departamento, na forma abaixo:

I - De Segunda à Sextas-Feiras: Das 07h40 às 11h10 e das 13h30 às 17h.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.  
VILMAR ANTÔNIO BENTZ  
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

#### **PORTARIA Nº 35/2014-FMEC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
PORTARIA Nº 35/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando

- a necessidade de adequar horário de trabalho ao melhor andamento dos serviços no Parque de Exposições;
- a concordância do servidor;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Fixar a partir do dia 1º de setembro de 2014, horário especial de trabalho aos servidores GERALDO SYCHOCKI e ANTÔNIO DA CRUZ NETO, ocupantes do cargo de Servente Braçal, na forma abaixo:

I - De Segunda à Sextas-Feiras: Das 07h às 11h15 e das 13h15 às 17h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.  
VILMAR ANTÔNIO BENTZ  
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

#### **PORTARIA Nº 19/2014-FMEC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
PORTARIA Nº 19/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento das Escolinhas de Iniciação Esportiva e Equipes de Rendimento da FMEC;
- a concordância do servidor;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Fixar a partir do dia 1º de setembro de 2014, horário especial de trabalho à servidora CAMILA PILONI, ocupante do cargo de Técnico Desportivo, na forma abaixo:

I - Segundas-feiras: Das 08h às 10h15 e das 13h30 às 19h;  
II - Terças-feiras: Das 7h30 às 11h30, das 12h30 às 16h30 e das 17h30 às 19h;  
II - Quartas-feiras: Das 08h às 10h15 e das 13h30 às 18h45;  
III - Quintas-Feiras: Das 08h às 11h e das 13h30 às 19h;  
IV - Sextas-Feiras: Das 09h45 às 11h e das 13h30 às 19h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.  
VILMAR ANTÔNIO BENTZ  
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

#### **Portaria Nº 20/2014-Fmec**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
PORTARIA Nº 20/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento das Escolinhas de Iniciação Esportiva e Equipes de Rendimento da FMEC;
- a concordância do servidor;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Fixar a partir do dia 1º de setembro de 2014, horário especial de trabalho à servidora CARINA ANDREIA MARIANI, ocupante do cargo de Técnico Desportivo, na forma abaixo:

I - Segundas, Quartas e Sextas-feiras: Das 07h às 11h30 e das 13:00 às 16h30;

II - Terças e Quintas-feiras: 08h às 11h30, das 13h às 16h e das 20h30 às 22h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.  
VILMAR ANTÔNIO BENTZ  
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

#### **PORTARIA Nº 21/2014-FMEC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
PORTARIA Nº 21/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento das Escolinhas de Iniciação Esportiva e Equipes de Rendimento da FMEC;
- a concordância do servidor;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Fixar a partir do dia 1º de setembro de 2014, horário especial de trabalho à servidora CRISTIELE ANA FINGER, ocupante do cargo de Técnico Desportivo, na forma abaixo:

I - Segundas e Quartas -feiras: Das 08h às 11h30 e das 13:15 às 17h15;

II - Terças e Quintas-feiras: 08h às 11h30 e das 13h30 às 19h;

III - Sextas-Feiras: 07h30 às 11h e das 13h às 16h30.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.  
VILMAR ANTÔNIO BENTZ  
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

**PORTARIA Nº 22/2014-FMEC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 22/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento das Equipes de Rendimento da FMEC;
- a concordância do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fixar a partir do dia 1º de setembro de 2014, horário especial de trabalho ao servidor DENILSON CHIAPETTI, ocupante do cargo de Professor, na forma abaixo:

- I - Segundas, Quartas e Sextas -feiras: Das 18h30 às 22h;
- II - Terças-feiras: Das 14h30 às 17h;
- III - Sábados: Das 14h às 17h.

Parágrafo único. O servidor ficará liberado de suas funções nas quintas-feiras, amparado pela Lei nº 640/2013 (Hora Atividade).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

**PORTARIA Nº 23/2014-FMEC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 23/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento das Escolinhas de Iniciação Esportiva e Equipes de Rendimento da FMEC;
- a concordância do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fixar a partir do dia 01 de setembro de 2014, horário especial de trabalho ao servidor EDSON LUIS LORENZETT, ocupante do cargo de Técnico Desportivo, na forma abaixo:

- I - De Segunda às Sexta-Feiras: 08h30 às 11h e das 13h30 às 19h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

**PORTARIA Nº 24/2014-FMEC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 24/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando

- a solicitação do servidor;
- a necessidade de adequar horário de atendimento das Equipes de Rendimento da FMEC;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fixar a partir do dia 1º de setembro de 2014, horário especial de trabalho ao servidor JORGE TAKEO TOKUSUMI, ocupante do cargo de Professor, na forma abaixo:

- I - Segundas, Quartas e Sextas -feiras: Das 07h15 às 10h, 12h45 às 16h e das 17h às 19h;
- II - Terças e quintas-feiras: Das 07h15 às 11h e das 12h45 às 17h

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

**PORTARIA Nº 25/2014-FMEC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 25/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento das Escolinhas de Iniciação Esportiva;
- a concordância do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fixar a partir do dia 1º de setembro de 2014, horário especial de trabalho ao servidor LADI DEMARCHI, ocupante do cargo de Técnico Desportivo, na forma abaixo:

- I - Segundas-feiras: Das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30;
- II - Terças e Quintas-feiras: Das 08h às 12h, 13h30 às 16h30 e das 17h30 às 19h30;
- III - Quartas-feiras: Das 08h às 12h e das 13h30 às 15h30;
- IV - Sextas-feiras e aos sábados: Das 08h às 12h.

Parágrafo único. O servidor ficará liberado de suas funções nas sextas-feiras, no período vespertino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

**PORTARIA Nº 26/2014-FMEC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 26/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento ao público externo;
- a concordância do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fixar a partir do dia 01 de setembro de 2014, horário especial de trabalho ao servidor LAURI ANTÔNIO LORENZETT, ocupante do cargo de Encarregado de Seção, na forma abaixo:

I - De Segunda à Sextas-Feiras: Das 08h às 11h e das 15h30min às 19h30min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

**PORTARIA Nº 27/2014-FMEC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 27/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento ao público externo;
- a concordância do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fixar a partir do dia 01 de setembro de 2014, horário especial de trabalho à servidora LORENA MARIA ROTTA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, na forma abaixo:

I - De Segunda à Sextas-Feiras: Das 06h30 às 10h30 e das 12h às 16h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 28/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2014- PMC

Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa em regime de empreitada global (material e mão de obra) para aquisição com fornecimento e instalação de guarda-corpos e corrimãos em tubos de aço galvanizado, no município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 19/09/2014.

Abertura: dia 22/09/2014, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 04 de setembro de 2014.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

**Extrato do Resultado da Sessão de Habilitação Concorrência Nº 6/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONCORRENCIA Nº 6/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de operação, tratamento de resíduos e manutenção do Aterro Sanitário Municipal, de acordo com o projeto básico e memorial descritivo, constante no anexo "D" do Edital.

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar do presente certame as empresas: RIOVIVO AMBIENTAL LTDA representada pelo Senhor Donizete Carvalho Faria, BFA AMBIENTAL SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS LTDA EPP e LÍDER MATERIAL ELÉTRICO LTDA representada pelo Senhor Rodenei Zampronio. Aberta a sessão pública pelo Presidente da Comissão, os envelopes apresentados pelas licitantes foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro dos prazos fixados do Edital, até às 16h00min de 03/09/2014. Em seguida, procedeu-se à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentação de Habilitação, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e pelos representantes presentes, constatando-se que a licitante BFA AMBIENTAL SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS LTDA EPP, apresentou o comprovante de situação financeira solicitado no item 5.1 alínea "J" subalínea "j.1", (o qual reza: a comprovação da boa situação financeira mencionada na alínea "j" será baseada no cálculo (que deverá ser apresentado pela licitante, assinado pelo seu contador) dos índices de Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG) e Solvência Geral (SG), demonstrados a seguir, sendo que, serão julgadas inabilitadas as licitantes que apresentarem resultado igual ou menor do que 1,00 (um) em qualquer um dos índices referidos), incompleto, por faltar a identificação do índice de Solvência Geral, já, os índices apresentados de Liquidez

Corrente R\$ 0,04 (quatro centavos) e Liquidez Geral R\$ 0,45 (quarenta e cinco centavos), resultam em valor inferior ao exigido, o qual corresponde a R\$ 1,00 (um real), sendo portanto julgada INABILITADA. Já as licitantes RIOVIVO AMBIENTAL LTDA e LÍDER MATERIAL ELÉTRICO LTDA, apresentaram sua documentação de habilitação de acordo com os requisitos exigidos no Edital, sendo, portanto, julgadas HABILITADAS. Observa-se que foi diligenciado e solicitado a presença do Engenheiro Sanitarista do Município senhor Anibal Fontanella de Souza, para conferência dos Atestados de Capacidade Técnica, o qual ratificou que todos os acervos apresentados pelas licitantes estão de acordo com o solicitado no Edital. Ressalta-se que as empresas RIOVIVO AMBIENTAL LTDA e LÍDER MATERIAL ELÉTRICO LTDA solicitaram prazo para interposição de recurso. Por conseguinte, o Presidente oficializou que em decorrência da ausência do representante legal da licitante BFA AMBIENTAL SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS LTDA EPP a presente licitação terá de ser suspensa para que o resumo do julgamento ora proferido seja devidamente publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, através do site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, sendo que o consequente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir daquela data. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão com a presente ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representante legal presente.

Concórdia, SC, 04 de setembro de 2014.

MAURO FRIGO

Presidente da C.P.L

## Cordilheira Alta

### PREFEITURA

#### EXTRATO EDITAL AVISO DE LICITAÇÃO PP 52/2014

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, de acordo com a Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, Decreto Municipal 17/2007 e normas estabelecidas no Edital.

Processo Administrativo n. 77/2014.

Edital: Pregão Presencial n. 52/2014.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada no ramo de transporte de passageiros para realizar o transporte escolar dos alunos que frequentam as escolas do Município.

Entrega dos Envelopes: até às 14:00 horas do dia 17/09/2014

Abertura dos Envelopes: 14:30 horas do dia 17/09/2014

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente ou no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br).

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. 49 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 03 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

**ATA RESULTADO PP 49/2014**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA</b>  CNPJ: 95.990.198/0001-04 R. Celso Tozzo, 27 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 49/2014 - PR</b>  Processo Administrativo: 72/2014 Processo de Licitação: 72/2014 Data do Processo: 21/08/2014
	Folha: 1/1

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

AQUISIÇÃO DE SEMENTE DE PASTAGEM PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE SEMENTES DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.**

Ao(s) 3 de Setembro de 2014, às 09:39 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 210/2013, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 72/2014, Licitação nº 49/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A proposta da empresa proponente foi apresentada de acordo com o exigido no edital

**Participante:** 2077 - MEDIC VET LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	SEMENTE DE MILHETO MELHORADO	kg	6.000,00	RELVA SEMENTES	0,0000	1,64	9.840,00
2	CAPIM SUDÃO	kg	6.000,00	RELVA SEMENTES	0,0000	3,25	19.500,00
<b>Total do Participante —————&gt;</b>							<b>29.340,00</b>
<b>Total Geral —————&gt;</b>							<b>29.340,00</b>

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Cordilheira Alta, 3 de Setembro de 2014

**COMISSÃO:**

MICHELE ENDLER - ..... - Pregoeiro(a)  
KÁTIA ANA DI DOMENICO - ..... - SECRETARIA  
IVANETE DE LOURDES PEDERSSETTI - ..... - MEMBRO



## Coronel Freitas

### PREFEITURA

#### Rescisão Unilateral do Termo de Permissão de Uso Nº 032/2013

TÍTULO: RESCISÃO UNILATERAL DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 032/2013

O Município de Coronel Freitas, pessoa jurídica de direito público interno, com cadastro no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. Mauri José Zucco, comunica aos responsáveis pela empresa: TIAGO CALNIEL DA SILVA CNPJ: 19.024.172/0001-23, localizado na Rodovia Estadual nº 157, onde quer que se encontrem, que a permissão de uso de espaço público celebrado em 05 de Novembro de 2013, sob nº 032/2013, está revogada de forma unilateral por este ente federado, em virtude do não cumprimento das determinações conforme consta na Autorização de Uso de Bem Público "A presente autorização está plenamente vinculada ao uso do espaço para o desenvolvimento de atividades comerciais a título de incentivo, esta não poderá transferir direitos adquiridos, oferecer os bens como garantia de obrigação, desviar a finalidade e/ou executar atividades contrárias ao interesse público, sob pena de revogação" que compõe o termo em apreço, especialmente pelo fato dessa empresa não estar em atividade há mais de 02 (dois) meses e de não ter feito contato justificando o fato. A presente rescisão tem por objetivo dar ciência de que em 30 (trinta) dias o local cedido (pavilhão 01 do parque de exposições Francisco Brizot) deverá ser desocupado e os bens pertencentes a empresa recolhidos. Decorrido esse prazo, o município poderá intervir na retirada dos bens alocados no espaço indicado.

MAURI JOSE ZUCCO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### PREGÃO PRESENCIAL R.P Nº 43/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

##### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P Nº 43/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOVEIS ESCOLAR CONFORME ANEXO D.

Tipo: Menor Preço Por Item

Entrega dos envelope: até as 08:30 horas do dia 17/09/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 17/09/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 05 de Setembro de 2014  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

## Coronel Martins

### PREFEITURA

#### Anexo TC-07/94 - Dados E Texto do Termo de Adesão 002/2014

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERMO DE ADESÃO 002/2014

MÊS/ANO: ABRIL/2013. NÚMERO ACORDO: PMCMV 002/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 09/04/2013.

DESCRIÇÃO: O objeto do presente TERMO DE ADESÃO é estabelecer parceria com o MUNICÍPIO, objetivando a execução do Programa MINHA CASA, MINHA VIDA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA VIGÊNCIA

O presente TERMO DE ADESÃO terá vigência indeterminada.

CLÁUSULA SEXTA- DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente TERMO DE ADESÃO poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo com antecedência mínima de trinta dias, e rescindindo de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se às partes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-lhes os benefícios adquiridos no mesmo período.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA PENALIDADE

O descumprimento do presente TERMO DE ADESÃO ensejará na impossibilidade de contratação de novos empreendimentos no âmbito do PMCMV.

CLÁUSULA DÉCIMA- DO FORO

As dúvidas e controvérsias porventura surgidas em função da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, serão apreciadas e julgadas:

I- No caso do DF e Estados, pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 102, inciso I, alínea "f", da Constituição Federal; e

II- No caso do Município, pela Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 1 CPF/MF: 051.715.848-50

ACORDADA: INÊS DA SILVA MAGALHÃES- SECRETÁRIA NACIONAL DE HABITAÇÃO- MINISTÉRIO DAS CIDADES-UNIÃO- BRÁSILIA- DISTRITO FEDERAL.

#### EDITAL Nº. 006, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

EDITAL Nº. 006, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

ASSUNTO: Edital de chamamento referente ao Aviso Público nº. 001, de 21 de fevereiro de 2014.

1 - O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, convoca a candidata aprovada para assumir a vaga, conforme Processo de Seleção referente ao Aviso Público nº. 001, de 10 de fevereiro de 2014 e Decreto nº.

037, de 20 de fevereiro de 2014, nos seguintes termos:

2 - Ficam convocada a seguinte candidata, em seus respectivos cargo, para comparecerem no Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, junto a Prefeitura Municipal de Coronel Martins, no dia 04 de setembro de 2014, as 08:45 horas, para assumir a vaga a partir do dia 04 de setembro de 2014 até final do Ano Letivo de 2014, podendo ocorrer a rescisão antecipada a critério da Administração Municipal por conveniência administrativa ou interesse público:

ESTAGIARIA:

JOSIELLI TRENTO

3 - Este Edital fundamenta-se e baseia-se nas normas e regras estabelecidas no Aviso Público nº. 001, de 10 de fevereiro de 2014.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
03 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

## Corupá

### PREFEITURA

#### Lei Nº 2159/2014

LEI Nº 2159/2014

ALTERA AS ALÍNEAS "A" E "B", ACRESCENTA AS ALÍNEAS "C" E "D" AO INCISO II, ART. 2º E CRIA §§ 1º, 2º, 3º E 4º DO ART. 3º DA LEI N. 2.042, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera as alíneas "a" e "b", acrescenta as alíneas "c" e "d" do inciso II, art. 2º da Lei Municipal N. 2.042, de 04 de novembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º [...]:

Inciso - II [...]:

- a) que as pessoas do imóvel desabitado tenham somatório de renda de até 1.425 UFRM's;
- b) que nenhuma das pessoas do imóvel desabitado possua outro imóvel ou seja beneficiária de outro benefício semelhante;
- c) os beneficiários do "Auxílio Moradia", serão considerados aqueles que estiverem na posse do imóvel desabitado no momento do desastre, vedados os casos em que o exercício da posse seja a título oneroso;
- d) que o imóvel não tenha sido identificado, anteriormente, pela Defesa Civil, como área de risco a intempéries ou outro desastre.

Art. 2º - Cria os §§ 1º, 2º e 3º e 4º ao art. 3º da Lei N. 2.042, de 04 de novembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º - [...]:

§ 1º - No cadastro serão informados os nomes das pessoas do imóvel desabitado que serão beneficiadas pelo "Auxílio Moradia".

§ 2º - O "Auxílio Moradia" é limitado em até 285 UFRM's por mês.

§ 3º - Cabe à Secretaria Municipal da Assistência Social, Trabalho e Habitação, ou outra que a suceder, o acompanhamento sistemático dos beneficiados.

§ 4º - Fica limitada a concessão do benefício para 1 (um) benefício para cada imóvel desabitado.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 08/06/2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
29 de agosto de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e nove dias do mês de agosto de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**LEI Nº 2160/2014**

LEI Nº 2160/2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CORUPÁ A ADQUIRIR, POR COMPRA, ÁREA DE TERRA DESTINADA À ABERTURA DE VIA PÚBLICA A PARTIR DA RUA PADRE GABRIEL LUX.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Corupá autorizado a adquirir áreas que especifica, e em conformidade com o Anexo I, dos seguintes bens imóveis:

I - Área de imóvel da matrícula 15.062, em formato retangular, com a área de 340,00m², situado no lado ímpar da Rua 34 - Padre Gabriel Lux - fundos, (distante da referida rua 75,00m), bairro Seminário, perímetro urbano neste município de Corupá/SC, fazendo frente em 8,00 com terras de Vigando Millnitz, Aurea Claudete Blunk, Rolando Millnitz e Leonita Millnitz, travessão dos fundos em 8,00m com terras de Carlos Eduardo Hernacki e Adriane Gisele Hernacki, estremando pelo lado direito em 42,50m com terras de Vigando Millnitz, Aurea Claudete Blunk, Rolando Millnitz e Leonita Millnitz e pelo lado esquerdo com 42,50m com terras de Adelino Hauffe.

II - Área de imóvel da matrícula 5.420, em formato irregular, com a área de 852,00m², situado no lado ímpar da Rua 34 - Padre Gabriel Lux - Fundos (distante da referida rua 117,00m), bairro Seminário, perímetro urbano neste município de Corupá/SC, fazendo frente em 8,00m com terras de Vigando Millnitz, Aurea Claudete Blunk, Rolando Millnitz e Leonita Millnitz, travessão dos fundos em 9,65m com terras de Waldemar Klitzke, estremando pelo lado direito em uma linha curva de 106,00m com terras de Carlos Eduardo Hernacki e Adriane Gisele Hernacki e pelo lado esquerdo também em uma linha curva de 107,00m com terras de Carlos Eduardo Hernacki e Adriane Gisele Hernacki.

Art. 2º - Pelas áreas descritas no artigo 1º o Município de Corupá pagará o corresponde ao valor de mercado dos imóveis, conforme comprova o laudo de avaliação realizado pela Comissão Municipal de Avaliação, que faz parte integrante desta lei, de acordo com o disposto no art. 24, X, da Lei 8.666/93, e na forma que segue:

I - a área descrita nos incisos I foi avaliada em R\$ 5.986,00;

II - a área descrita no inciso II foi avaliada em R\$ 15.000,00.

Art. 3º - Dos valores previsto no artigo 2º, fica o Município de Corupá autorizado a abater, por meio de compensação, nos termos do artigo 99 do Código Tributário Municipal e do artigo 170 do Código Tributário Nacional, todo eventual crédito tributário existente sobre os imóveis.

Art. 4º - Fica autorizado o Município a proceder serviços e arcar com as custas necessárias a retificações de medidas, inserções de medidas e englobamentos das áreas remanescentes aos imóveis.

Art. 5º - Os bens adquiridos destinam-se à utilização pelo Município de Corupá, integrando o patrimônio público municipal.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da dotação própria consignada no orçamento vigente do Município de Corupá, inclusive as diretamente relacionadas com a transferência e manutenção dos bens.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
29 de agosto de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e nove dias do mês de agosto de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**Lei Nº 2161/2014**

LEI Nº 2161/2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CORUPÁ A PREMIAR OS VENCEDORES DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE BOCHA 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de Corupá, aprovou e ele sanciona a presente Lei Ordinária;

Art.1º - Fica o Município de Corupá autorizado a realizar premiação em pecúnia aos vencedores do Campeonato Municipal de Bocha - Edição de 2014, na forma do Anexo Único integrante desta Lei:  
§ 1º: A premiação em pecúnia de que trata o caput deste artigo, será feita nominalmente ao vencedor ou responsável pela equipe vencedora conforme regulamento da competição.

§ 2º: A Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer, apresentará os nomes e documentação dos mesmos a contabilidade, que procederá ao competente empenho e pagamento.

§ 3º: Será considerada como data para prestações de contas o período compreendido entre a data lançamento do Campeonato Municipal de Bocha - Edição de 2014 até 30 (trinta) dias após a conclusão do referido campeonato.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
29 de agosto de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e nove dias do mês de agosto de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ANEXO ÚNICO

CAMPEONATO MUNICIPAL DE BOCHA

EDIÇÃO 2014

PREMIAÇÃO - CHAVE GANHADORES

CATEGORIA	PRÊMIO
CAMPEÃO	R\$ 1000,00
VICE-CAMPEÃO	R\$ 500,00
3º LUGAR	R\$ 400,00
4º LUGAR	R\$ 300,00

#### PREMIAÇÃO - CHAVE PERDEDORES

CATEGORIA	PRÊMIO
CAMPEÃO	R\$ 600,00
VICE-CAMPEÃO	R\$ 500,00
3º LUGAR	R\$ 400,00
4º LUGAR	R\$ 300,00

### LEI Nº. 2162/2014

LEI Nº. 2162/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	500.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	750.000,00
09.000		Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
09.001		Manutenção da Assistência Social	
008.244.0064.2011		Manutenção do Departamento de Assistência Social	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	250.000,00
		TOTAL	1.500.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	1.000.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	100.000,00
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.1005		Construção, Ampliação e Melhoria das Unidades de Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	100.000,00
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.1004		Construção, Ampliação e Melhoria das Unidades de Ensino Infantil	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	100.000,00
10.001		Encargos Gerais do Município	
10.001		Encargos Gerais do Município	
004.122.0090.2032		Despesas Gerais do Município	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	151.000,00
10.000		Encargos Gerais do Município	
10.001		Encargos Gerais do Município	
028.845.0090.2031		Auxílio à Diversas Entidades	
3.3.50.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	49.000,00
		TOTAL	1.500.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
03 de setembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos três dias do mês de setembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### LEI Nº. 2163/2014

LEI Nº. 2163/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2039		Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal	
3.3.71.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	7.000,00
		TOTAL	7.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2004		Manutenção Atividades Divisão Tesouraria, Contabilidade e Tributação	
3.3.50.00.00.00.00	0.1.00.00	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	7.000,00
		TOTAL	7.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
03 de setembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos três dias do mês de setembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### Lei Nº 2164 / 2014

LEI Nº 2164 / 2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER O DIREITO DE USO DOS BENS MÓVEIS RELACIONADOS ÀS ENTIDADES QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Autoriza o Chefe do Poder Executivo a conceder o direito de uso dos bens móveis na forma que descreve:

§ 1º Cede a Cooperativa de Agricultura Familiar Rio Novo os seguintes bens móveis:

- I - 4 (quatro) Balanças Industriais;
- II - 4 (quatro) Impressoras de Ticket ou Etiquetas;
- III - 2 (duas) Carretas Agrícolas Basculantes;
- IV - 2 (duas) Mesas Classificadoras Automatizadas;
- V - 1 (um) Distribuidor de Calcário.

§ 2º Cede a Associação dos Bananicultores de Corupá - ASBANCO - os seguintes bens móveis:

- I - 8 (oito) Trituradores JK 500 TRAPP;
- II - 2 (dois) Distribuidores de Calcário;
- III - 1 (uma) Retroescavadeira Agrícola.

Art. 2º - A concessão de uso será gratuita, com vencimento em 31/12/2016, podendo ser prorrogada por interesse do Município, por quantas vezes forem convenientes ao interesse público.

Art. 3º - A concessão se dará com dispensa de licitação e observará as seguintes condições resolutórias:

- I - que os bens ora concedidos sejam utilizados única e exclusivamente para os fins a que se propõe, ou seja, para o cumprimento das atividades da entidade beneficiada;
- II - que os bens não sejam alterados, transferidos, cedidos e/ou sublocados a terceiros durante seu prazo de vigência;
- III - que a entidade não tenha suas atividades paralisadas por período superior a 30 (trinta) dias;

IV- que os bens sejam mantidos e conservados em perfeitas condições de uso.

Art. 4º- A partir da vigência desta Lei a entidade beneficiada fluirá plenamente do uso dos bens e responderá por todos os encargos, despesas e responsabilidades civis, criminais, administrativos, tributários que venham a incidir sobre os mesmos.



Art. 5º- Resolve-se, a qualquer tempo, a concessão com o descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas no art. 3.º desta Lei, retornando os bens imediatamente ao município.

Art. 6º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
03 de setembro de 2014.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos três dias do mês de setembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

## Curitibanos

### PREFEITURA

#### **Edital de Tomada de Preços Nº 55/2014**

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 55/2014

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, SC neste ato representado por seu titular, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço por Lote, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AMPLIAÇÃO E REFORMA DA UNIDADE DE ENSINO NUCLEO MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS, CONFORME ANEXO I E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO. A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 23/09/2014, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 23/09/2014, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 03 de Setembro de 2014.

Kleberson Luciano Lima  
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell  
Presidente da CPL

#### **Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº36/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº36/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de medicamentos para distribuição gratuita em Unidades de Saúde do Município. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 18/09/2014, às 16H30, e início da sessão do Pregão no dia 22/09/2014, às 09h00. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br), contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitibanos, 26 de agosto de 2014.

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº38/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº38/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: O Registro de Preços para futura e eventual confecção de próteses dentárias totais para fornecimento a pacientes atendidos pelo Centro de Especialidades Odontológicas do Município. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 18/09/2014, às 13H30, e início da sessão do Pregão no dia 18/09/2014, às 14h00. Os interessados poderão ter acesso a integral do Edital em [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br), contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitiba, 04 de setembro de 2014.

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº39/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
Nº39/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: Aquisição de balcão para recepção fabricado sob-medida para instalação no Pronto Acolhimento da Secretaria Municipal de Saúde. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 18/09/2014, às 09H00, e início da sessão do Pregão no dia 18/09/2014, às 10h00. Os interessados poderão ter acesso a integral do Edital em [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br), contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitiba, 04 de setembro de 2014.

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº40/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
Nº40/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: Aquisição de uniformes sendo, macacão, jaqueta, camiseta manga curta e coletes de identificação para utilização do SAMU. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 19/09/2014, às 13H30, e início da sessão do Pregão no dia 19/09/2014, às 14h30. Os interessados poderão ter acesso a integral do Edital em [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br), contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitiba, 04 de setembro de 2014.

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 232/2014**

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 232/2014

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o município de Curitiba e a empresa Geramaq Equipamento Ltda. com o valor total de R\$ 2.967,00 (Dois mil novecentos e sessenta e sete reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A REVISÃO DAS 750 HORAS DA VARREDEIRA MUSTANG 2044, ANO 2013 EM USO DO SETOR DA SECRETARIA DE OBRAS, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:  
- XVII - "Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeiro, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 04 de setembro de 2014.

Diego Sebem Wordell  
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto  
Membro

Márcia Dominski Penteado  
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.  
Curitiba, 04 de setembro de 2014.

Claudio Vieira França  
Procurador Geral do Município  
AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 04 de setembro de 2014.

Jose Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

**Justificativa de Inexigibilidade de Licitação Nº 28/2014**

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 28/2014  
REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Curitiba e a empresa Cintia Mara Joner ME com o valor total de R\$ 3.800,00 (Três mil e oitocentos reais).

RESUMO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PALESTRA MOTIVACIONAL SHOW COM WILSON CECETTI E DEIVID E EDUARDO PARA AS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA (PAIF) NO DIA 09/10/2014 NOS PERÍODOS DA MANHÃ E TARDE, NA FORMA DO ARTIGO 25, INCISO II DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - "para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25, inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 04 de setembro de 2014.

Diego Sebem Wordell  
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto  
Membro

Márcia Dominski Penteado  
Membro

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25 o inciso II dou como aprovada.

Curitiba, 04 de setembro de 2014.

Claudio Vieira França  
Procurador Geral do Município

**AUTORIZAÇÃO:**

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 04 de setembro de 2014.

João Carlos Martis dos Santos  
Presidente do Fundo

**Dionísio Cerqueira****PREFEITURA****Aviso de Licitações 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta a licitação Pregão n. 102/2014. Objeto: Aquisição de combustíveis para recuperação de estradas vicinais no Município de Dionísio Cerqueira - Processo nº SDR 30 00000584/2014. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 19/09/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 03/09/2014.

Altair Rittes  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta a licitação Pregão n. 103/2014. Objeto: Aquisição de Material de limpeza para as escolas Municipais. Entrega da documentação e propostas até as 10:30 horas do dia 19/09/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 03/09/2014.

Altair Rittes  
Prefeito Municipal

**RESULTADO DE LICITAÇÕES 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão nº 015/2014, Objeto: Aquisição de medicamentos para uso Hospitalar em pacientes internados e que necessitam de atendimento no pronto socorro do Hospital Municipal, SC Vencedores: Amarildo Baseggio & Cia Ltda -ME. Valor R\$ 1.343,40 - Damedí - Dambrós Com.de Medic. Ltda. Valor R\$ 2.576,40 - Altermed Mat. Med. Hosp. Ltda Valor R\$ 7.997,25 A.G Kienen & Cia Ltda - Valor R\$ 9.043,00.

Dionísio Cerqueira 04/09/2014

Deliziane L. dos Santos  
Gestora do HMDC

**ADITIVO DE CONTRATO 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 088/2013.

Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira

Contratado: JCV Construção e Incorporação Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para executar serviços e fornecimento de materiais para a construção do centro de comercialização de produtos dos agricultores rurais.. conforme contrato de repasse 772381/2012 MDA/PRONAT/CAIXA processo nº 0389698-40/2012. Origem: Processo 124/2013 Modalidade: TP 124/2013 PMDC Valor Suprimido R\$ 1.692,91.vigência: 31/12/2014.

Dionísio Cerqueira 25/08/2014

Altair Rittes

Prefeito Municipal.

**Ermo****PREFEITURA****Decreto Nº 069, de 03 de Setembro de 2014.**

DECRETO Nº 069, de 03 de setembro de 2014.

Faz alteração do Decreto nº 005, de 20 de janeiro de 2014, que Regulamenta a instalação de novas antenas, torres e micro células utilizadas para a transmissão do serviço móvel celular no Município de Ermo e dá Outras Providências,

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII e XI da Lei Orgânica Municipal, combinado com os Arts. 106 a 110 da Lei nº 277, de 28 de maio de 2010 e Arts. 127 a 129 da Lei nº 276, de 28 de maio de 2010;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica alterado o Art. 2º do Decreto nº 005, conforme especificado abaixo:

(" Fica estabelecida a distância mínima de 50 (cinquenta) metros contados do ponto de emissão e/ou suporte das antenas transmissoras de residências, estabelecimentos de ensino infantil, médio e fundamental, postos de saúde e hospitais").

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC,  
em 03 de setembro de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

# Erval Velho

## PREFEITURA

### Lei 1364/2014

Lei n. 1364, de 26 de agosto de 2014.

Denomina e Altera Área de Abrangência de Vias Públicas e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica denominada as seguintes Ruas do Município de Erval Velho:

I - Rua ADÉLIA PRIMO TESSARI aquela que margeia a BR 282 no Distrito Industrial José Francisco Bordin, tendo seu início na divisa dos terrenos de propriedade dos Srs. Alex de Giacometti e Rodrigo de Giacometti e término na divisa com o Município de Herval d' Oeste;

II - Rua PRIMO LUIZ MOZZER aquela que tem seu início as Margens da BR 282 em frente à Gruta Nossa Senhora de Lourdes e término na divisa da Indústria de Cordas Erval no Parque Industrial Prefeito Honório Piovezan.

Art. 2º - Fica alterado a área de abrangência das seguintes Ruas:

I - Rua Francisco Fattori a qual passa a ter seu início no entroncamento com a Rua Nereu Ramos e término no final do Lote 2 da Quadra R do Loteamento Residencial Ilda Cassaniga;

II - Rua Jacob Jacomel a qual passa a ter seu início no entroncamento da Rua Carlos Kunert no Loteamento Jardim dos Belos e término na Rua Quintino Francisco dos Santos.

Art. 3º As despesas decorrentes com a aplicação da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente no Município.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 26 de agosto de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 26 de agosto de 2014.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### Lei 1365/2014

Lei n. 1365, de 04 de setembro de 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal Firmar Termo Aditivo de Convênio e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo Aditivo do Convênio nº 034/2013 celebrado entre o Município de Erval Velho e o Governo do Estado de Santa Catarina através da Polícia Militar conforme cópia anexo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente do Município.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 04 de setembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 04 de setembro de 2014.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Ao Convênio nº 034/2013, datado de 03 de Abril de 2013, publicado no Diário Oficial do Estado nº 19.547, de 04 de Abril de 2013, celebrado entre o Município de Erval Velho, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, objetivando a manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar.

Aos 04 dias do mês de setembro de 2014, o Município Erval Velho, doravante denominado - Município, situado à Rua Nereu Ramos, nº 204, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.422/0001-91, neste ato representado pelo Exmo Sr Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob nº 824.490.409-78, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominada - PMSC, situada à Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, neste ato representada pelo seu Comandante Geral, Coronel PM Valdemir Cabral, amparados na Lei Municipal nº 1322 de 21 de Fevereiro de 2013 e Lei Municipal nº 1365, de 04 de setembro de 2014 no inciso IV, do Art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008 e na Portaria nº 2400/GERE/DIGA/GAB/SSP, de 17 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado nº 19.547, de 04 de Abril de 2013, respectivamente, resolvem por mútuo acordo, celebrar o presente Termo Aditivo, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Altera o Item I e II, da letra "b", da Cláusula Segunda do Convênio nº 034/2013, datado de 03 de Abril de 2013, publicado no Diário Oficial do Estado nº 19.547, de 04 de Abril de 2013, que passa a ter a seguinte redação:

b) - Ao Município:

I. Disponibilizar, mensalmente, a importância em reais, equivalente a 500 (Quinhentos) litros de gasolina, para cobrir as despesas com manutenção (combustível, lubrificante, peças, acessórios e serviços), das viaturas colocadas a serviço (conveniada), visando proporcionar condições de execução do policiamento de radiopatrulha no Município, bem como para cobrir as despesas com material de expediente, limpeza, fardamento, manutenção do aquartelamento, equipamentos e alimentação do pessoal de serviço.

II. Depositar a importância prevista no inciso "I" na primeira quinzena de cada mês, em conta vinculada, na Agência do Banco do Brasil, do Município, sob a denominação de PMSC/Convênio de Radiopatrulha e, receber valores depositados à título de doação por pessoas físicas ou jurídicas que queiram contribuir com o serviço de rádio patrulhamento, objeto deste Convênio, colocando a conta vinculada ao convênio à disposição dos possíveis doadores;



**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais Cláusulas do Convênio, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 6 (seis) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Florianópolis - SC,

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR VALDEMIR CABRAL  
Prefeito Municipal Cel PM Cmt Geral PMSC

Testemunhas:

Nome: Claudio Juliano Alves  
Função: 3º Sgt PM Cmt do 1º/3º/1ª/26ºBPM

Nome: Alessandra Tonial  
Função: Técnico em Tesouraria  
CPF : 139.365.438-01 CPF: 068.458.289-97

**LEI COMPLEMENTAR 050/2014**

Lei Complementar n. 050, de 19 de agosto de 2014.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 949/2001 - ANEXO ÚNICO - E CRIA O PISO MUNICIPAL PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE COMBATE AS ENDEMIAS EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 11.350/2006.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º - Fica instituído o piso salarial profissional municipal aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate as Endemias para jornada de 40 horas semanais, no valor de R\$ 1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais.

Parágrafo Único - A jornada de trabalho de 40 horas exigidas para garantia do piso salarial, previsto nesta lei, deverá ser integralmente dedicada a ações e serviços de promoções da saúde, vigilância epidemiológica e combate a endemias em benefício da população assistida.

Artigo 2º - O valor previsto para o piso salarial, no artigo 1º, será reajustado anualmente na data base de correção inflacionária e mesmo índice, geral dos vencimentos dos servidores públicos municipais e quando mesmo aplicando-se a correção anual o piso municipal ficar abaixo do valor do piso nacional, adotar-se-á o valor deste automaticamente, vedada a acumulação de índices de correção.

Artigo 3º - Aplica-se aos Agentes Comunitários de Saúde a aos Agentes de Combate as Endemias as disposições e condições do Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais.

Artigo 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário contidas na Lei nº 949/2001 e suas posteriores alterações.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Artigo 6º - Esta Lei Complementar n. 050 entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 19 de agosto de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 19 de agosto de 2014.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO 1877/2014**

DECRETO 1877, de 15 de agosto de 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1352, de 18 de dezembro de 2013 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 204.000,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
UNIDADE 03 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES  
PROJ/ATIV - 1.011 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS PARA O ESPORTE E O LAZER  
4.4..90.00.00.00.00.03.0300.00 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 204.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2013 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 15 de agosto de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1877 /2014, de 15 de agosto de 2014

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO  
Exercício de 2013

Fonte de Recurso 0000 - Recursos Ordinarios

Ativo Financeiro	1.917.555,44
(-) Passivo Financeiro	(437.669,53)
Superávit Financeiro	1.479.885,91
Deduções	

Decreto n.º 1837/2014	100.000,00
Decreto n.º 1846//2014	45.000,00
Decreto n.º 1847/2014	50.000,00
Decreto n.º 1851/2014	120.000,00
Decreto n.º 1853/2014	12.000,00
Decreto n.º 1856/2014	20.000,00
Decreto n.º 1862/2014	200.000,00
Decreto n.º 1868/2014	25.000,00
Decreto n.º 1872/2014	17.500,00
Decreto n.º 1875/2014	265.000,00
Decreto n.º 1877/2014	204.000,00
Total Decretos	1.058.500,00
Saldo	421.385,91

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2013- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE  
Técnico Contábil

### Decreto 1878/2014

DECRETO 1878, de 15 de agosto de 2014

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 4º da Lei Municipal n. 1352, de 18 de dezembro de 2013 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 56.500,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
UNIDADE 01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
PROJ/ATIV - 2.008 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
21 - 3.3.71.00.00.00.00.00.0000 - Transf. a Consórcios Públicos  
..... R\$ 56.500,00

Art. 2º. Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrá à conta da anulação parcial da dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
UNIDADE 01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
PROJ/ATIV - 2.008 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
24 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 56.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 15 de agosto de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO 1879/2014

DECRETO 1879, de 18 de agosto de 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1352, de 18 de dezembro de 2013 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 50.000,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 07 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROJ/ATIV - 2.032 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS  
158 - 3.1.1.90.00.00.00.00.03.0300.00 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2013 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 18 de agosto de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1879 /2014, de 18 de agosto de 2014

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO  
Exercício de 2013

Fonte de Recurso 0000 - Recursos Ordinarios

Ativo Financeiro	1.917.555,44
(-) Passivo Financeiro	(437.669,53)
Superávit Financeiro	1.479.885,91
Deduções	
Decreto n.º 1837/2014	100.000,00
Decreto n.º 1846//2014	45.000,00
Decreto n.º 1847/2014	50.000,00
Decreto n.º 1851/2014	120.000,00

Decreto n.º 1853/2014	12.000,00
Decreto n.º 1856/2014	20.000,00
Decreto n.º 1862/2014	200.000,00
Decreto n.º 1868/2014	25.000,00
Decreto n.º 1872/2014	17.500,00
Decreto n.º 1875/2014	265.000,00
Decreto n.º 1877/2014	204.000,00
Decreto n.º 1879/2014	50.000,00
Total Decretos	1.108.500,00
Saldo	371.385,91

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2013- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE  
Técnico Contábil

### Decreto 1880/2014

DECRETO 1880, de 18 de agosto de 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1352, de 18 de dezembro de 2013 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 45.000,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
UNIDADE 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
PROJ/ATIV - 2.013 - PROGRAMA MERENDA ESCOLAR  
3.3..90.00.00.00.03.0300.00 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 35.000,00  
PROJ/ATIV - 2.041 - PROGRAMA MERENDA ESCOLAR - EDUC.INFANTIL  
3.3..90.00.00.00.03.0300.00 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2013 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 18 de agosto de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1880 /2014, de 18 de agosto de 2014

### DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO Exercício de 2013

Fonte de Recurso 0000 - Recursos Ordinarios

Ativo Financeiro	1.917.555,44
(-) Passivo Financeiro	(437.669,53)
Superávit Financeiro	1.479.885,91
Deduções	
Decreto n.º 1837/2014	100.000,00
Decreto n.º 1846//2014	45.000,00
Decreto n.º 1847/2014	50.000,00
Decreto n.º 1851/2014	120.000,00
Decreto n.º 1853/2014	12.000,00
Decreto n.º 1856/2014	20.000,00
Decreto n.º 1862/2014	200.000,00
Decreto n.º 1868/2014	25.000,00
Decreto n.º 1872/2014	17.500,00
Decreto n.º 1875/2014	265.000,00
Decreto n.º 1877/2014	204.000,00
Decreto n.º 1879/2014	50.000,00
Decreto n.º 1880/2014	45.000,00
Total Decretos	1.153.500,00
Saldo	326.385,91

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2013- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE  
Técnico Contábil

### Decreto 1881/2014

DECRETO 1881, de 01 de setembro de 2014.

Decreta Luto Oficial, suspende atendimento em Secretarias Municipais e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que consta no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Falecimento do Sra Rubia Mara Davoglio ocorrido no dia 30 de agosto do corrente ano,

Considerando os relevantes serviços por ela prestados ao Município, principalmente na área de Saúde e Assistência Social.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado Luto Oficial por três dias em todo o território do Município de Erval Velho.

Art. 2º. Fica suspenso no horário das 7:30 às 11:30 horas do dia 01 de setembro de 2014 o atendimento nas Secretarias de Saúde, Assistência Social, Agricultura, Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Erval Velho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 01 de setembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 01 de setembro de 2013.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto 1882/2014**

DECRETO 1882, de 01 de setembro de 2014.

Declara Cancelado Processo Licitatório e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica declarado cancelado definitivamente o Processo Licitatório nº 020/2014 modalidade TP 002/2014 por ter sido conforme laudo de verificação firmado pelo Departamento de Engenharia confirmada a mudança de características que definem o objeto para adequar ao Projeto FUNDAM, bem como pela previsão de liberação de recursos financeiros somente após o encerramento do calendário eleitoral.

Artigo 2º- Eventuais garantias prestadas por proponentes, deve ser devolvida com correção monetária.

Parágrafo único - Informe-se a contabilidade e setor financeiro para cumprimento.

Artigo 3º- Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 01 de setembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto, em 01 de setembro de 2014.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças.

### **Decreto 1883/2014**

DECRETO 1883, de 01 de setembro de 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1352, de 18 de dezembro de 2013 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 30.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
PROJ/ATIV - 2.030 - MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE ATENÇÃO A MELHOR IDADE

3.3.90.00.00.00.00.03.0352 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 8.000,00

PROJ/ATIV - 2.032 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

3.3.90.00.00.00.00.03.0352 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 22.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2013 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 01 de setembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1883/2014, de 01 de setembro de 2014

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO  
Exercício de 2013

Fonte de Recurso 0052 - Outras Transferências de recursos - FMAS

Ativo Financeiro	108.733,68
(-) Passivo Financeiro	(1.355,87)
Superávit Financeiro	107.377,81
Deduções	
Decreto n.º 1839/2014	30.000,00
Decreto n.º 1883/2014	30.000,00
Saldo	47.377,81

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2013- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE  
Técnico Contábil

**Decreto 1884/2014**

DECRETO 1884, de 01 de setembro de 2014

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 4º da Lei Municipal n. 1352, de 18 de dezembro de 2013 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 40.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE 02 - DEPARTAMENTO DE FAZENDA

PROJ/ATIV - 2.011 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FAZENDA

35 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 40.000,00

Art. 2º. Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrá à conta da anulação parcial da dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE 02 - DEPARTAMENTO DE FAZENDA

PROJ/ATIV - 2.011 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FAZENDA

34 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 01 de setembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA 2985/2014**

PORTARIA 2985, de 26 de agosto de 2014.

Nomeia Membros para Integrar Comissão de Avaliação de Bens Patrimoniais e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art.1º. Nomear os servidores abaixo relacionados sobre a presidência do primeiro, para integrar a Comissão de Avaliação Patrimonial (bens móveis e imóveis) de propriedade do Município de Erval Velho.

\* GELSON CAMILO DALMEDICO - Titular;

\* ALESSANDRA TONIAL - Titular;

\* JUSSARA MARTINI - Titular;

\* GIZELLE FORNARI - Suplente;

\* CRISTIAN TONIAL ANACLETO - Suplente.

Art. 2º. Compete a Comissão examinar os bens, procedendo à avaliação dos mesmos declarando através de laudo valor comercial para sua permanência em uso, alienação através de leilão público ou baixa como inservíveis.

Art. 3º. Para o bom andamento dos trabalhos, a comissão além de vistoriar os bens poderá solicitar registros e relatórios dos mesmos junto aos departamentos competentes.

Art.4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,  
em 26 de agosto de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 2986/2014**

PORTARIA 2986, de 01 de setembro de 2014.

Concede férias a servidor que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder férias ao servidor abaixo mencionado pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 01 de setembro à 30 de setembro de 2014, conforme respectivo período aquisitivo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
José Alves	Aux. Téc. em	02/05/2013	A	01/05/2014
Carpes	Edificação			

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,  
em 01 de setembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças



**PORTARIA 2987/2014**

PORTARIA 2987, de 01 de setembro de 2014.

Concede licença maternidade à servidora que menciona e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder Licença Maternidade à Senhora FLAVIA HELENA RECALCATTI, ocupante do cargo comissionado de Secretária de Assistência Social e Habitação, pelo período de 120 (cento e vinte) dias a contar de 01 de setembro de 2014, com término previsto para 29 de dezembro de 2014, sem prejuízos no seu vencimento.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,  
em 01 de setembro de 2014.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

**Portaria 2988/2014**

PORTARIA 2988, de 01 de setembro de 2014.

Exonera Servidor Temporário e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art.1º. EXONERAR a pedido o Senhor EDISON FERRARI, ocupante do cargo temporário de Operador de Máquinas, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, nomeado pela Portaria 2870, de 13 de janeiro de 2014.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,  
em 01 de setembro de 2014.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

**Forquilha****PREFEITURA****Ata de Registro de Preços Nº. 21/PMF/2014 - Referente Pregão Presencial Nº. 114/PMF/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/PMF/2014  
(Referente Pregão Presencial nº. 114/PMF/2014)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. BONDOMANN QUIMICA LTDA - CNPJ/MF nº 94.984.796/0001-08 estabelecida na Rua Dir. Augusto Pastana, 2250, Canoas/RS, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Reginaldo Bilessimo, brasileiro, CI 5.045.854 e CPF 060.422.809-02;

2. RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, CNPJ/MF nº 76.591.858/0001-30 estabelecida na Av. Dom Joaquim, em Brusque, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. André Ristow, CI 2.728.396 e CPF 909.629.239-15;

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 114/PMF/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO de Lubrificantes, Graxas e afins para uso na manutenção e conservação dos veículos da frota do Município de Forquilha, para futuras aquisições.

**Cláusula Segunda - Dos preços Registrados**

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO.

**Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega**

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de

aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 07 (sete) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante

o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima - Das Obrigações

##### 1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

##### 2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

**Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções**

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

**Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços**

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou

instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

**Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária**

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

**Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais**

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 114/PMF/2014, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

**Cláusula Vigésima  
Do Foro**

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 05 de junho de 2014.  
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

BONDOMANN QUIMICA LTDA  
 Empresa Detentora da Ata  
 Representante Legal: Reginaldo Bilessimo  
 CPF: 060.422.809-02;

RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA  
 Empresa Detentora da Ata  
 Representante Legal: André Ristow  
 CPF: 909.629.239-15.

#### EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 187/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 187/2014  
 CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
 CONTRADADO - UNIBRÁS ROUPAS PROFISSIONAIS EPP  
 OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, aquisição de camisetas, uniformes e afins para atendimento às diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, durante o exercício corrente.  
 VALOR - R\$ 14.646,00 (quatorze mil seiscentos e quarenta e seis reais).  
 VIGÊNCIA - 31/12/2014.  
 DOTAÇÃO - 3.3.90.30.23 (13); 3.3.90.30.23 (29); 3.3.90.30.23 (74); 3.3.90.30.23 (110).  
 FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 169/PMF/2014

DATA DA ASSINATURA - 26 de agosto de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE  
 Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 65/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 65/2014  
 DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 184/2011  
 CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
 CONTRADADO - TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME  
 DO OBJETO - Execução de obras de infraestrutura, construção de 01 (um) centro comunitário no Bairro Cidade Alta, Município de Forquilha, no âmbito do programa FNHIS - Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários, conforme Termo de Compromisso nº. 0352565-61/2011, firmado junto ao Ministério das Cidades.  
 DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 184/PMF/2011, sendo que o prazo estipulado para execução anteriormente em 29/07/2014 passará para 28/09/2014, prorrogando automaticamente a vigência do contrato para 27/12/2014.  
 DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.  
 DATA DA ASSINATURA - 28 de julho de 2014.  
 VANDERLEI ALEXANDRE  
 Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 72/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 72/2014  
 PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 68/2014  
 CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
 CONTRATADO - MDJ SEGURANÇA PRIVADA E VIGILANCIA LTDA ME  
 DO OBJETO - Constitui objeto do presente termo a contratação de empresa prestadora de serviços de segurança para cobertura do campeonato municipal de futebol de campo e eventos diversos durante o exercício corrente, por meio da Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo do Município de Forquilha/SC.  
 DO VALOR: Fica acrescido no objeto do contrato nº. 68/PMF/2014 o valor de R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo ao seguinte item:

ITEM	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	375 horas	Serviços de segurança	R\$ 20,00	R\$ 7.500,0

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 22 de agosto de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE  
 Prefeito Municipal

#### ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 163/PMF/2014

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
 ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 163/PMF/2014

TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 163/PMF/2014, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DO LOTEAMENTO ATLANTA, COM ÁREA TOTAL DE 1.948,64 M², LOCALIZADA NA RUA PEDRO MEZZARI, BAIRRO SANTA CRUZ, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, CONFORME CONTRATO Nº. 796123/2013, PROCESSO 1011816-04/2013 FIRMADO JUNTO AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, REFERENTE À ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS, COMPREENDENDO MATERIAL, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS.

Às onze horas do dia quatro do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 163/PMF/2014. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente, Ademir Brandielli Pedro, o mesmo iniciou a abertura dos envelopes nº. 02 da Proposta de Preço das empresas PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA., TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. e MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. Os preços globais apresentados foram PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA., R\$ 236.952,65 (duzentos e trinta e seis mil novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos); TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, R\$ 230.001,76 (duzentos e trinta mil um real e setenta e seis centavos); e MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, R\$ 239.735,37 (duzentos e trinta e nove mil setecentos e trinta e cinco reais e trinta e sete centavos). Isto posto, a comissão de licitação conferiu detalhadamente a proposta de menor valor global, pertencente à empresa TECNICON



CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, e certificou-se que esta está de acordo com as exigências do edital. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora do certame a empresa TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, ou renúncia expressa do mesmo. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha, 04 de setembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELLI PEDRO  
Presidente da Comissão de Licitação

TAINARA REDIVO  
Membro da Comissão

MAGALI DA ROSA  
Membro da Comissão



**LEI Nº 2.000, DE 29 DE AGOSTO DE 2014.****LEI Nº 2.000, DE 29 DE AGOSTO DE 2014.****AUTORIZA A AQUISIÇÃO DA ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.****O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA**

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a adquirir por compra, doação, permuta, cessão, compensação ou desapropriação amigável ou judicial, uma área de terra com 1.007,00 m<sup>2</sup>, registrada no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, sob o nº 5.555, de propriedade do Sr. Jaime Premolli, conforme anexo único desta Lei, que fará a ligação da Rua Gabriel Eyang à Rodovia Jacob Westrup, em virtude da construção da ponte na Comunidade de São Gabriel.

**Art. 2º** Pela aquisição do imóvel descrito no artigo 1º desta lei será pago ao proprietário o valor definido pela Comissão de Avaliação do Município, evidenciado em laudo próprio.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

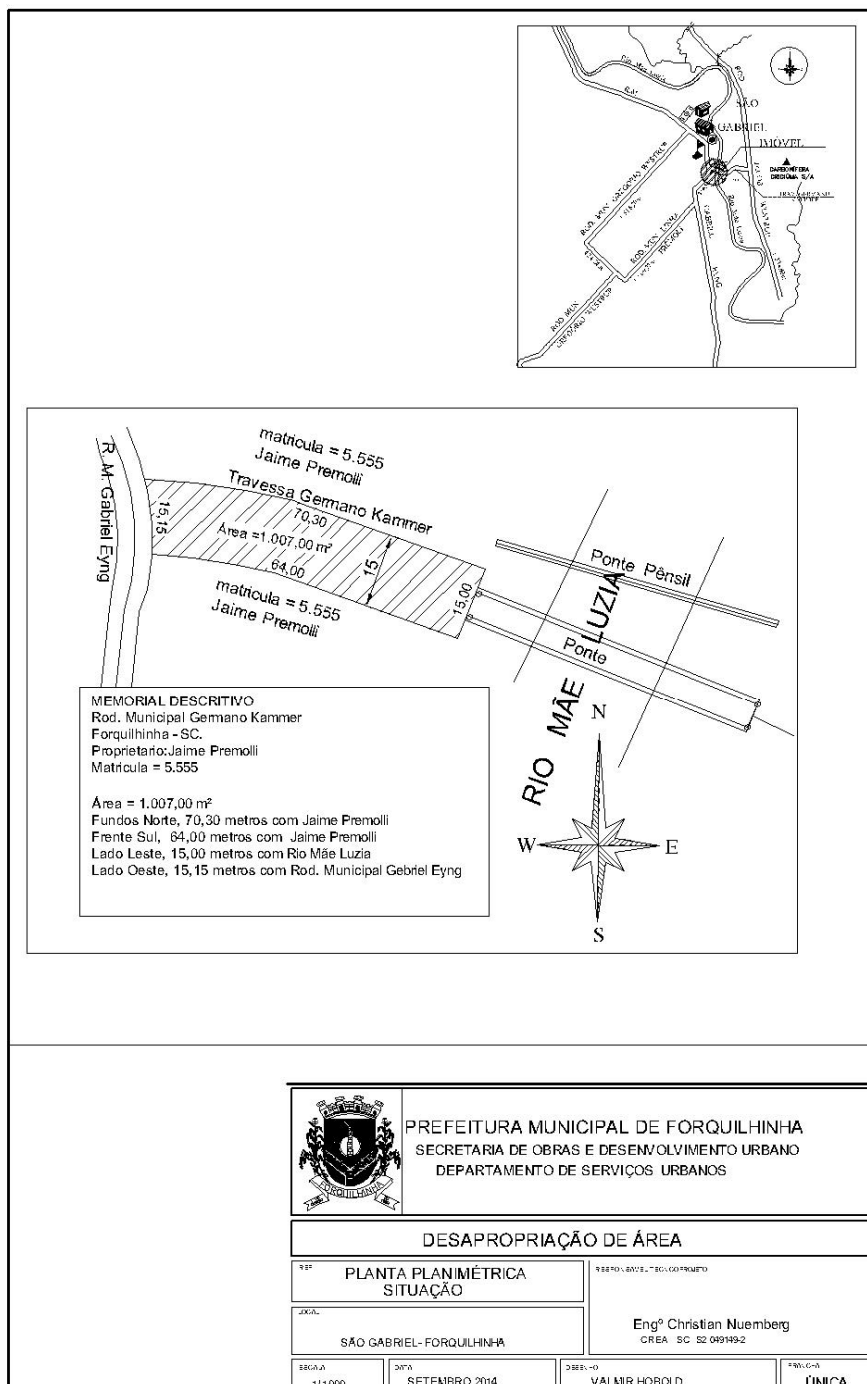
Forquilha/SC, 29 de agosto de 2014.

**VANDERLEI ALEXANDRE**  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 29 de agosto de 2014.

**ADEMIR BRANDIELI PEDRO**  
Secretário de Administração e Finanças

## ANEXO ÚNICO DA LEI Nº. 2.000/2014



# Fraiburgo

## PREFEITURA

### **Termo de Convocação- Assistente Administrativo-Sanefrai- 5º**

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 006/2010)

Senhor(a): JERONIMO DE MELLO

Avenida Edson Luis Chelli- Nações

89580-000- Fraiburgo-SC

CARGO: Assistente Administrativo

Classificação: 5º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 006/2010, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 0311/2010, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- c) Cópia do CPF;
- d) Cópia da Carteira de Identidade;
- e) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- f) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- g) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- h) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- i) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- j) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- k) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- l) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido).
- m) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação - CNH (quando exigida);
- n) Carteira de Saúde (quando cargo exigir). Para demais casos, Carteira de Vacina;
- o) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO - Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- p) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- q) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- r) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- s) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);

t) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:

I - acuidade visual;

II - audiométrico;

III - hemograma;

IV - lipidograma;

V - glicemia;

VI - RX Tórax PA e Perfil;

VII - fator RH;

VIII - sorologia para Lues;

IX - parcial de urina;

X - uréia;

XI - ECG de repouso, para candidatos com idade igual ou superior a 35(trinta e cinco) anos;

t.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

u) Atestado de Anamnese Clínica e Social - Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Avaliação Sociofuncional através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "t");

v) Atestado de Saúde Ocupacional - Exame Admissional - Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "u");

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens "a" a "t" supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC., 01 de Setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

JERONIMO DE MELLO

### **Termo de Convocação- Gestor Público Municipal-Sanefrai- 4º**

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 006/2010)

Senhor(a): RENATA MARQUES DA SILVA CHAVES

Rua Concesso Cassales, 512- Jardins

97576-480- Santana Livramento- RS

CARGO: Gestor Público Municipal

Classificação: 4º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 006/2010, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 0311/2010, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso

público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- c) Cópia do CPF;
- d) Cópia da Carteira de Identidade;
- e) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- f) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- g) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- h) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- i) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- j) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- k) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- l) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido).
- m) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação - CNH (quando exigida);
- n) Carteira de Saúde (quando cargo exigir). Para demais casos, Carteira de Vacina;
- o) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO - Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- p) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- q) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- r) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- s) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- t) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
  - I - acuidade visual;
  - II - audiométrico;
  - III - hemograma;
  - IV - lipidograma;
  - V - glicemia;
  - VI - RX Tórax PA e Perfil;
  - VII - fator RH;
  - VIII - sorologia para Lues;
  - IX - parcial de urina;
  - X - uréia;
  - XI - ECG de repouso, para candidatos com idade igual ou superior a 35(trinta e cinco) anos;
- t.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;
- u) Atestado de Anamnese Clínica e Social - Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Avaliação Sociofuncional através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "t");
- v) Atestado de Saúde Ocupacional - Exame Admissional - Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "u");

O prazo para apresentação da documentação, declarações,

certidões, exames e laudos descritos nos itens "a" a "t" supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC., 03 de Setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

RENATA MARQUES DA SILVA CHAVES

### **Lei Nº 2244/2014**

LEI Nº 2244, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014

DENOMINA RUA LEDUVINO POLESE A RUA "P" DO BAIRRO PORTAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. A via pública situada no Bairro Portal, nesta cidade, adiante relacionada, passa a ter a seguinte denominação:

Rua "P" passa a ser denominada RUA LEDUVINO POLESE.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO - SC., 04 DE SETEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **Lei Nº 2245/2014**

LEI Nº 2245, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014

DENOMINA AVENIDA DIRCEU ROMANO PANIZ A AVENIDA "B" DO BAIRRO PORTAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. A via pública situada no Bairro Portal, nesta cidade, adiante relacionada, passa a ter a seguinte denominação:

Avenida "B" passa a ser denominada Avenida DIRCEU ROMANO PANIZ.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO - SC., 04 DE SETEMBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Decreto Nº 0232/2014

DECRETO Nº 0232, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2219 de 19 de fevereiro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), nas seguintes dotações:

14.00 - Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo		
14.01 - SANEFRAI		
17.512.0027.2.056 - Coleta e Destino Final de Resíduos Sólidos		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0900 (12)	R\$	420.000,00
Total		
	R\$	420.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superavit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2013, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 04 DE SETEMBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Edital N 00032/2014 - Professor

EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 00032, DE 1º DE SETEMBRO DE 2014.

O Sr. IVO BIAZZOLO, PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

FAZ SABER:

Encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT de Professores e Auxiliar de Sala da Educação Infantil, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área de educação, para preenchimento de vagas durante o ano letivo de 2015,

podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220, de 04 de junho de 1997 e suas alterações, nas condições e prazos abaixo estabelecidas.

#### 1 - DAS INSCRIÇÕES

1.1. As inscrições serão realizadas no Prédio da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., no período de 10 de setembro a 09 de outubro de 2014 (excetuados sábados, domingos e feriados), nos seguintes horários: das 8:30 às 11:00 horas e 14:30 às 19:00 horas.

1.2 No ato de inscrição o candidato deverá atender os seguintes requisitos:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou ter nacionalidade portuguesa desde que reconhecido o mesmo direito a brasileiros residentes em Portugal, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) ter completado 18 (dezoito anos) de idade até o último dia da inscrição;
- c) estar em gozo dos direitos políticos;
- d) estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- e) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- f) não ser ocupante de cargo de provimento efetivo junto ao Município de Fraiburgo, similar a função pública que deseja inscrever-se neste no edital.

1.3 O candidato interessado em participar do processo seletivo deverá realizar a inscrição no local e prazos estabelecidos conforme item 1.1 do presente edital, optando pelo código correspondente a função e área de atuação que pretende trabalhar, desde que atenda os requisitos de habilitação, podendo efetuar apenas uma inscrição para Educação Infantil, Ensino Fundamental Séries Iniciais e Auxiliar de Sala da Educação Infantil, conforme quadros abaixo:

#### I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código	Área de Atuação	Disciplina	Carga Horária Semanal	Vencimento
01	Educação Infantil	-	20 horas	R\$ 850,00
02	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	20 horas	R\$ 850,00
03	Ensino Fundamental	Língua Portuguesa	20 horas	R\$ 850,00
04	Ensino Fundamental	Matemática	20 horas	R\$ 850,00
05	Ensino Fundamental	História	20 horas	R\$ 850,00
06	Ensino Fundamental	Geografia	20 horas	R\$ 850,00
07	Ensino Fundamental	Ciências e Programas de Saúde	20 horas	R\$ 850,00
08	Ensino Fundamental	Artes	20 horas	R\$ 850,00
09	Ensino Fundamental	Filosofia ou Teologia	20 horas	R\$ 850,00
10	Ensino Fundamental	Língua Inglesa	20 horas	R\$ 850,00
11	Ensino Fundamental	Educação Física	20 horas	R\$ 850,00
12	Ensino Fundamental	Atendimento Educacional Especializado - AEE	20 horas	R\$ 850,00



13	Ensino Fundamental	Interprete de Libras	20 horas	R\$ 850,00
----	--------------------	----------------------	----------	------------

## II - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cód.	Função Pública	Carga Horária Semanal	Vencimento
14	Auxiliar de Sala da Educação Infantil	40 horas	R\$ 850,00

## III - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "LAU MELO"

Código	Área de Atuação	Disciplina	Carga Horária Semanal	Vencimento
15	Educação Infantil	-	20 horas	R\$ 850,00

## IV - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO

Código	Área de Atuação	Disciplina	Carga Horária Semanal	Vencimento
16	Educação Infantil	-	20 horas	R\$ 850,00
17	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	20 horas	R\$ 850,00
18	Ensino Fundamental	Língua Portuguesa	20 horas	R\$ 850,00
19	Ensino Fundamental	Matemática	20 horas	R\$ 850,00
20	Ensino Fundamental	História	20 horas	R\$ 850,00
21	Ensino Fundamental	Geografia	20 horas	R\$ 850,00
22	Ensino Fundamental	Ciências e Programas de Saúde	20 horas	R\$ 850,00
23	Ensino Fundamental	Artes	20 horas	R\$ 850,00
24	Ensino Fundamental	Filosofia ou Teologia	20 horas	R\$ 850,00
25	Ensino Fundamental	Língua Inglesa	20 horas	R\$ 850,00
26	Ensino Fundamental	Educação Física	20 horas	R\$ 850,00
27	Ensino Fundamental	Atendimento Educacional Especializado	20 horas	R\$ 850,00
28	Ensino Fundamental	Interprete de Libras	20 horas	R\$ 850,00

1.3.1 Ao inscrever-se para os quadros de inscrições de que trata o item 1.3, deste edital, o candidato deverá atender os requisitos da área de atuação, disciplina e nível de escolaridade exigidos para a habilitação que deseja realizar a sua inscrição, quais sejam: Obrigatória Formação Superior Completa em Pedagogia ou Curso Normal Superior, ou Formação Superior Completa na Área de Atuação e/ou Licenciatura Plena (Educação Infantil, Anos Iniciais, História, Geografia, Artes, Ciências e Programas de Saúde, Educação Física, Língua Inglesa, Filosofia ou Teologia, Língua Portuguesa e Matemática).

1.3.2 Para o código 12 - Professor de Atendimento Educacional Especializado: Obrigatória Formação Superior Completa e/ou Licenciatura Plena em Pedagogia com no mínimo 180 (cento e oitenta) horas aulas em Atendimento Educacional Especializado - AEE ou Pós Graduação *latu sensu* em Educação Especial ou Pós Graduação

*latu sensu* Atendimento Educacional Especializado - AEE; ou Obrigatória Formação Superior Completa e/ou Licenciatura Plena em Educação Especial.

1.3.3 Não será computado para fins de classificação a pontuação as horas aulas de curso ou especialização em Atendimento Educacional Especializado - AEE, em razão de ser habilitação mínima para estas vagas.

1.3.4 Para o código 13 - Interprete de Libras: Os candidatos deverão ter formação mínima em Ensino Superior e no mínimo 40 horas de curso específico na área de Libras.

1.3.5 Não será computado para fins de classificação as horas aulas de curso ou especialização em Libras, em razão de ser habilitação mínima para as vagas do código 13.

1.3.6 Ao inscrever-se para o quadro II de que trata o item 1.3 (Cód. 14 - Auxiliar de Sala da Educação Infantil), deste edital, o candidato deverá atender os requisitos da área de atuação e nível de escolaridade exigidos para a habilitação que deseja realizar a sua inscrição, ou seja, ensino meio completo ou equivalente.

1.3.7 A missão e as responsabilidades das funções públicas previstas nos códigos acima estão especificadas no Anexo Único, parte integrante do presente Edital.

1.4 Ao inscrever-se para o quadro especial o candidato deverá atender os requisitos da área de atuação, mesmo não possuindo o nível de escolaridade completo exigido para a habilitação, devendo estar cursando o curso superior exigido a partir da 1ª fase ou ter formação em nível médio de Magistério e estar cursando nível superior na área de atuação, no ato de contratação e durante a contratualidade, descrito no item 1.3, deste Edital.

1.4.1 Para o código 28 - Interprete de Libras: além das exigências do item 1.3, o candidato deverá ter cursado no mínimo 40 horas em curso específico na área de Libras.

1.4.2 Não será computado para fins de classificação as horas aulas de curso ou especialização em Libras, em razão de ser habilitação mínima para as vagas do código 28.

1.5 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar fotocópia frente e verso dos seguintes documentos:

- I - Carteira de Identidade;
- II - CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- III - Certidão de Casamento ou Nascimento;
- IV - Certidão de Nascimento dos Filhos com até 16 anos;
- V - Para portadores de deficiência física, atestado de capacidade e condições para o exercício da função;
- VI - Diplomas, Certificados e ou comprovantes de Cursos;
- VII - Certidões de Tempo de Serviço na área de atuação;
- VIII - Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- IX - Comprovante de Residência;

1.6 A inscrição será efetivada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, que fornecerá ao inscrito o respectivo comprovante, após a conferência da ficha de inscrição e dos documentos relacionados.

1.7 Não será admitida inscrição condicional, com falta de documentos, enviada pelo correio, e-mail, fax, ou outro meio que não o previsto neste Edital.

1.8 Não poderá ser efetuada mais de 1 (uma) inscrição para o mesmo código atribuído à área de atuação e disciplina nos quadros de inscrição para ensino fundamental séries finais, bem como

não será admitida mais de uma inscrição para educação infantil ou para séries iniciais ou auxiliar de sala da educação infantil, devendo o inscrito optar por apenas uma destas.

1.9 O candidato que efetuar inscrição para o quadro I, não poderá inscrever-se no quadro II, III e IV, deste edital.

1.9.1 O candidato que efetuar inscrição em qualquer um dos quadros II, III e IV, não poderá inscrever-se no quadro I, deste edital.

1.10 Efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração da inscrição e documentos anexados, exceto dos dados referentes ao endereço do candidato e do número do telefone, requeridos por escrito.

1.11 Após a data e horário, fixados como termo final do prazo para realização da inscrição e recebimento de documentos, não serão admitidas quaisquer outras inscrições ou entregas de documentos, sob qualquer condição ou pretexto.

1.12 Não será cobrado nenhum valor a título de taxa de inscrição.

## 2 - DA CLASSIFICAÇÃO

2.1 A classificação do processo seletivo será através da soma dos pontos atribuídos aos títulos, abaixo estabelecidos:

### I - QUADRO DE PONTOS REFERENTE QUADROS GERAIS DE INSCRIÇÃO

PONTOS	TÍTULOS
04 06	Cursos de Pós-Graduação em educação ou áreas afins (especialização, Mestrado, Doutorado e PHD): - 1 (um) Curso Concluído - Acima de 1 (um) Curso Concluído e no Máximo de 3(três).
06	Somente para o Código 12 - Professor de Atendimento Educacional Especializado: - Pós-Graduação em Atendimento Educacional Especializado.
02	Curso de ensino Médio completo com habilitação em: - Magistério
01 02 03 04 05	Cursos de atualização e ou aperfeiçoamento em educação, iniciados a partir do ano de 2012 e concluídos até a data de inscrição (no máximo serão aceitos 10 (dez) títulos) que somem: - até 50 horas ou Pós-Graduação não concluída - de 51 horas até 100 horas - de 101 horas até 150 horas - de 151 horas até 200 horas - acima de 200 horas
01 02 03 04 06	Certidão de Tempo de Serviço em Educação, contagem até a data de inscrição: - de 24 meses até 48 meses - de 49 meses até 96 meses - de 97 meses até 144 meses - de 145 meses até 192 meses - acima de 192 meses

05 04 03 02 01 00	Quantidade de quaisquer faltas, licenças ou afastamentos (independente de justificativa) para os candidatos que foram contratados ou nomeados para funções ou cargos públicos do magistério público municipal de Fraiburgo, que durante o ano letivo de 2014, possuíram pelo menos 4(quatro) meses de vínculo funcional exclusivamente na área do magistério público municipal de Fraiburgo:  - nenhuma falta - até 2(dois) dias - de 3(três) a 5(cinco) dias - de 6(seis) a 8(oito) dias - de 9(nove) a 11(once) dias - de 12(doze) ou mais dias
----------------------------------	--

### II - QUADRO DE PONTOS REFERENTE QUADRO DE INSCRIÇÕES PARA AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Pontos	Títulos
02 04 06 08	Ensino Superior Incompleto até 3ª fase Ensino Superior Incompleto 4ª até 6ª fase Ensino Superior Incompleto 7ª até 10ª fase Ensino Superior Completo
10	Curso Técnico Magistério
02 04 06 08 10	Cursos de aperfeiçoamento na área específica de atuação (cuidados com criança), realizados nos últimos 05(cinco) anos (máximo de 10(dez) títulos): - até 50 horas - de 51 horas até 100 horas - de 101 horas até 150 horas - de 151 horas até 200 horas - acima de 200 horas
01 02 03 04 05	Cursos de aperfeiçoamento em outras áreas, realizados nos últimos 03(três) anos (máximo de 05(cinco) títulos): - até 50 horas - de 51 horas até 100 horas - de 101 horas até 150 horas - de 151 horas até 200 horas - acima de 200 horas

### III - QUADRO DE PONTOS REFERENTE QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÕES

PONTOS	TÍTULOS
01 02 03 04 05 06 07	- Cursando 2a. fase - Cursando 3a. Fase - Cursando 4 a. Fase - Cursando 5 a. Fase - Cursando 6 a. Fase - Cursando 7 a. Fase - Cursando 8 a. Fase
02	Curso de ensino Médio completo com habilitação em: - Magistério
01 02 03 04 05	Cursos de atualização e ou aperfeiçoamento em educação, iniciados a partir do ano de 2012 e concluídos até a data de inscrição (no máximo serão aceitos 10 (dez) títulos) que somem: - até 50 horas - de 51 horas até 100 horas - de 101 horas até 150 horas - de 151 horas até 200 horas - acima de 200 horas

	Certidão de Tempo de Serviço em Educação, contagem até a data de inscrição:
01	- de 12 meses até 23 meses
02	- de 24 meses até 48 meses
03	- de 49 meses até 96 meses
04	- de 97 meses até 144 meses
06	- de 145 meses até 192 meses
07	- acima de 192 meses
	Quantidade de quaisquer faltas, licenças ou afastamentos (independente de justificativa) para os candidatos que foram contratados ou nomeados para funções ou cargos públicos do magistério público municipal de Fraiburgo, que durante o ano letivo de 2014, possuíram pelo menos 4(quatro) meses de vínculo funcional exclusivamente na área do magistério público municipal de Fraiburgo:
05	
04	
03	
02	- nenhuma falta
01	- até 2(dois) dias
00	- de 3(três) a 5(cinco) dias
	- de 6(seis) a 8(oito) dias
	- de 9(nove) a 11(onze) dias
	- de 12(doze) ou mais dias

2.1.1 Para a pontuação prevista para faltas, licenças e afastamentos não há necessidade do candidato apresentar qualquer documento, sendo a análise realizada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, de acordo com os registros de pontos acostados as fichas funcionais dos agentes públicos municipais efetivos ou contratados.

2.1.2 As faltas, licenças ou afastamentos serão calculados por dia, independente da quantidade de horas ausentes do serviço público municipal de Fraiburgo.

2.1.3 Somente terá direito a pontuação de faltas, licenças e afastamentos, o agente público que possuiu vínculo funcional exclusivamente com o magistério público municipal de Fraiburgo, por pelo menos 4(quatro) meses, durante o período letivo de 2014.

2.2 Na computação dos pontos os títulos já considerados para pontuação não serão somados novamente.

2.3 No cálculo do tempo de serviço computar-se-á a fração de 15 (quinze) dias, ou mais, como 01 (um) mês completo, desprezando-as as frações inferiores a 15 (quinze) dias.

2.4 Para ser considerada a pontuação dos Títulos referidos nos Quadros de Pontos acima (item 2.1) o candidato deverá entregar juntamente com a ficha de inscrição, até o dia e horário do encerramento previsto no edital, cópia fotostática (Xerox) dos títulos sendo obrigatório frente e verso, declarados na ficha de inscrição.

2.5. O candidato declara, para os fins de direito, que as cópias apresentadas são verdadeiras e está ciente que poderá, a qualquer momento, ser convocado a apresentar os originais dos documentos apresentados.

2.5.1 Ocorrendo qualquer divergência entre o documento apresentado e o original o candidato será excluído do processo seletivo, sem prejuízo das sanções legais.

2.6 Os títulos obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei e se redigidos em língua estrangeira, acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.

2.7 Não serão pontuados:

- Os títulos não entregues no prazo e local determinado.
- Títulos obtidos em cursos que não sejam na disciplina para a

qual o candidato está inscrito ou na área de Educação.

c) Diplomas ou certificados de cursos de atualização com duração inferior a 10(dez) horas.

d) Títulos entregues acima do número máximo estabelecido - no máximo 3(três) Pós-Graduações e 10(dez) cursos de atualização e ou aperfeiçoamento em educação.

e) Os títulos não acompanhados da ficha de inscrição.

f) Os Diplomas ou Certificados sem fotocópia frente e verso.

g) Os documentos comprobatórios de tempo de serviço que não se relacionem com as atribuições da área de atuação e disciplina.

2.8 A classificação ocorrerá distintamente por código dos quadros de inscrições, os quais estão vinculados com a área de atuação e disciplina, em ordem decrescente da soma total dos pontos obtidos.

2.9 Em caso de empate, terá melhor classificação o candidato que atender os seguintes critérios por ordem de eliminação:

1º) obter maior número de pontos a título cursos de Pós-Graduação em educação ou áreas afins;

2º) obter maior número de pontos a título de cursos de atualização ou aperfeiçoamento em educação;

3º) obter maior número de pontos a título de tempo de serviço em educação;

4º) portador de deficiência física, com capacidade e condições para o exercício da função;

5º) maior idade.

2.9.1 Em caso de empate para a função de Auxiliar de Sala da Educação Infantil (Quadro II, Cód. 14), terá melhor classificação o candidato que atender os seguintes critérios por ordem de eliminação:

1º) obter maior número de pontos a título de curso técnico magistério.

2º) obter maior número de pontos a título de Ensino Superior (completo ou incompleto).

3º) obter maior número de pontos a título de cursos de atualização ou aperfeiçoamento na área de atuação.

4º) maior número de filhos com até 16 anos.

5º) portador de deficiência física, com capacidade e condições para o exercício da função.

6º) maior idade.

2.10 Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

a) apresentar dados inverídicos na sua inscrição;

b) não atender os requisitos de habilitação necessários para a área de atuação e disciplina escolhidas, observadas as disposições do quadro especial de inscrição;

c) descumprir qualquer item deste edital;

d) deixar de entregar a ficha de inscrição e documentos na quantidade declarada, nos prazos determinados;

e) houver sido punido em Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicante perante o Município de Fraiburgo, por infração disciplinar, com aplicação de penalidade de advertência, repreensão, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão, destituição de função gratificada, enquanto perdurar seus efeitos, nos termos das Leis Complementares 012/97 e 109/10.

2.11 Julgadas as inscrições com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências deste edital, a lista dos candidatos considerados aptos será divulgada no Diário Oficial dos Municípios - DOM ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), mural da Prefeitura Municipal de Fraiburgo e na página da internet [www.fraiburgo.sc.gov.br/editais](http://www.fraiburgo.sc.gov.br/editais) entre os dias 20 a 23 de outubro de 2014.

2.12 O candidato que se sentir prejudicado na classificação, terá até 02 (dois) dias após a data de publicação no órgão oficial de divulgação da lista citada no item anterior para apresentar recurso,

devendo este ser por escrito, fundamentado e dirigido à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, protocolando junto à Secretaria Executiva do Município.

### 3 - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

#### 3.1 A convocação obedecerá à ordem rigorosa da classificação.

3.1.1 No ato de escolha da vaga, conforme ordem de classificação, poderá ser ampliada ou reduzida a carga horária semanal, podendo variar entre 12 e 40 horas semanais, conforme necessidade e interesse público, com a proporcional ampliação ou redução da remuneração.

3.1.2 Em caso de redução de turmas, durante a contratualidade, poderá ser reduzida a carga horária inicialmente contratada, com a proporcional redução da remuneração.

3.2 O Candidato concorrerá às vagas de Professor e Auxiliar de Sala da Educação Infantil que o Município de Fraiburgo, tenha que contratar para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área de educação e cultura, durante o ano letivo de 2015, podendo ser prorrogado.

3.3 O candidato convocado ficará a disposição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, onde deverá exercer as funções de Professor e Auxiliar de Sala da Educação Infantil na área de educação onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

3.3.1 O candidato convocado por meio do quadro III não poderá ser remanejado para outra vaga de código de inscrição diferente ou unidade escolar.

3.4 A convocação para preenchimento das vagas que surgirem no período de vigência deste Edital ocorrerá mediante Edital de Notificação publicado no órgão oficial de publicação do município ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) e disponibilizado na página oficial da internet ([www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br)) ou Termo de Convocação, tendo o candidato 03 (três) dias para comparecer, no horário de expediente da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, munido com os documentos relacionados no item 3.8 deste edital ou o prazo fixado no Edital de Notificação específico.

3.5 A não manifestação no prazo estipulado no item anterior implicará na eliminação do candidato do processo seletivo.

3.6 O professor e auxiliar de sala da educação infantil contratado será remunerado em conformidade com o vencimento vinculado ao código ao qual efetuou sua inscrição, além das vantagens previstas em lei.

3.7 O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo, sendo que o contratado será remunerado pelo número de horas semanais efetivamente trabalhadas, de acordo com a grade aprovada pelo Conselho Municipal de Educação.

3.7.1 A pedido do interessado poderá haver a ampliação ou redução de carga horária, mediante requerimento assinado, protocolado e encaminhado a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes que terá prazo de até 15 dias para manifestar-se, devidamente justificado o interesse público.

3.7.2 O contratado que efetuar pedido de rescisão contratual por sua iniciativa, antes da data prevista para o término do contrato deverá comunicar por escrito com prazo de antecedência de 30

(trinta) dias a contar da data do requerimento, devendo cumprir obrigatoriamente este prazo de aviso, sob pena de desconto na rescisão, a título de indenização do valor correspondente.

#### 3.8 No ato da contratação o candidato deverá apresentar:

I - Atestado de aptidão para o desempenho da atividade, fornecido por Médico do Trabalho ou pela equipe multiprofissional do município, conforme dispuser o regulamento específico;  
II - Declaração que o exercício da função pública de professor ou auxiliar de sala da educação infantil não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;  
III - Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pelo Departamento de Gestão de Pessoal.

3.9 Todos os candidatos convocados, quando exigido, deverão submeter-se a avaliação através de anamnese clínica e social, a ser realizada por equipe multiprofissional do município, conforme dispuser regulamento próprio, podendo ser eliminados do certame aqueles que não estiverem em condições de trabalho no ato.

3.9.1 O candidato que se recusar a submeter-se a avaliação descrita, observadas as condições do regulamento específico, será excluído deste processo seletivo.

3.10 O ato convocatório cessará os efeitos quando expirar o prazo do contrato e seus aditivos, ou na data final de sua validade previamente estabelecida.

3.11 O candidato que efetuou mais de uma inscrição (séries finais) e que o ato convocatório estiver em vigor, deverá observar a compatibilidade da carga horária em caso de nova convocação, em caso de incompatibilidade será automaticamente eliminado da lista onde está vinculado.

3.12 As normas de contratação seguirão o regime especial instituído pela Lei Municipal n. 1.220/97 e suas alterações, não gerando qualquer vínculo efetivo com o Município.

3.13 Os inscritos para área de atuação da Educação Infantil ficam cientes do horário de funcionamento dos Centros de Educação Infantil, de segunda a sexta-feira, das 06:30 horas às 18:30 horas, de acordo com o Decreto 0250/2008 e suas alterações, sendo sua jornada de trabalho distribuída durante o horário de funcionamento dos CEI's.

### 4 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 O quadro de inscrição I do item 1.3 deste edital foi criado para atender de maneira geral as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área de educação, para preenchimento de vagas que surgirem durante o ano letivo de 2015, podendo ser prorrogado.

4.2 O quadro de inscrição III do item 1.3 deste edital foi criado para atender a CEM Lau Mello que fica numa localidade onde não tem transporte coletivo em horário escolar para transportar o professor.

4.2.1 O candidato que optar pela inscrição neste quadro será responsável pelo seu transporte, ou seja, a locomoção de sua residência até a localidade escolhida no quadro, não tendo direito de qualquer indenização ou ressarcimento por parte do município.

4.3 O quadro de inscrição IV foi criado excepcionalmente para inscrições de candidatos que não possuem o nível de escolaridade completo, mas atendem os requisitos da área de atuação e serão convocados caso não haja mais candidatos aptos a serem



convocados do Quadro Geral de Inscrição.

4.4 Não será oferecido transporte para Professor ou Auxiliar de Sala da Educação Infantil que resida fora do Município de Fraiburgo.

4.5 Para o candidato já aposentado o tempo de serviço será contado somente aquele trabalhado após a sua aposentadoria.

4.5.1 É responsabilidade do candidato aposentado, prestar esta informação no ato da inscrição, sob pena de desclassificação do edital a qualquer momento.

4.6 O candidato poderá ser antecipadamente notificado para providenciar os documentos necessários para sua possível contratação, sem que isso gere qualquer tipo de compromisso ou vínculo com o Município de Fraiburgo.

4.7 O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, impressão e assinatura responsável pelas mesmas.

4.8 A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

4.9 Caso o candidato não queira ou tenha impedimento de exercer a função ao qual foi convocado, será eliminado da lista pertencente ao processo seletivo que esteja vinculado.

4.10 A rescisão do contrato vigente, a pedido do contratado, em qualquer função pública do Município de Fraiburgo, implicará no impedimento automático para contratação por este Edital.

4.11 O contratado por este Edital que efetuar a rescisão do contrato por sua iniciativa, fica impedido automaticamente de contratar novamente com o Município de Fraiburgo, através de qualquer outro processo seletivo, durante o ano letivo de 2015.

4.12 O processo seletivo de que trata este Edital será realizado sob a coordenação da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes e supervisionado pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

4.13 O presente edital poderá ser impugnado em pedido fundamentado encaminhado a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, em até 02(dois) dias úteis da sua publicação.

4.14 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente edital.

Fraiburgo, SC, 1º de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 00032, DE 1º DE SETEMBRO DE 2014

ANEXO ÚNICO

PROFESSOR

Missão:

Responsabilidades:

- Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, sugerindo objetivos gerais e específicos, propostas pedagógicas, definindo metodologias, estratégias de ensino, temas transversais, interdisciplinares, entre outros, de modo a cumprir com a legislação vigente, definindo um projeto atrativo e aplicável a unidade de ensino.

- Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

- Zelar pela aprendizagem dos alunos, estabelecendo estratégias de aceleração no desenvolvimento para os alunos de maior rendimento e de recuperação para os alunos de menor rendimento.

- Atualizar-se continuamente na área de atuação, através de pesquisas, cursos de extensão, seminários, congressos, leitura de livros especializados, entre outros, para a permanente melhoria da formação acadêmica e da qualidade do ensino.

- Ministras os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade, participando de reuniões com pais, recebendo-os pessoalmente, individualmente ou em grupo.

- Receber o educando com bom humor, passando segurança aos pais e a ele, para que tanto a família, quanto o educando, tenha confiança na unidade escolar e/ou no Centro de Educação Infantil e nos profissionais que o compõem.

- Respeitar e cumprir prazos estabelecidos pela coordenação para a entrega de documentos, projetos, relatórios, planejamentos, avaliações e outros.

- Participar com assiduidade das formações continuadas, buscando o autoaperfeiçoamento.

- Agir com ética, respeito e solidariedade perante companheiros de trabalho, contribuindo com o bom clima organizacional.

- Cultivar um bom relacionamento com os educandos, pais, responsáveis e demais servidores da unidade escolar e/ou centro de educação infantil.

- Zelar pela ordem, disciplina, conservação do material didático, dos equipamentos e do imóvel junto à comunidade escolar.

- Cumprir suas funções com assiduidade e pontualidade, zelando pela postura profissional, cumprindo normas da instituição.

- Avaliar os educandos através de observação e registros diários de acordo com as diretrizes para a avaliação da aprendizagem.

- Utilizar materiais adequados à faixa-etária dos educandos, estimulando seu processo de desenvolvimento cognitivo.

- Criar situações que elevam a auto-estima do educando, tratando-o com afetividade, melhorando o vínculo com o mesmo e conseqüentemente, facilitando o processo ensino-aprendizagem.

- Seguir as normas e determinações da unidade escolar e/ou Secretaria Municipal de Educação.

- Participar de eventos extra-classe estabelecidos no calendário escolar, bem como participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

- Planejar atividades sistematizadas, desafiadoras e condizentes



aos conteúdos e habilidades propostas, estimulando os alunos e contribuindo com seu desenvolvimento, bem como utilizar diferentes estratégias durante a realização das aulas, atendendo as dificuldades dos alunos através de atividades diversificadas.

- Apresentar domínio de conteúdo, utilizando linguagem adequada à compreensão dos alunos.

- Apresentar domínio de classe com autoridade, respeito e cooperação, mantendo o bom relacionamento com os alunos.

- Manter o local de aula com ambiência pedagógica estimuladora da aprendizagem.

- Registrar a avaliação do aluno em documentação apropriada, conforme regras preestabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.

- Utilizar Equipamentos de Proteção Individual para exercício do seu trabalho, quando indicado em laudos competentes, visando garantir sua própria segurança e integridade física.

- Executar outras atribuições, correlatas às acima descritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato.

Ainda, responsabilidades específicas quando atuando na Educação Infantil:

- Alimentar a criança, auxiliando aquela que ainda não consegue se alimentar sozinha, através de cardápio variado, para que o educando tenha acesso à educação alimentar saudável que complemente as suas necessidades diárias, contribuindo para o seu desenvolvimento psicomotor.

- Produzir com as crianças as regras do grupo, estimulando nestas o senso de limites e respeito.

- Colocar as crianças para repousar / dormir logo após o almoço, para que os educandos possam descansar das atividades anteriormente realizadas e se preparar para as atividades vindouras do período da tarde.

- Realizar atividades pedagógicas recreativas com as crianças, colocando-as para praticar dança, correr, aprender sons e músicas, ouvir histórias, entre outros, com o intuito de desenvolver a coordenação motora, percepção visual, auditiva, sensorial, entre outras.

- Higienizar as crianças, através de troca de fraldas e de roupas, auxílio na lavagem de mãos e rosto, na escovação de dentes, entre outros para que os educandos possam complementar o seu aprendizado relativo a noções de higiene, estejam higienizados e se sintam confortáveis para melhor realizarem as atividades educativas. Ainda, responsabilidades específicas, quando atuando no Ensino Fundamental e Educação para Jovens e Adultos:

- Participar de conselhos de classe, para que haja uma interação entre professores e entre estes e os pais, para que sejam identificadas necessidades de desenvolvimento e aprimoramento dos educandos e da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

Ainda, responsabilidades específicas, quando atuando no processo pedagógico para educandos com necessidades especiais:

- Definir, junto a equipe técnico-administrativa da unidade escolar, serviços especializados e de apoio, planos de ação com estratégias de intervenção e recursos didáticos específicos e/ou diferenciados, que possibilitem aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, o desenvolvimento das suas habilidades.

- Redigir, quando solicitado, parecer descritivo para acompanhar

o boletim de notas do aluno com necessidades educativas especiais.

Ainda, responsabilidades específicas, quando atuando nas atividades de contraturno:

- Realizar atividades culturais, através de oficinas / aulas de artes, teatro, música, artesanato, dança, leitura, entre outros, para que sirva de estímulo e reforço à atividade educacional do aluno, oportunizando a melhoria do seu desempenho escolar, integrando-o à diversidade cultural e abrindo-lhe oportunidades de desenvolvimento pessoal.

- Realizar atividades de conscientização ambiental, de vida em sociedade, de higiene pessoal, de direitos e deveres individuais e coletivos, entre outros, para que o educando possa estar apto a participar e a contribuir no processo de aprimoramento da integração social coletiva.

- Realizar atividades esportivas, através de formação de turmas específicas de alunos para cada modalidade esportiva oferecida, ensinando regras e fundamentos, realizando treinamentos, brincadeiras e recreação, no intuito de desenvolver a coordenação motora dos educandos, integrá-los à sociedade e identificar talentos.

- Auxiliar a organização de eventos esportivos e culturais.

- Atuar como mesário, árbitro e demais serviços de apoio dos eventos esportivos desenvolvidos pelo município.

#### AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Missão:

Responsabilidades:

- 1 - Participar das atividades desenvolvidas pelo professor e equipe de trabalho em sala de aula, ou fora dela;

- 2 - Manter-se integrado(a) com o (a) professora e as crianças;

- 3 - Participar das reuniões pedagógicas e de grupos de estudos e atividades afins;

- 4 - Seguir as orientações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e da supervisão da Unidade Educativa;

- 5 - Auxiliar no cumprimento do horário de entrada e saída dos alunos, bem como horário destinado ao recreio e outras atividades;

- 6 - Auxiliar na elaboração de materiais pedagógicos (jogos, materiais de sucata, e outros);

- 7 - Promover ambiente de respeito mútuo e cooperação, entre as crianças e demais profissionais da Unidade Educativa, proporcionando o cuidado e educação;

- 8 - Atender as crianças respeitando a fase em que estão vivendo;

- 9 - Inteirar-se, entender e cumprir a proposta da Educação Infantil, da Rede Municipal de Fraiburgo, no que tange a suas funções;

- 10 - Zelar pela segurança dos alunos;

- 11 - Atender as necessidades das crianças;

- 12 - Observar e registrar, na agenda, os fatos ocorridos durante o dia, a fim de garantir a comunicação com a família e o bem-estar e o desenvolvimento sadio da criança, sempre sob a supervisão do professor;

- 13 - Comunicar ao professor e a direção, anormalidades no processo de trabalho;

- 14 - Abrir e fechar diariamente o CEI na companhia de professor;

- 15 - Participar ativamente, no processo de adaptação das crianças e atendendo as suas necessidades;

- 16 - Participar do processo de integração da unidade educativa, família e comunidade;

- 17 - Estimular, orientar e cuidar da criança na aquisição de hábitos de higiene, troca de fraldas, banho e escovação dos dentes, sob a supervisão do professor;

18 - Conhecer o processo de desenvolvimento da criança, mantendo-se atualizado, através de leituras, formação continuada em serviço, seminários e outros eventos;  
 19 - Comunicar ao professor e ou/direção situações que requeiram atenção especial;  
 20 - Auxiliar e orientar as crianças no controle de suas necessidades fisiológicas;  
 21 - Acompanhar e zelar pela criança, na hora do repouso, recreio e outras atividades afins;  
 22 - Organizar, orientar e zelar pelo uso adequado do espaço, dos materiais e dos brinquedos;  
 23 - Acompanhar e orientar a criança durante as refeições, estimulando bons hábitos alimentares e auxiliar as crianças menores;  
 24 - Preparar, oferecer e higienizar a mamadeira, tomando os cuidados inerentes;  
 25 - Atender as necessidades de Medicina, Higiene e Segurança do trabalho;  
 26 - Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;  
 27 - Realizar outras atividades correlatas com a função.

**EDITAL N 00033/2014 - EQUIPE MULTIDISCIPLINAR**  
 EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 00033, DE 1º DE SETEMBRO DE 2014.

O Sr. IVO BIAZZOLO, PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

**FAZ SABER:**

Encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do município, especialmente saúde e educação, para preenchimento de vagas durante o ano de 2015, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220, de 04 de junho de 1997 e suas alterações, nas condições e prazos abaixo estabelecidas.

**1 - DAS INSCRIÇÕES**

1.1. As inscrições serão realizadas no Prédio da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., no período de 10 de setembro a 09 de outubro de 2014 (excetuados sábado e domingo), nos seguintes horários: das 8:30 às 11:00 horas e 14:30 às 19:00 horas.

1.2 No ato de inscrição o candidato deverá atender os seguintes requisitos:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou ter nacionalidade portuguesa equiparada, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil;
- b) ter completado 18 (dezoito anos) de idade até o último dia da inscrição;
- c) estar em gozo dos direitos políticos;
- d) estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- e) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- f) não ser ocupante de cargo de provimento efetivo junto ao Município de Fraiburgo.

1.3 O candidato interessado em participar do processo seletivo deverá realizar a inscrição no local e prazos estabelecidos conforme item 1.1 do presente edital, optando pelo código correspondente a função que pretende trabalhar, desde que atenda os requisitos de habilitação, conforme quadros abaixo:

**I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código	Função Pública	Carga Horária Semanal	Vencimento
01	Psicólogo	20 horas	R\$ 1.263,00
02	Fonoaudiólogo	20 horas	R\$ 1.263,00
03	Coordenador Pedagógico	20 horas	R\$ 1.097,60

1.3.1 Ao inscrever-se para o quadro de inscrições de que trata o item 1.3, deste edital, o candidato deverá atender os requisitos da área de atuação e nível de escolaridade exigidos para a habilitação que deseja realizar a sua inscrição, quais sejam:

a) Psicólogo: Obrigatória Formação Superior Completa em Psicologia, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão;

b) Fonoaudiólogo: Obrigatória Formação Superior Completa em Fonoaudiologia, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão;

c) Coordenador Pedagógico: Obrigatória Formação Superior Completa em Pedagogia, Normal Superior ou Habilitação em Nível de Licenciatura Plena e Pós-Graduação, em Nível de Especialização na área de Coordenação Pedagógica ou Gestão Escolar com carga mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;

1.4. A missão e as responsabilidades das funções públicas previstas nos códigos acima estão especificadas no Anexo Único, parte integrante do presente Edital.

1.5 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar fotocópia frente e verso dos seguintes documentos:

- I - Carteira de Identidade;
- II - CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- III - Certidão de Casamento ou Nascimento;
- IV - Certidão de Nascimento dos Filhos com até 16 anos;
- V - Para portadores de deficiência física, atestado de capacidade e condições para o exercício da função;
- VI - Diplomas, Certificados e ou comprovantes de Cursos;
- VII - Certidões de Tempo de Serviço na área de atuação;
- VIII - Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- IX - Comprovante de Residência;

1.6 A inscrição será efetivada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, que fornecerá ao inscrito o respectivo comprovante, após a conferência da ficha de inscrição, acompanhada dos documentos relacionados.

1.7 Não será admitida inscrição condicional, com falta de documentos, enviada pelo correio, e-mail, fax ou outro meio que não o previsto neste Edital.

1.8 Não poderá ser efetuada mais de 1 (uma) inscrição para este edital.

1.9 Efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração da inscrição e documentos anexados, exceto dos dados referentes ao endereço do candidato e do número do telefone, requeridos por escrito.

1.10 Após a data e horário, fixados como termo final do prazo para realização da inscrição e recebimento de documentos, não serão admitidas quaisquer outras inscrições ou entregas de documentos, sob qualquer condição ou pretexto.

1.11 Não será cobrado nenhum valor a título de taxa de inscrição.

## 2 - DA CLASSIFICAÇÃO

2.1 A classificação do processo seletivo será através da soma dos pontos atribuídos aos títulos, abaixo estabelecidos:

### I - QUADRO DE PONTOS PARA TODAS AS FUNÇÕES PÚBLICAS

PONTOS	TÍTULOS
10	Curso de Pós-Graduação na área específica de atuação (especialização, mestrado, doutorado e PHD) - no máximo 3(três)
01 02 03 04 05	Cursos de atualização na área de atuação, iniciados a partir do ano de 2012 e concluídos até a data de inscrição (no máximo serão aceitos 10 (dez) títulos) que somem: - até 50 horas ou Pós-Graduação não concluída - de 51 horas até 100 horas - de 101 horas até 150 horas - de 151 horas até 200 horas - acima de 200 horas
01 02 03 04 05 06	Certidão de Tempo de Serviço na área específica de atuação, contagem até a data de inscrição: - de 06 meses até 24 meses - de 25 meses até 48 meses - de 49 meses até 96 meses - de 97 meses até 144 meses - de 145 meses até 192 meses - acima de 192 meses
05 04 03 02 01 00	Quantidade de quaisquer faltas, licenças ou afastamentos (independente de justificativa) para os candidatos que foram contratados ou nomeados para funções ou cargos públicos relativas as funções previstas neste edital no Município de Fraiburgo, que durante o ano letivo de 2014, possuíram pelo menos 4(quatro) meses de vínculo funcional exclusivamente no Município de Fraiburgo: - nenhuma falta - até 2(dois) dias - de 3(três) a 5(cinco) dias - de 6(seis) a 8(oito) dias - de 9(nove) a 11(onze) dias - de 12(doze) ou mais dias

2.1.1 Para a pontuação prevista para faltas, licenças e afastamentos não há necessidade do candidato apresentar qualquer documento, sendo a análise realizada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, de acordo com os registros de pontos acostados as fichas funcionais dos agentes públicos municipais efetivos ou contratados.

2.1.2 As faltas, licenças ou afastamentos serão calculados por dia, independente da quantidade de horas ausentes do serviço público municipal de Fraiburgo.

2.1.3 Somente terá direito a pontuação de faltas, licenças e afastamentos, o agente público que possuiu vínculo funcional exclusivamente com o Município de Fraiburgo, por pelo menos 4(quatro) meses, durante o período letivo de 2014.

2.2 Na computação dos pontos os títulos já considerados para pontuação não serão somados novamente.

2.3 No cálculo do tempo de serviço computar-se-á a fração de 15 (quinze) dias, ou mais, como 01 (um) mês completo, desconsiderando-se as frações inferiores a 15 (quinze) dias.

2.4 Para ser considerada a pontuação dos Títulos referidos no Quadro de Pontos acima (item 2.1) o candidato deverá entregar juntamente com a ficha de inscrição, até o dia e horário do encerramento previsto no edital, cópia fotostática (Xerox) dos títulos

sendo obrigatório frente e verso, declaradas na ficha de inscrição.

2.5 O candidato declara, para os fins de direito, que as cópias apresentadas são verdadeiras e está ciente que poderá, a qualquer momento, ser convocado a apresentar os originais dos documentos apresentados.

2.5.1 Ocorrendo qualquer divergência entre o documento apresentado e o original o candidato será excluído do processo seletivo, sem prejuízo das sanções legais.

2.6 Os títulos obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei e se redigidos em língua estrangeira, acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.

2.7 Não serão pontuados:

- Os títulos não entregues no prazo e local determinado.
- Títulos obtidos em cursos que não sejam na área de atuação.
- Diplomas ou certificados de cursos de atualização com duração inferior a 10(dez) horas.
- Títulos entregues acima do número máximo estabelecido - no máximo 3(três) Pós-Graduações e 10(dez) cursos de atualização e ou aperfeiçoamento.
- Os títulos não acompanhados da ficha de inscrição.
- Os Diplomas ou Certificados sem fotocópia frente e verso.
- Os documentos comprobatórios de tempo de serviço que não se relacionem com as atribuições da função pública.

2.8 A classificação ocorrerá distintamente por código dos quadros de inscrições, os quais estão vinculados com a função pública, em ordem decrescente da soma total dos pontos obtidos.

2.9 Em caso de empate, terá melhor classificação o candidato que atender os seguintes critérios por ordem de eliminação:

- 1º) obter maior número de pontos a título cursos de Pós-Graduação;
- 2º) obter maior número de pontos a título de cursos de atualização ou aperfeiçoamento na área de atuação.
- 3º) obter maior número de pontos a título de tempo de serviço.
- 4º) maior número de filhos com até 16 anos.
- 5º) portador de deficiência física, com capacidade e condições para o exercício da função.
- 6º) maior idade.

2.10 Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

- apresentar dados inverídicos na sua inscrição;
- não atender os requisitos de habilitação necessários para a área de atuação escolhida;
- descumprir qualquer item deste edital;
- deixar de entregar a ficha de inscrição e documentos na quantidade declarada, nos prazos determinados;
- houver sido punido em Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicante perante o Município de Fraiburgo, por infração disciplinar, com aplicação de penalidade de advertência, repreensão, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão, destituição de função gratificada, enquanto perdurar seus efeitos, nos termos das Leis Complementares 012/97 e 109/10.

2.11 Julgadas as inscrições com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências deste edital, a lista dos candidatos considerados aptos será divulgada no Diário Oficial dos Municípios - DOM ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), mural da Prefeitura Municipal de Fraiburgo e na página da internet [www.fraiburgo.sc.gov.br/editais](http://www.fraiburgo.sc.gov.br/editais) entre os dias 20 a 23 de outubro de 2014.

2.12 O candidato que se sentir prejudicado na classificação, terá até 02 (dois) dias após a data de publicação no órgão oficial de divulgação da lista citada no item anterior para apresentar recurso,

devendo este ser por escrito, fundamentado e encaminhado a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

### 3 - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

3.1 A convocação obedecerá rigorosamente a ordem da classificação.

3.2 O Candidato concorrerá às vagas dos cargos mencionados neste Edital, que o Município de Fraiburgo, tenha que contratar para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, durante o ano de 2015, podendo ser prorrogado.

3.3 O candidato convocado ficará a disposição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, onde deverá exercer suas funções nas unidades escolares onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

3.4 A convocação para preenchimento das vagas que surgirem no período de vigência deste Edital ocorrerá mediante Edital de Notificação publicado no órgão oficial de publicação do município ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) e disponibilizado na página oficial da internet ([www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br)) ou Termo de Convocação, tendo o candidato 03 (três) dias para comparecer, no horário de expediente da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, munido com os documentos relacionados no item 3.7 deste edital ou o prazo fixado no Edital de Notificação específico.

3.4.1 A não manifestação no prazo estipulado no item anterior implicará na eliminação do candidato do processo seletivo.

3.5 O candidato contratado será remunerado em conformidade com o vencimento vinculado ao código ao qual efetuou sua inscrição, além das vantagens previstas em lei.

3.6 O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo, sendo que o contratado será remunerado pelo número de horas semanais efetivamente trabalhadas.

3.6.1 O interesse público poderá determinar a ampliação ou redução de carga horária, com a proporcional ampliação e redução da remuneração.

3.7 No ato da contratação o candidato deverá apresentar:  
I - Atestado de aptidão para o desempenho da atividade, fornecido por Médico do Trabalho ou pela equipe multiprofissional do município, conforme dispuser o regulamento específico;  
II - Declaração que o exercício da função pública não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;  
III - Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pelo Departamento de Gestão de Pessoal.

3.7.1 A pedido do interessado poderá haver a ampliação ou redução de carga horária, mediante requerimento assinado, protocolado e encaminhado a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes que terá prazo de até 15 dias para manifestar-se, devidamente justificado o interesse público.

3.7.2 O contratado que efetuar pedido de rescisão contratual por sua iniciativa, antes da data prevista para o término do contrato deverá comunicar por escrito com prazo de antecedência de 30 (trinta) dias a contar da data do requerimento, devendo cumprir obrigatoriamente este prazo de aviso, sob pena de desconto na rescisão, a título de indenização do valor correspondente.

3.8 Todos os candidatos convocados, quando exigido, deverão submeter-se a avaliação através de anamnese clínica e social, a ser realizada por equipe multiprofissional do município, conforme dispuser regulamento próprio, sendo eliminado do certame quando não apresentar condições físicas ou psicológicas para o exercício das funções.

3.8.1 O candidato que se recusar a submeter-se a avaliação descrita, observadas as condições do regulamento específico, será excluído deste processo seletivo.

3.9 O ato convocatório cessará os efeitos quando expirar o prazo do contrato e seus aditivos, ou na data final de sua validade previamente estabelecida.

3.10 As normas de contratação seguirão o regime especial instituído pela Lei Municipal n. 1.220/97 e suas alterações, não gerando qualquer vínculo efetivo com o Município.

### 4 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 O quadro de inscrição foi criado para atender de maneira geral as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para preenchimento de vagas que surgirem durante o ano de 2015, em diversas áreas do município, especialmente, saúde e educação.

4.2 Não será oferecido transporte para o candidato que resida fora do Município de Fraiburgo.

4.3 Para o candidato já aposentado o tempo de serviço será contado somente aquele trabalhado após a sua aposentadoria.

4.3.1 É responsabilidade do candidato aposentado, prestar esta informação no ato da inscrição, sob pena de desclassificação do edital a qualquer momento.

4.4 O candidato poderá ser antecipadamente notificado para providenciar os documentos necessários para sua possível contratação, sem que isso gere qualquer tipo de compromisso ou vínculo com o Município de Fraiburgo.

4.5 O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, impressão e assinatura responsável pelas mesmas.

4.6 A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

4.7 Caso o candidato não queira ou tenha impedimento de exercer a função ao qual foi convocado, será eliminado da lista pertencente ao processo seletivo que esteja vinculado.

4.8 O contratado por este Edital que efetuar a rescisão do contrato por sua iniciativa, fica impedido automaticamente de contratar novamente com o Município de Fraiburgo, através de qualquer outro processo seletivo, durante o ano letivo de 2015.

4.9 O processo seletivo de que trata este Edital será realizado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e supervisionado pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

4.10 O presente edital poderá ser impugnado em pedido fundamentado encaminhado a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, em até 02(dois) dias úteis da sua publicação.

4.11 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal



da Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente edital.

Fraiburgo, SC, 1º de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 00033, DE 1º DE SETEMBRO DE 2014.

ANEXO ÚNICO

PSICÓLOGO

Missão:

Responsabilidades:

- Promover a saúde mental e qualidade de vida, contribuindo para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, através de psicoterapia, avaliações e intervenções.

- Possibilitar a compreensão do comportamento humano, individual ou em grupo, aplicando os conhecimentos teóricos e técnicos da psicologia, com o objetivo de identificar e intervir nos fatores determinantes das ações e dos sujeitos, em sua história pessoal, familiar e social, vinculando-as também a condições políticas, históricas e culturais.

- Avaliar comportamentos individuais, grupais e/ou institucionais:
  - Triando casos;
  - Entrevistando pessoas;
  - Levantando e coletando dados pertinentes, através de anamnese, observação direta e indireta, questionários, entre outros;
  - Realizando consultas psicológicas;
  - Lendo processos e prontuários;
  - Escutando pessoas ativamente.

- Realizar avaliação psicológica e das características da personalidade:
  - Escolhendo instrumento de avaliação;
  - Aplicando instrumento de avaliação;
  - Mensurando resultados de instrumentos de avaliação;
  - Elaborando diagnósticos, relatórios, pareceres, laudos e perícias;

- Orientar indivíduos, grupos e instituições, realizando grupos de orientação, visando minimizar as dificuldades relatadas pela clientela:
  - Propondo alternativas de solução de problemas;
  - Informando sobre o desenvolvimento do psiquismo humano;
  - Dando orientações para mudança de comportamento;
  - Orientando grupos específicos, como pais a fim de auxiliá-los a identificar, localizar e prevenir problemas, e resolver suas dificuldades; professores, a fim de informá-los sobre condições do desenvolvimento psicológico de cada caso, bem como auxiliá-los a resolver as dificuldades e problemas encontrados com os alunos; adolescentes; portadores de determinada doença; idosos, entre outros;
  - Orientando sobre programas de saúde pública;
  - Propondo intervenções.

- Acompanhar indivíduos, grupos e instituições;
- Acompanhando impacto, desenvolvimento e evolução de

intervenções;

- Acompanhando a evolução de casos;
- Acompanhando resultado de projetos.

- Desenvolver projetos, realizando pesquisas, identificando demandas e propondo alternativas, visando agregar ao Município de Fraiburgo, novos projetos e programas que possam propiciar uma atenção integral aos usuários.

- Realizar psicoterapia individual e/ou acompanhamento psicológico em grupo, com o intuito de possibilitar que o aluno/paciente/grupo:
  - diminua seu sofrimento psíquico,
  - reflita sobre sua situação e/ou doença,
  - tire dúvidas,
  - troque vivências,
  - evolua na área que apresenta dificuldade (comportamento, aprendizagem) e/ou quadro clínico/recuperação da doença,
  - consiga manter a saúde mental.

- Colaborar para a ampliação da visão da realidade psico-social à qual os usuários estão inseridos, por meio do acompanhamento técnico, através de visitas a hospitais, escolas, domicílios e outros, sempre que necessário.

- Avaliar e acompanhar os servidores afastados, elaborando parecer psicológico, encaminhando-os aos médicos peritos.

- Avaliar os servidores através de visitas domiciliares, quando necessário e/ou solicitado pelos médicos peritos, conforme a análise dos casos.

- Atuar na prevenção de problemas de comportamento e aprendizagem, realizando palestras, dinâmicas, elaborando folders, entre outros, visando preservar a saúde mental dos clientes nas escolas.

- Contribuir para o processo de inclusão na superação do impasse psicológico de crianças e adolescentes com deficiência, bem como orientar unidades escolares de educação infantil e ensino regular, pais, e indivíduos envolvidos no processo de desenvolvimento dos fatores psicológicos da criança, visando promover a saúde e qualidade de vida dos educandos com necessidades especiais, pais e corpo docente.

- Promover a qualidade, a valorização e a democratização do sistema educacional, participando da elaboração de planos e políticas, auxiliando na elaboração de procedimentos educacionais diferenciados, analisando características de indivíduos portadores de necessidades especiais, bem como prestando orientação psicológica aos educadores e educandos no processo ensino-aprendizagem.

- Realizar trabalhos de estimulação psicomotora, psicológica e neuropsicológica.

- Acompanhar in loco, quando necessário, a transferência de pacientes entre unidades e/ou estabelecimentos de saúde.

- Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação.

- Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando a adequada e imediata disponibilidade dos mesmos.

- Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar



soluções para eventuais transtornos.

- Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho.
- Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município.
- Utilizar Equipamentos de Proteção Individual para exercício do seu trabalho, quando indicado em laudos competentes, visando garantir sua própria segurança e integridade física.
- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

#### FONOAUDIÓLOGO

Missão:

Responsabilidades:

- Buscar o aperfeiçoamento e/ou reabilitação da fala;
- avaliando e identificando problemas ou deficiências ligadas à comunicação oral;
- empregando técnicas próprias de avaliação;
- realizando os exames fonéticos de linguagem, audiometria, gravação, entre outros;
- estabelecendo o plano de treinamento ou terapêutico.
- Prestar atendimento a pacientes, familiares e/ou cuidadores para prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas:
- utilizando protocolos e procedimentos específicos de fonoaudiologia;
- Planejando, desenvolvendo e executando campanhas de incentivo a prevenção;
- Desenvolvendo estratégias e atividades terapêuticas com grupos especiais (gestantes, neonatos, idosos, entre outros).
- Participar na viabilidade e resolutividade dos tratamentos, acompanhando seus pacientes, familiares e/ou cuidadores no processo do desenvolvimento de linguagem oral, escrita, fala, voz, articulação e audição;
- Elaborando diagnósticos, pareceres, relatórios, documentos, prontuários e outros, observando as anotações das aplicações e procedimentos realizados.
- Programando, desenvolvendo e supervisionando o treinamento de pacientes, familiares e/ou cuidadores;
- Fazendo demonstrações de respiração funcional, empostação de voz, treinamento fonético, auditivo, de dicção e organização do pensamento em palavras, para reeducar e/ou reabilitar o usuário/paciente.
- Promover a melhoria e aperfeiçoamento das equipes multiprofissionais, subsidiando decisões e ações bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas.
- Propiciar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde, sempre que necessário, bem como encaminhando, requerendo pareceres técnicos e ou exames complementares, de outros profissionais de saúde, quando necessários.
- Acompanhar in loco, quando necessário, a transferência de pacientes entre unidades e/ou estabelecimentos de saúde.
- Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação.

- Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando à adequada e imediata disponibilidade dos mesmos.

- Colaborar com a formação e aprimoramento de outros profissionais de saúde, orientando estágios e participando de programas de treinamento.

- Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais necessidades.

- Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho.

- Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município.

- Utilizar Equipamentos de Proteção Individual para exercício do seu trabalho, quando indicado em laudos competentes, visando garantir sua própria segurança e integridade física.

- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

#### COORDENADOR PEGAGÓGICO

Missão:

Responsabilidades:

- Articular e coordenar a elaboração do projeto político pedagógico, com foco na proposta pedagógica que defina as linhas norteadoras do currículo escolar, os princípios metodológicos, os procedimentos didáticos, as concepções de conhecimento e de avaliação, entre outros.

- Assegurar o cumprimento da função precípua da escola pública quanto à garantia do acesso, da permanência e êxito no percurso escolar do aluno.

- Participar na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do projeto político pedagógico, de planos, programas e projetos eficazes de qualificação do processo ensino-aprendizagem.

- Assegurar a aplicação das diretrizes curriculares nacionais e dos parâmetros curriculares nacionais como referência da proposta pedagógica da escola.

- Orientar o trabalho do professor para a elaboração de um currículo escolar contextualizado, que garanta a adoção de conhecimentos atualizados, relevantes e adequados à legislação vigente.

- Coordenar e assessorar o processo de seleção de livros didáticos, respeitando critérios previamente estabelecidos e de acordo com o projeto político pedagógico da unidade.

- Acompanhar e avaliar o plano de trabalho do professor, de acordo com a proposta pedagógica da escola.

- Avaliar juntamente com os professores, o resultado de atividades pedagógicas, analisando o desempenho escolar e propondo novas oportunidades de aprendizagem aos alunos que apresentaram dificuldades, objetivando a superação das mesmas.

- Planejar e coordenar em conjunto com a direção, as atividades escolares no que concerne a calendário escolar, composição de

turmas, distribuição de carga horária, lista de materiais, escolha de livros didáticos, recreio pedagógico, dentre outros.

- Planejar e coordenar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação de estudos, equivalência, reclassificação e conclusão de estudos do aluno.

- Planejar e coordenar as reuniões pedagógicas, de conselho de classe e com a comunidade escolar, objetivando a melhoria constante do processo ensino-aprendizagem.

- Mediar conflitos disciplinares entre professores e alunos de acordo com as normas de convivência da escola e da legislação em vigor, levando ao conhecimento da direção quando necessário, para os encaminhamentos cabíveis.

- Acompanhar o rendimento e a frequência dos alunos promovendo orientações ao mesmo e ao seu representante legal, encaminhando aos órgãos e/ou profissionais competentes os casos que se fizerem necessários.

- Acompanhar e registrar as decisões referentes ao atendimento feito ao aluno, quanto ao seu rendimento escolar, como analisar, discutir e avaliar constantemente o processo ensino-aprendizagem, redefinindo ações em conjunto com o professor.

- Coordenar atividades de recuperação de aprendizagem, realizando reuniões de Conselho de Classe, com o intuito de discutir soluções e sugerir mudanças no processo pedagógico.

- Estimular e orientar o professor na realização de auto-avaliação e avaliações bilaterais com seus alunos.

- Coordenar os processos de diagnóstico sócio-econômico dos educandos e suas famílias para que o ensino-aprendizagem seja adequado à realidade identificada.

- Manter os pais permanentemente atualizados sobre a vida escolar do aluno, objetivando também esclarecer a natureza das dificuldades, bem como sugerindo estratégias para superação das áreas defasadas, efetivando a integração família e escola.

- Atuar no aprimoramento da relação escola x comunidade para dinamizar o processo ensino-aprendizagem.

- Promover ações junto à comunidade no sentido da sensibilização e conscientização quanto aos direitos e deveres da pessoa com necessidades especiais.

- Encaminhar e acompanhar junto ao Conselho Tutelar situações-problema detectadas com alunos na área de competência do órgão.

- Ministrando curso, palestra ou aula de aperfeiçoamento e atualização do corpo docente, realizando-as em serviço, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos profissionais.

- Assegurar a regularidade da vida escolar do aluno.

- Cumprir e zelar pelo cumprimento da legislação vigente.

- Coletar e atualizar o acervo da legislação em vigor.

- Assegurar a autenticidade, guarda, preservação e o sigilo de todos os documentos que tramitam no estabelecimento de ensino.

- Participar dos cursos de formação, simpósios, congressos, seminários e outros a fim de buscar enriquecimento pessoal e desenvolvimento profissional.

- Articular, facilitar, mediar e motivar o processo de autodesenvolvimento da equipe docente, através das ações que promovam evolução positiva no desempenho pedagógico, nas relações de trabalho e nas atitudes frente as suas funções.

- Levantar dados acerca da contextualização histórica da escola, das famílias envolvidas, buscando informações sobre as necessidades educacionais e sociais, caracterizando o perfil dos alunos, com o objetivo de fornecer subsídios para reflexão das mudanças sociais, políticas, tecnológicas e culturais da sua unidade escolar.

- Buscar apoio junto a profissionais especializados possibilitando ao corpo docente atuar com portadores de necessidades especiais, visando o atendimento com qualidade.

- Pesquisar os avanços do conhecimento científico, artístico, filosófico e tecnológico, bem como organizar grupos de estudo, orientando atividades interdisciplinares, de modo a promover formação contínua dos educadores (professores e/ou funcionários).

- Propor à direção a infra-estrutura necessária para a escola, a fim de atender alunos com necessidades especiais.

- Sugerir à direção a compra ou recuperação de materiais, equipamentos e recursos pedagógicos necessários à prática pedagógica eficaz.

- Promover ações, em articulação com a direção, que estimulem a utilização dos espaços físicos da escola, como salas de aula, de informática, laboratório, sala de leitura, biblioteca e outros.

- Elaborar e manter atualizados os registros e informações estatísticas, analisando, interpretando e divulgando os índices de desempenho da escola como aprovação, reprovação, frequência e evasão, a fim de estabelecer novas metas para alcançar a eficiência institucional.

- Estimular o aperfeiçoamento e a atualização do corpo docente, incentivando a participação em cursos de formação, grupos de estudo, reuniões, palestras, simpósios, seminários e fórum, a fim de contribuir para o crescimento pessoal e profissional.

- Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.

- Participar de grupos de trabalho ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.

- Zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissional, tanto nos aspectos referentes à intimidade e privacidade dos usuários e profissionais, quanto no que se refere aos seus outros direitos inalienáveis.

- Organizar e manter atualizada a memória histórica da escola.

- Representar, quando designado, a Secretaria Municipal, Fundação ou Autarquia em que está lotado.

- Substituir a direção, quando necessário e devidamente delegado.

- Utilizar Equipamentos de Proteção Individual para exercício do seu trabalho, quando indicado em laudos competentes, visando

garantir sua própria segurança e integridade física.

- Executar outras atribuições, correlatas às acima descritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato.

### **EDITAL N 00034/2014 - ASG \_AAN**

EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 00034, DE 1º DE SETEMBRO DE 2014.

O Sr. IVO BIAZZOLO, PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

FAZ SABER:

Encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do município, para preenchimento de vagas durante o ano de 2015, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220, de 04 de junho de 1997 e suas alterações, nas condições e prazos abaixo estabelecidas.

#### **1 - DAS INSCRIÇÕES**

1.1. As inscrições serão realizadas no Prédio da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., no período de 10 de setembro a 09 de outubro de 2014 (excetuados sábados, domingos e feriados), nos seguintes horários: das 8:30 às 11:00 horas e 14:30 às 19:00 horas.

1.2 No ato de inscrição o candidato deverá atender os seguintes requisitos:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou ter nacionalidade portuguesa equiparada, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil;
- b) ter completado 18 (dezoito anos) de idade até o último dia da inscrição e não ter completado 70 anos;
- c) estar em gozo dos direitos políticos;
- d) estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- e) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- f) não ser ocupante de cargo de provimento efetivo junto ao Município de Fraiburgo.

1.3 O candidato interessado em participar do processo seletivo deverá realizar a inscrição no local e prazos estabelecidos conforme item 1.1 do presente edital, optando pelo código correspondente a função que pretende trabalhar, desde que atenda os requisitos de habilitação, conforme quadros abaixo:

#### **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Cód.	Função Pública	Carga Horária Semanal	Vencimento
01	Agente de Serviços Gerais (feminino)	40 horas	R\$ 724,00
02	Agente de Serviços Gerais (masculino)	40 horas	R\$ 724,00
03	Auxiliar de Alimentação e Nutrição (feminino)	40 horas	R\$ 783,07

1.3.1 Ao inscrever-se para os quadros de inscrições de que trata o item 1.3, deste edital, o candidato deverá atender os requisitos da

área de atuação e nível de escolaridade exigidos para a habilitação que deseja realizar a sua inscrição, quais sejam:

a) Código 01 e 02 - Agente de Serviços Gerais: Obrigatória formação em Ensino Fundamental;

b) Código 03 - Auxiliar de Alimentação e Nutrição: Obrigatória formação em Ensino Fundamental;

1.3.2 O candidato ao cargo de Auxiliar de Alimentação e Nutrição nas atribuições de suas funções é responsável pela preparação das refeições e merenda escolar da unidade escolar que tiver lotado.

1.3.3 A missão e as responsabilidades das funções públicas previstas nos códigos acima estão especificadas no Anexo Único, parte integrante do presente Edital.

1.4 A inscrição será efetivada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, que fornecerá ao inscrito o respectivo comprovante, após a conferência da ficha de inscrição, acompanhada dos documentos relacionados.

1.5 Não será admitida inscrição condicional, com falta de documentos, enviada pelo correio, e-mail, fax ou outro meio que não o previsto neste Edital.

1.6 Não poderá ser efetuada mais de 1 (uma) inscrição para este edital.

1.7 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar fotocópia frente e verso dos seguintes documentos:

- I - Carteira de Identidade;
- II - CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- III - Certidão de Casamento ou Nascimento;
- IV - Certidão de Nascimento dos Filhos com até 16 anos;
- V - Para portadores de deficiência física, atestado de capacidade e condições para o exercício da função;
- VI - Diplomas, Certificados e ou comprovantes de Cursos;
- VII - Certidões de Tempo de Serviço na área de atuação;
- VIII - Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- IX - Comprovante de Residência;

1.8 Efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração da inscrição e documentos anexados, exceto dos dados referentes ao endereço do candidato e do número do telefone, requeridos por escrito.

1.9 Após a data e horário, fixados como termo final do prazo para realização da inscrição e recebimento de documentos, não serão admitidas quaisquer outras inscrições ou entregas de documentos, sob qualquer condição ou pretexto.

1.10 Não será cobrado nenhum valor a título de taxa de inscrição.

#### **2 - DA CLASSIFICAÇÃO**

2.1 A classificação do processo seletivo será por meio da soma dos pontos atribuídos aos títulos, abaixo estabelecidos:

#### **I- QUADRO DE PONTOS**

Pontos	Títulos
02	Ensino Fundamental Completo
04	Ensino médio completo

02 04 06 08 10	Cursos de aperfeiçoamento na área específica de atuação, realizados nos últimos 05(cinco) anos (máximo de 10(dez) títulos): - até 50 horas - de 51 horas até 100 horas - de 101 horas até 150 horas - de 151 horas até 200 horas - acima de 200 horas
01 02 03 04 05	Cursos de aperfeiçoamento em outras áreas, realizados nos últimos 03(três) anos (máximo de 10(dez) títulos): - até 50 horas - de 51 horas até 100 horas - de 101 horas até 150 horas - de 151 horas até 200 horas - acima de 200 horas
01 02 03 04 06	Certidão de Tempo de Serviço na área específica de atuação, contagem até a data de inscrição: - de 6 meses até 18 meses - de 19 meses até 36 meses - de 37 meses até 54 meses - de 55 meses até 72 meses - acima de 72 meses
05 04 03 02 01 00	Quantidade de quaisquer faltas, licenças ou afastamentos (independente de justificativa) para os candidatos que foram contratados ou nomeados para funções ou cargos públicos relativos as funções previstas neste edital no Município de Fraiburgo, que durante o ano letivo de 2014, possuíram pelo menos 4(quatro) meses de vínculo funcional exclusivamente no Município de Fraiburgo: - nenhuma falta - até 2(dois) dias - de 3(três) a 5(cinco) dias - de 6(seis) a 8(oito) dias - de 9(nove) a 11(once) dias - de 12(doze) ou mais dias

2.1.1 Para a pontuação prevista para faltas, licenças e afastamentos não há necessidade do candidato apresentar qualquer documento, sendo a análise realizada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, de acordo com os registros de pontos acostados as fichas funcionais dos agentes públicos municipais efetivos ou contratados.

2.1.2 As faltas, licenças ou afastamentos serão calculados por dia, independente da quantidade de horas ausentes do serviço público municipal de Fraiburgo.

2.1.3 Somente terá direito a pontuação de faltas, licenças e afastamentos, o agente público que possuiu vínculo funcional exclusivamente com o Município de Fraiburgo, por pelo menos 4(quatro) meses, durante o período letivo de 2014.

2.2 Na computação dos pontos os títulos já considerados para pontuação não serão somados novamente.

2.3 No cálculo do tempo de serviço computar-se-á a fração de 15 (quinze) dias, ou mais, como 01 (um) mês completo, desconsiderando-se a fração inferior a 15 (quinze) dias.

2.4 Para ser considerada a pontuação dos Títulos referidos no Quadro de Pontos acima (item 2.1) o candidato deverá entregar juntamente com a ficha de inscrição, até o dia e horário do encerramento previsto no edital, cópia fotostática (Xerox) dos títulos sendo obrigatório frente e verso, declaradas na ficha de inscrição.

2.5 O candidato declara, para os fins de direito, que as cópias apresentadas são verdadeiras e está ciente que poderá, a qualquer momento, ser convocado a apresentar os originais dos documentos apresentados.

2.5.1 Ocorrendo qualquer divergência entre o documento apresentado e o original o candidato será excluído do processo seletivo, sem prejuízo das sanções legais.

2.6 Os títulos obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei e se redigidos em língua estrangeira, acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.

2.7 Não serão pontuados:

- Os títulos não entregues no prazo e local determinado.
- Títulos obtidos em cursos que não sejam na área de atuação.
- Diplomas ou certificados de cursos de atualização com duração inferior a 10(dez) horas.
- Títulos entregues acima do número máximo estabelecido, 10 (dez) cursos de atualização ou aperfeiçoamento.
- Os Diplomas ou Certificados não xerocados frente e verso.
- Os títulos não acompanhados da ficha de inscrição.
- Os documentos comprobatórios de tempo de serviço que não se relacionem com as atribuições da função pública.

2.8 A classificação ocorrerá distintamente por código dos quadros de inscrições, os quais estão vinculados com a função pública, em ordem decrescente da soma total dos pontos obtidos.

2.9 Em caso de empate, terá melhor classificação o candidato que atender os seguintes critérios por ordem de eliminação:

- 1º) obter maior número de pontos a título de cursos de atualização ou aperfeiçoamento na área de atuação.
- 2º) obter maior número de pontos a título de tempo de serviço.
- 3º) maior número de filhos com até 16 anos.
- 4º) portador de deficiência física, com capacidade e condições para o exercício da função.
- 5º) maior idade.

2.10 Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

- apresentar dados inverídicos na sua inscrição;
- não atender os requisitos de habilitação necessários para a área de atuação;
- descumprir qualquer item deste edital;
- deixar de entregar a ficha de inscrição e documentos na quantidade declarada, nos prazos determinados;
- houver sido punido em Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicante perante o Município de Fraiburgo, por infração disciplinar, com aplicação de penalidade de advertência, repreensão, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão, destituição de função gratificada, enquanto perdurar seus efeitos, nos termos das Leis Complementares 012/97 e 109/10.

2.11 Julgadas as inscrições com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências deste edital, a lista dos candidatos considerados aptos será divulgada no Diário Oficial dos Municípios - DOM ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), mural da Prefeitura Municipal de Fraiburgo e na página da internet [www.fraiburgo.sc.gov.br/editais](http://www.fraiburgo.sc.gov.br/editais) entre os dias 20 a 23 de outubro de 2014.

2.12 O candidato que se sentir prejudicado na classificação, terá até 02 (dois) dias após a data de publicação no órgão oficial de divulgação da lista citada no item anterior para apresentar recurso, devendo este ser por escrito, fundamentado e encaminhado a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.



### 3 - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

3.1 A convocação obedecerá rigorosamente a ordem da classificação.

3.2 O Candidato concorrerá às vagas dos cargos mencionados neste Edital, que o Município de Fraiburgo, tenha que contratar para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, durante o ano de 2015, podendo ser prorrogado.

3.3 O candidato convocado ficará a disposição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, onde deverá exercer suas funções nas unidades escolares onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

3.4 A convocação para preenchimento das vagas que surgirem no período de vigência deste Edital ocorrerá mediante Edital de Notificação publicado no órgão oficial de publicação do município ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) e disponibilizado na página oficial da internet ([www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br)) ou Termo de Convocação, tendo o candidato 03 (três) dias para comparecer, no horário de expediente da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, munido com os documentos relacionados no item 3.8 deste edital ou o prazo fixado no Edital de Notificação específico.

3.5 A não manifestação no prazo estipulado no item anterior implicará na eliminação do candidato do processo seletivo.

3.6 O candidato contratado será remunerado em conformidade com o vencimento vinculado ao código ao qual efetuou sua inscrição, além das vantagens previstas em lei.

3.7 O contrato administrativo estabelecerá carga horária de 40 horas semanais, com a remuneração fixada em lei e neste edital.

3.8 No ato da contratação o candidato deverá apresentar:

I - Atestado de aptidão para o desempenho da atividade, fornecido por Médico do Trabalho ou pela equipe multiprofissional do município, conforme dispuser o regulamento específico;

II - Declaração que o exercício da função pública não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;

III - Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pelo Departamento de Gestão de Pessoal.

3.8.1 A pedido do interessado poderá haver a ampliação ou redução de carga horária, mediante requerimento assinado, protocolado e encaminhado a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes que terá prazo de até 15 dias para manifestar-se, devidamente justificado o interesse público.

3.8.2 O contratado que efetuar pedido de rescisão contratual por sua iniciativa, antes da data prevista para o término do contrato deverá comunicar por escrito com prazo de antecedência de 30 (trinta) dias a contar da data do requerimento, devendo cumprir obrigatoriamente este prazo de aviso, sob pena de desconto na rescisão, a título de indenização do valor correspondente.

3.9 Todos os candidatos convocados, quando exigido, deverão submeter-se a avaliação por meio de anamnese clínica e social, a ser realizada por equipe multiprofissional do município, conforme dispuser regulamento próprio, podendo ser eliminado do certame quando não apresentar condições físicas e/ou psicológicas para o trabalho.

3.9.1 O candidato que se recusar a submeter-se a avaliação descrita, observadas as condições do regulamento específico, será excluído deste processo seletivo.

3.10 O ato convocatório cessará os efeitos quando expirar o prazo do contrato e seus aditivos, ou na data final de sua validade previamente estabelecida.

3.11 O candidato que efetuou mais de uma inscrição e que o ato convocatório estiver em vigor, deverá observar a compatibilidade da carga horária em caso de nova convocação, em havendo incompatibilidade será automaticamente eliminado da lista onde está vinculado.

3.12 As normas de contratação seguirão o regime especial instituído pela Lei Municipal n. 1.220/97 e suas alterações, não gerando qualquer vínculo efetivo com o Município.

### 4 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 O quadro de inscrição foi criado para atender de maneira geral as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para preenchimento de vagas que surgirem durante o ano de 2015, em diversas áreas do município, especialmente saúde e educação.

4.2 Não será oferecido transporte para o candidato que resida fora do Município de Fraiburgo.

4.3 Para o candidato já aposentado o tempo de serviço será contado somente aquele trabalhado após a sua aposentadoria.

4.3.1 É responsabilidade do candidato aposentado, prestar esta informação no ato da inscrição, sob pena de desclassificação do edital a qualquer momento.

4.4 O candidato poderá ser antecipadamente notificado para providenciar os documentos necessários para sua possível contratação, sem que isso gere qualquer tipo de compromisso ou vínculo com o Município de Fraiburgo.

4.5 O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, impressão e assinatura responsável pelas mesmas.

4.6 A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

4.7 Caso o candidato não queira ou tenha impedimento de exercer a função ao qual foi convocado, será eliminado da lista pertencente ao processo seletivo que esteja vinculado.

4.8 A rescisão do contrato vigente, a pedido do contratado, em qualquer função pública do Município de Fraiburgo, implicará no impedimento automático para contratação por este Edital.

4.9 O contratado por este Edital que efetuar a rescisão do contrato por sua iniciativa, fica impedido automaticamente de contratar novamente com o Município de Fraiburgo, através de qualquer outro processo seletivo, durante o ano letivo de 2015.

4.10 O processo seletivo de que trata este Edital será realizado sob a coordenação da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes e supervisionado pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

4.11 O presente edital poderá ser impugnado em pedido fundamentado encaminhado a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, em até 02(dois) dias úteis da sua publicação.

4.12 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal



da Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente edital.

Fraiburgo, SC, 1º de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento  
EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0034, DE 1º DE SETEMBRO DE 2014.

#### ANEXO I

#### AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Missão:

Responsabilidades:

- Assegurar que os indivíduos convivam em um ambiente limpo e organizado, diminuindo os riscos de contrair doenças;
- Limpando e conservando os ambientes;
- Mantendo as condições de asseio e higiene requeridas.
- Realizando a limpeza de roupas, materiais, equipamentos, brinquedos, entre outros.
- Organizando banheiros e toaletes, visando à conservação e condições de uso, limpando-os e abastecendo com papel sanitário, toalhas e sabonetes.
- Lavar automóveis, caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos do município, a fim de contribuir com sua limpeza e conservação.
- Preparar e servir café, contribuindo com o bem-estar dos indivíduos.
- Manter fora do alcance de crianças produtos químicos e utensílios que coloquem em risco a vida das mesmas quando atuando em escolas e/ou creches.
- Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho.
- Garantir a continuidade do processo de higienização e manutenção do ambiente e instalações, através do pedido, recepção, conferência, controle e distribuição do material de consumo, limpeza e outros, bem como através do seu correto uso e conservação.
- Coletar o lixo dos depósitos, recolhendo-os em latões, selecionando os materiais e dejetos coletados, separando-os em orgânicos e inorgânicos e depositando-o em lixeiras ou incineradores.
- Auxiliar, quando necessário, na elaboração de relatórios com informações e dados da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação.
- Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho.
- Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município.
- Utilizar Equipamentos de Proteção Individual para exercício do

seu trabalho, quando indicado em laudos competentes, visando garantir sua própria segurança e integridade física.

- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

#### AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Missão:

Responsabilidades:

- Preparar refeições para serem servidas nos mais diversos horários;
- Observando o cardápio estipulado pela nutricionista;
- Adotando o método mais adequado para o preparo;
- Descongelando alimentos quando necessário;
- Higienizando alimentos;
- Utilizando temperos específicos;
- Atentando-se ao tempo de cocção;
- Servindo o alimento ainda quente, quando se tratar de refeições desta natureza;
- Preocupando-se com aroma, cor, textura e consistência dos alimentos, a fim de torná-los apetitosos às crianças.
- Controlar a quantidade de alimentos a ser preparada, de modo que supra a demanda de alimentação das crianças e não gere muito desperdício.
- Utilizar técnicas adequadas para congelamento e descongelamento de alimentos, bem como controlar o prazo de validade dos mesmos.
- Armazenar os alimentos com cuidado e organizadamente, de modo que não sofram contaminação.
- Limpar e organizar os utensílios, móveis, equipamentos, dependências do depósito, cozinha e outros, bem como zelar pela higiene, utilizando-se de acessórios pré-determinados (como luvas, touca, avental, entre outros), visando promover a higiene e o bem-estar no ambiente de trabalho.
- Cumprir as determinações da Vigilância Sanitária, quanto ao uso de vestimentas adequadas para o trabalho na cozinha, bem como efetuar a revalidação da carteira de saúde anualmente.
- Guardar amostras de lanches, conforme normas predeterminadas.
- Auxiliar, quando necessário, na elaboração de relatórios com informações e dados da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação.
- Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos.
- Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho.
- Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município.
- Utilizar Equipamentos de Proteção Individual para exercício do seu trabalho, quando indicado em laudos competentes, visando garantir sua própria segurança e integridade física.
- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério

de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

**AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0018/2014**

Aviso de Licitação - Tomada de Preços nº 0018/2014 - PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
TOMADA DE PREÇOS Nº 0018/2014 - PMF

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de infraestrutura de rede multimídia de fibra óptica, englobando hardwares, links de comunicação, internet e suporte operacional, para transmissão de imagens do sistema de videomonitoramento urbano, conforme condições e especificações descritas no ANEXO I (anexo ao PAL); Modalidade: Tomada de Preços; Julgamento: Menor Preço Global; Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 23.09.2014; Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ou no Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br). Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 04 de setembro de 2014.  
Ivo Biazolo  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1764/2014**

PORTARIA Nº 1.764, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.  
Revoga Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a Comunicação Interna n.º 0871/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria 0220, de 11 de janeiro de 2013, que concedeu à servidora TATIANE GONÇALVES MATEUCCI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 042.120.609-81, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL Função Gratificada FGM - Diretor Escolar Nível 2, a partir de 01 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de setembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1762/2014**

PORTARIA Nº 1.762, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.  
Revoga Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria 1.178, de 22 de março de 2013, que

concedeu à servidora LUCIANA CORDEIRO FROZZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 941.986.249-68, nomeada no cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM CONTABILIDADE, Função Gratificada Nível 2, a partir de 08 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de setembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1763/2014**

PORTARIA Nº 1.763, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.  
Concede Licença Sem Remuneração a Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 4.458, de 29 de agosto de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora FLÁVIA APARECIDA FREITAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 942.190.109-63, nomeada no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE SÊNIOR, com carga horária de 40 horas semanais, licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares, no período de 08 de setembro de 2014 até 01 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 04 de setembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1765/2014**

PORTARIA Nº 1.765, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.  
Revoga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Processo Administrativo nº 4.268, de 11 de agosto de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria 1.535, de 11 de julho de 2014, que prorrogou a ampliação de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora TATIANE GONÇALVES MATEUCCI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 042.120.609-81, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, a partir de 04 de setembro de 2014.

Art. 2º Fica ratificado as disposições da Portaria 1.535, de 11 de julho de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1766/2014**

PORTARIA Nº 1.766, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0025, de 02 de maio de 2014 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 01143/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 14 horas semanais a servidora ROSILENE MARIA SCHNEIDER, que assumiu a sala informatizada da EEF Eurico Pinz;

Considerando que, estará substituindo por 06 horas semanais a servidora ELAINE REGINA DA CRUZ, que assumiu o Projeto de Futsal no CEM Antônio Porto Burda;

Considerando que, estará substituindo por 20 horas semanais a servidora MARCIA APARECIDA SCHWENTER MACHADO, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (horas) horas semanais a carga horária da servidora JESSICA FRANCINE CRESTANI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 076.587.239-08, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 05 de setembro de 2014 até 05 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 1767/2014**

PORTARIA Nº 1.767 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0026, de 07 de maio de 2014 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANA LUCIA GUEDES FERREIRA, casada, inscrita no CPF sob o n.º 078.078.469-33, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 08 de setembro de 2014 até

07 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1768/2014**

PORTARIA Nº 1.768, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

Revoga Designação de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria 0010, de 05 de janeiro de 2007, que designou a servidora LUCIANA CORDEIRO FROZZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 941.986.249-68, nomeada no cargo de provimento efetivo TÉCNICO EM CONTABILIDADE, para o cumprimento do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos/Municípios de Fraiburgo, nº 16.927/20057 a partir de 05 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1769/2014**

PORTARIA N.º 1.769, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de ELIANE DO AMARAL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º. 008.454.689-10, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 04 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

# Garopaba

## PREFEITURA

### Decreto N.º 128

DECRETO N.º 128, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 176.249,56 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 176.249,56 (cento e setenta e seis mil duzentos e quarenta e nove reais e cinquenta e seis centavos) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
176.249,56

10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica  
176.249,56

3.3.90.0.6.23.001052 - Aplicações Diretas  
176.249,56

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 176.249,56 (cento e setenta e seis mil duzentos e quarenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de setembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 05/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### Portaria N.º 782/2014.

PORTARIA N.º 782, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.  
ALTERA A PORTARIA N.º 759, DE 26 DE AGOSTO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica ALTERADA, a partir de 04/09/2014, a Comissão Sindicante designada através da portaria nº. 759/2014, passando a comissão a ser formada por: LUCIANA MACHADO TEIXEIRA, GABRIELA RODRIGUES PEREIRA, KAREN LLOYD ALVES MOREIRA, com a presidência da primeira e secretariado por JULIANA APARECIDA LUIZ.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de setembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

### PORTARIA N.º 785/2014.

PORTARIA N.º 785, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. MOVIMENTAR A LOTAÇÃO, nos termos do art. 28, da Lei n.º 1000/2005, do servidor EDEGAR FURTADO RODRIGUES, matrícula funcional n.º 3838, Servente, ocupante de cargo de provimento efetivo, desde 01/02/2011, da Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Garopaba, tendo definido como local de exercício a Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente.

Art. 2º. Nos termos do art. 28, da Lei n.º 1.000/2005, a lotação firmada pela presente Portaria, somente poderá ser alterada observado o interesse público, de consenso entre o Poder Executivo e o Servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de setembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

DILCÉIA DE ABREU LUIZ MOREIRA  
Secretária de Planejamento Territorial e Meio Ambiente

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/09/2014 de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

### PORTARIA N.º 786/2014.

PORTARIA N.º 786, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. MOVIMENTAR A LOTAÇÃO, nos termos do art. 28, da Lei n.º 1000/2005, da servidora ADRIANE DOS SANTOS, matrícula funcional n.º 0009, Secretária, ocupante de cargo de provimento



efetivo, desde 02/05/1991, da Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Garopaba, tendo definido como local de exercício o Fórum da Comarca de Garopaba.

Art. 2º. Nos termos do art. 28, da Lei n.º 1.000/2005, a lotação firmada pela presente Portaria, somente poderá ser alterada observado o interesse público, de consenso entre o Poder Executivo e o Servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/09/2014 de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

### **LEI Nº 1.821, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014**

LEI Nº 1.821, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

DENOMINA RUA NO BAIRRO CAMPO D'UNA, MUNICÍPIO DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A rua existente no bairro Campo D'una, sentido sudoeste a nordeste, tem seu início na Rua João Venâncio Gonçalves, possui uma extensão de 325,00m (trezentos e vinte cinco metros) de comprimento, por 8,00m (oito metros) de largura, com término em terras de Joaquim Soares e Joaquina Borges, passa a ser denominada RUA CAMPOS DA LIMPA, Conforme croqui anexo.

Art. 2º A referida rua atende os dispositivos da Lei Complementar nº 1.778 de 30 de dezembro de 2013.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 05/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

### **Lei Nº 1.822, de 03 de Setembro de 2014**

LEI Nº 1.822, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

INSTITUI O CONSELHO ESCOLAR DELIBERATIVO NAS UNIDADES ESCOLARES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Escolar Deliberativo nas unidades da Rede Municipal de Ensino do Município de Garopaba, constituindo-se no órgão máximo ao nível da escola, cuja finalidade, composição, estrutura e funcionamento são fixados na presente Lei e no Regimento Interno, considerando a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N.º 9394/96.

#### **CAPÍTULO I**

#### **DOS OBJETIVOS**

Art. 2º Os Conselhos Municipais Escolares - CMES tem por objeto promover a formulação de políticas públicas no âmbito da comunidade escolar, de caráter consultivo, mobilizador, deliberativo e fiscalizador, constituindo-se no órgão máximo ao nível da escola, nos limites da legislação em vigor e compatíveis com as diretrizes e política educacional traçadas pela Secretaria de Educação.

Parágrafo Único. Entende-se por comunidade escolar, para efeito deste artigo, o conjunto de alunos, pais e responsáveis por alunos, membros do magistério e demais servidores públicos em efetivo exercício na unidade escolar.

Art. 3º O Conselho Escolar será um centro permanente de debate, de articulação entre os vários setores da escola, tendo em vista o atendimento das necessidades comuns e a solução de conflitos que possam interferir no funcionamento da escola e nos problemas administrativos e pedagógicos.

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal Escolar:

I - elaborar e aprovar o Regimento Próprio da unidade escolar;

II - aprovar seu regimento em consonância com o Regimento interno da Secretaria de Educação dos Conselhos Escolares, modificando-o conforme a realidade de cada Unidade escolar;

III - Adendar, modificar e aprovar o plano administrativo anual elaborado pela direção da escola sobre a programação e aplicação dos recursos para a manutenção e conservação da escola;

IV - Criar e garantir formas de participação efetiva e democrática da Comunidade escolar na definição do Projeto Político - Administrativo - Pedagógico da unidade escolar, definido prioridades e metas de ação para cada período letivo;

V - Divulgar periódica e sistematicamente informações referentes ao uso dos recursos financeiros, resultados obtidos e a qualidade dos serviços prestados;

VI - Coordenar o processo de discussão, elaboração ou alteração do regimento escolar;

VII - Convocar Assembléias Gerais dos segmentos da comunidade escolar ou de seus segmentos;

VIII - Propor, coordenar a discussão junto aos segmentos da comunidade escolar e votar alterações no currículo escolar, no que for atribuição da unidade, respeitada a legislação vigente;

IX - Propor e coordenar a discussão junto aos segmentos, votar as alterações metodológicas, didáticas e administrativas respeitada a legislação vigente;



X - Definir o calendário escolar, no que competir à unidade, observando a legislação vigente;

XI - Fiscalizar a Gestão Administrativa - Pedagógica e financeira da unidade escolar;

XII - Avaliar o desempenho da escola, em face às diretrizes, prioridades e metas estabelecidas;

XIII - Dar posse aos membros eleitos do Conselho Escolar no prazo de até 15 (quinze) dias após sua eleição;

XIV - Encaminhar consultas aos órgãos e setores competentes, através de quesitos específicos sobre os assuntos, podendo os consultados comparecerem ao Conselho escolar para prestar esclarecimentos, sem, no entanto ser dispensada a resposta escrita aos quesitos formulados;

XV - Os atos do Conselho Escolar deverão ser divulgados através de mural existente para este fim.

XVI - Decidir sobre os procedimentos relativos à integração com as Instituições auxiliares da Escola, quando houver, e com outras Secretarias do Município;

XVII - Apreçar e deliberar sobre problemas de rendimento escolar dos alunos, indisciplina, infrequência e outros, de forma a diminuir a evasão e a repetência;

XVIII - Acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (abandono escolar, aprovação, aprendizagem, entre outros) propondo, quando se fizerem necessárias, intervenções pedagógicas e/ou medidas sócio educativas, visando à melhoria da qualidade social da educação escolar;

XIX - Encaminhar o processo de eleição de Diretor da Unidade Escolar, quando houver, conforme regulamentação a ser baixada pela Secretaria de Educação ou órgão Competente;

XX - Elaborar o Plano de Formação Continuada dos Conselheiros Escolares, visando ampliar a qualificação de sua atuação;

XXI - Promover relações de cooperações e intercambio com outros Conselhos Escolares;  
Parágrafo Único. Na definição das questões pedagógicas, deverão ser resguardadas as normas e diretrizes da Secretaria de Educação e Cultura.

## CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º Os Conselhos Escolares das Escolas Municipais compor-se-ão de representantes de 08 (oito) membros titulares e cada titular corresponderá um suplente, sendo composto paritariamente pelos seguintes representantes:

I - Dois (2) representantes do corpo discente devem constituir o corpo do Conselho Escolar, regularmente matriculados e frequentando a escola, porém terá direito a voz e não a voto, conforme a Constituição Federal, por possuir menos de 16 anos de idade;

II - Dois (2) representantes de pais ou responsáveis do aluno da comunidade escolar;

III - Quatro (4) representantes da sociedade civil organizada, podendo ser de: Associações Comunitárias ou Moradores, Agremiações, decidido pelo voto entre eles, quem assumirá o posto de Conselheiro Escolar;

IV - Dois (02), professores da instituição escolar em efetivo exercício, do quadro permanente ou temporário.

V - Um (1) funcionário escolar que não faça parte do corpo docente, podendo ser do quadro permanente ou temporário;

VI - Um (1) Diretor Escolar que integrará o Conselho como membro nato.

Parágrafo Único. O Diretor, por ser membro nato do Conselho Escolar, não poderá concorrer ao cargo de Presidente.

Art. 6º Os Conselhos Escolares dos Centros de Educação compor-se-ão de representantes de 08 (oito) membros titulares e cada titular corresponderá um suplente, sendo composto paritariamente pelos seguintes representantes:

I - Dois (02) representantes de pais ou responsáveis do aluno da comunidade escolar;

II - Dois (02) representantes da Sociedade Civil Organizada, podendo ser de: Associações Comunitárias ou Moradores, Agremiações, decidido pelo voto entre eles, quem assumirá o posto de Conselheiro Escolar;

III - Dois (02), professores da instituição escolar em efetivo exercício, do quadro permanente ou temporário.

IV - Um (01) funcionário escolar que não faça parte do corpo docente, podendo ser do quadro permanente ou temporário;

VI - Um (01) Diretor Escolar que integrará o Conselho como membro nato.

Parágrafo Único. O Diretor, por ser membro nato do Conselho Escolar, não poderá concorrer ao cargo de Presidente.

Art. 7º Os membros do Conselho Escolar, bem como seus suplentes, serão eleitos por seus pares, em reunião convocada para esse fim.

Art. 8º A função do membro de Conselho Escolar não será remunerada, considerando-se o seu exercício de relevância pública e, portanto, garante a dispensa do trabalho sem prejuízo para o Conselheiro.

## CAPÍTULO III DA ESTRUTURA DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Art. 9º Os Conselhos Escolares, funcionarão segundo o que disciplina o seu Regimento Interno e terão autonomia administrativa para seu pleno funcionamento, apoio técnico administrativo e as seguintes normas gerais:

I - O plenário do CMES se reunirá mensalmente e extraordinariamente quando necessário;

II - As reuniões deverão ser abertas ao público respeitando o Regimento Interno;

III - O CMES contará com suporte técnico administrativo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura através de um servidor municipal designado para esta atividade;

IV - O CMES constituirá uma mesa diretora eleita em plenário;

V - As decisões do CMES serão ratificadas mediante quorum mínimo (metade mais um) dos seus integrantes, ressalvados os casos especiais nos quais se exija quorum especial, ou maioria dos presentes;

- a) Entende-se por maioria simples o número inteiro imediatamente superior a metade dos membros presentes;  
b) Entende-se por maioria absoluta o número inteiro imediatamente superior a metade dos membros do conselho;

c) Entende-se por maioria qualificada 2/3 (dois terços) do total de membros do conselho;

Art. 10º A Mesa Diretora, referida no art. 5º desta lei, será eleita pelos conselheiros e será composta de:

- I- Presidente;  
II- Vice-presidente e,  
III- Secretário.

Art. 11º Toda e qualquer atividade e/ou função exercida no Conselho Deliberativo Escolar não implicará em ônus, de qualquer espécie, para os cofres públicos, sendo considerados como serviços relevantes ao Município.

Art. 12º O disposto nesta Lei deverá ser aplicado a todos os estabelecimentos de ensino mantidos pela Rede de Ensino Municipal.

Art. 13º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de setembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 05/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### **Lei Nº 1.823, de 03 de Setembro de 2014**

LEI Nº 1.823, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

ALTERA A LEI Nº 1.764, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2013, QUE "DISPÕE SOBRE ELABORAÇÃO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NO MUNICÍPIO DE GAROPABA, CRIA O SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, DÁ ADESAO AO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º. Os artigos 16 e 17, da Lei nº 1.764, de 06 de novembro de 2013, que "dispõe sobre elaboração, beneficiamento e comercialização de produtos de origem animal no Município de Garopaba, cria o Serviço de Inspeção Municipal, dá adesão ao Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária", passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. A taxa do Serviço de Inspeção Municipal será fixada de acordo com o porte do estabelecimento credenciado, na forma do Anexo único que faz parte integrante desta Lei".

§1º. Para fins de fixação do porte do estabelecimento credenciado, considerar-se-á a receita bruta dos últimos 12 meses, que compreenderá o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

§ 2º No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, a receita bruta será proporcional ao número de meses em que o credenciado houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.  
§3º. O valor da taxa de que trata o caput deste artigo será expresso em Unidade Fiscal de Referência - UFIR, nos termos do artigo 214-A

do Código Tributário Municipal, acrescido pela Lei Complementar nº. 1.689, de 28/12/2012.

§4º. A taxa do Serviço de Inspeção Municipal será lançada, em nome do credenciado, com base nos dados do cadastro fiscal mantido pela Unidade de Administração Tributária da Fazenda Pública Municipal.

§5º. O recolhimento da taxa será realizado em parcela única, observado o seguinte:

a) O lançamento será realizado no primeiro dia útil de cada exercício, exceto, quanto ao ano de adesão cuja taxa será lançada em até 15 (quinze) dias após a finalização do processo de credenciamento.

b) O recolhimento da taxa dar-se-á até o dia 31 de janeiro de cada exercício, exceto, quanto ao ano de adesão cujo vencimento será fixado em até 10 (dez) dias após o lançamento;

c) É vedado o pagamento parcelado da taxa no mesmo exercício do lançamento.

§6º. O não pagamento da taxa na data do vencimento terá seu valor atualizado e acrescido de multa e juros de mora, nos termos do artigo 125 e seguintes, do Código Tributário Municipal.

Art. 17. A caracterização de qualquer tipo de fraude, infração ou descumprimento desta Lei, sujeitará o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstos na Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, e a legislação que a substituir."

Art. 2º. A Lei nº 1.764, de 06 de novembro de 2013, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 16-A:

"Art. 16-A. A taxa de adesão ao Serviço de Inspeção Municipal, que será devida uma única vez, é fixada em 31,59 UFIR, independente do porte do estabelecimento credenciado.

Parágrafo único. O recolhimento da taxa de adesão ao SIM será realizado em até 30 (trinta) dias após o lançamento, aplicando-se aos valores em débito o disposto no artigo 16, §4º, desta Lei."

Art. 3º. Esta Lei contra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de setembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 05/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

**ANEXO ÚNICO**  
**TAXAS DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM**

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	Taxa de Adesão (em UFIR)	Taxa Anual (em UFIR)
Até 60.000,00	31,59	19,72
De 60.000,01 a 180.000,00	31,59	98,72
De 180.000,01 a 360.000,00	31,59	197,43
De 360.000,01 a 720.000,00	31,59	296,15
Após 720.000,01	31,59	394,87

**LEI Nº 1.824, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014**

LEI Nº 1.824, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

REDENOMINA ESCOLA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A Escola Municipal Pinguirito, situada na Comunidade de Pinguirito, Garopaba/SC, passa a ser denominada Escola Municipal de Ensino Fundamental Pinguirito.

Art. 2º. Fica revogada a Lei nº 1.815 de 14 de agosto de 2014.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 03 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 05/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

**LEI Nº 1.825, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014**

LEI Nº 1.825, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

REDENOMINA ESCOLA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A Escola Reunida Professor Norberto Jose F. da Silva, situada na Comunidade de Encantada, Garopaba/SC, passa a ser denominada Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Norberto Jose F. da Silva.

Art. 2º. Fica revogada a Lei nº 1.816 de 14 de agosto de 2014.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 03 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 05/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

**LEI Nº 1.826, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014**

LEI Nº 1.826, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

REDENOMINA ESCOLA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A Escola Reunida Professor Ary Manoel dos Santos, situada na Comunidade de Macacu, Garopaba/SC, passa a ser denominada Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Ary Manoel dos Santos.

Art. 2º. Fica revogada a Lei nº 1.817 de 14 de agosto de 2014.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 03 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 05/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

**LEI Nº 1.827, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014**

LEI Nº 1.827, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

REDENOMINA ESCOLA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A Creche Beijinho de Anjo, situada na Comunidade de Campo D'Una, Garopaba/SC, passa a ser denominada Centro de Educação Infantil Municipal Beijinho de Anjo.

Art. 2º. Fica revogada a Lei nº 1.818 de 14 de agosto de 2014.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 03 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 05/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

**LEI Nº 1.828, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.828, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

INSTITUI A CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica instituída no Município de Garopaba/SC, a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, prevista no artigo 149-A da Constituição Federal.

Parágrafo Único. O serviço previsto no caput deste artigo

compreende o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, a instalação, manutenção e melhoramentos, assim como atividades acessórias de instalação e manutenção das respectivas luminárias.

Art. 2º. O produto da arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP será aplicado na manutenção, melhoria e ampliação da rede de iluminação pública do Município, no pagamento da energia elétrica consumida na rede de iluminação pública, bem como para aquisição e manutenção de equipamentos, materiais permanentes e materiais de consumo a serem utilizados nos serviços de iluminação pública, e em eventos e atividades que tenham caráter público.

Art. 3º. Constituem fato gerador da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP:

I - o consumo de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território do Município;

II - a propriedade imobiliária de imóvel urbano não-edificado, que não disponha de ligação regular de energia elétrica.

Art. 4º. Sujeito passivo da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP será o consumidor de energia elétrica, residente ou estabelecido no território do Município, e que esteja cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão no território do Município, ou o proprietário de imóvel urbano não-edificado, que não disponha de ligação regular de energia elétrica, conforme o caso.

Art. 5º. A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP que tenha como fato gerador o disposto no artigo 3º, inciso I, será

definida a partir do valor total do consumo mensal, de acordo com os níveis individuais de consumo de energia, conforme tabela abaixo:

FAIXA DE CONSUMO	RESIDENCIAIS	RESID. RURAL	INDUST.	COMERCIAL	OUTRAS CLASSES
Até 200 Kw/h/mês	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
Acima de 200Kw/h/mês % sobre valor em R\$ de consumo	6 %	6 %	6 %	6 %	6 %

§ 1º. Estão excluídos da base da COSIP os valores de consumo que superarem os seguintes limites:

- Classe residencial: 3.000 Kw/h/mês;
- Classe residencial Rural: 2.000 Kw/h/mês;
- Classe Industrial: 10.000 Kw/h/mês;
- Classe comercial: 5.000 Kw/h/mês;
- Outras classes: 10.000 Kw/h/mês.

§ 2º. São isentos da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública, que tenha como fato gerador o disposto no artigo 3º, inciso I :

- órgãos dos poderes públicos: municipal, estadual e federal;
- entidades filantrópicas declaradas de utilidade pública e devidamente autorizadas pelo Poder Executivo Municipal;
- contribuintes de baixa renda, comprovadamente incluídos no Cadastro Único para Programas do Governo Federal, com consumo de até 100 KW/Hora/Mês.

Art. 6º. O valor da contribuição de que trata no artigo 3º, inciso I, será reajustado, na mesma ocasião e percentual aplicado às tarifas de fornecimento de energia elétrica, definido pela Concessionária (CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A.) e Permissionária (CERPALO - Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes) que atendem o município.

Art. 7º. Na hipótese do artigo 3º, inciso II, a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP será apurada e fixada em R\$ (Reais) de acordo com a tabela abaixo:

Terreno em m2	Valor em R\$	Forma de cobrança
0 a 360 m2	36,00	Anual
361 a 1000 m2	50,00	Anual
1001 a 5000 m2	80,00	Anual
Acima de 5000 m2	100,00	Anual

§ 1º. A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP prevista neste artigo será lançada anualmente, a partir do exercício de

2015, e discriminada individualmente no carnê emitido para cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

§ 2º. O recolhimento da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP prevista neste artigo, observará, quanto à forma,

prazo de pagamento e isenções, as condições definidas para o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, e será atualizado monetariamente uma vez por ano, no último mês de cada exercício, tomando-se por base o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acumulado nos últimos 12 (doze) meses ou por outro índice oficial que venha a substituir.

§ 3º. Os valores da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, nos termos da legislação tributária municipal.

Art. 8º. Para o cumprimento desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A., para operacionalizar a apuração e cobrança da contribuição pública de interesse do Município, bem como com a CERPALO - Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes, para a mesma finalidade.

Parágrafo Único. A CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A., e a CERPALO - Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes - deverão contabilizar mensalmente, o produto de arrecadação da COSIP, em conta própria, fornecendo à Prefeitura Municipal de Garopaba, até o dia 15 do mês subsequente ao do recolhimento, o demonstrativo de arrecadação.

Art. 9º. Compete a Secretaria à qual for legalmente, vinculado o órgão de Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, a administração e fiscalização da contribuição de que trata esta Lei Complementar.

Art. 10. O Poder Executivo expedirá através de decreto, os regulamentos complementares, que forem necessários para aplicação desta Lei Complementar.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrários, especialmente, a Lei Municipal N.º 778/2002 e suas alterações.

Garopaba, 04 de setembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 05/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração



# Garuva

## PREFEITURA

### Decreto Nº 140/2014

DECRETO N.º 140 de 21 de Agosto de 2014.

"Dispõe sobre aprovação de loteamento e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do processo administrativo n. 1493/2013 e tendo em vista a aprovação exarada pelo Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o plano de Loteamento "SALVADOR OLIVA", com área total de 19.177,21 m², sendo constituído por 30 lotes, localizado à Avenida Celso Ramos, Centro, nesta Cidade e Comarca de Garuva, referente ao imóvel registrado sob a matrícula n. 1.649 do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Garuva, neste ato representada pelos proprietários senhores Júlio César Flores, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 1.549.837 - SESP/SC e inscrito no CPF: 511.121.919-68 e Juliano Oliva Flores, portador da cédula de identidade nº 1.357.822 SSP/SC e inscrito no CPF: 434.729.319-49, corretor de imóveis, ambos estabelecidos a Rua Marechal Floriano Peixoto, 1410, na Cidade de Itapoá, Santa Catarina, distribuído da seguinte maneira:

I - 51.773,72 m² de área total;

II - 19.177,72 m² (37,04% ) de área loteável;

III - 12.465,38 m² (65%) da área loteável destinada aos lotes;

V - 6.711,83 m² (35%) da área loteável destinado a vias e equipamentos públicos do Município; sendo 1.936,94 m² (10,10%) destinado ao sistema viário e 4.774,89 (24,90%) destinado a equipamentos públicos e área verde.

VI - 32.596,51 m² de área Remanescente; dos quais, 19.340,32 m² em Área de Preservação Permanente (APP).

VII - 1.200 m² de compromisso de preservação de área verde, sendo 40 m² por lote, conforme Anexo 4 da Instrução Normativa 03 da FATMA.

Art. 2º - As características dos lotes e quadras do Loteamento "SALVADOR OLIVA" são as constantes do memorial descritivo, anexo ao processo administrativo nº 1493/2013.

Art. 3º - A partir da data do registro do Loteamento no cartório de Registro de Imóveis, todas as áreas destinadas a arruamento e área institucional, passarão a integrar o domínio e patrimônio do Município, conforme preceitua o artigo 22 da Lei Federal 6766 de 19/12/79.

Art. 4º - O Loteamento ora aprovado deve ser registrado na circunscrição imobiliária do Município e Comarca de Garuva, em consonância com o disposto no artigo 18, da Lei 6766/79, dentro de prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação desse Decreto, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º - Os alvarás para edificação somente serão concedidos, após o registro do Loteamento, na forma determinada pelo artigo 4º deste Decreto, cumpridas as disposições do Termo de Compromisso e Plano de Execução de Obras, anexos a este Decreto.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 127 de 10 de julho de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

## ANEXO I

### TERMO DE COMPROMISSO E PLANO DE EXECUÇÃO DE OBRAS

O MUNICÍPIO DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal JOSÉ CHAVES, doravante denominado somente PREFEITURA e de outro lado JULIO CÉSAR FLORES, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 1.549.837 - SESP/SC e inscrito no CPF: 511.121.919-68 e JULIANO OLIVA FLORES, portador da cédula de identidade nº 1.357.822 SSP/SC e inscrito no CPF: 434.729.319-49, corretor de imóveis, ambos estabelecidos a Rua Marechal Floriano Peixoto, 1410, na Cidade de Itapoá, Estado de Santa Catarina, doravante denominados LOTEADORES, de comum acordo assinam o Termo de Acordo, formulado conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Os Loteadores se comprometem, a executar as obras de infra-estrutura no Loteamento SALVADOR OLIVA, localizado à Avenida Celso Ramos, no quadro urbano do Município de Garuva-SC, matrícula nº 1.649 do cartório de registro de imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Garuva, com área total de 51.773,72 metros quadrados, cuja infraestrutura corresponde a implantação sem ônus para a Prefeitura, das obras exigidas pela Legislação Federal, Estadual e Municipal, no prazo fixado no cronograma contido na Cláusula Quinta.

Parágrafo Único - No caso de execução dos serviços pela Prefeitura, a Loteadora pagará os custos das obras e serviços, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial do débito.

a) A Loteadora se compromete a executar as obras a seguir enumeradas:

- 1 - Abertura das vias de circulação, com o respectivo marcos de alinhamento;
- 2 - Demarcação dos Lotes e Quadras;
- 3 - escoamento das águas pluviais;
- 4 - Drenagem, aterros e bueiros que se fizerem necessário
- 5 - Implantação da rede de distribuição de energia elétrica com iluminação pública;
- 6 - Rede de distribuição de água potável;
- 7 - Ensaibramento das vias de circulação com material adequado para o tipo.

b) Do imóvel loteado restará distribuído nos seguintes quantitativos:

- 1 - Área dos lotes: 12.465,38 m²;
- 2 - Área das Ruas: 1.936,94 m²;
- 3 - Área destinada a equipamentos públicos (PMG): 4.774,89 m²;
- 4 - Área verde: 1200 m²;
- 5 - Área de Preservação Permanente - APP: 19.340,32 m²;

CLÁUSULA SEGUNDA - Os LOTEADORES darão em caução 01 (um) lote, representado pelo lote 13 da quadra B do Loteamento Salvador Oliva.

§ 1º - O loteamento será executado em uma única etapa.

§ 2º - Executadas as obras, a pedido dos LOTEADORES, a PREFEITURA deverá emitir certidão de que a infra-estrutura do loteamento se encontra devidamente implantada e liberar da caução de todos os lotes gravados em garantia do presente, emitindo o devido alvará de liberação de caução, dando assim por cumprida as obrigações assumidas neste termo pelos LOTEADORES, nada mais tendo a realizar no respectivo loteamento.

§ 3º - Os lotes ora caucionados não poderão ser comercializados, antes da emissão do respectivo alvará de liberação da caução.

§ 4º - OS LOTEADORES deverão formalizar no ato do registro do Loteamento a HIPOTECA DOS LOTES CAUCIONADOS em favor da PREFEITURA, fazendo constar no respectivo registro a promessa de execução das obrigações, e no caso de inadimplência, os



mesmos serão processados por meio de execução fiscal;

**CLAUSULA TERCEIRA** - OS LOTEADORES poderão dispor livremente dos lotes não caucionados, podendo, entretanto, outorgar a escritura pública de compra e venda somente dos lotes servidos de infra-estrutura total, ficando claro e entendido que a medida que os lotes forem recebendo as melhorias aqui previstas, poderão ser escriturados, devendo para tanto os LOTEADORES requererem à PREFEITURA a fiscalização "in loco" dos serviços executados. Depois de procedida a fiscalização, a PREFEITURA, através da expedição de certidão pela Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, ou órgão que venha a substituí-la, devidamente visada pelo CHEFE DO EXECUTIVO, liberará para escrituração os lotes beneficiados.

§ 1º - OS LOTEADORES deverão facilitar a fiscalização permanente da PREFEITURA, durante a execução dos serviços. Fica a responsabilidade de a PREFEITURA disponibilizar funcionário para a fiscalização, não correspondendo à falta de fiscal motivo suficiente para que a loteadora paralise as obras do loteamento.

§ 2º - Em se comprometendo a venda por meio de contrato particular de compra e venda, os LOTEADORES deverão identificar o nome e a situação do loteamento no momento da venda bem como delimitar e identificar, por meio de marcos, a parcela individualizada.

§ 3º - OS LOTEADORES deverão, além das condições aqui contidas, observar as demais imposições legais, no que se refere aos procedimentos para comercialização das unidades autônomas.

**CLAUSULA QUARTA** - Os LOTEADORES transferirão, mediante escritura pública de doação e sem qualquer ônus para o Município, a propriedade das áreas destinadas ao sistema de circulação, implantação de equipamentos comunitários e espaços livres de uso público.

**CLÁUSULA QUINTA** - O Plano de Execução das obras do Loteamento obedecerá ao seguinte cronograma:

Terraplanagem total - 180 dias

Drenagem pluvial - 180 dias

Rede de esgoto - 240 dias

Ensaibramento - 360 dias

Rede de distribuição de água potável - 300 dias

Rede de distribuição de energia elétrica - 360 dias.

**CLÁUSULA SEXTA** - Todas as obras de implantação do loteamento serão concluídas no prazo máximo de 730 dias (2 anos), sendo que o prazo para realização das obras de infra-estrutura, constantes neste termo de compromisso, começará a contar da data da aprovação do loteamento pela PREFEITURA com o respectivo Decreto de Aprovação.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Os LOTEADORES obrigam-se a executar todas as obras de infra-estrutura constantes no cronograma de obras aprovado pela Prefeitura, dentro do prazo de 2 (dois) anos improrrogáveis, sob pena de se assim não o fizerem, sujeita-se, desde já a adjudicação dos lotes caucionados, em favor da Prefeitura Municipal de Garuva. Para o cumprimento do disposto nesta cláusula observar-se-á o contido no item b da cláusula primeira.

§ 1º - Se a PREFEITURA optar pela adjudicação dos lotes caucionados em garantia a execução das obras de infra-estrutura do loteamento, deverá ela realizar as obras garantidas pela caução.

§ 2º - Poderá a PREFEITURA, após findo o prazo de 02 anos para a loteadora executar as obras do loteamento, adjudicar os lotes caucionados e comercializá-los para cobrir os custos com a implantação da infra-estrutura, devendo o saldo remanescente, caso houver ser ressarcido aos LOTEADORES.

§ 3º - Não sendo suficiente o valor de comercialização dos lotes para cobrir os custos de infra-estrutura os LOTEADORES ficam obrigados a pagar a diferença.

§ 4º - Fica claro que o custo com a infra-estrutura não poderá exceder ao valor de comercialização dos lotes, podendo apenas

ficar como saldo remanescente devendo ainda, ser observadas as obras já executadas pelos LOTEADORES no cálculo dos custos remanescentes.

**CLÁUSULA OITAVA** - Executadas as obras constantes do memorial descritivo aprovado pela Prefeitura, os lotes dados em caução, serão liberados mediante comunicado formal da PREFEITURA ao Oficial do Cartório de Registro de Imóveis, onde o presente Instrumento de Compromisso de Garantia de Execução de Obras de Infra-Estrutura Urbana for levado à averbação, passando, na mesma ocasião, a ser comercializados por parte dos LOTEADORES.

§ 1º - A constatação da conclusão das obras de infra-estrutura urbana acima mencionada será feita mediante inspeção que o setor competente da Prefeitura procederá, periodicamente para ao final, expedir certificado de conclusão das obras mencionadas.

§ 2º - Em caso de atraso na execução das obras de infra-estrutura urbana, acima mencionada, aludidas no cronograma de obras, os LOTEADORES serão notificados formalmente para que dentro de 30 dias, complementem os serviços e, caso não o façam, a área será automaticamente revertida à Prefeitura, que intervirá para a regularização do empreendimento, obedecida as disposições aplicáveis e exigidos os direitos e deveres constantes das Leis Federal nº 6.766/79 e Lei Estadual 6063/82.

§ 3º - Verificando que os LOTEADORES executaram as obras de infra-estrutura, a PREFEITURA expedirá certificado de conclusão dos trabalhos, ficando os LOTEADORES livres de qualquer solicitação futura no que se refere às referidas obras, incumbida a PREFEITURA de promover manutenção das mesmas, mediante sua intervenção direta ou das concessionárias dos serviços públicos.

**CLÁUSULA NONA** - Caso a PREFEITURA venha a realizar obras, poderá, ao invés de reverter para o seu patrimônio a área caucionada, cobrar o valor referido.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Os LOTEADORES deverão submeter a registro imediato o Loteamento no Cartório de Registro de Imóvel. Se não registrado no prazo legal, revoga-se automaticamente a aprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Fica desde já designado o Foro da Comarca de Garuva, para serem, discutidas todas as dúvidas oriundas deste Instrumento, com renúncia aos demais.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Termo de Compromisso em duas vias de igual teor e forma.

Garuva-SC, 21 de agosto de 2014

Prefeitura Municipal de Garuva	Loteador
Prefeito Municipal	Juliano Oliva Flores
Dione Romanzini	Loteador
Prefeitura Municipal de Garuva	Julio César Flores
Diretora de Planejamento	

**CERTIDÃO DE APROVAÇÃO DE LOTEAMENTO "SALVADOR OLIVA"**

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, autoridade certificadora deste instrumento de aprovação do loteamento " SALVADOR OLIVA ", que está localizado à Avenida Celso Ramos, zona urbana deste Município e Comarca de Garuva, sob a matrícula n.º 1.649, livro 02 - Registro Geral do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição dessa Comarca de Garuva, de propriedade de Juliano Oliva Flôres e Julio César Flores, estabelecidos a Rua Marechal Floriano Peixoto, 1410, na cidade de Itapoá, Santa Catarina, certifica que o referido Loteamento foi devidamente aprovado pelo Decreto Municipal nº 140/2014 com os seguintes objetivos que deverão ser levados a efeito:

1 - Registro do Termo de Acordo no Cartório de Registro de Títulos

e Documentos da Comarca de Garuva;  
2 - Registro imediato do Loteamento no Cartório de Registro de Imóveis;  
3 - Lavratura de Escritura Pública de Doação da área da PMG com 4.774,89 m<sup>2</sup> (24,90%), e áreas das ruas com 1.936,94 m<sup>2</sup> (10,10%), ao Município de Garuva;  
4 - Lavratura da Escritura de Hipoteca das áreas postas como garantia pela execução;  
5 - A comprovação das providências mencionadas nos itens 2, 3 e 4, será feita mediante Certidão do Cartório de Registro de Imóveis.

Garuva (SC), 21 de agosto de 2014

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 78/2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

"Altera o parágrafo 2º do artigo 25 da Lei Complementar 45, de 15 de outubro de 2009".

O POVO DO MUNICÍPIO DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O parágrafo 2º do artigo 25 da Lei Complementar nº 45/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§2º - Para fins de progressão vertical deverá o servidor apresentar diplomas ou certificados de conclusão de ensino fundamental, médio, curso de graduação, especialização em nível de pós-graduação, mestrado ou doutorado reconhecidos pelo MEC, obtidos a qualquer tempo.

Art. 2º - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º - Fica revogada a Lei Complementar nº. 68, de 18 de julho de 2012.

Art. 4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO FIA Nº 001/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA DE GARUVA

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FIA nº 001/2014

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo de julgamento: Menor Preço por Lote

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE TURISMO PARA A REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE ESTUDOS DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, COMPREENDENDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE E FORNECIMENTO DOS INGRESSOS NECESSÁRIOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 17/09/2014 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

Garuva, 04 de setembro de 2014.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### **CHAMADA PÚBLICA EDUCAÇÃO 001/2014**

CHAMADA PÚBLICA

Modalidade: Chamada Pública nº 001/2014.

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para alimentação escolar com dispensa de licitação, Lei nº 11.947/2009, Resolução FNDE nº 038/2009.

Credenciamento, Entrega dos envelopes e habilitação: 11/09/2014 às 10:00 horas.

A entrega de amostras ocorrerá logo após a fase de habilitação.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

Garuva, 27 de agosto de 2014.

JOSÉ CHAVES

Prefeito

# Gaspar

## PREFEITURA

### **Decreto Nº 6.051, de 20 de Agosto de 2014.**

DECRETO Nº 6.051, DE 20 DE AGOSTO DE 2014.  
DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA BENTA DA SILVA SANTANA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

#### DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada, a partir de 20/08/2014, a vacância do cargo de provimento efetivo de Merendeira/Servente, da servidora BENTA DA SILVA SANTANA, lotada com 40 horas semanais na Secretaria de Educação, em virtude de aposentadoria por invalidez concedida pelo INSS.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 20/08/2014.

Gaspar, 20 de agosto de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

### **DECRETO Nº 6.052, DE 21 DE AGOSTO DE 2014.**

DECRETO Nº 6.052, DE 21 DE AGOSTO DE 2014.  
AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 84, da Lei Municipal nº 1.305 de 09 de outubro de 1991,

Considerando o aumento da demanda em todas as unidades de Saúde do Município de Gaspar;

Considerando a necessidade de profissionais especializados para o atendimento da população nos serviços de saúde;

Considerando o interesse público na prestação do serviço de saúde com qualidade;

#### DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a realização de até 80 (oitenta) horas de serviço extraordinário mensais, individualmente, pelo período de 21 de agosto de 2014 a 14 de setembro de 2014, conforme a necessidade assim exigir, mediante escala a ser definida pela Secretaria Municipal de Saúde, pelos servidores: Rosa Maria Melatto, Odete Fistarol, Rose Venturine, Jorge Pereira, Ana Fernanda Quessada, Karolina Lenfer, Angelita de Cesari, Luzia Bizzatto, Fernanda Miranda, Roberto Morateli, José Feltrin, Fabricio da Rocha, Ednei Borba, Altair de Souza, Helenir Pazetti, Geane Glauser, Elisa Heineck, Edio Luis Espindola, Jorge Dellarrosa, Denis Alencar Moritz, Célio Scotini, Arnaldo dos Santos, Edson Carlos Pereira, Adir Luiz Stiz, Luciana Gobbi, Angelita Cesarina W. Comandolli, Marinei dos Santos, Maria Salete Zimmermann, Helen Cristine Hoffmann, Dorvalino Cardoso, Débora Weingartner, Neseli Testoni e Luciana Vanelli.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de agosto de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

### **Decreto Nº 6.067, de 01 de Setembro de 2014.**

DECRETO Nº 6.067, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
RECONHECE DESPESA DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 37, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida a despesa no valor de R\$ 170.601,01 (cento e setenta mil e seiscentos e um reais e um centavo) não realizada e não processada no exercício financeiro de 2013 - saldo remanescente do contrato SAF-104/2011 -, em prol de Zavattaro Engenharia e Construções Ltda. ME, inscrita no CNPJ n. 13.039.418/0001-54, referente à medição de n. 06 da obra de Construção do Viaduto e Acessos no Centro de Gaspar, conforme autorização da Caixa Econômica Federal - CE 276/2014 GIDURBL.

Art. 2º A despesa de que trata o art. 1º deste Decreto correrá por conta da dotação orçamentária n. 575 - Convênio Federal Construção do Viaduto e Acessos, no valor de R\$ 170.601,01 (cento e setenta mil e seiscentos e um reais e um centavo).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Gaspar, 01 de setembro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

### **DECRETO Nº 6.068, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 6.068, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA MARIA ARLETE DE SOUZA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

#### DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada, a partir de 01/09/2014, a vacância do cargo de provimento efetivo de Merendeira/Servente, da servidora MARIA ARLETE DE SOUZA, lotada com 40 horas semanais na Secretaria de Educação, em virtude de aposentadoria concedida pelo INSS.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01/09/2014.

Gaspar, 01 de setembro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**PORTARIA Nº 3.458, DE 01 DE AGOSTO DE 2014.**

PORTARIA Nº 3.458, DE 01 DE AGOSTO DE 2014.

NOMEIA SERVIDORES PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347/1992,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais de Processo Seletivo nº 12/2013, 001/2014 e 007/2014, da Secretaria Municipal Educação, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
ADEMIR DA SILVA BORGES	15/08/2014	PROFESSOR DOC-III-4
ALEXANDRE CORA	04/08/2014	PROFESSOR DOC-III-4
ANA PAULA THEISS	11/08/2014	PROFESSOR DOC-III-4
BERNADETE ROSA CHIESA	26/08/2014	MERENDEIRA/SERVENTE
BRUNA VIEIRA	04/08/2014	PROFESSOR DOC-I-3
CARINA PAOLA BATISTA	11/08/2014	BERCARISTA
CAROLINA SCHMITT DOS SANTOS	01/08/2014	PROFESSOR DOC-I-8
CRISTHIANE GISELLE AYROSO ZIMMERMANN	11/08/2014	PROFESSOR DOC-I-8
EDIRCE ODERDENGE RODRIGUES	04/08/2014	BERCARISTA
ELIANE MARIA MACIEL	18/08/2014	PROFESSOR DOC-I-8
ELISETE GLORIA CARDOSO TABORDA	20/08/2014	BERCARISTA
ELISEU RITTER	06/08/2014	PROFESSOR DOC-III-8
FERNANDA BARON	01/08/2014	BERCARISTA
GRAZIELI PEREIRA OYARZABAL	04/08/2014	PROFESSOR DOC-I-8
GRAZIELI TALLMANN	04/08/2014	PROFESSOR DOC-III-8
ISABEL CRISTINA FRANCA	12/08/2014	MERENDEIRA/SERVENTE
ISABEL WILL	12/08/2014	MERENDEIRA/SERVENTE
IZAURA ALVES DOS SANTOS LONGO	06/08/2014	PROFESSOR DOC-III-4
JAIME PETRY	19/08/2014	PROFESSOR DOC-III-5
JOCIELI PEDROSO	04/08/2014	BERCARISTA
LEILA REGINA PEIXE GUBERT	14/08/2014	BERCARISTA
LEONARDO MANOEL CLEMENTE	18/08/2014	BERCARISTA
LEONE PEREIRA DOS SANTOS	04/08/2014	PROFESSOR DOC-III-3
LUIZ SANTOS SCHEAD	19/08/2014	PROFESSOR DOC-III-2
MANUELA ANDREA PEREIRA DUARTE	25/08/2014	PROFESSOR DOC-I-8
MARIA GESLEN SANTANA MACIEL	15/08/2014	BERCARISTA
MARIA IRACI FRENA	04/08/2014	MERENDEIRA/SERVENTE
MARIETA PAMPLONA SCHMITT	14/08/2014	PROFESSOR DOC-I-6
MARILI ROSANA DA COSTA SABEL	20/08/2014	BERCARISTA
MARILIA PAULO GEBIEN	01/08/2014	MERENDEIRA/SERVENTE
MAURICIO GALVAO BENTO	06/08/2014	PROFESSOR DOC-I-7
MICHELE ANDREA RABER	18/08/2014	BERCARISTA
PAMELA MONIQUE ADAO	25/08/2014	BERCARISTA

PATRICIA BARBIERI	18/08/2014	PROFESSOR DOC-III-4
RUBIA MARA SPENGLER KOSTETZER	04/08/2014	PROFESSOR DOC-I-8
SIMONE VILLVOCH	01/08/2014	PROFESSOR DOC-III-8
SOLIMARE GUERGUEN	01/08/2014	BERCARISTA
TAMARA ALVES ROVIGO	01/08/2014	BERCARISTA
TANIA REGINA FOPPA	11/08/2014	PROFESSOR DOC-III-4
VERONICA PEREIRA	04/08/2014	MERENDEIRA/SERVENTE

Art. 2º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais de Processo Seletivo nº 006/2014, 009/2014 e 010/2014, da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
ALINE FERNANDA LIMA	18/08/2014	TECNICO ENFERMAGEM
ANA LUCIA VIEIRA ANTUNES	20/08/2014	MEDICO PEDIATRA
ANGELA MARIA SIMAO BORGES	05/08/2014	TECNICO ENFERMAGEM
AUDREY PCHIBILSKI	04/08/2014	TECNICO ENFERMAGEM
CAMILE HEUSSER	04/08/2014	TECNICO ENFERMAGEM
ELIETE ANTUNES VIEIRA CHIESA	07/08/2014	Agente Comunitario Saude
EMILIO WEINGRABER	01/08/2014	MEDICO CLIN.GERAL
FATIMA APARECIDA DE LIZ	14/08/2014	TECNICO ENFERMAGEM
FELIPE HOFMANN BARBETA	20/08/2014	MEDICO CLIN.GERAL
GERCELIA RAQUEL DE OLIVEIRA	01/08/2014	TECNICO ENFERMAGEM
JOAO CARLOS FANTINI SCHAEFER	20/08/2014	Medico Geral Com.PSF
MARCIA ROSANA DIMAN DUARTE	05/08/2014	TECNICO ENFERMAGEM
MARCOS ORESTES GONCALVES	20/08/2014	MEDICO CLIN.GERAL
MARIA MARLI MARTINS	04/08/2014	TECNICO ENFERMAGEM
MAURINA CARDOSO	06/08/2014	Agente Comunitario Saude
PRISCILA WULESCHEN MACIEL	01/08/2014	TECNICO ENFERMAGEM
ROSELI DE FATIMA BINELLO GONÇALVES COUTO	12/08/2014	TECNICO ENFERMAGEM
SAMARA DE SOUSA SILVA NUNES	12/08/2014	TECNICO ENFERMAGEM
SOLANGE REGINA TEIXEIRA	05/08/2014	TECNICO ENFERMAGEM
THAIS NILES DE LIMA	07/08/2014	Agente Comunitario Saude
WILSON FRANCISCO DE LIMA	05/08/2014	TECNICO ENFERMAGEM

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01/08/2014.

Gaspar, 01 de agosto de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar



**Portaria Nº 3.475, de 01 de Setembro de 2014.**

PORTARIA Nº 3.475, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
COLOCA À DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO A SERVIDORA ALBERTINA TERESINHA KARSTEDT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Colocar a servidora ALBERTINA TERESINHA KARSTEDT, Professora de Ciências, lotada com 30 horas semanais no EEB Ferandino Dagnoni, à disposição na EEB Zenaide S. Costa para atuar na Coordenação Pedagógica, a partir de 01/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de setembro de 2014 e revogando a Portaria nº 3.299, de 31 de janeiro de 2014.

Gaspar, 01 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 196/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 196/2014

OBJETO: Aquisição de equipamento motor de popa para uso dos bombeiros. ENTREGA dos envelopes até às 13h30min do dia 19/09/2014, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 13h45min. Integra do Edital no Depto. de Compras ou através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 04/09/2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-86/2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-86/2014

Vigência: 28/08/2014 Vencto.: 31/12/2014 Pregão nº.: 181/2014.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR. Objeto: Aquisição de equipamento colposcópio.. Contratado: CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINARIOS LTDA - ME (18.258.209/0001-15). Valor total: R\$ 11.970,00 (onze mil, novecentos e setenta reais).

Gaspar/SC, 28 de Agosto de 2014.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal de Gaspar

**PORTARIA Nº 3.476, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 3.476, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.  
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIAL para TOMADA DE CONTAS N. 02/2013, INSTAURADO PARA APURAR fatos referentes a possíveis atos de improbidade administrativa relacionados à tomada de preços nº 115/2008.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 05 de setembro de 2014, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial para Tomada de Contas n. 02/2013, instaurado para apurar os fatos referentes a possíveis atos de improbidade administrativa relacionados à tomada de preços nº 115/2008 e ao seu correspondente contrato nº SAF-88/2008, celebrado entre o município de Gaspar e a empresa GEOMAS - Engenharia e Geoinformação LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**PORTARIA Nº 3.477, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 3.477, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 01/2013, INSTAURADO PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ACERCA DE ENVIO DE E-MAIL CONTENDO PESQUISA ELEITORAL FRAUDULENTA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 06 de setembro de 2014, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2013, instaurado para apurar possíveis irregularidades acerca de envio de e-mail contendo pesquisa eleitoral fraudulenta a partir de endereço eletrônico institucional da Prefeitura de Gaspar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 183/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação Nº 183/2014

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de Consultoria Técnica, com o objetivo de promover a organização administrativa da área de gestão de pessoas, proporcionando o desenvolvimento de seus recursos humanos. CONTRATADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM (33.645.482/0001-96). Valor Total Julgado: R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais). BASE LEGAL: Art. 24, XIII, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 3 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito



**SAMAE - GASPAR****Portaria N. 63 de 03 de Setembro de 2014**

PORTARIA N. 63 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

NOMEIA ENCARGADO DO ALMOXARIFADO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR NEI ROBERTO KANIA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeado, a partir do dia 03 de setembro de 2014 o servidor NEI ROBERTO KANIA portador do CPF nº 718.796.090-53 e da CI nº. 6.204.194 para o cargo de Encarregado do Almoxarifado do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 33, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 03 de setembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor-Presidente

**Guaramirim****PREFEITURA****Lei Complementar Nº. 59/2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº. 59/2014

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE GUARAMIRIM - REFISGUARAMIRIM 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal, denominado REFISGUARAMIRIM 2014, destinado a promover a regularização de créditos do Município de Guaramirim, descritos no artigo 2º desta Lei Complementar, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, inscritos em dívida ativa, ajuizados em execução fiscal ou ajuizar, parcelados, reparcelados ou não, administrativa ou judicialmente, com exigibilidade suspensa ou não, cujo lançamento ou notificação tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2013, os quais poderão ser recolhidos mediante o pagamento em parcela única do principal, com anistia incidente sobre a multa de mora e juros de mora, nos percentuais e prazos estabelecidos nesta Lei Complementar, mantida a correção monetária nos termos do Código Tributário Municipal.

Art. 2º. São créditos passíveis de adesão ao REFISGUARAMIRIM 2014:

**I - Impostos:**

- a) Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);
- b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) mensal e fixo, exceto o retido na fonte, os ainda não constituídos e aqueles sujeitos ao simples nacional;

**II - Contribuição de Melhoria;****III - Taxas:**

- a) Taxa de Serviços Públicos;
  - c) Taxa de Alvará de Licença para Localização e Funcionamento (TLL);
  - d) Taxa de Alvará da Vigilância Sanitária (TAS);
  - e) Taxas previstas no Decreto nº 1, de 08 de janeiro de 2007;
- IV - Preços Públicos previstos no Decreto nº. 1, de 08 de janeiro de 2007;

**V - Multas decorrentes de infração, exceto as de trânsito.**

Parágrafo único. O REFISGUARAMIRIM 2014 previsto nesta Lei Complementar não alcança os débitos relativos ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI.

Art. 3º. A adesão ao REFISGUARAMIRIM2014 dar-se-á por opção do sujeito passivo, sejam os decorrentes de obrigação própria, sejam os resultantes de responsabilidade tributária.

§ 1º O REFISGUARAMIRIM 2014 será administrado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, ouvida a Procuradoria Geral do Município, sempre que necessário.

§ 2º Sobre os débitos ajuizados para cobrança executiva que forem quitados através do REFISGUARAMIRIM 2014 não incidirão honorários advocatícios.

§ 3º Compete à Procuradoria Geral do Município, quando comunicada pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, informar ao Juízo acerca do pagamento ou parcelamento e solicitar a extinção ou suspensão da execução, subsistindo os gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e garantias eventualmente prestadas até o pagamento integral da dívida.

Art. 4º. A apuração dos créditos obedecerá aos seguintes critérios:

I - aplicação da correção monetária nos termos dos artigos 122 e seguintes do Código Tributário Municipal - Lei Complementar Municipal Nº 001/94;

II - para os débitos que não foram anteriormente parcelados, a anistia da multa de mora e juros de mora, nos percentuais constantes na Tabela I, do artigo 5º desta Lei Complementar, incidirá até a data da opção;

III - para os débitos já parcelados ou reparcados, cujos pagamentos estejam em dia, a anistia da multa de mora e juros de mora, nos percentuais constantes na Tabela I, do artigo 5º desta Lei Complementar, incidirá sobre as parcelas vincendas, até a data da opção, sendo vedada qualquer revisão das parcelas já quitadas.

Art. 5º. Os benefícios do REFISGUARAMIRIM 2014 serão aplicados conjuntamente aos créditos abrangidos por esta Lei Complementar, de acordo com os seguintes critérios e percentuais:

TABELA I - ANISTIA POR INCENTIVO A ADESAO

DATA DE ADESAO	ANISTIA	
	MULTA DE MORA (%)	JUROS DE MORA (%)
Até 20/11/2014	90	100
De 21/11/2014 a 19/12/2014	90	90

Parágrafo único. O vencimento da parcela única se dará em até 30 (trinta) dias após a adesão ao REFISGUARAMIRIM 2014, limitado até 20/11/2014, para as adesões efetuadas até 20/11/2014, e limitado até 29/12/2014, para as adesões efetuadas entre 21/11/2014 e 19/12/2014.

Art. 6º. A adesão ao REFISGUARAMIRIM 2014 sujeita o contribuinte a:

I - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar e constitui confissão irretratável e irretratável da dívida, importando em confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354 do Código de Processo Civil, bem como no reconhecimento da certeza, liquidez e exigibilidade dos débitos parcelados;

II - desistência expressa e irrevogável das respectivas ações judiciais e das defesas e recursos administrativos, a ser formulada pelo contribuinte, bem assim da renúncia do direito, sobre os mesmos débitos, em que se funda a ação judicial e o pleito administrativo;

III - reconhecimento expresso quanto à responsabilidade em arcar com eventuais custas processuais, inclusive levantamento de penhora, oriundas de ações judiciais que tenham por objeto os créditos beneficiados por este Programa;

IV - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no Programa.

Art. 7º. A opção pelo REFISGUARAMIRIM 2014 não produzirá efeitos suspensivos quanto aos procedimentos judiciais e administrativos de cobrança enquanto não ocorrer o efetivo pagamento da parcela única.

Art. 8º. O contribuinte será excluído do Programa caso não efetue o pagamento na data prevista na opção, acarretando a imediata exigibilidade da totalidade do débito confessado, aplicando-se, sobre o montante devido, os acréscimos legais, previstos na legislação municipal, à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, inclusive honorários advocatícios, executando-se automaticamente as garantias eventualmente prestadas.

Art. 9º. Os benefícios concedidos pela presente Lei Complementar não ensejam restituição de quantias pagas, nem compensação de dívidas.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até 29 de dezembro de 2014.

Guaramirim/SC, 03 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretario de Administração e Finanças

## LEI Nº. 4155/2014

LEI Nº. 4155/2014

DENOMINA RUA DA CIDADE.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de "RUA PEDRO GILBERTO VALCANIAIA" a via pública que tem seu início na Rua Nº 46 - Expedicionário Olímpio José Borges, em direção leste até o seu final, numa extensão de 30,00 metros, com gabarito de 1,50 - 8,00 - 1,50, Bairro Avai.

Art. 2º. A Rua ora denominada encontra-se cadastrada na Prefeitura Municipal de Guaramirim sob Nº 297.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor, na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Guaramirim/SC, 03 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

## AVISO DE LICITAÇÃO 035/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 35/2014
Tipo : Menor Preço Global.
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA UNIDADE DO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO BANANAL DO SUL.
Entrega dos Envelopes: 23/09/2014 as 09:00 horas.
Abertura dos Envelopes: 23/09/2014 as 09:00 horas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br).

GUARAMIRIM(SC), 04/09/2014

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº95/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 95/2014

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA E OPERACIONAL EM REORGANIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVOS, CADASTRAL E LEGAIS, LIGADAS À ÁREA DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, PARA PROMOVER UMA REFORMULAÇÃO COMPLETA NO FLUXOGRAMA DE SERVIÇOS OFERTADOS AO CIDADÃO, MAIS PRECISAMENTE NAQUELES PRESTADOS NA ÁREA ADMINISTRATIVA, INCLUSIVE COM AJUSTES NAS ROTINAS DE TRABALHO DO SISTEMA DE GESTÃO MUNICIPAL

Entrega dos Envelopes: 19/09/2014 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 19/09/2014 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 03/09/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

## Guarujá do Sul

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato - FMS 42

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 42/2014.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 17/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº.14/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: NEYLOR FRANCISCO SANTIN ME

OBJETO: Contratação de Laboratório Protético para moldagem e confecção de Próteses Dentárias Total e Parcial Removível, destinados aos pacientes do Fundo Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul.

VALOR: R\$ 66.100,00

VIGENCIA: 31/12/2014

Guarujá do Sul, SC, 04 de setembro de 2014.

Vera Lurdes Segat,

Gestora do FMS.

RREO 4 BIM

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>12.520.404,00</b>	<b>12.520.404,00</b>	<b>2.569.116,57</b>	<b>20,52</b>	<b>10.084.069,25</b>	<b>80,54</b>	<b>2.436.334,75</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>12.420.404,00</b>	<b>12.420.404,00</b>	<b>2.218.492,82</b>	<b>17,86</b>	<b>8.875.682,46</b>	<b>71,46</b>	<b>3.544.721,54</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	743.500,00	743.500,00	338.271,49	45,50	807.837,85	108,65	-64.337,85
IMPOSTOS	686.500,00	686.500,00	273.463,39	39,83	722.524,72	105,25	-36.024,72
TAXAS	57.000,00	57.000,00	64.808,10	113,70	85.313,13	149,67	-28.313,13
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	145.000,00	145.000,00	24.564,70	16,94	98.225,56	67,74	46.774,44
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	145.000,00	145.000,00	24.564,70	16,94	98.225,56	67,74	46.774,44
RECEITA PATRIMONIAL	47.800,00	47.800,00	20.051,93	41,95	68.149,08	142,57	-20.349,08
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	32.800,00	32.800,00	20.051,93	61,13	68.149,08	207,77	-35.349,08
RECEITA DE SERVIÇOS	200.000,00	200.000,00	64.691,17	32,35	184.752,84	92,38	15.247,16
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.165.404,00	11.165.404,00	1.761.607,46	15,78	7.598.687,12	68,06	3.566.716,88
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.069.404,00	11.069.404,00	1.753.158,18	15,84	7.557.292,06	68,27	3.512.111,94
Transf. de Conv.	96.000,00	96.000,00	8.449,28	8,80	41.395,06	43,12	54.604,94
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	118.700,00	118.700,00	9.306,07	7,84	118.030,01	99,44	669,99
Multas e Juros de Mora	44.700,00	44.700,00	4.322,74	9,67	16.628,85	37,20	28.071,15
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.500,00	5.500,00	187,95	3,42	59.338,52	1078,88	-53.838,52
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	48.500,00	48.500,00	4.795,38	9,89	28.281,98	58,31	20.218,02
RECEITAS DIVERSAS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	13.780,66	68,90	6.219,34
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>350.623,75</b>	<b>350,62</b>	<b>1.208.386,79</b>	<b>208,39</b>	<b>-1.108.386,79</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	137.210,48	0,00	137.210,48	0,00	-137.210,48
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	137.210,48	0,00	137.210,48	0,00	-137.210,48
ALIEAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	57.920,00	57,92	267.450,00	267,45	-167.450,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	57.920,00	0,00	267.450,00	0,00	-267.450,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	155.493,27	0,00	803.726,31	0,00	-803.726,31
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	156.999,95	0,00	-156.999,95
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	0,00	0,00	155.493,27	0,00	646.726,36	0,00	-646.726,36
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>12.520.404,00</b>	<b>12.520.404,00</b>	<b>2.569.116,57</b>	<b>20,52</b>	<b>10.084.069,25</b>	<b>80,54</b>	<b>2.436.334,75</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual						
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>12.520.404,00</b>	<b>12.520.404,00</b>	<b>2.569.116,57</b>	<b>20,52</b>	<b>10.084.069,25</b>	<b>80,54</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>12.520.404,00</b>	<b>12.520.404,00</b>	<b>2.569.116,57</b>	<b>20,52</b>	<b>10.084.069,25</b>	<b>80,54</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>464.827,01</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>255.569,59</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	<b>—</b>	<b>464.827,01</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>255.569,59</b>	<b>—</b>
Reabertura de Créditos Adicionais	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>12.520.404,00</b>	<b>4.892.084,43</b>	<b>17.412.488,43</b>	<b>1.959.343,06</b>	<b>10.876.547,56</b>	<b>2.513.416,96</b>	<b>8.394.134,01</b>	<b>48,21</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>10.973.404,00</b>	<b>1.522.078,63</b>	<b>12.495.482,63</b>	<b>1.291.264,98</b>	<b>9.432.567,38</b>	<b>2.049.562,60</b>	<b>7.695.510,77</b>	<b>61,59</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.337.350,00	603.894,82	5.941.244,82	968.365,06	4.014.071,68	975.730,55	3.988.850,49	67,14
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	65.000,00	0,00	65.000,00	0,00	65.000,00	8.984,71	49.124,88	75,58
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.571.054,00	918.183,81	6.489.237,81	322.899,92	5.353.495,70	1.064.847,34	3.657.535,40	56,36
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.537.000,00</b>	<b>3.370.005,80</b>	<b>4.907.005,80</b>	<b>668.078,08</b>	<b>1.443.980,18</b>	<b>463.854,36</b>	<b>698.623,24</b>	<b>14,24</b>
INVESTIMENTOS	1.276.000,00	3.327.316,72	4.603.316,72	625.389,00	1.140.291,10	406.624,10	498.065,10	10,82
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	261.000,00	42.689,08	303.689,08	42.689,08	303.689,08	57.230,26	200.558,14	66,04
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>12.520.404,00</b>	<b>4.892.084,43</b>	<b>17.412.488,43</b>	<b>1.959.343,06</b>	<b>10.876.547,56</b>	<b>2.513.416,96</b>	<b>8.394.134,01</b>	<b>48,21</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Continuação 3/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>12.520.404,00</b>	<b>4.892.084,43</b>	<b>17.412.488,43</b>	<b>1.959.343,06</b>	<b>10.876.547,56</b>	<b>2.513.416,96</b>	<b>8.394.134,01</b>	<b>9.018.354,42</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.689.935,24</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>12.520.404,00</b>	<b>4.892.084,43</b>	<b>17.412.488,43</b>	<b>1.959.343,06</b>	<b>10.876.547,56</b>	<b>2.513.416,96</b>	<b>10.084.069,25</b>	<b>9.018.354,42</b>

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 04/09/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	100.000,00	267.450,00	-167.450,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	267.450,00	-267.450,00
<b>TOTAL</b>	100.000,00	267.450,00	-167.450,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	139.076,00	45.650,00	0,00	93.426,00
Investimentos	139.076,00	45.650,00	0,00	93.426,00
<b>TOTAL</b>	139.076,00	45.650,00	0,00	93.426,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	21.852,51	221.800,00	243.652,51

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 04/09/2014

\_\_\_\_\_  
JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 14/12012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	756.700,00	756.700,00	746.188,25	98,61
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	241.500,00	241.500,00	161.434,28	66,85
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	120.000,00	120.000,00	125.878,24	104,90
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	210.000,00	210.000,00	348.158,94	165,79
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	115.000,00	115.000,00	87.053,26	75,70
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.200,00	3.200,00	302,80	9,46
Dívida Ativa dos Impostos	33.500,00	33.500,00	14.572,00	43,50
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	33.500,00	33.500,00	8.788,73	26,24
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.385.000,00	10.385.000,00	6.718.707,20	64,70
Cota-Parte FPM	6.420.000,00	6.420.000,00	3.857.285,62	60,08
Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	35,94	1,20
Cota-Parte IPVA	400.000,00	400.000,00	291.826,22	72,96
Cota-Parte ICMS	3.500.000,00	3.500.000,00	2.521.200,34	72,03
Cota-Parte IPI-Exportação	45.000,00	45.000,00	38.725,82	86,06
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	17.000,00	17.000,00	9.633,26	56,67
Desoneração ICMS (LC 87/96)	17.000,00	17.000,00	9.633,26	56,67
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.141.700,00	11.141.700,00	7.464.895,45	67,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.293.100,00	3.054.656,32	2.105.258,55	68,92	1.824.718,55	59,74
Pessoal e Encargos Sociais	1.121.000,00	1.543.000,00	952.855,56	61,75	947.855,56	61,43
Outras Despesas Correntes	1.172.100,00	1.511.656,32	1.152.402,99	76,23	876.862,99	58,01
DESPESAS DE CAPITAL	187.500,00	463.852,98	298.993,10	64,46	78.318,10	16,88
Investimentos	187.500,00	463.852,98	298.993,10	64,46	78.318,10	16,88

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	187.500,00	463.852,98	298.993,10	64,46	78.318,10	16,88
	187.500,00	463.852,98	298.993,10	64,46	78.318,10	16,88
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	2.480.600,00	3.518.509,30	2.404.251,65	68,33	1.903.036,65	54,09
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre (h)	% (h/IV)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	742.100,00	1.065.490,40	616.040,87	25,62	474.897,51	24,95
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	727.100,00	1.050.490,40	607.098,49	25,25	471.329,06	24,77
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	15.000,00	15.000,00	8.942,38	0,37	3.568,45	0,19
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	742.100,00	1.065.490,40	616.040,87	25,62	474.897,51	24,95
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	1.738.500,00	2.453.018,90	1.788.210,78	42,71	1.428.139,14	29,14
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						19,13
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]</b>						308.404,82

Continua 2/4

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
		0,00	2.370,00	2.631,87	-2.631,87	0,00		
TOTAL		0,00	2.370,00	2.631,87	-2.631,87	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		2.370,00	0,00			2.370,00		
TOTAL (VIII)		2.370,00	0,00			2.370,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26								
		LIMITE NÃO CUMPRIDO						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
		-	-			-		

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.312.600,00	3.389.351,62	2.354.404,39	97,93	1.863.029,99	97,90
Vigilância Sanitária	40.000,00	40.340,00	21.713,34	0,90	16.339,41	0,86
Vigilância Epidemiológica	16.500,00	26.051,00	19.094,90	0,79	14.628,23	0,77
Alimentação e Nutrição	1.500,00	62.766,68	9.039,02	0,38	9.039,02	0,47
Outras Subfunções	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.480.600,00	3.518.509,30	2.404.251,65	100,00	1.903.036,65	100,00

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4



Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $V/(h+i)$  - (15 x IIIb)/100]

GUARUJA DO SUL, 04/09/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 04/09/2014

\_\_\_\_\_  
JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	12.520.404,00	
Previsão Atualizada		—	12.520.404,00	
Receitas Realizadas		2.569.116,57	10.084.069,25	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	255.569,59	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	12.520.404,00	
Créditos Adicionais		—	4.892.084,43	
Dotação Atualizada		—	17.412.488,43	
Despesas Empenhadas		1.959.343,06	10.876.547,56	
Despesas Liquidadas		2.513.416,96	8.394.134,01	
Superavit Orçamentário		—	1.689.935,24	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		1.959.343,06	10.876.547,56	
Despesas Liquidadas		2.513.416,96	8.394.134,01	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			13.430.062,22	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-667.426,21	0,00
Resultado Primário		0,00	1.466.808,70	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.059.189,37	8.075,60	1.050.693,77	420,00
EXECUTIVO	1.059.189,37	8.075,60	1.050.693,77	420,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	84.505,54	1.058,40	83.447,14	0,00
EXECUTIVO	84.505,54	1.058,40	83.447,14	0,00
TOTAL:	1.143.694,91	9.134,00	1.134.140,91	420,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.078.773,81	25%	27,85
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.010.055,89	60%	84,52
Liquidadas		1.037.002,21		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		137.210,48	-137.210,48	
Despesa de Capital Líquida		698.623,24	4.208.382,56	

Continua 1/2

Município de GUARUJA DO SUL - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			267.450,00	-167.450,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			45.650,00	93.426,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.428.139,14	15,00	19,13
Liquidadas		1.428.139,14		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GUARUJA DO SUL , 04/09/2014

\_\_\_\_\_  
JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )			R\$ 1,00					
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.520.404,00	17.412.488,43	1.959.343,06	10.876.547,56	2.513.416,96	8.394.134,01	100,00	48,21
Legislativa	510.000,00	510.000,00	83.899,79	334.709,80	81.109,35	330.217,30	3,93	64,75
Ação Legislativa	510.000,00	510.000,00	83.899,79	334.709,80	81.109,35	330.217,30	3,93	64,75
Administração	1.263.250,00	1.513.338,75	191.901,15	1.208.300,38	285.986,67	968.727,25	11,54	64,01
Administração Geral	955.750,00	1.092.356,75	119.616,43	859.147,57	201.354,07	648.192,20	7,72	59,34
Administração Financeira	260.000,00	368.482,00	63.665,19	308.322,80	75.333,27	281.404,54	3,35	76,37
Controle Interno	47.500,00	52.500,00	8.619,53	40.830,01	9.299,33	39.130,51	0,47	74,53
Segurança Pública	73.100,00	161.332,90	2.391,50	103.883,38	93.673,06	99.203,16	1,18	61,49
Policimento	63.100,00	151.332,90	2.391,50	103.648,38	93.673,06	98.968,16	1,18	65,40
Defesa Civil	10.000,00	10.000,00	0,00	235,00	0,00	235,00	0,00	2,35
Assistência Social	686.000,00	864.518,32	99.415,32	610.800,35	110.281,29	480.584,52	5,73	55,59
Assistência ao Idoso	135.000,00	85.000,00	869,81	59.261,65	8.490,07	54.718,75	0,65	64,38
Assistência ao Portador de Deficiência	35.000,00	35.000,00	0,00	35.000,00	7.363,64	23.772,74	0,28	67,92
Assistência à Criança e ao Adolescente	57.000,00	17.000,00	2.723,43	9.380,17	1.698,10	7.155,98	0,09	42,09
Assistência Comunitária	459.000,00	727.518,32	95.822,08	507.158,53	92.729,48	394.937,05	4,70	54,29
Saúde	2.370.600,00	3.518.509,30	431.247,76	2.404.251,65	500.437,81	1.903.036,65	22,67	54,09
Atenção Básica	2.312.600,00	3.389.351,62	422.166,65	2.354.404,39	486.198,08	1.863.029,99	22,19	54,97
Vigilância Sanitária	40.000,00	40.340,00	3.497,13	21.713,34	4.048,69	16.339,41	0,19	40,50
Vigilância Epidemiológica	16.500,00	26.051,00	4.088,60	19.094,90	8.695,66	14.628,23	0,17	56,15
Alimentação e Nutrição	1.500,00	62.766,68	1.495,38	9.039,02	1.495,38	9.039,02	0,11	14,40
Educação	4.089.750,00	4.454.877,73	744.150,89	2.866.145,45	598.520,47	2.159.374,92	25,72	48,47
Administração Geral	191.500,00	186.500,00	34.063,02	142.839,31	35.546,26	134.112,52	1,60	71,91
Alimentação e Nutrição	98.200,00	138.381,68	45.988,80	121.274,10	40.852,43	71.419,38	0,85	51,61
Ensino Fundamental	3.150.500,00	3.836.946,05	641.858,59	2.465.523,92	499.446,55	1.852.103,96	22,06	48,27
Educação Infantil	639.550,00	293.050,00	22.240,48	136.508,12	22.675,23	101.739,06	1,21	34,72
Educação de Jovens e Adultos	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	36.000,00	51.105,90	2.602,86	40.826,86	6.824,00	21.976,00	0,26	43,00
Difusão Cultural	36.000,00	51.105,90	2.602,86	40.826,86	6.824,00	21.976,00	0,26	43,00
Urbanismo	533.000,00	2.014.521,70	1.435,04	428.207,78	84.752,68	255.920,72	3,05	12,70
Infra-Estrutura Urbana	150.000,00	1.576.521,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Continuação 2/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Urbanismo	12.520.404,00	17.412.488,43	1.959.343,06	10.876.547,56	2.513.416,96	8.394.134,01	100,00	48,21
Serviços Urbanos	533.000,00	2.014.521,70	1.435,04	428.207,78	84.752,68	255.920,72	3,05	12,70
Habituação	383.000,00	438.000,00	1.435,04	428.207,78	84.752,68	255.920,72	3,05	58,43
Habituação Urbana	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	125.000,00	89.980,00	1.320,00	17.461,00	1.320,00	17.461,00	0,21	19,41
Saneamento Básico Rural	15.000,00	89.980,00	1.320,00	17.461,00	1.320,00	17.461,00	0,21	19,41
Saneamento Básico Urbano	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	811.000,00	1.320.194,02	108.569,63	962.609,27	301.851,51	738.381,01	8,80	55,93
Extensão Rural	801.000,00	1.310.194,02	108.569,63	962.489,27	301.851,51	738.261,01	8,79	56,35
Promoção da Produção Agropecuária	10.000,00	10.000,00	0,00	120,00	0,00	120,00	0,00	1,20
Indústria	151.000,00	331.000,00	-2.500,00	118.377,80	95.390,66	114.854,81	1,37	34,70
Promoção Industrial	151.000,00	331.000,00	-2.500,00	118.377,80	95.390,66	114.854,81	1,37	34,70
Comunicações	75.000,00	185.500,00	-23.864,00	59.226,00	16.960,90	28.446,38	0,34	15,33
Telecomunicações	75.000,00	185.500,00	-23.864,00	59.226,00	16.960,90	28.446,38	0,34	15,33
Transporte	978.204,00	1.575.151,00	172.347,22	1.059.474,01	222.220,56	876.102,23	10,44	55,62
Transporte Rodoviário	978.204,00	1.575.151,00	172.347,22	1.059.474,01	222.220,56	876.102,23	10,44	55,62
Desporto e Lazer	267.500,00	327.269,73	103.736,82	192.084,75	24.069,48	59.767,08	0,71	18,26
Desporto Comunitário	247.500,00	327.269,73	103.736,82	192.084,75	24.069,48	59.767,08	0,71	18,26
Lazer	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	461.000,00	485.189,08	42.689,08	470.189,08	90.018,52	340.080,98	4,05	70,09
Serviço da Dívida Interna	326.000,00	368.689,08	42.689,08	368.689,08	66.214,97	249.683,02	2,97	67,72
Outros Encargos Especiais	135.000,00	116.500,00	0,00	101.500,00	23.803,55	90.397,96	1,08	77,59

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.520.404,00	17.412.488,43	1.959.343,06	10.876.547,56	2.513.416,96	8.394.134,01	100,00	48,21
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	12.520.404,00	17.412.488,43	1.959.343,06	10.876.547,56	2.513.416,96	8.394.134,01	100,00	48,21

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 04/09/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO      DEISI CEMIN FRANCO  
Prefeito Municipal      Contador CRC 028174/O-0

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## Município de GUARUJÁ DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.337.739,52</b>	<b>1.116.727,71</b>	<b>1.236.949,72</b>	<b>1.579.205,74</b>	<b>1.386.049,17</b>	<b>1.351.430,17</b>	<b>1.121.906,26</b>	<b>1.288.994,50</b>	<b>1.346.657,64</b>	<b>1.197.941,42</b>	<b>1.312.448,18</b>	<b>1.213.914,93</b>	<b>15.388.943,96</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	96.839,41	72.592,15	90.677,83	151.107,75	108.590,31	41.095,32	66.288,14	94.438,34	77.701,10	81.573,15	249.244,97	89.026,52	745.500,00
I.P.T.U.	20.780,27	18.671,72	14.252,80	13.409,54	377,19	0,00	0,00	0,00	0,00	4.474,52	136.972,08	19.710,49	241.500,00
I.R.R.F.	11.096,67	11.094,26	3.304,88	28.167,79	13.396,72	11.841,62	11.984,23	12.146,90	11.710,09	8.852,65	8.331,41	8.798,64	140.716,86
I.S.S.	42.801,04	28.814,62	39.239,34	67.566,34	81.336,91	23.842,56	34.616,70	56.844,28	35.959,08	42.245,62	33.331,82	40.281,97	524.580,28
I.T.B.I.L	10.230,97	4.770,00	16.524,07	10.173,73	5.817,60	3.640,00	17.009,29	23.193,04	29.066,95	21.059,38	14.251,00	11.884,98	120.000,00
Outras Receitas Tributárias	10.930,46	11.241,55	17.356,74	31.790,35	7.671,89	1.771,14	2.657,82	2.938,12	964,98	4.930,98	56.458,66	8.348,44	57.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	11.656,30	11.152,75	11.940,30	11.458,72	12.374,30	11.741,92	12.652,18	12.740,59	12.017,25	12.134,62	11.896,99	12.667,71	145.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	4.888,01	6.108,82	6.455,26	5.528,73	6.099,35	7.031,20	7.708,49	8.286,78	9.371,86	9.599,47	9.786,33	10.265,60	47.800,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	27.144,94	19.866,47	18.044,77	12.862,17	22.659,66	22.834,46	17.414,01	24.476,25	22.051,37	10.625,92	41.938,29	22.752,88	200.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.093.697,30	1.014.372,99	1.102.068,55	1.394.802,14	1.218.109,21	1.263.910,54	1.010.980,22	1.145.079,51	1.216.687,55	1.018.182,15	992.354,80	1.077.122,95	13.547.368,91
Cota-Parte do FPM	352.678,29	352.683,71	490.575,88	505.993,66	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.146,10	573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.428,05	6.420.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	269.021,14	290.719,92	323.482,69	322.410,20	331.261,05	314.773,15	317.685,99	311.145,66	317.184,11	319.789,93	297.562,41	311.798,04	3.500.000,00
Cota-Parte do IPVA	40.495,95	39.266,99	21.080,27	9.835,85	21.146,63	24.089,09	28.900,90	35.622,15	41.502,94	41.018,77	53.293,89	46.251,85	400.000,00
Cota-Parte do ITR	562,16	1.831,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,34	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Outras Transferências Correntes	260.028,46	192.498,84	112.526,48	402.590,43	106.415,91	129.823,41	140.908,54	218.702,10	121.571,20	72.914,31	128.549,25	117.099,85	1.357.200,00
Transferências da LC 61/1989	4.194,35	4.483,79	4.975,70	5.315,81	5.207,81	4.499,07	4.308,24	4.882,80	5.104,19	4.861,49	4.994,25	5.147,97	45.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.321,43	1.321,43	1.321,43	1.321,43	1.376,18	1.376,18	0,00	1.376,18	1.376,18	1.376,18	1.376,18	1.376,18	17.000,00
Transferências do FUNDEB	135.395,52	131.566,67	148.099,10	147.334,76	157.870,27	154.246,74	142.392,86	143.459,18	156.859,63	148.441,48	137.452,19	147.032,01	1.500.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.512,56	-8.385,47	7.862,01	3.426,23	18.216,34	4.816,73	6.963,22	4.073,03	8.828,51	68.826,11	7.226,80	2.079,27	118.700,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>139.654,46</b>	<b>138.061,23</b>	<b>168.288,62</b>	<b>169.137,62</b>	<b>190.764,39</b>	<b>195.967,85</b>	<b>145.537,65</b>	<b>156.883,42</b>	<b>187.651,13</b>	<b>159.365,08</b>	<b>145.270,46</b>	<b>162.599,83</b>	<b>2.076.796,00</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	139.654,46	138.061,23	168.288,62	169.137,62	190.764,39	195.967,85	145.537,65	156.883,42	187.651,13	159.365,08	145.270,46	162.599,83	2.076.796,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>1.098.084,06</b>	<b>977.666,48</b>	<b>1.068.561,10</b>	<b>1.410.068,12</b>	<b>1.195.284,78</b>	<b>1.155.462,32</b>	<b>976.448,61</b>	<b>1.132.411,08</b>	<b>1.159.006,51</b>	<b>1.038.576,34</b>	<b>1.167.177,72</b>	<b>1.051.315,10</b>	<b>12.420.404,00</b>
FONTE:													
GUARUJÁ DO SUL													

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito MunicipalDEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 0281740-0

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
					Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre <th rowspan="2">Até o Bimestre/2014</th>	Até o Bimestre/2014	
					Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Continuação 3/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 04/09/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</b>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.082.475,95	2.031.816,11	1.749.902,16
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.166.455,69	2.112.381,26	1.833.351,67
Demais Haveres Financeiros	525,80	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	84.505,54	80.565,15	83.449,51
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.082.475,95	-2.031.816,11	-1.749.902,16
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.082.475,95</b>	<b>-2.031.816,11</b>	<b>-1.749.902,16</b>

<b>RESULTADO NOMINAL</b>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>281.913,95</b>	<b>-667.426,21</b>

<b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</b>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 04/09/2014

\_\_\_\_\_  
JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>12.387.604,00</b>	<b>2.198.440,89</b>	<b>8.807.533,38</b>	<b>7.474.850,94</b>
Receita Tributária	743.500,00	338.271,49	807.837,85	527.363,13
I.P.T.U.	241.500,00	156.582,57	161.434,28	138.184,28
I.S.S.	210.000,00	73.613,79	348.158,94	148.228,98
I.T.B.I.	120.000,00	26.135,98	125.878,24	88.826,78
I.R.R.F.	115.000,00	17.131,05	87.053,26	81.498,45
Outras Receitas Tributárias	57.000,00	64.808,10	85.313,13	70.624,64
Receita de Contribuição	145.000,00	24.564,70	98.225,56	92.430,37
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	145.000,00	24.564,70	98.225,56	92.430,37
Receita Patrimonial Líquida	15.000,00	0,00	0,00	1.315,00
Receita Patrimonial	47.800,00	20.051,93	68.149,08	36.752,32
(-) Aplicações Financeiras	32.800,00	20.051,93	68.149,08	35.437,32
Transferências Correntes	11.165.404,00	1.761.607,46	7.598.687,12	6.643.616,05
F.P.M.	5.136.000,00	654.042,19	3.085.828,70	2.858.311,64
I.C.M.S.	2.800.000,00	487.488,52	2.016.960,97	1.744.106,09
Convênios	96.000,00	8.449,28	41.395,06	56.138,94
Outras Transferências Correntes	3.133.404,00	611.627,47	2.454.502,39	1.985.059,38
Demais Receitas Correntes	318.700,00	73.997,24	302.782,85	210.126,39
Dívida Ativa	48.500,00	4.795,38	28.281,98	27.020,49
Diversas Receitas Correntes	270.200,00	69.201,86	274.500,87	183.105,90
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>100.000,00</b>	<b>350.623,75</b>	<b>1.208.386,79</b>	<b>471.337,99</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	137.210,48	137.210,48	208.369,14
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	100.000,00	57.920,00	267.450,00	17.118,85
Transferências de Capital	0,00	155.493,27	803.726,31	245.850,00
Convênios	0,00	155.493,27	646.726,36	245.850,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	156.999,95	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>155.493,27</b>	<b>803.726,31</b>	<b>245.850,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>12.387.604,00</b>	<b>2.353.934,16</b>	<b>9.611.259,69</b>	<b>7.720.700,94</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>12.495.482,63</b>	<b>2.049.562,60</b>	<b>7.695.510,77</b>	<b>6.821.151,73</b>
Pessoal e Encargos Sociais	5.941.244,82	975.730,55	3.988.850,49	3.745.392,48
Juros e Encargos da Dívida (IX)	65.000,00	8.984,71	49.124,88	65.561,32
Outras Despesas Correntes	6.489.237,81	1.064.847,34	3.657.535,40	3.010.197,93
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>12.430.482,63</b>	<b>2.040.577,89</b>	<b>7.646.385,89</b>	<b>6.755.590,41</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>4.907.005,80</b>	<b>463.854,36</b>	<b>698.623,24</b>	<b>582.971,58</b>
Investimentos	4.603.316,72	406.624,10	498.065,10	525.755,83
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	303.689,08	57.230,26	200.558,14	57.215,75
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>4.603.316,72</b>	<b>406.624,10</b>	<b>498.065,10</b>	<b>525.755,83</b>

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>10.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>17.043.799,35</b>	<b>2.447.201,99</b>	<b>8.144.450,99</b>	<b>7.281.346,24</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-4.656.195,35</b>	<b>-93.267,83</b>	<b>1.466.808,70</b>	<b>439.354,70</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	255.569,59	0,00
Superávit Financeiro	-	-	255.569,59	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 04/09/2014

\_\_\_\_\_  
JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS						
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	84.505,54	83.447,14	1.055,40	0,00	19.723,77	1.039.465,60	1.050.693,77	1.050.693,77	8.075,60	420,00
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	84.505,54	83.447,14	1.055,40	0,00	19.723,77	1.039.465,60	1.050.693,77	1.050.693,77	8.075,60	420,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- EMF	0,00	5.419,31	5.419,31	0,00	0,00	0,00	945,00	945,00	945,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S.	0,00	17.452,13	17.452,13	0,00	0,00	0,00	5.001,87	2.631,87	2.631,87	2.370,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	5.136,84	5.136,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO VICE PREFEITO	0,00	753,12	753,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	5.741,85	4.683,45	1.055,40	0,00	0,00	458.500,00	458.500,00	458.500,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMERCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	133.678,14	133.678,14	133.678,14	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	5.617,43	5.617,43	0,00	0,00	0,00	2.561,21	2.069,50	2.069,50	491,71	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTI	0,00	37.991,75	37.991,75	0,00	0,00	0,00	55.701,99	51.250,58	51.250,58	4.451,41	-0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	0,00	6.393,11	6.393,11	0,00	0,00	19.723,77	383.077,39	401.618,68	401.618,68	762,48	420,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	84.505,54	83.447,14	1.055,40	0,00	19.723,77	1.039.465,60	1.050.693,77	1.050.693,77	8.075,60	420,00

FONTE:

GUARUJÁ DO SUL - 04/09/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0



MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	756.700,00	756.700,00	277.388,71	746.188,25	98,61
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	304.500,00	304.500,00	160.235,65	183.638,77	60,31
1.1.1- IPTU	241.500,00	241.500,00	156.582,57	161.434,28	66,85
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.000,00	3.000,00	183,49	212,99	7,10
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	30.000,00	30.000,00	2.155,42	14.061,67	46,87
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	30.000,00	30.000,00	1.314,17	7.929,83	26,43
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	120.000,00	120.000,00	26.135,98	125.878,24	104,90
1.2.1- ITBI	120.000,00	120.000,00	26.135,98	125.878,24	104,90
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	217.200,00	217.200,00	73.886,03	349.617,98	160,97
1.3.1- ISS	210.000,00	210.000,00	73.613,79	348.158,94	165,79
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	200,00	200,00	17,12	89,81	44,91
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	3.500,00	3.500,00	37,76	510,33	14,58
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	3.500,00	3.500,00	217,36	858,90	24,54
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	115.000,00	115.000,00	17.131,05	87.053,26	75,70
1.4.1- IRRF	115.000,00	115.000,00	17.131,05	87.053,26	75,70
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	10.385.000,00	10.385.000,00	1.539.353,45	6.718.707,20	64,70
2.1- Cota-Parte FPM	6.420.000,00	6.420.000,00	817.552,68	3.857.285,62	60,08
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.420.000,00	6.420.000,00	817.552,68	3.857.285,62	60,08
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.500.000,00	3.500.000,00	609.360,45	2.521.200,34	72,03
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	17.000,00	17.000,00	2.752,36	9.633,26	56,67
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	45.000,00	45.000,00	10.142,22	38.725,82	86,06
2.5- Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	0,00	35,94	1,20
2.6- Cota-Parte IPVA	400.000,00	400.000,00	99.545,74	291.826,22	72,96
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>11.141.700,00</b>	<b>11.141.700,00</b>	<b>1.816.742,16</b>	<b>7.464.895,45</b>	<b>67,00</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	160.000,00	160.000,00	30.680,19	126.015,62	78,76
5.1- Transferências do Salário-Educação	160.000,00	160.000,00	28.893,61	123.153,82	76,97
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	1.786,58	2.861,80	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	122.000,00	122.000,00	12.250,06	324.101,42	265,66
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>282.000,00</b>	<b>282.000,00</b>	<b>42.930,25</b>	<b>450.117,04</b>	<b>159,62</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.076.796,00	2.076.796,00	307.870,29	1.343.739,81	64,70
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.284.000,00	1.284.000,00	163.510,49	771.456,92	60,08
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	700.000,00	700.000,00	121.871,93	504.239,37	72,03
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.196,00	3.196,00	550,46	1.926,61	60,28
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	9.000,00	9.000,00	2.028,43	7.745,13	86,06
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	600,00	600,00	0,00	7,18	1,20
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	80.000,00	80.000,00	19.908,98	58.364,60	72,96
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	1.504.000,00	1.504.000,00	286.441,47	1.195.062,37	79,46
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.500.000,00	1.500.000,00	284.484,20	1.187.744,16	79,18
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	4.000,00	4.000,00	1.957,27	7.318,21	182,96
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>-576.796,00</b>	<b>-576.796,00</b>	<b>-23.386,09</b>	<b>-155.995,65</b>	<b>27,05</b>
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	901.500,00	1.128.446,32	268.169,95	1.037.002,21	91,90
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	901.500,00	1.128.446,32	268.169,95	1.037.002,21	91,90
14- OUTRAS DESPESAS	602.500,00	402.500,00	18.901,04	80.070,72	19,89
14.1- Com Educação Infantil	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	582.500,00	382.500,00	18.901,04	80.070,72	20,93
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.504.000,00	1.530.946,32	287.070,99	1.117.072,93	72,97
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					26.946,32
17.1 - FUNDEB 60%					26.946,32
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					26.946,32
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.090.126,61
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					84,52
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					6,70
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					8,78
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					26.946,32
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					26.946,32
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	2.785.425,00	2.785.425,00	454.185,54	1.866.223,86	67,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	639.550,00	293.050,00	22.675,23	101.739,06	34,72
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.107.500,00	2.939.446,32	465.934,11	1.855.303,63	63,12
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.484.000,00	1.510.946,32	287.070,99	1.117.072,93	73,93
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.623.500,00	1.428.500,00	178.863,12	738.230,70	51,68
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.747.050,00	3.232.496,32	488.609,34	1.957.042,69	60,54
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-155.995,65
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					7.318,21
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					26.946,32
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-121.731,12
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.078.773,81
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					27,85

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	161.200,00	161.200,00	51.173,50	88.730,52	55,04
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	111.000,00	920.499,73	17.885,20	42.182,33	4,58
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	272.200,00	1.081.699,73	69.058,70	130.912,85	12,10
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.019.250,00	4.314.196,05	557.668,04	2.087.955,54	48,40

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		55.604,76	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.187.744,16	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.103.923,31	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.087.740,51	0,00
49.2 Restos a Pagar		16.182,80	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		7.318,21	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		146.743,82	0,00

GUARUJA DO SUL, 04/09/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO	DEISI CEMIN FRANCO
Prefeito Municipal	Contador CRC 028174/O-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 26.946,32, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	0,00	137.210,48		-137.210,48
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	4.907.005,80	698.623,24	0,00	4.208.382,56
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.907.005,80	698.623,24	0,00	4.208.382,56
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.907.005,80	-561.412,76		-4.345.593,04

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 04/09/2014

\_\_\_\_\_  
JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### Errata

#### ERRATA

No Artigo 2º do Decreto nº 3.335/2014 de 02/09/2014, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, na Edição nº 1.563 de 03/09/2014, onde se lê:

Art. 2º. A outorga onerosa do direito de construir é a permissão onerosa concedida pelo Poder Público ao empreendedor, para fins de edificação em áreas de urbanização prioritária (ZR3, ZR4, ZIR E ZEU) utilizando-se de estoques construtivos públicos.

Leia-se:

Art. 2º. A outorga onerosa do direito de construir é a permissão onerosa concedida pelo Poder Público ao empreendedor, para fins de edificação em áreas de urbanização prioritária (ZC, ZD, ZR1 E ZR2) utilizando-se de estoques construtivos públicos.

Herval d'Oeste (SC), 03 de setembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito

### DECRETO Nº 3.335/2014.

DECRETO Nº 3.335/2014.

DISPÕE SOBRE A OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido na forma desta Lei, o mecanismo de cálculo da aquisição de potencial construtivo, de acordo com os artigos 119 e seguintes da Lei Complementar nº 219/2006.

Art. 2º. A outorga onerosa do direito de construir é a permissão onerosa concedida pelo Poder Público ao empreendedor, para fins de edificação em áreas de urbanização prioritária (ZC, ZD, ZR1 E ZR2) utilizando-se de estoques construtivos públicos.

Art. 3º. A concessão de um aumento no potencial construtivo é entendida como o aumento do coeficiente de aproveitamento máximo e ou altura.

Art. 4º. O imóvel que vier a receber o incentivo da Outorga Onerosa, previsto na Lei Complementar nº 219/2006 e suas alterações, será obrigado a repassar ao Município de Herval d'Oeste um percentual sobre o valor do CUB Médio Vigente (Custo Unitário Básico Médio - SINDUSCON/SC) por metro quadrado adicionado, na forma que segue:

I - ZC (Zona Central) 10% (Dez por cento) sobre o valor do CUB Médio Vigente (Custo Unitário Básico Médio - SINDUSCON/SC) por metro quadrado adicionado;

II - ZD (Zona de Desenvolvimento) 8% (Oito por cento) sobre o valor do CUB Médio Vigente (Custo Unitário Básico Médio - SINDUSCON/SC) por metro quadrado adicionado;

III - ZR1 (Zona Residencial 1) 6% (Seis por cento) sobre o valor do CUB Médio Vigente (Custo Unitário Básico Médio - SINDUSCON/SC) por metro quadrado adicionado;

IV - ZR2 (Zona Residencial 2) 4% (Quatro por cento) sobre o valor do CUB Médio Vigente (Custo Unitário Básico Médio - SINDUSCON/SC) por metro quadrado adicionado;

V - Às demais Zonas estabelecidas pela Lei Complementar nº 219/2006 e suas alterações, repassarão ao Município o percentual de 4% (Quatro por cento) sobre o valor do CUB Médio Vigente (Custo Unitário Básico Médio - SINDUSCON/SC) por metro quadrado adicionado.

§ 1º A soma dos valores previstos no "caput" deste artigo deverá ser adimplido pelo beneficiado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da liberação do Alvará de Construção.

§ 2º Os valores previstos no "caput" deste artigo, deverão ser pagos em parcela única, não sendo permitido seu parcelamento.

§ 3º Não haverá isenção da cobrança dos valores a que se reporta o "caput" deste artigo.

§ 4º No caso do requerente não usufruir do potencial construtivo concedido não haverá devolução da importância paga.

§ 5º Em caso do não pagamento o débito será incluído automaticamente em dívida ativa.

§ 6º O prazo para utilização do potencial construtivo concedido será de 05 (cinco) anos contados a partir da emissão de certidão - art. 14 da Lei Complementar nº 221/2006.

§ 7º O Certificado de Vistoria e Conclusão de Obras (CVCO) somente será expedido após a liberação do Habite-se que ficará vinculado ao pagamento do valor calculado como Outorga Onerosa.

Art. 5º. A Forma do cálculo para a cobrança deverá seguir a seguinte fórmula:

$AAC \times 10\% \text{ do valor do CUB} = VOO$

Onde:

AAC = Área adicional computada

CUB = Custo Unitário Básico Médio - SINDUSCON/SC

VOO = Valor da outorga onerosa a ser paga

Art. 6º. Não serão concedidos descontos nem isenção das taxas de serviços administrativos como taxa de expediente e Alvará, o que deverá ser praticado no momento do oportuno.

Art. 7º. Os recursos provenientes da outorga onerosa deverão respeitar a destinação prevista na Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto das Cidades), qual seja:

§ 1º O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:

I - regularização fundiária;

II - execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

III - constituição de reserva fundiária;

IV - ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

V - implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

VI - criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

VII - criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

VIII - proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

§ 2º O Município deverá enquadrar cada área em que incidirá o



direito de preempção em uma ou mais das finalidades enumeradas por este artigo.

Art. 8º. Os casos omissos serão analisados pelo CDM - Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e em especial o Decreto nº 3.215/2013.

Herval d'Oeste (SC), 02 de setembro de 2014.  
NELSON GUINDANI  
PREFEITO

**REPUBLICA CONVOCAÇÃO NR. 06 AMANDA LUIZA FERRANDIN**  
CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora AMANDA LUIZA FERRANDIN, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 064.741.129-64 aprovada em 71º. Lugar no Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE, homologado pelo Decreto Municipal nº 3248/2014, para o Cargo de Professor Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Habilitado, para assumir 20hs no período vespertino na EBM Cruz e Sousa, em substituição o Professor Vilmar Varela de Oliveira, até o término do ano letivo . 2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste para manifestar-se sobre a vaga.

Art. 3º A posse do aprovado, ora convocado, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC) em 03 de setembro de 2014.

Lourdes Ferreira Brandão  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

AMANDA LUZIA FERRANDIN

**Portaria Nº 993/2014**  
PORTARIA Nº 993/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, à Servidora CLAUDIA ANDREA DAHMER ROSSI (Matr. 1085), nascida aos 03/08/1973, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 7/D, anexo XI, a partir de 04 de agosto de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2014.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 994/2014**  
PORTARIA Nº 994/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, à Servidora DAIZE TEREZINHA BORSOI (Matr. 40), nascida aos 04/08/1969, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Orientador Educacional, Nível/Referência - 9/B, anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 9/C, anexo XI, a partir de 04 de agosto de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2014.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 995/2014**  
PORTARIA Nº 995/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, à Servidora ODETE ELISA PERUZZO (Matr. 1570), nascida aos 06/08/1970, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 2/E, anexo XI, com regime de trabalho de 20(vinte) horas semanais, para o Nível/Referência - 3/A, anexo XI, a partir de 06 de agosto de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2014.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 996/2014**

PORTARIA Nº 996/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, à Servidora ROSI MARIA HILLA (Matr. 603), nascida aos 09/08/1965, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 7/D, anexo XI, a partir de 11 de agosto de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2014.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 997/2014**

PORTARIA Nº 997/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, à Servidora MARLENE MARIA DE OLIVEIRA (Matr. 490), nascida aos 13/08/1953, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/E, anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 8/A, anexo XI, a partir de 13 de agosto de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2014.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 998/2014**

PORTARIA Nº 998/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, à Servidora CLARA MARIA SOBOTKA TIEPO (Matr. 62), nascida aos 18/08/1960, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 5/C,

anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 5/D, anexo XI, a partir de 18 de agosto de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2014.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 999/2014**

PORTARIA Nº 999/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, à Servidora ROZEMARI APARECIDA DANIELI HACK (Matr. 590), nascida aos 22/08/1969, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 4/B, anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 4/C, anexo XI, a partir de 22 de agosto de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2014.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1000/2014**

PORTARIA Nº 1000/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, à Servidora MARIZETE ANDOLPHACTO (Matr. 23), nascida aos 30/08/1964, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 8/D, anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 8/E, anexo XI, a partir de 01 de setembro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de setembro de 2014.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1001/2014**

PORTARIA Nº 1001/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

ALTERAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 279/2014, do Servidor LEONARDO MASCARELLO (Matr. 3814), o qual exerce a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Disciplina de Educação Física, o qual passará a exercer suas atividades junto ao Departamento de Esportes, a contar de 02 de setembro de 2014 até o término do ano letivo de 2014, conforme CI Nº 081/2014/SMECE e, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Setembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1002/2014**

PORTARIA Nº 1002/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO à Servidora SUSANA RODRIGUES BARBOSA (Matr. 3058), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível - 6/2, Referência "A", a contar de 14 de agosto de 2014, conforme o disposto no artigo 92, § 3º, inciso III, "a", da Lei Complementar Nº 281/2011 de 19 de Agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Setembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1003/2014**

PORTARIA Nº 1003/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora MARCIA DOS SANTOS (Matr. 3559), ocupante do Cargo em Provisão Eletivo de Conselheiro Tutelar, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 27 de abril de 2013 e 26 de abril de 2014, para serem gozadas a partir de 03 de setembro de 2014

a 02 de outubro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Setembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1004/2014**

PORTARIA Nº 1004/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, a Servidora MARCIA GONÇALVES (Matr. 34), nascida aos 01/09/1971, ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/E, anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 8/A, anexo XI, a partir de 01 de setembro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Setembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1005/2014**

PORTARIA Nº 1005/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, a Servidora LEILA CEZAR (Matr. 2578), nascida aos 01/09/1974, ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/C, anexo XI, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência - 6/D, anexo XI, a partir de 01 de setembro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Setembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito

**PORTARIA Nº 1006/2014**

PORTARIA Nº 1006/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

INCORPORAR o Adicional por Tempo de Serviço, à servidora RENI CAMARA (Matr. 82), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 8, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, nos termos do artigo 90, seus parágrafos e conforme o previsto no Anexo II da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre Agosto de 2011 e Agosto de 2014, num percentual acumulado de 15% (quinze por cento) sobre o Salário Base.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Setembro de 2014.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1007/2014**

PORTARIA Nº 1007/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Designar a Comissão Especial para acompanhar a realização das provas do Processo Seletivo que trata o Edital nº. 002/2014/SMS/HO de 02 de Setembro de 2014, que será composta pelos servidores abaixo relacionados, para que, sob a presidência do primeiro, exerçam as atribuições necessárias à realização do referido Processo Seletivo, mormente àquelas necessárias ao cumprimento do respectivo Edital.

- Eugênia Bucco (Matr. 1358) - Presidente
- Leni Aparecida Zampieri (Matr. 2700) - Membro
- Marisa Langer (Matr. 3855) - Membro
- Sadir Rovêa (Matr. 1573) - Membro
- Vanessa Aparecida Gazzola (Matr. 3900) - Membro.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Setembro de 2014.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1008/2014**

PORTARIA Nº 1008/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 01 de setembro de 2014, do servidor PLINIO ROBERTO CORDAZZO (Matr. 3611), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Administrador, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Setembro de 2014.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2014**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2014

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO: Menor preço por item

**OBJETO**

Contratação de empresa para o fornecimento de refeições para usuários e funcionários da Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES**

Até às 14h00min horas do dia 17/09/2014

**LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:**

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

**EDITAL NA ÍNTEGRA**

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 15,80 (quinze reais e oitenta centavos), ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 5º de setembro de 2014.

NELSON GUINDANI  
PREFEITO MUNICIPAL



# Ibiam

## PREFEITURA

### Decreto Nº 2670/2014

DECRETO Nº 2670, DE 30 DE JULHO DE 2014.

“APROVA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições contidas no Artigo 88, Incisos VII - XIII da Lei Orgânica;

Considerando os termos da Resolução 011/CMAS/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social.

DECRETA:

Art. 1.º Fica aprovada a Resolução Nº 011/CMAS/2014 do Conselho Municipal dos da Assistência Social.

Art. 2.º Integram este Decreto, independente de transcrição, a Minuta da Resolução mencionada no Artigo 1º, cópia da Ata nº 97, de 30/07/2014.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 30 DE JULHO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Administração e da Fazenda

### Edital Processo Seletivo Nº007/2014

EDITAL Nº 007, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA ADMISSÃO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - NO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (PACS) NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIAM, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 015, de 26 de Março de 2008, resolve baixar normas para a realização do processo seletivo para admissão de Agentes Comunitários de Saúde, no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde, para a execução do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS.

#### 1. DAS INSCRIÇÕES:

1.1. Ficam abertas as inscrições para a admissão de Agentes Comunitários de Saúde no Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS :

Cargo/Função	Vagas	Escolaridade	Vencimentos	Carga Horária Semanal
Agente Comunitário de Saúde - Micro Área 3: da Rua Senador Wilson Kleinubing até a Linha Gheno	01	Ensino Fundamental Completo	R\$ 830,00	40 horas

#### Observação:

1. (a Área 3 inicia na Avenida 20 de Julho, a partir da entrada para a Rua Senador Wilson Kleinubing, Rua Severino Gonzatto, Rua Orestes Filippi, Rua 10 de Maio, Rua Padre Joaquim Wlezik, Rua Frei Silvério, Loteamento Maria Rita, SC 135 e Linha Gheno);  
2. Ensino Fundamental Completo de 08 anos (da 1ª série a 8ª série).

1.2. As inscrições serão realizadas no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibiam, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20.

1.2.1. A inscrição poderá ser efetuada através de procuração com firma reconhecida.

1.2.2. As inscrições serão gratuitas.

1.3. O período de inscrição será de 08 de setembro a 07 de outubro de 2014, no horário compreendido das 08h00min as 11h00min e das 13h30min as 16h30min.

1.4. A relação dos inscritos considerados aptos a prestarem prova escrita será tornado público dia 08 de outubro de 2014, no site: <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

1.5. Em razão de haver apenas 1 (uma) vaga por cargo, não haverá a reserva de vagas à portadores de necessidades especiais, razão pela qual participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

#### 2. DA DOCUMENTAÇÃO PARA INSCRIÇÃO:

2.1. A inscrição far-se-á mediante:

I. cópia da carteira de identidade;

II. cópia do CPF;

III. cópia da carteira de reservista ou certificado de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;

IV. cópia do comprovante de escolaridade para o cargo pretendido;

V. Comprovante de residência, através de cópia de Carnê de IPTU, INCRA, fatura de energia elétrica, telefônica, água ou ainda outro documento comprobatório, sujeito à análise no momento da inscrição (residir na Micro Área 3).

2.2. A cópia dos documentos relacionados no item 2.1, deverá ser acompanhada de seus respectivos documentos originais, que após conferência serão devolvidos de imediato.

#### 3. DAS PROVAS:

3.1. Todos os candidatos inscritos no presente processo seletivo farão prova escrita (tipo múltipla escolha) com 25 questões, de acordo com os conteúdos constantes no anexo I do presente Edital.

I. As provas do Processo Seletivo terão 25 (vinte e cinco) questões e serão na modalidade de escrita/objetiva.

II. A prova escrita/objetiva será aplicada a todos os candidatos e contarão com questões de Português, Matemática, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos.

III. A prova escrita/objetiva para os cargos, e de acordo com o programa constante deste Edital, terá a duração de 03 (três) horas e será composta de 25 (vinte e cinco) questões objetivas de múltipla escolha, subdividida em 4 (quatro) alternativas: A), B), C), D); dessas alternativas, somente UMA deverá ser assinalada.



IV. À prova escrita/objetiva será atribuída pontuação de 0 (zero) a 10 (dez), sendo que cada questão correta corresponderá a 0,40 (zero vírgula quarenta) pontos.

V. As questões da prova escrita/objetiva serão anotadas em cartão específico para respostas, fornecido para o candidato quando da realização da referida prova. Os candidatos deverão utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

VI. O candidato deverá apor no CARTÃO-RESPOSTA as suas respostas por questão, marcando a alternativa correta com um "X".

VII. Será atribuída pontuação 0 (zero) à questão da prova escrita/objetiva:

a) cuja(s) resposta(s) no cartão-resposta não corresponda(m) ao Gabarito Oficial do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Ibiã (SC);

b) quando a(s) resposta(s) no cartão-resposta contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

c) que contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada ao cartão-resposta;

d) que não estiver(em) assinalada(s) no cartão-resposta;

e) cuja(s) resposta(s) for(em) preenchida(s) fora das especificações do cartão-resposta, ou seja, preenchida(s) com caneta não esferográfica ou com caneta esferográfica de cor diferente de azul ou preta, ou ainda, com marcação diferente da indicada;

f) o candidato deverá colocar seu nome no cartão-resposta.

3.2. As provas escritas serão realizadas no seguinte local e horário:

I - data: 10 de outubro de 2014.

II - local: Centro Educacional Municipal - Eliziane Titon.

III - Horário: início 08h30min e término 11h30min.

3.3. O candidato deverá apresentar-se no local da prova, portando original de sua cédula oficial de identidade e comprovante de inscrição.

3.4. Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com a antecedência mínima de 15 (quinze) minutos, relativamente ao horário fixado para o início de sua realização.

3.5. Não será admitido, em local de realização da prova, o candidato que se apresentar após o horário fixado para o seu início.

3.6. Na realização da prova, local e transcurso desta, não será permitida a comunicação entre candidatos, nem estas a pessoas estranhas ao certame.

3.7. Não será admitida consulta qualquer, nem a utilização de qualquer meio, máquina ou aparelho, que sirva de armazenamento de dados, à gravação, à recepção ou à transmissão de mensagens, como os telefones celulares, as agendas eletrônicas, máquinas calculadoras e similares.

3.8. A Comissão de Seleção, sob as penas da lei, zelará pelo sigilo e pela inviolabilidade desta.

#### 4. DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

4.1. Serão considerados aprovados e classificados, pela ordem decrescente, os candidatos que obtiverem a maior pontuação.

4.2. Em caso de empate entre os candidatos deverão ser aplicados os seguintes critérios:

I - Formação educacional, dando-se preferência àquele que possuir grau de instrução mais elevada;

II - Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos.

III - Maior idade.

4.3. Apresentada à lista dos aprovados, o Chefe do Poder Executivo homologará o resultado que será divulgado e publicado no site <http://www.ibiam.sc.gov.br>, no dia 1 de outubro de 2014.

4.4. A ausência do candidato à hora designada para prova, ou a infringência às exigências constantes deste Edital para participação das provas, importará a sua eliminação na seleção.

4.5. Todos os papéis referentes à prova, bem como os documentos dos candidatos classificados e aprovados, e as avaliações, ficarão arquivados na sede administrativa do Município de Ibiã - SC, à guarda do Departamento de Pessoal.

4.7. A prova terá caráter eliminatório.

4.8. A pontuação mínima para o candidato ser aprovado deve ser superior a 0 (zero).

#### 5. DOS RECURSOS E REQUERIMENTOS

5.1. Cabe recurso para as seguintes fases do certame:

a) da homologação das inscrições: o candidato poderá apresentar recurso no prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação da homologação das inscrições na internet, através do site <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

b) das questões da prova objetiva: no dia da realização da prova e/ou no prazo de 1 (um) dia útil, contado do 1º dia útil após a prova, utilizando um formulário para cada questão.

c) do gabarito: prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação do documento na internet, através do site <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

d) do resultado (nota) da prova objetiva: prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação do documento na internet, através do site <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

e) do resultado final e classificação: prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação do documento na internet, através do site <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

5.2. Para interposição de recursos o candidato deverá utilizar o modelo constante no Anexo II deste Edital e deverá protocolá-lo junto a Prefeitura Municipal de Ibiã, situada na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20.

5.2.1. O(s) recurso(s) será (ão) endereçado(s) à Comissão do Processo Seletivo.

5.3. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito no edital.

5.4. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes, que apontarem as circunstâncias e as razões que os justifiquem e interpostos dentro do prazo estabelecido conforme item 10, deste edital.

5.5. Se houver alteração do gabarito, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, o gabarito do referido cargo será corrigido de acordo com as alterações efetuadas e publicado novamente.

5.6. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

5.7. Se do julgamento dos recursos resultar em alteração do resultado final e respectiva classificação, será publicado novo documento de resultado final.

#### 6. DAS VAGAS:

6.1. As vagas serão preenchidas conforme a necessidade da Administração Municipal

6.2. O preenchimento das vagas obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

6.3. Para a admissão, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Encontrar-se em pleno exercício dos direitos políticos (certidão de quitação eleitoral ([www.tre-sc.gov.br](http://www.tre-sc.gov.br)));
- b) Comprovante que votou na última eleição (certidão crimes eleitorais ([www.tre-sc.gov.br](http://www.tre-sc.gov.br)));
- c) Ter idade mínima de dezoito anos;
- d) Carteira de identidade;
- e) CPF;
- f) Título de Eleitor;
- g) Carteira de reserva ou certificado de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;
- h) Carteira de trabalho;
- i) Nº PIS/PASEP;
- j) Certidão de casamento ou nascimento;
- k) Certidão de nascimento dos filhos;
- l) Comprovante de escolaridade;
- m) Uma foto 3x4;
- n) Comprovante de residência;
- o) Declaração de bens
- q) Declaração de não acumulação de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;
- r) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- s) Declaração de compatibilidade de horário quando servidor se outro órgão ou estabelecimento (Declaração fornecida pelo órgão ou estabelecimento onde trabalha);
- t) Apresentar atestado de boa saúde física e mental, cujos exames serão requeridos antes da admissão.
- u) Carteira de Vacinação ou Cartão da Criança (para crianças de 1 a 5 anos de idade) - apresentação anual;
- v) Comprovante de frequência escolar para as crianças de 6 a 14 anos de idade.

#### 7. DA REMUNERAÇÃO E DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO

7.1. A remuneração mensal para os cargos está definida no quadro de vagas, constante no item 1.1 deste edital.

7.2. A Convocação para preenchimento das vagas que surgirem no período de vigência deste Edital ocorrerá mediante Termo de Convocação.

7.2.1. O candidato será convocado através de e-mail ou pessoalmente.

7.2.2. Ao receber a convocação, o candidato terá 10 (dez) dias para comparecer, no horário de expediente do Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibiam, munido com os documentos relacionados no item 6.3, deste Edital.

7.2.3. A não manifestação no prazo estipulado no item anterior implicará na eliminação do candidato do processo seletivo

7.3. A admissão, objeto deste edital, passa a ter início no ato da

assinatura da carteira de trabalho.

7.4. Os empregos públicos serão regidos pelo Decreto-Lei nº 5.452/43 - Consolidação das Leis do trabalho, com vinculação ao Regime Geral de Previdência Social e serão incluídos no regime do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

7.5. Os empregados públicos não adquirirão estabilidade no serviço público e poderão ser demitidos a qualquer tempo, em especial:

I - quando da prática de falta grave, conforme previsto no art. 482, da Consolidação das Leis do Trabalho;

II - em virtude de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III - por necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesas, conforme a Lei Federal n. 9.801, de 1999;

IV - por insuficiência de desempenho, apurada de acordo com as disposições do inciso IV, do art. 10, da Lei Federal n. 11.350, de 2006;

V - motivadamente, em face da:

a) extinção dos programas federais;

b) desativação/redução de equipe(s);

c) renúncia ou cancelamento do convênio de adesão assinado por iniciativa do Município ou da União;

d) cessação do repasse de recursos financeiros da União para o Município.

7.6. O contrato também poderá ser rescindido unilateralmente na hipótese de o empregado não residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do respectivo processo seletivo público, ou deixar de residir na mesma, bem assim em função de apresentação de declaração falsa de residência.

7.5. Em caso de alteração de endereço residencial, endereço eletrônico ou telefone do candidato, é obrigatória sua atualização junto ao Departamento de Setor de Pessoal, sob pena de, uma vez não localizado no momento da convocação, ser considerado desistente da vaga.

#### 8. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

8.1. A Comissão de Seleção será formada por 03 (três) servidores do quadro de pessoal, nomeada pelo Chefe do Executivo Municipal, a qual incumbe à organização e aplicação da prova e emitir julgamento mediante atribuições de notas, conforme item 4 e 5 deste Edital.

8.2. A Comissão poderá contar com a colaboração de bancas suplementares.

8.3. O Chefe do Executivo nomeará o Presidente e o Secretário da Comissão.

#### 9. DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO SERVIDOR

9.1. Os serviços serão prestados de 2ªs às 6ªs feiras, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou de conformidade com o horário estabelecido pelo Chefe do Poder executivo, ou conforme a necessidade da Secretaria Municipal da Saúde.

9.2. O trabalho será desenvolvido na Sede do Município no Posto de Saúde e no Interior, competindo-lhe, dentre outras funções inerentes ao programa:

a) Visitas às famílias para levantamento de dados e cadastramento;

b) Trabalho de orientação técnica no âmbito de saúde geral às famílias atendidas;

- c) Orientação de saneamento e esgoto;
- d) Prestação de primeiros socorros e orientação quando forem chamadas pelas famílias assistidas;
- e) Acompanhar a gravidez e os nascimentos, com controle de peso e crescimento, etc.;
- f) Orientar eventuais emergências na parte da noite;
- g) Orientar no sentido da procura de médico;
- h) Apresentar relatórios mensais ou semanais das atividades;
- i) Desenvolver as atividades de acordo com os princípios do SUS e, acima de tudo, voltado à permanente defesa da vida e da saúde do cidadão;
- j) Preencher relatórios;
- k) Participar de reuniões e treinamentos;
- l) Traçar perfil epidemiológico das famílias e pessoas;
- m) Efetuar treinamento dos agentes e às famílias atendidas;
- n) Participar de reuniões que for convocado;
- o) Auxiliar no trabalho do médico do programa;
- p) Acompanhar e orientar os agentes de saúde;
- q) Agendar consultas médicas e domiciliares, no Posto de saúde;
- r) Acompanhamento nas residências das pessoas atendidas;
- s) Agendar procedimentos clínicos em geral que se fizerem necessários às pessoas atendidas pelo programa.

#### 10. DO CRONOGRAMA

CROMOGRAMA	DATA
Publicação do Edital	08.09.2014
Recebimento das inscrições	08.09.2014 a 07.10.2014
Resultado da homologação das inscrições	08.10.2014
Prazo recursos da homologação das inscrições	08.10.2014
Divulgação do resultado dos recursos da homologação das inscrições	09.10.2014
Prova Objetiva	10.10.2014
Prazo de recursos das questões da prova objetiva	13.10.2014
Divulgação do gabarito	10.10.2014
Prazo de recursos do gabarito	13.10.2014
Divulgação do resultado (nota) da prova objetiva	14.10.2014
Prazo de recurso das notas da prova objetiva	15.10.2014
Divulgação do resultado final e classificação	17.10.2014

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

11.1. O candidato, se aposentado em outro cargo ou emprego público, deverá, antes de tomar posse, renunciar aos respectivos proventos, respeitada as hipóteses do inciso XVI, do art. 37 da Constituição Federal, mais o § 6º, do artigo 40.

11.2. Eventuais candidatos em licenças médicas, concedidas pelo INSS, pelo princípio de que se encontram impossibilitados de trabalhar, na vigência da referida licença, ficam impossibilitados de tomar posse.

11.3. O candidato que apresentar declaração ou documentos falsos terá sua inscrição cancelada e anulada todos os atos dela decorrentes, bem como estará sujeito à responsabilização.

11.4. Valerá a inscrição para todo e qualquer efeito como forma expressa de aceitação, por parte do candidato, de todas as normas constantes deste edital.

11.4. A chamada dos candidatos aprovados será feita, obedecida a ordem de classificação, mediante a necessidade da secretaria, quando da existência de vaga a ser preenchida para o cargo pretendido.

11.5. Para inscrever-se, o candidato terá ficha (modelo próprio), preenchida no local da inscrição.

11.6. Preenchida a ficha, o candidato deverá revisá-la, ficando após a assinatura inteiramente responsável pelas informações nela contidas, recebendo nesta oportunidade protocolo, o qual deverá ser apresentado por ocasião da realização das provas.

11.7. A execução do contrato de trabalho será de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 015, de 26 de março de 2008.

11.8. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão de Processo seletivo, em conjunto com o Departamento de Pessoal.

Ibiam, SC, 02 de setembro de 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

ERICA THOMÉ LAIDNES  
Secretária Municipal da Saúde

MELZI CAVAZZOLA  
Procurador Geral do Município

#### ANEXO I CONTEÚDO DAS PROVAS PARA FUNÇÃO: AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE

Português	Interpretação de texto. Divisão silábica. Emprego de letras. Acentuação gráfica. Classificação das palavras. Nova Ortografia
05 questões	
Matemática	Regra de Três, Operações fundamentais de matemática de nível fundamental.
05 questões	
Conhecimentos Gerais	- Conhecimentos gerais do Município conforme guia da FECAM e Portal do Município de Ibiam.
05 questões	
Conhecimentos Específicos	Constituição Federal artigos 196 a 200 e Artigo 77 dos Atos das Disposições Transitórias. Programas de Saúde Federal. Complemento de Programas pelo Estado. Siglas dos Programas de Saúde. Os 5 blocos da Saúde de repasse de recursos do Governo Federal.
10 questões	

#### ANEXO II FORMULÁRIO PARA INTERPOR RECURSO

Para  
COMISSÃO PROCESSO SELETIVO

Eu \_\_\_\_\_  
RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_  
, inscrito (a) no Processo Seletivo do Município de Ibiam (SC),  
Edital nº 007/2014, inscrição nº \_\_\_\_\_ para o  
cargo de \_\_\_\_\_ venho requerer  
\_\_\_\_\_, pelos motivos abaixo: \_\_\_\_\_

Ibiam (SC) \_\_\_\_\_

Assinatura Candidato (a)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM/SC  
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA

FICHA DE INSCRIÇÃO - Edital nº 007/2014

Protocolo: Nº da inscrição: \_\_\_\_\_

( ) Agente Comunitário de Saúde - Área 3

## Identificação:

Nome do candidato(a); \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Local de nascimento: \_\_\_\_\_

UF: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_

Nº de dependentes: \_\_\_\_\_

Nº RG: \_\_\_\_\_ C.P.F: \_\_\_\_\_

## Endereço:

Rua/Av: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

Telefones para contatos: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

## Formação:

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Confirmo que as informações são verdadeiras e em anexo segue cópia de:

( ) cópia da carteira de identidade

( ) cópia do CPF

( ) cópia do título de eleitor

( ) cópia carteira de reservista

( ) cópia do comprovante de residência

( ) cópia do comprovante de escolaridade

( ) outros documentos: \_\_\_\_\_

Ibiam, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do Candidato

## Imarui

## PREFEITURA

## Extrato de Contrato 01-12/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

O Município de Imaruí tona público os seguintes procedimentos:  
Publicação de Extrato de Contrato

Contrato N. 001/2013. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: AB - Consultoria e Assessoria Educacional Ltda - Me. Objeto: consultoria e assessoria educacional, pedagógica e administrativa. Crédito Orçamentário: Proj./Ativ.: 2.018 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.000.000000 - Rubrica 78. Valor Total do contrato: R\$ 7.975,00. Fundamento Legal: inciso II, art 24, Lei 8.666/93. Vigência: 31/12/2013. Assinatura: 03/01/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sra. Elsa Maria da Costa Bremm.

Contrato N. 002/2013. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Betha Sistemas Ltda. Objeto: Locação de sistema de informática em caráter emergencial. Crédito Orçamentário: Proj./Ativ.: 2.008 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.000.000000 - Rubrica 32. Valor Total do contrato: R\$ 30.375,24. Fundamento Legal: inciso IV, art 24, Lei 8.666/93. Vigência: 180 dias a partir da assinatura. Assinatura: 03/01/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sr. Ernesto Muniz de Souza Júnior.

Contrato N. 003/2013. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: FEMA - Fernandes Meio Ambiente Ltda Me. Objeto: Prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares. Crédito Orçamentário: Proj./Ativ.: 2.028 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.00 - Rubrica 325. Valor Total do contrato: R\$ 174.000,00. Fundamento Legal: inciso IV, art 24, Lei 8.666/93. Vigência: 180 dias a partir da assinatura. Assinatura: 15/01/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sr. Vanderlei da Rosa.

Contrato N. 004/2013. Contratante: Município de Imaruí - Sec. de Adm. e Finanças. Contratada: Auto Posto de Combustível Celso & Alcy. Objeto: Fornecimento de combustível. Crédito Orçamentário: Proj./Ativ.: 2.008 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.00 - Rubrica 28. Valor Total do contrato: R\$ 9.170,00. Pregão Presencial Nº 001/2013. Lei 8.666/93 e Lei 10.50/02. Vigência: 31/12/2013. Assinatura: 18/01/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sra. Marcia Rocha de Medeiros Silveira.

Contrato N. 005/2013. Contratante: Município de Imaruí - Sec. de Ed. Cult. Desp. e Juventude. Contratada: Auto Posto de Combustível Celso & Alcy. Objeto: Fornecimento de combustível. Crédito Orçamentário: Proj./Ativ.: 2.018 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.00 - Rubrica 75; Proj./Ativ.: 2.022 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.00 - Rubrica 128. Valor Total do contrato: R\$ 96.400,00. Pregão Presencial Nº 001/2013. Lei 8.666/93 e Lei 10.50/02. Vigência: 31/12/2013. Assinatura: 18/01/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sra. Marcia Rocha de Medeiros Silveira.

Contrato N. 006/2013. Contratante: Município de Imaruí - Conselho Tutelar. Contratada: Auto Posto de Combustível Celso & Alcy. Objeto: Fornecimento de combustível. Crédito Orçamentário: Proj./Ativ.: 2.046 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.00 - Rubrica 351. Valor Total do contrato: R\$ 5.725,00. Pregão Presencial Nº 001/2013. Lei 8.666/93 e Lei 10.50/02. Vigência: 31/12/2013. Assinatura: 18/01/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sra. Marcia Rocha de Medeiros Silveira.

Contrato N. 007/2013. Contratante: Município de Imaruí - Gabinete do Prefeito. Contratada: Auto Posto de Combustível Celso & Alcy. Objeto: Fornecimento de combustível. Crédito Orçamentário:



Proj./Ativ.: 2.002 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00 - Rubrica 5. Valor Total do contrato: R\$ 11.450,00. Pregão Presencial Nº 001/2013. Lei 8.666/93 e Lei 10.50/02. Vigência: 31/12/2013. Assinatura: 18/01/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sra. Marcia Rocha de Medeiros Silveira. Contrato N. 008/2013. Contratante: Município de Imaruí - Sec. de Transporte, Obras e Serviços Urbanos. Contratada: Auto Posto de Combustível Celso & Alcy. Objeto: Fornecimento de combustível. Crédito Orçamentário: Proj./Ativ.: 2.028 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00 - Rubrica 322. Valor Total do contrato: R\$ 198.900,00. Pregão Presencial Nº 001/2013. Lei 8.666/93 e Lei 10.50/02. Vigência: 31/12/2013. Assinatura: 18/01/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sra. Marcia Rocha de Medeiros Silveira.

Contrato N. 009/2013. Contratante: Município de Imaruí - Sec. de Desenvolvimento Rural e Pecuário. Contratada: Auto Posto de Combustível Celso & Alcy. Objeto: Fornecimento de combustível. Crédito Orçamentário: Proj./Ativ.: 2.090 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00 - Rubrica 236. Valor Total do contrato: R\$ 21.570,00. Pregão Presencial Nº 001/2013. Lei 8.666/93 e Lei 10.50/02. Vigência: 31/12/2013. Assinatura: 18/01/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sra. Marcia Rocha de Medeiros Silveira.

Contrato N. 011/2013. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Aldo & Marcelo Promoções e Eventos Ltda ME. Objeto: Contratação de shows musicais ao vivo, com sistema completo de som, iluminação com efeitos especiais, trio elétrico, palco de 10 metros X 8 metros, camarim 5 metros X 5 metros e seguranças para o Carnaval 2013. Crédito Orçamentário: Proj./Ativ.: 2.103 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00 - Rubrica 54. Valor Total do contrato: R\$ 75.000,00. Convite Nº 001/2013. Lei 8.666/93. Vigência: 13/02/2013. Assinatura: 07/02/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sr. Aldo Soares Duarte.

Contrato N. 012/2013. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Avalius Engenharia e Avaliação Ltda Me. Objeto: Contratação de empresa para reforma das escolas: E.E.F.M. Guilhermina Ana Pereira (Sítio Novo) e E.E.F.M. PE. Itamar Luis da Costa (Ponta Grossa). Crédito Orçamentário: Proj./Ativ.: 1.046 - Elemento Despesa 4.4.90.51.00.00.00.00 - Rubrica 399. Valor Total do contrato: R\$ 37.793,11. Convite Nº 002/2013. Lei 8.666/93. Vigência: 20/03/2013. Assinatura: 22/02/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sr. Roberto Daniel Gevaerd.

## Imbituba

### PREFEITURA

#### **Publicação de Extrato de Dispensa Nº 01/2014 (Saneamento)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SANEAMENTO

PROCESSO Nº 02/2014

DISPENSA Nº 01/2014

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de operação, manutenção e melhorias do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Imbituba/SC.

Empresa: Serrana Engenharia Ltda.

Fundamento: Artigo 24, IV da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 08 de agosto de 2014.

Jarlex Teixeira

Secretario Municipal

#### **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2014 (SEMUSA)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEMUSA

PROCESSO Nº 35/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 17 de setembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos para as unidades de saúde do município de Imbituba/SC.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 05 de setembro de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretaria Municipal

#### **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CANCELA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2014 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica anulado o Processo Licitatório nº 108/2014, na modalidade de Pregão Presencial nº 66/2014, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 05 de setembro de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretario Municipal



**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 008, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 008, de 05 de setembro de 2014.  
Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, designação dos membros da comissão e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, o teor do Processo Administrativo nº 12626/2012;

CONSIDERANDO, ainda, que a comissão instaurada pela Portaria PMI/SEAGP 028, de 22 de julho de 2013, não concluiu seus trabalhos.

**RESOLVE:**

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 29, da Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, Processo Administrativo Disciplinar, destinada a apurar supostas irregularidades quanto o tempo de afastamento dos servidores de licença sem vencimentos.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindicância:

I - Euclides Oliveira Porto, matrícula nº 5089, Advogado, lotado na Procuradoria Geral do Município, que presidirá;  
II - Eduardo Cristiano Moraes, Auditor Fiscal, matrícula nº 5451, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda; e  
III - Luciane Falleiro Muradas, matrícula nº 5575, Auditora Fiscal, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de setembro de 2014.

Zeli Pires

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Israel Pedrosa Rocha

Controlador Geral do Município

**CÂMARA MUNICIPAL****Aviso de Audiência Pública Nº 003/2014**

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014

O Presidente da Câmara Municipal de Imbituba, Vereador Luís Antônio Dutra, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, juntamente com o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Transportes, Obras, Urbanismo, Agricultura, Pesca e Fiscalização, Vereador Rui Geraldo Rodrigues, COMUNICAM aos interessados que farão realizar AUDIÊNCIA PÚBLICA visando colher subsídios e informações adicionais junto à sociedade civil para as discussões sobre o Projeto de Lei nº 4.598/2014 que Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2015 e dá outras providências.

A audiência ocorrerá no dia 09 de setembro de 2014, terça-feira, às 19h00min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

Imbituba/SC, 02 de setembro de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Rui Geraldo Rodrigues

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

**Iomerê****PREFEITURA****Pregão Presencial Nº 0030/2014**

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial 0030/2014

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 0030/2014 para aquisição de tubos de concreto. A abertura das propostas se dará no dia 18/09/2014 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 04 de setembro de 2014

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

**Ipumirim****PREFEITURA****Portaria Nº. 301/2014 de 03 de Setembro de 2014.**

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE ZELADORA PARA ATENDER A NCESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

**CONTRATA**

JOZIANE DUARTE HAJDSZ SOMARIVA, sob a Matrícula 2313-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.334.040 e do CPF 069.074.789-60, para ocupar o cargo em caráter temporário de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial Nível 10, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional João Jacob Nicoden, para o período de 03/09/2014 até a volta da titular Vilma Lang que se encontra em Licença Prêmio.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 03/09/2014.

Ipumirim - SC, 03 de setembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 302/2014 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.**

AFASTA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOMEADO POR CONCURSO PUBLICO POR AUXILIO DOENÇA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e da outras Providencias.

**AFASTA POR AUXILIO DOENÇA**

ADELAR VITALSKI, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade sob o nº.1.781.705 e CPF sob o nº.527.998.759-04, Servidor Público Municipal, no exercício do cargo efetivo de Servente, admitido por concurso público pela portaria nº. 3212/2003, com vencimentos previstos no Anexo II, Classe B, do Grupo D - Serviços Gerais, da Lei Complementar nº 001/2002, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores do Município e da outras providências, afastamento por auxilio doença por prazo indeterminado a partir da data de hoje conforme atestado médico .

Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produzira efeitos a partir de 04 de Setembro de 2014.

Ipumirim - SC, 04 de Setembro de 2014.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

**Irineópolis****PREFEITURA****Decreto Nº 2653/2014**

Decreto nº 2.653/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 98.000,00 (Noventa e oito mil reais), conforme discriminação seguinte:

02 - PODER EXECUTIVO		
02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00.00.00.0205 (43)	Aplicações Diretas	R\$ 98.000,00
T O T A L ..... R\$ 98.000,00		

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 205 - Recursos Transferências do Estado.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 03 de setembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**Itaiópolis****PREFEITURA****Termo Aditivo ao Contrato Nº 22/2014**

Nº ADITIVO: 1º

Nº CONTRATO: 22/2014

CONTRATADA: Julia Nair Humeniuk ME

Objeto: acréscimo no quantitativo das marmitas, dentro do limite e na forma do artigo 65, Inciso I, alínea "b", parágrafo 1º da Lei Federal nº 8666/93. Fica aditivada a quantidade de 1.200 marmitas, para o Centro de Serviço Sede, valor total de R\$ 7.200,00.

Itaiópolis, 27/08/2014

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO EDITAL - PR 55/2014**

Processo Licitatório nº 68/2014 - Pregão Presencial nº 55/2014 - Objeto: aquisição de óleo diesel S500. Recursos: Fundo Estadual da Defesa Civil. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, no dia 17 de setembro de 2014, até as 09hs20min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 17 de setembro de 2014, as 09hs30min O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaioptolis.sc.gov.br](http://www.itaioptolis.sc.gov.br).

Itaiópolis, 04 de setembro de 2014.

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS****Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 11/2014**

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 11/2014. Processo Licitatório nº 29/2014. Pregão Presencial Nº 16/2014. Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento de alimentação (marmita) para os profissionais que atuam nas Unidades Sanitárias dos ESF's bem como para os pacientes do CAPS I através da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis. Empresa Clara Winiarski Zielinski - ME, itens: 1 e 2, R\$ 19.600,00; Empresa Julio Panchiniak - ME, item: 3, R\$ 4.800,00; Empresa Julia Nair Humeniuk - ME, itens: 4, 5 e 6, R\$ 17.820,00. Vigência: 29 de agosto de 2015.

Itaiópolis, 04 de setembro de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal.

# Itapiranga

## PREFEITURA

### Portaria Nº 220/2014

Portaria nº 220 de 1º de setembro de 2014.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 2/2006 e Lei Complementar nº 8/2007;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder acréscimo de 20% (vinte por cento) incorporado no vencimento base, do servidor municipal Rodrigo Vogt da Silva matrícula nº 14746/01, tendo em vista a conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho, em conformidade com o Art. 18 da Lei Complementar nº 2 de 20 de abril de 2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA (SC), 1º de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 221/2014

Portaria nº 221 de 3 de setembro de 2014.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 2/2006 e Lei Complementar nº 8/2007;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder acréscimo de 20% (vinte por cento) incorporado no vencimento base, do servidor municipal Vanderlei Feldhaus matrícula nº 14597/01, tendo em vista a conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho, em conformidade com o Art. 18 da Lei Complementar nº 2 de 20 de abril de 2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA (SC), 3 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 219/2014

Portaria nº 219 de 1º de setembro de 2014.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 2/2006 e Lei Complementar nº 8/2007;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder acréscimo de 20% (vinte por cento) incorporado no vencimento base, do servidor municipal Odir Marcos Taborda matrícula nº 14596/01, tendo em vista a conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho, em conformidade com o Art. 18 da Lei Complementar nº 2 de 20 de abril de 2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA (SC), 1º de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 218/2014

Portaria nº 218 de 1º de setembro de 2014

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 1º de julho de 2014, Jadir Luciano Wildner, matrícula nº 14628/01, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretor de Manutenção Elétrica, com 40 horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 1º de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

### Extrato do Contrato Nº 119/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 119/2014/RH

PARTES: Município de Itapiranga e LEANDRO CESAR DE AMORIN BECHER

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2013

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 102/2014 onde

altera a Carga Horaria do contrato de Prestação de Serviço Temporário de 20 horas para 30 horas, como Professor de Educação Física.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referência:

VIGÊNCIA: 04/09/2014 a 12/12/2014.

Itapiranga - SC, 04 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

### **LICITAÇÃO Nº 27/2014 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2014 FMS

Objeto: Aquisição de 01 veículo novo, 0 KM, destinado para as unidades básicas de saúde do Município de Itapiranga, conforme portaria Ministério da Saúde nº 2.198 de 11/09/2009, proposta nº 11356.676000/1130-03, recurso de emenda parlamentar nº 29050004 .

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço.

Recebimento das propostas: até às 13:15 horas do dia 18/09/2014

Início da Sessão: dia 18/09/2014, às 13:30 horas, no endereço

eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) e <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>. Quaisquer informações sobre o edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações ou pelo fone/fax (49) 3678-7714.

Itapiranga - SC., 04 de setembro de 2014.

Luis Carlos Steffenon

Adm. Fundo Municipal Saude

## **Itapoá**

### **PREFEITURA**

#### **Secretaria de Educação: Edital de Processo Seletivo de Admitidos Em Caráter Temporário/Vagas Remanescentes N.º 34/2014.**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES N.º 34/2014.

Terezinha Fávaro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público pelo presente Edital às normas do procedimento que nortearão o Edital de processo seletivo de admitidos em caráter temporário/vagas remanescentes do Edital 05/2014 para complementação do quadro de Monitores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental num período determinado de 99 dias, compreendidos entre 09/09/2014 a 19/12/2014.

#### **1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para contratação, em caráter temporário, para complementação do quadro de profissionais que atuarão na escola de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Itapoá.

1.2 - Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 075/01 nos anexos II e III;

1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pelo setor de Recursos Humanos; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação;

1.4 - O contratado fará jus ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade com comprovante de residência;

1.5 - O contratado fará jus a auxílio alimentação, férias e 13º salários proporcionais;

1.6 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal e Leis Municipais nº 075/2001; 076/2001 e 155/2003;

1.7 - Os contratados, durante a prestação de serviço temporário, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade.

#### **2. DAS INSCRIÇÕES:**

2.1 - As inscrições para entrega de currículo será dia 05 mês de setembro de 2014. Local: Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges, n.º 201 - Itapema do Norte, em Itapoá. Horário: das 8h00min às 13h30min.

#### **3. QUADRO DE VAGAS:**

1 vaga Monitor Laboratório 40hs

3.1 - Os candidatos classificados no presente processo seletivos e que momentaneamente não houver disponibilidade de vaga, aguardarão a consequente abertura das vagas e o respectivo (chamamento) ou (contato) na época própria por e-mail e ou telefone.

#### **4. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:**



4.1 - Para inscrever-se é necessário apresentar o currículo constando formação acadêmica, experiência profissional, cursos de aperfeiçoamento na área (se houver), com nome, endereço, telefone e e-mail completo.

4.2 - A classificação ocorrerá com base nas informações do currículo apresentado, tendo como base a formação de acordo com a área pretendida.

4.3 - A classificação será publicada dia 08 de setembro 2014 às 12hs.

4.4 - Não havendo currículos para classificação e publicação na respectiva data citada, a mesma classificação poderá ser publicada posteriormente.

5. CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO (no ato da contratação, entregue ao RH).

- 1- Cédula de Identidade (RG)
- 2- Cadastro de Pessoa Física (CPF)
- 3- Título de Eleitor
- 4- Certidão de Quitação Eleitoral (internet)
- 5- Certidão de nascimento ou casamento
- 6- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão)
- 7- Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação
- 8- Uma foto recente
- 9- Comprovante de residência
- 10- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo. (Diploma)
- 11- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC)
- 12- Certidão de Nascimento dos Filhos
- 13- Certidão de Regularização do CPF (internet)
- 14- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece)
- 15- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece)
- 16- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece)
- 17- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (Termo de Responsabilidade)
- 18- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece)
- 19- Tipagem sanguínea
- 20- Laudo médico
- 21- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº:
- 22- Comprovante de quitação militar.

## 6 - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

5.1 - A inscrição deverá ser realizada com a entrega de currículo na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges nº 201, Itapema do Norte, Itapoá;

5.2 - O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;

5.3- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 04 de setembro de 2014.  
Terezinha Fávaro da Silveira  
Secretaria de Educação

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES N.º 33/2014

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES N.º 33/2014

Artes

Class.	Protocolo	Nome
1	01	Lucyana Bernardini Arnhold
2	02	Karine Coco
3	03	Tania Maria Madureira Chevonica
4	04	Francis Carla Anacleto Bózio

Itapoá, 04 de setembro de 2014  
Terezinha Fávaro da Silveira  
Secretária de Educação

Administrador (a) Escolar

Class.	Protocolo	Nome
1	01	Margarete Frozza /mertz
2	02	Celi de Fátima Zotto
3	03	Nelma Machado
4	04	Lindomar Silva de Jesus

Itapoá, 04 de setembro de 2014  
Terezinha Fávaro da Silveira  
Secretária de Educação

# Ituporanga

## PREFEITURA

### Errata Lei

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

A presente ERRATA é ora levado a efeito, para retificar o número da Lei que "INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR A SER COMEMORADA ANUALMENTE NO MÊS DE JULHO NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA", torna público, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve um equívoco, cabendo a seguinte correção:

Onde se lê LEI Nº 2.568, de 15 de agosto de 2014

Institui a Semana Municipal da Agricultura Familiar a ser comemorada anualmente no mês de julho no Município de Ituporanga  
Leia-se LEI Nº 2.569, de 15 de agosto de 2014

Institui a Semana Municipal da Agricultura Familiar a ser comemorada anualmente no mês de julho no Município de Ituporanga

### Lei Nº 2.569, de 15 de Agosto de 2014

LEI Nº 2.569, de 15 de agosto de 2014

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR A SER COMEMORADA ANUALMENTE NO MÊS DE JULHO NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída a Semana Municipal da Agricultura Familiar a ser comemorada anualmente no mês de julho, quando é comemorado o "Dia do Agricultor" (28/07).

Art. 2º. A Semana Municipal da Agricultura Familiar tem como objetivos:

I - fortalecer, apoiar e incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar e suas formas associativas e cooperativas de produção, gestão e comercialização;

II - incentivar a criação de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar;

III - viabilizar, profissionalizar e ofertar alternativas para o agricultor familiar;

IV - criar espaços para os agricultores discutirem questões locais relacionadas com a agricultura familiar e seu desenvolvimento;

V - a Semana Municipal da Agricultura Familiar deverá ser realizada pela Prefeitura Municipal de Ituporanga em parcerias com outras entidades e/ou órgãos interessados.

Art. 3º. As comemorações alusivas a Semana Municipal da Agricultura Familiar de que trata esta Lei, passam a integrar o calendário oficial de eventos realizados pelo Município de Ituporanga.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 15 de agosto de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito do Município de Ituporanga

# Joaçaba

## PREFEITURA

### Portaria N.º 3118

PORTARIA Nº 3.118 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ALCEMIR LUIZ MARCUS, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 01 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### Portaria N.º 3119

PORTARIA Nº 3.119 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) GIZELI ALVES DE MOURA, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 133.745 de 27 de março de 2014 referente aos períodos de 02 de fevereiro de 2010 a 01 de fevereiro de 2011 (12 dias) e 02 de fevereiro de 2011 a 01 de fevereiro de 2012 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 04 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3120**

PORTARIA Nº 3.120 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014  
"DESIGNAR SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o servidor Sr. ISIDORO JOSE BRANCHER NETO para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço nº 11/2014/PMJ de 28 de agosto de 2014, proveniente do Processo de Licitação n.º 58/2014/PMJ - Pregão Presencial n.º 41/2014/PMJ de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 28 de agosto de 2014, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3121**

PORTARIA Nº 3.121 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ELAINE APARECIDA BORSOI ZAMBONI, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 133.510 de 11 de março de 2014 referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 08 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3122**

PORTARIA Nº 3.122 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) VALDIRENE FERNANDES DA SILVA, Professor Nível II (Pós Graduado), LICENÇA-PRÊMIO a

que tem direito solicitada através do processo n.º 133.471 de 07 de março de 2014 referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 08 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3123**

PORTARIA Nº 3.123 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) LIANA RUSSOWSKY BRAGAGNOLO, Médico Ginecologista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 16 de julho de 2013 a 15 de julho de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 15 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 15 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3124**

PORTARIA Nº 3.124 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) IVANA DE FATIMA SILVA MACHADO, Professor Pós Graduado - cargo em extinção Nível II (Mestrado), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 133.815 de 28 de março de 2014 referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 15 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 15 de setembro de 2014, obedecido

ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de setembro de 2014.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3125**

PORTARIA Nº 3.125 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) DONIZETE MARIA BILIBIO ANGONESE, Técnico em Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Gestão Financeira, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) e 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 18 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de setembro de 2014.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3126**

PORTARIA Nº 3.126 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) NEIVA LUCIA RIBEIRO DA SILVA, Técnico de Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de junho de 2013 a 31 de maio de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de agosto de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 18 de agosto de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de setembro de 2014.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3127**

PORTARIA Nº 3.127 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) MARISETE VINGLAS DE MATOS SCHALY, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 123.589 de 14 de fevereiro de 2012 referente aos períodos de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) e 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 19 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de setembro de 2014.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3128**

PORTARIA Nº 3.128 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JUÇARA EDITH STEFANES, Professor Pós Graduado - cargo em extinção Nível I (Pós Graduado), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 133.812 de 28 de março de 2014 referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 22 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 22 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de setembro de 2014.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3129**

PORTARIA Nº 3.129 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) NEIDE ABATE PALLA, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 133.810 de 28 de março de 2014 referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 22 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 22 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de setembro de 2014.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3130**

PORTARIA Nº 3.130 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) VERA LUCIA RADAVELLI WOLF, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 133.394 de 28 de fevereiro de 2014 referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 22 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 22 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de setembro de 2014.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3131**

PORTARIA Nº 3.131 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JOSIANNE HEIL PITOL MAESTRI, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 133.798 de 26 de março de 2014 referente ao período de 08 de maio de 2012 a 07 de maio de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 29 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 29 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de setembro de 2014.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal



**Portaria N.º 3132**

PORTARIA Nº 3.132 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) CHRISTINE MATZE-NAUER, Professor Nível I (Licenciatura), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 133.747 de 27 de março de 2014 referente aos períodos de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) e 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 26 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 26 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de setembro de 2014.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3133**

PORTARIA Nº 3.133 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) CLEUNICE TERESINHA SANTOS, Professor Pós Graduado - cargo em extinção Nível I (Pós Graduado), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 133.748 de 27 de março de 2014 referente aos períodos de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) e 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 29 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 29 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de setembro de 2014.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3134**

PORTARIA Nº 3.134 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JULIANA GASPARINI MOTT, Professor Nível I (Licenciatura), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 133.773 de 27 de março de 2014 referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 29 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 29 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de setembro de 2014.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3135**

PORTARIA Nº 3.135 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) DAIANE CAROLINA MATANA, Auxiliar de Saúde Bucal, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 11 de março de 2013 a 10 de março de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 17 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 17 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de setembro de 2014.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Extrato PL 66/2014/PMJ - PP 47/2014/PMJ**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2014/PMJ

Objeto: Contratação de pessoas físicas e/ou jurídicas para o fornecimento de material pétreo, com volume total estimado de 1.700 m<sup>3</sup> (mil e setecentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 18/09/2014. Processamento do Pregão: às 14h do dia 18/09/2014, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 04 de setembro de 2014.

JORGE RONALDO POHL

Secretaria de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

**PORTARIA N.º 3136**

PORTARIA Nº 3.136 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr(a) LUCIELI FERNANDA BRAGALÃO FAGUNDES, para exercer o cargo de Técnico de Administração, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 04 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3137**

PORTARIA Nº 3.137 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr(a) FRANCIANI ALICE RIZZI SCHMIDKE, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe da Unidade de Acompanhamento Orçamentário, nível FC-1, vinculado a Fundação Municipal de Cultura e Esporte - FMCE, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e nº 272 de 22 de agosto de 2014.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**SIMAE****Ata Registro de Preços - Escavação**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0006/2013

Aos 05 (cinco) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0048/2013, na Ata de julgamento de preços, homologada em 05/12/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Serviços de Escavadeira Hidráulica, a fim de auxiliar a Autarquia SIMAE, na retirada de rochas e matacões de valas onde executar redes de água e esgoto, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0048/2013.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - Quantidade - 100 - Unidade de medida - HORAS.

1º. Colocado - Empresa: SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, no valor de R\$165,00 (Cento e sessenta e cinco reais);

Item 02 - SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA ACOPLADO COM ROMPEDOR HIDRÁULICO - Quantidade: 100 - Unidade de medida - HORAS.

1º. Colocado - Empresa: SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, no valor de R\$ 285,00 (Duzentos e oitenta e cinco reais);

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição dos serviços de escavadeira hidráulica, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

## 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0048/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da (s) Licitante(s).

## 3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da Lei 8.666/93.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

4.1 O Serviço de Escavadeira Hidráulica deverá ser executado conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Autorização de Fornecimento e /ou Nota de Empenho.

4.2 Após o recebimento da AF-Autorização de Fornecimento e/ou NE-Nota Empenho, por parte do fornecedor, o serviço deverá ser iniciado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na AF e /ou NE.

4.2.1 Serão solicitados serviços na área urbana ou rural dos municípios de Joaçaba, Herval do Oeste e Luzerna.

4.3 Cada AF e/ou NE deverá conter no mínimo:

- a) Data de Expedição;
- b) Indicação de Local ou dos locais onde serão prestados os serviços;
- c) Tipos de serviços que serão prestados.

4.4 Após a conclusão dos serviços a proponente deverá apresentar Nota Fiscal / Fatura correspondente à quantidade de horas trabalhadas, que será submetida à aprovação do Gerente responsável pela solicitação dos serviços.

4.5 Fica aqui estabelecido que os serviços serão recebidos:

- a) provisoriamente: A recepção provisória dos serviços será feita por responsável, designado pelo SIMAE, sendo que deverá verificar se os serviços foram executados adequadamente "in loco";
- b) definitivamente: A recepção definitiva dos serviços será feita por servidor designado, que será incumbido da fiscalização direta do contrato após vistoria da qualidade dos serviços disponibilizados

e assinatura do Comprovante de Inspeção comprovando que a empresa executou os serviços e liberando o pagamento (se for o caso), em um prazo máximo de até 05 (cinco) dias após apresentação da nota fiscal.

4.5.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do serviço, cujo pagamento se dará em até 5 (cinco) dias após a liberação do pagamento.

4.6 Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de notificação apresentada à fornecedora, por conta e risco da mesma, sem qualquer ônus ao SIMAE.

4.7 Se os serviços não forem realizados no prazo estipulado, a licitante vencedora estará sujeita às sanções previstas no Edital de Pregão Presencial JHL 0048/2013, nesta Ata de Registro de Preços e na Lei.

4.8 A emissão do aceite não exclui a responsabilidade com as especificações técnicas exigidas neste Edital e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado a administração submeter os serviços executados à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.

## 5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetivado em até 05(cinco) dias, contados do recebimento definitivo dos serviços pelo Gestor do Contrato, mediante apresentação de nota fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa do SIMAE, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.5 As despesas decorrentes da contratação dos Serviços de Escavadeira Hidráulica, a fim de auxiliar a Autarquia SIMAE, na retirada de rochas e matações de valas onde executar redes de água e esgoto correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 1051 e 1052

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

## 6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos serviços fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

## 7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- Providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;
- manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o serviço que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;
- Manter, durante toda a vigência da presente Ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas na Licitação (art.55, XII da Lei 8.666/93);
- Permitir a fiscalização e o acompanhamento de pessoa indicada pelo SIMAE, na execução dos serviços;
- fornecer equipamentos de proteção individual (EPI's) aos empregados;
- observar as normas de saúde, segurança e medicina do trabalho.

## 8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

## 9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa:
  - De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
  - De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
- Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apelo.

## 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), 05 de Dezembro de 2013.

Ana Paula Pereira

Pregoeira

Equipe de Apoio

Eliane Aparecida Ceron Vier

Ligia Adriane Darold da Silva

EMPRESA

Rodrigo Secchi

SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA

### **Pregão Presencial PP 0029/2014 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0040/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0029/2014

PROTOCOLO JHL 1853/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0029/2014 - Licitação 0040/2014, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Aquisição de Uniformes para servidores do SIMAE.

Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 17/09/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 14/09/2014 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 05/09/2014 a 17/09/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 05 de Setembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **Resolução 023/14 - Progressão Vertical - Jean**

RESOLUÇÃO Nº 023/2014 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014

"CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO ao Servidor Sr. JEAN CARLOS DA SILVA, Secretário/Recepcionista, em função da titulação de Graduação, conforme requerimento protocolizado em 03 de setembro de 2014 e deferido em 03 de setembro de 2014, ficando enquadrado em função da nova titulação como Recepcionista - Grupo VIII - Graduação.



Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir 03 de setembro de 2014.

Joaçaba, 4 de setembro de 2014.  
FRANCISCO MOREIRA LOPES  
Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

## Lages

### PREFEITURA

#### **Extrato 1º Termo Aditivo Contrato 112/2013 FMAS**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 112/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE S/S LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 00.964.030/0001-18, estabelecida à Rua Padre Lourenço Rodrigues de Andrade n.º 650 - Florianópolis/SC - CEP: 88.050-400.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Assessoria, Planejamento e Formação para Equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com o Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 125/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.2 De Execução, fica prorrogado até 31/12/2014.

Lages/SC, 07 de Julho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

#### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 45/2013 SEMASA**

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 45/2013

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: FAE FERRAGENS E APARELHOS ELETRÔNICOS S/A, inscrito no CNPJ sob n.º 07.281.413/0001-30, com sede à ROD. BR 116, nº 2363 - Fortaleza/CE - CEP:60.871-200.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Hidrômetros, para Manutenção da Rede de Água, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, fica prorrogado até 31/12/2014.

Lages, 01 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages, SC

#### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 44/2013 SEMASA**

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 44/2013

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: ITRON SOLUÇÕES PARA ENERGIA E ÁGUA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 60.882.719/0006-30, com sede à Av. Joaquim Boer n.º 792 - Americana/SP - CEP:13.477-360

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Hidrômetros, para Manutenção da Rede de Água, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II,



parte integrante do Edital Correlato.  
CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)  
2.2 De Execução, fica prorrogado até 31/12/2014.

Lages, 01 de Setembro de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito de Lages, SC

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 43/2013 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:  
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 43/2013  
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.  
CONTRATADA: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com sede à Praça Vidal Ramos Sênior n.º 86 - Lages/SC - CEP:88.502-005.  
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO  
Aquisição de Hidrômetros, para Manutenção da Rede de Água, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital Correlato.  
CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)  
2.2 De Execução, fica prorrogado até 31/12/2014.

Lages, 01 de Setembro de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito de Lages, SC

## Lauro Muller

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 104/2014

DECRETO Nº 104/2014.  
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar Especial ao orçamento vigente do Hospital Municipal Henrique Lage, no valor de R\$ 185.112,00 (Cento e Oitenta e Cinco Mil, Cento e Doze Reais), assim classificado:

10.00 - HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE  
10.01 - Hospital Municipal Henrique Lage  
2.016 - Manutenção das Atividades do Hospital  
DOTAÇÃO 04  
Fonte 0106 - Recursos Próprios  
3.1.90.00.00.0106 - Aplicação Direta  
R\$ 185.112,00  
Total: R\$ 185.112,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 - HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE  
10.01 - Hospital Municipal Henrique Lage  
1.011 - Ampliação da Rede Física  
DOTAÇÃO 01  
Fonte 0106 - Recursos Próprios  
4.4.90.00.00.0106 - Aplicação Direta  
R\$ 50.000,00

10.00 - HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE  
10.01 - Hospital Municipal Henrique Lage  
1.012 - Aquisição de Veículos  
DOTAÇÃO 02  
Fonte 0106 - Recursos Próprios  
4.4.90.00.00.0106 - Aplicação Direta  
R\$ 40.000,00

10.00 - HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE  
10.01 - Hospital Municipal Henrique Lage  
1.013 - Aquisição de Equipamentos

DOTAÇÃO 03  
Fonte 0106 - Recursos Próprios  
4.4.90.00.00.0106 - Aplicação Direta  
R\$ 95.112,00  
Total: R\$ 185.112,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Sec. Adm., Fin. e Planej.

### **Decreto Nº 105/2014**

DECRETO Nº 105/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 205.650,00 (Duzentos e Cinco Mil, Seiscentos e Cinquenta Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

02 - Fundo Municipal de Saúde

Dotação Nova

Fonte de Recurso 1181 - SUS ESTADO/ ESF

2.015 - GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

3.1.90.00 - Aplicações Diretas ..... R\$ 133.650,00

Dotação Nova

Fonte de Recurso 1190 - SUS ESTADO/ NASF

2.015 - GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

3.1.90.00 - Aplicações Diretas ..... R\$ 72.000,00

TOTAL: R\$ 205.650,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação de Recursos Oriundos dos SUS ESTADO / ESF e NASF vinculados aos fins específicos deste crédito especial, não previstos no orçamento vigente no valor de R\$ 205.650,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE SETEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Sec. Adm., Fin. e Planej.

### **Decreto Nº 106/2014**

DECRETO Nº 106/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

09.03 - SECRETARIA MUN. DA FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL

09.03 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - FMH

1.030 - Reforma de Casas

DOTAÇÃO NOVA

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta

R\$ 35.000,00

Total: R\$ 35.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

09.03 - SECRETARIA MUN. DA FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL

09.03 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - FMH

1.030 - Reforma de Casas

DOTAÇÃO 165

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta

R\$ 35.000,00

Total: R\$ 35.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE SETEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Sec. Adm., Fin. e Planej.

### **Decreto Nº 107/2014**

DECRETO Nº 107/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 21.300,00 (Vinte e Um Mil e Trezentos Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS

05.02 - Departamento de Serviços Públicos

2.030 - Manutenção do Serviço de Iluminação Pública

**DOTAÇÃO 96**

3.3.90.00.00.0017 - Aplicação Direta

R\$ 21.300,00

**T O T A L R\$ 21.300,00**

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta do provável excesso de arrecadação a se realizar na fonte 0017 COSIP.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE SETEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

**DECRETO Nº 108/2014**

DECRETO Nº 108/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 220.000,00 (Duzentos e Vinte Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.029 - Manutenção do Ensino Fundamental

**DOTAÇÃO 29**

3.1.90.00.00.0019 - Aplicação Direta

R\$ 250.000,00

**T O T A L R\$ 250.000,00**

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta do provável excesso de arrecadação a se realizar na fonte 0135.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE SETEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

**DECRETO Nº 109/2014**

DECRETO Nº 109/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 140.000,00 (Cento e Quarenta Mil Reais) para reforço do seguinte item orçamentário:

10.00 - HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

10.01 - Hospital Municipal Henrique Lage

2.016 - Manutenção das Atividades do Hospital

**DOTAÇÃO 05**

Fonte 1177 - SUS/ESTADO

3.1.90.00.00.1177 - Aplicação Direta

R\$ 140.000,00

**T O T A L R\$ 140.000,00**

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por do conta do provável excesso de arrecadação a se realizar na fonte 1177 no exercício de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE SETEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

**DECRETO Nº 110/2014**

DECRETO Nº 110/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 11.000 (Onze Mil Reais), para reforço dos seguintes itens orçamentários:

07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serv. De Saúde

**DOTAÇÃO 09**

3.1.90.00.00.1165 - Aplicação Direta

R\$ 11.000,00

**Total R\$ 11.000,00**

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta do provável excesso de arrecadação projetado até o fim do

ano, nas fontes 1165 SUS/SAMU.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE SETEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

#### **DECRETO Nº 111/2014**

DECRETO Nº 111/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 33.820,00 (Trinta e Três Mil, Oitocentos e Vinte Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

04.01 - SECRETARIA MUN. DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.019 - Merenda Escolar

DOTAÇÃO 22

3.3.90.00.00.1158 - Aplicação Direta

R\$ 33.820,00

Total: R\$ 33.820,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta do provável excesso de arrecadação a se verificar na fonte 1158 PNAE.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE SETEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

#### **TOMADA DE PREÇO Nº109/2014 - PMLM**

TOMADA DE PREÇO Nº109/2014 - PMLM

PROCESSO Nº108/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que a TOMADA DE PREÇO com data de 22 de setembro de 2014 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES), para contratação de assessoria técnica especializada no apoio e orientação na elaboração de projetos, cadastramento de propostas e acompanhamento de processos, no âmbito do Distrito Federal, junto aos Órgãos Governamentais Federais, Organismos Internacionais e Embaixadas, e na área de captação de recursos junto ao Governo Federal, Instituições Financeiras Nacionais e Internacionais e Organismos Internacionais, com o objetivo de proporcionar melhorias nos serviços públicos municipais oferecidos aos cidadãos do município.

Lauro Muller, 4 de setembro de 2014.

ALAN CROSETTA

Pregoeiro Municipal

#### **Decreto Nº 112/2014**

DECRETO Nº 112/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 57.480,00 (Cinquenta e Sete Mil, Quatrocentos e Oitenta Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 13

3.3.90.00.00.1163 - Aplicação Direta

R\$ 57.480,00

Total: R\$ 57.480,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta do provável excesso de arrecadação a se realizar na fonte de recursos 1163.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE SETEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

**DECRETO Nº 113/2014**

DECRETO Nº 113/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 75.151,84 (Setenta e Cinco Mil, Cento e Cinquenta e Um Reais e Oitenta e Quatro Centavos), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
07.01 - Fundo Municipal de Saúde  
2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde  
DOTAÇÃO 33  
3.1.90.00.00.1180 - Aplicação Direta  
R\$ 75.151,84  
Total: R\$ 75.151,84

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta do excesso de arrecadação verificado até o mês de Agosto na fonte de recursos 1180 PMAC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE SETEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

**DECRETO Nº 116/2014**

DECRETO Nº 116/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 57.000,00 (Cinquenta e Sete Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
07.01 - Fundo Municipal de Saúde  
2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde  
DOTAÇÃO 34  
3.3.90.00.00.1180 - Aplicação Direta  
R\$ 57.000,00  
Total: R\$ 57.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação nas seguintes dotações orçamentárias:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
07.01 - Fundo Municipal de Saúde  
2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde  
DOTAÇÃO 33  
3.1.90.00.00.1180 - Aplicação Direta  
R\$ 57.000,00  
Total: R\$ 57.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE SETEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.



# Lebon Régis

## PREFEITURA

### Pregão Presencial Nº 33/2014 - Processo Licitatório Nº 51/2014

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2014

O Município de Lebon Régis através da Pregoeira Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item. Objeto: Ata de Registro de Preços, para aquisição futura e eventual de material gráfico, visando atender as necessidades da Secretaria de Administração e Finanças e da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, conforme especificações técnica contidas no Anexo I do edital. Recebimento da documentação e das propostas até 09h do dia 17 de setembro de 2014. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do dia 17/09/2014. Obtenção do edital pelo site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br) ou e-mail [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br).

Lebon Régis 04 de Setembro de 2014.

Thacyana Canalle

Pregoeira.

### DECRETO Nº 067/2014

DECRETO Nº 067/2014 - de 26 de agosto de 2014.

"DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR GRANIZO."

Ludovino Labas, Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 104, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal no 7.257, de 4 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil. CONSIDERANDO QUE:

- A ocorrência de granizo, acompanhado de vento forte, ocorrida no dia 25 de agosto de 2014, atingindo parte do Município conforme Mapa das Áreas Afetadas, anexo ao presente Decreto;
- Como consequência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes do formulário de avaliação de danos, anexo a este decreto.
- a recomendação da Coordenadoria Municipal e Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - COMPDEC;
- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre natural e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Coordenadoria

Municipal e Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre. Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva do COMPDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 26 de agosto de 2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 066/2014

DECRETO Nº. 66/2014, de 26 de agosto 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO TERMO DE DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO TERMO DE CONVÊNIO/PROCESSO Nº 59050.000876/2014-17 E TERMO DE COMPROMISSO 135/2014 POR MEIO DA SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme art. 13, da Lei Municipal nº 1459/2013 de 20 de Dezembro de 2013;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e Detalhamento de recursos no valor de R\$. 126.648.000 (cento e vinte e seis mil, seiscentos e quarenta e oito reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Subfunção	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
2	50	6	182	6	2.023	3390	0.1.24	126.648,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o seguinte recurso: 0.1.24

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 26 de agosto de 2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

### **Decreto Nº 068/2014**

DECRETO Nº 068/2014, de agosto de 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO TERMO DE CONVÊNIO Nº DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO TERMO DE CONVÊNIO/PROCESSO Nº 2014TR002155 CELEBRADO COM O FUNDO DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE SC - FUNDHAB E O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS E O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme art. 13, da Lei Municipal nº 1459/2013 de 20 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$. 48.998,96 (quarenta e oito mil novecentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Subfunção	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
2	85	16	482	25	2.033	4490	0.1.62	48.998.96

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o seguinte recurso: 0.1.24

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 26 de agosto de 2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

### **EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 111/2013**

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 111/2013  
Tomada de preços TP8/2013

Contratante: MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS - SC

Contratado: CONSTRULACER-COM E CONST. LACERDOPOLIS LTDA. Objeto: Fica alterada a cláusula terceira do Contrato n. 111/2013 para Aditar o prazo de vigência em 30 (trinta) dias, ou seja, fica prorrogado até 26/09/2014, justificada pelo art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 8.666/93.

Lebon Régis, 4 de Setembro de 2014.

Departamento de Licitações.

**Leoberto Leal****PREFEITURA****Ata de Registro de Preços Nº 007/2014 - FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2014 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014-FMS, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES E EQUIPAMENTOS, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I, OBSERVADAS AS ESPECIFICAÇÕES ALI ESTABELECIDAS.

Aos 17 (dezesete) dias do mês de julho do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais médico-hospitalares e equipamentos, para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que acompanha este edital.

**ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA**

CNPJ: 00.802.002/0001-02

ESTRADA BOA ESPERANÇA, 2320, FUNDO CANOAS, CEP: 89.160-000, RIO DO SUL/SC

**PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS EIRELI EPP**

CNPJ: 05.077.346/0001-01

RUA: TUIUTI, 165, CENTRO, CEP: 89.160-000, RIO DO SUL/SC

**CIRÚRGICA BELA VISTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME**

CNPJ: 10.311.632/0001-20

RUA: FRANCISCO IGNÁCIO DO NASCIMENTO, 550, CEP: 88.107-500, FORQUILHAS, SÃO JOSÉ/SC

**ALIANÇA HOSPITALAR EIRELI EPP**

CNPJ: 03.501.603/0001-65

AVENIDA OSCAR BARCELOS, 205, CENTRO, CEP: 89.160-000, RIO DO SUL/SC

**PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP**

CNPJ: 85.247.385/0001-49

RUA URUGUAI, 1538E, MARIA GORETTI, CEP: 89.801-447, CHAPECÓ/SC

**PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA - ME**

CNPJ: 09.200.303/0001-22

AVENIDA MAURICIO CARDOSO, 706, CENTRO, CEP: 99.700-000, ERECHIM/RS

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de materiais médico-hospitalares e equipamentos, para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, que acompanha este edital, a contar da data de assinatura da presente ata.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

**MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR**

ITEM	MATERIAL	QT.	UNIDADE	PREÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$	MARCA	EMPRESA VENCEDORA
01	ABOCATH Nº 16	100	UNIDADE	0,75	75,00	SOLIDOR	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
02	ABOCATH Nº 18	100	UNIDADE	0,75	75,00	SOLIDOR	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
03	ABOCATH Nº 20	100	UNIDADE	0,74	74,00	SOLIDOR	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
04	ABOCATH Nº 22	100	UNIDADE	0,74	74,00	SOLIDOR	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME

05	ABOCATH Nº 24	80	UNIDADE	0,75	60,00	LABORIMPOR	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
06	AGUA PARA INJEÇÃO, ESTÉRIL, AMPOLA 10 ML	2.000	AMPOLA	0,21	420,00	ISOFARMA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
07	AGUA PARA INJEÇÃO, ESTÉRIL, AMPOLA 5ML	500	AMPOLA	0,225	112,50	ISOFARMA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
08	AGULHA DESCARTÁVEL 13 x 4,5	2.000	UNIDADE	0,053	106,00	SOLIDOR	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
09	AGULHA DESCARTÁVEL 20 x 5,5	1.000	UNIDADE	0,053	53,00	SOLIDOR	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
10	AGULHA DESCARTÁVEL 25 x 6,0	500	UNIDADE	0,053	26,50	SOLIDOR	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
11	AGULHA DESCARTÁVEL 25 x 7,0	5.000	UNIDADE	0,052	260,00	SOLIDOR	PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MED. E LAB. LTDA ME
12	AGULHA DESCARTÁVEL 40 x 12	3.500	UNIDADE	0,055	192,50	SOLIDOR	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
13	AGULHA DESCARTÁVEL 30X7	1.000	UNIDADE	0,052	52,00	EMBRAMAC	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
14	ÁLCOOL ETÍLICO LÍQUIDO 70%, FRASCO 1.000ML	60	FRASCO	4,10	246,00	DA ILHA	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
15	ÁLCOOL ETÍLICO LÍQUIDO 70% FRASCO 50ML	100	FRASCO	1,50	150,00	MEGA QUÍ-MICA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
16	ALGODÃO HIDRÓFILO COM 500GR	15	ROLO	10,80	162,00	FAROL	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
17	ALGODÃO ORTOPÉDICO 20CM 420GR	05	ROLO	12,25	61,25	MEDI HOUSE	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
18	ALMOTOLIAS CAPACIDADE 500ML, COR ESCURA, FRASCO FLEXÍVEL, BICO COM TAMPA	30	UNIDADE	2,20	66,00	J.P	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
19	ALMOTOLIAS CAPACIDADE 500ML, TRANSPARENTE, FRASCO FLEXÍVEL, BICO COM TAMPA	30	UNIDADE	2,20	66,00	J.P	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
20	APARELHO PARA MEDIR GLICEMIA CAPILAR C/ 50 TIRAS REAGENTES- "ON CALL PLUS "(MARCA PADRONIZADA)	30	UNIDADE	53,50	1.605,00	ON CALL	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
21	APARELHO DE PRESSÃO COM ESFIGNOMOMETRO ADULTO	05	UNIDADE	67,00	335,00	SOLIDOR	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
22	APARELHO DE PRESSÃO COM ESFIGNOMOMETRO INFANTIL	02	UNIDADE	80,00	160,00	SOLIDOR	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
23	APARELHO DE PRESSÃO COM ESFIGNOMOMETRO OBESO	02	UNIDADE	69,90	139,80	GLICOMED-ACCUME	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
24	ATADURA CREPOM 4CMX3,0M (ESTICADA)	2.400	UNIDADE	0,26	624,00	PÉROLA	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
25	ATADURA CREPOM 6CMX3,0M (ESTICADA)	4.800	UNIDADE	0,28	1.344,00	UNITEX	PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MED. E LAB. LTDA ME
26	ATADURA CREPOM 12CMX4,5M (ESTICADA)	4.800	UNIDADE	0,47	2.256,00	ANDREONI TEXTIL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
27	ATADURA CREPOM 15CMX4,5M (ESTICADA)	4.800	UNIDADE	0,55	2.640,00	CREMER	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
28	ATADURA CREPOM 20CMX4,5M (ESTICADA)	4.800	UNIDADE	0,73	3.504,00	PÉROLA	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
29	CATETER NASAL Nº 6	10	UNIDADE	0,52	5,20	BIOSANI	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME

30	CATETER NASAL Nº 8	10	UNIDADE	0,53	5,30	BIOSANI	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
31	CATETER NASAL Nº 12	10	UNIDADE	0,56	5,60	BIOSANI	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
32	FIO DE SUTURA NYLON 0 - CAIXA COM 36 UNIDADES/ EMBALADOS INDIVIDUALMENTE	05	CAIXA	23,90	119,50	PROCARE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
33	FIO DE SUTURA NYLON 2.0 - CAIXA COM 36 UNIDADES/ EMBALADOS INDIVIDUALMENTE	05	CAIXA	24,00	120,00	PROCARE	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
34	FIO DE SUTURA NYLON 3.0 - CAIXA COM 36 UNIDADES / EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.	07	CAIXA	24,00	168,00	PROCARE	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
35	FIO DE SUTURA NYLON 4.0 - CAIXA COM 36 UNIDADES / EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.	07	CAIXA	24,00	168,00	PROCARE	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
36	FIO DE SUTURA NYLON 5.0 - CAIXA COM 36 UNIDADES/ EMBALADOS INDIVIDUALMENTE	07	CAIXA	24,00	168,00	PROCARE	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
37	FIO DE SUTURA NYLON 6.0 - CAIXA COM 36 UNIDADES / EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.	07	CAIXA	24,00	168,00	PROCARE	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
38	CLOREXIDINA 4% SOLUÇÃO DEGERMANTE, FRASCO 1.000ML	05	FRASCO	17,88	89,40	VIC PHARMA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
39	COLETOR DE URINA INFANTIL	100	UNIDADE	0,61	61,00	J. PROLAB	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
40	COLETOR UNIVERSAL, OPACO, C/ PAZINHA, CAPACIDADE 80ML, TAMPA ROSCA	1.000	UNIDADE	0,31	310,00	J. PROLAB	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
41	COLETOR UNIVERSAL, TRANSPARENTE, CAPACIDADE 80ML, TAMPA ROSCA	1.000	UNIDADE	0,30	300,00	J. PROLAB	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
42	COMPRESSA DE GAZE	500	PACOTE	9,95	4.975,00	MEDPLUS	PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MED. E LAB. LTDA ME
43	CURATIVO AUTO ADESIVO C/ 35 UNIDADES	50	CAIXA	4,23	211,50	HIGIE TOPP	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
44	DISPOSITIVO P/ PUNÇÃO VENOSA Nº 19. / ENTRE 26 A 31CM / AGULHA RETA C/ COMPRIMENTO DE 1,9 A 2,3CM	150	UNIDADE	0,17	25,50	SOLIDOR	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
45	DISPOSITIVO P/ PUNÇÃO VENOSA Nº 21. / ENTRE 26 A 31CM /	250	UNIDADE	0,169	42,25	LAMEDID	PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MED. E LAB. LTDA ME
46	DISPOSITIVO P/ PUNÇÃO VENOSA Nº 23. / ENTRE 26 A 31CM /	300	UNIDADE	0,17	51,00	SOLIDOR	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME



47	DISPOSITIVO P/ PUNÇÃO VENOSA Nº 25. / DIÂMETRO INTERNO DE NO MÁXIMO 1,0MM / COMPR. DE 20 A 25CM./ AGULHA RETA COMPRIMENTO ENTRE 15 A 20MM.	300	UNIDADE	0,169	50,70	LAMEDID-SOLIDOR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
48	DRENO DE PENROSE COM GASE ESTÉRIL Nº 01	12	UNIDADE	2,09	25,08	CIRURGICA BRASIL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
49	DRENO DE PENROSE COM GASE ESTÉRIL Nº 02	12	UNIDADE	2,47	29,64	CIRURGICA BRASIL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
50	DRENO DE PENROSE COM GASE ESTÉRIL Nº 03	12	UNIDADE	3,35	40,20	CIRURGICA BRASIL	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
51	DRENO DE PENROSE COM GASE ESTÉRIL Nº 04	12	UNIDADE	5,00	60,00	CIRURGICA BRASIL	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
52	EQUIPO SIMPLES PARA SOLUÇÕES PARENTAIS	500	UNIDADE	1,00	500,00	TKL	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
53	ESCOVA CERVICAL	500	UNIDADE	0,20	100,00	LABORIMPOR	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONTOLÓGICOS EIRELI EPP
54	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL 10MX4, 5CM	300	UNIDADE	10,00	3.000,00	MISSNER	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
55	ESPÁTULA (ABAIXADOR DE LÍNGUA)	30	PACOTE	2,59	77,70	ESTILO	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
56	ESPÁTULA DE AYRES	10	PACOTE	5,20	52,00	ESTILO	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
57	ESTETOSCÓPIO ADULTO	05	UNIDADE	9,80	49,00	SOLIDOR	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
58	FITA ADESIVA CIRURGICA MICROPOROSA 5,0CM X NO MÍNIMO 9M	100	ROLO	4,58	458,00	MISSNER	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
59	FITA ADESIVA CIRURGICA MICROPOROSA 2,5CM X NO MÍNIMO 10M	300	ROLO	3,00	900,00	CRAL	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
60	FITA ADESIVA EM PAPEL CREPADO - 1,9CM X NO MÍNIMO 50M	100	ROLO	2,27	227,00	POLAR FIX	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
61	FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE - 1,9CM X NO MÍNIMO 30M	100	ROLO	3,19	319,00	CIEX	PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MED. E LAB. LTDA ME
63	GEL PARA ELETROCARDIOGRAMA	50	FRASCO	3,10	155,00	CAITHEC	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
64	HASTE FLEXÍVEL PARA HIGIENE DAS ORELHAS C/ 75	10	CAIXA	1,41	14,10	HIGIE TOPP	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
65	LÂMINA BISTURI Nº 10 C/ 100	05	CAIXA	18,50	92,50	ADVANTIVE	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
66	LÂMINA BISTURI Nº 11 C/ 100	05	CAIXA	18,26	91,30	MISSNER	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
67	LÂMINA BISTURI Nº 15 C/ 100	05	CAIXA	18,49	92,45	LAMEDID-SOLIDOR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
68	LÂMINA DE VIDRO FOSCA 25X76MM CAIXA C/ 50 UNIDADES	20	CAIXA	3,30	66,00	LABOR	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
69	LUVA CIRÚRGICA Nº 7,0	300	PAR	0,80	240,00	NEW HAND	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
70	LUVA CIRÚRGICA Nº 7,5	300	PAR	0,79	237,00	MAXITEX	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
71	LUVA CIRÚRGICA Nº 8,0	150	PAR	0,80	120,00	NEW HAND	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP

72	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO EXTRA PEQUENO	100	CAIXA	11,95	1.195,00	EMBRAMAC	PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MED. E LAB. LTDA ME
73	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO PEQUENO	100	CAIXA	14,00	1.400,00	NUGARD	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
74	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO MÉDIO	100	CAIXA	13,95	1.395,00	NUGARD	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
75	MALHA TUBULAR 10CMX25M	05	ROLO	8,99	44,95	POLAR FIX	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
76	MALHA TUBULAR 15CMX25M	05	ROLO	10,99	54,95	POLAR FIX	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
77	MALHA TUBULAR 4CMX25M	10	ROLO	5,19	51,90	POLAR FIX	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
78	MALHA TUBULAR 25CMX25M	05	ROLO	18,50	92,50	ORTOM	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
79	NITROGÊNIO LÍQUIDO EM SPRAY 12 APLICAÇÕES	02	FRASCO	140,25	280,50	MAQUIRA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
80	PÊRA PARA ELETROCARDIOGRAMA	20	UNIDADE	2,98	59,60	WANROSS	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
81	POLIFIX CONEXÃO COM 2 VIAS	100	UNIDADE	0,80	80,00	TKL	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
82	POVIDINE TÓPICO - POLIVINILPIRROLIDONA - IODO (PVP-I) / FRASCO DE 1000ML, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E LOTE.	10	FRASCO	15,95	159,50	VIC PHARMA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
83	PONTEIRA PARA CANETA DE ELETROCALTÉRIO (AGULHA)	02	UNIDADE	25,00	50,00	EMAI	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
84	PONTEIRA PARA CANETA DE ELETROCALTÉRIO (ARGOLA)	02	UNIDADE	25,00	50,00	EMAI	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
85	PONTEIRA PARA CANETA DE ELETROCALTÉRIO (BOLINHA)	02	UNIDADE	25,00	50,00	EMAI	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
86	PONTEIRA PARA CANETA DE ELETROCALTÉRIO (FACA)	02	UNIDADE	25,00	50,00	EMAI	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
87	PUNCH P/ BIÓPSIA DE PELE ESTERILIZÁVEL Nº 03MM	01	UNIDADE	40,00	40,00	ABC	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
88	PUNCH P/ BIÓPSIA DE PELE ESTERILIZÁVEL Nº 04MM	01	UNIDADE	40,00	40,00	ABC	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
89	PUNCH P/ BIÓPSIA DE PELE ESTERILIZÁVEL Nº 05MM	01	UNIDADE	40,00	40,00	ABC	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
90	RECIPIENTE PARA MATERIAIS PÉRFURO CORTANTES E BIOLÓGICOS, CAPACIDADE. 13 LITROS	30	UNIDADE	3,00	90,00	EMBALAIRE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
91	RECIPIENTE PARA MATERIAIS PÉRFURO CORTANTES E BIOLÓGICOS, CAPACIDADE. 20 LITROS	100	UNIDADE	3,09	309,00	EMBALAIRE	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
92	SOLUÇÃO DE ÉTER. EM BALAGEM CONTENDO 1000ML.	04	FRASCO	15,63	62,52	VIC PHARMA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
93	SERINGA DESCARTÁVEL PARA INSULINA U-50 COM AGULHA ACOPLADA	5.000	UNIDADE	0,27	1.350,00	DESCARPACK	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP

94	SERINGA DESCARTÁVEL 0 3ML - BICO C/ ADAPTAÇÃO SIMPLES E SEGURA (NÃO LUER LOK)	1.000	UNIDADE	0,235	235,00	SR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
95	SERINGA DESCARTÁVEL 05 ML - BICO C/ ADAPTAÇÃO SIMPLES E SEGURA (NÃO LUER LOK)	3.000	UNIDADE	0,17	510,00	SR	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
96	SERINGA DESCARTÁVEL 10ML - BICO C/ ADAPTAÇÃO SIMPLES E SEGURA (NÃO LUER LOK)	5.000	UNIDADE	0,249	1.245,00	EMBRAMAC	PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MED. E LAB. LTDA ME
97	SERINGA DESCARTÁVEL 20 ML - BICO C/ ADAPTAÇÃO SIMPLES E SEGURA (NÃO LUER LOK)	3.000	UNIDADE	0,38	1.140,00	SR	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
98	SOLUÇÃO OLEOSA (ÓLEOS VEGETAIS POLI-INSATURADOS), À BASE DE ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAS.	200	FRASCO	7,90	1.580,00	MOPH	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
99	SONDA URETRAL DE ALÍVIO Nº 8	20	UNIDADE	0,4143	8,29	BIOSANI	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
100	SONDA URETRAL DE ALÍVIO Nº 10	20	UNIDADE	0,45	9,00	BIOSANI	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
101	SONDA URETRAL DE ALÍVIO Nº 12	20	UNIDADE	0,46	9,20	BIOSANI	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
102	SONDA URETRAL DE ALÍVIO Nº 16	20	UNIDADE	0,50	10,00	BIOSANI	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
103	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - FRASCO C/ 250ML. CAIXA C/ 30 UNIDADES	3.000	UNIDADE	1,8354	5.506,20	FRESENIUS	PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA
104	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - FRASCO C/ 500ML. CAIXA C/ 30 UNIDADES	3.000	UNIDADE	2,2769	6.830,70	FRESENIUS	PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA
105	SORO GLICOSADO - FRASCO 250ML.	450	UNIDADE	1,9596	881,82	FRESENIUS	PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA
106	SORO GLICOSADO - FRASCO 500ML.	600	UNIDADE	2,2769	1.366,14	FRESENIUS	PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA
107	SORO GLICOFISIOLÓGICO - FRASCO 500ML	1.500	UNIDADE	2,3459	3.518,85	FRESENIUS	PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA
108	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL DE PRECISÃO	50	UNIDADE	11,50	575,00	MEDCARE	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
109	TERMÔMETRO DE MÁX./ MÍN.	05	UNIDADE	50,00	250,00	J.PROLAB	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
110	TERMÔMETRO DIGITAL DE MÁX./MÍN.	15	UNIDADE	74,90	1.123,50	INCOTERM	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
111	TERMÔMETRO CLÍNICO / VIDRO/MERCURIO	100	UNIDADE	6,98	698,00	PREMIUM	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
112	TESOURA ESMARCH 20CM PARA GESSO	05	UNIDADE	65,00	325,00	ABC	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
113	TESOURA PONTA FINA/ FINA	05	UNIDADE	11,87	59,35	ABC	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
114	TIRAS REAGENTES PARA GLICEMIA CAPILAR -APARELHO ON CALL PLUS, CAIXA COM 50 TIRAS.	200	CAIXA	37,73	7.546,00	ACON	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA

115	TUBO PARA COLETA DE SANGUE - CAPACIDADE APROXIMADA 10ML SEM ANTICOAGULANTE	500	UNIDADE	0,60	300,00	LABOR	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
116	TUBO PARA COLETA DE SANGUE - CAPACIDADE APROXIMADA 05 ML SEM ANTICOAGULANTE	500	UNIDADE	0,4249	212,45	LABORIMPORT	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
117	VASELINA LÍQUIDA CONCENTRADA	10	FRASCO	27,11	271,10	VIC PHARMA	PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MED. E LAB. LTDA ME
118	TAMPÃO OCLUSIVO (PROTETOR OCULAR ADULTO), PRODUZIDO COM FITA MICROPORE	10	CAIXA	16,25	162,50	OFTAM	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
119	TUBO DE LÁTEX	15	METRO	0,84	12,60	LEMGRUBER	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
121	SABONETE LIQUIDO, TIPO REFIL 1.000ML	20	FRASCO	8,80	176,00	RICIE-WIRATH-M	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
122	PAPEL TOALHA FARDÓ COM 1000 FOLHAS CREME 20X22,5	100	PACOTE	5,00	500,00	DAMAS	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
123	CATGUT SIMPLES 1-0 TIPO A, 75CM, NÃO FERÍVEL, ESTÉRIL, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, CAIXA C/24 UNIDADES	02	CAIXA	82,00	164,00	TECHNOFIO	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
124	CATGUT SIMPLES 2-0 TIPO A, 75CM, NÃO FERÍVEL, ESTÉRIL, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, CAIXA C/24 UNIDADES	02	CAIXA	80,00	160,00	MEDLINE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
125	CATGUT SIMPLES 4-0 TIPO A, 75CM, NÃO FERÍVEL, ESTÉRIL, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, CAIXA C/24 UNIDADES	02	CAIXA	81,95	163,90	TECHNOFIO	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
126	CATGUT SIMPLES 5-0 TIPO A, 75CM, NÃO FERÍVEL, ESTÉRIL, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, CAIXA C/24 UNIDADES	02	CAIXA	82,00	164,00	TECHNOFIO	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
127	TESOURA PONTA RETA 15CM	10	UNIDADE	15,80	158,00	ABC	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
128	TESOURA PONTA RETA 12CM	10	UNIDADE	14,50	145,00	ABC	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
129	PINÇA KELI 12CM	10	UNIDADE	15,00	150,00	ABC	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
130	LAMPADA PARA LARINGOSCÓPIO	10	UNIDADE	36,00	360,00	LM	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
131	FITA MÉTRICA	05	UNIDADE	5,60	28,00	METRIC	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
132	ESPÉCULO DESCARTÁVEL P	500	UNIDADE	1,10	550,00	ADLIN	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
133	ESPÉCULO DESCARTÁVEL M	500	UNIDADE	1,36	680,00	HEALTHMED	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
134	ESPECULO DESCARTÁVEL G	300	UNIDADE	1,69	507,00	KOLPALST	PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MED. E LAB. LTDA ME
135	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - FRASCO C/ 100ML	500	UNIDADE	2,65	1.325,00	EQUIPLEX	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
136	PORTA LAMINA	10	UNIDADE	8,00	80,00	CRAL	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME

137	ELETRODO ADESIVO PARA ELETROCARDIOGRAMA PACOTE C/ 50 UNIDADES	04	PACOTE	11,30	45,20	MAXICOR	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
138	APARELHO PARA NEBULIZAÇÃO	15	UNIDADE	149,00	2.235,00	G-TECH	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
139	KIT PARA NEBULIZADOR (MASCARA, EXTENSOR, CACHIMBO)	05	UNIDADE	8,00	40,00	DARU	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
140	BRAÇADEIRA P/ INJEÇÃO COM CONCHA ESTOFADA	02	UNIDADE	94,33	188,66	LM MÓVEIS	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
141	GAZE TIPO QUEIJO 13 FIOS 91MM X 91METROS	05	ROLO	40,00	200,00	GAZETEX	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
142	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO GRANDE	25	CAIXA	12,00	300,00	LENGRUBER	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
143	MÁSCARA PARA AMBÚ DE SILICONE ADULTO	03	UNIDADE	100,50	301,50	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
144	MÁSCARA PARA AMBÚ DE SILICONE INFANTIL	03	UNIDADE	81,28	243,84	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
145	MÁSCARA PARA NEBULIZAÇÃO ADULTO	05	UNIDADE	3,50	17,50	DARU	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
146	MÁSCARA PARA NEBULIZAÇÃO INFANTIL	05	UNIDADE	3,50	17,50	DARU	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
147	PÊRA PARA APARELHO DE PRESSÃO	10	UNIDADE	7,90	79,00	SOLIDOR	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
148	POVIDINE DEGERMANTE - POLIVINILPIRROLIDONA - IODO (PVP-I) / FRASCO DE 1000 ML, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E LOTE.	15	FRASCO	16,00	240,00	VIC PHARMA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
149	SACO DE LIXO BRANCO HOSPITALAR 030/040 LITROS CONTENDO 100 UNIDADES	50	PACOTE	16,90	845,00	NEKPLAST	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
150	SACO DE LIXO BRANCO HOSPITALAR 050/060 LITROS CONTENDO 100 UNIDADES	50	PACOTE	20,00	1.000,00	NEKPLAST	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
151	SACO DE LIXO BRANCO HOSPITALAR 090/100 LITROS CONTENDO 100 UNIDADES	50	PACOTE	23,90	1.195,00	EREPLAST	PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MED. E LAB. LTDA ME
153	EQUIPO COM RESPIRO ESTÉRIL	10	UNIDADE	1,55	15,50	TKL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
154	CADEIRA DE BANHO GRANDE	01	UNIDADE	300,00	300,00	CDS	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
155	CADEIRA DE BANHO MEDIA	01	UNIDADE	210,00	210,00	CDS	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
156	MULETA DE MADEIRA COM REGULAGEM	05	UNIDADE	65,00	325,00	JAGUARIBE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
157	BENGALA DE ALUMÍNIO COM REGULAGEM	02	UNIDADE	45,00	90,00	JAGUARIBE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
158	BENGALA DE MADEIRA EM T	02	UNIDADE	27,00	54,00	JAGUARIBE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
159	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO M	4.800	UNIDADE	1,09	5.232,00	MASTERFRAL	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
160	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO G	4.800	UNIDADE	1,08	5.184,00	MASTERFRAL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
161	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO XG	4.800	UNIDADE	1,08	5.184,00	POP	PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MED. E LAB. LTDA ME



162	CADEIRA DE RODAS GAZELA, CONSTRUÍDA EM AÇO, COM PINTURA EPÓXI, DOBRÁVEL EM "L" TIPO MONOBLOCO, ROLAMENTOS BLINDADOS NAS 4 RODAS, E NO EIXO VERTICAL DO GARFO, EIXOS REFORÇADOS EM AÇO, COM SISTEMA DE DESMONTAGEM RÁPIDA QUICK RELEASE NAS 4 RODAS, RODAS TRASEIRAS DE 24 INFLAVEIS E DIANTEIRAS DE 6 MACIÇAS, APOIO DE BRAÇOS REMOVÍVEIS COM PROTETOR DE ROUPAS INCORPORADO, PEDAL FIXO E REGULÁVEL NA ALTURA, FAIXA DE PANTURRILHA, FREIOS BILATERAIS, TRÊS POSIÇÕES DE REGULAGEM DO CENTRO DE GRAVIDADE, ESTOFAMENTO 100% CAPOTA IMPERMEÁVEL ACOLCHOADO, COM ARO DE IMPULSÃO EM LIGA DE ALUMÍNIO TEMPERADO COM MESMO ACABAMENTO DA ESTRUTURA.	01	UNIDADE	1.150,00	1.150,00	JAGUARIBE	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
164	MÁSCARA CIRURGICA DESCARTÁVEL C/ 50 UNIDADES	80	CAIXA	5,10	408,00	SSPLUS	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
165	GORRO DESCARTÁVEL	50	UNIDADE	0,62	31,00	CLEAN	PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MED. E LAB. LTDA ME
166	ALCOOL EM GEL 70%	100	FRASCO	4,00	400,00	RICIE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
167	MASCARA TIPO BICO DE PATO	500	UNIDADE	1,30	650,00	ALL DESC	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
168	AVENTAL DESCARTÁVEL MANGA LONGA	50	UNIDADE	1,20	60,00	CLEAN	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
169	AGULHA DESCARTÁVEL 25X8	1.000	UNIDADE	0,05	50,00	SOLIDOR	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
170	CATETER NASAL TIPO OCULOS	150	UNIDADE	0,85	127,50	MEDSONDA	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
171	LANCETA ESTÉRIL PARA TESTE DE GLICEMIA CAPILAR CAIXA C/ 50 UNIDADES	200	CAIXA	7,19	1.438,00	PONTURA	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
172	TORNIQUETE ADULTO PARA GARROTEAMENTO. GARROTE EM TECIDO ELÁSTICO, RESISTENTE, PROCESSO DE AUTO TRAVA, COM BOTÃO DE REGULAGEM DE TENSÃO, SIMPLES MANIPULAÇÃO, HIGIÊNICO E LAVÁVEL	06	UNIDADE	5,01	30,06	GLICOMED-ACCUME	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
174	MANTA TÉRMICA	20	UNIDADE	10,00	200,00	SERMEDICAL	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP

175	TALA DE PAPELÃO TAMANHO P, PACOTE COM 10	05	PACOTE	15,00	75,00	SERMEDICAL	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
176	TALA DE PAPELÃO TAMANHO M, PACOTE COM 10	05	PACOTE	17,90	89,50	SERMEDICAL	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
177	TALA DE PAPELÃO TAMANHO G, PACOTE COM 10	05	PACOTE	20,00	100,00	SERMEDICAL	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
178	TALA DE PAPELÃO TAMANHO XG, PACOTE COM 10	05	PACOTE	22,00	110,00	SERMEDICAL	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
179	FRALDA GERIÁTRICA ADULTO TAMANHO P	4.800	UNIDADE	0,90	4.320,00	MEDIHOUSE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
180	PAPEL PARDO ROLO 1,20MTS X250 MTS - 80 GR/M2	20	ROLO	69,50	1.390,00	TB	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
181	FRALDA INFANTIL TAMANHO P	8.000	UNIDADE	0,32	2.560,00	BABY PISS	PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MED. E LAB. LTDA ME
182	FRALDA INFANTIL TAMANHO M	6.000	UNIDADE	0,42	2.520,00	MEDIHOUSE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
183	FRALDA INFANTIL TAMANHO G	6.000	UNIDADE	0,45	2.700,00	MEDIHOUSE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
184	FRALDA INFANTIL TAMANHO XG	6.000	UNIDADE	0,48	2.880,00	BABY PISS	PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MED. E LAB. LTDA ME
185	LENÇOL DESCARTÁ- VEL 2,0 METROS POR 0,90CM COM ELÁSTICO CONTENDO 10 UNIDA- DES.	10	PACOTE	9,90	99,00	CLEAN	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
186	LENÇOL DESCARTÁ- VEL 2,0 METROS POR 0,90CM SEM ELÁSTICO	100	UNIDADE	0,97	97,00	MEDGAUZE	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
187	AUTOCLAVE HORIZON- TAL DIGITAL 30 LITROS	01	UNIDADE	3.200,00	3.200,00	STERMAX	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
188	ESTUFA DE ESTERI- LIZAÇÃO E SECAGEM 34X34X34	01	UNIDADE	1.100,00	1.100,00	MEDICATE	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
189	ELETRODO PRÉ-COR- DIAL COM PERA 2	06	UNIDADE	11,50	69,00	MISSOURI	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
190	PLACA DE ALGINATO DE CÁLCIO	50	UNIDADE	20,00	1.000,00	CURATEC	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
191	PLACA DE CARVÃO ATI- VADO 250MG CONTEN- DO 20 UNIDADES	03	CAIXA	22,00	66,00	CURATEC	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
192	OXÍMETRO PULSO PORTÁTIL DE DEDO ADULTO	02	UNIDADE	349,00	698,00	SOLMEDICA	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
193	PINÇA ANATOMICA DENTE DE RATO 12CM	10	UNIDADE	8,90	89,00	ABC	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
194	PINÇA ANATOMICA DENTE DE RATO 18CM	10	UNIDADE	10,65	106,50	ABC	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
195	BACIA INOX 41CM - 6300 LITROS	01	UNIDADE	150,00	150,00	BACINOX	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
196	BACIA INOX 35CM - 4700 LITROS	02	UNIDADE	90,00	180,00	BACINOX	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
197	CABO DE BISTURI	03	UNIDADE	5,35	16,05	LM	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
198	CUBA RIN 16X12CM INOX	10	UNIDADE	30,00	300,00	FAMI ITÁ	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
199	CUBA REDONDA 10X 5CM	10	UNIDADE	11,90	119,00	FAMI ITÁ	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
200	CUBA REDONDA 13 X 6CM	10	UNIDADE	15,00	150,00	FORTINOX	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
201	LUVA CIRURGICA ESTÉ- RIL Nº 6,5	200	PAR	0,60	120,00	NEW HAND	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP

202	COLAR CERVICAL DE ESPUMA PEQUENO	05	UNIDADE	12,90	64,50	RESGATE	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
203	COLAR CERVICAL DE ESPUMA MEDIO	05	UNIDADE	12,90	64,50	RESGATE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
204	COLAR CERVICAL DE ESPUMA GRANDE	05	UNIDADE	7,35	36,75	MSO	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
205	AGULHA DESCARTAVEL 13X3,00 30G1/2	2.000	UNIDADE	0,19	380,00	BD	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
206	OTOSCOPIO CLÍNICO CABO DE INOX	02	UNIDADE	470,00	940,00	MD	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
207	ESTETOSCOPIO ADULTO	02	UNIDADE	11,00	22,00	PREMIUM	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
208	ESTETOSCOPIO PEDIÁTRICO	02	UNIDADE	12,00	24,00	ADVANTIVE	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
209	OXIMETRO PORTÁTIL DE DEDO INFANTIL	01	UNIDADE	349,00	349,00	SOLMEDICA	ALIANÇA HOSP. EIRELI EPP
210	LENÇOS UMEDECIDOS PARA BEBES, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	200	PACOTE	21,00	4.200,00	BABY	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
211	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 18	100	UNIDADE	0,89	89,00	BIOSANI	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
212	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 22	100	UNIDADE	1,19	119,00	BIOSANI	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
213	SONDA DE FOLEY Nº 18, FEITA EM LATEX DE BORRACHA 10% NATURAL, COM PONTA DISTAL ATRAUMÁTICO, BALÃO COM ENCHIMENTO SIMÉTRICO PARA 30 CC. COM 2 VIAS, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO BLISTER ATOXICO, ESTERELIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO	100	UNIDADE	1,89	189,00	LAMEDID-SOLIDOR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
214	LUVA ESTERIL Nº 6,5	200	PAR	0,70	140,00	NEW HAND	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
215	TUBO OROTRAQUEAL Nº 6,5	100	UNIDADE	2,90	290,00	SOLIDOR	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
216	TUBO OROTRAQUEAL Nº 7,0	100	UNIDADE	2,85	285,00	SOLIDOR	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
217	TUBO OROTRAQUEAL Nº 7,5	100	UNIDADE	2,90	290,00	SOLIDOR	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
218	TUBO OROTRAQUEAL Nº 8,0	100	UNIDADE	2,85	285,00	LAMEDID-SOLIDOR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
219	TUBO OROTRAQUEAL Nº 8,5	100	UNIDADE	2,90	290,00	SOLIDOR	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME

220	COLAR CERVICAL TAMANHO M - EXCLUSIVO PARA USO PREHOSPITALAR, COM DESENHO ASSIMÉTRICO, DOBRAVEL E PLANO. COM JANELA TRAQUEAL EXTRA GRANDE PARA ACESSO A REGIAO CERVICAL ANTERIOR, COM FECHO DE VELCRO DE LARGURA MINIMA DE 5 CM. CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE, RADIOTRASPARENTE, COM ENCHIMENTO DE ESPUMA EM TODAS AS FACES DE CONTATO COM A PELE DO PACIENTE	05	UNIDADE	99,00	495,00	RESGATE	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
221	MASCARA DE VENTURI COM RESERVATÓRIO ADULTO, TRANSPARENTE, DE VINIL MACIO PARA CONFORTO DO PACIENTE E AVALIAÇÃO VISUAL. cOMPLETA, COM TUBO DE SUPRIMENTO DE OXIGENIO DE 21CM. PRESILHA AJUSTAVEL NO NARIZ QUE ASSEGURA UMA FIXAÇÃO CONFORTÁVEL	07	UNIDADE	23,50	164,50	MD	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
222	MASCARA DE VENTURI COM RESERVATÓRIO INFANTIL, TRANSPARENTE, DE VINIL MACIO PARA CONFORTO DO PACIENTE E AVALIAÇÃO VISUAL. cOMPLETA, COM TUBO DE SUPRIMENTO DE OXIGENIO DE 21CM. PRESILHA AJUSTAVEL NO NARIZ QUE ASSEGURA UMA FIXAÇÃO CONFORTÁVEL	05	UNIDADE	23,50	117,50	MD	CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA ME
223	AMBU DE SILICONE ADULTO	05	UNIDADE	179,00	895,00	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
224	LARINGOSCÓPIO STANDARD	01	UNIDADE	300,00	300,00	OXIGEL	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP

#### CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os

fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e



IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:00hs às 17:00hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.2.015 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0002 - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos Saúde

05.01.10.301.0006.2.016 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0064.08 - PAB FIXO

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou

execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 18 de julho de 2014.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN

PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA ALIANÇA HOSPITALAR EIRELI EPP

EMPRESA VENCEDORA EMPRESA VENCEDORA

PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA EPP CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PROD. HOSP. LTDA ME

EMPRESA VENCEDORA EMPRESA VENCEDORA

PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP

EMPRESA VENCEDORA

PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA - ME

EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- LIZANDRO KREUSCH  
CPF: 017.410.949-09 CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

#### Decreto N.º 082/2014

DECRETO Nº 082, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

"REGULAMENTA O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE QUE TRATA A LEI Nº 1.072 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições e da competência que lhe confere o art. 66 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentado o CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, de que trata a Lei nº 1.072, de 26 de junho de 2014, que dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico.

Art. 2º O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, instância superior do Sistema Municipal de Saneamento, atuará como um órgão permanente de debates, proposições, deliberações e normatização das políticas públicas de saneamento, de acordo com as competências fixadas em lei.

Parágrafo Único O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO será composto por 08 (oito) membros e seus respectivos suplentes sendo:

**I - Titulares de Serviço:**

Titular: Tatiana Schultz Reva

Suplente: Fabio Aurelio Franz

**II - Representantes de Órgãos do Governo Municipal relacionados ao Setor de Saneamento Básico:**

Titular: Anderson Hoffmann

Suplente: Karla Adriana Engel França

**III - Representantes do Conselho Municipal do Plano Diretor Participativo:**

Titular: Jandir José Kreusch

Suplente: Dauri Vitor Kreusch

**IV - Representantes da EPAGRI:**

Titular: Francisco Antonello Marodin

Suplente: Cassiano Greick Eger

**V - Representantes do Poder Legislativo:**

Titular: Andréia Aparecida Eger Hamm

Suplente: Deivyt Oni Scheidt

**VI - Representantes dos Prestadores do Serviço Público:**

Titular: Vitor Norberto Alves

Suplente: Samuel José Abreu

**VII - Representantes dos Usuários de Saneamento Básico:**

Titular: Fernando Lopes

Suplente: Carlos Alberto Coelho

**VIII - Representantes de Organizações da Sociedade Civil:**

Titular: Marisa Hilleshein Franzen

Suplente: Clarinda Lopes Coelho

Art. 3º A estrutura do CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO suas atividades e funcionamento serão definidos no seu Regimento Interno.

§1º O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO será presidido pelo Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme Lei nº 1.072, de 26 de junho de 2014, que dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico.

Art. 4º São atribuições específicas do Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO:

I - representar o Grupo ou delegar a sua representação;

II - convocar as reuniões do Grupo sempre que solicitado por qualquer dos seus membros;

III - coordenar as reuniões e proferir o voto de qualidade nos casos de empate;

IV - delegar atribuições;

V - assinar as atas aprovadas em reunião;

VI - aplicar as normas do regimento interno;

VII - homologar, após aprovação do conselho o regimento interno e suas alterações.

Art. 5º Ao CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO compete:

I - formular as políticas de saneamento básico, definir estratégias e prioridades, acompanhar e avaliar sua implementação;

II - publicar o relatório da situação de salubridade sanitária do Município;

III - deliberar sobre propostas de projetos de lei e programas de saneamento básico financiados com recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

IV - desobrigar a apresentação de contrapartida na transferência de recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

V - definir os critérios para comprovação de interesse público relevante ou da existência de riscos elevados à saúde pública, para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico, a título de concessão de subsídios ou a fundo perdido;

VI - fomentar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação tecnológica e a formação de recursos humanos;

VII - monitorar o cumprimento da Política Municipal de Saneamento Básico, especialmente no que diz respeito ao fiel cumprimento de seus princípios e objetivos e a adequada prestação dos serviços e utilização dos recursos;

VIII - decidir sobre propostas de alteração da Política Municipal de Saneamento Básico;

IX - atuar no sentido da viabilização de recursos destinados aos planos, programas e projetos de saneamento básico;

X - estabelecer diretrizes e mecanismos para o acompanhamento, fiscalização e controle do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

XI - articular-se com outros conselhos existentes no Município e no Estado com vistas a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico;

XII - elaborar e aprovar o seu regimento interno;

XIII - elaborar e aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Saneamento Básico;

XIV - convocar, em caso de omissão do Chefe do Poder Executivo, a Conferência Municipal de Saneamento Básico;

XV - manifestar-se sobre a delegação da organização, regulação, fiscalização e prestação dos serviços de saneamento básico municipal;

XVI - definir as classes de resíduos sólidos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador, que podem ser consideradas como resíduo sólido urbano.

Art. 6º O exercício do mandato de CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 7º Os membros terão mandato de 02 (dois) anos podendo ser reconduzidos por igual período de acordo com indicação dos seus respectivos segmentos.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 04 de setembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### Extrato do Convênio 44/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONVÊNIO  
CONVÊNIO Nº 44/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA BRASIL  
Fundamento legal: Lei Ordinária nº 1.223/2014 de 13 de agosto de 2014.

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para construção de banheiros e aquisição de bancos e mesas para uso no Cento Comunitário.

Valor do repasse: R\$ 12.000,00

Vigência: até 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 18 de agosto de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

### Extrato do Convênio 45/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONVÊNIO  
CONVÊNIO Nº 45/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDÓIA DO SUL - APAE  
Fundamento legal: Lei Ordinária nº 1.225/2014 de 20 de agosto de 2014.

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para manutenção das atividades da entidade junto às crianças e adolescentes com necessidades especiais

Valor do repasse: R\$ 13.900,00

Vigência: até 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 25 de agosto de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

### Extrato do Convênio 46/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONVÊNIO  
CONVÊNIO Nº 46/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE LAGEADO DOS PINHEIROS  
Fundamento legal: Lei Ordinária nº 1.223/2014 de 13 de agosto de 2014.

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira,

visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para instalação de sistema de internet, das comunidades de Lageado dos Pinheiros, Santo Isidoro e Boa Esperança.

Valor do repasse: R\$ 7.250,00

Vigência: até 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 25 de agosto de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

### Extrato do Convênio 47/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONVÊNIO  
CONVÊNIO Nº 47/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE LINHA MIMOSA  
Fundamento legal: Lei Ordinária nº 1.223/2014 de 13 de agosto de 2014.

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para instalação de sistema de internet, na comunidade de Linha Azul

Valor do repasse: R\$ 4.500,00

Vigência: até 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 25 de agosto de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

### Extrato do Convênio 48/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONVÊNIO  
CONVÊNIO Nº 48/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA CANÁRIO DA SERRA DE LINHA SANGA MARTINS  
Fundamento legal: Lei Ordinária nº 1.223/2014 de 13 de agosto de 2014.

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para construção de uma quadra de areia na comunidade

Valor do repasse: R\$ 12.000,00

Vigência: até 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 29 de agosto de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

### Extrato do Convênio 49/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONVÊNIO  
CONVÊNIO Nº 49/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA SANTOS

Fundamento legal: Lei Ordinária nº 1.208/2014 de 07 de maio de 2014.

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para reforma na cobertura do centro comunitário. Valor do repasse: R\$ 6.000,00

Vigência: até 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 29 de agosto de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

### **Extrato do Contrato FMS 02/2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 02/2014 - 4º TA 13/2012

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2012

Objeto: Reajuste de preços em 6,33% do serviço de fornecimento mediante locação, atualização e manutenção de sistemas de informática na área de saúde e social.

Valor Acrescido: R\$ 370,35

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 29 de Agosto de 2014.

Ronaldo Piscini

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

### **EXTRATO DO CONTRATO 101/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 101/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2014

Objeto: Contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos. I - REGIN;

II - Simples Nacional.

Valor Mensal: R\$ 440,00

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 01 de agosto de 2014

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

### **Extrato do Contrato 102/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 102/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: PAREDEC DIVISÓRIAS ECONÔMICAS LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 47/2014

Objeto: Aquisição e instalação de paredes divisórias com estrutura em aço e fechamento com eucatex com vidros translúcidos, uma porta em alumínio, janela de correr em alumínio, e fornecimento e instalação de forro em pvc, para construção de um refeitório no Centro de Educação Infantil Roselene Fátima Bussolaro, e adequação de divisórias em sala do centro administrativo.

Valor: R\$ 11.240,00

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 04 de agosto de 2014

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

### **Extrato do Contrato 103/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 103/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: GAZIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA

Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PMLS Nº 01/2014

Objeto: Referente aquisição de 08 aparelhos de Ar Condicionado Split 18.000 BTUS, através de adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico FNDE nº 19/2013 - Programa PAR e Caminhos da Escola.

Valor: R\$ 14.640,00

Vigência: 06 de agosto de 2015

Assinatura: 06 de agosto de 2014

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

### **Extrato do Contrato 104/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 104/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: L. MOHR LTDA

Licitação: PREGÃO Nº 48/2014

Objeto: Referente aquisição de 16 conjuntos de Bandeiras Oficiais contendo em cada conjunto: bandeiras do Brasil, do Estado e do Município.

Valor: R\$ 4.700,00

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 11 de agosto de 2014.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato 105/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 105/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: PAVIMÁQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA  
Licitação: PREGÃO Nº 50/2014  
Objeto: Referente aquisição de 06 rodas de aço para uma motoni-veladora nova marca Case.  
Valor: R\$ 9.799,98  
Vigência: 31 de dezembro de 2014.  
Assinatura: 18 de agosto de 2014.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato 106/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 106/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA  
Licitação: PREGÃO Nº 51/2014  
Objeto: Execução de serviços de conservação rodoviária (roçada mecanizada costal/limpeza sarjetas) na malha rodoviária estadual, de abrangência do município de Lindóia do Sul, compreendendo duas execuções durante a vigência contratual.  
Valor: R\$ 51.160,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2014.  
Assinatura: 20 de agosto de 2014.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato 107/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 107/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ASSOCIAÇÃO NÚCLEO DE PROFISSIONAIS AMIGOS DOS IDOSOS LTDA  
Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2014  
Objeto: Prestação de serviços de internamento de longa permanência a munícipe idoso, interditado judicialmente.  
Valor Mensal: R\$ 1.448,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2014.  
Assinatura: 21 de agosto de 2014.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato 108/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 108/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: JÚLIO RAMOS LUZ  
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2014  
Objeto: Serviços de leiloeiro oficial do estado de Santa Catarina, para venda de bens inservíveis.  
Comissão: 5 % a ser paga pelos arrematantes.  
Vigência: 25 de agosto de 2015.  
Assinatura: 25 de agosto de 2014.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato 109/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 109/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: AUTO PEÇAS 4R LTDA  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2014  
Objeto: Contratação de empresa, com o fornecimento de peças e mão de obra para conserto caminhão VW 26.260 e, ano 2008/2009, placa MHC 1813.  
Valor: 22.900,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2014.  
Assinatura: 26 de agosto de 2014.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato 110/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 110/2014 7º TA 23/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: VIAGENS ZONTA LTDA  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2014  
Objeto: Alteração do itinerário do contrato de prestação de serviço, de transporte coletivo de alunos da rede de ensino fundamental, do município de Lindóia do Sul, em função da reforma de uma ponte existente no trajeto original.  
Valor acrescido: R\$ 1.578,24  
Vigência: 31 de dezembro de 2014.  
Assinatura: 27 de agosto de 2014.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal



**Extrato do Contrato 111/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 111/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE LINDÓIA DO SUL.  
Licitação: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2014  
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para composição da merenda escolar.  
Valor: R\$ 11.677,50  
Vigência: 31 de dezembro de 2014.  
Assinatura: 28 de agosto de 2014.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato 112/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 112/2014 - 1º TA 02/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: EDITORA POSITIVO LTDA.  
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2013  
Objeto: O presente aditivo tem como objeto a reprogramação e acréscimo das quantidades bimestrais e anuais de livros para o ano letivo de 2014, decorrente da necessária alteração da estimativa inicialmente prevista, em função da matrícula de novos alunos durante o exercício.  
Valor acrescido: R\$ 3.501,62  
Vigência: 31 de dezembro de 2014.  
Assinatura: 29 de agosto de 2014.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

**Extrato de Distrato Nº 02/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE DISTRATO  
RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATO Nº 02/2014  
REFERENTE CONTRATO 170/2010

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que rescindiu de forma amigável o seguinte contrato:

Nº de Contrato: 170/2010  
Contratada: GETÚLIO VICENZI

Objeto: Execução do serviço público de táxi em perímetro rural do município de Lindóia do Sul.

O PODER CONCEDENTE e o PERMISSONÁRIO resolvem, de forma amigável, rescindir, a partir de 18 de agosto de 2014, o Contrato nº 170/2010, de 11 de outubro de 2010.

Lindóia do Sul/SC, 18 de agosto de 2014.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

**Luzerna****PREFEITURA****Contrato FMAS Nº 014.14**

Contrato FMAS nº 014/2014

CONTRATO DE LOCAÇÃO COM URBANO JOSÉ MOTT E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA, OBJETIVANDO A LOCAÇÃO DO IMÓVEL A FIM DE OTIMIZAR E APRIMORAR OS SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, VOLTADOS PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E ACESSUAS PRONATEC/BSM/TRABALHO, CONFORME TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.006.814/0001-48, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, brasileiro, casado, odontólogo, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.630.159-11 e portador da cédula de identidade nº 11/R 4.092.312, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, 476, Município de Luzerna/SC, de ora em diante denominado LOCATÁRIO, e o URBANO JOSÉ MOTT, pessoa física, brasileiro, maior, casado, portador da cédula de identidade nº 1.703.037 SSPSC e inscrito no CPF/MF sob o nº 512.476.74-91, residente e domiciliado a Rua Afonso Edmundo Dresch, nº 122, Centro no Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000, doravante denominada LOCADOR, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE LOCAÇÃO COM URBANO JOSÉ MOTT E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA, OBJETIVANDO A LOCAÇÃO DO IMÓVEL A FIM DE OTIMIZAR E APRIMORAR OS SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, VOLTADOS PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E ACESSUAS PRONATEC/BSM/TRABALHO, CONFORME TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, conforme Processo Licitatório nº 0108/2014 Dispensa de Licitação Nº 011/2014 de 29 de agosto de 2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO**

O objeto do presente Contrato é a contrato de locação com Urbano José Mott e o fundo municipal de assistência social de luzerna, objetivando a locação do imóvel a fim de otimizar e aprimorar os serviços do sistema único da assistência social, voltados para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e ACESSUAS PRONATEC/BSM/TRABALHO, conforme tipificação nacional de serviços Socioassistenciais.

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DO PREÇO E PAGAMENTO**

2.1. O preço total da locação convencionado é de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo que o pagamento será pago até o quinto dia útil de cada mês ao da prestação do serviço. O valor mensal será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

2.2 O valor somente será revisado quando houver alteração, devidamente comprovada, podendo ocorrer nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado e protocolado pelo LOCADOR.

2.3. Fica a cargo do LOCADOR proprietário do imóvel o pagamento do IPTU correspondente ao mesmo.

**CLÁUSULA TERCEIRA  
DO PRAZO E RESCISÃO**

O presente contrato terá vigência de 12 meses a contar a partir do dia 1º de setembro de 2014, e poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 e pelas formas do art.79 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA QUARTA  
DAS OBRIGAÇÕES**

O LOCATÁRIO obriga-se a não fazer modificações ou transformações no imóvel, sem autorização escrita do LOCADOR.

**CLÁUSULA QUINTA  
DA DOTAÇÃO**

As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Atividade: 1201.08.244.0025.2084 - manutenção do CRAS  
Reduzido: 009  
Fonte 52 - ACESSUAS  
Elemento de despesas 3.3.90.39.10 - locação de imóveis

**CLÁUSULA SEXTA  
DO FORO**

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 29 de agosto de 2014.  
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FMAS  
LOCATÁRIO

URBANO JOSÉ MOTT  
LOCADOR

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

**CÂMARA MUNICIPAL****Balancete Financeiro 08/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Agosto/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	32.535,83
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	32.535,83
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	30.727,05
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.808,78
Receita Extra - Orçamentária	72.519,92	Despesa Extra - Orçamentária	35.012,94
DEPÓSITOS	2.484,09	DEPÓSITOS	2.477,11
CONSIGNAÇÕES	2.484,09	CONSIGNAÇÕES	2.477,11
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.996,20	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.996,20
TESOURO NACIONAL	169,89	TESOURO NACIONAL	169,89
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	146,42	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	139,44
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	171,58	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	171,58
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	32.535,83	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	32.535,83
OBRIGAÇÕES A PAGAR	32.535,83	OBRIGAÇÕES A PAGAR	32.535,83
FORNECEDORES	1.808,78	FORNECEDORES	1.808,78
PESSOAL A PAGAR	24.408,15	PESSOAL A PAGAR	24.408,15
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	6.318,90	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	6.318,90
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	37.500,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	37.500,00		
REPASSE RECEBIDO	37.500,00		
Saldos anteriores	12.974,41	Saldos atuais	17.945,56
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	12.974,41	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	17.945,56
BANCO C/ MOVIMENTO	0,00	BANCO C/ MOVIMENTO	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	85.494,33	Total	85.494,33

Luzerna, 01/09/2014

 RUBIANA SUELEN BALESTRIN  
 CONTADORA

 MAURI JOSE SCHLINDWEIN  
 PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Macleira

PREFEITURA

Relatório de Compras - Mês 08/2014 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Agosto/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/21

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ACORDAR ASSESSORIA EDUCACIONAL E PRESTA	Capacitação de Professores da Rede Municipal de Ensino	1589	10,000	120,0000	1.200,00
ADELINO DALMINA	Afaze crespia, fresca, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de material terroso, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte		10,000	2,0500	20,50
ADELINO DALMINA	Couve manteiga verde escuro, folhas íntegras e frescas. Embalados em plástico de polietileno transparente		2,000	4,3500	8,70
ADELINO DALMINA	Feijão preto, tipo 1, selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2 de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A.		7,000	5,6000	39,20
ADELINO DALMINA	Embalagem de 1 Kg, devendo estar intacta, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.				
ADELINO DALMINA	Pão caseiro branco, embalado em plástico transparente, com cheiro e coloração característicos do produto, livre de contaminações.		6,000	5,7000	34,20
ADELINO DALMINA	Tempero verde (salsinha e cebolinha) de boa qualidade, livre de defeitos, embalados em plástico de polietileno transparente.		6,000	1,9500	11,70
ADEMAR BERTOTTO ME	Marmitas	1534	16,000	15,0000	240,00
ADEMAR BERTOTTO ME	SUCO	1534	10,000	1,0000	10,00
ADRIANE ANTUNES DE LIMA	Bolacha caseira, pacotes com 01 kg. Massa consistente, com sabor e aroma característicos, livre de contaminantes, coloração e tamanho uniforme, sem danos físicos.		20,000	12,3000	246,00
ADRIANE ANTUNES DE LIMA	Bolacha de fubá, pacotes com 01 kg. Massa consistente, com sabor e aroma característicos, livre de contaminantes, coloração e tamanho uniforme, sem danos físicos.		18,000	12,3000	221,40
ADRIANE ANTUNES DE LIMA	Macarrão com ovos, tipo espagete, caseiro. Pacotes com 500 gramas, a embalagem deve estar intacta e bem vedada.		3,000	8,9000	26,70
ADRIANE ANTUNES DE LIMA	Macarrão com ovos, tipo espagete, caseiro. Pacotes com 500 gramas, a embalagem deve estar intacta e bem vedada.		16,000	8,9000	142,40
ADRIANE ANTUNES DE LIMA	Ovo de galinha. Características: fresco, casca livre de rachaduras e sujidades. Embalagens contendo 1 dúzia cada, devendo estar intacta e constar prazo de validade.		2,000	4,7500	9,50
ADRIANE ANTUNES DE LIMA	Ovo de galinha. Características: fresco, casca livre de rachaduras e sujidades. Embalagens contendo 1 dúzia cada, devendo estar intacta e constar prazo de validade.		1,000	4,7500	4,75
ADRIANE ANTUNES DE LIMA	Pão caseiro branco, embalado em plástico transparente, com cheiro e coloração característicos do produto, livre de contaminações.		10,000	5,7000	57,00
ADRIANE ANTUNES DE LIMA	Pão caseiro branco, embalado em plástico transparente, com cheiro e coloração característicos do produto, livre de contaminações.		12,000	5,7000	68,40
ADRIANE ANTUNES DE LIMA	Pão caseiro integral embalado em plástico transparente, com cheiro e coloração característicos do produto, livre de contaminações.		15,000	6,0000	90,00
AGRO MATERIAL GIULI TDA	Abafador de ouvido	1517	8,000	1,0000	8,00
AGRO MATERIAL GIULI TDA	Avental para proteção individual	1517	1,000	7,5000	7,50
AGRO MATERIAL GIULI TDA	Fio	1533	20,000	2,9500	59,00
AGRO MATERIAL GIULI TDA	Maccara Descartavel	1517	10,000	2,2000	22,00
AGRO MATERIAL GIULI TDA	Plug	1533	2,000	6,0000	12,00
AGRO MATERIAL GIULI TDA	Pneu carinho de mão	1630	1,000	17,5000	17,50
AGRO MATERIAL GIULI TDA	Tomada	1533	1,000	10,0000	10,00
AGRO MATERIAL GIULI TDA	VASSOURA DE RUA GRANDE	1701	2,000	13,5000	27,00
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	BALA DE ISOPOR MEDIA	1707	70,000	2,5000	175,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA  
Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Agosto/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/21

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	BOLA DE ISOPOR GRANDE	1707	70,000	4,5000	315,00
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	BOLA DE ISOPOR POQUENA	1707	104,000	0,2500	26,00
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	CADERNO DE LINGUAGEM	1707	10,000	6,5000	65,00
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Papel celafone	1707	50,000	1,0000	50,00
AUTO ELETRICA ABATTI	Lanterna	1702	1,000	102,7000	102,70
AUTO ELITE LTDA	Anéis e Presilhas	1610	1,000	6,0000	6,00
AUTO ELITE LTDA	Filtro Combustível	1610	1,000	20,5000	20,50
AUTO ELITE LTDA	Filtro de óleo	1610	1,000	20,5000	20,50
AUTO ELITE LTDA	Óleo motor	1610	1,000	190,0000	190,00
AUTO ELITE LTDA	Parafuso de roda	1610	1,000	10,0000	10,00
AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA	Óleo S10	1514	50,000	2,6200	131,00
AUTO POSTO FARENZENA LTDA	Querosene	1558	5,000	7,0000	35,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	ADITIVO RADIADOR	1629	1,000	20,0000	20,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	BICO	1535	1,000	7,0000	7,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Bloco de câmera	1527	1,000	5,0000	5,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Camara de ar	1638	1,000	115,0000	115,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Colarinho	1638	1,000	30,0000	30,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	CONCERTO DE PNEU	1515	4,000	25,0000	100,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	CONCERTO DE PNEU	1526	1,000	25,0000	25,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	CONCERTO DE PNEU	1582	1,000	15,0000	15,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	CONCERTO DE PNEU	1608	1,000	40,0000	40,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Detergente de alumínio para lavagem de motores, furgões, chassis de veículos (tambor 200 litros)	1678	1,000	274,5000	274,50
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Detergente desengraxante para limpeza pesada de chassi, motores e peças (tambor de 200 litros)	1678	1,000	274,5000	274,50
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Filtro de água	1596	1,000	49,0000	49,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Filtro de carte	1596	1,000	68,0000	68,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Filtro Diesel	1596	1,000	65,0000	65,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Graxa lubrificante para múltipla aplicação automotiva, a base de lítio grau NL GI-2 (tambor 180 kg)	1574	1,000	1,049,0000	1,049,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	MONTAGEM DE PNEU	1527	2,000	8,0000	16,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	MONTAGEM DE PNEU	1535	1,000	8,0000	8,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	MONTAGEM DE PNEU	1582	1,000	10,0000	10,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	MONTAGEM DE PNEU	1583	4,000	8,0000	32,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	MONTAGEM DE PNEU	1597	3,000	8,0000	24,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	MONTAGEM DE PNEU	1625	3,000	8,0000	24,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Óleo lubrificante multiviscosidade á base sintética SAE 15W40, classificação API SN (litro)		4,000	23,4000	93,60
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Óleo lubrificante multiviscosidade á base sintética SAE 15W40, classificação API SN (litro)		4,000	23,4000	93,60
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Óleo lubrificante multiviscosidade á base sintética SAE 15W40, classificação API SN (litro)		4,000	23,4000	93,60
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Óleo lubrificante para caixa de direção hidráulica e transmissões automáticas, classificação ATF DEXRON III, tipo A	1677	1,000	238,0000	238,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/21

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Óleo lubrificante para motores a diesel viscosidade SAE 15W40 extra turbo classificação - API CG	1569	1,000	177,0000	177,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Óleo lubrificante para motores a diesel viscosidade SAE 15W40 extra turbo classificação - API CG	1570	1,000	177,0000	177,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Óleo lubrificante para motores a diesel viscosidade SAE 15W40 extra turbo classificação - API CG	1571	1,000	177,0000	177,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Óleo lubrificante SAE 30 para direção hidráulica, classificação API CF-4	1572	1,000	163,0000	163,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Óleo lubrificante SAE 90, classificação API GL-5	1573	1,000	204,0000	204,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Serviço de socorro	1582	1,000	30,0000	30,00
BAR E LANCHONETE MAURINA ME	Vela	1609	1,000	12,0000	12,00
BAR E LANCHONETE MAURINA ME	Marmitas	1512	112,000	15,0000	1.680,00
BASEGGIO E LEMES COM. E SERVIÇOS LTDA	Marmitas	1715	75,000	15,0000	1.125,00
BASEGGIO E LEMES COM. E SERVIÇOS LTDA	RECARGA CARTUCHO DE TINTA Nº 670 - PRETO - PARA IMPRESSORA HP 4615		1,000	9,0000	9,00
BASEGGIO E LEMES COM. E SERVIÇOS LTDA	RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA Nº. 21 PARA IMPRESSORA HP		4,000	8,0000	32,00
BASEGGIO E LEMES COM. E SERVIÇOS LTDA	RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA Nº. 21 PARA IMPRESSORA HP	1672	3,000	8,0000	24,00
BASEGGIO E LEMES COM. E SERVIÇOS LTDA	RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA Nº. 22 PARA IMPRESSORA HP		2,000	10,0000	20,00
BASEGGIO E LEMES COM. E SERVIÇOS LTDA	RECARGA DE TONNER MLC1610 PARA IMPRESSORA SANSUNG	1542	2,000	43,5000	87,00
BASEGGIO E LEMES COM. E SERVIÇOS LTDA	RECARGA TONNER 285 PARA IMPRESSORA HP		1,000	43,0000	43,00
BASEGGIO E LEMES COM. E SERVIÇOS LTDA	RECARGA TONNER BROTHER PARA IMPRESSORA BROTHER 8080	1671	1,000	41,0000	41,00
BASEGGIO E LEMES COM. E SERVIÇOS LTDA	RECARGA TONNER S208D10 P/ IMPRESSORA XEROX 3550	1670	2,000	60,0000	120,00
BASEGGIO E LEMES COM. E SERVIÇOS LTDA	RECARGA TONNER TN420 P/ IMPRESSORA BROTHER		2,000	43,5000	87,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	Toner Plaser 3040	1708	2,000	40,0000	80,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	CABO DE ACELERADOR	1665	1,000	40,0000	40,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	Filtro Adicional	1865	1,000	10,0000	10,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	Fio p/ roçadeira	1665	312,000	0,5000	156,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	PARAFUSO	1665	2,000	3,0000	6,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	Serviço	1665	1,000	20,0000	20,00
CARLOS A BRANBILA	Cenoura tenra, firme, sem manchas e batidas na casca. Embalados em plástico de polietileno transparente conform descrições do anexo I do Edital.		2,000	3,3000	6,60
CARLOS A BRANBILA	Alface crespa, fresca, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida, firme e íntacta, isenta de material terroso, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte		21,000	2,0500	43,05
CARLOS A BRANBILA	Alface crespa, fresca, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida, firme e íntacta, isenta de material terroso, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte		20,000	2,0500	41,00
CARLOS A BRANBILA	Brocolis, fresca, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida, firme e íntacta, isenta de material terroso, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte		12,000	3,3000	39,60
CARLOS A BRANBILA	Repolho branco. Características: aparência fresca, tenro, firme, sem batidas e de tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.		6,000	2,3000	13,80
CARMEN LURDES FAVARIN PEROVANO	Abobrinha. Características: casca coriácea com paredes espessas e de cor verde. Embalados em plástico de polietileno transparente.		7,000	2,4500	17,15
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Camara de ar	1586	1,000	16,8000	16,80

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/21

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Capacete de proteção individual	1518	13,000	13,0000	169,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Pneu Carrinho de Mão	1586	1,000	18,0000	18,00
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Queijo muzzarella fatiado, de boa procedência e qualidade. Pacotes de até 1kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 15 dias da data de entrega do produto, informação nutricional, ingredientes e carimbo do Serviço de Inspeção Federal (SIF).	1675	2,500	20,9000	52,25
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	Alho.Embalagem de até 100g		0,200	17,7000	3,54
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	Batata doce. Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.		12,000	2,5000	30,00
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	Cebola Branca de primeira qualidade, livre de defeitos, fresca e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.		5,000	2,6500	13,25
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	Mandioca descascada e picada, em embalagens de 1 kg, bem vedada, o produto deve estar congelado, sem sujeidades, livre de mofo ou contaminação		3,000	4,9500	14,85
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	Tomate lisos, de tamanho uniforme, cor vermelho-vivo e ligeiramente mole.		4,000	4,3500	17,40
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	Tortel de moranga ou abóbora, massa consistente, com aroma e sabor característicos, livre de contaminantes, coloração uniforme. Acondicionados em sacos plásticos apropriados		1,000	16,4000	16,40
DANIELA UNTEMBERGER ME	Arca Retentor Cubo	1536	2,000	8,0000	16,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	BORRACHA	1536	4,000	12,0000	48,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	Bucha	1536	4,000	20,1000	80,40
DANIELA UNTEMBERGER ME	BUCHA MOLA TRAZ.	1536	6,000	28,0000	168,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	Buchas	1536	5,000	22,0000	110,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	Durametal Tambor	1536	2,000	290,0000	580,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	ELIMINA JUNTA	1640	1,000	58,6000	58,60
DANIELA UNTEMBERGER ME	Embuchamento eixo	1536	1,000	170,0000	170,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	Finaster Roleta Patin	1536	4,000	25,0000	100,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	Graxa	1536	3,000	17,0000	51,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	MÃO DE OBRA	1536	1,000	974,5000	974,50
DANIELA UNTEMBERGER ME	PARAFUSO	1536	1,000	10,0000	10,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	PARAFUSO CX SATELITE	1640	6,000	8,8500	53,10
DANIELA UNTEMBERGER ME	PARAFUSO MANCAL	1640	4,000	25,1200	100,50
DANIELA UNTEMBERGER ME	PARAFUSO REGULAGEM COROA	1640	1,000	19,5000	19,50
DANIELA UNTEMBERGER ME	Planetaria dif 240	1710	1,000	245,0000	245,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	PORCA REGULAGEM LATERAL COROA	1640	1,000	91,0000	91,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	ROLAMENTO	1536	1,000	52,0000	52,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	Rolamento cubo diant.	1536	1,000	65,0000	65,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	Rolamento lateral da coroa	1640	1,000	111,6000	111,60
DANIELA UNTEMBERGER ME	Rolamento lateral da coroa	1640	1,000	224,1500	224,15
DANIELA UNTEMBERGER ME	SELO PINO GARFO REDDIF	1640	2,000	1,4000	2,80
DANIELA UNTEMBERGER ME	SEMEIXO	1640	1,000	846,0000	846,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	SINO CX SATELITE	1640	1,000	943,9500	943,95
DANIELA UNTEMBERGER ME	Trava rosca	1640	3,000	9,6000	28,80
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VICENTIN LTDA	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - TROCA DE TELHADO		1,000	14.400,0000	14.400,00
EZEQUIEL DA SILVA ME	conexao	1599	1,000	6,0000	6,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/21

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
EZEQUIEL DA SILVA ME	Corote Plast 251 Cinza Preto	1599	1,000	60,0000	60,00
EZEQUIEL DA SILVA ME	Kit Pistola de Ar	1599	1,000	55,0000	55,00
EZEQUIEL DA SILVA ME	Ponteira	1599	1,000	95,0000	95,00
EZEQUIEL DA SILVA ME	Tapete Verniz	1599	1,000	260,0000	260,00
FM PNEUS LTDA	RECAPAGEM PNEU 1000 R 20	1642	8,000	461,0000	3,688,00
FRITZ COM REPR. DE SEME BOVINO LTDA ME	Bainha para insinimação	1525	3,000	18,0000	54,00
FRITZ COM REPR. DE SEME BOVINO LTDA ME	Luva para ensinimação	1525	1,000	35,0000	35,00
FRITZ COM REPR. DE SEME BOVINO LTDA ME	Semem Oden	1525	60,000	12,0000	720,00
G & C CONSTRUÇÃO DECORAÇÃO & ACABAMEN	Semem Serenity	1525	50,000	13,0000	650,00
GERMINO COFFERRI ME	Fechadura externa c/ chave	1516	1,000	52,5000	52,50
Hollton José Pizzatto & Cia LTDA Me	JOGO DE PLACA REFLETIVA	1626	1,000	125,0000	125,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Adesivo preto	1685	3,000	50,0000	50,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses				
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses				
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses				
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses				
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Água mineral- 20 l.	1689	1,000	7,5100	7,51
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Amaciante de roupas- embalagens de 5 litros				
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Anies para chimarrão pacote com 100 mg	1679	2,000	11,5500	23,10
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Anies para chimarrão pacote com 100 mg	1681	3,000	2,1000	6,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Biscoito doce, tipo rosquinha de coco. . Pacotes de 800g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes.				
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Canela em casca - 10 Gr o pacote				
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Canela em casca - 10 Gr o pacote	1681	5,000	1,3500	6,75
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cera em casca 375 Gr	1692	1,000	1,5000	1,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chá de maçã, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade	1689	1,000	9,3500	9,35
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME			2,000	4,4000	8,80

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 6/21

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chá de maçã, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade		2,000	4,4000	8,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chá mate, acondicionado em caixas contendo 25 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.		2,000	3,7500	7,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chá mate, acondicionado em caixas contendo 25 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.		4,000	3,7500	15,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml	1679	30,000	0,7000	21,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml	1681	11,000	0,7000	7,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml		15,000	0,7000	10,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	1679	30,000	8,9900	269,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	1681	10,000	8,9900	89,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg		3,000	8,9900	26,97
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	1689	5,000	8,9900	44,95
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg		4,000	8,9900	35,96
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Espanja de aço 100% ecológica pacote c/ 8 unidades	1683	1,000	1,9000	1,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro de café 103	1679	6,000	1,8500	11,10
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro de café 103	1681	1,000	1,8500	1,85
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro de café 103		2,000	1,8500	3,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Fósforo maço c/ 10 caixas	1681	1,000	1,9000	1,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional e registro no Ministério da Agricultura e apresentar Laudo Bromatológico.		12,000	2,5500	30,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leiteira	1709	1,000	12,0000	12,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel higiênico branco c/ 60 m fardo c/ 64 rolos	1692	1,000	42,8900	42,89
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel higiênico branco c/ 60 m fardo c/ 64 rolos		3,000	42,8900	128,67
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Potes de plástico	1709	1,000	3,9000	3,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sabão em barra c/ 5 unidades totalizando 1 kg	1679	3,000	5,4000	16,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 100 l, pacote c/ 5 unidades	1679	2,000	1,9500	3,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 100 l, pacote c/ 5 unidades	1683	5,000	2,2000	11,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 100 l, pacote c/ 5 unidades		5,000	2,2000	11,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 50 l, pacote c/ 10 unidades	1679	20,000	1,9500	39,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 50 l, pacote c/ 10 unidades		15,000	1,9500	29,25
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de rosto. Características: Tamanho: 50 cm x 80 cm; Composição: 100% Algodão.	1683	4,000	5,0000	20,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Vassoura de nylon composta de material sintético pigmento e cabo de metal, com proteção plástica que protege o encaixe do cabo na vassoura.	1679	4,000	7,9500	31,80
IVANIR ZILIO	Filmagem da Posse e Diplomação do Prefeito 2013 e Festa da Município 2013	1557	1,000	640,0000	640,00
IVANIR ZILIO	Filmagem do Trilhão e Rodeio 2014	1557	1,000	380,0000	380,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 7/21

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
IVANIR ZILIO	RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA Nº. 21 PARA IMPRESSORA HP	1627	3,000	20,0000	60,00
IVANIR ZILIO	RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA Nº. 22 PARA IMPRESSORA HP	1627	2,000	35,0000	70,00
IVORLEI RODRIGUES ME	Marmitas	1711	57,000	15,0000	855,00
IVORLEI RODRIGUES ME	Marmitas	1712	31,000	15,0000	465,00
J MALUCELLI BIGUAÇU	Horas Trabalhadas	1585	9,510	140,0600	1.332,00
Leonir Luiz Tiecker	CONCERTO DE PNEU	1513	1,000	60,0000	60,00
Leonir Luiz Tiecker	CONCERTO DE PNEU	1584	1,000	60,0000	60,00
Leonir Luiz Tiecker	CONCERTO DE PNEU	1667	2,000	50,0000	100,00
Leonir Luiz Tiecker	SERVIÇO DE KM	1667	1,000	60,0000	60,00
Luhns Industria e Comércio de Produtos Metalurgico	Base Magnetico King Tool	1611	1,000	71,6900	71,69
Luhns Industria e Comércio de Produtos Metalurgico	Eletroldo Eutectc Limavel	1611	1,000	41,0700	41,07
Luhns Industria e Comércio de Produtos Metalurgico	Eletroldo Eutectic Xtron	1611	1,000	262,1700	262,17
Luhns Industria e Comércio de Produtos Metalurgico	Eletroldo Xuper Niquel	1611	1,000	71,9500	71,95
Luhns Industria e Comércio de Produtos Metalurgico	Relogio Comp King Tools	1611	1,000	65,2900	65,29
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	GOIVOS P/ TELHADO		300,000	6,5000	1.950,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	MANTA ASFALTICA P/ GOIVOS		120,000	6,6000	792,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	RIPA DE PINHEIRO P/ TELHADO		1,200,000	1,5500	1.860,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	TELHA DE CERAMICA		15,000,000	2,2000	33.000,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	TERMINAL P/ TELHADO		12,000	29,0000	348,00
MANOS IMPLIMENTOS RODOVIÁRIOS	ANEL	1713	10,000	7,8800	78,80
MANOS IMPLIMENTOS RODOVIÁRIOS	BUCHAS TRAVANTES	1669	8,000	37,0000	296,00
MANOS IMPLIMENTOS RODOVIÁRIOS	Insert	1713	10,000	1,0000	10,00
MANOS IMPLIMENTOS RODOVIÁRIOS	Mangueira tubo	1713	3,000	8,0000	24,00
MANOS IMPLIMENTOS RODOVIÁRIOS	UNIÃO COMPLETA	1713	2,000	10,7200	21,44
MARCELO BALBINOT E CIA LTDA	Kit Acessooa Internet	1706	1,000	459,0000	459,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	Mão de obra colocação de peças	1587	2,000	40,0000	80,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Capa	1639	2,000	12,0000	24,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Mangueira	1639	1,740	32,0000	55,68
MECANICA FARENZENA LTDA	NIPEL	1639	3,000	3,0000	9,00
MECANICA FARENZENA LTDA	NIPEL INTERNO	1639	3,000	1,0000	3,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Terminal	1639	2,000	27,0000	54,00
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	RECUPERAÇÃO DE MOTONIVELADORA HUBER 140S - PEÇAS		1,000	13.177,2882	13.177,29
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	RECUPERAÇÃO DE MOTONIVELADORA HUBER 140S- MÃO DE OBRA		1,000	14.772,7118	14.772,71
Metalurgica giaco ltda me	Serviço de torno	1528	1,000	45,0000	45,00
NITROGEN EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS L	Nitrogênio líquido	1668	82,000	4,0000	328,00
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Bucha	1602	2,000	28,8500	57,70
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Bucha bandeja	1602	2,000	25,0400	50,08
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Bucha CD	1602	2,000	67,3100	134,62
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	FILTRO	1601	1,000	131,5200	131,52
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	FILTRO	1696	1,000	117,5000	117,50
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Filtro Ar Condicionado	1601	1,000	189,5200	189,52
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Filtro Combustivel	1696	1,000	89,6300	89,63



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 8/21

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Filtro de carte	1601	1,000	79,8500	79,85
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Filtro Diesel	1601	1,000	43,0000	43,00
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	mola	1602	2,000	15,0000	30,00
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	MOLA PRATO	1602	2,000	16,0000	32,00
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	RECUPERAÇÃO DE RETROSCAVALADEIRA RANDON - MÃO DE OBRA		1,000	2.318,0850	2.318,09
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	RECUPERAÇÃO RETROSCAVALADEIRA RANDON - PEÇAS		1,000	12.781,9100	12.781,91
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Retentor	1602	2,000	43,5500	87,10
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Rorula	1602	2,000	59,3200	118,64
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Solenóide	1602	1,000	251,5300	251,53
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Vedador de válvula	1602	2,000	80,6000	161,20
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV		1598	50,000	166,0000	8.300,00
R.N. LOGÍSTICAS & SOLUÇÕES TRANSPORTES F	Prestação de serviços de h/m com motoniveladora, com lâmina e escarificador dianteiro, peso mínimo de 12.350 kg, potência de 140 HP (horímetro), com operador qualificado para manuseio da máquina, destinados à manutenção de estradas vicinais conforme especificações do edital e Plano de Trabalho do Convênio nº 000535/2014.				
RECAUCHUTADORA RODA LTDA	Recapagem pneu 275/80R 22.5	1641	4,000	468,0000	1.872,00
RONALDO CERRY	Película de controle solar G20	1628	1,000	60,0000	60,00
RONALDO CERRY	PELINCULA FUME	1631	1,000	100,0000	100,00
RONALDO CERRY	PELINCULA FUME	1637	1,000	120,0000	120,00
RONALDO CERRY	Rádio philips	1628	1,000	180,0000	180,00
ROSALINO PATEL	Mei de abelha potes de 500 gramas do produto e conforme descrições do anexo I do edital.		4,000	13,2000	52,80
SAFRA DIESEL LTDA	Oleo diesel S10	1567	3.500,000	2,5500	8.925,00
SAFRA DIESEL LTDA	Oleo diesel S10	1568	3.500,000	2,5500	8.925,00
SAFRA DIESEL LTDA	Oleo diesel S10	1687	3.000,000	2,5500	7.650,00
SAFRA DIESEL LTDA	Oleo diesel S10	1688	4.000,000	2,5500	10.200,00
SIRIUS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE BALANÇAS I	Conserto e Regulagem da Balança Rodoviária	1699	1,000	1.300,0000	1.300,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Abacate. Características: verde, de boa qualidade e livre de batidas. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1620	14,000	4,7000	65,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Abacaxi Pérola. . Características: boa qualidade e livre de defeitos. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1618	12,000	4,6500	55,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Abóbora moranga. : firme, tenra, de boa qualidade, livre de batidas e manchas.	1560	1,000	2,0500	2,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Acelga. Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1618	2,000	4,0900	8,18
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Acelga. Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1674	9,000	4,0900	36,81

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 9/21

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Achocolado em pó instantâneo, embalagens de 400g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: prazo de validade de no mínimo 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	1560	8,000	3,8500	30,80
	Achocolado em pó instantâneo, Embalagens de 400g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: prazo de validade de no mínimo 1 ano, informação nutricional e ingredientes.				
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Achocolado em pó instantâneo, embalagens de 400g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: prazo de validade de no mínimo 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	1618	3,000	3,8500	11,55
	Achocolado em pó instantâneo, Embalagens de 400g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: prazo de validade de no mínimo 1 ano, informação nutricional e ingredientes.				

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 10/21

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Achocolado em pó instantâneo, embalagens de 400g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: prazo de validade de no mínimo 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	1620	3.000	3.8500	11,55
	Achocolado em pó instantâneo, Embalagens de 400g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: prazo de validade de no mínimo 1 ano, informação nutricional e ingredientes.				
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Achocolado em pó instantâneo, embalagens de 400g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: prazo de validade de no mínimo 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	1674	7.000	3.8500	26,95
	Achocolado em pó instantâneo, Embalagens de 400g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: prazo de validade de no mínimo 1 ano, informação nutricional e ingredientes.				

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 11/21

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Açúcar mascavo. Pacotes de 500g. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	1674	6,000	4,1900	25,14
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Agrão, verdura de folhas pequenas, verdes-escuras, sabor levemente picante.	1560	20,000	3,5900	71,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Agrão, verdura de folhas pequenas, verdes-escuras, sabor levemente picante.	1618	5,000	3,5900	17,95
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Água sanitária - 5 litro		5,000	10,8500	54,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Alcool 1 litro 90%	1682	4,000	4,7900	19,16
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Amendoim, pacote de 500 gr. O produto não deve apresentar sujidade, umidade e bolor. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	1618	2,000	3,6000	7,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Aroz integral Pacotes de 1 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.	1561	5,000	3,2500	16,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Aroz integral Pacotes de 1 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.	1674	8,000	3,2500	26,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Banana Caturra. Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1560	40,000	1,8000	72,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Banana Caturra. Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1561	40,000	1,8000	72,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Banana Caturra. Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1620	40,000	1,8000	72,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Banana Caturra. Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1674	40,000	1,8000	72,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Batata Inglesa. Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1560	5,000	2,5900	12,95
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Batata Inglesa. Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1674	24,000	2,5900	62,16
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Batata Salsa. Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1560	2,000	6,9000	13,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito doce, sabor chocolate, pacotes de 800 gr. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes.		6,000	6,1800	37,08
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito doce, sabor chocolate. Pacotes de 800g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes.		3,000	7,9500	23,85

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 12/21

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito doce, tipo maria.. Pacotes de 800g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	1560	14,000	6,1800	86,52
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito doce, tipo maria.. Pacotes de 800g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	1620	4,000	6,1800	24,72
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito salgado, tipo água e sal - pacotes de 400g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 08 meses, informação nutricional e ingredientes.		3,000	3,8500	11,55
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Brócolis. Características: boa qualidade. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1674	48,000	3,0500	140,30
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	1560	3,000	5,5000	16,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	1561	1,000	5,5000	5,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	1620	6,000	5,5000	33,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	1686	10,000	7,0000	70,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.		2,000	7,0000	14,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	1695	4,000	7,0000	28,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.		5,000	7,0000	35,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Canjiquinha ou quireira de acordo com a Portaria no 109 de 24/02/1989. Pacotes de 500g. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de no mínimo 6 meses.	1620	9,000	1,6000	14,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	1614	1,000	49,4000	49,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	1616	1,000	49,4000	49,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	1680	4,000	49,4000	197,60



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 13/21

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg				
	Carne bovina picada ou em iscas, isenta de cartilagem e nervo, deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	1561	1,000 12,000	49,4000 14,4500	49,40 173,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carne bovina picada ou em iscas, isenta de cartilagem e nervo, deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	1618	6,000	14,4500	86,70
	Carne bovina picada ou em iscas, isenta de cartilagem e nervo, deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	1620	12,000	14,4500	173,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carne suína para tipo lombinho, deve apresentar odor e cor característicos, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	1618	8,000	7,3000	58,40
	Cebola branca. Características: de primeira qualidade, livre de defeitos, fresca e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1561	2,000	2,3900	4,78
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Chá de camomila, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar íntacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade	2,000	2,000	2,8900	5,78
	Chá de camomila, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar íntacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade	1620	1,000	2,8900	2,89
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Chá de cidreira, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar íntacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade	1618	2,000	3,0500	6,10
	Chá de cidreira, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar íntacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade	1620	1,000	3,0500	3,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Chá de cidreira, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar íntacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade	2,000	2,000	4,3500	8,70
	Chá de cidreira, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar íntacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade	1695	2,000	4,3500	8,70

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 14/21

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Chá de maçã, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade		3,000	3,1000	9,30
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Chuchu. Características: verde, tenro, firme, sem manchas na casca e no interior. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1618	1,000	2,5500	2,55
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico p/ café c/100 unidades	1684	4,000	1,6500	6,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico p/ café c/100 unidades	1693	1,000	1,6500	1,65
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	1684	5,000	3,5500	17,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml		6,000	3,5500	21,30
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	1693	2,000	3,5500	7,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml		20,000	3,5500	71,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Couve Flor. Características: boa qualidade e livre de defeitos. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1560	5,000	3,6400	18,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Couve Flor. Características: boa qualidade e livre de defeitos. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1561	5,000	3,6400	18,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Coxa e sobre coxa congeladas. A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	1560	20,000	4,7000	94,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Coxa e sobre coxa congeladas. A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	1561	6,000	4,7000	28,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Coxa e sobre coxa congeladas. A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	1618	30,000	4,7000	141,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Coxa e sobre coxa congeladas. A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	1620	6,300	4,7000	29,61
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Coxa e sobre coxa congeladas. A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	1674	45,000	4,7000	211,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desinfetante -5 litros	1684	2,000	12,8500	25,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desinfetante -5 litros	1693	1,000	12,8500	12,85
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desodorizador de ambiente spray		3,000	12,8500	38,55
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espuma de espuma e manta abrasiva de alta qualidade possui adesiva a base d'água e não contém solvente orgânico.	1684	3,000	8,5000	25,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espuma de espuma e manta abrasiva de alta qualidade possui adesiva a base d'água e não contém solvente orgânico.	1693	4,000	1,2500	5,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espuma de espuma e manta abrasiva de alta qualidade possui adesiva a base d'água e não contém solvente orgânico.		2,000	1,2500	2,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espuma de espuma e manta abrasiva de alta qualidade possui adesiva a base d'água e não contém solvente orgânico.		10,000	1,2500	12,50

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 15/21

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Extrato de tomate, de boa qualidade e bom rendimento. Embalagem tetra pak ou lata, contendo 850g, não devendo estar amassada, enferrujada ou estufada, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 18 meses, informação nutricional e ingredientes.	1560	6,000	5,7000	34,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Extrato de tomate, de boa qualidade e bom rendimento. Embalagem tetra pak ou lata, contendo 850g, não devendo estar amassada, enferrujada ou estufada, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 18 meses, informação nutricional e ingredientes.	1618	3,000	5,7000	17,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Farinha de milho, (fubá de milho amarelo, ). Pacotes de 5 Kg. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 4 meses, informação nutricional, ingredientes e registro no Ministério da Saúde.	1560	1,000	11,0500	11,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Farinha de milho, (fubá de milho amarelo, ). Pacotes de 5 Kg. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 4 meses, informação nutricional, ingredientes e registro no Ministério da Saúde.	1618	7,000	11,0500	77,35
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Fermento químico em pó, de boa qualidade. Embalagens de 250 g. O produto não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor, coloração, sabor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 4 meses, informação nutricional e ingredientes.	1561	1,000	4,8000	4,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Fermento químico em pó, de boa qualidade. Embalagens de 250 g. O produto não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor, coloração, sabor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 4 meses, informação nutricional e ingredientes.	1674	2,000	4,8000	9,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	FILTRO BOMBA CHIMARRÃO C/ 2	1680	3,000	1,4500	4,35
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	FILTRO BOMBA CHIMARRÃO C/ 2	1682	2,000	1,4500	2,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Garrafa térmica 2 litros	1680	2,000	77,4500	154,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Granola. Embalagem plástica contendo 5 Kg do produto e conforme descrições do anexo I do Edital.	1674	1,000	77,4500	77,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Laranja Pera. Características: casca íntegra e de cor alaranjada, odor agradável e doce. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1560	20,000	1,6000	32,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Laranja Pera. Características: casca íntegra e de cor alaranjada, odor agradável e doce. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1561	40,000	1,6000	64,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Laranja Pera. Características: casca íntegra e de cor alaranjada, odor agradável e doce. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1618	20,000	1,6000	32,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Laranja Pera. Características: casca íntegra e de cor alaranjada, odor agradável e doce. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1620	30,000	1,6000	48,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite em pó integral. Lata de 400g e conforme descrições do anexo I do Edital.	1686	4,000	11,0000	44,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 16/21

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite em pó integral. Latas de 400g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	1560	5,000	10,2000	51,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite em pó integral. Latas de 400g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	1561	3,000	10,2000	30,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite em pó integral. Latas de 400g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	1620	6,000	10,2000	61,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional e registro no Ministério da Agricultura e apresentar Laudo Bromatológico.	1560	72,000	1,9000	136,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional e registro no Ministério da Agricultura e apresentar Laudo Bromatológico.	1561	42,000	1,9000	79,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional e registro no Ministério da Agricultura e apresentar Laudo Bromatológico.	1615	16,000	1,9000	30,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional e registro no Ministério da Agricultura e apresentar Laudo Bromatológico.	1618	46,000	1,9000	87,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional e registro no Ministério da Agricultura e apresentar Laudo Bromatológico.	1620	75,000	1,9000	142,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional e registro no Ministério da Agricultura e apresentar Laudo Bromatológico.	1674	48,000	1,9000	91,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Limpa vidros - 500 ml	1684	2,000	4,9500	9,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Lustra móveis-100 ml	1682	1,000	3,1500	3,15
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça fuji. Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1561	40,000	4,8400	193,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça fuji. Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1618	20,000	4,8400	96,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça fuji. Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1620	32,000	4,8400	154,88
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça fuji. Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1674	30,000	4,8400	145,20

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 17/21

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Mamão. Características: casca fina, lisa, amarela, sem manchas e amassados, polpa madã. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1560	20,000	3,6000	72,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Mamão. Características: casca fina, lisa, amarela, sem manchas e amassados, polpa madã. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1561	10,000	3,6000	36,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Mamão. Características: casca fina, lisa, amarela, sem manchas e amassados, polpa madã. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1674	32,000	3,6000	115,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Mandioica descascada e congelada. Características: embalagens de 2 kg. A embalagem deve estar íntacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação, prazo de validade e informação nutricional. Deve estar totalmente congelada sem indícios de descongelamento e recongelamento.	1674	8,000	6,9000	55,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Manga. Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1620	40,000	3,5500	142,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Manga. Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1674	25,000	3,5500	88,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Melão. Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1674	12,000	3,9000	46,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Milho para pipoca, com bom rendimento e boa qualidade de grãos. Pacotes de 500g. A embalagem deve estar íntacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade	1620	4,000	2,4000	9,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multuso composto alquil benzeno sulfonato de sódio, álcool, etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, fragância e água- 5 litros		3,000	15,8500	47,55
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel higiênico branco c/ 60 m fardo c/ 64 rolos	1680	3,000	34,9500	104,85
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel toalha pcd com 02 rolos	1684	3,000	2,6500	7,95
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pedra p/ vaso sanitário.	1684	8,000	1,5000	12,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Peito de frango congelado. A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação	1561	4,000	8,4500	33,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Peito de frango congelado. A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação	1618	27,000	8,4500	228,15
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Peito de frango congelado. A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação	1674	4,000	8,4500	33,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Ponkan ou vergamota. Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas.	1560	45,000	3,3900	152,55
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Ponkan ou vergamota. Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas.	1561	30,000	3,3900	101,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Ponkan ou vergamota. Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas.	1618	25,000	3,3900	84,75



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 18/21

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Presunto fatiado,fatiado de boa procedência e qualidade. Pacotes de até 1kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional, ingredientes e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	1674	2,000	17,9400	35,88
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Repolho branco. Características: aparência fresca, tenro, firme, sem batidas e de tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1620	4,000	2,5000	10,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Repolho roxo Características: aparência fresca, tenro, firme, sem batidas e de tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1560	2,000	2,9900	5,98
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza, sabonete líquido antibactericida embalagem de 5 l.		3,000	6,4500	19,35
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 30 l. pacote c/ 10 unidades	1682	2,000	26,4500	52,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 30 l. pacote c/ 10 unidades	1691	5,000	1,9900	9,95
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 30 l. pacote c/ 10 unidades		2,000	1,9900	3,98
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 30 l. pacote c/ 10 unidades	1560	5,000	1,9900	9,95
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sai refinado e iodado, pacotes de 1 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes	1561	3,000	1,4000	4,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sai refinado e iodado, pacotes de 1 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes		2,000	1,4000	2,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sai refinado e iodado, pacotes de 1 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes	1618	1,000	1,4000	1,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sai refinado e iodado, pacotes de 1 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes	1674	3,000	1,4000	4,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saponáceo líquido - frasco de 300 gramas	1684	10,000	4,6000	46,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saponáceo pó 300 gs		5,000	4,6000	23,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de banho		5,000	3,7500	18,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de banho	1684	2,000	4,9500	9,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor creme		10,000	4,9500	49,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tomate Características: bem formados, lisos, livres de defeitos, cor vermelho-vivo (maduro) e ligeiramente mole. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1561	10,000	6,7500	67,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vassoura de nylon composta de material sintético pigmento e cabo de metal, com proteção plástica que protege o encaixe do cabo na vassoura.		8,000	3,6900	29,52
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vassoura de palha,		2,000	10,2000	20,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Acúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	1680	2,000	9,9500	19,90
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Acúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	1559	2,000	9,2500	18,50
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Acúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	1562	1,000	9,2500	9,25
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Acúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	1619	2,000	9,2500	18,50

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 19/21

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	1676	4,000	9,2500	37,00
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Bebida láctea fermentada, de diversos sabores. Pacotes de 1 litro. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 15 dias da data de entrega do produto, prazo de validade e informação nutricional.	1562	65,000	2,7900	181,35
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Bebida láctea fermentada, de diversos sabores. Pacotes de 1 litro. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 15 dias da data de entrega do produto, prazo de validade e informação nutricional.	1619	5,000	2,7900	13,95
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Biscoito salgado, tipo cream cracker com gergilim. Pacotes de 400g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 8 meses, informação nutricional e ingredientes.	1622	24,000	3,7300	89,52
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Biscoito salgado, tipo cream cracker com gergilim. Pacotes de 400g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 8 meses, informação nutricional e ingredientes.	1676	5,000	3,7300	18,65
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Caldo de galinha Embalagem com 12 tablets, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade e ingredientes.	1559	1,000	2,4500	2,45
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Caldo de galinha Embalagem com 12 tablets, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade e ingredientes.	1619	1,000	2,4500	2,45
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Caldo de galinha Embalagem com 12 tablets, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade e ingredientes.	1622	2,000	2,4500	4,90
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Caldo de galinha Embalagem com 12 tablets, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade e ingredientes.	1676	2,000	2,4500	4,90
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Canjica de milho (branca), tipo 1, classe branca, subgrupo despelucada, de acordo com a Portaria nº 109 de 24/02/1989. Pacotes de 500g. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de no mínimo 6 meses.	1622	14,000	2,3500	32,90
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Cereal matinal de milho, sabor chocolate, enriquecido com vitaminas e minerais. Embalagem plástica contendo 1 kg do produto. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	1559	5,000	11,4500	57,25
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Cereal matinal de milho, sabor chocolate, enriquecido com vitaminas e minerais. Embalagem plástica contendo 1 kg do produto. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	1622	1,000	11,4500	11,45

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 20/21

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Chá de erva doce,, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade	1562	4,000	3,1000	12,40
	Chá mate, acondicionado em caixas contendo 25 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	1559	1,000	2,9000	2,90
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Macarrão com ovos tipo cabelo de anjo. Pacotes de 500g e conforme descrições do anexo I do Edital.	1562	2,000	3,5500	7,10
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Óleo de soja refinado, latas de 900 ml, não devendo estar amassadas, enferrujadas ou estufadas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 3 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	1562	2,000	3,0000	6,00
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Óleo de soja refinado, latas de 900 ml, não devendo estar amassadas, enferrujadas ou estufadas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 3 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	1622	3,000	3,0000	9,00
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Óleo de soja refinado, latas de 900 ml, não devendo estar amassadas, enferrujadas ou estufadas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 3 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	1676	3,000	3,0000	9,00
TORTELLI MOTORES LTDA	Cabeçote	1635	1,000	13,0000	13,00
	Cabo de Aço	1635	8,000	18,0000	144,00
TORTELLI MOTORES LTDA	Clips p/ cabo de aço	1635	4,000	6,5000	26,00
TORTELLI MOTORES LTDA	FILTRO DE AR	1635	1,000	20,0000	20,00
TORTELLI MOTORES LTDA	Pré- filtro	1635	1,000	12,0000	12,00
TORTELLI MOTORES LTDA	Serviço	1635	1,000	30,0000	30,00
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	25 par de Botas sendo 01 par nº 35, 01 par nº 37, 02 par nº 38, 02 par nº 39 05 par nº 40, 05 par nº 41, 05 par nº 42, 03 par nº 43, 01 par nº 44	1700	1,000	710,0000	710,00
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Abatador de ruídos torre	1519	25,000	26,0000	650,00
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Adaptador	1519	5,000	19,5000	97,50
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Almotolia Plástica	1700	1,000	38,0000	38,00
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Avental Raspa	1700	1,000	21,5000	21,50
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Capa 1/2	1519	8,000	22,0000	176,00
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Cordão arranque	1532	1,000	7,0000	7,00
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Correia	1698	1,000	6,8000	13,60
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Creme de Proteção	1519	1,000	100,0000	100,00
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Luva Raspa	1519	25,000	17,0000	425,00
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Luva Raspa Dorso	1519	13,000	7,5000	97,50
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Luvas Poliuretano Maxitano	1700	1,000	18,5000	18,50
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Mola Proteção Plástica	1519	2,000	4,5000	9,00
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Oculos p/ proteção	1532	1,300	3,0000	3,90
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Pano costurado	1519	5,000	3,9000	19,50
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Protetor Solar	1531	40,000	3,0000	120,00
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA		1519	25,000	17,0000	425,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 21/21

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTA	Terminal	1532	1.000	22.0000	22.00
Total Geral do Mês ---->					185.033,61

RELATÓRIO COMPRAS - MÊS 08 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/1

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CONFECOES DI FRANCINE LTDA	CAPAS DE TECIDOS PARA DANÇA SENIOR	145	20,000	43,9000	878,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	PAPEL HIGIÊNICO 4 ROLOS	140	2,000	12,9000	25,80
IVANIR ZILIO	FILMAGEM DA FESTA 3ª IDADE	144	1,000	950,0000	950,00
IVANIR ZILIO	Guarda - chuva	142	350,000	11,0000	3.850,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pedras Sanitárias	139	10,000	0,9900	9,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabonete líquido com 5 litros	139	1,000	23,9900	23,99
Total Geral do Mês ---->					5.737,69



RELATÓRIO COMPRAS- MÊS 08 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:    **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/3

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Bloco de cadastro Domiciliar	881	10,000	16,5000	165,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Bloco de Fichas de Visitas Domiciliar	881	10,000	16,5000	165,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Blocos de Fichas de Atividade Coletiva	881	5,000	25,0000	125,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Blocos de Fichas de Cadastro Individual	881	20,000	14,0000	280,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Blocos de Requisição de Exame Citopatológico - Colo do Utero	881	5,000	26,0000	130,00
AUTO ELITE LTDA	Anéis e Presilhas	800	1,000	7,0000	7,00
AUTO ELITE LTDA	Filtro Combustível	800	1,000	22,5000	22,50
AUTO ELITE LTDA	FILTRO DE AR	800	1,000	35,0000	35,00
AUTO ELITE LTDA	Filtro de óleo	800	1,000	22,5000	22,50
AUTO ELITE LTDA	Óleo motor	800	1,000	192,0000	192,00
AUTO ELITE LTDA	Serviço	800	1,000	44,5000	44,50
AUTO PECAS CACHINSKI LTDA		784	2,000	45,0800	90,16
AUTO PECAS CACHINSKI LTDA	abrazadeira	784	2,000	2,9300	5,86
AUTO PECAS CACHINSKI LTDA	ANEL	784	2,000	11,7000	23,40
AUTO PECAS CACHINSKI LTDA	Aroela	784	6,000	0,3200	1,92
AUTO PECAS CACHINSKI LTDA	Cintas	784	8,000	0,6200	4,96
AUTO PECAS CACHINSKI LTDA	INTERRUPTOR DE ÓLEO	784	1,000	246,0000	246,00
AUTO PECAS CACHINSKI LTDA	LIXA	784	3,000	1,5100	4,53
AUTO PECAS CACHINSKI LTDA	Lixa ferro	784	3,000	3,0200	9,06
AUTO PECAS CACHINSKI LTDA	Material de limpeza	784	2,000	3,0000	6,00
AUTO PECAS CACHINSKI LTDA	Óleo 15w40	784	2,000	20,0000	40,00
AUTO PECAS CACHINSKI LTDA	PARAFUSO	784	4,000	1,3200	5,28
AUTO PECAS CACHINSKI LTDA	Porca	784	6,000	1,1500	6,90
AUTO PECAS CACHINSKI LTDA	Retentor	784	1,000	196,0000	196,00
AUTO PECAS CACHINSKI LTDA	Vela	784	1,000	194,0000	194,00
BIGGER CAMINHÕES LTDA	Guarnição para Ford- Transi	789	1,000	150,0000	150,00
BIGGER CAMINHÕES LTDA	Janela da Ford- Transi	789	1,000	517,0000	517,00
CASA DAS FECHADURAS	Copia de chaves	802	10,000	5,0000	50,00
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Cupcakes	813	21,000	3,0000	63,00
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Pão de Queijo	813	110,000	2,5000	275,00
ELETRO DINAMO LTDA	Automático	882	1,000	213,0000	213,00
ELETRO DINAMO LTDA	Induzido	882	1,000	395,0000	395,00
ELETRO DINAMO LTDA	MÃO DE OBRA	882	1,000	90,0000	90,00
ELETRO DINAMO LTDA	PORTA ESCOVA	882	1,000	54,0000	54,00
GALINA PEÇAS E SERVIÇOS	Amortecedor traseiro	824	2,000	125,0000	250,00
GALINA PEÇAS E SERVIÇOS	Mão de obra colocação de peças	824	1,000	80,0000	80,00
Guerra Comercio Representante e Equipamentos Me	Espátula para resina	827	1,000	142,9900	142,99
Guerra Comercio Representante e Equipamentos Me	Agulha	827	2,000	29,9900	59,98
Guerra Comercio Representante e Equipamentos Me	Alpha Bond Light	827	1,000	23,2200	23,22
Guerra Comercio Representante e Equipamentos Me	Disco de feltro Diamond R	827	1,000	41,9900	41,99
Guerra Comercio Representante e Equipamentos Me	Disco Diamond Flex Kit	827	1,000	49,9000	49,90
Guerra Comercio Representante e Equipamentos Me	Disco Sof-Lex c/30	827	2,000	102,9000	205,80

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/3

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
Guerra Comercio Representante e Equipamentos Me	Espátula para resina	827	1,000	109,9000	109,90
Guerra Comercio Representante e Equipamentos Me	Extirpa Nervos Sortidos c/ 10	827	10,000	2,8000	28,00
Guerra Comercio Representante e Equipamentos Me	Fio Retrator	827	1,000	39,1000	39,10
Guerra Comercio Representante e Equipamentos Me	Flúor gel 200 ml	827	2,000	4,9900	9,98
Guerra Comercio Representante e Equipamentos Me	Gerirath 01 Litro	827	2,000	6,2100	12,42
Guerra Comercio Representante e Equipamentos Me	Hemospom	827	5,000	24,5000	122,50
Guerra Comercio Representante e Equipamentos Me	Madril p/ Disco Pop-on	827	2,000	29,8900	59,78
Guerra Comercio Representante e Equipamentos Me	Máscara c/ elástico (cx c/ 50 unid)	827	2,000	16,0900	32,18
Guerra Comercio Representante e Equipamentos Me	Paramonoclofenol Canforado	827	2,000	7,8800	15,76
Guerra Comercio Representante e Equipamentos Me	Pedra Pomes	827	3,000	10,1000	30,30
Guerra Comercio Representante e Equipamentos Me	Ponta para acabamento em resina (tipo enchame)	827	2,000	78,5000	157,00
Guerra Comercio Representante e Equipamentos Me	Sugador com 40 unidades	827	4,000	23,6500	94,60
Guerra Comercio Representante e Equipamentos Me	Tira de Lixa de 4mm	827	5,000	7,2000	36,00
Guerra Comercio Representante e Equipamentos Me	Tira para matiz 5x0,05 mmx500 mm	827	5,000	1,9800	9,90
IVANIR ZILIO	Computador completo com processador Core i3, com no mínimo 4 GB de RAM e no mínimo HD 500G, em gabinete proprio, com monitor de no mínimo 15,6 polegadas led, com teclado, mouse, caixa de som, estabilizador e com Windows 7 instalado. Com no mínimo 12 meses de garantia e instalado no local.		14,000	2,000,0000	28,000,00
IVANIR ZILIO	Computador completo com processador Core i7, com 02 HDs de no mínimo 500 G espelhado (RAID), em gabinete proprio, monitor de no mínimo 18,5 polegadas led, com teclado, mouse, caixa de som, estabilizador e com Windows Server 2008 instalado. Com no mínimo 12 meses de garantia e instalado no local.		1,000	3,350,0000	3,350,00
JOAÇABA PNEUS	Balanceamento	826	4,000	10,0000	40,00
JOAÇABA PNEUS	Geometria	826	1,000	40,0000	40,00
JOAÇABA PNEUS	MONTAGEM	826	2,000	5,0000	10,00
JOACABA PNEUS LTDA	Pneu Pireli 175/70-14	782	4,000	288,0000	1,152,00
João Maria Rodrigues	Mão de obra para construção de estrutura física para instalação de balança rodoviária com capacidade para 50.000 kg, e dimensões de 9 metros de comprimento e 3 metros de largura, conforme descrições de projeto em anexo ao presente processo.	757	1,000	2,900,0000	2,900,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Jogo de Vela de Ignição	822	1,000	150,0000	150,00
MECANICA FARENZENA LTDA	MÃO DE OBRA	822	1,000	30,0000	30,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Vela de ignição	822	4,000	26,0000	104,00
NOVA ERA COMUNICACAO VISUAL	Adesivo colorido	758	1,000	619,8200	619,82
OFICINA MECANICA JOAL LTDA ME	Mão de obra colocação de peças	788	6,000	189,0000	1,134,00
PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP	Pedra brita mista	799	10,000	56,0000	560,00
ROBERTA APARECIDA CAPPELLETTO EIRELI-ME	Cabo de rede	884	89,000	1,2500	111,25
ROBERTA APARECIDA CAPPELLETTO EIRELI-ME	FILTRO DE LINHA -8 SAIDA	884	2,000	9,9000	19,80
ROBERTA APARECIDA CAPPELLETTO EIRELI-ME	Nobreak 600 W	884	1,000	340,0000	340,00
ROBERTA APARECIDA CAPPELLETTO EIRELI-ME	Ponteira	884	10,000	0,7500	7,50
ROBERTA APARECIDA CAPPELLETTO EIRELI-ME	SWITCH 5 PORTAS	884	2,000	60,0000	120,00
ROBERTA APARECIDA CAPPELLETTO EIRELI-ME	Transformador de 1.000 VA	884	1,000	99,0000	99,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/3

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA	Destinação final e tratamento dos resíduos sólidos provenientes dos serviços de saúde, tipo A, E e B, através de incineração e de acordo com as Leis vigentes, conforme a quantidade coletada.		450,000	1,6400	738,00
SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA	Serviços de transporte e coleta de lixo provenientes da área da saúde, com veículo adequado, a ser coletado e transportado mensalmente, na primeira quinzena, conforme Lei 13.537/2005 e exigências da ABNT.		6,000	180,0000	1.080,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel toalha pct com 02 rolos	815	24,000	2,9500	70,80
VICENTE DE PIERI ME	AR CONDICIONADO- Quente/frio, resfriamento, ventilação, desumidificação e aquecimento, 03 velocidades, painel digital, potência mínima de 1140W, capacidade mínima de 12.000 BTU/H, baixo nível de ruído. Com no mínimo 12 meses de garantia e assistência técnica.		8,000	1,900,0000	15.200,00
VICENTE DE PIERI ME	AR CONDICIONADO-Quente/frio, resfriamento, ventilação, desumidificação e aquecimento, painel digital, potência mínima de 1140 W, capacidade mínima de 18.000 BTU/H, baixo nível de ruído. Com instalação, assistência técnica e garantia mínima de 12 meses a contar da emissão da nota fiscal.		2,000	2.600,0000	5.200,00
Total Geral do Mês ---->					66.517,04

# Mafra

## PREFEITURA

### Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 148/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de uniformes, destinados aos Servidores das Unidades de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, para o cumprimento do Termo de Ajuste Sanitário (TAS) através do Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 18/09/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 04 de setembro de 2014.

Roberto Agenor Scholze      Fabiano Maurício Kalil  
Prefeito Municipal              Pregoeiro Municipal

### EDITAL DE AVALIAÇÃO DE PROMOÇÃO POR APERFEIÇOAMENTO N. 001/2.014.

Edital de Avaliação de Promoção por Aperfeiçoamento n. 001/2.014.

O Presidente da Comissão Permanente de Avaliação Funcional, nomeado pela Portaria nº 873/14 em 31.07.2014, no uso de suas atribuições legais torna público o Processo de Avaliação de Promoção por Aperfeiçoamento, previsto no artigo 20 da Lei Municipal nº 3.197, de 19 de junho de 2.007 (Plano de Carreira do Servidor Público Municipal) e Decreto Municipal nº 3.132 de 07 de outubro de 2008.

#### 1. Disposições Preliminares:

1.1. Podem participar do processo de avaliação os servidores efetivos estáveis e os que cumprirem o estágio probatório no ano de 2.014.

1.2. Serão avaliados somente os servidores efetivos estáveis, ou seja, aqueles que ingressaram no serviço público através de concurso público.

1.3. Para os servidores que estão em estágio probatório e que cumprirem o mesmo no ano corrente (2014), a ascensão de uma referência para outra (avanço) será efetivado somente no mês seguinte ao do cumprimento do estágio probatório.

1.4. Não será beneficiado o servidor que já está sendo contemplado por meio do Estatuto do Magistério - Lei Municipal nº 3.795 de

04 de abril de 2012.

#### 2. Dos Critérios de Avaliação:

2.1. Não é de competência desta Comissão poder modificar aquilo que consta no Plano de Carreira Municipal, como por exemplo, se o mesmo apresentar maior número de horas que o necessário para progressão por referência por cursos de atualização ou aperfeiçoamento concluídos. Exemplo 1: Classe I - 20 horas. Mesmo que o servidor apresente 40 horas, só terá benefício de uma (1) referência (Letra). Exemplo 2: mesmo com apresentação de nova graduação pelo servidor, não é possível alterar a sua classe. Por exemplo: Classe I, para ascender à Classe II, somente através de prestação de novo concurso público. Exemplo 3: Se o servidor já tiver concluído o Ensino Médio ou Graduação o curso técnico em área afim só contará como horas/aula de curso.

2.2. A promoção por aperfeiçoamento consiste na ascensão do servidor de uma referência para outra, no cargo efetivo que estiver investido, considerando-se os critérios abaixo:

2.2.1. 01 (uma) referência por cursos de atualização ou aperfeiçoamento concluídos, com exigência das seguintes cargas horárias:

- a) Classe I - grupo de serviços operacionais e auxiliares - SOA - 20 (vinte) horas/aula;
- b) Classe II - atividades técnico-profissionais - ATP - 80 (oitenta) horas/aula;
- c) Classe III - atividades de nível superior - ANS - 160 (cento e sessenta) horas/aula;

d) Classe IV - atividades de nível superior especial - ANSE - 160 (cento e sessenta) horas/aula. (Redação acrescida pela Lei nº 3.719/2011).

2.2.2. Para os servidores da Classe I (Grupo de Serviços Operacionais e Auxiliares - SOA):

- a) 02 (duas) referências, pela conclusão do ensino fundamental;
- b) 03 (três) referências, pela conclusão do ensino médio;
- c) 04 (quatro) referências, pela conclusão de curso de graduação.

2.2.3. Para os servidores da Classe II (Atividades Técnico-Profissionais - ATP):

- a) 02 (duas) referências, pela conclusão de graduação;
- b) 03 (três) referências, pela conclusão de curso de pós-graduação;
- c) 04 (quatro) referências, pela conclusão de curso de mestrado.

2.2.4. Pela conclusão de curso de pós-graduação dos servidores da Classe III e IV (Redação dada pela Lei nº 3.719/2011).

- a) 02 (duas) referências, pela conclusão do curso de pós-graduação;
- b) 03 (três) referências, pela conclusão do mestrado;
- c) 04 (quatro) referências, pela conclusão de doutorado. (Redação dada pela Lei nº 3.231/2007).

#### 3. Disposições Gerais e Finais:

3.1. Os requerimentos serão preenchidos quando da entrega no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, no período de 09 a 30 de setembro de 2.014, em horário de expediente externo, de preferência pelo próprio servidor ou por pessoa de sua confiança, sob sua responsabilidade. Não serão aceitos requerimentos protocolados em outros setores da Prefeitura, mesmo que pelo próprio servidor ou por terceiros.

3.2. Além do requerimento, o interessado deverá trazer, junto com as fotocópias de frente e verso (se houver) dos certificados, o documento original para autenticação no momento da entrega no Setor de Protocolo.

3.3. Somente serão considerados para fins de promoção os certificados de cursos de atualização ou aperfeiçoamento realizados no período de 01 de janeiro de 2.012 a 31 de dezembro de 2.013 e correlacionados com o cargo e área de atuação.

3.4. Para agilizar os trabalhos da atual Comissão, o servidor deve observar o período de apresentação de cursos de atualização ou aperfeiçoamento disposto neste edital. Certificados já apresentados anteriormente e fora do período especificado serão desconsiderados.

3.5. Não serão acumuláveis, para fins de promoção, as alíneas previstas para cada classe. (Itens 2.2.2./2.2.3./2.2.4.). Também levando em consideração o Decreto nº 3132 de 07 de outubro de 2008 no artigo 1º, onde determina que as alíneas de cada inciso do artigo 20 da referida lei, não são acumuláveis para efeitos de promoção por aperfeiçoamento. Sendo assim, o servidor deverá optar pelo enquadramento em uma das alíneas dos incisos do artigo 20, de acordo com cada classe. Exemplo: servidor Classe I. b) três referências, pela conclusão do ensino médio; c) quatro referências, pela conclusão do curso de graduação. Se o servidor concluiu o ensino médio e graduação, deverá optar pela graduação, recebendo assim, quatro letras. Se atingir a pontuação mínima de 20 horas/aula receberá mais uma referência por atualização ou aperfeiçoamento, totalizando cinco referências.

3.6. Somente os cursos correlacionados com o cargo e área de atuação serão considerados para fins da promoção. O curso já considerado para promoção funcional não terá validade para novas promoções.

3.7. O resultado do presente processo será divulgado em Edital. O avanço será implantado na folha de pagamento tão somente após a edição da portaria do Executivo Municipal.

3.8. Aqueles servidores que não concordarem com o resultado da avaliação funcional afixada em edital deverão protocolar requerimento solicitando revisão da mesma pela Comissão, em até 30 dias após a divulgação.

3.9. Casos à parte referentes à avaliação ocorrida no período entre 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2011 serão avaliados pela Comissão responsável da época. Se caso a referida Comissão julgar procedente a reivindicação do servidor, a Comissão atual procurará adequá-lo conforme rege o presente edital.

Mafra, 1º de setembro de 2.014.

Jonas Schultz  
Presidente da Comissão

### **Decreto Nº 3781**

DECRETO Nº 3781

DATA: 04.09.2014.

DESTINA IMÓVEL A CÂMARA DE VEREADORES DE MAFRA - SC.

O Prefeito do Município de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município com fundamento ao artigo 4º da Lei Municipal Nº 1207 de 07 de Julho de 1982 e Ofício Nº 0338/2014 de 02 de Setembro de 2014;

### **DECRETA**

Art. 1º - Fica destinado à Câmara de Vereadores de Mafra/SC, o imóvel descrito na Matrícula nº. 8.600, Livro nº. 2 do Registro Geral, Ficha 01, da 1ª Circunscrição do Registro de Imóveis da Comarca de Mafra/SC:

I - Terreno urbano, sem benfeitorias, com a área de 1.224,45 m² (um mil, duzentos e vinte e quatro metro e quarenta e cinco decímetros quadrados), correspondente à área pública do loteamento Vila Aurora, situado nesta cidade, à rua José Cassias Pereira, lado par, esquina com a rua "D" (prol. do loteamento E. Grams), lado ímpar, na quadra completada pela rua "B" do loteamento Vila Aurora e terras de Ivani Grossl, confrontando-se na frente na extensão de quinze metros com a referida Rua José Cassias Pereira, nos fundos na extensão de trinta e um metros e cinquenta centímetros com a Rua "B" do loteamento Vila Aurora, pelo lado direito do terreno, na extensão de cinquenta e um metros e doze centímetros com terras de Ivani Grossl e pelo lado esquerdo na extensão de cinquenta e oito metros com a Rua "D" (Prol. do loteamento E. Grams. Proprietário: Prefeitura Municipal de Mafra.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 04 de Setembro de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

TADEU DAVID GERONASSO

Secretário Municipal de Administração



# Maravilha

## PREFEITURA

### Lei Nº 3.784/2014

LEI Nº 3.784, DE 4 DE SETEMBRO DE 2014

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 250.200,00 (Duzentos e cinquenta mil e duzentos reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

#### 04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

##### 03 - Departamento da Cultura

##### 13 - Cultura

##### 13.391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico

##### 13.391.0009 - Apoio e Desenvolvimento da Cultura

##### 13.391.0009.1.024 - APOIO A CULTURA EM GERAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

##### 3.0.00.00 - Despesas Correntes

##### 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

##### 3.3.50.00 - Transf. a Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos

R\$ 54.000,00

##### 3.3.90.00 - Aplicações Diretas

R\$ 6.200,00

#### 04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

##### 04.04 - Departamento dos Esportes

##### 27 - Desporto e Lazer

##### 27.812 - Desporto Comunitário

##### 27.812.0008 - Esporte e Lazer

##### 27.812.0008.2.022 - APOIO AO DESPORTO AMADOR

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

##### 3.0.00.00 - Despesas Correntes

##### 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

##### 3.3.50.00 - Transf. a Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos

R\$ 90.000,00

##### 3.3.90.00 - Aplicações Diretas

R\$ 100.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o artigo 1º desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

#### 04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

##### 04.03 - Departamento da Cultura

##### 13 - Cultura

##### 13.391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico

##### 13.391.0009 - Apoio e Desenvolvimento da Cultura

##### 13.391.0009.1.019 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO - DEPTO CULTURA

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

##### 4.0.00.00 - Despesas de Capital

##### 4.4.00.00 - Investimentos

##### 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

R\$ 19.650,00

##### 13.391.0009.1.031 - CONSTRUÇÃO DA CASA DA CULTURA

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

#### 4.0.00.00 - Despesas de Capital

##### 4.4.00.00 - Investimentos

##### 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

R\$ 26.000,00

#### 13.392 - Difusão Cultural

##### 13.392.0009 - Apoio de Desenvolvimento da Cultura

##### 13.392.0009.1.029 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

##### 4.0.00.00 - Despesas de Capital

##### 4.4.00.00 - Investimentos

##### 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

R\$ 14.550,00

#### 04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

##### 04.04 - Departamento dos Esportes

##### 27 - Desporto e Lazer

##### 27.812 - Desporto Comunitário

##### 27.812.0008 - Esporte e Lazer

##### 27.812.0008.1.026 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CENTROS ESPORTIVOS E DE LAZER

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

##### 4.0.00.00 - Despesas de Capital

##### 4.4.00.00 - Investimentos

##### 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

R\$ 190.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 4 de setembro de 2014.

SANDRO DONATI

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

ELIANE F. S. BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Lei Nº 3.785/2014

LEI Nº 3.785, DE 4 DE SETEMBRO DE 2014

Dispõe sobre repasse de recursos financeiros à Comissão Central Organizadora - CCO e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) à Comissão Central Organizadora - CCO do Município de Maravilha/SC.

Parágrafo único. O repasse de que trata o presente artigo será realizado em parcela única no mês de setembro de 2014.

Art. 2º O valor do repasse tem como objetivo custear as despesas com a realização da Festa da Terceira Idade, realizada anualmente no Município.

Art. 3º A CCO deverá prestar contas dos recursos concedidos, conforme o Art. 43, § 4º, e demais disposições da Instrução Normativa N.TC-14/2012.

Art. 4º Fica a beneficiária proibida de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado.

Art. 5º A não comprovação da aplicação dos recursos recebidos e/ou caso a prestação de contas não for aprovada pelo órgão fiscalizador, a Entidade deverá obrigatoriamente efetuar a devolução dos recursos e dos rendimentos da aplicação ao Município de Maravilha/SC.

Art. 6º Os recursos orçamentários para a execução do objeto do art. 1º correrão por conta da rubrica orçamentária nº 082410018.2.061000 - PROGRAMA DE ATENÇÃO A TERCEIRA IDADE.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Maravilha - SC, 4 de setembro de 2014.  
SANDRO DONATI  
Prefeito em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

ELIANE F. S. BEDUSCHI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Lei Nº 3.786/2014

LEI Nº 3.786, DE 4 DE SETEMBRO DE 2014

Autoriza o Poder Executivo Municipal a escriturar imóvel adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a escriturar, para os mutuários, imóveis de propriedade do Município de Maravilha, adquiridos e quitados através do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º Os imóveis de que trata o artigo 1º são os matriculados no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob as matrículas a seguir relacionadas, com os respectivos mutuários proprietários:

- CLEUSA TEREZINHA GONÇALVES

Lote urbano nº (26-C), da quadra nº (70), nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de 242,84 m² (duzentos e quarenta e dois metros e oitenta e quatro centímetros quadrados), objeto da Matrícula nº 11.991.

- MARLENE DE FÁTIMA AMADO

Lote Urbano nº (54-C), da quadra nº (78), situado na Rua São José, Bairro Bela Vista, nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de 350,00 m², objeto da Matrícula nº 11.554.

Art. 3º Para efeitos de escritura pública o valor dos imóveis será o relativo ao constante na planta de valores do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Maravilha - SC, 4 de setembro de 2014.  
SANDRO DONATI  
Prefeito em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

ELIANE F. S. BEDUSCHI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## Marema

### PREFEITURA

#### Pregão Presencial/FMAS N. 007/2014

Município de Marema/FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social - Pregão Presencial/FMAS n. 007/2014. A Prefeitura Municipal de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social, FAZ SABER a todos os interessados, para querendo que se encontra aberto Processo Licitatório/FMAS n. 007/2014 - Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 007/2014, para aquisição de veículo, novo, zero km, ano e modelo 2014/2015. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 06/10/2014, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 06/10/2014 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da integral do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h30 às 17h30min ainda, pelo telefone (0xx49)33540222 ou no Site [www.marema.sc.gor.br](http://www.marema.sc.gor.br).

Marema, 25 de agosto de 2014

VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

MARLETE T. CERRATO  
Gestora do FMAS

#### PORTARIA Nº 136/2014

Portaria nº 136/2014

De 13/08/2014

ALTERA PRAZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARGARETE CAREGNATTO POR TEMPO INDETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o pedido de reconsideração junto ao INSS, dando conta na necessidade do afastamento da referida servidora. CONSIDERANDO Portaria 113/2014 de 26/06/2014. CONSIDERANDO processo na Justiça Federal nº 50098352-12.2014.404.7202.

#### DECIDE

Art. 1º - Alterar prazo de licença para tratamento de doença a Servidora Pública Municipal MARGARETE CAREGNATTO, por tempo indeterminado e/ou pelo tempo que perdurar o processo judicial aplicado contra o INSS, para reconsideração de auxílio doença sob n 5009835-12.2014.404.7202.

Parágrafo Único - O prazo de licença poderá sofrer alteração, de acordo com avaliação do INSS e ou decisão judicial.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 13 de agosto de 2014.  
VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Servidor Designado

**Portaria Nº137/2014**

Portaria nº137/2014

De 15/08/2014

CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL DANIELA CERATTO MAROSTICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a servidora publica municipal DANIELA CERATTO MAROSTICA por um período de 30 dias, sendo período de gozo de:

- Gozo de férias por um período de 10 já gozados conforme Portaria 007/2014 de 10/01/2014.
- Gozo de férias por um período de 20 a contar a partir do dia 03/09/2014 a 22/09/2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 02/06/2012 a 01/06/2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 15 de agosto de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**Portaria Nº138/2014**

Portaria nº138/2014

De 15/08/2014

CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL DANIELA CERATTO MAROSTICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a servidora publica municipal DANIELA CERATTO MAROSTICA por um período de 30 dias, sendo período de gozo de:

- Gozo de férias por um período de 10 dias a contar a partir do dia 23/09/2014 a 02/10/2014.
- - Gozo de férias por um período de 20 dias para uma data futura a ser marcada em consenso com o departamento de Recursos Humanos.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 02/06/2013 a 01/06/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 15 de agosto de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**Portaria Nº139/2014**

Portaria nº139/2014

De 15/08/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDEMIR TOMÉ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal EDEMIR TOMÉ cód. 209 por um período de 30 dias, de 01 de setembro a 30 de setembro de 2014.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Parágrafo Único - O período de gozo relativo a 14 a 31 de janeiro de 2013, de que trata a Portaria 57/2013, ainda não gozadas devido a necessidade publica, serão gozadas em período a ser marcado, em consenso com o Setor RH da Prefeitura Municipal e o servidor.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 15 de agosto de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 140/2014**

Portaria nº 140/2014

De 15/08/2014

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL ALDIVA ROMANINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado medico do Dr CESAR FONINI CRM/SC- 3461, dando conta na necessidade do afastamento da referida servidora.

**DECIDE**

Art. 1º - Concede licença para tratamento de doença a Servidora Pública Municipal ALDIVA ROMANINI, por um período de 8 dias a contar a partir de 15 de agosto de 2014 a 22 agosto de 2014.

Parágrafo Único - O prazo de licença poderá sofrer alteração, de acordo com avaliação do INSS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 15 de agosto de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº141/2014**

Portaria nº141/2014

de 19/08/2014

NOMEIA POR REAPROVEITAMENTO CARMEM PERCIO, DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM PARA O CARGO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64 VI de Lei Orgânica Municipal, c/c Lei Municipal n. 998/2013 de 28/01/2013 e CONSIDERANDO a extinção do cargo de Auxiliar de Enfermagem; CONSIDERANDO a necessidade do aproveitamento em cargo vago; CONSIDERANDO que as atribuições do cargo de Técnico em Enfermagem é equivalentes ou compatível com o cargo de Auxiliar de Enfermagem; CONSIDERANDO a compatibilidade entre os cargos, relativamente aos requisitos para investidura, como mesmo grau de escolaridade, habilitação idêntica e carga horária.

**RESOLVE**

Art. 1º - Nomear por reaproveitamento CARMEM PERCIO do Cargo de Auxiliar de Enfermagem para o Cargo de Técnico em Enfermagem. - Cód:15 - Cargo de Provimento efetivo - 40 horas semanais, - Quadro de Pessoal Efetivo da Lei Complementar Municipal n. 036/2014 de 19/02/2014, para exercer suas funções junto ao Departamento de Saúde, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 19 de agosto de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

**Portaria Nº 142/2014**

Portaria nº 142/2014

De 19/08/2014

RESOLVE DESIGNAR A SERVIDORA PUBLICO MUNICIPAL CARLIZE EMANUELLA TODESCATTO PARA ATUAR JUNTO AO NASF E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c Art. 48 § 1º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; CONSIDERANDO que a Administração Pública pode suprimir transformar e alterar os cargos públicos ou serviços independentemente da anuência de seu titular, não possuindo o servidor direito adquirido à imutabilidade de suas atribuições, nem à continuidade de suas funções originárias, sendo permitida a remoção ou transferência, como também o remanejamento do horário desempenhado pelo servidor, desde que não haja arbitrariedade e ilegalidade. CONSIDERANDO que o servidor não possui direito de permanecer sempre lotado em um mesmo local ou no mesmo horário de trabalho, reconhecendo-se à autoridade competente da Administração Pública o direito de proceder a alteração das suas condições de trabalho, mas de forma motivada, considerando-se a conveniência, a razoabilidade, a necessidade e a oportunidade do ato, que deve espelhar o interesse público, que é pressuposto de toda atividade administrativa; CONSIDERANDO a necessidade do ajustamento do quadro de pessoal às necessidades do serviço público municipal, o que vem justificar o interesse público

**RESOLVE**

Art. 1º - Designar a Servidora Pública Municipal CARLIZE EMANUELLA TODESCATTO para atuar com o respectivo cargo ocupado, para atuar junto ao NASF, sem prejuízo do salário, de acordo com as considerações acima.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 18 de agosto de 2014

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado



**Portaria Nº143/2014**

Portaria nº143/2014

De 25/08/2014

CONCEDE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL VANDERLEI RIZZI DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal, Art. 126 do Estatuto dos Servidores Municipais. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

## DECIDE

Art. 1º - Conceder licença Prêmio ao Servidor Público Municipal VANDERLEI RIZZI, de 01 de outubro de 2014 a 30 de outubro de 2014.

Parágrafo Único: O período de aquisição da licença prêmio é de 01/03/2005 a 01/03/2010.

Art. 2º - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de agosto de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal em exercício.

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Setor de Recursos Humanos

**Portaria Nº 144/2014**

Portaria nº 144/2014

De 26/08/2014

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL ELISANDRA ALVES DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado medico do Dr Jacson Furlanetto CRM-SC 13711 RQE 9359, dando conta na necessidade do afastamento da referida servidora.

## DECIDE

Art. 1º - Concede licença para tratamento de doença a Servidora Pública Municipal ELISANDRA ALVES DOS SANTOS, por um período de 15 dias a contar a partir de 26 de agosto a 09 setembro de 2014.

Parágrafo Único - O prazo de licença poderá sofrer alteração, de acordo com avaliação do INSS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 26 de agosto de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº145/2014**

Portaria nº145/2014

De 03/09/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SIDIANE FATIMA PERIN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora. CONSIDERANDO Portaria 272/2012 de 20/12/2012.

## RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal SIDIANE FATIMA PERIN, por um período de 30 dias. Conforme portaria 272/2012 de 20/12/2012. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 10 dias a contar de 11/09/2014 a 20/09/2014.

- Gozo de férias por um período de 10 dias convertido em abono pecuniário no período de 21/12/2012 a 31/10/2012. Conforme 272/2012 de 20/12/2012.

- Gozo de férias por um período de 10 para uma data futura a ser marcada em consenso com o Departamento de Recursos Humanos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 26 de dezembro de 2011 a 25 de dezembro de 2012.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 03 de setembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**Portaria Nº 146/2014**

Portaria nº 146/2014

De 03/09/2014

REVOGA PORTARIA 062/2013 DE 15/01/2013 QUE DESIGNOU SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EVERTON CERATTO PARA DESEMPENHO DE ATIVIDADE ESPECIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c Art. 1º da Lei Municipal n. 559/2002 de 08/04/2002 que deu nova redação ao art. 24 da Lei Complementar n. 024/2001 de 04/07/2001.



**RESOLVE**

Art. 1º - Revogar Portaria 062/2013 de 15/01/2013 que designou o Servidor Público Municipal EVERTON CERATTO para o desempenho de atividade especial de Motorista da Unidade Sanitária, sem prejuízo do concurso público realizado.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário. Em especial portaria 062/2013 de 15/01/2013.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, a contar a partir de 01 de setembro de 2014.

Gabinete do Prefeito em 03 de setembro de 2014

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

**PORTARIA Nº 147/2014**

Portaria nº 147/2014

De 03/09/2014

REDISTRIBUI DE DEPARTAMENTO O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EVETON CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c Art. 48 § 1º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; CONSIDERANDO que a quantidade de motorista junto ao Departamento de Infraestrutura é insuficiente para atender a demanda; CONSIDERANDO que a Administração Pública pode suprimir, transformar e alterar os cargos públicos ou serviços independentemente da anuência de seu titular, não possuindo o servidor direito adquirido à imutabilidade de suas atribuições, nem à continuidade de suas funções originárias, sendo permitida a remoção ou transferência, como também o remanejamento do horário desempenhado pelo servidor, desde que não haja arbitrariedade e ilegalidade. CONSIDERANDO que o servidor não possui direito de permanecer sempre lotado em um mesmo local ou no mesmo horário de trabalho, reconhecendo-se à autoridade competente da Administração Pública o direito de proceder a alteração das suas condições de trabalho, mas de forma motivada, considerando-se a conveniência, a razoabilidade, a necessidade e a oportunidade do ato, que deve espelhar o interesse público, que é pressuposto de toda atividade administrativa; CONSIDERANDO a necessidade do ajustamento do quadro de pessoal às necessidades do serviço público municipal, o que vem justificar o interesse público

**RESOLVE**

Art. 1º - Redistribuir de Departamento o Servidor Público Municipal EVERTON CERATTO com o respectivo cargo ocupado, do Departamento Municipal de Saúde, para o Departamento Municipal de Infraestrutura, sem prejuízo do salário, de acordo com as considerações acima.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 03 de setembro de 2014

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

**Decreto Nº 125 /2014**

DECRETO Nº 125 /2014

De 04/08/2014

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2013, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, ESTADO DE Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.030/2013 DE 04 de dezembro de 2013.

**DECRETA**

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2013 do MUNICIPIO DE MAREMA, na ordem de recursos com valor R\$ 12.359,71 (Doze mil trezentos e cinquenta e nove reais e setenta e um centavos).

Art. 3º- Com os Recursos Advindos do Art. 1º deste Decreto, ficam Suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:

Código	Secretaria/departamento		
0801	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA		
funcional	Proj./ativ.	descrição	
06.181.601	2.022	MANUT. CONV. COM SECRET. DE SEGURANÇA PÚBLICA	
Modalidade	Fonte	Dotação	
44.90000	03.54	REDUZIDO 095	2.500,00

Código	Secretaria/departamento		
0801	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA		
funcional	Proj./ativ.	descrição	
06.181.601	2.022	MANUT. CONV. COM SECRET. DE SEGURANÇA PÚBLICA	
Modalidade	Fonte	Dotação	
33.90000	03.54	REDUZIDO 111	1.791,00
33.90000	03.55	REDUZIDO 112	8.068,71

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 04 de agosto de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Func. Designado

**DECRETO N. 126/2014**

DECRETO n. 126/2014

De 20/08/2014

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATORIO/FMAS n. 006/2014 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL/FMAS n. 006/2014 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e

CONSIDERANDO que a anulação da licitação está prevista no artigo 49 da Lei nº 8.666/93, e se justifica quando esta decorre

de fato superveniente devidamente comprovado e de motivação, pertinentes e suficientes para justificar tal conduta.

CONSIDERANDO a SÚMULA Nº 473 - A ADMINISTRAÇÃO PODE ANULAR SEUS PRÓPRIOS ATOS, QUANDO EIVADOS DE VÍCIOS QUE OS TORNAM ILEGAIS, PORQUE DELES NÃO SE ORIGINAM DIREITOS; OU REVOGÁ-LOS, POR MOTIVO DE CONVENIÊNCIA OU OPORTUNIDADE, RESPEITADOS OS DIREITOS ADQUIRIDOS, E RESSALVADA, EM TODOS OS CASOS, A APRECIACÃO JUDICIAL. CONSIDERANDO que não houve proponente interessado em participar do certame, tornando a licitação deserta, o que justifica o interesse público na anulação da licitação.

#### DECRETA

Art. 1º. A anulação da licitação relativa ao Processo Licitatório/FMAS n. 006/2014 na Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 006/2014, tendo como objeto a aquisição de veículo novo.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de agosto de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Funcionário Designado

#### Decreto Nº 0127 /2014

DECRETO Nº 0127 /2014

De 20/08/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, ESTADO DE Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.030/2013 DE 04 de dezembro de 2013.

#### DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado dotações orçamentárias no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento		
16.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
funcional	Proj./ativ.	Descrição	
08.244.0801	2.023	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MAREMA	
Modalidade	Fonte	Dotação	
44.90.00.00	01.00	Reduzido 5	2.000,00

Art. 2º Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, serão anuladas dotações dentro do orçamento vigente nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento		
16.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
funcional	Proj./ativ.	Descrição	
08.244.0801	2.023	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MAREMA	
Modalidade	Fonte	Dotação	
33.90.00.00	01.00	Reduzido 1	2.000,00

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 20 de agosto de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

#### DECRETO N. 128/2014

Decreto n. 128/2014

de 28/08/2014

CONSTITUI COMISSÃO PARA DEFINIÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES DO MUNICÍPIO DE MAREMA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal c/c Lei Municipal n. 1.041 de 14/07/2014 e Decreto n. 115/2014 de 23 de julho de 2014.

#### DECRETA

Art. 1º - Fica instituída a Comissão para definição da Planta Genérica de Valores do Município de Marema/SC, vinculada a Secretaria de Administração, com a finalidade de determinar os setores, os valores por metro quadrado de terrenos e construções e outros detalhes pertinentes a atualização da Planta Genérica de Valores.

Art. 2º - A Comissão será composta pelos seguintes membros:

- a) Jovana Luzzi - Diretora de Tributos;
- b) Ricardo Conte - Engenheiro Civil;
- c) Adilson Barella - Representante da Câmara de Vereadores;
- d) Suelen Maria Lunardi - Advogada;
- e) Lairton Boin - Representante da sociedade.

Art. 3º - A Comissão se reunirá em uma ou mais sessões, para debater a definição da planta genérica, com base em estudos, avaliações e documentos que serão apresentados na reunião.

§1º. O agendamento das sessões será feito pelo Secretário de Administração do Município, que também participará das reuniões como coordenador das atividades.

§2º. Por se tratar de relevante serviço público, os integrantes da Comissão não receberão remuneração por sua atuação junto a Comissão.

Art. 4º - A Comissão deverá emitir laudo final, em que apontará a Planta Genérica de Valores que entende adequada ao Município.

Parágrafo único. A planta definida pela Comissão será transformada em projeto de lei e levada para aprovação da Câmara de Vereadores.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 28 de agosto de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Funcionário Designado

**PORTARIA Nº 148/2014**

Portaria nº 148/2014

De 04/09/2014

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR ABANDONO DO CARGO PELA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL CLAIRE NESPOLO PERCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 165, inciso IX da Lei Municipal nº 307/95 e CONSIDERANDO informação da Secretaria Municipal de Saúde dando conta que a Agente Comunitária de Saúde CLAIRE NESPOLO PERCIO não retornou ao local de trabalho após termino do beneficio previdenciário em 23 de dezembro de 2013; CONSIDERANDO informação do Setor de RH que houve a notificação para o retorno do trabalho, mesmo assim a servidora não compareceu.

**DECIDE**

Art. 1º - Determinar a instauração de processo administrativo para apurar possível abandono do cargo da Servidora Publica Municipal CLAIRE NESPOLO PERCIO lotado no cargo de Agente Comunitária de Saúde, por possível infração prevista no Art. 165, inciso IX do Estatuto dos Servidores Publico Municipais, configurando abandono do cargo, assegurando-lhe o contraditório e a ampla defesa.

Art. 2º - Fica determinado ao Departamento de Pessoal, para que proceda ao registro e autuação do presente ato, devendo acompanhar os documentos de sua pasta funcional, notificações e demais documentos constante do prontuário do servidor.

Art. 3º - Constituir comissão especial para conduzir os trabalhos de instauração de processo administrativo da Servidora Publica Municipal CLAIRE NESPOLO PERCIO lotado no cargo de Agente Comunitária de Saúde, por possível infração praticada no exercício das funções do cargo, pelo abandono do cargo, composta pelos seguintes servidores a seguir nomeados:

- Presidente: EDUARDO PEREIRA VARGAS
- Secretário: LIGIANE SPEROTTO
- Membro: ANA PAULA SEGANFREDO

Art. 4º - A comissão deve conduzir os trabalhos, agindo com independência e imparcialidade, bem como respeitando o contraditório e a ampla defesa.

Art. 5º - Os membros da comissão prestarão serviços relevantes ao Município, não percebendo qualquer tipo de gratificação ou indenização pelos trabalhos relacionados a esta Portaria.

Art. 6º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de setembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Servidor Designado

**Massaranduba****PREFEITURA****Processo Licitatório Nº. 67/2014 - Multientidade**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 67/2014 - Multientidade

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2014

REGISTRO DE PREÇO

**I - PREAMBULO**

1.1. A Prefeitura de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria nº. 346, de 10 de fevereiro de 2014, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores vigentes e pertinentes à matéria, e Decreto Municipal nº. 2.051, DE 11 DE OUTUBRO DE 2010, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO, com adjudicação pelo menor preço - por item, para aquisição de diversos tubos de concreto para uso da Administração Municipal de Massaranduba - SC, conforme especificações do Anexo II, sob a forma de fornecimento parcelado.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

DATA DE ABERTURA:	17 de setembro de 2014
	Prefeitura de Massaranduba - SC. Setor de Licitações
LOCAL:	Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro - Massaranduba - SC
ENTREGA DOS ENVELOPES:	14:00h
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DO PROCESSO:	14:30h

**II - DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de diversos tubos de concreto para uso da Administração Municipal de Massaranduba - SC, conforme especificações do Anexo II, ao longo de 12 (doze) meses.

E para que ninguém alegue desconhecimento, é o presente Edital publicado em resumo no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, afixado no Mural de Avisos da Prefeitura Municipal de Massaranduba, e disponibilizado no site oficial: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba (SC), 02 de setembro de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

SUZANE E. F. REINKE  
Gestora dos Fundos Municipais

**ATA 15/2014 - ALTERAÇÃO DE FORNECEDOR****ALTERAÇÃO DE FORNECEDOR**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2014

Processo Licitatório Nº. 42 / 2014

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 21 / 2014

No dia 01 de Setembro de 2014, o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 42/2014 - Multientidade - Pregão Presencial Nº. 21/2014 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para aquisição de diversos materiais de limpeza e higienização das: Escolas, Pré-Escolares, Centros de Educação Infantil, Centro Esportivo, Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde e Ass. Social.

**DA ALTERAÇÃO****CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FORNECEDOR**

1.1. Referente a aquisição de diversos materiais de limpeza e higienização das: Escolas, Pré-Escolares, Centros de Educação Infantil, Centro Esportivo, Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde e Ass. Social, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos vimos por meio deste liberar do compromisso de entrega o fornecedor COMERCIAL MULTVILLE LTDA - ME referente ao item 09 motivado pela classificação antecipada, pois existia fornecedor que compunha a classificação anterior ao do fornecedor supracitado. No intuito de corrigir o procedimento segue anexo a esta, a avaliação da amostra apresentada a qual atende as especificações contidas no processo licitatório. Segue abaixo o valor negociado.

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
09	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	COPOS DESCARTAVEIS 2500X180 ML, PADRAO ABNT, CAIXA COM 2500 UNIDADES. MATERIAL PP.	CAIXA	COPOBRAS	597	66,50	R\$ 39.700,50

Total do Item: R\$ 39.700,50 (trinta e nove mil, setecentos reais e cinquenta centavos)

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

2.1. Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório Nº. 42/2014 - Pregão Presencial Nº. 21/2014, e as propostas das empresas classificadas no certame supracitado. As demais cláusulas da Ata 15/2014 permanecem inalteradas.

2.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

2.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba - SC 01 de Setembro de 2014

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA	FUNDO MUNIC. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
MARIO FERNANDO REINKE	SUZANE E. F. REINKE
Contratante	Gestora

LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA  
ANTONIO GERALDO KLEIN  
Contratada

**Meleiro****PREFEITURA****Portaria N.º 332/2014**

PORTARIA n.º 332/2014

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº 318/2014.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010, e Processo Seletivo n.º 001/2014, resolve:

**REVOGAR**

Artigo 1.º A Portaria nº 318/2014, de 29 de Agosto de 2014, que contrata o Técnico de Enfermagem - Samu, SAMUEL GONÇALVES DA SILVA, em virtude do Pedido de Desistência da vaga pelo mesmo.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/09/2014.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 318/2014.

Meleiro, 02 de Setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças



# Modelo

## PREFEITURA

### Portaria Nº 138/2014

PORTARIA Nº 138/2014 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial de conformidade com o art. 42 da Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais:

#### RESOLVE:

Art. 1º. Em decorrência do recebimento de representação, em face de servidor, fica determinada a instauração de Sindicância para apurar a responsabilidade ou não do servidor público municipal, Sr. ENIO MUNDT, matrícula nº 1946-1, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Externos, vinculado ao Departamento Municipal de Obras, Estradas e Rodagens.

Art. 2º A Comissão que conduzirá a Sindicância é a designada pelo Decreto Municipal nº 193/2014.

Art. 3º Providencie a Comissão a instrução processual necessária, produzindo provas documentais, testemunhais e/ou periciais, buscando e requisitando os demais elementos que julgar convenientes a completa apuração dos fatos descritos, respeitando-se os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo, ao 01 de setembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra:

Francieli Pavalicini  
Chefe de Setor

### Portaria Nº 139/2014

PORTARIA Nº 0139/2014 de 03.09.2014.  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando atestado médico emitido nesta data, atestando a necessidade de afastamento da Servidora para tratamento de saúde no período de 03.09.2014 a 02.10.2014 (30 dias),

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal LUCIMAR DE FÁTIMA RODRIGUES DALAGNOL, matrículas nº 1324-2 e 1599-7, ocupante do cargo efetivo de Professora, com 2 contratos efetivos de carga horária 20 horas semanais cada, lotada no Departamento Municipal de Educação,

por motivo de doença.

Parágrafo Único: A concessão de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 03.09.2014 a 02.10.2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 03 de setembro de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini  
Chefe de Setor

### ERRATA AO EDITAL 1063/2014

Errata ao Edital

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório n. 1063/2014 - Modalidade Convite n. 009/2014

O Senhor Prefeito do Município de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que o processo licitatório nº 1063/2014, teve seu objeto alterado para a seguinte redação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS AUTÔNOMOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM GADO LEITEIRO E DE CORTE, PARA O REBANHO DOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE MODELO, FICANDO RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO, TRANSPORTE E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DE CONFORMIDADE COM OS ENCAMINHAMENTOS E SOLICITAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE MODELO. A FIM DE DAR CONTINUIDADE AO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DO GADO LEITEIRO CONFORME LEI MUNICIPAL Nº2118/2013 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013 (EM ANEXO). Tendo sua data de abertura alterada para o dia 15 de Setembro de 2014, às 14:00. Sendo mantidas as demais condições do edital. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 04 de Setembro de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 238/2014

DECRETO MUNICIPAL 238/2014 DE 26 DE AGOSTO DE 2014  
REGULAMENTA A LEI N. 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES PREVISTO NO INCISO XXXIII DO CAPUT DO ART. 50, NO INCISO II DO § 30 DO ART. 37 E NO § 20 DO ART. 216 DA CONSTITUIÇÃO.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto na Lei Federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011,



**DECRETA:****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo do Município de Modelo, SC, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo, conforme o disposto na Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

Art. 2º Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal assegurarão, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as diretrizes previstas na Lei n. 12.527, de 2011.

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - informação - dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - dados processados - dados submetidos a qualquer operação ou tratamento por meio de processamento eletrônico ou por meio automatizado com o emprego de tecnologia da informação;

III - documento - unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

IV - informação sigilosa - informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;

V - informação pessoal - informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;

VI - tratamento da informação - conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VII - disponibilidade - qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VIII - autenticidade - qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

IX - integridade - qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

X - primariedade - qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações;

XI - informação atualizada - informação que reúne os dados mais recentes sobre o tema, de acordo com sua natureza, com os prazos previstos em normas específicas ou conforme a periodicidade estabelecida nos sistemas informatizados que a organizam; e

XII - documento preparatório - documento formal utilizado como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo, a exemplo de pareceres e notas técnicas.

Art. 4º A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

Parágrafo único. Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei no 7.115, de 29 de agosto de 1983.

**CAPÍTULO II****DA ABRANGÊNCIA**

Art. 5º Sujeitam-se ao disposto neste Decreto os órgãos da administração direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais

entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município de Modelo.

Parágrafo único A divulgação de informações de empresas públicas, sociedade de economia mista e demais entidades controladas pelo Município de Modelo que atuem em regime de concorrência, sujeitas ao disposto no art. 173 da Constituição, estará submetida às normas pertinentes da Comissão de Valores Mobiliários, a fim de assegurar sua competitividade, governança corporativa e, quando houver, os interesses de acionistas minoritários.

Art. 6º O acesso à informação disciplinado neste Decreto não se aplica:

I - às hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça; e

II - às informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma do §1º do art. 7º da Lei n. 12.527, de 2011.

**CAPÍTULO III****DA TRANSPARÊNCIA ATIVA**

Art. 7º É dever dos órgãos e entidades vinculados direta ou indiretamente ao Município, promover, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, observado o disposto nos arts. 7º e 8º da Lei n. 12.527, de 2011.

§ 1º O Município e os órgãos e entidades deverão implementar em seus sítios na Internet seção específica para a divulgação das informações de que trata o caput.

§ 2º Será disponibilizado nos sítios na Internet do Município e dos órgãos e entidades banner na página inicial, que dará acesso à seção específica de que trata o § 1º; e

§ 3º Deverão ser divulgadas, na seção específica de que trata o § 1º, informações sobre:

I - estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;

II - programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;

III - repasses ou transferências de recursos financeiros;

IV - execução orçamentária e financeira detalhada;

V - licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;

VI - remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa, de maneira individualizada, conforme ato da Secretaria de Administração Geral.

VII - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; e

VIII - contato da autoridade de monitoramento, designada nos termos do art. 40 da Lei n. 12.527, de 2011, e telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC.

§ 4º As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.

§ 5º No caso das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas pelo município, que atuem em regime de concorrência, sujeitas ao disposto no art. 173 da Constituição, aplica-se o disposto no § 1º do art. 5º.

§ 6º A divulgação das informações previstas no § 3º não exclui outras hipóteses de publicação e divulgação de informações previstas na legislação.

Art. 8º Os sítios na Internet do município, órgãos e entidades deverão, em cumprimento às normas estabelecidas pela Secretaria de Administração atender aos seguintes requisitos, entre outros:

I - conter formulário para pedido de acesso à informação;

II - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;  
III - possibilitar gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;  
IV - possibilitar acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;  
V - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;  
VI - garantir autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso;  
VII - indicar instruções que permitam ao requerente comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade; e  
VIII - garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

## CAPÍTULO IV

### DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA

#### Seção I

##### Do Serviço de Informação ao Cidadão

Art. 9º Fica criado o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, coordenado pela Secretaria de Administração, e que funcionará no seguinte endereço: Rua do Comercio, 1304, no horário das 7:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:30, de segunda a sexta-feira, com o objetivo de:

I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;  
II - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e  
III - receber e registrar pedidos de acesso à informação.

Parágrafo único. Compete ao SIC:

I - o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;

II - o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido; e

IV - o encaminhamento do pedido para o responsável indicado na respectiva Secretaria da área requerida, a fim de que seja providenciado o atendimento, justificativas e tratamento de informações pessoais ou sigilosas contidas nas informações e documentos disponibilizados; e

V - receber a resposta de cada Secretaria, providenciar a devida revisão quanto a seu conteúdo e tratamento de informações pessoais ou sigilosas, e encaminhar resposta ao requerente.

Art. 10. Caso seja formalizado pedido de acesso em qualquer unidade descentralizada em que não houver SIC, o pedido será encaminhado ao SIC do município, que comunicará ao requerente o número do protocolo e a data de recebimento do pedido, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

#### Seção II

##### Do Pedido de Acesso à Informação

Art. 11. Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico e físico, no sítio na Internet e no SIC do município, bem como dos órgãos e entidades vinculados.

§ 2º O prazo de resposta será contado a partir do primeiro dia útil seguinte à data de apresentação do pedido ao SIC, estendendo-se até o primeiro dia útil seguinte, caso o último dia do prazo de entrega seja sábado, domingo ou feriado.

§ 3º É facultado ao SIC o recebimento de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como contato telefônico, correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos do art. 12, devendo o pedido ser imediatamente incluído no sistema de gestão dos pedidos de acesso.

§ 4º Na hipótese do § 3º, será enviada ao requerente comunicação com o número de protocolo e a data do recebimento do pedido pelo SIC, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Art. 12. O pedido de acesso à informação deverá conter:

I - nome do requerente;

II - número de documento de identificação válido;

III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e

IV - endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

V - Indicação clara do meio de resposta desejado pelo requerente, como eletrônico, postal, retirada no SIC e outros.

Art. 13. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais que não sejam de competência do órgão ou entidade, tais como análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o SIC deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 14. São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

#### Seção III

##### Do Procedimento de Acesso à Informação

Art. 15. Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato ou em até 24 (vinte e quatro) horas.

§ 1º Caso não seja possível o acesso no prazo mencionado no caput, o SIC deverá, no prazo de até vinte dias:

I - enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado;

II - comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;

III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;

IV - indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela informação ou que a detenha; ou

V - indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada preferencialmente a medida prevista no inciso II do § 1º, sem prejuízo da devida resposta no formato solicitado pelo requerente, caso este informe não ser possível a consulta no local.

§ 3º Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, o SIC deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§ 4º Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 3º, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 16. O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias e aceita por este.

Art. 17. Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o SIC deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo único. Na hipótese do caput o SIC desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 18. Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, o SIC, observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente, pelo meio indicado, Guia de Recolhimento, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

§ 1º O custo de reprodução de documentos será estabelecido com base no valor da cópia constante de contrato de serviços de impressão e reprodução em vigência no âmbito do Município.

§ 2º A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de dez dias, contado da comprovação do pagamento pelo requerente ou da

entrega de declaração de pobreza por ele firmada, nos termos da Lei n. 7.115, de 1983, ressalvadas hipóteses justificadas em que, devido ao volume ou ao estado dos documentos, a reprodução demande prazo superior.

§ 3o Caso seja uma alternativa comprovadamente mais viável para resposta, o SIC poderá, garantida a segurança na movimentação de processos requeridos, solicitar a indicação, pelo requerente, de empresa ou entidade idônea onde possam ser terceirizadas cópias, sob acompanhamento presencial de um servidor indicado pelo SIC, desde que comprovado previamente o pagamento dos serviços pelo requerente junto à empresa por ele indicada.

Art. 19. Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

I - razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;

II - possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade que o apreciará; e

III - possibilidade de apresentação de pedido de desclassificação da informação, quando for o caso, com indicação da autoridade classificadora que o apreciará.

§1o As razões de negativa de acesso a informação classificada indicarão o fundamento legal da classificação, a autoridade que a classificou e o código de indexação do documento classificado.

§ 2o Os SIC disponibilizará formulário padrão para apresentação de recurso e de pedido de desclassificação.

Art. 20. O acesso a documento preparatório ou informação nele contida, utilizados como fundamento de tomada de decisão ou de ato administrativo, será assegurado a partir da edição do ato ou decisão.

#### Seção IV

##### Dos Recursos

Art. 21. No caso de negativa de acesso à informação, de não-fornecimento das razões da negativa do acesso, ou de omissão de resposta, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior à que adotou a decisão, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

§ 1o Desprovido o recurso de que trata o caput, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à comissão de Avaliação de Informações - CAI, que deverá se manifestar em cinco dias contados do recebimento do recurso.

§ 2o A Comissão poderá determinar que o setor, órgão ou entidade preste os esclarecimentos necessários para a avaliação do recurso.

§ 3o Provido o recurso, a Comissão fixará prazo para o cumprimento da decisão pelo setor, órgão ou entidade.

#### CAPÍTULO V

##### DAS INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS EM GRAU DE SIGILO

###### Seção I

Da Classificação de Informações quanto ao Grau e Prazos de Sigilo

Art. 22. São passíveis de classificação as informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

I - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;

II - pôr em risco a segurança de instituições ou de autoridades nacionais ou estrangeiras; ou

III - comprometer atividades de inteligência, de investigação ou de fiscalização em andamento, relacionadas com prevenção ou repressão de infrações de ordem administrativa ou tributária.

Art. 23. A informação em poder dos setores, órgãos e entidades, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada no grau ultrassecreto, secreto ou reservado.

Art. 24. Para a classificação da informação em grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:

I - a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado; e

II - o prazo máximo de classificação em grau de sigilo ou o evento que defina seu termo final.

Art. 25. Os prazos máximos de classificação são os seguintes:

I - grau ultrassecreto: até vinte e cinco anos;

II - grau secreto: até quinze anos; e

III - grau reservado: até cinco anos.

Parágrafo único. Poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, observados os prazos máximos de classificação.

Art. 26. As informações que puderem comprovadamente colocar em risco a segurança do Prefeito Municipal e Vice-Prefeito poderão ser classificadas no grau reservado e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

Art. 27. A classificação de informação é de competência:

I - no grau ultrassecreto, do Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito em exercício;

II - no grau secreto e reservado, o Prefeito, o Vice-Prefeito em exercício e os Secretários Municipais..

§ 1o É vedada a delegação da competência de classificação das informações.

#### Seção II

Dos Procedimentos para Classificação de Informação

Art. 28. A decisão que classificar a informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada em Termo de Classificação de Informação - TCI, contendo o seguinte:

I - número ou código de classificação de documento;

II - grau de sigilo;

III - categoria na qual se enquadra a informação;

IV - tipo de documento;

V - data da produção do documento;

VI - indicação de dispositivo legal que fundamenta a classificação;

VII - razões da classificação, observados os critérios estabelecidos no art. 27;

VIII - indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, observados os limites previstos no art. 28;

IX - data da classificação; e

X - identificação da autoridade que classificou a informação.

§ 1o O TCI seguirá anexo à informação.

§ 2o As informações previstas no inciso VII do caput deverão ser mantidas no mesmo grau de sigilo que a informação classificada.

§ 3o A ratificação da classificação de que trata o § 5o do art. 30 deverá ser registrada mediante assinatura e carimbo da autoridade de no TCI.

Art. 29. Na hipótese de documento que contenha informações classificadas em diferentes graus de sigilo, será atribuído ao documento tratamento do grau de sigilo mais elevado, ficando assegurado o acesso às partes não classificadas por meio de certidão, extrato ou cópia, com ocultação da parte sob sigilo.

Art. 30. Fica instituída a Comissão de Avaliação de Informações - CAI, com as seguintes atribuições:

I - opinar sobre a informação produzida para fins de classificação em qualquer grau de sigilo;

II - assessorar a autoridade classificadora quanto à desclassificação, reclassificação ou reavaliação de informação classificada em qualquer grau de sigilo;

III - propor o destino final das informações desclassificadas, indicando os documentos para guarda permanente, observado o disposto na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e

IV - subsidiar a elaboração do rol anual de informações desclassificadas e documentos classificados em cada grau de sigilo, a ser disponibilizado na Internet.

#### Seção III

Da Desclassificação e Reavaliação da Informação Classificada em Grau de Sigilo

Art. 31. A classificação das informações será reavaliada pela



autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, para desclassificação ou redução do prazo de sigilo.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no caput, além do disposto no art. 27, deverá ser observado:

I - o prazo máximo de restrição de acesso à informação, previsto no art. 28;

II - a permanência das razões da classificação;

III - a possibilidade de danos ou riscos decorrentes da divulgação ou acesso irrestrito da informação; e

Art. 32. O pedido de desclassificação ou reavaliação da classificação poderá ser apresentado ao SIC independentemente de existir prévio pedido de acesso à informação.

Art. 33. Negado o pedido de desclassificação ou de reavaliação, o requerente poderá apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da negativa, nos termos e instâncias previstas no art. 21.

Art. 34. A decisão da desclassificação, reclassificação ou redução do prazo de sigilo de informações classificadas deverá constar das capas dos processos, se houver, e de campo apropriado no TCI.

#### Seção IV

##### Disposições Gerais

Art. 35. As informações classificadas no grau ultrassecreto ou secreto serão definitivamente preservadas, nos termos da Lei no 8.159, de 1991, observados os procedimentos de restrição de acesso enquanto vigorar o prazo da classificação.

Art. 36. As informações classificadas como documentos de guarda permanente serão encaminhadas ao arquivo permanente, para fins de organização, preservação e acesso.

Art. 37. As informações sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de classificação em qualquer grau de sigilo nem ter seu acesso negado.

Art. 38. Não poderá ser negado acesso às informações necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. O requerente deverá apresentar razões que demonstrem a existência de nexo entre as informações requeridas e o direito que se pretende proteger.

Art. 39. O Prefeito Municipal e os Secretários adotarão as providências necessárias para que os servidores conheçam as normas e observem as medidas e procedimentos para disponibilização de informações requeridas, bem como para segurança e tratamento de informações pessoais ou classificadas em qualquer grau de sigilo.

Art. 40. O SIC publicará anualmente, até o dia 1º de março, em sítio na Internet:

I - rol das informações desclassificadas nos últimos doze meses;

II - rol das informações classificadas em cada grau de sigilo, que deverá conter:

- código de classificação de documento;
  - categoria na qual se enquadra a informação;
  - indicação de dispositivo legal que fundamenta a classificação; e
  - data da produção, data da classificação e prazo da classificação;
- III - relatório estatístico com a quantidade de pedidos de acesso à informação recebidos, atendidos e indeferidos; e
- IV - informações estatísticas agregadas dos requerentes.

#### CAPÍTULO VI

##### DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES - CAI

Art. 41. Fica instituída a Comissão de Avaliação de Informações, composta pelos seguintes membros: Carla Luisa Alexius Martini - Agente de Controle Interno; Gilnei Roberto Vogel - Assessor Jurídico; Jana Hanauer - Assessora Administrativa de Imprensa, tendo como eventuais suplentes seus substitutos legalmente indicados.

Art. 42. Compete à Comissão de Avaliação de Informações:

I - rever, de ofício ou mediante provocação, a classificação de informação no grau ultrassecreto ou secreto ou sua reavaliação, no máximo a cada quatro anos;

II - requisitar da autoridade que classificar informação em qualquer grau esclarecimento ou conteúdo, parcial ou integral, da

informação, quando as informações constantes do TCI não forem suficientes para a revisão da classificação;

III - deliberar sobre recursos apresentados contra decisão proferida em instância recursal hierarquicamente superior, nos termos do art. 21.

Parágrafo único. A não-deliberação sobre a revisão, de ofício ou mediante provocação, no prazo previsto no inciso I do caput implicará a desclassificação automática das informações.

Art. 43. A Comissão de Avaliação de Informações reunirá-se ordinariamente, uma vez por bimestre, e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Prefeito Municipal ou para avaliação de recurso impetrado por requerente.

Art. 44. As deliberações da Comissão de Avaliação de Informações serão tomadas por maioria simples dos votos.

#### CAPÍTULO VII

##### DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS

Art. 45. As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem detidas pelos órgãos e entidades:

I - terão acesso restrito a agentes públicos legalmente autorizados e a pessoa a que se referirem, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de cem anos a contar da data de sua produção; e

II - poderão ter sua divulgação ou acesso por terceiros autorizados por previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que se referirem.

Parágrafo único. Caso o titular das informações pessoais esteja morto ou ausente, os direitos de que trata este artigo assistem ao cônjuge ou companheiro, aos descendentes ou ascendentes, conforme o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e na Lei no 9.278, de 10 de maio de 1996.

Art. 46. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

Art. 47. O consentimento referido no inciso II do caput do art. 55 não será exigido quando o acesso à informação pessoal for necessário:

I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização exclusivamente para o tratamento médico;

II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, vedada a identificação da pessoa a que a informação se referir;

III - ao cumprimento de decisão judicial;

IV - à defesa de direitos humanos de terceiros; ou

V - à proteção do interesse público geral e preponderante.

Art. 48. A restrição de acesso a informações pessoais de que trata o art. 55 não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades, conduzido pelo Poder Público, em que o titular das informações for parte ou interessado.

Art. 49. O pedido de acesso a informações pessoais observará os procedimentos previstos no Capítulo IV e estará condicionado à comprovação da identidade do requerente.

Parágrafo único. O pedido de acesso a informações pessoais por terceiros deverá ainda estar acompanhado de:

I - comprovação do consentimento expresso de que trata o inciso II do caput do art. 55, por meio de procuração;

II - comprovação das hipóteses previstas no art. 58;

III - demonstração da necessidade do acesso à informação requerida para a defesa dos direitos humanos ou para a proteção do interesse público e geral preponderante.

Art. 50. O acesso à informação pessoal por terceiros será condicionado à assinatura de um termo de responsabilidade, que disporá sobre a finalidade e a destinação que fundamentaram sua autorização, sobre as obrigações a que se submeterá o requerente.

§ 1º A utilização de informação pessoal por terceiros vincula-se à finalidade e à destinação que fundamentaram a autorização do

acesso, vedada sua utilização de maneira diversa.

§ 2o Aquele que obtiver acesso às informações pessoais de terceiros será responsabilizado por seu uso indevido, na forma da lei.

Art. 51. Aplica-se, no que couber, a Lei no 9.507, de 12 de novembro de 1997, em relação à informação de pessoa, natural ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de órgãos ou entidades governamentais ou de caráter público.

## CAPÍTULO VIII

### DAS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

Art. 52. As entidades privadas sem fins lucrativos que receberem recursos públicos para realização de ações de interesse público, inclusive assistenciais, deverão dar publicidade às seguintes informações:

I - cópia do estatuto social atualizado da entidade;

II - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade; e

III - cópia integral dos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres realizados com o Poder Executivo Municipal, respectivos aditivos, e relatórios finais de prestação de contas, na forma da legislação aplicável.

§ 1o As informações de que trata o caput serão divulgadas em sítio na Internet da entidade privada e em quadro de avisos de amplo acesso público em sua sede ou na sede da Prefeitura Municipal.

§ 2o A divulgação em sítio na Internet referida no §1o poderá ser dispensada, por decisão do órgão ou entidade pública, e mediante expressa justificação da entidade, nos casos de entidades privadas sem fins lucrativos que não disponham de meios para realizá-la.

§ 3o As informações de que trata o caput deverão ser publicadas a partir da celebração do convênio, contrato, termo de parceria, acordo, ajuste ou instrumento congênere, serão atualizadas periodicamente e ficarão disponíveis até 2 (dois) anos após a entrega da prestação de contas final.

Art. 53. Os pedidos de informação referentes aos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres previstos no art. 63, cuja resposta seja de competência do Município, deverão ser apresentados diretamente aos órgãos e entidades responsáveis pelo repasse de recursos.

## CAPÍTULO IX

### DAS RESPONSABILIDADES

Art. 54. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos deste Decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontra sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1o Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas como infrações administrativas, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, infrações administrativas, que deverão ser apenadas, no mínimo, com suspensão, segundo os

critérios estabelecidos na referida norma legal.

§ 2o Pelas condutas descritas no caput, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis no 1.079, de 10 de abril de 1950, e no 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 55. A pessoa natural ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o Poder Público e praticar conduta prevista no art. 65, estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o Poder Público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a dois anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1o A sanção de multa poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput.

§ 2o A multa prevista no inciso II do caput será aplicada sem prejuízo da reparação pelos danos e não poderá ser:

I - inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais) nem superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), no caso de pessoa natural; ou

II - inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) nem superior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), no caso de entidade privada.

§ 3o A reabilitação referida no inciso V do caput será autorizada somente quando a pessoa natural ou entidade privada efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV do caput.

§ 4o A aplicação da sanção prevista no inciso V do caput é de competência exclusiva da autoridade máxima do Poder Executivo Municipal.

§ 5o O prazo para apresentação de defesa nas hipóteses previstas neste artigo é de dez dias, contado da ciência do ato.

## CAPÍTULO X

### DO MONITORAMENTO DA APLICAÇÃO DA LEI

#### Seção I

Da Autoridade de Monitoramento

Art. 56. O dirigente máximo de cada Secretaria, órgão ou entidade, designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para exercer as seguintes atribuições:

I - providenciar o atendimento dos pedidos de acesso encaminhados pelo SIC, no que compete aos assuntos de sua Secretaria;

II - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei n. 12.527, de 2011;

III - recomendar medidas para aperfeiçoar as normas e procedimentos necessários à implementação deste Decreto;

IV - orientar os servidores e agentes públicos no que se refere ao cumprimento deste Decreto; e

V - manifestar-se sobre recurso apresentado, observado o disposto no art. 21.

#### Seção II

Das Competências Relativas ao Monitoramento

Art. 57. Compete à Secretaria de Administração, observadas as competências dos demais órgãos e entidades e as previsões específicas neste Decreto:

I - definir o formulário padrão, disponibilizado em meio físico e eletrônico, que estará à disposição no sítio na Internet e no SIC, de acordo com o § 1o do art. 11;

II - promover campanha de abrangência municipal de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização sobre o direito fundamental de acesso à informação;

III - promover o treinamento dos agentes públicos e, no que couber, a capacitação das entidades privadas sem fins lucrativos,



no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública;

IV - monitorar a implementação da Lei n. 12.527, de 2011, concentrando e consolidando a publicação de informações estatísticas relacionadas no art. 45;

V - preparar relatório anual com informações referentes à implementação da Lei n. 12.527, de 2011, a ser encaminhado à Câmara Municipal;

VI - avaliar e monitorar a aplicação deste Decreto, especialmente o cumprimento dos prazos e procedimentos; e

VII - estabelecer orientações normativas de caráter geral a fim de suprir eventuais lacunas na aplicação da Lei n. 12.527, de 2011.

VIII - estabelecer procedimentos, regras e padrões de divulgação de informações ao público, fixando prazo máximo para atualização; e

IX - detalhar os procedimentos necessários à busca, estruturação e prestação de informações no âmbito do Poder Executivo Municipal.

## CAPÍTULO XI

### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 58. Os setores, órgãos e entidades adequarão suas políticas de gestão da informação, promovendo os ajustes necessários aos processos de registro, processamento, trâmite e arquivamento de documentos e informações.

Art. 59. As autoridades indicadas no art. 45, deverão reavaliar as informações classificadas no grau ultrassecreto e secreto no prazo máximo de 2 (dois) anos, contado do termo inicial de vigência da Lei n. 12.527, de 2011.

§ 1º A restrição de acesso a informações, em razão da reavaliação prevista no caput, deverá observar os prazos e condições previstos neste Decreto.

§ 2º Enquanto não transcorrido o prazo de reavaliação previsto no caput, será mantida a classificação da informação, observados os prazos e disposições da legislação precedente.

§ 3º As informações classificadas no grau ultrassecreto e secreto não reavaliadas no prazo previsto no caput serão consideradas, automaticamente, desclassificadas.

Art. 60. Aplica-se subsidiariamente a Lei Federal no 9.748/99 de 29 de janeiro de 1999, aos procedimentos previstos neste Decreto, relativamente à regulação do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 61. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 62 - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Modelo, 26 de agosto de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Data Supra

FRANCIELE PAVALICINI  
CHEFE DE SETOR

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### Processo Licitatório Nº 73/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 73/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2014

REGISTRO de PREÇO

OBJETO: Registro de Preço na contratação de pessoa jurídica para fornecimento de: MASSA ASFÁLTICA, conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 do dia 08/ setembro/2014 até as 08:30 horas do dia 17/setembro/2014;

ABERTURA: às 09:00 horas do dia 17/setembro/2014.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br) e-mail: [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo - SC, 03 de Setembro de 2014

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA  
Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATO 54 2014

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 54/2014

Objeto: contratação de químico com responsabilidade sobre a qualidade e controle técnico da água junto ao DMAE. Contratante: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC. Contratada: NELCIDE JUSTINO DE FREITAS, CPF/MF sob nº 087.472.268.38, Valor total: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensal. Fundamento legal: Lei 8666/1993 Art 24 inciso II. Dotação Orçamentária: As constantes do Parecer Contábil do Presente Processo.

Monte Carlo - SC, 04/setembro/2014

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA  
Prefeito Municipal

# Navegantes

## PREFEITURA

### Portaria de Nomeação 3080/2013

PORTARIA Nº. 2102 DE 08 DE ABRIL DE 2013.

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

#### RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2011 a SRA. PATRICIA OLGA DE CAMPOS, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria de Educação, no período integral, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 02/04/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos, a partir de 02 de abril de 2013.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE ABRIL DE 2013.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de abril de 2013.

Fernando Sedrez Silva

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 08 de abril de 2013.

### RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 159/2014 REGISTRO DE PREÇOS PMN

RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 175/2014 PMN CONFORME ATESTADO PELA NUTRICIONISTA FERNANDA SOUZA TOMÉ DA SILVA, E PARA FINS DE COMPROVAÇÃO JUNTO AO CERTAME LICITATÓRIO DE QUE TRATA O PREGÃO PRESENCIAL PMN 175/2014, REFERENTE AS AMOSTRAS INFORMAMOS QUE:

LAUDO DAS AMOSTRAS DO PREGÃO DE NÚMERO 175/2014 - AQUISIÇÃO GÊNEROS HORTIFRUTIGRANJEIROS PARA A COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR.

JEAN CARLOS PEREIRA NUNES - ME, CNPJ Nº 01.652.394/0001-25- AMOSTRA ACEITAS/APROVADAS RELATIVAS AO ITEM: 1; 2; 3; 4; 5; 6; 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 19; 20 E 21- CLASSIFICADA.

#### PARECER TÉCNICO:

FERNANDA SOUZA TOMÉ DA SILVA

NUTRICIONISTA - CRN-10: 2233

INFORMA AINDA QUE ESTÁ ENCERRADA A FASE DE APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS.

NAVEGANTES, 04 DE SETEMBRO 2014.

RUA JOÃO EMÍLIO Nº 100 - FONE: (47) 3342 9500

CENTRO - 88.375-000 - NAVEGANTES - SC

"DOE ÓRGÃOS! DOE SANGUE! SALVE VIDAS"

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 180/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 180/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SISTEMA DE MEDIÇÃO COM GPS DE GRANDE PRECISÃO PARA SONDAGEM PARA A EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO NA ÁREA DE ENGENHARIA, PARA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DOS PROCEDIMENTOS, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT. Data da entrega dos envelopes: 17/09/2014 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 17/09/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 04 de setembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

### ATA - ABERTURA DE PROPOSTAS CONCORRÊNCIA 172/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONCORRÊNCIA 172/2014 PMN

ATA - ABERTURA DE PROPOSTAS

ABERTO O CERTAME CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE DEU-SE INICIO A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DAS EMPRESAS HABILITADAS : SANTA FÉ, SANTA TEREZINHA, EMPRE. ADRIMAR, BALTT, SOVRANA, SENDO QUE ESTAVAM PRESENTES OS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS SANTA FÉ, SANTA TEREZINHA E BALTT, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE INICIOU-SE A ABERTURA DAS PROPOSTAS, CONSTATANDO COMO VENCEDORA A EMPRESA ARTEF. CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA ME COM O VALOR R\$ 474.381,57 AS DEMAIS EMPRESAS COTARAM : SOVRANA R\$ 591.648,89, ADRIMAR R\$ 601.192,94, BALTT R\$ 613.510,94, SANTA FÉ R\$ 600.158,16 - MOMENTO - MOMENTO EM QUE O PRESIDENTE E A COMISSÃO ENCERRAM A PRESENTE SESSÃO E ENCAMINHA OS AUTOS A AUTORIDADE COMPETENTE PARA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. FICAM DESDE JÁ INTIMADOS DOS ATOS ACIMA.

ASS.PRESIDENTE DA COMISSÃO E COMISSÃO PERMANENTE.

NAVEGANTES 04 DE SETEMBRO DE 2014

**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria Legislativa Nº 016/2014**

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 016/2014  
PRORROGA PRAZO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO O QUAL FOI  
INSTAURADO PELA PORTARIA 015/2014.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e o Regimento Interno e considerando:

“o ofício recebido da comissão o qual solicita a prorrogação do prazo por mais 30(trinta dias), sendo que para tanto justa a prorrogação devido ao montante de pessoas que foram ouvidas no presente PROCESSO DE ADMINISTRATIVO Nº 001/2014”

Resolve:

Artigo 1º - PRORROGAR, por mais 30 (trinta) dias, a contar de 05/09/2014, o prazo para conclusão do Processo Administrativo, instaurada pela Portaria acima citada.

Artigo 2º - ESTABELECEER que esta Portaria entrará em vigor, a partir 05/09/2014.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

Câmara de Vereadores de Navegantes-SC, 04 de setembro de 2014.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA.  
PRESIDENTE DA CÂMARA.

**Nova Trento****PREFEITURA****Processo 097/2014 - Pregão Presencial 058/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 097/2014 - Pregão Presencial Nº 058/2014  
- Registro de Preços Nº 032/2014

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de elaboração de Projetos de Engenharia e Arquitetura, tais como: Confecção de Desenhos, Especificações Técnicas, Memoriais Descritivos, Orçamentos, Cronogramas, Medição, Demarcação, Levantamento Topográfico e Confecção de Plantas e Perfis, com a finalidade de planejamento e produção de material técnico para a realização de construções, Reformas, Ampliações, Adequações nos Imóveis, Pavimentações e Drenagens no Município de Nova Trento.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 18/09/2014 às 10:00 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267.3211 / 3267.3213 - e-mail: [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br) - site: [www.novatrento.sc.gov.br](http://www.novatrento.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

**Processo 098/2014 - Pregão Presencial 059/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 098/2014 - Pregão Presencial nº 059/2014  
- SRP 033

Objeto: Registro de Preços para a aquisição de grades para bocas de lobo de ferro fundido, para atender as necessidades da Secretaria de Obras, conforme características, especificações e quantidades constantes no Anexo I.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 18/09/2014 até as 14:30 horas. Abertura: 18/09/2014 as 14:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 - site: [www.novatrento.sc.gov.br](http://www.novatrento.sc.gov.br); [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

**Decreto Nº 157/2014**

DECRETO nº 157/2014

convoca os aprovados no processo seletivo 06/2014 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo Único do presente Decreto para comparecer ao Setor de

Recursos Humanos, até o dia 05 de setembro de 2014, munido da documentação abaixo relacionada observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XII - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 03 de setembro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº157/2014)

CARGO: Motorista II

Classificação	Nome completo
01	Osmar Orsi

## DECRETO Nº 158/2014

DECRETO nº 158/2014

convoca os aprovados no processo seletivo 04/2014 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto ao SETOR DE RECURSOS HUMANOS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, Sr. Gian Francesco Voltolini, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 05 de setembro de 2014, munidos da documentação abaixo relacionada observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21

anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 03 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal em exercício

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº158/2014)

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Classificação	Nome completo
25	Indiamara Furlanetto
26	Michael Danilari Tomazoni
27	Neiva Terezinha Bagnolin de Oliveira

## PORTARIA Nº 723/2014 "A"

PORTARIA Nº 723/ 2014 "A"

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, incisos VIII e XII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, SANDRA REGINA PINOT COSTA, matrícula nº 1064, concursada no cargo de Professor Nível IV, Referência G, com 40 (quarenta) horas semanais (Ensino Fundamental - Matemática), lotada na Escola de Educação Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, do quadro de Servidores Efetivos deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 11 de agosto de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de agosto de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 12 de agosto de 2014.



Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 745/2014 "B"**

PORTARIA Nº 745/ 2014 "B"  
Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, SHEILA MARA FAGUNDES DOS SANTOS, matrícula nº 6406, atuante no cargo de Técnico de Enfermagem - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 21 de agosto de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de agosto de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de agosto de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 769/2014**

PORTARIA Nº 769/ 2014  
Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal, VAUDINEI JOSE MINATTI, matrícula nº 6221, para exercer o cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 31 de agosto de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 770/2014**

PORTARIA Nº 770/ 2014

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de Conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

**RESOLVE:**

NOMEAR o Servidor Público Municipal VAUDINEI JOSE MINATTI, matrícula nº 6457, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Portaria Nº 771/2014**

PORTARIA Nº 771/ 2014

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 163/2014 "C", que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo 16/2013, de 16/12/2013, Decreto de Convocação nº 12/2014, RODRIGO DIAS DA SILVA, matrícula nº 6137, para exercer o cargo de Médico Plantonista, com 48 (quarenta e oito) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 31 de agosto de 2014 a 26 de fevereiro de 2015, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no Art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de setembro de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 01 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças



**CONTRATO SP//2014****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88 e RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005, o Senhor RODRIGO DIAS DA SILVA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua 1001, nº 490, Bairro Centro, Município de Balneário Camboriú, portador do CPF nº 037.928.369-71, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Médico Plantonista, com 48 (quarenta e oito) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por hora plantão realizada, pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 31 de agosto de 2014 a 26 de fevereiro de 2015, data da assinatura deste instrumento.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do Processo Seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho equivalente a 48 (quarenta e oito) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 31 de agosto de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Rodrigo Dias da Silva

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 31 de agosto de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria Nº 772/2014**

PORTARIA Nº 772/ 2014

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

NOMEAR a Servidora Pública Municipal ANA SARA DA SILVA, matrícula nº 6458, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Serviços de Saúde - CC 14, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, 01 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 773/2014**

PORTARIA Nº 773/ 2014

Dispõe Sobre Credenciamento

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 1º e ss, Lei nº 2.518/2013, de 17/12/2013,

**RESOLVE:**

CREDENCIAR o Servidor Público Municipal VAUDINEI JOSE MINATTI, matrícula nº 6457, atuante no cargo de Provedor em Comissão de Diretor de Departamento de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para dirigir veículo do Município em viagem a serviço da municipalidade, a partir de 01 de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Portaria Nº 776/2014**

PORTARIA Nº 776/ 2014

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VII e XII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 656/2014, que Concedeu Licença Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal ANTONIO JACZCZAK, matrícula nº 54, concursado no cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento (Coleta de Lixo), pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 20 (vinte) dias, a contar de 28 de agosto de 2014 a 16 de setembro de 2014, conforme resultado pericial datado de 02/09/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 02 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 777/2014**

PORTARIA Nº 777/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

**RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 06/2014, de 03/06/2014, Decreto de Convocação nº 157/2014, OSMAR ORSI, matrícula nº 6460, para exercer o cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras, Transporte, Serviços Urbanos e Planejamento, Município de Nova Trento, a contar de 03 de setembro de 2014 a 01 de março de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante ao art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2014****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88 e RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005, e o Senhor OSMAR ORSI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua Domenico Orsi, s/n, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 378.042.359-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras, Transporte, Serviços Urbanos e Planejamento, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 735,93 (setecentos e trinta e cinco reais e noventa e três centavos), pagos na mesma data a que

tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 03 de setembro de 2014 a 01 de março de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Obras, Transporte, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quatro) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Obras, Transporte, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 03 de setembro de 2014.

Gian Francesco

Osmar Orsi

Prefeito Municipal

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 03 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

## Novo Horizonte

### PREFEITURA

#### Resultado PL Nº 057/2014-CV Nº 014/2014

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2014 - CONVITE Nº 014/2014-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO REFERENTE À EXECUÇÃO DA FUNDAÇÃO E VIGAS BALDRAMES DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA COM VESTIÁRIOS, COM ÁREA TOTAL DE 980,40 M2, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, INCLUINDO PROJETO DE ENGENHARIA E ORÇAMENTO. Que no dia de sua realização dia 04/09/2014 às 09:00 horas, que houve a participação das seguintes empresas convidadas: CONSTRUTORA BANDERA LTDA - EPP, MPA ENGENHARIA LTDA e CHARRUA CONSTRUÇÕES LTDA EPP, que todas as empresas restaram HABILITADAS pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, passando para a fase subsequente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará nesta mesma data, pela HABILITAÇÃO das empresas participantes do processo.

Novo Horizonte (SC), em 04 de Setembro de 2014

Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2014 - CONVITE Nº 014/2014-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE.

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO REFERENTE À EXECUÇÃO DA FUNDAÇÃO E VIGAS BALDRAMES DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA COM VESTIÁRIOS, COM ÁREA TOTAL DE 980,40 M2, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, INCLUINDO PROJETO DE ENGENHARIA E ORÇAMENTO. QUE quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, restou classificada pela Comissão, apresentando a menor proposta, sagrando-se VENCEDORA a empresa CHARRUA CONSTRUÇÕES LTDA EPP, com valor global de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura, os autos seguirão para análise, para posterior homologação e adjudicação pela autoridade competente.

Novo Horizonte (SC), em 04 de Setembro de 2014.

Comissão Permanente de Licitação

**Extrato do PL Nº 058/2014-Pregão Presencial Nº 027/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
Processo Licitatório Nº 058/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2014  
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O objeto do presente Edital é a seleção de propostas para a aquisição de combustível e prestação de serviço de conserto e montagem de pneus e lubrificação para os veículos da municipalidade de Novo Horizonte/SC, conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 17/09/2014

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 8:00 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br).

Fundamentação legal: Lei 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 05 de Setembro de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

ANEXOS-LRF RREO 4 NOVO HORIZONTE

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>							
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>10.840.230,00</b>	<b>10.840.230,00</b>	<b>2.381.339,10</b>	<b>21,97</b>	<b>10.511.502,49</b>	<b>96,97</b>	<b>328.727,51</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.840.205,00	10.840.205,00	2.379.139,10	21,95	9.006.391,41	83,09	1.833.313,59
IMPOSTOS	318.000,00	318.000,00	239.884,20	75,44	554.469,26	174,36	-236.469,26
TAXAS	279.000,00	279.000,00	239.074,20	85,69	532.395,34	190,82	-253.395,34
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	39.000,00	39.000,00	810,00	2,08	22.073,92	56,60	16.926,08
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	274.000,00	274.000,00	43.170,73	15,76	168.119,77	61,36	105.880,23
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	254.000,00	254.000,00	40.041,93	15,76	155.395,81	61,18	98.604,19
RECEITA PATRIMONIAL	20.000,00	20.000,00	3.128,80	15,64	12.723,96	63,62	7.276,04
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	616.002,00	616.002,00	509.764,95	82,75	1.628.738,15	264,40	-1.012.736,15
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	120,00	4,00	2.880,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	613.002,00	613.002,00	509.764,95	83,16	1.628.618,15	265,68	-1.015.616,15
Receita da Produção Animal e Derivados	4.000,00	4.000,00	510,00	12,75	1.680,00	42,00	2.320,00
RECEITA INDUSTRIAL	4.000,00	4.000,00	510,00	12,75	1.680,00	42,00	2.320,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO	1.000,00	1.000,00	42,00	4,20	298,00	29,80	702,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.000,00	1.000,00	42,00	4,20	298,00	29,80	702,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	105.000,00	105.000,00	49.124,85	46,79	77.646,08	73,95	27.353,92
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.488.203,00	9.488.203,00	1.532.199,58	16,15	6.555.368,64	69,09	2.932.834,36
Transf. de Conv.	9.488.201,00	9.488.201,00	1.504.540,48	15,86	6.472.391,34	68,22	3.015.809,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2,00	2,00	27.659,10	955,00	82.977,30	865,00	-82.975,30
Multas e Juros de Mora	34.000,00	34.000,00	4.442,79	13,07	20.571,51	60,50	13.428,49
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.000,00	6.000,00	1.884,20	31,40	6.676,05	111,27	-676,05
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.000,00	1.000,00	678,95	67,90	678,95	67,90	321,05
RECEITAS DIVERSAS	24.000,00	24.000,00	1.503,31	6,26	12.521,78	52,17	11.478,22
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>25,00</b>	<b>25,00</b>	<b>376,33</b>	<b>12,54</b>	<b>694,73</b>	<b>23,16</b>	<b>2.305,27</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,00	0,00	0,00	1.504.611,08	444,32	-1.504.586,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2,00	2,00	0,00	0,00	560.000,00	0,00	-559.998,00
ALIEIAÇÃO DE BENS	5,00	5,00	0,00	0,00	560.000,00	0,00	-559.998,00
ALIEIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00
ALIEIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	2.200,00	222,22	944.611,08	839,33	-944.593,08
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	18,00	18,00	2.200,00	222,22	944.611,08	839,33	-944.593,08
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>							
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>330.000,00</b>	<b>330.000,00</b>	<b>52.900,42</b>	<b>16,03</b>	<b>205.139,11</b>	<b>62,16</b>	<b>124.860,89</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	330.000,00	330.000,00	52.900,42	16,03	205.139,11	62,16	124.860,89

Continua 1/3



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>330.000,00</b>	<b>330.000,00</b>	<b>52.900,42</b>	<b>16,03</b>	<b>205.139,11</b>	<b>62,16</b>
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	330.000,00	330.000,00	52.900,42	16,03	205.139,11	62,16
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>11.170.230,00</b>	<b>11.170.230,00</b>	<b>2.434.239,52</b>	<b>21,79</b>	<b>10.716.641,60</b>	<b>95,94</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>11.170.230,00</b>	<b>11.170.230,00</b>	<b>2.434.239,52</b>	<b>21,79</b>	<b>10.716.641,60</b>	<b>95,94</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>11.170.230,00</b>	<b>11.170.230,00</b>	<b>2.434.239,52</b>	<b>21,79</b>	<b>10.716.641,60</b>	<b>95,94</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>812.184,03</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>656.013,17</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	812.184,03	—	—	656.013,17	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO ALIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>10.804.230,00</b>	<b>4.371.204,89</b>	<b>15.175.434,89</b>	<b>2.138.929,73</b>	<b>10.749.255,62</b>	<b>1.741.917,97</b>	<b>7.876.275,54</b>	<b>51,90</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.026.202,00</b>	<b>1.220.596,30</b>	<b>10.246.798,30</b>	<b>1.302.161,29</b>	<b>7.392.935,18</b>	<b>1.648.514,94</b>	<b>6.114.078,76</b>	<b>59,67</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.530.501,00	202.460,35	4.732.961,35	713.373,63	2.990.046,02	750.529,44	2.927.556,50	61,85
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	45.000,00	-20.000,00	25.000,00	3.106,05	15.678,88	3.106,05	15.678,88	62,72
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.450.701,00	1.038.135,95	5.488.836,95	585.681,61	4.387.210,28	894.879,45	3.170.843,38	57,77
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>869.028,00</b>	<b>3.150.608,59</b>	<b>4.019.636,59</b>	<b>836.768,44</b>	<b>3.356.320,44</b>	<b>93.403,03</b>	<b>1.762.196,78</b>	<b>43,84</b>
INVESTIMENTOS	679.028,00	3.150.608,59	3.829.636,59	810.181,03	3.244.210,35	66.815,62	1.650.086,69	43,09
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	190.000,00	0,00	190.000,00	26.587,41	112.110,09	26.587,41	112.110,09	59,01

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>10.804.230,00</b>	<b>4.371.204,89</b>	<b>15.175.434,89</b>	<b>2.138.929,73</b>	<b>10.749.255,62</b>	<b>1.741.917,97</b>	<b>7.876.275,54</b>	<b>51,90</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	904.000,00	0,00	904.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>366.000,00</b>	<b>68.089,90</b>	<b>434.089,90</b>	<b>53.774,50</b>	<b>208.132,16</b>	<b>53.774,50</b>	<b>208.132,16</b>	<b>47,95</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	366.000,00	68.089,90	434.089,90	53.774,50	208.132,16	53.774,50	208.132,16	47,95
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>11.170.230,00</b>	<b>4.439.294,79</b>	<b>15.609.524,79</b>	<b>2.192.704,23</b>	<b>10.957.387,78</b>	<b>1.795.692,47</b>	<b>8.084.407,70</b>	<b>51,79</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>11.170.230,00</b>	<b>4.439.294,79</b>	<b>15.609.524,79</b>	<b>2.192.704,23</b>	<b>10.957.387,78</b>	<b>1.795.692,47</b>	<b>8.084.407,70</b>	<b>51,79</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.632.233,90</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>11.170.230,00</b>	<b>4.439.294,79</b>	<b>15.609.524,79</b>	<b>2.192.704,23</b>	<b>10.957.387,78</b>	<b>1.795.692,47</b>	<b>10.716.641,60</b>	<b>68,65</b>

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.783.904,70

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 03/09/2014

ELI MARIOTT	MARCIO DE MACEDO	PRICILA CRESTANI	VALDEMAR P. GOBI
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETARIO SAF	CONTROLADORA INTERNA	TÉC.CONTÁBIL CRC/SC-17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	5,00	0,00	5,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1,00	0,00	1,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	4,00	0,00	4,00
<b>TOTAL</b>	<b>5,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5,00</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	4,00	0,00	0,00	4,00
Investimentos	4,00	0,00	0,00	4,00
<b>TOTAL</b>	<b>4,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4,00</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 03/09/2014

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 14/1/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)			284.000,00	533.159,20	187,73
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU			22.000,00	28.106,64	127,76
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI			100.000,00	58.860,96	58,86
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS			25.000,00	349.350,63	1.397,40
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF			132.000,00	96.077,11	72,79
Dívida Ativa dos Impostos			5.000,00	763,86	15,28
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)			9.689.000,00	6.276.453,89	64,78
Cota-Parte FPM			6.200.000,00	3.857.285,62	62,21
Cota-Parte ITR			6.000,00	335,70	5,60
Cota-Parte IPVA			165.000,00	127.280,36	77,14
Cota-Parte ICMS			3.250.000,00	2.248.092,34	69,17
Cota-Parte IPI-Exportação			50.000,00	34.872,13	69,74
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			18.000,00	8.587,74	47,71
Desoneração ICMS (LC 87/96)			18.000,00	8.587,74	47,71
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		9.973.000,00	9.973.000,00	6.809.613,09	68,28

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES		1.995.411,00	2.204.769,54	1.707.383,10	77,44	1.286.094,74	58,33
Pessoal e Encargos Sociais		975.500,00	1.091.348,35	722.279,55	66,18	706.629,55	64,75
Outras Despesas Correntes		1.019.911,00	1.113.421,19	985.103,55	88,48	579.465,19	52,04
DESPESAS DE CAPITAL		130.003,00	177.602,00	83.129,50	46,81	82.649,50	46,54
Investimentos		130.003,00	177.602,00	83.129,50	46,81	82.649,50	46,54

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	130.003,00	177.602,00	83.129,50	46,81	82.649,50	46,54
Investimentos	130.003,00	177.602,00	83.129,50	46,81	82.649,50	46,54
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>2.125.414,00</b>	<b>2.382.371,54</b>	<b>1.790.512,60</b>	<b>75,16</b>	<b>1.368.744,24</b>	<b>57,45</b>
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	429.004,00	635.933,07	438.588,94	24,50	374.181,38	27,34
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	397.000,00	586.199,92	390.805,19	21,83	328.841,38	24,03
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	32.004,00	49.733,15	47.783,75	2,67	45.340,00	3,31
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>429.004,00</b>	<b>635.933,07</b>	<b>438.588,94</b>	<b>24,50</b>	<b>374.181,38</b>	<b>27,34</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>1.696.410,00</b>	<b>1.746.438,47</b>	<b>1.351.923,66</b>	<b>50,66</b>	<b>994.562,86</b>	<b>30,11</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
<b>(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]</b>						
<b>-26.879,10</b>						

Continua 2/4



Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		0,00	0,00	0,00	0,00		A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)						
	0,00	0,00			0,00			
TOTAL (VIII)		0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
	LIMITE NÃO CUMPRIDO				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)						
	-	-			-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
	2.125.414,00	2.382.371,54	Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
			1.790.512,60	100,00	1.368.744,24	100,00		
TOTAL	2.125.414,00	2.382.371,54	1.790.512,60	100,00	1.368.744,24	100,00	100,00	

FONTE:

- <sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- <sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- <sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- <sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- <sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- <sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i) - (15 \times \text{IIb})/100]$

Continua 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

NOVO HORIZONTE, 03/09/2014

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 03/09/2014

\_\_\_\_\_  
ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		—	11.170.230,00
Previsão Atualizada		—	11.170.230,00
Receitas Realizadas		2.434.239,52	10.716.641,60
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	656.013,17
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		—	11.170.230,00
Créditos Adicionais		—	4.439.294,79
Dotação Atualizada		—	15.609.524,79
Despesas Empenhadas		2.192.704,23	10.957.387,78
Despesas Liquidadas		1.795.692,47	8.084.407,70
Superavit Orçamentário		—	2.632.233,90
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>			
Despesas Empenhadas		2.192.704,23	10.957.387,78
Despesas Liquidadas		1.795.692,47	8.084.407,70
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			12.547.586,85
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		586.496,69	1.939.495,63
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		44.318,58	155.590,93
Liquidadas		44.318,58	155.590,93
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		542.178,11	1.783.904,70
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b) % em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-34.024,02	-527.267,11 1.549,69
Resultado Primário		-943.009,00	571.404,72 -60,59
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	508.848,28	73.638,87	433.368,78 1.840,63
EXECUTIVO	407.864,09	71.393,20	336.470,89 0,00
LEGISLATIVO	100.984,19	2.245,67	96.897,89 1.840,63
<b>TOTAL:</b>	<b>508.848,28</b>	<b>73.638,87</b>	<b>433.368,78 1.840,63</b>
<b>DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE</b>		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício % Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.879.234,60	25% 27,60
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		467.779,25	60% 68,93
Liquidadas		467.779,25	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		560.000,00	-559.998,00
Despesa de Capital Líquida		1.762.196,78	2.257.439,81

Continua 1/2

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	5,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	4,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		994.562,86	15,00	14,61
Liquidadas		994.562,86		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

NOVO HORIZONTE, 03/09/2014

\_\_\_\_\_  
 ELI MARIOTT  
 PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
 MARCIO DE MACEDO  
 SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
 PRICILA CRESTANI  
 CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
 VALDEMAR P. GOBI  
 TÊC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
							% (b/a)	R\$ 1,00
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (i)</b>								
Legislativa	10.804.230,00	15.175.434,89	2.138.929,73	10.749.255,62	1.741.917,97	7.876.275,54	97,43	7.299.159,35
Ação Legislativa	547.000,00	547.000,00	49.145,18	247.839,25	57.077,81	226.640,61	2,80	320.359,39
Administração	547.000,00	547.000,00	49.145,18	247.839,25	57.077,81	226.640,61	2,80	320.359,39
Administração Geral	1.550.000,00	1.660.520,00	183.230,69	1.202.859,94	250.755,98	1.038.938,88	12,85	621.581,12
Defesa Nacional	1.550.000,00	1.660.520,00	183.230,69	1.202.859,94	250.755,98	1.038.938,88	12,85	621.581,12
Defesa Civil	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Segurança Pública	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Policciamento	12.000,00	16.734,18	892,34	3.065,10	892,34	3.065,10	0,04	13.669,08
Defesa Civil	10.000,00	14.734,18	892,34	3.065,10	892,34	3.065,10	0,04	11.669,08
Assistência Social	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	340.000,00	383.234,79	35.558,49	223.284,86	57.812,20	189.963,52	2,35	193.271,27
Assistência Comunitária	20.000,00	20.755,33	2.101,20	10.147,42	2.559,20	8.147,42	0,10	12.607,91
Previdência Social	320.000,00	362.479,46	33.457,29	213.137,44	55.253,00	181.816,10	2,25	180.663,36
Previdência do Regime Estatutário	1.184.000,00	1.198.489,20	43.410,58	158.121,93	44.318,58	155.590,93	1,92	1.042.898,27
Saúde	1.184.000,00	1.198.489,20	43.410,58	158.121,93	44.318,58	155.590,93	1,92	1.042.898,27
Atenção Básica	2.170.414,00	2.456.958,25	311.116,26	1.877.965,47	381.297,57	1.407.348,05	17,41	1.049.610,20
Alimentação e Nutrição	2.045.414,00	2.302.371,54	248.510,96	1.737.912,60	358.211,81	1.316.144,24	16,28	986.227,30
Educação	125.000,00	154.586,71	62.605,30	140.052,87	23.085,76	91.203,81	1,13	63.382,90
Ensino Fundamental	2.253.004,00	3.384.429,94	840.262,15	2.389.566,62	383.038,85	1.576.822,46	19,50	1.807.607,48
Ensino Médio	1.817.003,00	2.792.589,94	781.692,33	2.171.349,04	316.983,67	1.358.604,88	16,81	1.433.985,06
Ensino Superior	185.001,00	260.840,00	26.806,77	87.016,10	26.806,77	87.016,10	1,08	173.823,90
Educação Infantil	65.000,00	65.000,00	9.062,95	29.559,16	9.062,95	29.559,16	0,37	35.440,84
Educação Especial	120.000,00	200.000,00	15.393,30	61.564,32	15.393,30	61.564,32	0,76	138.435,68
Cultura	66.000,00	66.000,00	7.306,80	40.078,00	14.792,16	40.078,00	0,50	25.922,00
Difusão Cultural	101.004,00	101.004,00	1.147,00	96.565,70	25.631,70	77.170,70	0,95	23.833,30
Urbanismo	101.004,00	101.004,00	1.147,00	96.565,70	25.631,70	77.170,70	0,95	23.833,30
Infra-Estrutura Urbana	140.005,00	460.350,97	306.741,16	366.536,98	6.274,46	66.070,28	0,82	394.280,69
Serviços Urbanos	40.002,00	356.680,42	300.086,70	300.086,70	0,00	0,00	0,00	356.680,42
Habituação	100.003,00	103.670,55	6.654,46	66.450,28	6.274,46	66.070,28	0,82	37.600,27
Habituação Rural	56.002,00	56.137,00	1.280,80	51.842,79	46.578,79	51.842,79	0,64	4.294,21
	56.002,00	56.137,00	1.280,80	51.842,79	46.578,79	51.842,79	0,64	4.294,21

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Agricultura	10.804.230,00	15.175.434,89	2.138.929,73	10.749.255,62	1.741.917,97	7.876.275,54	97,43	51,90
Recursos Hídricos	1.277.006,00	2.117.024,94	181.512,23	1.801.115,81	232.148,01	1.600.255,70	19,79	75,59
Extensão Rural	17.000,00	17.000,00	0,00	2.520,00	0,00	2.520,00	0,03	14,82
	1.166.005,00	2.006.023,94	180.064,82	1.738.595,81	230.000,60	1.537.735,70	19,02	76,66
Promoção da Produção Agropecuária	72.000,00	72.000,00	1.447,41	60.000,00	2.147,41	60.000,00	0,74	83,33
Telecomunicações	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	15.001,00	15.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	15.001,00	15.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	979.791,00	2.589.547,62	152.740,91	2.196.098,81	220.534,28	1.372.655,64	16,98	53,01
Transporte Rodoviário	979.791,00	2.589.547,62	152.740,91	2.196.098,81	220.534,28	1.372.655,64	16,98	53,01
Desporto e Lazer	173.003,00	183.003,00	31.891,94	134.392,36	35.557,40	109.910,88	1,36	60,06
Desporto Comunitário	173.003,00	183.003,00	31.891,94	134.392,36	35.557,40	109.910,88	1,36	60,06
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Legislativa	366.000,00	434.089,90	53.774,50	208.132,16	53.774,50	208.132,16	2,57	47,95
Ação Legislativa	8.000,00	8.000,00	1.252,38	4.726,14	1.252,38	4.726,14	0,06	59,08
Administração	8.000,00	8.000,00	1.252,38	4.726,14	1.252,38	4.726,14	0,06	59,08
Administração Geral	55.000,00	55.000,00	8.427,47	33.922,74	8.427,47	33.922,74	0,42	61,68
Assistência Social	55.000,00	55.000,00	8.427,47	33.922,74	8.427,47	33.922,74	0,42	61,68
Assistência Comunitária	9.000,00	9.000,00	1.084,70	4.072,70	1.084,70	4.072,70	0,05	45,25
Saúde	9.000,00	9.000,00	1.084,70	4.072,70	1.084,70	4.072,70	0,05	45,25
Atenção Básica	80.000,00	80.000,00	13.403,84	52.600,00	13.403,84	52.600,00	0,65	65,75
Educação	80.000,00	80.000,00	13.403,84	52.600,00	13.403,84	52.600,00	0,65	65,75
Educação Infantil	117.000,00	185.089,90	16.774,43	63.351,68	16.774,43	63.351,68	0,78	34,23
Ensino Fundamental	110.000,00	178.089,90	15.881,55	59.913,52	15.881,55	59.913,52	0,74	33,64
Educação Infantil	7.000,00	7.000,00	892,88	3.438,16	892,88	3.438,16	0,04	49,12
Agricultura	55.000,00	55.000,00	8.038,58	30.897,94	8.038,58	30.897,94	0,38	56,18
Extensão Rural	55.000,00	55.000,00	8.038,58	30.897,94	8.038,58	30.897,94	0,38	56,18
Transporte	35.000,00	35.000,00	3.833,24	14.864,88	3.833,24	14.864,88	0,18	42,47
Transporte Rodoviário	35.000,00	35.000,00	3.833,24	14.864,88	3.833,24	14.864,88	0,18	42,47

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Desporto e Lazer	366.000,00	434.089,90	53.774,50	208.132,16	53.774,50	208.132,16	2,57	47,95
Desporto Comunitário	7.000,00	7.000,00	959,86	3.696,08	959,86	3.696,08	0,05	52,80
	7.000,00	7.000,00	959,86	3.696,08	959,86	3.696,08	0,05	52,80
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>11.170.230,00</b>	<b>15.609.524,79</b>	<b>2.192.704,23</b>	<b>10.957.387,78</b>	<b>1.795.692,47</b>	<b>8.084.407,70</b>	<b>100,00</b>	<b>51,79</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 03/09/2014

ELI MARIOTT	MARCIO DE MACEDO	PRICILA CRESTANI
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETARIO SAF	CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>977.039,45</b>	<b>938.580,71</b>	<b>1.094.170,56</b>	<b>1.422.070,83</b>	<b>1.142.533,57</b>	<b>1.543.461,34</b>	<b>1.123.821,24</b>	<b>1.344.382,00</b>	<b>1.455.995,57</b>	<b>990.975,10</b>	<b>1.092.482,50</b>	<b>1.589.379,37</b>	<b>14.634.042,24</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	27.324,64	21.648,68	25.496,40	24.126,02	24.090,43	98.951,17	38.253,18	93.801,04	31.482,59	28.386,65	81.387,19	158.517,01	653.065,00
I.P.T.U.	17,46	68,71	290,86	1.114,92	0,00	0,00	0,00	23.772,38	2.178,21	1.170,41	841,46	144,18	29.598,59
I.R.R.F.	10.821,89	11.754,48	15.012,91	15.655,34	16.335,40	10.080,69	10.702,39	10.162,92	12.248,92	12.428,88	12.134,35	11.983,56	148.021,73
I.S.S.	2.163,62	2.113,14	3.257,84	4.443,75	1.712,12	74.664,14	16.059,33	44.855,11	6.167,03	7.891,14	61.077,12	137.514,64	361.328,98
I.T.B.I.	5.791,33	4.768,00	5.147,00	300,00	6.042,91	3.000,00	6.200,00	12.169,38	9.810,56	6.259,22	6.941,76	8.437,13	74.867,29
Outras Receitas Tributárias	8.830,34	2.944,35	1.787,79	2.612,01	0,00	10.816,34	5.291,46	3.321,25	1.087,87	837,00	372,50	437,50	38.248,41
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	19.736,17	20.701,13	20.710,54	38.177,40	20.459,18	20.308,20	20.233,59	20.823,82	21.704,99	21.719,16	21.571,94	21.598,79	267.445,01
RECEITA PATRIMONIAL	5.131,73	77.870,41	6.084,69	62.719,47	3.863,43	307.517,34	207.651,64	220.919,46	341.032,99	37.986,34	108.851,22	400.913,73	1.780.484,45
RECEITA AGROPECUÁRIA	270,00	360,00	150,00	780,00	150,00	300,00	420,00	90,00	60,00	150,00	450,00	60,00	3.240,00
RECEITA INDUSTRIAL	38,00	55,00	21,00	38,00	21,00	21,00	117,00	38,00	21,00	38,00	21,00	21,00	450,00
RECEITA DE SERVIÇOS	7.972,03	5.517,17	6.269,30	22.685,61	544,16	1.147,82	3.032,87	3.948,97	5.561,88	14.885,53	22.720,09	26.404,76	120.080,19
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	913.874,27	810.342,89	973.239,59	1.251.973,41	1.088.797,61	1.112.320,49	851.977,44	1.003.842,65	1.053.512,12	885.505,26	855.299,17	959.603,18	11.759.888,08
Cota-Parte do F.P.M.	466.148,99	352.683,71	492.790,19	740.091,40	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.146,10	573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	5.906.999,91
Cota-Parte do I.C.M.S.	276.800,02	269.115,73	299.453,06	298.451,02	295.794,77	280.608,74	283.205,46	277.384,34	282.767,57	285.090,64	265.274,92	277.965,90	3.391.912,17
Cota-Parte do I.P.V.A.	15.407,34	12.428,80	5.192,45	3.086,19	8.872,77	15.054,85	12.823,32	18.767,69	16.515,15	14.269,08	23.776,58	17.200,92	163.395,14
Outras Transferências Correntes	3.628,24	3.097,52	116,02	130,73	0,00	68,44	0,00	18,48	0,00	90,78	0,00	158,00	7.309,21
Transferências da LC 61/1989	66.428,41	89.751,86	82.182,02	116.840,63	93.508,65	88.558,50	94.245,27	190.399,01	86.122,79	66.262,79	113.238,23	126.383,86	1.213.922,02
Transferências da LC 87/1996	3.921,87	4.192,52	4.850,61	4.970,49	4.689,48	3.970,22	3.879,43	4.225,87	4.596,32	4.377,75	4.497,33	4.635,73	52.607,62
Transferências do FUNDEB	1.223,23	1.223,23	1.223,23	1.226,82	1.226,82	1.226,82	0,00	1.226,82	1.226,82	1.226,82	1.226,82	1.226,82	13.480,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	80.115,17	77.849,52	87.632,01	87.179,72	89.873,76	87.708,46	80.962,23	81.574,34	89.194,17	84.407,41	78.158,66	83.605,90	880.000,00
DEDUÇÕES (II)	2.892,61	2.145,43	2.199,04	21.570,92	4.607,76	3.285,32	1.835,52	1.587,96	2.210,00	2.802,16	2.181,89	2.260,90	34.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	149.181,13	147.765,61	179.408,76	199.414,80	199.893,61	205.924,65	164.071,28	165.125,24	195.816,34	167.109,27	152.766,88	169.977,82	2.086.455,39
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	591,32	591,32	591,32	1.182,64	591,32	624,19	624,19	624,19	624,19	624,19	624,19	624,19	7.917,25
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	17.658,04	18.626,21	18.575,38	35.461,28	18.219,43	18.069,91	18.093,30	18.167,40	19.553,31	19.516,26	19.362,43	19.431,12	240.966,07
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	130.731,77	128.515,08	160.242,06	162.770,88	181.082,86	187.210,55	135.353,79	146.333,65	175.638,84	146.966,82	132.780,26	149.922,51	1.837.582,07
FONTE:	827.858,32	790.815,10	864.761,80	1.222.656,03	942.639,96	1.337.536,69	989.449,96	1.179.126,76	1.259.779,23	823.865,83	939.695,62	1.399.401,55	12.547.586,85

NOVO HORIZONTE, 03/09/2014

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TEC. CONTÁBIL. ORO/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00				
RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		854.000,00	854.000,00	533.596,27	1.734.356,52	213.164,03
RECEITAS CORRENTES		854.000,00	854.000,00	533.596,27	1.734.356,52	213.164,03
Receita de Contribuições dos Segurados		246.000,00	246.000,00	38.793,55	150.435,16	143.230,37
Pessoal Civil		246.000,00	246.000,00	38.793,55	150.435,16	143.230,37
Ativo		245.000,00	245.000,00	38.793,55	150.435,16	143.230,37
Inativo		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		8.000,00	8.000,00	1.248,38	4.960,65	4.696,05
Receita Patrimonial		600.000,00	600.000,00	493.554,34	1.578.960,71	65.237,61
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		600.000,00	600.000,00	493.554,34	1.578.960,71	65.237,61
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		330.000,00	330.000,00	52.900,42	205.139,11	194.449,78
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		1.184.000,00	1.184.000,00	586.496,69	1.939.495,63	407.613,81
DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)		280.000,00	294.489,20	44.318,58	155.590,93	126.544,84
ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	27.210,02
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	27.210,02
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL		280.000,00	294.489,20	44.318,58	155.590,93	99.334,82
Continua 1/4						



Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
Pessoal Civil	0,00	0,00	37.030,26	126.992,89	99.334,82
Aposentadorias	0,00	0,00	11.614,60	44.723,84	41.629,56
Pensões	0,00	0,00	4.054,90	15.614,04	15.008,48
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	21.360,76	66.655,01	42.696,78
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	280.000,00	294.489,20	7.288,32	28.598,04	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	280.000,00	294.489,20	7.288,32	28.598,04	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>280.000,00</b>	<b>294.489,20</b>	<b>44.318,58</b>	<b>155.590,93</b>	<b>126.544,84</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>904.000,00</b>	<b>889.510,80</b>	<b>542.178,11</b>	<b>1.783.904,70</b>	<b>281.068,97</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor					904.000,00
BENS E DIREITOS DO RPPS			JULHO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
				2014	2013
Caixa			0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento			9.722.666,11	10.139.507,40	9.320.687,31
Investimentos			0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	330.000,00	330.000,00	52.900,42	205.139,11
RECEITAS CORRENTES (VII)	330.000,00	330.000,00	52.900,42	205.139,11
Receita de Contribuições Patronais	330.000,00	330.000,00	52.900,42	205.139,11
Pessoal Civil	330.000,00	330.000,00	52.900,42	205.139,11
Ativo	330.000,00	330.000,00	52.900,42	205.139,11
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>330.000,00</b>	<b>330.000,00</b>	<b>52.900,42</b>	<b>205.139,11</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

NOVO HORIZONTE, 03/09/2014

ELI MARIOTT PREFEITO MUNICIPAL	MARCIO DE MACEDO SECRETARIO SAF	PRICILA CRESTANI CONTROLADORA INTERNA	VALDEMAR P. GOBI TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0
-----------------------------------	------------------------------------	--	---

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</b>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	247.776,82	722.254,14	695.666,73
DEDUÇÕES (II)	1.131.651,97	1.654.228,05	1.546.808,99
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.131.651,97	1.754.640,13	1.682.578,91
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	100.412,08	135.769,92
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-883.875,15	-931.973,91	-851.142,26
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	560.000,00	560.000,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-883.875,15</b>	<b>-1.491.973,91</b>	<b>-1.411.142,26</b>

<b>RESULTADO NOMINAL</b>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>80.831,65</b>	<b>-527.267,11</b>

<b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-34.024,02</b>

<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</b>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	8.361.633,19	9.597.279,29	10.139.457,40
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.361.633,19	9.597.279,29	10.139.507,40
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	50,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-8.361.633,19	-9.597.279,29	-10.139.457,40
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>-8.361.633,19</b>	<b>-9.597.279,29</b>	<b>-10.139.457,40</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 03/09/2014

\_\_\_\_\_  
ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>10.557.203,00</b>	<b>1.922.274,57</b>	<b>7.583.412,37</b>	<b>6.489.487,68</b>
Receita Tributária	318.000,00	239.884,20	554.469,26	222.175,27
I.P.T.U.	22.000,00	985,64	28.106,64	23.651,54
I.S.S.	25.000,00	198.591,76	349.350,63	15.794,65
I.T.B.I.	100.000,00	15.378,89	58.860,96	67.601,37
I.R.R.F.	132.000,00	24.117,91	96.077,11	88.623,51
Outras Receitas Tributárias	39.000,00	810,00	22.073,92	26.504,20
Receita de Contribuição	604.000,00	96.071,15	373.258,88	354.008,24
Receitas Previdenciárias	584.000,00	92.942,35	360.534,92	342.376,20
Outras Contribuições	20.000,00	3.128,80	12.723,96	11.632,04
Receita Patrimonial Líquida	3.000,00	0,00	120,00	1.463,70
Receita Patrimonial	616.002,00	509.764,95	1.628.738,15	70.904,74
(-) Aplicações Financeiras	613.002,00	509.764,95	1.628.618,15	69.441,04
Transferências Correntes	9.488.203,00	1.532.199,58	6.555.368,64	5.866.806,32
F.P.M.	5.000.000,00	654.042,19	3.085.828,70	2.856.097,33
I.C.M.S.	2.630.000,00	434.592,83	1.798.474,56	1.669.836,61
Convênios	2,00	27.659,10	82.977,30	115.352,86
Outras Transferências Correntes	1.858.201,00	415.905,46	1.588.088,08	1.225.519,52
Demais Receitas Correntes	144.000,00	54.119,64	100.195,59	45.034,15
Dívida Ativa	24.000,00	1.503,31	12.521,78	9.538,21
Diversas Receitas Correntes	120.000,00	52.616,33	87.673,81	35.495,94
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>25,00</b>	<b>2.200,00</b>	<b>1.504.611,08</b>	<b>141.222,78</b>
Operações de Crédito (III)	2,00	0,00	560.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	5,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	18,00	2.200,00	944.611,08	141.222,78
Convênios	18,00	2.200,00	944.611,08	141.222,78
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>18,00</b>	<b>2.200,00</b>	<b>944.611,08</b>	<b>141.222,78</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>10.557.221,00</b>	<b>1.924.474,57</b>	<b>8.528.023,45</b>	<b>6.630.710,46</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>10.680.888,20</b>	<b>1.702.289,44</b>	<b>6.322.210,92</b>	<b>5.560.504,80</b>
Pessoal e Encargos Sociais	5.167.051,25	804.303,94	3.135.688,66	2.980.553,81
Juros e Encargos da Dívida (IX)	25.000,00	3.106,05	15.678,88	36.732,61
Outras Despesas Correntes	5.488.836,95	894.879,45	3.170.843,38	2.543.218,38
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>10.655.888,20</b>	<b>1.699.183,39</b>	<b>6.306.532,04</b>	<b>5.523.772,19</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>4.019.636,59</b>	<b>93.403,03</b>	<b>1.762.196,78</b>	<b>326.944,61</b>
Investimentos	3.829.636,59	66.815,62	1.650.086,69	225.247,70
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	190.000,00	26.587,41	112.110,09	101.696,91
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>3.829.636,59</b>	<b>66.815,62</b>	<b>1.650.086,69</b>	<b>225.247,70</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>909.000,00</b>	-	-	-



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>909.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>15.394.524,79</b>	<b>1.765.999,01</b>	<b>7.956.618,73</b>	<b>5.749.019,89</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-4.837.303,79</b>	<b>158.475,56</b>	<b>571.404,72</b>	<b>881.690,57</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	656.013,17	0,00
Superávit Financeiro	-	-	656.013,17	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-943.009,00</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 03/09/2014

\_\_\_\_\_  
ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0



MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	284.000,00	284.000,00	239.153,02	533.159,20	187,73
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	26.000,00	26.000,00	1.064,46	28.856,28	110,99
1.1.1- IPTU	22.000,00	22.000,00	985,64	28.106,64	127,76
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	4.000,00	4.000,00	78,82	749,64	18,74
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	15.378,89	58.860,96	58,86
1.2.1- ITBI	100.000,00	100.000,00	15.378,89	58.860,96	58,86
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	26.000,00	26.000,00	198.591,76	349.364,85	1.343,71
1.3.1- ISS	25.000,00	25.000,00	198.591,76	349.350,63	1.397,40
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	0,00	14,22	1,42
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	132.000,00	132.000,00	24.117,91	96.077,11	72,79
1.4.1- IRRF	132.000,00	132.000,00	24.117,91	96.077,11	72,79
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	9.689.000,00	9.689.000,00	1.413.515,70	6.276.453,89	64,78
2.1- Cota-Parte FPM	6.200.000,00	6.200.000,00	817.552,68	3.857.285,62	62,21
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.200.000,00	6.200.000,00	817.552,68	3.857.285,62	62,21
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.250.000,00	3.250.000,00	543.240,82	2.248.092,34	69,17
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	18.000,00	18.000,00	2.453,64	8.587,74	47,71
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	50.000,00	50.000,00	9.133,06	34.872,13	69,74
2.5- Cota-Parte ITR	6.000,00	6.000,00	158,00	335,70	5,60
2.6- Cota-Parte IPVA	165.000,00	165.000,00	40.977,50	127.280,36	77,14
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>9.973.000,00</b>	<b>9.973.000,00</b>	<b>1.652.668,72</b>	<b>6.809.613,09</b>	<b>68,28</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	170.000,00	170.000,00	31.431,90	110.263,65	64,86
5.1- Transferências do Salário-Educação	95.000,00	95.000,00	17.878,62	76.380,45	80,40
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNAE	75.000,00	75.000,00	13.553,28	33.883,20	45,18
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	2,00	2,00	27.659,10	82.977,30	4.148.865,00
6.1- Transferências de Convênios	2,00	2,00	27.659,10	82.977,30	4.148.865,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	25.002,00	25.002,00	4.376,00	13.128,00	52,51
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>195.004,00</b>	<b>195.004,00</b>	<b>63.467,00</b>	<b>206.368,95</b>	<b>105,83</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	1.867.800,00	1.867.800,00	282.702,77	1.255.289,28	67,21
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.200.000,00	1.200.000,00	163.510,49	771.456,92	64,29
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	620.000,00	620.000,00	108.647,99	449.617,78	72,52
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.600,00	3.600,00	490,72	1.717,52	47,71
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	10.000,00	10.000,00	1.826,62	6.974,44	69,74
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.200,00	1.200,00	31,60	67,12	5,59
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	33.000,00	33.000,00	8.195,35	25.455,50	77,14
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	882.000,00	882.000,00	162.759,75	678.585,42	76,94
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	880.000,00	880.000,00	161.764,56	675.484,93	76,76
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.000,00	2.000,00	995,19	3.100,49	155,02
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>-987.800,00</b>	<b>-987.800,00</b>	<b>-120.938,21</b>	<b>-579.804,35</b>	<b>58,70</b>
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	704.000,00	834.000,00	139.893,39	467.779,25	56,09
13.1- Com Educação Infantil	0,00	80.000,00	14.542,09	34.567,26	43,21
13.2- Com Ensino Fundamental	704.000,00	754.000,00	125.351,30	433.211,99	57,46
14- OUTRAS DESPESAS	178.000,00	178.000,00	39.394,46	153.550,01	86,26
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	178.000,00	178.000,00	39.394,46	153.550,01	86,26
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	882.000,00	1.012.000,00	179.287,85	621.329,26	61,40
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					621.329,26
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					68,93
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					22,63
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					8,44
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					18.089,90
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					18.089,90
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	2.493.250,00	2.493.250,00	413.167,18	1.702.403,27	68,28
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	127.000,00	207.000,00	16.286,18	65.002,48	31,40
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	127.000,00	127.000,00	1.744,09	30.435,22	23,96
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	127.000,00	127.000,00	1.744,09	30.435,22	23,96
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.752.000,00	2.025.089,90	287.224,86	1.255.618,16	62,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	882.000,00	932.000,00	164.745,76	586.762,00	62,96
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	870.000,00	1.093.089,90	122.479,10	668.856,16	61,19
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.879.000,00	2.232.089,90	303.511,04	1.320.620,64	59,17
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-579.804,35
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					3.100,49
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					18.089,90
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-558.613,96
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.879.234,60
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					27,6

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	95.000,00	95.000,00	17.878,62	76.380,45	80,40
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	205.001,00	1.005.174,65	50.847,50	177.723,60	17,68
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	300.001,00	1.100.174,65	68.726,12	254.104,05	23,10
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.179.001,00	3.332.264,55	372.237,16	1.574.724,69	47,26

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		18.089,90	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		675.484,93	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		639.794,93	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		639.794,93	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.100,49	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		56.880,39	0,00

NOVO HORIZONTE, 03/09/2014

ELI MARIOTT	MARCIO DE MACEDO	PRICILA CRESTANI	VALDEMAR P. GOBI
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETARIO SAF	CONTROLADORA INTERNA	TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 18.089,90, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	2,00	560.000,00		-559.998,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	4.019.636,59	1.762.196,78	0,00	2.257.439,81
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.019.636,59	1.762.196,78	0,00	2.257.439,81
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.019.634,59	-1.202.196,78		-2.817.437,81

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 03/09/2014

\_\_\_\_\_  
ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

# Ouro

## PREFEITURA

### Lei Nº 2.389

LEI Nº 2.389, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar e especial no orçamento do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, no valor de até R\$ 448.600,00 (quatrocentos e quarenta e oito mil e seiscentos reais), no orçamento vigente do Município, nas seguintes programações orçamentárias:

05. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
0502. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
12.361.0004.1007. Aquisição de veículos para o transporte escolar

4.4.90.00.00.0.1.6200. Aplicações Diretas	R\$	211.500,00
---	-----	------------

06. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE  
0601. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0007.1014. Construção de posto de saúde no Bairro Parque e Jardim Ouro

4.4.90.00.00.0.1.0000. Aplicações Diretas	R\$	225.000,00
---	-----	------------

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
1101. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.243.0014.2051. Manutenção do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Criança e do Adolescente

3.3.90.00.00.0.1.5204. Aplicações Diretas	R\$	12.100,00
TOTAL	R\$	448.600,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional especial, no valor de até R\$ 20.254,00 (vinte mil, duzentos e cinquenta e quatro reais), no orçamento vigente do Município, nas seguintes programações orçamentárias:

01. CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
0101. CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
01.031.0001.2001. Manutenção das Atividades Legislativas

3.3.93.00.00.0.1.0000. Transferência a Consórcios Públicos	R\$	1.254,00
--	-----	----------

04. SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
0401. SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
04.122.0003.2005. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias

3.3.71.00.00.0.3.0000. Transferência a Consórcios Públicos	R\$	9.000,00
--	-----	----------

06. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE  
0601. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0007.2025. Manutenção do Programa Agentes Comunitários

4.4.90.00.00.0.3.6406. Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
TOTAL	R\$	20.254,00

Art. 3º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar e especial, abertos nos art. 1º e 2º, é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - o superávit financeiro do exercício anterior no montante de até R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais);

II - o excesso de arrecadação no exercício no montante de até R\$ 436.500,00 (quatrocentos e trinta e seis mil e quinhentos reais);

III - a anulação parcial de dotações, no montante de até R\$ 13.354,00 (treze mil, trezentos e cinquenta e quatro reais), nas seguintes programações orçamentárias:

01. CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
0101. CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
01.031.0001.2001. Manutenção das Atividades Legislativas

3.3.90.00.00.0.1.0000. Aplicações Diretas	R\$	1.254,00
---	-----	----------

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
1101. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.241.0014.2048. Atenção à criança e ao idoso

3.3.90.00.00.0.1.0000. Aplicações Diretas	R\$	12.100,00
TOTAL	R\$	13.354,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,  
04 de setembro de 2014.  
Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Hermes Felis Pissolo  
Sec. Mun. De Administração e Finanças.

### Decreto Nº 219

DECRETO Nº 219, DE 27 DE AGOSTO DE 2014.

Aprova desmembramento e unificação de área urbana e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de uma área urbana, com área total de 96,15 m² (noventa e seis e quinze metros quadrados), correspondente ao Lote nºs 05 (cinco), 06 (seis), 07 (sete) e 10 (dez), imóvel registrado sob a matrícula nº 23.742, do Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal - SC, situado na Rua Senador Pinheiro Machado, neste Município, com confrontações conforme o mapa topográfico, requerido por Sirlei Baretta - CPF: 832.077.409-87, Arlindo Baretta - CPF: 346.877.429-04 e Elza Dambróz Baretta - CPF: 967.174.329-34:

ÁREA TOTAL DO IMÓVEL: 806,26 m²

Área Remanescente:	710,11 m²
Área desmembrada	96,15 m²

Art. 2º Fica aprovada a unificação de duas áreas urbanas, compostas pelo Lote nº 16, imóvel registrado sob a matrícula nº 9.657, com área de 1.058,43 m² (um mil e cinquenta e oito e quarenta

e três metros quadrados) e a área desmembrada no art. 1º deste Decreto, totalizando uma área unificada de 1.154,58 m² (um mil e cento e cinquenta e quatro e cinquenta e oito metros quadrados), situado à Rua Brasília, neste município, com confrontações conforme mapa topográfico.

Art. 3º Dentro de 180 (cento e oitenta) dias, a contar desta data, os proprietários, pela via legal, deverão submeter o processo de desmembramento e unificação ao Registro Imobiliário, consoante a legislação em vigor, ou seja, a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

Art. 4º Toda e qualquer pendência de infraestrutura, na forma da Lei, serão de inteira responsabilidade dos proprietários.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro-SC, 27 de agosto de 2014.

Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo  
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

### Decreto Nº 213

DECRETO Nº 213, DE 1º DE JULHO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 6º da Lei nº 2.369, de 13 de dezembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 326.695,43 (trezentos e vinte e seis mil, seiscentos e noventa e cinco reais e quarenta e três centavos), no orçamento vigente do Município, nas seguintes programações orçamentárias:

04. SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
0401. SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
04.122.0003.2005. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias

3.3.90.00.00.0.1.0000.(011). Aplicações Diretas	R\$	3.231,65
3.3.90.00.00.0.3.0000.(243). Aplicações Diretas	R\$	21.425,00
3.3.90.00.00.0.3.2400.(279). Aplicações Diretas	R\$	257,34

05. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
0502. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
12.361.0004.2010. Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.0.1.0100.(039). Aplicações Diretas	R\$	200,65
3.3.90.00.00.0.1.1800.(273). Aplicações Diretas	R\$	8.450,00
3.3.90.00.00.0.3.0000.(244). Aplicações Diretas	R\$	1.087,00

12.365.0004.2014. Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00.00.0.1.0100.(052). Aplicações Diretas	R\$	407,50
3.3.90.00.00.0.1.1800.(274). Aplicações Diretas	R\$	10.690,00
3.3.90.00.00.0.3.0000.(245). Aplicações Diretas	R\$	3.337,16

#### 0503. DEPARTAMENTO DE CULTURA

13.392.0005.2017. Manutenção da Biblioteca Pública Municipal

3.1.90.00.00.0.1.0000.(057). Aplicações Diretas	R\$	7.500,00
---	-----	----------

#### 0504. DEPARTAMENTO DE DESPORTO

27.812.0006.2021. Apoio ao esporte amador

3.1.90.00.00.0.3.0000.(272). Aplicações Diretas	R\$	8.432,52
3.3.90.00.00.0.3.0000.(247). Aplicações Diretas	R\$	1.511,00

#### 06. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

##### 0601. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0007.1012. Aquisição de veículos para as atividades de saúde

4.4.90.00.00.0.3.2300.(270). Aplicações Diretas	R\$	29.990,00
---	-----	-----------

10.301.0007.1013. Aquisição de mobiliários e equipamentos

4.4.90.00.00.0.3.2300.(271). Aplicações Diretas	R\$	33.571,90
---	-----	-----------

10.301.0007.1016. Implantação de academias ao ar livre

4.4.90.00.00.0.1.2300.(277). Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
4.4.90.00.00.0.3.0200.(278). Aplicações Diretas	R\$	8.952,33

10.301.0007.2023. Manutenção das atividades gerais de saúde

4.4.90.00.00.0.1.0200.(083). Aplicações Diretas	R\$	427,00
---	-----	--------

10.301.0007.2024. Manutenção do Programa Saúde da Família

3.1.90.00.00.0.3.6402.(201). Aplicações Diretas	R\$	11.769,74
---	-----	-----------

10.302.0007.2028. Manutenção do Programa de Saúde Preventiva

3.3.90.00.00.0.3.6401.(228). Aplicações Diretas	R\$	6.992,74
---	-----	----------

10.305.0007.2030. Manutenção do Programa de Vigilância e Promoção de Saúde

4.4.90.00.00.0.1.6601.(275). Aplicações Diretas	R\$	2.200,00
---	-----	----------

#### 07. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

##### 0701. SEC. MUN. DE TRANSPORTES

26.782.0008.2032. Manutenção das estradas vicinais

3.3.90.00.00.0.1.0000.(120). Aplicações Diretas	R\$	3.179,40
---	-----	----------

3.3.90.00.00.0.3.0000.(229). Aplicações Diretas	R\$	23.980,59
---	-----	-----------

## 26.782.0008.2033. Manutenção da garagem e oficina municipal

3.3.90.00.00.0.3.0000.(269). Aplicações Diretas	R\$	1.474,00
4.4.90.00.00.0.3.0000.(276). Aplicações Diretas	R\$	750,00

## 09. SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

## 0901. SEC. MUN. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

## 20.606.0012.1040. Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas

4.4.90.00.00.0.3.0000.(258). Aplicações Diretas	R\$	8.929,57
4.4.90.00.00.0.3.8900.(226). Aplicações Diretas	R\$	2.277,34

## 20.606.0012.2043. Manutenção e promoção das atividades agrícolas

3.3.90.00.00.0.1.0000.(160). Aplicações Diretas	R\$	1.483,94
3.3.90.00.00.0.3.0000.(248). Aplicações Diretas	R\$	23.751,06

## 11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

## 1101. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

## 08.243.0014.2051. Manutenção do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Criança e do Adolescente

3.3.90.00.00.0.1.5204.(257). Aplicações Diretas	R\$	436,00
TOTAL	R\$	326.695,43

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no art. 1º é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - o superávit financeiro do exercício anterior no montante de R\$ 188.489,29 (cento e oitenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte e nove centavos), nas seguintes Destinações de Recursos:

0000. Recursos Ordinários	R\$	94.677,90
0200. Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$	8.952,33
2300. Transferências de Convênios - Saúde	R\$	63.561,90
2400. Transferências de Convênios - Outros	R\$	257,34
6401. Atenção Básica - PAB Fixo	R\$	6.992,74
6402. Atenção Básica - Saúde da Família - PSF	R\$	11.769,74
8900. Alienações de Bens destinados a Outros Programas	R\$	2.277,34
TOTAL	R\$	188.489,29

II - o excesso de arrecadação no exercício no montante de R\$ 100.436,00 (cem mil, quatrocentos e trinta e seis reais), nas seguintes Destinações de Recursos:

2300. Transferências de Convênios - Saúde	R\$	100.000,00
5204. Outras Transf. de Rec. Fundo de Assist. Social - Piso Básico Variável - SCFV	R\$	436,00

TOTAL	R\$	100.436,00
-------	-----	------------

III - a anulação parcial de dotações, no montante de R\$ 37.770,14 (trinta e sete mil, setecentos e setenta reais e quatorze centavos), nas seguintes programações orçamentárias:

## 04. SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

## 0401. SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

## 04.122.0003.2005. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias

3.1.90.00.00.0.1.0000.(010). Aplicações Diretas	R\$	3.231,65
---	-----	----------

## 05. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

## 0502. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

## 12.361.0004.2010. Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.0.1.0100.(037). Aplicações Diretas	R\$	200,65
3.1.90.00.00.0.1.1800.(038). Aplicações Diretas	R\$	8.450,00

## 12.365.0004.2014. Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.0.1.0100.(050). Aplicações Diretas	R\$	407,50
3.1.90.00.00.0.1.1800.(051). Aplicações Diretas	R\$	10.690,00

## 0503. DEPARTAMENTO DE CULTURA

## 13.392.0005.2017. Manutenção da Biblioteca Pública Municipal

3.3.90.00.00.0.1.0000.(058). Aplicações Diretas	R\$	6.500,00
4.4.90.00.00.0.1.0000.(059). Aplicações Diretas	R\$	1.000,00

## 06. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

## 0601. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

## 10.301.0007.2023. Manutenção das atividades gerais de saúde

3.3.90.00.00.0.1.0200.(082). Aplicações Diretas	R\$	427,00
---	-----	--------

## 10.305.0007.2030. Manutenção do Programa de Vigilância e Promoção de Saúde

3.3.90.00.00.0.1.6601.(108). Aplicações Diretas	R\$	2.200,00
---	-----	----------

## 07. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

## 0701. SEC. MUN. DE TRANSPORTES

## 26.782.0008.2032. Manutenção das estradas vicinais

3.1.90.00.00.0.1.0000.(119). Aplicações Diretas	R\$	3.179,40
---	-----	----------

## 09. SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

## 0901. SEC. MUN. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

## 20.606.0012.2043. Manutenção e promoção das atividades agrícolas

3.1.90.00.00.0.1.0000.(159). Aplicações Diretas	R\$	1.483,94
TOTAL	R\$	37.770,14

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro-SC, 1º de julho de 2014.  
Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo  
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

### **Decreto Nº 216**

DECRETO Nº 216, DE 25 DE JULHO DE 2014.

Fixa o valor da Unidade de Referência Municipal - URM para o mês de agosto de 2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980, e no art. 2º, § 2º, da Lei Complementar nº 11, de 7 de dezembro de 2000,

Considerando a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, no mês de junho de 2014, de -0,74% (setenta e quatro centésimos por cento negativos),

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 2,8218 (dois inteiros e oito mil duzentos e dezoito dezenas de milhar de real) o valor da Unidade de Referência Municipal - URM, para o mês de agosto de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 1º de agosto de 2014.

Ouro-SC, 25 de julho de 2014.  
Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo  
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

### **Decreto Nº 218**

DECRETO Nº 218, DE 18 DE AGOSTO DE 2014.

Fixa o valor da Unidade de Referência Municipal - URM para o mês de setembro de 2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980, e no art. 2º, § 2º, da Lei Complementar nº 11, de 7 de dezembro de 2000,

Considerando a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, no mês de julho de 2014, de -0,61% (sessenta e um centésimos por cento negativos),

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 2,8045 (dois inteiros e oito mil e quarenta e cinco dezenas de milhar de real) o valor da Unidade de Referência Municipal - URM, para o mês de setembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo os seus efeitos legais a partir de 1º de setembro de 2014.

Ouro-SC, 18 de agosto de 2014.  
Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo  
Sec. Mun. da Administração e Fazenda



## Ouro Verde

### PREFEITURA

#### Extrato Contratos

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0078/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: FERNANDA RAMOS DE PAULA

Objeto: Contratação de pessoa física formada na área de Fonoaudióloga para prestação de serviço na Unidade de Saúde do Município de Ouro Verde, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas semanais. Valor certo e ajustado de R\$:6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 01 de setembro de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0079/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: RAFAELA FERRARIN 09920690909

Objeto: Prestação de Serviço de Sonorização para o Desfile de 07 de setembro no município de Ouro Verde/SC. Valor certo e ajustado de R\$:600,00 (seiscentos reais) Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 03 de setembro de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

## Palhoça

### PREFEITURA

#### Resultado Pregão Presencial Nº164/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 164/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de uniformes para a Banda Musical de Palhoça (BAMEP), Coral Municipal da Rede de Ensino de Palhoça (COMEP) e Orquestra Municipal da Rede de Ensino de Palhoça (OMEP), através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

LOTE 1 - ALZIRA DIAS DE OLIVEIRA EPP foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 26.000,00 (vinte seis mil reais).

Palhoça, 04 de setembro de 2014.

#### LEI Nº 4.088, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.088, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

UTILIDADE PÚBLICA. Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 2.372, de 14 de junho de 2006.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei Municipal nº 2.372, de 14 de junho de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Ordem Assistencial e Social Evangélica da Paróquia Evangélica de Confissão Luterana de Palhoça, inscrita no CNPJ sob nº. 83.804.419/0001-23, com sede e foro a Rua José Maria da Luz, nº. 2896, localizada no Centro de Palhoça, Estado de Santa Catarina." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Palhoça, em 04 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 172, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 172, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

REFORMA ADMINISTRATIVA. Acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Acrescenta o Inciso III ao artigo 32 da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, com a seguinte redação:

“Art. 32 (...)

.....  
III - 01 (uma) Coordenadoria de Iluminação Pública e Telecomunicações, com atribuições previstas nesta Lei Complementar.” (NR)

Art. 2º Fica acrescentado o Art. 34-A, da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, que vigorará com a seguinte redação:

“Art. 34-A A Coordenadoria de Iluminação Pública e Telecomunicações, compete:

I - Administrar a manutenção da iluminação pública do município;

II - Informar e opinar em processos referentes a projetos de ampliação da rede de iluminação do município;

III - Promover instalações e manutenção na rede de iluminação municipal;

IV - Promover o controle de ligações da rede de iluminação pública;

V - Promover reparação ou substituição de lâmpadas, disjuntores, reatores e demais materiais elétricos da rede de iluminação pública de responsabilidade do município; e

VI - Auxiliar e atuar em conjunto com a CELESC no que competir, referente a iluminação pública do município;

VII - Efetuar outras atividades afins, no âmbito de sua competência, mesmo que correlatas e/ou designadas pelo Prefeito ou atribuídas à Coordenadoria por Decreto do Poder Executivo.

VIII - Administrar Processos referentes a Telecomunicações no Município.” (NR)

Art. 3º Fica acrescido aos Anexos I e II da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, um (01) Cargo de Coordenador de Iluminação Pública e Telecomunicações, com remuneração de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), código DASE II e sua respectiva vaga, sendo cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo único. O Cargo de Coordenador acrescentado será destinado ao titular da Coordenadoria de Iluminação Pública e Telecomunicações.

Art. 4º Fica acrescido ao Anexo II da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, um (01) Cargo de Diretor, com remuneração de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), código DAS II e sua respectiva vaga, sendo cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo único. O Cargo de Diretor acrescentado será vinculado à Coordenadoria de Iluminação Pública e Telecomunicações.

Art. 5º Fica acrescido ao Anexo II da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, um (01) Gerente Geral, com remuneração de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), código DAS IV e sua respectiva vaga, sendo cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo único. O Cargo de Gerente Geral acrescentado será vinculado à Coordenadoria de Iluminação Pública e Telecomunicações.

Art. 6º Fica acrescido as Anexo II da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, um (01) Cargo de Gerente, com remuneração de R\$ 1.000,00 (mil reais), código DAS V e sua respectiva vaga, sendo cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo único. O Cargo de Gerente acrescentado será vinculado à Coordenadoria de Iluminação Pública e Telecomunicações.

Art. 7º As despesas com a execução da presente Lei Complementar correrá por conta do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, em 04 de setembro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

# Palmitos

## PREFEITURA

### Editais de Notificação 807/2013



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 807/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHC9583	54096023E	7030/2	14/12/2013	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 808/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 432 808/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CQY4276	54096068E	6548/0	22/12/2013	229
CQY4276	54096069E	6599/2	22/12/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 809/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 432 809/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JRE8126	54096066E	5452/2	09/12/2013	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 810/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 810/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFA8843	54925898D	6610/2	16/12/2012	R\$ 127,69	230 * VII
BRB9735	54926374D	5169/1	24/01/2013	R\$ 1.915,38	165
MEE1665	54925939D	5045/0	15/11/2013	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA  
DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 811/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 811/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAZ2946	54096202E	5185/1	28/11/2013	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 812/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 432 812/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ASH1798	54096266E	5878/0	12/12/2013	199

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 813/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 813/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ASS1143	54926008D	6920/0	30/10/2012	R\$ 127,69	233
BGO8733	54926013D	6920/0	26/10/2012	R\$ 127,69	233
IBT0771	54805097C	6920/0	26/12/2012	R\$ 127,69	233
IMB3287	54096064E	5010/0	02/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYR1353	54926512D	5169/1	26/01/2013	R\$ 1.915,38	165
LZX9833	54805399C	5010/0	04/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZX9833	54805400C	5118/0	04/01/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZX9833	54925713D	6599/2	04/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAC3579	54926009D	6920/0	30/10/2012	R\$ 127,69	233
MAF1367	54926022D	6920/0	22/10/2012	R\$ 127,69	233
MCV7505	54926027D	6920/0	05/11/2012	R\$ 127,69	233
MDU1156	54096263E	6920/0	19/11/2013	R\$ 127,69	233
MED2309	54095508E	6599/2	29/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEG7517	54095516E	5010/0	26/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEG7517	54095520E	5061/0	26/01/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 814/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 814/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALK3771	54095514E	5193/0	05/01/2013	R\$ 191,53	168
ASM1821	54095512E	5738/0	24/12/2012	R\$ 191,53	186 * II
IRQ7962	54926513D	6076/0	12/02/2013	R\$ 191,53	210
IRQ7962	54926515D	5185/1	12/02/2013	R\$ 127,69	167
LYN8782	54095506E	7064/0	20/12/2012	R\$ 191,53	244 * IV
MED2309	54095509E	7030/2	29/12/2012	R\$ 191,53	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 815/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 432 815/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CKQ0375	54096073E	6920/0	09/01/2014	233
DNK5452	54096276E	5169/1	19/01/2014	165
DNK5452	54096278E	6637/2	19/01/2014	230 * IX
MDU1156	54096270E	5010/0	09/01/2014	162 * I
MDU1156	54096272E	6610/2	09/01/2014	230 * VII
MDY8207	54095694E	6920/0	09/01/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 816/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 816/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYT5907	54926038D	6920/0	23/11/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA  
DELEGADO DE POLÍCIA

# Papanduva

## PREFEITURA

### Lei N. 2028, de 02 de Setembro de 2014 - Altera Lei 1799 - Agentes Comunitários de Saúde

LEI Nº 2028, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

Altera dispositivo da Lei n. 1.799, de 10 de setembro de 2007, fixa o piso salarial profissional aos Agentes Comunitários de Saúde e dá outras providências.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,  
Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte

Art. 1º. O artigo 1º da Lei n. 1.799, de 10 de setembro de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica criado o emprego público de Agente Comunitário de Saúde, para execução das funções inerentes ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde, conforme quantitativos, salários e carga horária constantes no Anexo Único desta Lei Complementar.

§ 1º. Os empregos referidos no caput deste artigo constituirão quadro específico de pessoal, vinculado aos respectivos Programas.

§ 2º. O Agente Comunitário de Saúde será remunerado com o piso salarial profissional fixado pelo Governo Federal, o qual será revisado sempre na mesma data e nos mesmos índices dos vencimentos dos servidores públicos municipais, salvo se lei federal dispuser de forma diversa.”

Art. 2º. Em decorrência da entrada em vigor da Lei Federal n. 12.994, de 17 de junho de 2014, fica fixado em R\$ 1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais o piso salarial profissional dos Agentes Comunitários de Saúde.

Art. 3º. O Anexo Único da Lei n. 1.799, de 10 de setembro de 2007 passa a vigorar com a redação constante no Anexo único desta Lei.

Art. 4º. Para cobrir as despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 02 de setembro de 2014.

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

### ANEXO ÚNICO

### QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS, VAGAS, SALÁRIO E CARGA HORÁRIA

Emprego Público	Vagas	Piso Salarial Profissional	Carga horária semanal
Agente Comunitário de Saúde	50	1.014,00	40 horas

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2014

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 082/2014

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 083/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 29/08/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa INFANTUS BRINQUEDOS E PRESENTES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 02.720.401/0001-41, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de materiais para a produção de artesanato desenvolvido no CRAS e no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 27.212,30 (vinte e sete mil, duzentos e doze reais e trinta centavos), relativos aos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 15, 16, 17, 18, 29, 34, 35, 36, 37, 44, 45, 46, 62, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 133, 134, 140, 141, 142, 148, 151, 152 e 154, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 083/2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.;

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 083/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - O objeto adjudicado deverá ser entregue em até 07 (sete) dias após a solicitação da Secretaria, diretamente na sede do CRAS, sito a Rua João Greinert, nº 21, Centro, Papanduva/SC;

4.2 - Não serão aceitos os itens que a contratada entregar fora das especificações constantes no anexo I do edital licitatório;

4.3 - Os produtos somente poderão ser entregues com o acompanhamento dos servidores municipais designados para isto;

4.4 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 - Cumprir todas as disposições constantes no edital Pregão Presencial nº 083/2014 e seus anexos;

5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a EMPRESA VENCEDORA deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações deste instrumento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido nesta Ata de Registro de Preços;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente

exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Registrada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital e/ou desta ata de registro de preços;

8.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrente(s) desta Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A registrada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 29 de agosto de 2014.

\_\_\_\_\_ - Fábio José Padilha - Pregoeiro  
\_\_\_\_\_ - Erli Edvina Wunsche Bacellar -

Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_ - Márcio Wisniewski - Equipe de  
Apoio

\_\_\_\_\_ - Otávio Hunka - Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_ - Infantis Brinquedos e Presen-

tes Ltda - ME

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

#### Ata de Registro de Preços Nº 070/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 070/2014

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 084/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 19/08/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 67.629.178/0004-91, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de medicamentos da farmácia básica, para manutenção dos serviços de saúde do município, conforme itens

descritos na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 81.034,20 (oitenta e um mil, trinta e quatro reais e vinte centavos), relativos aos itens 02, 06, 41, 47, 54, 56, 57, 58, 81, 98, 108, 111, 128, 137, 141, 153, 156, 187, 194, 203, 214, 219, 229, 282, 299, 305, 312, 319, 333, 391, 419, 428, 439 e 440, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 084/2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).;

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 084/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente mediante autorização de fornecimento ou requisição de compras ou pré empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme necessidade e procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação na Rua Jacob Schadeck nº 1207, Centro, Papanduva/SC, sede do Fundo Municipal de Saúde (SUS);

4.2 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do

objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 084/2014 e seus anexos;

5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a Registrada Vencedora deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar a registrada vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a registrada vencedora fornecer fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Instrumento;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

- 8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- 8.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A contratada registrada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata,



renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 19 de agosto de 2014.

\_\_\_\_\_- Silvana Frederico Trindade -  
Pregoeira  
\_\_\_\_\_- Eliton Luis de Souza Prestes -  
Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_- Márcio Wisniewski - Equipe de  
Apoio  
\_\_\_\_\_- Otávio Hunka - Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_- Comercial Cirúrgica Rioclarense  
Ltda

Odair José Leandro Dias  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### **Ata de Registro de Preços Nº 078/2014**

#### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 078/2014**

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 084/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 19/08/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 85.247.385/0001-49, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de medicamentos da farmácia básica, para manutenção dos serviços de saúde do município, conforme itens descritos na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 23.611,96 (vinte e três mil, seiscentos e onze reais e noventa e seis centavos), relativos aos itens 18, 26, 27, 28, 29, 73, 82, 84, 86, 93, 157, 177, 225, 230, 290, 294, 302 e 429, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 084/2014.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não

ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).;

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES**

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 084/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente mediante autorização de fornecimento ou requisição de compras ou pré empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme necessidade e procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação na Rua Jacob Schadeck nº 1207, Centro, Papanduva/SC, sede do Fundo Municipal de Saúde (SUS);

4.2 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA**

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 084/2014 e seus anexos;

5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a Registrada Vencedora deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

6.1 - Comunicar a registrada vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a registrada vencedora fornecer fora das especificações do edital.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Instrumento;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias

ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

- 8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- 8.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A contratada registrada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 19 de agosto de 2014.

\_\_\_\_\_ - Silvana Frederico Trindade -  
Pregoeira

\_\_\_\_\_ - Eliton Luis de Souza Prestes -  
Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_ - Márcio Wisniewski - Equipe de  
Apoio

\_\_\_\_\_ - Otávio Hunka - Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_ - Prosaude Distribuidora de Me-  
dicamentos Ltda - EPP

Odair José Leandro Dias  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

## Passo de Torres

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato Nº 016/2014 Saúde

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

DE CONTRATO Nº 16/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DE PASSO DE TORRES

CONTRATADA: FICA ACRESCIDO O VALOR DE R\$ 2.700,00 DO CONTRATO DE Nº 16/2014 PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNAÇÃO PARA TRATAMENTO DE DEPENDENCIA QUIMICA EM AMBIENTE PROTEGIDO PARA O PACIENTE DELEON PETER PORTO. CONFORME DL Nº 09/2014

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93

LICITAÇÃO: DL 09/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(13)2.031.3.3.90.00.00.00.00.0001

PASSO DE TORRES, 28 DE AGOSTO DE 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

PREFEITO MUNICIPAL

#### Extrato de Contrato Nº 017/2014 Saúde

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

DE CONTRATO Nº 17/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DE PASSO DE TORRES

CONTRATADA: A DURAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS FICA PRORROGADO POR MAIS 120 DIAS A CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA, COM TERMINO EM 31/12/2014. DA AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADE SANITARIA CENTRAL NA RUA NEREU RAMOS, Nº 126, CENTRO, PASSO DE TORRES, COM AREA TOTAL DE 329,12 M², CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS. DE ACORDO COM O PROJETO DE EXECUÇÃO FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93

LICITAÇÃO: TP 08/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(19) 1.009 4.4.90.00.00.00.00.00 0122

(20) 1.009 4.4.90.00.00.00.00.00 0695

PASSO DE TORRES, 25 DE AGOSTO DE 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

PREFEITO MUNICIPAL

#### Extrato de Contrato Nº 025 Saúde

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

DE CONTRATO Nº 25/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DE PASSO DE TORRES

CONTRATADA: FICA ACRESCIDO O VALOR DE R\$ 4.990,00 DO CONTRATO DE Nº 25/2014 PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REMOÇÃO EM UTI MOVEL DE PACIENTES COM RISCO DE VIDA, DESTA MUNICIPIO, CONFORME CV Nº 14/2014

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93

LICITAÇÃO: CV 14/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(13)2.031.3.3.90.00.00.00.00.0001

(19)2.031.3.3.90.00.00.00.00.0001

PASSO DE TORRES, 28 DE AGOSTO DE 2014.  
JUAREZ GODINHO SCHEFFER  
PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato de Contrato Nº 117/2014 Pmpt**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 117/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL  
DE PASSO DE TORRES  
CONTRATADA: PORTO SEGURO - SEGUROS  
OBJETO: SERVIÇOS DE SEGUROS TOTAL E CONTRA  
TERCEIROS DOS VEÍCULOS: CORSA SEDAN CLASSIC  
PLACAS MLV 1156, FIAT PALIO WEEKEND PLACAS MLX 3538,  
CORSA SEDAN CLASSIC PLACAS MLF 4320, FIAT DUCATO  
(MINIBUS) PLACAS MJU 4930, ONIBUS MARCOPOLO  
VOLARE PLACAS MKZ 8640, CORSA SEDAN PLACAS  
MAR 0426, MONTANA PLACAS MJX 3698, CELTA LIFE PLACAS  
MDE 8796, CORSA MAXX PLACAS MKN 7919, ONIBUS  
MARCOPOLO VOLARE PLACAS MEJ 9665, ONIBUS VW  
15 PLACAS MKL 9103, ONIBUS M BENS OF PLACAS  
MLF 6398, ONIBUS M. BENS OF MLF 6308.  
VALOR: R\$ 29.818,00  
VIGÊNCIA: 31/12/2014  
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93  
LICITAÇÃO: CV 68 /2014  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:  
(38) 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00.0695  
(42) 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00.0695  
(48) 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00.0695  
(131)2.048.3.3.90.00.00.00.00.00.0100

PASSO DE TORRES, 11 DE JULHO DE 2014.  
JUAREZ GODINHO SCHEFFER  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 118/2014 PMPT**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 118/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PASSO DE TORRES  
CONTRATADA: EMPREITEIRA E TRANSPORTADORA  
SÃO ROQUE LTDA - ME  
OBJETO AQUISIÇÃO DE SEIXO ROLADO PENERADO  
PARA MANUTENÇÃO DAS RUAS DO CENTRO DA  
CIDADE E AS ESTRADAS DE ACESSO AO INTERIOR  
DESTE MUNICIPIO.  
VALOR: R\$ 31.000,00  
VIGÊNCIA: 31/12/2014  
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93  
LICITAÇÃO: CV 71 /2014  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:  
(131)2.048.3.3.90.00.00.00.00.00.0100  
(139) 2.050 3.3.90.00.00.00.00.00.00 0144

PASSO DE TORRES, 24 DE JULHO DE 2014.  
JUAREZ GODINHO SCHEFFER  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 118/2014 PMPT**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 118/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PASSO DE TORRES  
CONTRATADA: EMPREITEIRA E TRANSPORTADORA  
SÃO ROQUE LTDA - ME  
OBJETO AQUISIÇÃO DE SEIXO ROLADO PENERADO  
PARA MANUTENÇÃO DAS RUAS DO CENTRO DA  
CIDADE E AS ESTRADAS DE ACESSO AO INTERIOR  
DESTE MUNICIPIO.  
VALOR: R\$ 31.000,00  
VIGÊNCIA: 31/12/2014  
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93  
LICITAÇÃO: CV 71 /2014  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:  
(131)2.048.3.3.90.00.00.00.00.00.0100  
(139) 2.050 3.3.90.00.00.00.00.00.00 0144

PASSO DE TORRES, 24 DE JULHO DE 2014.  
JUAREZ GODINHO SCHEFFER  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO Nº119/2014 PMPT**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 119/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PASSO DE TORRES  
CONTRATADA: ADRIANA ROSPA XAVIER  
OBJETO MINISTRAÇÃO DE AULAS DE BISCUIT,  
PARA PESSOAS DA COMUNIDADE QUE SEJAM  
FAMÍLIAS DO PAIF, E QUE VENHAM A SE BENEFICIAR  
COM ATIVIDADES DIFERENCIADAS, COMO NESTE  
O ARTESANATO. CONFORME PROJETO " CONVIVENDO  
E APRENDENDO." OFICINA DE BISCUIT.  
VALOR: R\$ 2.520,00  
VIGÊNCIA: 31/10/2014  
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:  
(79) 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.0052

PASSO DE TORRES, 01 DE AGOSTO DE 2014.  
JUAREZ GODINHO SCHEFFER  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO Nº120/2014 PMPT**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 120/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PASSO DE TORRES  
CONTRATADA: ERACLIDES COSTA ROCHA WITT  
OBJETO:MINISTRAÇÃO DE AULAS DE PINTURA  
EM VIDROS PARA MULHERES DOMICILIADAS  
NESTE MUNICÍPIO, PROPORCIONANDO QUALIDADE  
DE VIDA, CONVÍVIO EM GRUPO, CONFORME PROJETO  
"OFICINA PINTURA EM VIDRO".  
VALOR: R\$ 960,00  
VIGÊNCIA: 30/08/2014  
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:  
(79) 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.0052

PASSO DE TORRES, 01 DE AGOSTO DE 2014.  
JUAREZ GODINHO SCHEFFER  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO Nº121/2014 PMPT**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 121/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES  
CONTRATADA: F.R.A ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP  
OBJETO:AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E TAMPAS DE BOCA DE LOBO PARA REPOSIÇÃO NAS ESTRADAS DESTE MUNICIPIO, PARA O PERIODO ATE 31/12/2014  
VALOR: R\$ 9.245,00  
VIGÊNCIA: 31/12/2014  
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93  
LICITAÇÃO: CV 72/2014  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:  
(122) 1.052 4.4.90.00.00.00.00 0100  
(131) 2.048 3.3.90.00.00.00.00 0100

PASSO DE TORRES, 07 DE AGOSTO DE 2014.  
JUAREZ GODINHO SCHEFFER  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO Nº122/2014 PMPT**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 122/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES  
CONTRATADA: T.S NUERMBERG - ME  
OBJETO:AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E TAMPAS DE BOCA DE LOBO PARA REPOSIÇÃO NAS ESTRADAS DESTE MUNICIPIO, PARA O PERIODO ATE 31/12/2014  
VALOR: R\$ 14.700,00  
VIGÊNCIA: 31/12/2014  
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93  
LICITAÇÃO: CV 72/2014  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:  
(122) 1.052 4.4.90.00.00.00.00 0100  
(131) 2.048 3.3.90.00.00.00.00 0100

PASSO DE TORRES, 07 DE AGOSTO DE 2014.  
JUAREZ GODINHO SCHEFFER  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 123/2014 PMPT**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 123/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES  
CONTRATADA: RAMOS E GOMES LTDA - ME  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL NO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE PASSO DE TORRES.  
VALOR: R\$ 78.520,00  
VIGÊNCIA: 31/12/2014  
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93  
LICITAÇÃO: CV 73/2014  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:  
(170) 3.3.90.00.00.00.00 0160

PASSO DE TORRES, 08 DE AGOSTO DE 2014.  
JUAREZ GODINHO SCHEFFER  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 124/2014 PMPT**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 124/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES  
CONTRATADA: LEONARDO DA ROLT - GRUPO DE CAPOEIRA GRILHÕES DA LIBERDADE  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONTRATAÇÃO DE UM PROFESSOR DE CAPOEIRA, PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA FORTALECIMENTO DE VINCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. PARA DESENVOLVER UM TRABALHO EDUCATIVO DE MODO PARTICIPATIVO, VISANDO INCENTIVAR AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICIPIO A BUSCAR A CONTRUÇÃO DO SEU PROJETO DE VIDA.  
VALOR: R\$ 8.290,00  
VIGÊNCIA: 31/12/2014  
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93  
LICITAÇÃO: CV 74/2014  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:  
(79) 2.034 3.3.90.00.00.00.00 0052

PASSO DE TORRES, 12 DE AGOSTO DE 2014.  
SERGIO DELFINO JOAQUIM  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 125/2014PMPT**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 125/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES  
CONTRATADA: PORCIPEÇAS ACESSÓRIOS E SERVIÇOS EIRELI - ME  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO MOTOR DO VEÍCULO MICRO ONIBUS DE PLACAS MEJ-9665 DA FROTA MUNICIPAL.  
VALOR: R\$ 14.669,00  
VIGÊNCIA: 31/12/2014  
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93  
LICITAÇÃO: CV 75/2014  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:  
(42) 2.011 3.3.90.00.00.00.00 0695

PASSO DE TORRES, 13 DE AGOSTO DE 2014.  
SERGIO DELFINO JOAQUIM  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 126/2014PMPT**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 126/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES  
CONTRATADA: LITORAL SUL CONSULTORIA PROJETOS DE ENG. EIRELI  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS NO MUNICIPIO, DAS SEGUINTE OBRAS: PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADA, TERRAPLANAGEM, DRENAGEM, OBRA DE ARTE CORRENTE, URBANIZAÇÃO E SINALIZAÇÃO, NA AV. CENTRAL SILVEIRA, RUA NEREU RAMOS, RUA JOSE VICENTE ANTONIO E RUA HESPANHOL, CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO, NA E.M. MANOEL RODRIGUES DA SILVA, CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE ESCOLAR, NA LOCALIDADE DE BARRA VELHA.  
VALOR: R\$ 18.500,00



VIGÊNCIA: 31/12/2014  
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93  
LICITAÇÃO: CV 77/2014  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:  
3.3.90.00.00.00.00.00 0695 (38)  
3.3.90.00.00.00.00.00 0695 (52)  
3.3.90.00.00.00.00.00 0100 (131)

PASSO DE TORRES, 18 DE AGOSTO DE 2014.  
SERGIO DELFINO JOAQUIM  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 127/2014PMPT**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 127/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PASSO DE TORRES  
CONTRATADA: CONSTRUTORA PAI E FILHOS LTDA - EPP  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO  
DE OBRA NA CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE ESCOLAR, NA  
LOCALIDADE DE BARRA VELHA, NO MUNICÍPIO DE PASSO DE  
TORRES/SC, COM ÁREA TOTAL A SER CONSTRUÍDA (A=428,43  
M²),  
RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO.  
VALOR: R\$ 339.470,97  
VIGÊNCIA: 31/12/2014  
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93  
LICITAÇÃO: CV 70/2014  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:  
4.4.90.00.00.00.00.00 0100 (28)

PASSO DE TORRES, 18 DE AGOSTO DE 2014.  
SERGIO DELFINO JOAQUIM  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2014SAÚDE**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 25/2014  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres  
Contratada: QUADROS E MONTEIRO - LTDA  
Objeto: prestação de serviço de remoção  
em uti movel de pacientes com risco de vida,  
deste município.  
Valor: R\$ 24.950,00  
Vigência: 31/12/2014  
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93  
Licitação: CV 14/2014  
Dotação Orçamentária:  
(13) 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00 0001  
(19) 2.032 3.3.90.00.00.00.00.00 0001

Passo de Torres, 14 de julho de 2014.  
Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato Nº 026/2014Saúde**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 26/2014  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres  
Contratada: VALMOCI J DE SOUZA - ME  
Objeto: prestação de serviços de publicações de atos  
inconstitucionais para a secretaria municipal de saúde  
de passo de torres/sc.  
Valor: R\$ 7.994,50  
Vigência: 31/12/2014

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93  
Licitação: CV 18/2014  
Dotação Orçamentária:  
(13) 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00 0001

Passo de Torres, 17 de julho de 2014.  
Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato Nº 027/2014 Saúde**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 27/2014  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres  
Contratada: COTIPEL COM. DE TINTAS E PEÇAS LTDA  
Objeto: aquisição de peças e serviços para reforma completa  
do motor do veiculo corsa sedan classic de placas mir-1676  
e uma caixa de câmbio completa para o veiculo ambulância  
renault master de placas mkb-1004 da secretaria de saúde  
do municipio.  
Valor: R\$ 13.262,00  
Vigência: 31/12/2014  
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93  
Licitação: CV 20/2014  
Dotação Orçamentária:  
(14) 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00 0064  
(16) 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00 0071

Passo de Torres, 21 de julho de 2014.  
Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato Nº 028/2014Saúde**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 28/2014  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres  
Contratada: BELLA SAÚDE COMERCIO LTDA - ME  
Objeto: aquisição de um raio-x odontológico de parede,  
um autoclave 12 litros digital para uso no consultório odontológico  
da unidade de saúde do municipio de passo de torres.  
Valor: R\$ 8.530,00  
Vigência: 31/12/2014  
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93  
Licitação: CV 19/2014  
Dotação Orçamentária:  
(23) 1.028 4.4.90.00.00.00.00.00 0105

Passo de Torres, 22 de julho de 2014.  
Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato Nº 029/2014Saúde**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 29/2014  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE PASSO DE TORRES  
CONTRATADA: DONTOTEC ASSISTENCIA A EQUIP  
ODONTOMEDICOS LTDA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM AVENTAL PLUMBÍFERO  
COM PROTETOR DE TIREOIDE PARA USO NO  
CONSUTÓRIO ODONTOLÓGICO DA UNIDADE DE  
SAÚDE DO MUNICIPIO DE PASSO DE TORRES.  
VALOR: R\$ 345,00  
VIGÊNCIA: 31/12/2014  
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93  
LICITAÇÃO: CV 19/2014



DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
(23) 1.028 4.4.90.00.00.00.00 0105

PASSO DE TORRES, 22 DE JULHO DE 2014.  
JUAREZ GODINHO SCHEFFER  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **Extrato de Contrato Nº 030/2014Saúde**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 30/2014  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE PASSO DE TORRES  
CONTRATADA: ODONTOCRIL COMERCIO DE  
EQUIPAMENTOS MEDICOS ODONTO  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM SELADOR DE  
GUILHOTINA DE MESA COMPACTA PARA USO  
NO CONSUTÓRIO ODONTOLÓGICO DA UNIDADE  
DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PASSO DE TORRES.  
VALOR: R\$ 390,00  
VIGÊNCIA: 31/12/2014  
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93  
LICITAÇÃO: CV 19/2014  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
(23) 1.028 4.4.90.00.00.00.00 0105

PASSO DE TORRES, 22 DE JULHO DE 2014.  
JUAREZ GODINHO SCHEFFER  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **Extrato de Contrato Nº 032/2014Saúde**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 32/2014  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE PASSO DE TORRES  
CONTRATADA: DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FORNECIMENTO DE  
MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA  
E ELETRÔNICO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO  
DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE  
DO MUNICIPIO DE PASSO DE TORRES,  
DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014.  
VALOR: R\$ 16.787,00  
VIGÊNCIA: 31/12/2014  
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93  
LICITAÇÃO: CV 21/2014  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
(23) 4.4.90.00.00.00.00 0105

PASSO DE TORRES, 07 DE AGOSTO DE 2014.  
JUAREZ GODINHO SCHEFFER  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **Extrato de Rescisão Nº 006/2014**

EXTRATO TERMO RECISÃO CONTRATO Nº 06/2014  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PASSO DE TORRES  
CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL  
DE SAÚDE AMESC  
OBJETO: FICA RESCINDIDO DE COMUM ACORDO  
ENTRE AS PARTES O CONTRATO Nº 06/2014,  
PROCESSO LICITATÓRIO DL 04/2014 O MONTANTE  
DE R\$ 92.525,60, A CONTAR COM A DATA DE 28/08/2014.  
O CONTRATADO DA PLENA QUITAÇÃO AOS VALORES  
ANteriormente CONTRATADOS, SENDO A

REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PELO CONTRATANTE  
ATÉ O DIA 28/08/2014, ANULANDO-SE O SALDO DOS  
EMPENHOS Nº 59/2014, 60/2014 E 61/2014.  
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93

PASSO DE TORRES, 28 DE AGOSTO DE 2014.  
JUAREZ GODINHO SCHEFFER  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **Extrato de Rescisão Nº 071/2014**

EXTRATO TERMO RECISÃO CONTRATO Nº 71/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PASSO DE TORRES  
CONTRATADA: PATRICIO COZZA APOLINARIO ME  
OBJETO: FICA RESCINDIDO DE COMUM ACORDO  
ENTRE AS PARTES O CONTRATO Nº 71/2014, DO  
PROCESSO DE LICITATÓRIO CV 36/2014 O MONTANTE  
DE R\$ 11.145,11, A CONTAR DA DATA DE 13/08/2014.  
O CONTRATADO DA PLENA QUITAÇÃO AOS VALORES  
ANteriormente CONTRATADOS, SENDO A REMUNERAÇÃO  
DOS SERVIÇOS PELO CONTRATANTE ATÉ O DIA 13/08/2014,  
ANULANDO-SE O SALDO DOS EMPENHOS Nº 993/2014 E  
997/2014.  
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93

PASSO DE TORRES, 13 DE AGOSTO DE 2014.  
SERGIO DELFINO JOAQUIM  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

#### **Extrato de Rescisão Nº 075/2014**

EXTRATO TERMO RECISÃO CONTRATO Nº 75/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PASSO DE TORRES  
CONTRATADA: PATRICIO COZZA APOLINARIO ME  
OBJETO: FICA RESCINDIDO DE COMUM ACORDO  
ENTRE AS PARTES O CONTRATO Nº 75/2014,  
DO PROCESSO LICITATÓRIO CV Nº 39/2014 O  
MONTANTE DE R\$ 4.989,50, A CONTAR COM A  
DATA DE 13/08/2014.O CONTRATADO DA PLENA  
QUITAÇÃO AOS VALORES ANteriormente  
CONTRATADOS, SENDO A REMUNERAÇÃO DOS  
SERVIÇOS PELO CONTRATANTE ATÉ O DIA 13/08/2014,  
ANULANDO-SE O SALDO DO EMPENHO Nº 1001/2014.  
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93

PASSO DE TORRES, 13 DE AGOSTO DE 2014.  
SERGIO DELFINO JOAQUIM  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

#### **Extrato de Rescisão Nº 084/2014**

EXTRATO TERMO RECISÃO CONTRATO Nº 84/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PASSO DE TORRES  
CONTRATADA: PATRICIO COZZA APOLINARIO ME  
OBJETO: FICA RESCINDIDO DE COMUM ACORDO  
ENTRE AS PARTES O CONTRATO Nº 84/2014 ,PROCESSO  
LICITATÓRIO CV 47/2014 O MONTANTE DE R\$ 918,55,  
A CONTAR COM A DATA DE 13/08/2014.O CONTRATADO  
DA PLENA QUITAÇÃO AOS VALORES ANteriormente  
CONTRATADOS, SENDO A REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS  
PELO CONTRATANTE ATÉ O DIA 13/08/2014, ANULANDO-SE O  
SALDO DO EMPENHO Nº 1183/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93

PASSO DE TORRES, 13 DE AGOSTO DE 2014.  
SERGIO DELFINO JOAQUIM  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

#### **Extrato de Rescisão Nº 106/2014**

EXTRATO TERMO RECISÃO CONTRATO Nº 106/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES  
CONTRATADA: PATRICIO COZZA APOLINARIO ME  
OBJETO: FICA RESCINDIDO DE COMUM ACORDO ENTRE AS PARTES O CONTRATO Nº 106/2014, PROCESSO LICITATORIO PR 62/2014 O MONTANTE DE R\$ 2.740,95, A CONTAR COM A DATA DE 13/08/2014. O CONTRATADO DA PLENA QUITAÇÃO AOS VALORES ANTERIORMENTE CONTRATADOS, SENDO A REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PELO CONTRATANTE ATÉ O DIA 13/08/2014, ANULANDO-SE O SALDO DOS EMPENHOS Nº 1423/2014.  
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93

PASSO DE TORRES, 13 DE AGOSTO DE 2014.  
SERGIO DELFINO JOAQUIM  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**Paulo Lopes**

#### **PREFEITURA**

#### **Portaria Nº 313/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 313/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 67/2014, resolve:

AMPLIAR CONTRATO POR PRAZO TEMPORÁRIO, Karina Ribeiro de Melo, brasileira, portadora do CPF nº 090.366.979-05, matrícula nº 11035, classificada no Chamamento Público nº 002/2014, para atuar no Cargo de Professor, com carga horária de 20hs semanais, em substituição a Titular Silvana Rita Zucchi dos Santos, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 05/09/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de Setembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 314/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 314/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 63/2014, resolve:

AMPLIAR CONTRATO POR PRAZO TEMPORÁRIO, a Servidora Pública Municipal, Adirléia Sousa da Silva, brasileira, portadora do CPF nº 868.446.369-20, matrícula nº 11024, ensino superior incompleto, classificada na sexta posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora, em substituição a titular Silvana Rita Zucchi dos Santos, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 05/09/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de Setembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 315/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 315/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto legislação vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO o Servidor Público Municipal, brasileiro, Alexandre Olszewski Dahmer, portador do CPF nº 455.582.990-52 matrícula nº 10711, ocupante do Cargo de Médica Plantonista, contratado temporariamente pela portaria nº 382/2011, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de Setembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 316/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 316/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto legislação vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Manuela Alexandre, portadora do CPF nº 043.003.809-70, matrícula nº 10841, ocupante do Cargo de Médica Plantonista, contratado temporariamente pela portaria nº 317/2012, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de Setembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 317/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 317/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto legislação vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública

Municipal, brasileira, Ana Paula Hilariano Maximiano, portadora do CPF nº 063.478.939-24 matrícula nº 10785, ocupante do Cargo de Médica Plantonista, contratado temporariamente pela portaria nº 111/2012, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de Setembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 318/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 318/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na legislação vigente. Resolve:

CONCEDER LICENÇA POR FALECIMENTO EM PESSOA DA FAMÍLIA, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Vânia Maria Zucchi dos Santos, brasileira, portadora do CPF nº 800.421.559-91, matrícula nº 153, ocupante do cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, de 31/08/2014 até 07/09/2014, conforme Certidão de Óbito em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de Setembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 319/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 319/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na legislação vigente. Resolve:

CONCEDER LICENÇA POR FALECIMENTO EM PESSOA DA FAMÍLIA, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Silvana Rita Zucchi dos Anjos, brasileira, portadora do CPF nº 916.114.079-15, matrícula nº 695, ocupante do cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, de 31/08/2014 até 07/09/2014, conforme Certidão de Óbito em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de Setembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 320/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 320/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na legislação vigente. Resolve:

CONCEDER LICENÇA POR FALECIMENTO EM PESSOA DA FAMÍLIA, o Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Luiz Carlos dos Anjos, brasileiro, portador do CPF nº 613.396.369-72, matrícula nº 659, ocupante do cargo de Motorista, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, de 31/08/2014 até 07/09/2014, conforme Certidão de Óbito em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de Setembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 321/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 321/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto legislação vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidor Público Municipal, brasileiro, Eder Ney Colombelli, portador do CPF nº 036.924.909-76 matrícula nº 10887, ocupante do Cargo de Médica Plantonista, contratado temporariamente pela portaria nº 116/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 02 de Setembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 322/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 322/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto legislação vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Luciana Noronha Riesemberg, portador do CPF nº 005.237.420-37 matrícula nº 10928, ocupante do Cargo de Médica Plantonista, contratado temporariamente pela portaria nº 269/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 02 de Setembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**Extrato 1º Termo Aditivo A Ata de Registro de Preços Nº. 11-7/2014**

Extrato 1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº. 11-7/2014 DE 14/03/2014, conforme Processo Licitatório 012/2014. Tendo como contratante a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e contratado Altermed Material Médico Hospitalar Ltda. CNPJ nº 00.802.002/0001-02, Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto reequilibrar o preço unitário registrado na Ata de Registro de Preços nº 11-7/2014 do item nº: 48- Cinarizina 25mg; Valor Licitado: 0,0561-Valor Reequilibrado: 0,0710. Finalidade: O reequilíbrio econômico financeiro solicitado pela compromitente, devidamente justificado, aprovado pela Assessoria Jurídica Municipal, conforme Parecer juntado ao Processo, sendo fundamentado no que dispõe a alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93.

26 de agosto de 2014  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13-1/2014**

Extrato 1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº. 13-1/2014 DE 28/03/2014, conforme Processo Licitatório 017/2014. Tendo como contratante a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e contratado Altermed Material Médico Hospitalar Ltda. CNPJ nº 00.802.002/0001-02, Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto reequilibrar o preço unitário registrado na Ata de Registro de Preços nº 13-1/2014 do item nº: 101 - Soro fisiológico 0,9% 100ml sistema fechado; Valor Licitado: 1,440 - Valor Reequilibrado: 1,866. Finalidade: O reequilíbrio econômico financeiro solicitado pela compromitente, devidamente justificado, aprovado pela Assessoria Jurídica Municipal, conforme Parecer juntado ao Processo, sendo fundamentado no que dispõe a alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93.

26 de agosto de 2014  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal



**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11-12/2014**

Extrato 1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº. 11-12/2014 DE 14/03/2014, conforme Processo Licitatório 012/2014. Tendo como contratante a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e contratado Andrômeda Distribuidora de Medicamento Ltda. CNPJ nº13.568.558/0001-10, Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto reequilibrar o preço unitário registrado na Ata de Registro de Preços nº 11-12/2014 do item nº: 43- Cefalexina 500 mg; Valor Licitado: 0,1298-Valor Reequilibrado: 0,1540. Finalidade: O reequilíbrio econômico financeiro solicitado pela compromitente, devidamente justificado, aprovado pela Assessoria Jurídica Municipal, conforme Parecer juntado ao Processo, sendo fundamentado no que dispõe a alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93.

26 de agosto de 2014  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**Penha****PREFEITURA****Contrato Nº 147/2014 Pmp**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 147/2014 - PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório 80/2014 PMP - Carta Convite 15/2014 PMP

CONTRATADA: WLAMIR MENDONÇA FERREIRA DA SILVA

OBJETO: Contratação de assessoria e consultoria de Advogado para atuar no Fórum Municipal - Casa da Cidadania auxiliando nas audiências e na orientação aos consumidores que utilizam o PROCON do Município de Penha/SC.

VALOR TOTAL: R\$ 17.150,00 (dezesete mil, cento e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 04/04/2015.

Penha, 04 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

**ADITIVO Nº 16/2014 FUMTUR**

1º Termo Aditivo nº 16/2014 FUMTUR

Ao contrato nº 14/2014 FUMTUR

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços da Festividade de 56 anos do Município de Penha/SC.

Licitação: Processo Licitatório nº 04/2014-FUMTUR, modalidade Convite nº 02/2014-FUMTUR.

Através do presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 16/2014, ao Contrato Administrativo nº 14/2014 FUMTUR, para Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço da Festividade de 56 anos do Município de Penha/SC, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, n 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, divorciado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa JANETE TEREZINHA SOUZA DA SILVA - MEI, com endereço na cidade de Penha/SC, na Rua Maria Gonzaga Cunha, nº 165, no bairro Armação, Cep 88385-000, inscrita no CNPJ nº 19.718.484/0001-37, neste ato representada pelo Sr(a) Janete Terezinha Souza da Silva, CPF nº 028.048.349-05, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustada a prestação de serviços ora mencionada, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

**CLAUSULA PRIMEIRA**

O valor do contrato nº 14/2014 FUMTUR, presente na cláusula primeira do contrato administrativo nº 14/2014 FUMTUR fica aditado um acréscimo de R\$ 14.590,00 (quatorze mil, quinhentos e noventa reais).

**CLAUSULA SEGUNDA**

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação

50 - Fundo Municipal de Turismo

50.01 - Fundo Municipal de Turismo

23.695.0015 - Turismo



2.077 - Gestão Administrativa do FUMTUR - Eventos  
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas  
Código Reduzido - 08

#### CLAUSULA TERCEIRAS

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha-SC, 04 de setembro de 2014.

CONTRATADA

PREFEITURA

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_

Nome: Josiane Bento

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: 053.867.439-37

CPF: \_\_\_\_\_

De Acordo

Rafael Celestino Secretário de Administração

#### DECRETO Nº 2092/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2092/2014

EXONERA o Sr. HARLEY GILSON DE SOUZA, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE CONVÊNIOS E PROJETOS I, do Departamento de Convênios e Projetos, da Secretaria Municipal de Planejamento, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 04 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

#### Pp24/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº38/2014 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014 - FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL E EMPRÉSTIMOS EM REGIME DE COMODATO DE MANÔMETROS, FLUXÔMETROS E CILINDROS DE OXIGÊNIOS.  
DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: 18/09/2014

HORÁRIO ATÉ AS:17h00min

Local de Entrega: Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC, no Setor de Licitações e Contratos.

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 19/09/2014

HORÁRIO: 09h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala das Licitações, sito a Avenida Nereu Ramos, nº. 19 - Sala 01 (ao lado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), Centro - Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:00.

Penha/SC, 04 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

#### DECRETO Nº 2093/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2093/2014

MOMEIA a Sra. MICHELE LINDEMANN CORREA DE AZEVEDO, ao cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE CONVÊNIOS E PROJETOS I, do Departamento de Convênios e Projetos, da Secretaria Municipal de Planejamento, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 05 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****Ata do Pregão Presencial Nº 01/2014**

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2014

No dia três de setembro de dois mil e quatorze, às treze horas, reuniram-se na Câmara de Vereadores de Penha, no Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca, sito à Avenida Antônio Joaquim Tavares, 101, Centro, a Pregoeira Zaira Cristina da Silva Hanemann, e Equipe de Apoio formada por Glaucia Costa dos Santos Francisco, Ivana da Costa e Tatiane da Silva Willem, designadas pela Portaria Nº 11/2014, o Assessor Jurídico Wlamir Mendonça Ferreira da Silva e a Contadora Dayse Cristiane de Souza Germano convocados pela Comissão de Licitação para a sessão pública de abertura do Processo Licitatório Nº 02/2014, Pregão Presencial Nº 01/2014 referente a Contratação de empresa de telecomunicações, que possua outorga da ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, para prestar serviços de telefonia móvel pessoal com cobertura nacional, com fornecimento de assinaturas básicas pós-pagos, tarifa zero intra grupo, sistema de gestão on-line, assinatura mensal pacote de dados para smartphone com franquia mínima de 600mb, plano de minutos VC-1, plano de minutos VC-2, plano de minutos VC-3 com respectivos aparelhos a título de comodato conforme descrito no Termo de Referência - ANEXO I do edital do presente pregão. Ato contínuo registra-se o comparecimento das Empresas Claro S.A. da qual o representante não apresentou os documentos comprovando a existência de poderes para formulação de propostas e prática dos demais atos de atribuição do licitante e da Empresa Telefônica S.A. que enviou a documentação via CORREIOS e não teve representante presente. A pregoeira encerrou o Credenciamento e em seguida recebeu e verificou as Declarações dos Licitantes de que atendem plenamente os requisitos de Habilitação estabelecidos no Edital e os Envelopes contendo a Proposta e os documentos de Habilitação respectivamente. Abertos em seguida os envelopes contendo as propostas, as mesmas foram verificadas em sua compatibilidade com o objeto do presente processo licitatório, ambas foram aceitas, sendo a proposta da Empresa Claro S.A. no valor de R\$ 59.959,20 (cinquenta e nove mil, novecentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos) e da Empresa Telefônica S.A. no valor de R\$ 65.856,00 (sessenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e seis reais). Não havendo representantes credenciados para a etapa de lances, as propostas foram classificadas sendo a Claro S.A. considerada melhor oferta. Aberto o envelope contendo os documentos de habilitação da empresa Claro S.A., a mesma foi inabilitada pelo não atendimento ao item 8.8.3.4 do edital. Em razão da inabilitação da empresa proponente da melhor oferta, conforme o edital foi aberto o envelope contendo os documentos de habilitação da empresa Telefônica S.A., sendo esta por sua vez, inabilitada pelo não cumprimento do disposto nos itens 8.8.2.2 e 8.8.2.4 do edital. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pública e não restando empresa habilitada, o presente pregão encerrou-se fracassado, cuja ata vai assinada pela Pregoeira e membros da Equipe de Apoio.

Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca, 03 de setembro de 2014. Pregoeira e Equipe de Apoio

**Peritiba****PREFEITURA****Aviso de Licitação 67/2014 - PP 34/2014**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 31/2014.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 67/2014 - Pregão Presencial 34/2014, julgamento Menor Preço por Item.

Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços mecânicos e auto elétricos de manutenções preventiva e corretiva nos veículos e máquinas da frota municipal.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 09h00min do dia 22/09/2014.

ENVELOPES: Os envelopes contendo as propostas de preços os documentos para habilitação devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até as 08h45min do dia 22/09/2014.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Município de Peritiba - SC em 04 de Setembro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

**Extrato de Contrato 117/2014**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto Aquisição de materiais para reforma e do telhado do Centro Educacional José Arlindo Winter.

Dados do Contrato: Contrato nº 117/2014

Contratado: EDELAR R. MULLER EPP

CNPJ: 03.882.887/0001-87

Data de Vigência: 03/09/2014 até 31/12/2014.

Valor do Contrato: R\$ 7.900,00 (Sete mil e novecentos reais).

Município de Peritiba - SC em 03 de Setembro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 118/2014**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto Aquisição de materiais para reforma e do telhado do Centro Educacional José Arlindo Winter.

Dados do Contrato: Contrato nº 118/2014

Contratado: METALURGICA E FUNILARIA PERITIBA LTDA ME

CNPJ: 00.715.704/0001-40

Data de Vigência: 03/09/2014 até 31/12/2014.

Valor do Contrato: R\$ 5.350,00 (Cinco mil trezentos e cinquenta reais).

Município de Peritiba - SC em 03 de Setembro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 119/2014**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: Aquisição de fertilizante mineral misto com as seguintes características 9-33-12 (N=9; P=33; K=12), saca 50kg, para distribuição gratuita para os agricultores do município de Peritiba.

Dados do Contrato: Contrato nº 119/2014

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCORDIA

CNPJ: 83.573.212/0006-08

Data de Vigência: 04/09/2014 até 31/12/2014.

Valor do Contrato: R\$ 151.225,00 (Cento e cinquenta e um mil duzentos e vinte e cinco reais).

Município de Peritiba - SC em 04 de Setembro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

**Pomerode****PREFEITURA****1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo N.º 04/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO DE APOSENTADORIA DE PENSÕES - FAP

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 04/2013

PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 002/2013.

Convite p/ Compras e Serviços n.º 002/2013.

Contratante: FUNDO DE APOSENTADORIA DE PENSÕES DE POMERODE.

Contratado: GRÜTZMACHER ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ÁREA CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E OPERACIONAL PARA O CONSELHO FISCAL DO FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES - FAP DE POMERODE, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO AO EDITAL.

Valor Total Contratado - Prorrogação - R\$19.080,00 (dezenove mil e oitenta reais).

Justificativa: Prorrogação contratual por tratar-se de serviços contínuos, em conformidade com o disposto no artigo 57, II da Lei Federal n.º 8666/93 e Cláusula Nona do Contrato Administrativo n.º 04/2013, sem alteração dos valores inicialmente contratados.

Pomerode/SC, 04 de Agosto de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 039/2014 - REGISTRO DE PREÇOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 039/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 082/2014.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, SERVENTE, CARPINTEIRO, ELETRICISTA E ENCANADOR A SEREM EXECUTADOS NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC E SETOR DE TRÂNSITO DA POLÍCIA MILITAR E CIVIL DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 18/09/2014.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 18/09/2014.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode/SC, 04 de Setembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

**SAMAE****I RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO TIPO ELETRÔNICO 015/2014****I RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 015/2014**

**O SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE – DE POMERODE**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que ALTERA:

**Anexo I Termo de Referência****Onde se lê:**

Compõem este Edital os seguintes anexos:

<b>ANEXO 01</b>	Termo de Referência
<b>ANEXO 02</b>	Modelo de Contrato
<b>ANEXO 03</b>	Exigências para Habilitação
<b>ANEXO 04</b>	Modelo de Declaração de Idoneidade
<b>ANEXO 05</b>	Modelo de declaração de fato superveniente impeditivo de habilitação
<b>ANEXO 06</b>	Modelo de declaração de inexistência de empregado menor no quadro da empresa empregadora
<b>ANEXO 07</b>	Modelo de carta proposta para fornecimento do objeto do Edital
<b>ANEXO 08</b>	Declaração de enquadramento no regime de tributação de ME/EPP
<b>ANEXO 09</b>	Modelo de CARTA PROPOSTA.

**Leia-se:**

<b>ANEXO 01</b>	Termo de Referência
<b>ANEXO 02</b>	Modelo de Contrato
<b>ANEXO 03</b>	Exigências para Habilitação
<b>ANEXO 04</b>	Modelo de Declaração de Idoneidade
<b>ANEXO 05</b>	Modelo de declaração de fato superveniente impeditivo de habilitação
<b>ANEXO 06</b>	Modelo de declaração de inexistência de empregado menor no quadro da empresa empregadora
<b>ANEXO 07</b>	Modelo de carta proposta para fornecimento do objeto do Edital
<b>ANEXO 08</b>	Declaração de enquadramento no regime de tributação de ME/EPP
<b>ANEXO 09</b>	Modelo de CARTA PROPOSTA.
<b>ANEXO 10</b>	Logomarcas das instituições envolvidas no projeto.
<b>ANEXO 11</b>	Lista de livros referente ao lote 6
<b>ANEXO 12</b>	Cronograma das palestras

NO ESCOPO DO EDITAL:

**Onde se lê :**

Item 6.2: "O prazo para assinatura do Contrato será de até 2 (dois) dias após a conferência da documentação.

**Leia-se:**

Item 6.2 O prazo para assinatura do Contrato será de até 2 (dois) dias após a convocação do SAMAE de Pomerode.

**NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DO EDITAL****META 1 - ELABORAÇÃO DE ARTE GRÁFICA E IMPRESSÃO DOS PRODUTOS****Onde se lê:**

**Requisitos para as Artes Gráficas:** - Ficarà condicionada a Pessoa Jurídica contratada para elaboração das Artes Gráficas do Projeto a entrega das mesmas à SAMAE de Pomerode até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato;

**Leia-se:**

**Requisitos para as Artes Gráficas** - Ficarà condicionada a Pessoa Jurídica contratada para elaboração das Artes Gráficas do Projeto a entrega das mesmas à SAMAE de Pomerode até 15 (quinze) dias úteis após a entrega da ordem de serviço bem como o material necessário para elaboração das mesmas;

**META 3 - REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO E PRODUÇÃO DO MATERIAL PEDAGÓGICO.**

**Onde se lê:** Comprovação de Ensino Superior em Pedagogia ou Superior na Área Ambiental, através da apresentação de cópia do Diploma de Ensino superior e Declaração, devidamente assinada pelo Responsável da Empresa, que possui no quadro técnico da empresa tal profissional;

**Leia-se**

- Comprovação de Ensino Superior na Área Ambiental e/ou Afins, através da apresentação de cópia do Diploma de Ensino superior e Declaração, devidamente assinada pelo Responsável da Empresa, que possui no quadro técnico da empresa tal profissional;

**Onde se lê:** Ficarà condicionada a Pessoa Jurídica contratada para realização das capacitações em formato de palestras, realizá-las conforme orientações da SAMAE de Pomerode; - A SAMAE de Pomerode ficará responsável em repassar as datas e os locais de realização das palestras;

**Leia-se**

- As Palestras serão realizadas conforme cronograma ANEXO 12 - As Palestras serão sempre em horário distinto podendo ocorrer em turno matutino, vespertino e noturno. - As Palestras ocorreram no âmbito do município de Pomerode sendo que o ponto mais distante esta a um Raio de 30 km da área Central da cidade. Este deve ser o embasamento para custo de Locomoção.

**META 6 - ATIVIDADES EM MÍDIA IMPRESSA E FALADA****Exclui-se**

Possuir caderno educativo que esteja relacionado e vincule as matérias que serão repassadas com os Temas do Projeto;

**INSERÇÃO DO ANEXO 12 QUE TRATA DO CRONOGRAMA DAS PALESTRAS****ANEXO 12—CRONOGRAMA DAS PALESTRAS**



**REQUISITOS:** 132 palestras, abordando os Temas relacionados ao Projeto (Reciclagem; Abastecimento de Água; Esgotamento Sanitário; Drenagem Pluvial e Limpeza Urbana) 60 (sessenta) palestras nas escolas multiplicadoras, abrangendo os 04 (quatro) Temas, totalizando 15 (quinze) palestras de cada Tema;

- 12 (doze) palestras aos agentes de saúde, abrangendo os 04 (quatro) Temas, totalizando 03 (três) palestras de cada Tema sendo realizada uma palestra por reunião mensal no período de 12 (doze) meses;

- 16 (dezesesseis) palestras aos professores multiplicadores do projeto, abrangendo os 04 (quatro) Temas, totalizando 04 (quatro) palestras de cada Tema;

- 44 (quarenta e quatro) palestras a serem realizadas na comunidade, abrangendo os 04 (quatro) Temas, totalizando 11 palestras de cada Tema;

*O cronograma pode sofrer alterações por fato fortuito porém será sempre acordado junto ao Palestrante sem que haja prejuízo ao mesmo.*

#### CRONOGRAMA REALIZAÇÃO DAS PALESTRAS

ANO	MÊS	ASSUNTO	DIAS	CARGA HORÁRIA	LOCAL DE REALIZAÇÃO
2014	Dezembro	Reciclagem	3,4	5 horas	Escolas multiplicadoras
			5	3 horas	Agentes de Saúde
			8	1 hora	Professores multiplicadores
			9,10,11	5 horas	Comunidade
2015	Janeiro	Abastecimento de Água	5,6	5 horas	Escolas multiplicadoras
			7	1 hora	Agentes de Saúde
			12,13,14	5 horas	Comunidade
	Fevereiro	Esgotamento Sanitário	2,3	5 horas	Escolas multiplicadoras
			4	1 hora	Agentes de Saúde
			5	4 horas	Professores multiplicadores
			10,11,12	5 horas	Comunidade
	Março	Drenagem Pluvial e Limpeza Urbana	3,4	5 horas	Escolas multiplicadoras
			5	1 hora	Agentes de Saúde
			11,12,13	5 horas	Comunidade
	Abril	Reciclagem	16,17	5 horas	Escolas multiplicadoras
			20	1 hora	Agentes de Saúde
			21	4 horas	Professores multiplicadores
			22,23,24	6 horas	Comunidade
	Maio	Abastecimento de Água	4,5	5 horas	Escolas multiplicadoras
			6	1 hora	Agentes de Saúde
			11,12,13	6 horas	Comunidade

	Junho	Esgotamento Sanitário	17,18	5 horas	Escolas multiplicadoras
			19	1 hora	Agentes de Saúde
			22	4 horas	Professores multiplicadores
			23,24,25	6 horas	Comunidade
	Julho	Drenagem Pluvial e Limpeza Urbana	1,2	5 horas	Escolas multiplicadoras
			3	1 hora	Agentes de Saúde
			6	4 horas	Professores multiplicadores
			7,8,9	6 horas	Comunidade
	Agosto	Reciclagem	17,18	5 horas	Escolas multiplicadoras
			19	1 hora	Agentes de Saúde
	Setembro	Abastecimento de Água	14,15	5 horas	Escolas multiplicadoras
			16	1 hora	Agentes de Saúde
	Outubro	Esgotamento Sanitário	26,27	5 horas	Escolas multiplicadoras
			28	1 hora	Agentes de Saúde
	Novembro	Drenagem Pluvial e Limpeza Urbana	19,20	5 horas	Escolas multiplicadoras
			23	1 hora	Agentes de Saúde
TOTAL				132 horas	

<b>RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:</b>	Início: às <b>09h00min.</b>	22/08/2014
	Término: às <b>13h:00min.</b>	18/09/2014

<b>ABERTURA DAS PROPOSTAS:</b>	Início: das <b>13h01min.</b>	18/09/2014
	Término: às <b>13h59min.</b>	18/09/2014

<b>INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS</b>	Início: <b>14h00min.</b>	18/09/2014
--	--------------------------	------------

MARCIO SCHEIDEMANTEL  
PRESIDENTE DO SAMAE

Pomerode 04 de setembro de 2014

## Ponte Serrada

### PREFEITURA

#### Extrato 0093/2014

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA- SC

Processo licitatório nº 0093/2014 Dispensa de Licitação nº 006/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E MONTAGEM DE UMA TENDA GALPÃO PARA TARDE CULTURAL DE SETE DE SETEMBRO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: WILLIAM FRANCISCO DONZELLI OZECOSKI

Endereço: Quilombo - Santa Catarina CEP: 89.850-000

CNPJ: 17.222.409/0001-55

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II, do artigo 24, da Lei n. 8666/93

Valor: R\$ 7.000,00 ( Sete mil reais) VIGÊNCIA: ATÉ 15 de Outubro de 2014

Ponte Serrada/SC, 04 de setembro de 2014.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

#### EXTRATO 0094/2014

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA- SC

Processo licitatório nº 0094/2014 Dispensa de Licitação nº 007/2014.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO E CUMEIRAS PARA REFORMA DO CENTRO COMUNITÁRIO DO BAIRRO BAIA ALTA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: COMERCIAL VEM QUE TEM LTDA EPP

Endereço: Ponte Serrada- Santa Catarina CEP: 89.683-000

CNPJ: 05.631.104/0001-18

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II, do artigo 24, da Lei n. 8666/93

Valor: R\$ 1.965,00 ( Um mil novecentos e sessenta e cinco reais) VIGÊNCIA: ATÉ 20 de Outubro de 2014

Ponte Serrada/SC, 04 de setembro de 2014.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

## Porto União

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 519/2014

DECRETO Nº 519, de 18 de agosto de 2014.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.155, de 08 de julho de 2013 (LDO) e 4.200, de 02 de dezembro de 2013 (LOA),

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais):

ÓRGÃO	1600 - FUNDO DE REEQUIP. DO		
ORGÃO	CORPO DE BOMBEIROS		
UNIDADE	1601 - FUNDO DE REEQUIP. DO		
	CORPO DE BOMBEIROS		
ATIVIDADE	2040 - Manutenção FUNREBOM		
MODALIDADE	4490 - 100 - Aplicações Diretas	2	20.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Anulação Parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO	1600 - FUNDO DE REEQUIP. DO		
ORGÃO	CORPO DE BOMBEIROS		
UNIDADE	1601 - FUNDO DE REEQUIP. DO		
	CORPO DE BOMBEIROS		
ATIVIDADE	2040 - Manutenção FUNREBOM		
MODALIDADE	3390 - 100 - Aplicações Diretas	1	20.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 18 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

#### Extrato de Contrato 019/2014 - Cultura

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 019/2014 - Cultura

Partes: Município de Porto União e a empresa LAURINDA NAZARÉ HEIDEN.

Objeto: Contratação de Serviço de Recarga de Cartuchos.

Valor total R\$ 4.375,00 (quatro mil trezentos e setenta e cinco reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do

contrato, podendo ser prorrogado por igual período se houver interesse das partes.

Base legal: Pregão Presencial 009/2014 - CULTURA, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 14 de agosto de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

LAURINDA NAZARÉ HEIDEN.

Contratada

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 009/2014 - CULTURA**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 011/2014 - CULTURA

Pregão Presencial 009/2014

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

LAURINDA NAZARÉ HEIDEN

Porto União SC, 14 de agosto de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE CONTRATO 025/2014 - FUNREBOM**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 025/2014 - FUNREBOM

Partes: Município de Porto União e empresa SERMEDICAL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - EPP.

Objeto: Aquisição de 01 (um) equipamento de ventilação portátil a combustão (turbo ventilador), indicado no auxílio de ventilação em incêndios confinados.

Valor total R\$ 17.900 (dezesete mil e novecentos reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 003/2014-FUNREBOM, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 20 de agosto de 2014.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

SERMEDICAL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - EPP

Contratada

### **JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2014 - FUNREBOM**

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 006/2014 - FUNREBOM

Inexigibilidade de Licitação n.º 001/2014 - FUNREBOM

Caracterização da Situação: O FUNREBOM necessita adquirir 01 (um) pedal de corte hidráulico, com abertura de 50mm e com força de corte de 14 toneladas (137KN), dotada de um par de mangueiras de 30cm engate único e peso de 4,3Kg complemento da ferramenta hidráulica marca WEBER HYDRAULIK, para uso no desencarceramento de vítimas de acidentes presas em ferragens.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a aquisição de 01 (um) pedal de corte hidráulico, com abertura de 50mm

e com força de corte 14 toneladas (137KN), dotada de um par de mangueiras de 30cm engate único e peso de 4,3Kg complemento da ferramenta hidráulica marca WEBER HYDRAULIK, para uso no desencarceramento de vítimas de acidentes presas em ferragens.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa S.O.S Sul Resgate - Comércio e Serviços de Segurança e Sinalização Ltda - EPP, inscrita no CNPJ 03.928.511/0001-66, uma vez que a mesma é representante EXCLUSIVA no Brasil para revenda do equipamento necessário ao FUNREBOM.

Do Preço: O valor estimado a ser pago será de R\$ 10.056,22 (dez mil cinquenta e seis reais e vinte e dois centavos).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 1600 - FUNREBOM

Unidade 1601 - FUNREBOM

Atividade 2040 - Manutenção FUNREBOM

Modalidade 4490-100 - Aplicações diretas

Cód. 2

Complemento 44905299 - Outros equipamentos e material permanente

Do prazo de entrega: O prazo máximo para entrega do objeto será de 61 (sessenta e um) dias.

Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25 e inciso I, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 20 de agosto de 2014.

PAULO RUBENS BUCH

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 376/2014

### **TERMO DE REVOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 018/2014**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 078/2014

Dispensa de Licitação 018/2014

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8666/1993.

Porto União SC, 29 de agosto de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 4.271/2014**

LEI Nº 4.271, de 03 de setembro de 2014.

Altera Artigo 9º da Lei Municipal nº 3.164, de 03 de maio de 2006, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Artigo 9º, da Lei Municipal nº 3.164, de 03 de maio de 2006, que passa a conter a seguinte redação:

"Art. 9º O Conselho Municipal do Idoso será integrado por 06 (seis) membros titulares e seus respectivos suplentes, representando o

Governo Municipal, e 06 (seis) membros titulares e seus respectivos suplentes, representando a sociedade civil organizada, sendo:

I- Governamentais:

- a) (01) um representante da Secretaria Municipal de Administração e Esporte;
- b) (01) um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- c) (01) um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- d) (01) um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- e) (01) um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente;
- f) (01) um representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.”

II- Sociedade Civil Organizada:

- a) (01) um representante da Associação Local de Ação Comunitária - ALAC ;
- b) (05) cinco representantes da sociedade civil, que integrem grupos organizados de terceira idade.”

Art. 2º Os demais dispositivos da Lei Municipal nº 3.164, de 03 de maio de 2006, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 03 de setembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **Lei Nº 4.272/2014**

LEI Nº 4.272, de 03 de setembro de 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Cessão de Uso com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto União, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto União, sediado no Município de Porto União - SC, 01 (um) veículo marca GM/Prisma, modelo Maxx, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação 2009, modelo 2010, cor branca, Chassi nº 9BGRM6940AG240598, Placa MHM 3449, Código Renavam 191741531, com todos os equipamentos obrigatórios.

Parágrafo único. O veículo objeto do Termo de Cessão de Uso destina-se exclusivamente à utilização do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto União.

Art. 2º O período de vigência de que trata o Termo de Cessão de Uso será até dia 31 de dezembro de 2016, contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 3º As ações decorrentes da execução do objeto da presente Lei não resultarão em ônus para o Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 03 de setembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002/2014**

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002/2014

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Porto União (SC) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto União.

Aos três dias do mês de setembro de 2014, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, doravante denominado CEDENTE, situado na Rua Padre Anchieta - Nº 126, inscrito no CNPJ nº 83.102.541/0001-58, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Anizio de Souza, portador da Carteira de Identidade nº 325.323-SC e CPF nº 180.245.569-87 e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto União, doravante denominado CESSIONÁRIO, situado à Rua Sete de Setembro, Nº 870 - Centro - Porto União - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.751.611/0001-36, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. Mário Raimundo Orth, portador da Carteira de Identidade nº 329.786-1 SSP/SC e do CPF nº 249.438.279/34, amparados na Lei Municipal nº 4.272, de 03 de setembro de 2014, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O CEDENTE cederá ao CESSIONÁRIO, para utilização exclusiva do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto União, sediado no Município de Porto União, o seguinte bem móvel:

I- 01 (um) veículo GM/Prisma usado, Modelo Maxx, Álcool/Gasolina, ano de Fabricação 2009, Modelo 2010, Categoria Oficial, Cor branca, Placa MHM 3449, Chassi 9BGRM6940AG240598, Renavam 191741531.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO**

O bem destina-se à finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na área de abrangência do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto União, conforme seu estatuto, ficando o Cessionário responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço e pelo bom uso desse equipamento.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES**

O CESSIONÁRIO, PELO USO DO VEÍCULO, OBRIGAR-SE-Á:

- a) usar o veículo ora entregue adequadamente, sempre conduzido por pessoa habilitada, observando, com rigor, sua finalidade, capacidade, bem como conservá-lo como se seu fosse, devendo mantê-lo em perfeito estado de conservação e funcionamento, usando, inclusive, adesivo de identificação no veículo;
- b) mandar fazer, às suas expensas exclusivas, nas épocas certas e por pessoas especializadas, a manutenção que se fizer necessária e, também, a responder pelas despesas com combustível, pagamento de taxas, multas, licenciamento e seguro total;
- c) responsabilizar-se, em caso de dano ao bem, por sua integral reparação, ou, em caso de destruição total, pelo pagamento do preço atualizado, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;



- d) na eventualidade de furto do veículo, efetuar a substituição por outro com as mesmas características e em iguais condições de conservação e funcionamento;
- e) responder civilmente pelos danos que, em função do bem, causar a terceiros durante a vigência deste Termo;
- f) não transferir ou ceder o bem a terceiros.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA CARACTERIZAÇÃO DOS VEÍCULOS

Enquanto durar a presente Cessão de Uso, o bem, objeto deste instrumento, passará a integrar a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicas, ao serviço a que se destina.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DEPRECIAÇÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado na condução das atividades do Sindicato, na sua área de abrangência, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado em que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO

Este Termo de Cessão de Uso reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, e na Lei Municipal nº 4.272, de 03 de setembro de 2014.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará até o dia 31 de dezembro de 2016, a contar da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acorantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Porto União (SC), renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 04 (quatro) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Porto União (SC), 03 de setembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA Prefeito Municipal	MÁRIO RAIMUNDO ORTH Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto União

Testemunhas:

1.Nome: Paulo Rubens Buch  
CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Ricardo Dragoni  
CPF nº 420.445.539-53

#### TERMO DE REVOGAÇÃO DE LEILÃO 002/2014

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 076/2014

Leilão 002/2014

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8666/1993.

Porto União SC, 04 de setembro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### Resumos dos Contratos do Mês 08/2014

#### RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 150/2014

##### CONVITE Nº 102/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Orbis Engenharia Eireli ME

Objeto: execução de levantamento topográfico planialtimétrico cadastral e cadastro social dos imóveis em diversas ruas localizadas no perímetro urbano do município de Rio do Sul

Valor: R\$ 137.696,67 (cento e trinta e sete mil e seiscentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos).

Prazo de Execução: 10 (dez) dias corridos contados da data da emissão da ORDEM DE SERVIÇO.

Condições de Pagamento: dia 20 (vinte) do mês subsequente e em documento próprio da arrecadação municipal

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 04 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

#### RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 151/2014

##### Pregão Presencial nr. 108/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Walter Reichert & Cia. Ltda - ME

Objeto: frete de material britado (rejeito de granito) do município de Lontras (Bota fora Atafona) até o pátio da secretaria de obras da prefeitura municipal de Rio do Sul.

Valor: R\$ 413.000,00 (quatrocentos e treze mil reais);

Prazo de Execução: 12 (doze) dias corridos contados da data da emissão da ORDEM DE SERVIÇO.

Condições de Pagamento: dia 30 (trinta) do mês subsequente e em documento próprio da arrecadação municipal

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 04 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

#### RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 152/2014

##### CONVITE Nº 114/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Nativa Assessoria e Projetos Ambientais Ltda - ME

Objeto: prestação de serviços de engenharia ou arquitetura referente a elaboração de projetos para reforma e ampliação de edificações públicas do município de Rio do Sul

Valor: R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais).

Prazo de Execução: 12 (doze) dias corridos contados da data da emissão da ORDEM DE SERVIÇO.

Condições de Pagamento: dia 15 (quinze) do mês subsequente e em documento próprio da arrecadação municipal

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 04 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

#### RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 153/2014

##### Pregão Presencial n.º 111/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: ÔNIBUS CIRCULAR LTDA

Objeto: Serviços Transporte Escolar dos alunos da Rede Pública de Ensino de Rio do Sul

Valor: R\$ 4,25 (quatro reais e vinte e cinco centavos), km rodado.

Prazo de Execução: 12 (doze) dias corridos contados da data da emissão da ORDEM DE SERVIÇO.

Condições de Pagamento: até 30 (trinta) do dias após emissão nota fiscal.

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 07 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

#### RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 156/2014

##### Pregão Presencial n.º 117/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Mineração Rio do Ouro Ltda

Objeto: 500 hs em locação de 01 (um) britador móvel, com peso operacional mínimo de 42,5 ton. Com capacidade mínima de produção de 70 m³ por hora, para cominuição por processo de britagem de rocha, que resulte em produto final com granulometria máxima de 2". Fornecimento de equipamentos para alimentação do britador que deverá consistir em: 01 (uma) escavadeira hidráulica com peso operacional de 25 ton e 01 (uma) pá carregadeira com peso operacional de 15 ton. que deverão fazer parte da locação do britador, bem como, serviços de rompedor hidráulico para a fragmentação de pedras superior a capacidade do britador (matacos), que não poderão ser descartadas do processo de britagem. Valor: R\$ 547.500,00 (quinhentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais);

Prazo de Execução: 12 (doze) dias corridos contados da data da emissão da ORDEM DE SERVIÇO.

Condições de Pagamento: até 30 (trinta) do dias após emissão nota fiscal.

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 11 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

#### RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS Nº 157/2014

##### Pregão Presencial n.º 118/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI

Objeto: prestação de serviços contínuos de impressão com o fornecimento de copiadoras (outsourcing de impressão), que deverão ser novas e de primeiro uso, em linha de fabricação, para reprodução de cópias e impressões monocromáticas e coloridas, com fornecimento de todos os insumos necessários à execução dos serviços (incluindo o papel), além de assistência técnica especializada e reposição de peças originais, para atender demanda da

Prefeitura Municipal de Rio do Sul e suas Secretarias.  
Valor: R\$

222.000	PRETO E BRANCO	R\$ 0,10	R\$ 22.200,00
26.000	COLORIDA	R\$ 0,49	R\$ 12.740,00
TOTAL MÊS			R\$ 34.940,00

Prazo de Execução: 24 (vinte e quatro) dias corridos contados da data da emissão da ORDEM DE SERVIÇO.

Condições de Pagamento: até 30 (trinta) do dia após emissão nota fiscal.

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 13 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

#### RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 165/2014

Pregão Presencia nº 112/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: PDCA Engenharia de Segurança Ltda

Objeto: serviços para elaboração de laudos técnicos Itcat e ppra, treinamento para uso de epi's e levantamento de necessidades de epi's e epc's., conforme as especificações constantes do Edital e do Termo de Referência descritos no Anexo 05.

Valor: R\$ 49.780,00 (quarenta e nove mil e setecentos e oitenta reais).

Prazo de Execução: 12 (doze) dias corridos contados da data da emissão da ORDEM DE SERVIÇO.

Condições de Pagamento: até 30 (trinta) do dia após emissão nota fiscal.

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 28 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

#### RESUMO DO CONTRATO 164/2014

##### RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 164/2014

Concorrência Pública nº 105/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: LZK Construtora Ltda

Objeto: execução de obras para drenagem pluvial, pavimentação em asfalto, sinalização viária e pavimentação dos passeios em paver da Rua Mafalda Lingner Porto, Bairro Progresso em Rio do Sul

Valor: R\$ 453.372,06 (quatrocentos e cinquenta e três mil e trezentos e setenta e dois reais e seis centavos).

Prazo de Execução: 150 (cento e cinquenta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: dia 30 (trinta) do mês subsequente e em documento próprio da arrecadação municipal

Recurso: Próprios/Estado

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 28 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

#### RESUMOS DOS CONTRATOS 058 - 162 E 166/2014

##### RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 158/2014

Concorrência Pública nº 101/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Engedal Construtora de Obras Ltda

Objeto: execução de muro de arrimo e ponte mista em concreto armado e vigas metálicas ligando os Bairros Rainha e Bela Aliança em Rio do Sul, com uma extensão de 102 metros

Valor: R\$ 1.576.350,00 (um milhão e quinhentos e setenta e seis mil e trezentos cinquenta reais).

Prazo de Execução: 180 (cento e oitenta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: dia 30 (trinta) do mês subsequente e em documento próprio da arrecadação municipal

Recurso: Próprios/União

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 19 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

##### RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 162/2014

Concorrência Pública nº 104/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Equal Construtora e Incorporadora Ltda

Objeto: execução de ponte em concreto armado, com extensão de 9,00 metros, sobre o ribeirão Valada Itoupava na Rua Aleandro Stedile em Rio do Sul

Valor: R\$ 96.309,05 (noventa e seis mil e trezentos e nove reais e cinco centavos).

Prazo de Execução: 90 (noventa) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: dia 30 (trinta) do mês subsequente e em documento próprio da arrecadação municipal

Recurso: Próprios/União

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 22 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

##### RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 166/2014

Pregão Presencial nº 122/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: ALTO VALE LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP

Objeto: Locação de 629 (seiscentos vinte nove horas) horas de 02 (dois) caminhões toco totalizando 1.228 (mil duzentos vinte oito) horas, tipo Limpa fossa com hidrojato, capacidade mínima de 8.000 (oito mil) litros, com condutor, bomba à vácuo de sucção acoplada para carga e ejeção para descarga de resíduo sólido a serem realizados no perímetro urbano do Município de Rio do Sul, com início dos serviços a partir da ordem de serviço, conforme Termo de Referência descritos no Anexo 05.

Valor: R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) hora, totalizando em R\$ 226.440,00 (duzentos e vinte e seis mil e quatrocentos e quarenta reais).

Prazo de Execução: executados conforme Termo de Referência anexo ao Edital.

Condições de Pagamento: dia 10 (dez) do mês subsequente e em documento próprio da arrecadação municipal

Recurso: Próprios/União

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 29 de agosto de 2014.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

#### RESUMOS DOS ADITIVOS DO MÊS 08/2014

1º TERMO ADITIVO Nº 082/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 116/2013, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA ERMEMBERGO PELLIZZETTI, CENTRO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA.

Aos seis (06) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Construtora Gutjahr Ltda., estabelecida na Travessa CSU, 28, Bairro Boa Vista, no município de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.608.392/0001-15, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Sócio, Sr. Sérgio Luiz Gutjahr, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Tomada de Preços nº 067/2013, o Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 116, datado de 24 de junho de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA SUPRESSÃO

Fica suprimido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 1.159,16 (um mil e cento e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos), tendo o valor atualizado de R\$ 96.081,87 (noventa e seis mil e oitenta e um reais e oitenta e sete centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul  
Contratante

CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA.  
Sr. Sérgio Luiz Gutjahr  
Contratada

#### Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

1º TERMO ADITIVO Nº 083/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 047/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA DO C.E.I. PREFEITO LUIZ ADELAR SOLDATELLI, BARRAGEM EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA - ME.

Aos doze (12) dias do mês de maio (08) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA - ME., estabelecida na Rua Alcebíades Vidal de Souza, 986, Serraria, no município de São José/SC, CEP 88.115-630 inscrita no CNPJ sob o nº 05.725.151/0001-20, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Sócio, Sr. Kean Renan Possamai, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Tomada de Preços nº 048/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 047, datado de 06 de maio de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 70 (setenta) dias, com o seu término em 26 de outubro de 2014.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul  
Contratante

CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA - ME  
Sr. Kean Renan Possamai  
Contratada



Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

1º TERMO ADITIVO Nº 084/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 045/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO C.E.I. PREFEITO LUIZ ADELAR SOLDATELLI, BARRAGEM EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

Aos doze (12) dias do mês de maio (08) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., estabelecida na Av. Evaldo Prim, 645, Distrito Industrial, Serraria, no município de Ituporanga/SC, CEP 88.400-000 inscrita no CNPJ sob o nº 13.624.323/0001-06, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Sócio Gerente, Sr. Heinz Kurtz, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Tomada de Preços nº 039/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 045, datado de 28 de abril de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 30 (trinta) dias, com o seu término em 26 de novembro de 2014.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul  
Contratante

KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

Sr. Heinz Kurtz

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO 085/2014 DO CONTRATO Nº157/2014 - QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede governamental na localizada na Praça 25 de Julho, 01, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob nº83.102.574/0001-06, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº00.748.569/0001-30, com sede na rua Ataulfo Alves, 186, Bairro Roçado, São José, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu representante legal Sr. Robson Cardoso, brasileiro, empresário, casado sob regime parcial de comunhão de bens, portador da Cédula de Identidade nº2.410.309 expedida pela SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob o nº710.996.389-68, domiciliado em São José, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, pactuam e contratam as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO ADITIVO

1.1 O objeto do presente aditivo contempla as alterações da CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS - o qual terá vigência da data de sua assinatura até o dia 15 de dezembro de 2014 da seguinte forma:

3.1 - A remuneração será através de medição mensal do uso dos seguintes itens:

FRANQUIA DE PÁGINAS MÊS	TIPO DE IMPRESSÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL PROPOSTO R\$
150.000	PRETO E BRANCO	R\$0,10	R\$15.000,00
10.000	COLORIDA	R\$0,49	R\$4.900,00
TOTAL MÊS			R\$19.900,00

1.2 Decorrido o prazo do presente aditivo a cláusula terceira retornará a vigor conforme disposto no contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORO

2.1. Fica eleito o foro da comarca de Rio do Sul, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja e tendo justo e pactuado as cláusulas aqui retificadas, estando ratificadas todas as demais cláusulas, onde as partes assinam este primeiro termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas. Rio do Sul/SC, 15 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul  
Contratante



**ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.**

Sr. Robson Cardoso

Contratada

## Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

1º TERMO ADITIVO Nº 086/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 115/2013, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA FELIX SIEWERT, BUDAG EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA.

Aos dezoito (18) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Construtora Gutjahr Ltda., estabelecida na Travessa CSU, 28, Bairro Boa Vista, no município de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.608.392/0001-15, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Sócio, Sr. Sérgio Luiz Gutjahr, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Tomada de Preços nº 067/2013, o Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 115, datado de 24 de junho de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO**

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO ACRÉSCIMO**

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 13.639,30 (treze mil e seiscentos e trinta e nove reais e trinta centavos), tendo o valor atualizado de R\$ 109.817,67 (cento e nove mil e oitocentos e dezessete reais e sessenta e sete centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA.

Sr. Sérgio Luiz Gutjahr

Contratada

## Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3º TERMO ADITIVO Nº 087/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 139/2013, REFERENTE CONCLUSÃO EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA GUIDO VOTA, FUNDO CANOAS EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.

Aos seis (06) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA LTDA., estabelecida na rua SL 021, 500, bairro Santa Luzia, no município de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.115.053/0001-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Avelino Alvares, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Concorrência nº 039/2012, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 139, datado de 16 de setembro de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO**

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS**

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 02 de fevereiro de 2015.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL**

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

**CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

AVELINO ALVARES

Terraplenagem Azza Ltda.

Contratada

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**RESUMOS DAS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS  
MÊS 08/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 154/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2014

INTERESSADO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Aos vinte e nove (29) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e catorze (2014), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Bellenzier Pneus Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 4.229/2014 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de pneus com certificação do INMETRO para reposição nos veículos da Secretaria de Educação, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 349569 - BELLENZIER PNEUS LTDA						
Item	Descrição	Un.	Marca	Qtde.	R\$ Un.	R\$ Total
5	Pneus novos 275/80R22,5 liso, 16 lonas, profundidade mínima de sulco 14 mm.	U	GOODYEAR	10	R\$1.050,00	R\$10.500,00
2	Pneus novos 750x16 12 lonas radial liso.	U	GOODYEAR	02	R\$455,00	R\$910,00
Total do Fornecedor:						R\$11.410,00
Total Geral dos Itens:						R\$11.410,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 11 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO      HERLON RICARDO SATO  
Prefeito de Rio do Sul      Procurador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 155/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2014

INTERESSADO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Aos vinte e nove (29) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e catorze (2014), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Cantu Comércio de Pneumáticos Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 4.229/2014 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de pneus com certificação do INMETRO para reposição nos veículos da Secretaria de Educação, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 31532233 - CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA						
Item	Descrição	Un.	Marca	Qtde.	R\$ Un.	R\$ Total
4	Pneus 165/70 R13.	U		04	R\$120,00	R\$480,00
3	Pneus novos 185 R14 8 lonas radial.	U		04	R\$210,00	R\$840,00
1	Pneus novos 900x20 convencional, liso.	U		02	R\$670,00	R\$1.340,00
Total do Fornecedor:						R\$2.660,00
Total Geral dos Itens:						R\$2.660,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 11 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO      DOUGLAS CANSAN  
Prefeito de Rio do Sul      Procurador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 160/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2014

INTERESSADO: SECRETARIA DE OBRAS

Aos trinta (30) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e catorze (2014), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Panificadora Coelho Neto Ltda. EPP., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 4.259/2014 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para compor o lanche matinal dos funcionários da Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 72990 - PANIFICADORA COELHO NETO LTDA						
Item	Descrição	Un.	Marca	Qtde.	R\$ Un.	R\$ Total
5	Pao frances, 50 gr.	Kg	COELHO NETO	3.150	R\$7,75	R\$24.412,50
2	Apresentado fatiado.	Kg	lactofrios	1.665	R\$13,00	R\$21.645,00
1	Queijo prato fatiado.	Kg	lactofrios	1.600	R\$18,00	R\$28.800,00
3	Leite Pasteurizado tipo C.	Lto.	TIROL	6.230	R\$2,30	R\$14.329,00
Total do Fornecedor:						R\$89.186,50
Total Geral dos Itens:						R\$89.186,50

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO      MARLI SCHULLE  
Prefeito de Rio do Sul      Sócia Administradora

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 161/2014  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2014  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2014  
INTERESSADO: SECRETARIA DE OBRAS

Aos trinta (30) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e catorze (2014), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Comercial Agrícola Alto Vale Ltda. ME., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 4.259/2014 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para compor o lanche matinal dos funcionários da Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 443590 - COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME						
Item	Descrição	Un.	Marca	Qtde.	R\$ Un.	R\$ Total
4	Banana.	Kg	WINTER	6.720	R\$1,69	R\$11.356,80
Total do Fornecedor:						R\$11.356,80
Total Geral dos Itens:						R\$11.356,80

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.  
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2014.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
CARLOS SIMÃO  
Prefeito de Rio do Sul  
Procurador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 163/2014  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 163/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 099/2014  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 099/2014  
INTERESSADO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos oito (08) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e catorze (2014), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Panificadora Coelho Neto Ltda. EPP, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 4.263/2014 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de lanches para compor os coffee breaks durante os serviços prestados pela Secretaria de Assistência Social, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 72990 - PANIFICADORA COELHO NETO LTDA						
Item	Descrição	Un.	Marca	Qtde.	R\$ Un.	R\$ Total
29	Chocolate quente	Lts.		500	R\$5,00	R\$2.500,00
4	Suco concentrado 1000 ml	Lts.		1.000	R\$5,00	R\$5.000,00
3	Suco natural	Lts.		1.000	R\$8,00	R\$8.000,00
2	Café com leite	Lts.		700	R\$4,25	R\$2.975,00
1	Café preto.	Lts.		500	R\$3,49	R\$1.745,00
31	Torta de queijo	Kg		300	R\$10,00	R\$3.000,00
30	Salada de frutas com maçã, banana, mamão e laranja.	Kg		300	R\$8,00	R\$2.400,00
7	Nega Maluca.	Kg		600	R\$10,00	R\$6.000,00
6	Bolo de cenoura.	Kg		700	R\$10,00	R\$7.000,00
26	Mini pastel assado	U		4.000	R\$0,60	R\$2.400,00

25	Mini pao de batata, com recheio de frango com catupiry	U		3.500	R\$0,60	R\$2.100,00
24	Mini folhados	U		4.000	R\$0,60	R\$2.400,00
23	Mini kibe	U		4.000	R\$0,50	R\$2.000,00
22	Mini salgadinho de salsicha	U		4.000	R\$0,50	R\$2.000,00
21	Salgadinho do tipo bola de queijo.	U		4.000	R\$0,50	R\$2.000,00
20	Mini pastel	U		3.500	R\$0,50	R\$1.750,00
19	Mini coxinha	U		5.000	R\$0,50	R\$2.500,00
18	Mini risoles	U		4.500	R\$0,50	R\$2.250,00
17	MINI PÃO DE QUEIJO, PESO APROXIMADO: 15 GR	U		4.500	R\$0,45	R\$2.025,00
16	Mini hot dog	U		5.000	R\$1,10	R\$5.500,00
15	Mini Pizza.	U		5.000	R\$0,50	R\$2.500,00
14	Canapés	U		3.000	R\$0,50	R\$1.500,00
13	MINI SANDUÍCHE CONTENDO: MINI PÃO FRANCÊS, QUEIJO, PRESUNTO, TOMATE E ALFACE, PESO APROXIMADO: 90 GR	U		5.000	R\$1,20	R\$6.000,00
12	Sanduche Natural com pao de sanduiche cortado ao meio, com tomate, alface, frango desfiado e maionese	U		4.000	R\$1,20	R\$4.800,00
11	Sanduíche natural com uma fatia de pão integral cortada ao meio, com tomate, alface, frango desfiado e maionese	U		4.000	R\$1,20	R\$4.800,00
10	Brigadeiro	U		10.000	R\$0,40	R\$4.000,00
9	Docinhos (casadinho, beijinho)	U		10.000	R\$0,35	R\$3.500,00
5	Refrigerante 2 litros.	U		1.000	R\$5,00	R\$5.000,00
8	Cuca.	Kg.		650	R\$9,50	R\$6.175,00
28	Guardanapos de papel branco, medindo aproximadamente 20 X 22,5 cm, em pacote com 50 unidades	Pct.		800	R\$0,85	R\$680,00
27	Copo descartavel para água 180 ml. - c/ 100 und.	Tra.		1.000	R\$3,00	R\$3.000,00
Total do Fornecedor:						R\$107.500,00
Total Geral dos Itens:						R\$107.500,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.  
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2014.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
MARLI SCHULLE  
Prefeito de Rio do Sul  
Sócia Administradora

**PORTARIA Nº 1000**

PORTARIA Nº 1000/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar Nº 207/2010 e requerimento realizado via Protocolo nº 149316/2014, Licença Especial à Gestante, no período de 26/08/2014 a 24/10/2014, a servidora municipal MARA RUBIA ERNST, matrícula nº 2209807, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de setembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL****Editais de Pregão Eletrônico Nº 41/2014 FMS**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2014 FMS

O PREFEITO do MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço por item, visando a aquisição de material odontológico para suprir a necessidades anualmente da Secretaria de Saúde de Rio do Sul

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 3.246/13 e, os artigos 42, 43, 44, 45, e 46 da LC-123/2006 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até o dia 18/09/2014 às 09:30 horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 18/09/2014 às 10:00 horas.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 18/09/2014 às 11:00 horas.

CONTATO: Luis Henrique

e-mail: luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br

LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) "Acesso Identificado no link - licitações"

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

OBJETO - Aquisição de material odontológico para suprir a necessidades anualmente da Secretaria de Saúde de Rio do Sul.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, esclarecimentos e maiores informações, poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, Departamento de Licitações.

Rio do Sul (SC), 05 de setembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

**Santa Cecília****PREFEITURA****Extrato Pregão Presencial Registro de Preços 046/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial Registro de Preços, no dia 18 de Setembro de 2014 às 13h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para a aquisição de materiais de construção para reforma e ou ampliação de 29 unidades habitacionais de munícipes beneficiados pelo programa COHAB CIDADÃ, convênio 2014TR002089. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. OBS: A cópia do Edital deverá ser retirada pessoalmente, pelo interessado junto a prefeitura municipal.

Santa Cecília, 04 de Setembro de 2014.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

Prefeito Municipal

## Santa Rosa do Sul

### PREFEITURA

#### Dispensa de Licitação 81/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 81/2014 - DL

Do Objeto: Aquisição de uma área de terra rural com 119.248,00m²(cento e dezenove mil, duzentos e quarenta e oito metros quadrados)conforme matrículas nº 1.588, 1.602 e 1.620, do ofício de Santa Rosa do Sul/SC, Bairro Vila Freitas, neste município.

PROPRIETÁRIO: VANTOIR DA ROSA CARDOZO  
R\$ 350.000,00(Trezentos e cinquenta mil reais).

Da Justificativa do Preço: Os preços estão de conformidade com os valores de mercado conforme confirma o laudo de avaliação expedido pelo corretor de imóveis Francisco dos Santos Farias, inscrito no CRECI: 010968, Luiz Santos Gonzaga, Engº Civil, CREA nº 26.277-0 e Leonardo R. da Silva, Advogado-OAB/SC 26.210-B. Do Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso X, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

Assinatura: 01/09/2014  
Joelson Farias Pereira  
Diretor de Compras e Licitações

Nelson Cardoso de Oliveira  
Prefeito Municipal.

## Santiago do Sul

### PREFEITURA

#### Edital 20/2014

04/09/2014 13 PR 17 2014 2014

0 Aquisição de fraldas geriátricas para distribuição gratuita a pacientes de programas desenvolvidos pela Unidade Básica de Saúde conforme autorizado pela Lei Municipal Nº. 518/2010. 4  
17/09/2014 13:30:00 20 2014 G 185/2014 G 31/07/2014



# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### Decreto Nº 0670/2014

DECRETO Nº 0670, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,  
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;  
Considerando, o art. 1º, da Lei Municipal 3285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 52.134,00 (cinquenta e dois mil cento e trinta e quatro reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos  
Atividade: 2.029 - Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos  
3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo  
R\$ 4.634,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA  
Unidade: 01 - Agricultura  
Atividade: 2.017 - Gestão do Departamento de Agricultura  
3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serviços de Terceiros - PJ R\$ 8.500,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA  
Unidade: 03 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrário e Abastecimento  
Atividade: 4.017 - Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrário  
3.3.90.14.00.00.00 100 - Diárias - Civil R\$ 1.500,00  
3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo  
R\$ 11.500,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA  
Unidade: 01 - Agricultura  
Atividade: 2.018 - Departamento de Pecuária  
3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serviços de Terceiros - PJ R\$ 5.000,00

Órgão: 23 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
Unidade: 03 - Sistema de Esgoto Sanitário  
Atividade: 2.065 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário  
3.3.90.39.00.00.00 200 - Outros Serviços de Terceiros - PJ R\$ 15.000,00

Órgão: 23 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
Unidade: 04 - Saneamento Geral  
Atividade: 2.066 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia  
3.1.90.13.00.00.00 200 - Obrigações Patronais R\$ 6.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão

utilizados recursos provenientes das anulações parciais das dotações orçamentárias descritas abaixo:

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos  
Atividade: 2.029 - Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos  
3.3.90.36.00.00.00 100 - Outros Serviços de Terceiros - PF R\$ 2.000,00  
4.4.90.51.00.00.00 100 - Obra e Instalações R\$ 450,00  
4.4.90.52.00.00.00 100 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.184,00

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA  
Unidade: 01 - Agricultura  
Atividade: 2.017 - Gestão do Departamento de Agricultura  
3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 3.500,00  
4.4.90.52.00.00.00 100 - Equipamento e Material Permanente R\$ 5.000,00

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA  
Unidade: 01 - Agricultura  
Atividade: 2.018 - Departamento de Pecuária  
3.3.90.32.00.00.00 100 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 2.000,00  
4.4.90.52.00.00.00 100 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.000,00

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA  
Unidade: 03 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrário e Abastecimento  
Atividade: 4.017 - Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrário  
3.3.90.32.00.00.00 100 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 9.000,00  
4.4.90.52.00.00.00 100 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 4.000,00

Órgão: 23 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
Unidade: 03 - Sistema de Esgoto Sanitário  
Atividade: 2.065 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário  
3.3.90.37.00.00.00 200 - Locação de Mão de Obra R\$ 15.000,00

Órgão: 23 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
Unidade: 04 - Saneamento Geral  
Atividade: 2.066 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia  
3.1.90.08.00.00.00 200 - Outros Benefícios Assistenciais R\$ 1.000,00  
4.4.90.52.00.00.00 200 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de setembro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 250/2014**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 250/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA BANDA TREML PARA APRESENTAÇÃO NA RETRETA DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO, A SER REALIZADA NO DIA 23 DE SETEMBRO/2014, NO HORÁRIO DAS 19:30 HORAS ÀS 21:00 HORAS, NA PRAÇA GETÚLIO VARGAS.

CONTRATADO : BANDA TREML

VALOR: R\$ 1.500,00

SÃO BENTO DO SUL, 04 de setembro de 2014.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS - DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

JOCELITO PIERIN - SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

**JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 250/2014****JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: A Inexigibilidade de Licitação para os referidos serviços se funda no caput do artigo 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela inviabilidade de competição existente na contratação.

II - Contratado: BANDA TREML

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: Em razão das festividades de comemoração do Aniversário do Município, justificamos a solicitação de contratação da Banda Treml.

VI - Razão da Escolha do Fornecedor: Fundada em 1913 no município de São Bento do Sul, a Banda Treml é uma das bandas mais antigas do Brasil. Sendo que completou o seu centenário em 2.013. A Banda Treml mantém, desde a sua fundação, a cultura e a tradição germânica por meio da música, e renova-se com a combinação de talentos de todas as idades com o passar dos anos. Além de músicas germânicas, características da banda, compõem o seu repertório músicas de diversas nacionalidades e ritmos. Apresenta-se em eventos diversos no município, arredores e outros estados brasileiros, além de já ter realizado apresentações no exterior. Visto que mantém em São Bento do Sul as tradições culturais e musicais, e que além de ser a banda mais tradicional do município, é a primeira que se apresentou nas Retretas de Verão, torna-se inviável a competição.

V - Justificativa do Preço: O valor é de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), valor este compatível com os preços praticados no mercado, sendo apenas reajustado anualmente.

Jocelito Pierin

Secretario de Desenvolvimento Econômico e Turismo Gabinete RH.

Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

**São Domingos****PREFEITURA****Dec 1700 de 04 09 14 Nomeia Andreia Fatima de Deus No Cargo Assessor de Secretaria**

DECRETO Nº 1700, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/12 atualizada, pela Lei Complementar 042 de 04/04/12 atualizada;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Andréia Fátima de Deus, para exercer o cargo de Assessor de Secretaria, deste Município de São Domingos (SC), enquadrada no Anexo III, - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.08, Nível CC-07, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12 atualizada, ficando lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 04 de setembro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda

# São José

## PREFEITURA

### Edital de Citação

#### EDITAL DE CITAÇÃO

Ante a frustração de tentativa de citação pessoal, encontrando-se o servidor indiciada em local incerto e não sabido, o Presidente da Comissão designada para apurar o Processo Administrativo Disciplinar nº 007/2014, instaurado pela Secretaria de Educação do Município de São José/SC, conforme memorando nº 384/2014/SME, CONVOCA E CITA, nos termos do artigo 191 da Lei Municipal nº 2248/1991, a servidora LIGIA PEREIRA, para comparecer perante esta Comissão, instalada em sala da Procuradoria- Geral do Município de São Jose, situada na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 - Beira Mar São José, Bairro Praia Comprida, na cidade de São José, até o dia 14 de setembro, no horário das 13:00h as 18:00h, a fim de pessoalmente , tomar conhecimento do referido processo administrativo disciplinar, acompanhar a sua tramitação e apresentar defesa para os fatos a ele atribuídos que caracterizam a infração disciplinar (fazer pronta comunicação do motivo de seu não comparecimento ao serviço) prevista no artigo 146, inciso X da Lei Municipal 2248/1991, sob pena de REVELIA.

São José, 02 de junho de 2014.  
William Ramos Moreira  
Comissão de Processos Disciplinares  
Presidente

### EDITAL DE CITAÇÃO

#### EDITAL DE CITAÇÃO

Ante a frustração de tentativa de citação pessoal, encontrando-se o servidor indiciada em local incerto e não sabido, o Presidente da Comissão designado para apurar a Instrução Preliminar nº 038/2013, instaurado pela Secretaria Municipal de Educação, conforme memorando nº 1654/2013/SME, INTIMA, nos termos do artigo 191 da Lei Municipal nº 2248/1991, a ex-servidora LUCIANA DA SILVA, para comparecer perante esta Comissão, instalada em sala da Procuradoria- Geral do Município de São Jose, situada na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 - Beira Mar São José, Bairro Praia Comprida, na cidade de São José, até o dia 19 de setembro, no horário das 13:00h as 18:00h, a fim de pessoalmente prestar depoimento sobre a referida instrução preliminar.

São José, 01 de setembro de 2014.  
William Ramos Moreira  
Comissão de Processos Disciplinares  
Presidente

### EDITAL DE CITAÇÃO

#### EDITAL DE CITAÇÃO

Ante a frustração de tentativa de citação pessoal, encontrando-se o servidor indiciada em local incerto e não sabido, o Presidente da Comissão designada para apurar o Processo Administrativo Disciplinar nº 008/2014, instaurado pela Secretaria de Educação do Município de São José/SC, conforme memorando nº 384/2014/SME, CONVOCA E CITA, nos termos do artigo 191 da Lei Municipal nº 2248/1991, a servidora MARILEI DE FÁTIMA KOVATLI, para comparecer perante esta Comissão, instalada em sala da

Procuradoria- Geral do Município de São Jose, situada na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 - Beira Mar São José, Bairro Praia Comprida, na cidade de São José, até o dia 14 de setembro, no horário das 13:00h as 18:00h, a fim de pessoalmente , tomar conhecimento do referido processo administrativo disciplinar, acompanhar a sua tramitação e apresentar defesa para os fatos a ele atribuídos que caracterizam a infração disciplinar (fazer pronta comunicação do motivo de seu não comparecimento ao serviço) prevista no artigo 146, inciso X da Lei Municipal 2248/1991, sob pena de REVELIA.

São José, 02 de junho de 2014.  
William Ramos Moreira  
Comissão de Processos Disciplinares  
Presidente

### PORTARIA Nº 011/2014/PGM

#### PORTARIA Nº 011/2014/PGM

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009,

#### RESOLVE:

I. Determinar, com fulcro no artigo 170 da Lei Municipal nº 2248/1991, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da servidora J.S.C.G., matrícula nº 19.217, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, posto que, através das informações constantes no Memorando nº 1099/2013 SGP-SS e demais documentos anexos, infringiu o art. 146, inciso IV - discricção; V - urbanidade; VII - obediência das ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais; XI - manter, nas relações de trabalho ou não, comportamento condizente com a sua qualidade de serviços públicos e de cidadão e art. 147, incisos V - promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; VI - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, no recinto da repartição e XV - proceder de forma desidiosa, da Lei nº 2.248/1991.

II. Designar os servidores Karina da Silva Graciosa, Rodrigo João Machado e William Ramos Moreira, sob a Presidência da primeira, todos Procuradores Municipais, para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos e possíveis infrações e responsabilidades advindas do ocorrido.

III. Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

IV. A Comissão ora composta deverá iniciar seus trabalhos no prazo de 10 (dez) dias, devendo concluí-los no prazo de 60 dias, permitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório se necessário à instrução processual e ao exercício da plena defesa.

São José, 02 de setembro de 2014

Clóvis Renato Squio  
Procurador Geral do Município

**PORTARIA Nº 006/2014/PGM**

PORTARIA Nº 006/2014/PGM

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009,

**RESOLVE:**

I. Determinar, com fulcro no artigo 170 da Lei Municipal nº 2248/1991, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da servidora B.L., matrícula nº 10.765, lotada na Secretaria Municipal de Educação, posto que, através das informações constantes no Memorando nº 384/2014/SME e demais documentos anexos, infringiu o art. 146, inciso X - fazer pronta comunicação do motivo de seu não comparecimento ao serviço, da Lei nº 2.248/1991, dando causa ao abandono de emprego, previsto no art. 31, fatos que imputam penas de advertência por escrito e demissão nos termos dos art. 157 e 160 do mesmo diploma legal.

II. Designar os servidores Rodrigo João Machado, William Ramos Moreira e Karina da Silva Graciosa, todos Procuradores Municipais, para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos e possíveis infrações e responsabilidades advindas do ocorrido.

III. Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

IV. A Comissão ora composta deverá iniciar seus trabalhos no prazo de 10 (dez) dias, devendo concluí-los no prazo de 60 dias, permitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório se necessário à instrução processual e ao exercício da plena defesa.

São José, 17 de julho de 2014

Atenciosamente,

Clóvis Renato Squiu  
Procurador Geral do Município

**EDITAL DE CITAÇÃO****EDITAL DE CITAÇÃO**

Ante a frustração de tentativa de citação pessoal, encontrando-se o servidor indiciada em local incerto e não sabido, o Presidente da Comissão designada para apurar o Processo Administrativo Disciplinar nº 009/2014, instaurado pela Secretaria de Educação do Município de São José/SC, conforme memorando nº 384/2014/SME, CONVOCA E CITA, nos termos do artigo 191 da Lei Municipal nº 2248/1991, a servidora MONICE ESTO MARTINS PRUDÊNCIO, para comparecer perante esta Comissão, instalada em sala da Procuradoria- Geral do Município de São Jose, situada na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 - Beira Mar São José, Bairro Praia Comprida, na cidade de São José, até o dia 14 de setembro, no horário das 13:00h as 18:00h, a fim de pessoalmente, tomar conhecimento do referido processo administrativo disciplinar, acompanhar a sua tramitação e apresentar defesa para os fatos a ele atribuídos que caracterizam a infração disciplinar (fazer pronta comunicação do motivo de seu não comparecimento ao serviço) prevista no artigo 146, inciso X da Lei Municipal 2248/1991, sob pena de REVELIA.

São José, 02 de junho de 2014.

William Ramos Moreira  
Comissão de Processos Disciplinares  
Presidente

**LEI N.º 5.423 DE 29 DE AGOSTO DE 2014**

DENOMINA DE RUA DOMINGOS BARBOSA VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO PARQUE RESIDENCIAL MANOEL DE MELO BAIRRO FORQUILHAS, NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado de Rua DOMINGOS BARBOSA a Rua "A", localizada no Parque Residencial Manoel de Melo no Bairro Forquilha, neste Município, conforme especificado no croqui anexo a este projeto, parte integrante desta Lei.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de agosto de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**Lei N.º 5.424 de 29 de Agosto de 2014**

DÁ NOVA DENOMINAÇÃO E REDENOMINA VIA PÚBLICA, NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de Rua JACI DESTRI, o trecho compreendido da ponte nova divisa com a Palhoça até encontrar a Rua Frederico Afonso.

Art. 2º - Fica red denominada de Rua FREDERICO AFONSO, o trecho que fazia a antiga ligação São José - Palhoça, no trecho compreendido entre a curva do cego até o Rio Imarui.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei N.º 3.501 de 11 de maio de 2000.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de agosto de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**Lei N.º 5.425 de 29 de Agosto de 2014**

DENOMINA DE PROFESSORA MARIA ARLINDA CÚRCIO DOS SANTOS, ESTABELECIMENTO DE ENSINO NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de PROFESSORA MARIA ARLINDA CÚRCIO DOS SANTOS, a creche Araucária, localizada no Loteamento Araucária, no Bairro Serraria, neste Município, conforme documentos em anexo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de agosto de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal



**Lei N.º 5.426 de 03 de Setembro de 2014**

FIXA O HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO NAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica fixado o horário de atendimento ao público nas instituições bancárias no Município de São José, no período compreendido das 10h às 16h, de segunda a sexta-feira.

Parágrafo Único - No período estabelecido, deverão funcionar, ininterruptamente, todos os setores dos bancos os quais o público necessite, como: depósito, retirada de numerário, abertura e encerramento de conta corrente, pagamento de contas de água, luz, telefone, carnês e outros serviços bancários, inclusive os caixas preferenciais destinados ao atendimento de idosos, gestantes e portadores de deficiência física.

Art. 2º - As instituições a que se refere esta Lei, terão o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Lei, para o cumprimento de suas disposições, sob pena de:

I - Advertência;

II - Multa no valor de 200 (duzentos) URM (Unidade de Referência Municipal);

III - O dobro da multa imposta em caso reincidência;

IV - Suspensão do Alvará de Funcionamento do estabelecimento por 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 3º - A fiscalização do cumprimento da presente Lei e a aplicação das penalidades referidas no artigo anterior serão exercidas pelas autoridades administrativas municipais competentes, as quais atuarão de ofício ou mediante denúncia.

Art. 4º - Sem prejuízos dos efeitos desta lei e dos acordos coletivos vigentes, os estabelecimentos bancários poderão estabelecer negociações com a entidade sindical representativa dos empregados no sentido de adaptar as condições de trabalho dos bancários ao novo horário.

Art. 5º - A abertura das instituições financeiras fora do horário e dias de atendimento previsto nesta Lei, poderá ocorrer somente mediante acordo prévio com o sindicato representante da categoria dos bancários.

Art. 6º - O Executivo regulamentará a presente Lei no que lhe compete.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**Lei N.º 5.427 de 03 de Setembro de 2014**

ALTERA O ANEXO I DA LEI Nº. 4.696/2008, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, ALTERADA PELA LEI Nº. 5.311 DE 16 JULHO DE 2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera o Anexo I Lei nº. 4.669/2009, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Municipal de São José/C, alterada pela Lei nº. 5.311 de 16 de julho de 2013, acrescentando as atribuições funcionais dos cargos comissionados de Assessor

Parlamentar; Oficial de Gabinete Parlamentar; Secretário Parlamentar III; Secretário Parlamentar II; Secretário Parlamentar I; Coordenador II e Coordenador Parlamentar I, passando a vigorar com a seguinte redação:

“ ANEXO I

[...]

DA DESCRIÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS

Cargo: Assessor Parlamentar I

Atribuições: assessorar o Vereador no âmbito das Comissões; Assessorar o Vereador na elaboração de proposições e pronunciamentos; Realizar pesquisas e estudos, relatórios e demais documentos, quando solicitado; Registrar e controlar as audiências, visitas e reuniões de que deva participar ou tenha interesse o Vereador; Acompanhar e informar ao Vereador sobre prazos e providências das proposições em tramitação na Câmara de Vereadores; Incubir-se da correspondência recebida e expedida pelo parlamentar; Preparar regularmente sinopse das matérias de interesse do Vereador, publicadas nos principais órgãos da imprensa; Acompanhar e/ou representar o Vereador nas reuniões junto à comunidade. Anotando as reivindicações e encaminhamentos propostos para subsidiar os trabalhos legislativos. Executar atividades externas vinculadas as demandas do gabinete parlamentar.

Cargo: Oficial de Gabinete Parlamentar I

Atribuições: assessorar o Vereador na elaboração de proposições e pronunciamentos; Registrar e controlar as audiências, visitas e reuniões de que deva participar ou em que tenha o interesse o Vereador; Atender o Vereador em todas as solicitações de cunho político e administrativo; Auxiliar os Assessores Parlamentares nos trabalhos de elaboração de requerimentos, proposições legislativas e outros. Executar atividades externas vinculadas as demandas do gabinete parlamentar.

Cargo: Secretário Parlamentar III

Atribuições: chefiar, sob a orientação e supervisão do respectivo Vereador, as atividades desenvolvidas pelo Gabinete do Vereador; representar o Vereador, quando por este indicado, perante outros órgãos governamentais, diante de entidades da sociedade, em eventos culturais, esportivos e institucionais, no Município ou fora dele; Chefiar, orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelos demais assessores do Vereador; Comandar a promoção de estudos, pesquisas e investigações sobre problemas de interesse público, sugerindo ao Vereador, iniciativas possíveis para a resolução de problemas da comunidade; Emitir pareceres nos processos legislativos quando solicitado pelo Vereador; Mediar parcerias com instituições de ensino, pesquisa e organismos governamentais na busca de subsídios, as proposições legislativas apresentadas pelo Vereador; Chefiar o processo de registro e acompanhamento da tramitação dos processos originários no Gabinete até sua votação em Plenário; coordenar e controlar a elaboração e o atendimento aos compromissos agendados para o Vereador; promover reuniões com os assessores do gabinete para planejamento e avaliação das atividades, responder pelo Gabinete perante os outros setores da Câmara Municipal; aconselhar técnica e politicamente o Vereador, ao bom desenvolvimento do mandato e ao pleno atendimento das demandas apresentadas pela comunidade; Chefiar a execução de outras atividades a cargo do Gabinete do Vereador. Executar atividades externas vinculadas as demandas do gabinete parlamentar.

Cargo: Secretário Parlamentar II

Atribuições: prestar assessoramento direto ao Vereador no cumprimento do seu mandato parlamentar, especialmente na análise de matérias complexas de produção legislativa ou de fiscalização, no âmbito do Gabinete do Vereador; prestar assessoramento direto ao Vereador na análise e elaboração de minutas ou anteprojatos de Leis, Resolução ou Decretos, no âmbito do Gabinete do Vereador, que exijam alto grau de complexidade; prestar



assessoramento imediato ao Vereador no planejamento e elaboração de pareceres, pronunciamentos e instruções; prestar assessoramento imediato ao Vereador na busca de dados, informações e elementos relativos às variáveis que compõem o processo decisório de matérias submetidas à sua apreciação e voto; representar o Vereador, quando for ele indicado, nos eventos que permitam tal procedimento; prestar assessoramento ao Vereador em outras atividades correlatas por ele designadas. Executar atividades externas vinculadas as demandas do gabinete parlamentar.

Cargo: Secretário Parlamentar I

Atribuições: prestar assessoramento direto ao Vereador no cumprimento dos compromissos de seu mandato, cujas atividades sejam de média complexidade; prestar assessoramento ao Vereador na organização de sua agenda de compromissos internos e externos; prestar assessoramento ao Vereador no planejamento, elaboração e encaminhamento de sua comunicação com a população, através de meio impresso ou via correio eletrônico, com a utilização da Internet; prestar assessoramento ao Vereador no recebimento e encaminhamento de autoridades e pessoas em geral, com as quais se relaciona; prestar assessoramento ao Vereador no recebimento e encaminhamento das demandas oriundas de entidades e população em geral; prestar assessoramento ao Vereador em outras atividades correlatas de média complexidade, por ele designadas. Executar atividades externas vinculadas as demandas do gabinete parlamentar.

Cargo: Coordenador Parlamentar II

Atribuições: Prestar assessoramento imediato ao Vereador no cumprimento de seus compromissos políticos e parlamentares em geral, cujas atividades sejam de fácil implementação; prestar assessoramento ao Vereador nos seus contatos externos com a população em geral, através de visitas ou entrega de correspondência; prestar assessoramento ao Vereador no acompanhamento da tramitação de suas solicitações, requerimentos e proposições nas repartições públicas em geral; prestar assessoramento ao Vereador no cumprimento de sua agenda de compromissos externos; prestar assessoramento ao vereador em outras atividades de complexidade de nível simples, por ele designadas. Executar atividades externas vinculadas as demandas do gabinete parlamentar.

Cargo: Coordenador Parlamentar I

Atribuições: Prestar assessoramento imediato ao Vereador no cumprimento de seus compromissos políticos e parlamentares em geral, cujas atividades sejam de fácil implementação; Preparar e expedir a correspondência dos Vereadores; Arquivar a correspondência do Gabinete e organizar fichários e arquivos, mantendo-os organizados; Verificar e acompanhar a tramitação de assunto de interesse do Gabinete, junto a repartições públicas e órgãos da Câmara; Redigir memorandos, cartões e pequenos expedientes exclusivos do gabinete; Organizar a agenda do vereador, marcando audiências, entrevistas, visitas e outros compromissos; Receber e encaminhar partes; Efetuar tarefas de recepção no gabinete parlamentar; realizar serviços externos correspondentes ao exercício do mandato do Vereador; providenciar a circulação de papéis, tanto interna como externamente. Executar atividades externas vinculadas as demandas do gabinete parlamentar. [...]”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de setembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **Lei N.º 5.428 de 03 de Setembro de 2014**

ALTERA A LEI Nº. 3.644, DE 11 DE ABRIL DE 2001, QUE AUTORIZA A CONCESSÃO DE USO DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO A PARTICULAR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Artigo 3º da Lei nº. 3.644 de 09 de abril de 2001, passa a vigorar acrescido da alínea “f” com a seguinte redação:

“Art. 3º. [...]

[...]

f) Cumprir outras obrigações decorrentes de leis ou do contrato de concessão.” (NR)

Art. 2º - O Artigo 4º da Lei nº. 3.644 de 09 de abril de 2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - O prazo de concessão de uso de bens públicos previsto nesta Lei será determinado pelo edital licitatório, limitado a 04 (quatro) anos por período, prorrogável, uma única vez, quando houver interesse das partes, mediante justificativa e fiel cumprimento das obrigações por parte do concessionário.” (NR)

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

## **Decreto Nº 3125/2014**

DECRETO Nº 3125/2014

REGULAMENTA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ANUAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO E ESTÁVEL INTEGRANTE DOS QUADROS PERMANENTES E SUPLEMENTARES DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES, PARA FINS DE CONCESSÃO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das suas atribuições dispostas no Art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto nos artigos 28 a 34 da Lei Complementar nº 053, de 21 de setembro de 2011, e nos artigos 27 a 32 da Lei Complementar nº 054, de 21 de setembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto dispõe acerca da regulamentação da Avaliação de Desempenho Anual do servidor público municipal efetivo e estável integrante dos Quadros Permanentes e Suplementares de Pessoal do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, excetuados os integrantes do Grupo Magistério.

Capítulo I

DOS OBJETIVOS

Art. 2º - A avaliação de desempenho anual tem por objetivos:

I - identificar necessidades de capacitação e ações para o desenvolvimento profissional do servidor;

II - aprimorar o desempenho do servidor e dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

III - contribuir para a melhoria da eficiência no serviço público municipal;

IV - possibilitar o estreitamento das relações interpessoais e a cooperação dos servidores entre si e suas chefias;

V - possibilitar a concessão da gratificação de desempenho pelo servidor.

## Capítulo II DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ANUAL

### Seção I Disposições Gerais

Art. 3º - A avaliação de desempenho será realizada anualmente e compreenderá o período de novembro de um ano a outubro do ano imediatamente seguinte.

Parágrafo único - Se a Administração Pública não proporcionar a realização, no exercício, da avaliação de desempenho anual aos servidores, o desempenho dos servidores será considerado positivo, sendo-lhes assegurada a pontuação máxima necessária para concorrer à gratificação de desempenho.

### Seção II Do Processo de Avaliação de Desempenho Anual

Art. 4º - O processo de avaliação de desempenho anual do servidor será regido pelos fatores de assiduidade, bom atendimento, produtividade e capacitação continuada.

§ 1º - A avaliação individual de cada servidor avaliará os fatores de assiduidade, bom atendimento e produtividade, será realizada sempre no mês de novembro de cada ano, com base no desempenho do servidor nos 12 (doze) meses anteriores, composta pelas seguintes etapas:

I - avaliação da chefia imediata;

II - autoavaliação;

III - avaliação de comissão de servidores da mesma secretaria, fundação ou autarquia do avaliado.

§ 2º - O fator capacitação continuada será avaliado ao final do interstício de 03 (três) anos para concessão ou denegação da gratificação de desempenho, nos termos do artigo 14 deste Decreto.

Art. 5º - As etapas da Avaliação Individual, previstas no § 1º do artigo 4º, serão realizadas mediante a aplicação dos seguintes Formulários de Avaliação de Desempenho, que constituem o Anexo I, através de meio físico ou eletrônico, a critério da Administração Pública:

I - FAD 1 - chefia imediata avaliando servidor;

II - FAD 2 - autoavaliação;

III - FAD 3 - comissão de servidores avaliando servidor.

§ 1º - Considera-se chefe imediato, para fins da Avaliação Individual, o responsável pelo setor de exercício do servidor ou aquele a quem formalmente for delegada tal competência pela autoridade superior do órgão ou entidade.

§ 2º - Por meio do FAD-2, o servidor autoavaliar-se-á em conformidade com os quesitos previstos no respectivo formulário.

§ 3º - Será designada uma comissão de, no mínimo, três servidores efetivos e estáveis em cada órgão ou entidade para realizar a avaliação dos servidores de cada setor, de acordo com os quesitos contidos no FAD-3.

§ 4º - Havendo a opção de sistema informatizado de avaliação individual, o acesso dar-se-á por meio de senhas individualizadas, assegurado aos servidores avaliadores e avaliados o sigilo das informações mediante protocolo eletrônico.

§ 5º - Cada secretaria, fundação ou autarquia designará um servidor para orientar os demais servidores do seu órgão quando ele não puder ou não tiver condições de acessar o sistema informatizado no seu local de trabalho.

§ 6º - A avaliação de desempenho em estágio probatório não será considerada para fins da avaliação anual de que trata este Decreto, destinando-se, exclusivamente, para fins de aquisição de estabilidade constitucional, conforme previsto no § 4º do artigo 41 da Constituição da República e do artigo 32 da Lei nº 2.248/1991.

§ 7º - Somente terá direito de participar do sistema de avaliação de desempenho regulamentado por este Decreto, o servidor efetivo que tenha, no mínimo, depois de adquirida a estabilidade, cinco meses de efetivo exercício no cargo.

§ 8º - Não terá direito de participar do sistema de avaliação previsto neste Decreto:

I - o servidor penalizado em sindicância ou processo administrativo disciplinar, com trânsito em julgado; ou

II - o servidor que permanecer afastado ou licenciado do efetivo exercício do cargo efetivo, justificada ou injustificadamente, por período superior a seis meses, acumulados ou não, excetuadas as situações previstas no § 9º deste artigo.

§ 9º - O servidor que permanecer afastado do exercício do cargo efetivo, durante o ano da avaliação individual, por um período superior a 06 (seis) meses, acumulados ou não, em decorrência de uma das hipóteses previstas nos incisos I, II, III, IV, V, VIII, X, XI e XII do artigo 98 da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991, terá garantida a média para aprovação naquele ano, correspondendo ao conceito BOM no respectivo ano.

§ 10 - O servidor que, na época da avaliação individual, estiver exercendo cargo comissionado ou função gratificada será avaliado pelo exercício das funções de confiança.

§ 11 - Estando o servidor cedido a ente público não pertencente à estrutura da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de São José, por período superior a seis meses, dar-se-á a suspensão do interstício exigido para o recebimento da gratificação de desempenho, razão pela qual o servidor não terá direito de participar do sistema de avaliação previsto neste Decreto.

Art. 6º - O fator de assiduidade será avaliado conforme os quesitos atinentes aos formulários previstos nos anexos deste Decreto, acrescidos do seguinte quesito a ser avaliado de forma objetiva consoante os dados contidos no sistema de controle de frequência da Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, nestes termos:

I - Possuir 04 (quatro) ou mais ausências injustificadas no período a ser avaliado, equivale à nota 0 (zero);

II - Possuir mais de 01 (uma) ausência justificada e até 03 (três) ausências injustificadas, equivalente à nota 3,33 (três vírgula trinta e três);

III - Possuir nenhuma ausência injustificada e até 20 (vinte) ausências justificadas, equivalente à nota 6,66 (seis vírgula sessenta e seis);

IV - Possuir nenhuma ausência injustificada e até 10 (dez) ausências justificadas no período a ser avaliado, equivalente à nota 10 (dez).

§ 1º - Para fins deste artigo, considera-se ausência injustificada o não-comparecimento sem motivo justo do servidor avaliado ao seu local de trabalho para o regular desempenho do serviço público de sua responsabilidade.

§ 2º - O período de afastamento referente à licença para tratamento de saúde do servidor e licença para tratamento de saúde da família será considerado como ausência justificada.

§ 3º - O quesito referido no caput e incisos deste artigo será acrescido, para fins de cálculo final da nota, aos demais quesitos das FADs 1 e 3.

Art. 7º - Para o preenchimento de cada um dos quesitos dos Formulários de Avaliação de Desempenho (FADs), que constituem os Anexos I (FAD-1), II (FAD-2) e III (FAD-3), será conferido um dos seguintes conceitos:

I - NUNCA, equivalente à nota 0 (zero);

II - RARAMENTE, equivalente à nota 3,33 (três vírgula trinta e três);

III - COM FREQUÊNCIA, equivalente à nota 6,66 (seis vírgula sessenta e seis);

IV - SEMPRE, equivalente à nota 10 (dez).

Art. 8º - Na Avaliação Individual, a aplicação de cada conceito os quesitos de cada um dos fatores de Assiduidade, Bom Atendimento e Produtividade que constem nos Formulários de Avaliação de Desempenho (FAD-1, FAD-2, FAD-3) resultará numa nota, extraída conforme as regras previstas neste artigo.

§ 1º - Para alcançar a nota de cada um dos Formulários de Avaliação de Desempenho (FAD-1, FAD-2, FAD-3) deve-se inicialmente somar as notas aplicadas a cada um dos quesitos de cada um dos fatores de Assiduidade, Bom Atendimento e Produtividade, dividir o resultante de cada fator pelo seu número de quesitos e multiplicar este resultado pelo peso:

I - 2 (dois) para o fator Assiduidade;

II - 4 (quatro) para o fator Bom Atendimento;

III - 4 (quatro) para o fator Produtividade.

§ 2º - Sucessivamente, deve-se somar o resultado alcançado em cada fator de Assiduidade, Bom Atendimento e Produtividade.

§ 3º - A nota final de cada um dos Formulários de Avaliação de Desempenho (FAD-1, FAD-2, FAD-3) decorrerá do valor resultante do cálculo previsto no parágrafo anterior, dividido por 10 (dez).

§ 4º - O quesito referido no caput e incisos do artigo 6º deste Decreto será acrescido, para fins de cálculo final da nota, aos demais quesitos das FADs 1 e 3.

Art. 9º - Para alcançar a nota final da Avaliação de Desempenho anual do servidor deve-se inicialmente multiplicar as notas finais de cada Formulário de Avaliação de Desempenho (FAD-1, FAD-2 e FAD-3), pelos seguintes pesos:

I - 4,5 (quatro vírgula cinco) - avaliação da chefia imediata (FAD-1);

II - 01(um) - autoavaliação (FAD-2);

III - 4,5 (quatro vírgula cinco) - avaliação da comissão de servidores setoriais (FAD-3).

Art. 10 - A nota final da Avaliação de Desempenho anual do servidor será o valor alcançado dos cálculos previstos do artigo anterior, dividido por 10 (dez).

Art. 11 - A nota final da Avaliação de Desempenho Anual corresponderá aos conceitos:

I - EXCELENTE, quando o servidor obtiver nota final igual ou superior a 08 (oito);

II - BOM, quando o servidor obtiver nota final entre 6,5 (seis vírgula cinco) e 7,99 (sete vírgula noventa e nove);

III - REGULAR, quando o servidor obtiver nota final entre 05 (cinco) e 6,49 (seis vírgula quarenta e nove);

IV - INSATISFATÓRIO, quando igual ou inferior a 4,99 (quatro vírgula noventa e nove).

Parágrafo único - A avaliação anual de desempenho será considerada positiva para fins da gratificação de desempenho se o servidor obtiver os conceitos BOM ou EXCELENTE.

Art. 12 - A obtenção de conceito BOM ou EXCELENTE não gera direito automático à percepção de gratificação de desempenho,

fazendo-se necessária comprovação do total de horas de capacitação continuada, nas condições do artigo 18 deste Decreto.

Art. 13 - O servidor avaliado será comunicado do resultado da sua avaliação anual de desempenho pessoalmente e em ambiente reservado, por sua chefia imediata, por meio de ficha de avaliação resumida com a nota final de cada fator e de cada etapa, a nota final da avaliação anual de desempenho e o conceito correspondente.

§ 1º - A ficha de avaliação resumida será datada, expedida em duas vias e assinada pelo servidor e pela chefia imediata, ficando uma via com o servidor e a outra arquivada no Órgão de Pessoal.

§ 2º - A chefia imediata deverá orientar o servidor, quando lhe entregar a ficha de avaliação resumida, a respeito de eventuais deficiências em seu desempenho e das providências necessárias para aprimorá-lo.

§ 3º - Verificando-se a recusa do servidor avaliado em atestar a ciência do resultado final, será esta suprida pela assinatura de 02 (duas) testemunhas, que o farão na presença do servidor avaliado.

### Seção III

#### Do Fator de Capacitação Continuada

Art. 14 - O fator de capacitação continuada será avaliado exclusivamente por meio da participação do servidor em cursos de formação e capacitação em área afim às atribuições do cargo ocupado, com carga horária acumulada mínima, durante o interstício de 03 (três) anos, de:

I- 120 (cento e vinte) horas, para os ocupantes de cargos do Grupo Ocupacional Especialista - GE;

II - 80 (oitenta) horas, para os ocupantes de cargos dos Grupos Ocupacionais Técnico - GT e Funcional - GF;

III - 50 (cinquenta) horas, para os ocupantes de cargos do Grupo Ocupacional Operacional - GO;

IV - 40 (quarenta) horas, para os ocupantes de cargos do Grupo Ocupacional da Base - GB.

§ 1º - A capacitação continuada é considerada requisito obrigatório para a concessão de gratificação de desempenho.

§ 2º - Para fins deste Decreto, cursos de formação e atualização são aqueles destinados ao aperfeiçoamento e atualização do servidor, objetivando a melhoria do desempenho individual na consecução das atribuições inerentes ao seu cargo de provimento efetivo.

§ 3º - As horas de curso que ultrapassarem a carga horária mínima exigida para o interstício não serão aproveitadas para novos interstícios.

§ 4º - Os servidores que participarem de cursos realizados pela Administração Municipal, poderão, após certificação, averbá-los para fins de gratificação de desempenho.

§ 5º - Aos servidores que, convocados pela Administração Municipal, ministrarem cursos de atualização e aperfeiçoamento para outros servidores ou para a comunidade, fica assegurado o direito de averbar 50% (cinquenta por cento) da carga horária ministrada para fins de gratificação de desempenho.

§ 6º - Ato do Chefe do Poder Executivo estabelecerá as formas de convocação, registro e certificação dos cursos de formação e dos cursos para a comunidade local.

§ 7º - Os cursos de atualização e aperfeiçoamento realizados no período do exercício do cargo em comissão deverão ser relacionados às atribuições do cargo efetivo ou do cargo em comissão.

§ 8º - Para a primeira gratificação de desempenho, serão consideradas as cargas horárias de participação em cursos de formação cujos respectivos certificados de conclusão tenham sido emitidos em data anterior a até 02 (dois) anos da entrada em vigor da presente Lei.

§ 9º - Para fins do fator de capacitação continuada referido no caput deste artigo, não poderão ser considerados os cursos já considerados para fins de promoção vertical.

§ 10 - O servidor deverá apresentar fotocópia integral (frente e verso), autenticada em cartório, de certificados de conclusão dos cursos de formação e aperfeiçoamento no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim do interstício de 03 (três) anos de que trata o caput deste artigo, para fins de análise do fator de capacitação previsto no caput.

§ 11 - É desnecessária a autenticação referida no parágrafo anterior para os certificados de cursos que forem emitidos por meio digital, firmados por assinatura eletrônica, sem qualquer carimbo ou assinatura de próprio punho de representantes da entidade emissora, desde que notadamente legíveis para fins de sua validação.

§ 12 - A veracidade acerca da documentação apresentada para fins da gratificação de desempenho será de inteira e exclusiva responsabilidade do servidor interessado, podendo ocasionar, nos casos de irregularidades e ilicitudes eventualmente constatadas, consequências nas esferas administrativa, civil e criminal.

#### Seção IV Da Impugnação da Avaliação de Desempenho

Art. 15 -Do resultado da avaliação de desempenho anual, cabe impugnação apresentada pelo servidor avaliado ou por seu procurador devidamente habilitado à autoridade máxima de cada fundação, autarquia, secretaria ou órgão equiparado, por escrito e devidamente fundamentado, no prazo de cinco dias úteis, contados: I - da ciência expressa do servidor em relação ao resultado que recebeu acerca de sua ficha de avaliação resumida, por meio de sua assinatura na ficha de avaliação resumida; II - da assinatura de duas testemunhas que tenham comprovado a recusa do servidor avaliado em atestar a ciência do resultado final em sua ficha de avaliação resumida, conforme o § 3º do artigo 13.

§ 1º - Assim que receber a impugnação, a autoridade intimará a chefia e a comissão responsáveis pela avaliação impugnada para manifestarem-se acerca dos argumentos contidos na impugnação, no prazo máximo de dez dias úteis.

§ 2º - Decorrido o prazo para manifestação de que trata o parágrafo anterior, a autoridade mencionada no caput do artigo 15 deverá proferir, no prazo de quinze dias úteis, a sua decisão, a qual poderá manter ou modificar o resultado final da avaliação de desempenho impugnada.

§ 3º - O conceito decorrente da decisão final acerca da impugnação de que trata este artigo não poderá inferior ao da avaliação de desempenho original do servidor.

Art. 16 - Não caberá recurso em face da decisão que julgar a impugnação.

Parágrafo único - Os pedidos de reconsideração serão decididos pela autoridade prolatora da decisão.

#### Capítulo III DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 17 - O servido estável obterá o direito à percepção da gratificação de desempenho, integrando permanentemente a sua remuneração, no percentual de 3% (três pro cento) sobre a referência inicial da carreira (nível I, referência A), a cada três anos, se avaliado positivamente na média daquele período.

Art. 18 - Para a concessão de gratificação de desempenho, deverá o servidor formular requerimento próprio, atendidos os seguintes requisitos:

I - obter conceito considerado positivo em todas as avaliações de desempenho anuais correspondentes ao interstício de três anos, nos termos do parágrafo único do artigo 11 deste Decreto;

II - comprovar as horas de formação e capacitação, mediante conclusão em cursos específicos, na forma prevista no artigo 14 deste Decreto.

§ 1º - Caberá às Comissões de 1º Instância a competência para analisar os requisitos previstos no caput deste artigo para a concessão da citada gratificação (art. 39 LC nº 053/211 e art. 37 da LC nº 054/2011).

§ 2º - No caso de indeferimento do pedido de concessão da referida gratificação, o servidor poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, interpor recurso à Comissão Recursal (art. 42 LC nº 053/211 e art. 40 da LC nº 054/2011).

§ 3º - Caberá à Comissão Recursal o reexame necessário das decisões das Comissões de 1ª Instância que resultarem na concessão da gratificação de desempenho (art. 41 LC nº 053/211 e art. 39 da LC nº 054/2011), confirmando-as ou reformando-as.

#### Capítulo IV DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19 - A primeira avaliação anual de desempenho será realizada em novembro de 2014 e considerará o desempenho do servidor no período compreendido entre 01/11/2013 e 31/10/2014.

Art. 20 - O servidor readaptado, em processo de reabilitação ou investido em outro cargo em virtude de aprovação em novo concurso público será avaliado pelo desempenho do cargo exercido por maior tempo no período objeto da avaliação.

Art. 21 - O servidor removido será avaliado pela chefia imediata e pelos servidores do setor em que exerceu suas funções por maior tempo no período objeto da avaliação.

Parágrafo único - Na hipótese de vacância ou exoneração da chefia imediata, o servidor será avaliado pela chefia hierárquica superior.

Art. 22- Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Administração após parecer da Comissão Recursal mencionada no artigo 43 da Lei Complementar nº 053/2011 e no artigo 41 da Lei Complementar nº 054/2011.

Art. 23 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 28 de agosto de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

WALDEMAR BORNHAUSEN NETO  
Secretário Municipal de Administração

CLÓVIS RENATO SQUIO  
Procurador-Geral do Município



**DECRETO Nº 3160/2014**

DECRETO Nº 3160/2014

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A UTILIZAR-SE DE MEIO ELETRÔNICO PARA A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA JUNTO AO BANCO DO BRASIL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, da Lei Orgânica Municipal c/c os Arts. 19 a 21 da Lei Municipal N.º 4.308 de 20 junho de 2005, e

Considerando a necessidade de adequação às exigências dos Órgãos repassadores de recursos, ao interesse de ampliação do horário de atendimento e agilidade na realização de transações bancárias, e de diminuição de custos.

**DECRETA:**

Artigo 1º - Fica o Fundo Municipal de Assistência Social autorizado a utilizar-se de meio eletrônico para a movimentação financeira a seu cargo junto ao Banco do Brasil.

Artigo 2º - A movimentação financeira, para os fins deste Decreto, abrange todas as transações bancárias necessárias a realização das despesas e receitas públicas, inclusive transferência de recursos, transmissão e recepção de arquivos eletrônicos, via provedor disponibilizado por instituições bancárias oficiais e via Internet.

Artigo 3º - As transações serão realizadas pelos agentes públicos municipais responsáveis pela movimentação dos recursos públicos do município, de acordo com as respectivas competências e atribuições, por meio de senha eletrônica, aos quais compete preservar o respectivo sigilo, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo Único - A senha eletrônica equipara-se, para os efeitos deste Decreto, à assinatura de próprio punho do agente público municipal.

Artigo 4º - Deverão ser remetidos comunicados específicos ao Banco do Brasil, instituição bancária oficial detentora das contas por meio das quais são movimentados os recursos públicos, regulando-se de forma detalhada, a operacionalização do sistema eletrônico, inclusive os poderes inerentes a cada senha.

Artigo 5º - As mensagens que trafegarem entre os sistemas eletrônicos dos bancos oficiais e do Fundo Municipal de Assistência Social deverão ser criptografadas e protegidas por outra forma que garanta a segurança dos dados.

Artigo 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**REABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

REABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2014 - Processo nº 180/2014 Objeto: Contratação de empresa para construção de quadra coberta com vestiário do CEM Santa Terezinha do Município de São José/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 24 de setembro de 2014. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 24 de setembro de 2014, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José,

localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

**DECRETO Nº 3162/2014**

DECRETO Nº 3162/2014

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, a Lei 4.955/2010 e a Lei 5.388/2014,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 037/2014/FUNDESJ - Fundação Municipal Educacional;

**DECRETA:**

Art.1º- Ficam admitidos(as), os(as) seguintes servidores(as) contratados por processo seletivo, ocupantes de cargos temporários:

	Servidor	Função	Carga Horária Contratação	Data Admissão
I	Rodrigo Ribeiro Gonçalves	Professor de Ensino Superior Substituto - Área Análise e Desenvolvimento de Sistemas - 1º colocado (Vaga 1.2).	05h	03/09/2014
II	Henrique Pereira Oliveira d'Eça Neves	Professor de Ensino Superior Substituto - Área Análise e Desenvolvimento de Sistemas - 1º colocado (Vaga 1.1).	05h	03/09/2014

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3163/2014**

DECRETO Nº 3163/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital nº 001/2011;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. PEDRO ALEXANDRE para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, com a carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 04 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal



**RESOLUÇÃO Nº. 014/2014**

RESOLUÇÃO Nº. 014/2014.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO TÉCNICO INTITULADO "RESSIGNIFICANDO O MOTIVAR" DA ENTIDADE AÇÃO SOCIAL SALTO DO MAROIM - CEIFA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 2.411/92, alterada pela Lei Municipal nº. 4.302/2005, conforme deliberado em Assembléia Ordinária do dia 13 de agosto de 2014,

CONSIDERANDO, a competência do CMDCA para deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência de São José - FIA.

CONSIDERANDO, o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8069/1990) e a Resolução nº 137 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, de 21 de janeiro de 2010.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o Projeto Técnico intitulado "RESSIGNIFICANDO O MOTIVAR", elaborado pela Instituição AÇÃO SOCIAL SALTO DO MAROIM - CEIFA, no valor total de R\$ 46.608,30 (quarenta e seis mil seiscentos e oito reais e trinta centavos). O referido Projeto visa ressignificar as oficinas e espaços específicos para as crianças atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) - Projeto Motivar através da aquisição de materiais, instrumentos, alimentos e a contratação de professor de música (março à dezembro) e de dois educadores sociais (março à dezembro cada um).

Artigo 2º - A entidade fica obrigada a divulgar de forma clara e objetiva através de placas, adesivos ou "plotagem" que o financiamento do projeto é realizado pelo Fundo Municipal da Infância e Adolescência de São José - FIA com a aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José - CMDCA/SJ.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Artigo 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 13 de agosto de 2014.

LILIANE FERREIRA MARTINS

Presidente do CMDCA/SJ

**Resolução Nº. 015/2014**

RESOLUÇÃO Nº. 015/2014.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO TÉCNICO INTITULADO "FESTIVAL DE VALORES E AÇÕES DO ESC - OFICINA III: CIRCO" DOS SEGMENTOS DESPERTAR, CRESCER E COLIBRIS, ELABORADO PELA INSTITUIÇÃO SOCIEDADE EUNICE WEAVER DE FLORIANÓPOLIS - EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 2.411/92, alterada pela Lei Municipal nº. 4.302/2005, conforme deliberado em Assembléia Ordinária do dia 13 de agosto de 2014,

CONSIDERANDO, a competência do CMDCA para deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência de São José - FIA.

CONSIDERANDO, o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8069/1990) e a Resolução nº 137 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, de

21 de janeiro de 2010.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o Projeto Técnico intitulado "FESTIVAL DE VALORES E AÇÕES DO ESC - OFICINA III: CIRCO", elaborado pela Instituição SOCIEDADE EUNICE WEAVER DE FLORIANÓPOLIS - EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA, no valor total de R\$ 12.271,44 (doze mil, duzentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos). O referido Projeto visa construir o fortalecimento de vínculos através da arte do Teatro e Circo, estimulando o desenvolvimento da afetividade, comunicação e interação que irão contribuir para a qualidade dos relacionamentos, emancipando os indivíduos.

Artigo 2º - A entidade fica obrigada a divulgar de forma clara e objetiva através de placas, adesivos ou "plotagem" que o financiamento do projeto é realizado pelo Fundo Municipal da Infância e Adolescência de São José - FIA com a aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José - CMDCA/SJ.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Artigo 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 13 de agosto de 2014.

LILIANE FERREIRA MARTINS

Presidente do CMDCA/SJ

**RESOLUÇÃO Nº. 016/2014**

RESOLUÇÃO Nº. 016/2014.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO TÉCNICO INTITULADO "PRESERVANDO O AMBIENTE" DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ - APAE/SJ.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 2.411/92, alterada pela Lei Municipal nº. 4.302/2005, conforme deliberado em Assembléia Ordinária do dia 13 de agosto de 2014,

CONSIDERANDO, a competência do CMDCA para deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência de São José - FIA.

CONSIDERANDO, o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8069/1990) e a Resolução nº 137 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, de 21 de janeiro de 2010.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o Projeto Técnico intitulado "PRESERVANDO O AMBIENTE", elaborado pela ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ - APAE/SJ, no valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). O referido Projeto visa oferecer às crianças e adolescentes um ambiente agradável e bonito de se conviver, através da restauração da pintura do prédio. Serão proporcionadas condições adequadas ao desenvolvimento físico, psicológico e social das crianças e adolescentes, promovendo um ambiente mais agradável, organizado, bonito e fácil para a limpeza, deixando o espaço confortável e com dignidade para a convivência entre os usuários, estimulando um trabalho sócio-educativo junto aos usuários inseridos neste Serviço, para a conservação e preservação do prédio.

Artigo 2º - A entidade fica obrigada a divulgar de forma clara e objetiva através de placas, adesivos ou "plotagem" que o financiamento do projeto é realizado pelo Fundo Municipal da Infância e Adolescência de São José - FIA com a aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José - CMDCA/SJ.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Artigo 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 13 de agosto de 2014.  
LILIANE FERREIRA MARTINS  
Presidente do CMDCA/SJ

### **RESOLUÇÃO Nº. 017/2014**

RESOLUÇÃO Nº. 017/2014.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO TÉCNICO INTITULADO "FESTIVAL DE VALORES E AÇÕES OFICINA VII: FOTOGRAFIA" DOS SEGMENTOS DESPERTAR, CRESCER E COLIBRIS, ELABORADO PELA INSTITUIÇÃO SOCIEDADE EUNICE WEAVER DE FLORIANÓPOLIS - EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 2.411/92, alterada pela Lei Municipal nº. 4.302/2005, conforme deliberado em Assembléia Ordinária do dia 13 de agosto de 2014,

CONSIDERANDO, a competência do CMDCA para deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência de São José - FIA.

CONSIDERANDO, o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8069/1990) e a Resolução nº 137 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, de 21 de janeiro de 2010.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o Projeto Técnico intitulado "FESTIVAL DE VALORES E AÇÕES OFICINA VII: FOTOGRAFIA", elaborado pela Instituição SOCIEDADE EUNICE WEAVER DE FLORIANÓPOLIS - EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA, no valor total de R\$ 30.202,40 (trinta mil, duzentos e dois reais e quarenta centavos). O referido Projeto visa promover oficinas de fotografia por período determinado de onze meses a partir de agosto de 2014 até junho de 2015 no Educandário de Santa Catarina, para aproximadamente 25 crianças entre 11 e 14 anos, frequentadoras do Segmento Despertar / Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (contraturno escolar), enquanto as demais desenvolvem o interesse pela atividade e estarão participando de outras oficinas.

Artigo 2º - A entidade fica obrigada a divulgar de forma clara e objetiva através de placas, adesivos ou "plotagem" que o financiamento do projeto é realizado pelo Fundo Municipal da Infância e Adolescência de São José - FIA com a aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José - CMDCA/SJ.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Artigo 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 13 de agosto de 2014.  
LILIANE FERREIRA MARTINS  
Presidente do CMDCA/SJ

### **Resolução Nº. 018/2014**

RESOLUÇÃO Nº. 018/2014.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO INTITULADO "LÁ EM CIMA MORA UM ANJO, MUITO SABIDO!", DOS SEGMENTOS DESPERTAR, CRESCER E COLIBRIS, ELABORADO PELA INSTITUIÇÃO SOCIEDADE EUNICE WEAVER DE FLORIANÓPOLIS - EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 2.411/92, alterada pela Lei Municipal nº. 4.302/2005, conforme deliberado em Assembléia Ordinária do dia 13 de agosto de 2014,

CONSIDERANDO, a competência do CMDCA para deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência de São José - FIA.

CONSIDERANDO, o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8069/1990) e a Resolução nº 137 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, de 21 de janeiro de 2010.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o Projeto Intitulado "LÁ EM CIMA MORA UM ANJO, MUITO SABIDO!", dos SEGMENTOS DESPERTAR, CRESCER E COLIBRIS, elaborado pela instituição Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis - Educandário Santa Catarina, no valor total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). O referido Projeto tem como objetivo geral: Construção de duas Casas na Árvore favorecendo as crianças a estrutura capaz de tornar as atividades lúdicas e envolventes, dando asas à imaginação e oportunizando ambiente para literatura, além da função agrupadora entre os três segmentos; Aquisição de um Bibliotrem (trem livraria) para facilitar o movimento coletivo entre as crianças e os livros, de forma volante; Aquisição de livros.

Artigo 2º - A entidade fica obrigada a divulgar de forma clara e objetiva através de placas, adesivos ou "plotagem" que o financiamento do projeto é realizado pelo Fundo Municipal da Infância e Adolescência de São José - FIA com a aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José - CMDCA/SJ.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições contrárias.

Artigo 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 13 de agosto de 2014.  
LILIANE FERREIRA MARTINS  
Presidente do CMDCA/SJ

**Resolução Nº. 019/2014**

RESOLUÇÃO Nº. 019/2014.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO REGISTRO DA ENTIDADE "FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SÃO JOSÉ"; PARA SUBMISSÃO AO PROJETO DA PETROBRÁS "PROGRAMA PETROBRÁS SOCIOAMBIENTAL 2014".

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 2.411/92 e suas alterações, conforme deliberado em Assembléia Ordinária do dia 13 de agosto de 2014,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Aprovar o registro da Entidade "Fundação Municipal de Esportes de São José", para submissão ao Projeto da Petrobrás "Programa Petrobrás Socioambiental 2014";

Parágrafo Único - A relação da Entidade "Fundação Municipal de Esportes de São José" e as informações referentes ao Programa supramencionados estão anexos a esta Resolução.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições contrárias.

São José, 13 de agosto de 2014.

LILIANE FERREIRA MARTINS

Presidente do CMDCA/SJ

**RESOLUÇÃO Nº. 020/2014**

RESOLUÇÃO Nº. 020/2014.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA RESOLUÇÃO 007/2014.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 2.411/92, alterada pela Lei Municipal nº. 4.302/2005, conforme deliberado em Assembléia Ordinária do dia 13 de agosto de 2014,

CONSIDERANDO, que o referido Projeto não foi aprovado neste Conselho pela reunião Plenária Ordinária de Junho de 2014.

CONSIDERANDO, o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8069/1990) e a Resolução nº 137 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, de 21 de janeiro de 2010.

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Revogar a Resolução 007/2014.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Artigo 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 13 de agosto de 2014.

LILIANE FERREIRA MARTINS

Presidente do CMDCA/SJ

**Resolução Nº. 021/2014**

RESOLUÇÃO Nº. 021/2014.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA RESOLUÇÃO 008/2014.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 2.411/92, alterada pela Lei Municipal nº. 4.302/2005, conforme deliberado em Assembléia Ordinária do dia 13 de agosto de 2014,

CONSIDERANDO, que o referido Projeto não foi aprovado neste Conselho pela Reunião Plenária Ordinária de Junho de 2014.

CONSIDERANDO, o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8069/1990) e a Resolução nº 137 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, de 21 de janeiro de 2010.

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Revogar a Resolução 008/2014.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Artigo 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 13 de agosto de 2014.

LILIANE FERREIRA MARTINS

Presidente do CMDCA/SJ

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### Extrato Pregão Presencial N.97/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº97/2014  
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº 97/2014, Edital de Pregão Nº 97/2014 para Registro de Preço, sendo o Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos para uso e manutenção da rede adutora de água e para manutenção da estação de tratamento de água do "SEMAE", bem como, aquisição de pedra rachão e pedra 30x30 para uso nos consertos diversos de pontes, muros e outros, no perímetro urbano e interior do município. Recebimento dos envelopes das propostas e habilitação até às 14:00 horas do dia 18/09/2014. Abertura dos envelopes e julgamento às 14:00 horas do dia 18/09/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br) ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou.

São José do Cedro - SC.  
Antonio Plinio de Castro Silva  
Prefeito Municipal.

### LEI COMPLEMENTAR Nº 040/2014 DE 26 DE AGOSTO DE 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 040/2014 DE 26 DE AGOSTO DE 2014.  
"DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL, INSTITUI PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES EFETIVOS DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SILMAR BRITZ, Presidente da Câmara de Vereadores de São José do Cedro, SC, no uso de suas funções institucionais,

FAZ SABER a todos os habitantes do Município que esta Casa Legislativa aprovou, ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, SC, sancionou e eu promulgo a seguinte Lei Complementar:

#### CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Fica instituído o Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo do Município de São José do Cedro, estado de Santa Catarina, com obediência a esta lei, à lei Orgânica Municipal e a Constituição da República Federativa do Brasil, passando a denominar-se de QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

Art. 2º - O regime jurídico dos servidores regidos por esta lei é o "Estatutário", instituído pelo Estatuto dos Servidores e Empregados Públicos Municipais do Município de São José do Cedro e o Previdenciário que é o do "Regime Geral de Previdência Social".

#### CAPÍTULO II

Dos Conceitos Gerais

Art. 3º - Para efeito de aplicação desta lei considera-se:

I - PLANO DE CARREIRA como sendo o conjunto de diretrizes e normas estabelecidas em legislação própria definindo a estrutura organizacional dos cargos, suas competências institucionais, forma de investidura, enquadramento, habilitação, ascensão e remuneração;

II - CARGO DE CARREIRA como sendo o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas às diversas categorias profissional incumbidas numa definição clássica;

III - CATEGORIA FUNCIONAL como sendo o conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional do servidor;

IV - VENCIMENTO como sendo a retribuição pecuniária devida ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao padrão fixado na presente lei;

V - REMUNERAÇÃO como sendo o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuárias, permanentes ou temporárias, estabelecido em lei.

VI - GRUPO OCUPACIONAL como sendo o conjunto de cargos reunidos segundo formação, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade;

VII - QUADRO DE PESSOAL como sendo o conjunto de cargos de provimento efetivo.

#### CAPÍTULO III

Do Quadro de Pessoal

#### SEÇÃO I

Dos Cargos Permanentes

Art. 4º - O Quadro de Pessoal Permanente do Poder Legislativo do Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, é composto pelos cargos a que se refere o Anexo I, distribuídos nos seguintes Grupos Ocupacionais:

I - GRUPO I - Atividades Técnicas de Nível Médio - ATNM-I.

II - GRUPO II - Atividades de Nível Médio - ANM - II

II - GRUPO II - Serviços Auxiliares - SAU.

Parágrafo único - Ficam criados os cargos constantes do Anexo I, de provimento efetivo, conforme os grupos mencionados nos incisos do caput deste artigo.

Art. 5º - Cada Grupo Ocupacional, abrangendo várias atividades, compreende:

I - Atividades Técnicas de Nível Médio - ATNM-I - ao qual estão afetas as atividades de Técnico em Contabilidade, Tesoureiro e Controlador Interno do Poder Legislativo Municipal e para cujo exercício é exigido, no mínimo, formação em nível de Ensino Médio de Técnico em Contabilidade e com registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC;

II - Atividades de Nível Médio - ANM II - ao qual estão afetas as atividades de Assessor de Imprensa e Comunicação do Poder Legislativo Municipal e para cujo exercício é exigido, no mínimo, formação em nível de Ensino Médio;



III - Serviços Auxiliares - SAU - ao qual estão afetas as atividades de Nível Auxiliar, de menor complexidade e que, para a respectiva ocupação, é exigida no mínimo formação em nível de Ensino Fundamental.

#### CAPÍTULO IV DA INVESTIDURA E ENQUADRAMENTO

Art. 6º - A investidura nos cargos mencionados no parágrafo único do artigo 4º depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a sua natureza e complexidade, na forma da presente lei e demais normas vigentes.

#### CAPÍTULO V

##### SEÇÃO I Da Remuneração, Gratificação e Teto Máximo Permitido

Art. 7º - Remuneração é a retribuição pecuniária devida, mensalmente, ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, acrescido vantagens financeiras permanentes ou temporárias, previstas em lei.

& 1º - A revisão geral da remuneração dos servidores do Poder Legislativo será na mesma data e nos mesmos índices da dos servidores da administração direta do Poder Executivo.

& 2º - O vencimento é irredutível, ressalvadas as condições previstas na Constituição direta do Poder Executivo.

Art. 8º - Poderá haver alteração da carga horária dos servidores do Legislativo Municipal, observada a concordância destes e a proporcional alteração do vencimento.

#### CAPÍTULO VI Do Adicional Por Tempo de Serviço

Art. 9º - O adicional por tempo de serviço é devido à razão de 3% (três por cento) sobre o vencimento, até o limite de 30% (trinta por cento) e será concedido a cada três anos (triênio), automática e independentemente de requerimento, a partir no mês subsequente ao do direito adquirido ao mesmo.

Art. 10º - Os percentuais e as regras do artigo anterior serão alterados sempre, nas mesmas datas e nas mesmas proporções que os dos servidores do Executivo Municipal.

Art. 11º - No cálculo do tempo de serviço será computado aquele prestado a qualquer título ao Município de São José do Cedro, em qualquer esfera, inclusive em cargos eletivos.

#### CAPÍTULO VII Da Jornada de Trabalho

Art. 12 - Os Servidores do Poder Legislativo Municipal incluídos no presente Plano de Carreira ficam sujeitos ao cumprimento das horas semanais de trabalho, constantes do Anexo I, para percepção da remuneração mensal integral.

Parágrafo único - Os horários deverão ser cumpridos de acordo com o estabelecido pela Presidência da Câmara de Vereadores.

Art. 13 - O adicional pela prestação de serviço extraordinário será pago por hora de trabalho que exceda o período normal de expediente, acrescido de 50% (cinquenta por cento) e aos sábados, domingos e feriados em 100 % (cem por cento), desde que autorizado, previamente, pelo superior imediato.

& - 1º - O valor da hora normal de trabalho terá como base de cálculo o vencimento do servidor.

& - 2º - Somente serão autorizados os serviços extraordinários para atender a situações excepcionais e temporais, conforme dispuser a Presidência.

& - 3º - As horas trabalhadas em caráter extraordinário e que não poderão exceder a 02 (duas) ao dia, salvo em casos de excepcional interesse do Legislativo, poderão, a critério da chefia imediata, por conveniência do Legislativo e a pedido do servidor, ser convertidas em folga para o mesmo.

#### CAPÍTULO VIII Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 14º - Os valores relativos aos níveis de vencimento constantes dos Anexos desta lei serão reajustados na mesma proporção e na mesma data, em que se modificarem os vencimentos dos servidores da Administração Direta do Poder Executivo, no que tange a revisão geral anual.

Parágrafo único - Em caso de concessão de qualquer abono e outra modalidade que implique em concessão de benefício salarial ao servidor da Administração Direta do Poder Executivo, será estendida aos servidores do Poder Legislativo Municipal.

Art. 15º - O Presidente do Poder Legislativo Municipal, no que couber, expedirá atos administrativos complementares necessários à plena execução desta Lei, inclusive, estabelecendo o Regimento Interno das atribuições dos cargos e funções ora instituídos.

Art. 16º - Constituem partes integrantes desta lei, os Anexos de I a VII.

Art. 17º - Até o prazo de 01 (um) ano da publicação desta lei, o Presidente da Câmara, providenciará todos os atos necessários ao enquadramento dos Servidores Efetivos do Poder Legislativo Municipal.

Art. 18º - Aplica-se aos servidores do Legislativo Municipal, a Lei nº 2.020 de 28 de abril de 1.993, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São José do Cedro ou outra que venha a substituí-la, bem como as demais legislações que tratam dos servidores municipais.

Art. 19º - No que tange às atividades insalubres, são estendidos aos ocupantes dos cargos criados pela presente lei, os mesmos direitos de que são detentores os servidores do Poder Executivo.

Art. 20º - Os vencimentos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Art. 21º - As despesas decorrentes com a aplicação da presente lei correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários em cada exercício.

Art. 22º - Os cargos criados nesta lei são de provimento efetivo razão pela qual, enquanto perdurar o processo de realização de concurso público e posse dos aprovados, continuarão a exercer seus cargos, os servidores hoje ocupantes dos cargos de Assessor de Imprensa e Comunicação, Técnico em Contabilidade e Controlador Interno.

Art. 23º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal 3.514 de 06 de maio de 2008, Lei Municipal 3.703 de 16 de março de 2010 e Lei Municipal 3.765 de 01 de agosto de 2010, quando do empossamento dos aprovados no certame público a ser realizado para o provimento dos cargos elencados por esta Lei.



CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de setembro de 2014.

SILMAR BRITZ

Presidente da Câmara de Vereadores

#### ANEXO I

QUADRO DE CARGOS EFETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC - Nº DE VAGAS, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTO - A SEREM PREENCHIDAS MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO

CARGOS	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO INICIAL EM R\$
<b>ATNM - I</b>			
Técnico em Contabilidade	01	20 h.	1.470,46
Tesoureiro	01	10 h.	800,00
Controlador Interno	01	10 h.	800,00
<b>ANM - II</b>			
Assessor de Imprensa e Comunicação	01	20h	768,38
<b>SAU</b>			
Auxiliar de Serviços Gerais	01	40 h	815,36

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, em 01 de setembro de 2014.

SILMAR BRITZ

Presidente da Câmara de Vereadores

#### ANEXO II

##### GRUPO I - ATIVIDADES TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO - ATNM - I

HABILITAÇÃO: Portador de Certificado de Conclusão de Ensino Médio de Técnico em Contabilidade ou Formação Superior em curso de Ciências Contábeis, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional - Conselho Regional de Contabilidade - CRC.

<b>ATNM - I</b>	
1 - TÉCNICO EM CONTABILIDADE	
<b>ATNM - I</b>	
1 - TESOUREIRO	
<b>ATNM - I</b>	
1 - CONTROLADOR INTERNO	

##### GRUPO II - ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO - ANM - II

HABILITAÇÃO: Portador de Certificado de Conclusão de Ensino Médio.

<b>ANM - II</b>
1 - Assessor de Imprensa e Comunicação

##### GRUPO III - SERVIÇOS AUXILIARES - SAU

HABILITAÇÃO: Portador de Certificado de conclusão do Ensino Fundamental.

<b>SAU</b>
1 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, em 01 de setembro de 2014.

SILMAR BRITZ

Presidente da Câmara de Vereadores

#### ANEXO III

##### ATIVIDADES ESPECÍFICAS TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Nome do Cargo	Atividades Específicas
Técnico em Contabilidade	<p>Atividades de execução qualificada, abrangendo serviços relativos à contabilidade financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração de balanços, registros e demonstrações contábeis e outras atividades correlatas, como sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejar o sistema de registros e operações, atendendo às necessidades administrativas e às exigências legais para possibilitar o controle contábil e orçamentário;</li> <li>- Executar os trabalhos de contabilização de documentos, analisando-os, orientando e dotando os procedimentos mais adequados ao seu processamento para assegurar a observância do Plano de Contas adotado e a fidelidade dos registros;</li> <li>- Emitir, organizar e assinar balancetes, balanços e demonstrativos de contas e outras demonstrações contábeis, aplicando as normas para apresentar resultados parciais de gestão e de resultados parciais e gerais da situação patrimonial, econômica e financeira de instituição;</li> <li>- Cumprir as determinações, fazer os encaminhamentos de informações aos órgãos fiscalizadores do Legislativo e cumprir as informações das metas fiscais;</li> <li>- Realizar e ser responsável por todas as atividades pertinentes ao cargo na forma deste ato; e,</li> <li>- Desincumbir-se de outras atividades inerentes aos serviços contábeis por excelência.</li> </ul>

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de setembro de 2014.

SILMAR BRITZ

Presidente da Câmara de Vereadores

**ANEXO IV**  
**ATIVIDADES ESPECÍFICAS**  
**TESOUREIRO**

Nome do Cargo	Atividades Específicas
TESOUREIRO	<p>Atividades de execução qualificada, abrangendo serviços relativos à tesouraria da Câmara de Vereadores e outras atividades correlatas, como sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Previsão de receitas e despesas;</li> <li>- Executar os registros patrimoniais inclusive as incorporações e alienações;</li> <li>- Auditorias;</li> <li>- Numerários;</li> <li>- Registros de controle de receitas e despesas;</li> <li>- Prestação de contas;</li> <li>- Movimentação bancária;</li> <li>- Documentos financeiros e de desembolso;</li> <li>- Guarda de documentos;</li> <li>- Representação junto ao Tribunal de Contas;</li> <li>- Autenticações de documentos;</li> <li>- Controle de impostos federais, estaduais e municipais;</li> <li>- Demonstração das despesas de pessoal e dos recursos recebidos;</li> <li>- Aplicações financeiras;</li> <li>- Empenhos e sub-empenhos;</li> <li>- Ordens bancárias e outras atividades afins.</li> </ul>

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, em 01 de setembro de 2014.

**SILMAR BRITZ**  
Presidente da Câmara de Vereadores

**ANEXO V**  
**ATIVIDADES ESPECÍFICAS**  
**CONTROLADOR INTERNO**

Nome do Cargo	Atividades Específicas
CONTROLADOR INTERNO	<p>O sistema de Controle Interno tem como objetivo básico assegurar a boa gestão dos recursos financeiros e apoiar o controle externo na sua missão institucional de fiscalizar os atos da administração interna do Poder Legislativo, relacionados à execução contábil, financeira, patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, especialmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Exercer o controle interno de forma prévia, com verificação de sua legalidade, concomitantemente com a elaboração e divulgação dos relatórios e subsequente com apresentação e divulgação das prestações de contas;</li> <li>- Exercer o controle interno sobre o gerenciamento e administração de bens e valores sobre os quais o Poder Legislativo responda;</li> <li>- Acompanhar e avaliar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas do Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias;</li> <li>- Avaliar a execução dos programas e dos orçamentos quanto ao cumprimento das metas físicas e financeiras;</li> <li>- Comprovar a legalidade dos atos de gestão de governo e avaliar os resultados quanto à eficácia, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, assim como a boa e regular aplicação dos recursos públicos;</li> <li>- Avaliar os custos das obras e serviços realizados pela administração do Legislativo e apurado em controles regulamentados na Lei de Diretrizes Orçamentárias;</li> <li>- Controle e inscrição de restos a pagar;</li> <li>- Verificar a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos;</li> <li>- Acompanhar o cumprimento da destinação vinculada de recursos da alienação de ativos;</li> <li>- Acompanhar o cumprimento dos limites de gastos, inclusive de pessoal do Poder Legislativo Municipal;</li> <li>- Cumprir todas as metas e responsabilidades atinentes ao seu cargo, inclusive as determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado, pelo município e de outras entidades e instituições que sejam necessárias.</li> </ul>

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, em 01 de setembro de 2014.

**SILMAR BRITZ**  
Presidente da Câmara de Vereadores

**ANEXO VI**  
**ATIVIDADES ESPECÍFICAS**  
**ASSESSOR(A) DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO DO LEGISLATIVO**

Nome do Cargo	Atividades Específicas
	<p>Promover a divulgação dos assuntos de interesse administrativo, econômico e social da Câmara de Vereadores e outras atividades correlatas, como sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- coordenar a política de comunicação externa e interna do Poder Legislativo, mantendo contato com a imprensa escrita e falada;</li> <li>- elaborar a produção de todo o material gráfico e áudio-visual do Poder Legislativo Municipal, inclusive das sessões realizadas;</li> <li>- elaborar as notícias sobre as matérias debatidas no Poder Legislativo, encaminhando-as aos meios de comunicação para conhecimento geral;</li> <li>- alimentar com notícias a páginas na internet do Poder Legislativo;</li> <li>- realizar as gravações das matérias a serem encaminhadas aos meios de comunicação;</li> <li>- organizar e manter arquivo de fotografias, recortes de jornais e revistas relativos a assuntos de interesse da Câmara de Vereadores;</li> </ul>
Assessor de Imprensa e Comunicação do Legislativo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Providenciar junto com a imprensa, a cobertura jornalística de todas as atividades e atos de caráter público da câmara;</li> <li>- Executar outras tarefas correlatas.</li> </ul>

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, em 01 de setembro de 2014.

SILMAR BRITZ

Presidente da Câmara de Vereadores

**ANEXO VII**  
**ATIVIDADES ESPECÍFICAS**  
**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Nome do Cargo	Atividades Específicas
	<p>Execução de trabalhos e serviços gerais de limpeza, de trabalhos braçais, manutenção e conservação, como sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Executar trabalhos rotineiros de limpeza em geral em edifícios, prédios, dependências, espanando, varrendo, lavando, encerrando e lustrando móveis e utensílios, copos, vasilhames, panelas e outros para mantê-los em condições de higiene e conservação;</li> <li>- Arrumar banheiros e toaletes, limpando-os e reabastecendo-os para conservá-los em condições de uso;</li> <li>- Coletar o lixo depositado em lixeiros removendo-o para local adequado, acondicionando-o em sacos próprios para depósito em lixeiras para coleta ou incineração, se for o caso;</li> <li>- Preparar alimentos como: café, chás e outros, servindo-os aos demais, às autoridades e visitantes em horários predeterminados ou quando solicitados;</li> <li>- Cuidar e procurar manter em bom estado os objetos e utensílios sob sua guarda e responsabilidade e aqueles necessários ao desenvolvimento de suas atividades;</li> </ul>
Auxiliar de Serviços Gerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Executar outras atividades determinadas pelos superiores hierárquicos.</li> </ul>

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, em 01 de setembro de 2014.

SILMAR BRITZ

Presidente da Câmara de Vereadores

**DECRETO Nº. 144/2014 - SF**

DECRETO Nº. 144/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S

03 COORDENADORIA DE APOIO A TERCEIRA IDADE

2.049 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO - API

"356" 3.3.90.36.00.00.1.0000 Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica .....R\$ 350,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), das verbas a seguir discriminadas:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S

03 COORDENADORIA DE APOIO A TERCEIRA IDADE

2.049 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO - API

"355" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$ 350,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 21 de julho de 2014.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
 Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 21 de julho de 2014.

Francielle Baú,  
 Diretora de Secretaria.

**RREO - 4º Bimestre 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>5.218.761,34</b>	<b>17,67</b>	<b>21.516.855,52</b>	<b>72,85</b>	<b>8.019.986,06</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>26.467.894,97</b>	<b>26.467.894,97</b>	<b>4.523.262,16</b>	<b>17,09</b>	<b>18.837.266,34</b>	<b>71,17</b>	<b>7.630.628,63</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.282.459,88	2.282.459,88	465.321,97	20,39	1.900.919,35	83,28	381.540,53
IMPOSTOS	1.839.965,68	1.839.965,68	330.633,79	17,97	1.664.516,11	90,46	175.449,57
TAXAS	211.002,20	211.002,20	83.717,44	39,68	159.122,27	75,41	51.879,93
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	231.492,00	231.492,00	50.970,74	22,02	77.280,97	33,38	154.211,03
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	350.745,00	350.745,00	74.109,35	21,13	309.412,11	88,22	41.332,89
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	350.745,00	350.745,00	74.109,35	21,13	309.412,11	88,22	41.332,89
RECEITA PATRIMONIAL	91.306,54	91.306,54	27.313,54	29,91	137.872,13	151,00	-46.565,59
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	91.306,54	91.306,54	27.313,54	29,91	137.872,13	151,00	-46.565,59
RECEITA DE SERVIÇOS	728.746,90	728.746,90	385.952,37	52,96	1.439.952,90	197,59	-711.206,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.786.402,02	22.786.402,02	3.494.821,86	15,34	14.859.788,11	65,21	7.926.613,91
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	22.683.040,75	22.683.040,75	3.476.357,91	15,33	14.789.271,35	65,20	7.893.769,40
Transf. de Conv.	103.361,27	103.361,27	18.463,95	17,86	70.516,76	68,22	32.844,51
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	228.234,63	228.234,63	75.743,07	33,19	189.321,74	82,95	38.912,89
Multas e Juros de Mora	37.064,08	37.064,08	12.198,11	32,91	32.651,92	88,10	4.412,16
RECEITA DA DIVIDAATIVA	85.862,07	85.862,07	19.005,19	22,13	71.069,98	82,77	14.792,09
RECEITAS DIVERSAS	105.308,48	105.308,48	44.539,77	42,29	85.599,84	81,28	19.708,64
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.068.946,61</b>	<b>3.068.946,61</b>	<b>695.499,18</b>	<b>22,66</b>	<b>2.679.589,18</b>	<b>87,31</b>	<b>389.357,43</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	950.000,00	950.000,00	10.400,00	1,09	980.130,00	103,17	-30.130,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	950.000,00	950.000,00	10.400,00	1,09	980.130,00	103,17	-30.130,00
ALIENAÇÃO DE BENS	48.946,61	48.946,61	0,00	0,00	0,00	0,00	48.946,61
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	39.446,61	39.446,61	0,00	0,00	0,00	0,00	39.446,61
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	9.500,00	9.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.500,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.070.000,00	2.070.000,00	685.099,18	33,10	1.699.459,18	82,10	370.540,82
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	155.000,00	155.000,00	8.316,00	5,37	8.316,00	5,37	146.684,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.915.000,00	1.915.000,00	676.783,18	35,34	1.691.143,18	88,31	223.856,82
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>5.218.761,34</b>	<b>17,67</b>	<b>21.516.855,52</b>	<b>72,85</b>	<b>8.019.986,06</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

31/08/2014

Continuação 2/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>5.218.761,34</b>	<b>17,67</b>	<b>21.516.855,52</b>	<b>72,85</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>5.218.761,34</b>	<b>17,67</b>	<b>21.516.855,52</b>	<b>72,85</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>1.498.620,04</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>497.690,85</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	1.498.620,04	—	—	497.690,85	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>8.045.093,00</b>	<b>37.581.934,58</b>	<b>6.941.562,49</b>	<b>25.421.980,68</b>	<b>5.962.593,03</b>	<b>20.790.486,49</b>	<b>16.791.448,09</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>23.696.189,30</b>	<b>3.179.548,38</b>	<b>26.875.737,68</b>	<b>4.179.327,45</b>	<b>19.495.609,26</b>	<b>4.772.760,70</b>	<b>17.629.602,66</b>	<b>9.246.135,02</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.411.113,65	775.953,17	13.187.066,82	2.249.048,87	8.850.330,48	2.264.833,14	8.821.780,75	4.365.286,07
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	245.400,00	0,00	245.400,00	37.004,67	119.360,58	37.004,67	119.360,58	126.039,42
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.039.675,65	2.403.595,21	13.443.270,86	1.893.273,91	10.525.918,20	2.470.922,89	8.688.461,33	4.754.809,53
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.828.652,28</b>	<b>4.865.544,62</b>	<b>10.694.196,90</b>	<b>2.762.235,04</b>	<b>5.926.371,42</b>	<b>1.189.832,33</b>	<b>3.160.883,83</b>	<b>7.533.313,07</b>
INVESTIMENTOS	5.094.652,28	4.865.544,62	9.960.196,90	2.602.132,63	5.403.981,15	1.029.729,92	2.638.493,56	7.321.703,34
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	734.000,00	0,00	734.000,00	160.102,41	522.390,27	160.102,41	522.390,27	211.609,73
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>12.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>8.045.093,00</b>	<b>37.581.934,58</b>	<b>6.941.562,49</b>	<b>25.421.980,68</b>	<b>5.962.593,03</b>	<b>20.790.486,49</b>	<b>16.791.448,09</b>

Continua 2/3

31/08/2014



Continuação 3/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	29.536.841,58	8.045.093,00	37.581.934,58	6.941.562,49	25.421.980,68	5.962.593,03	20.790.486,49	55,32	16.791.448,09
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	726.369,03	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	29.536.841,58	8.045.093,00	37.581.934,58	6.941.562,49	25.421.980,68	5.962.593,03	21.516.855,52	57,25	16.791.448,09

**FONTE:**

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/08/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SII	RUDIMAR CESAR WINTER	DÉBORA PAGNO
PREFEITO	CONTROLE INTERNO	CONTADORA CRC/SC 037204/04

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SII RUDIMAR CESAR WINTER

PREFEITO

CONTROLE INTERNO

CONTADORA CRC/SC 037204/04

31/08/2014

**RREO - 4º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	29.536.841,58	37.581.934,58	6.941.582,49	25.421.980,68	5.962.593,03	20.790.486,49	100,00	55,32
Legislativa	752.200,00	752.200,00	103.466,92	447.773,88	112.819,77	429.277,91	2,06	57,07
Ação Legislativa	752.200,00	752.200,00	103.466,92	447.773,88	112.819,77	429.277,91	2,06	57,07
Judiciária	480.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	480.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	2.836.906,76	2.857.202,05	469.398,27	2.100.779,76	501.294,20	1.842.803,83	8,86	64,50
Administração Geral	2.174.228,76	2.166.965,13	405.306,93	1.598.771,70	415.840,23	1.397.429,40	6,72	64,52
Administração Financeira	662.678,00	691.236,92	64.091,34	502.008,06	85.453,97	445.374,43	2,14	64,43
Segurança Pública	990.454,86	1.291.570,36	18.280,65	511.623,36	46.331,49	498.328,71	2,40	38,58
Policimento	117.118,77	218.234,27	9.572,21	176.455,75	11.359,05	168.951,70	0,81	77,42
Defesa Civil	873.336,09	1.073.336,09	8.708,44	336.167,61	34.972,44	329.377,01	1,58	30,69
Assistência Social	1.895.034,00	2.343.970,06	74.888,23	515.360,93	137.742,47	430.129,11	2,07	18,35
Assistência ao Idoso	1.120.105,84	1.343.682,90	6.161,18	69.345,40	37.495,18	66.545,40	0,32	4,95
Assistência ao Portador de Deficiência	12.162,00	12.162,00	0,00	12.162,00	1.013,50	7.094,50	0,03	58,33
Assistência à Criança e ao Adolescente	120.892,00	231.108,32	9.482,33	135.756,30	31.660,96	127.730,03	0,61	55,27
Assistência Comunitária	641.874,16	757.016,84	59.244,72	298.097,23	67.572,83	228.759,18	1,10	30,22
Saúde	6.763.605,21	7.770.282,29	1.306.075,05	5.637.734,65	1.431.114,27	5.104.932,88	24,55	65,70
Atenção Básica	6.563.870,83	7.538.047,91	1.227.450,33	5.429.997,41	1.381.921,26	4.934.028,33	23,73	65,45
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	152.900,00	152.900,00	75.250,00	150.500,00	42.387,80	117.637,80	0,57	76,94
Vigilância Sanitária	12.866,16	45.366,16	2.745,72	27.195,55	3.396,31	26.727,43	0,13	58,91
Vigilância Epidemiológica	33.968,22	33.968,22	629,00	30.041,69	3.408,90	26.539,32	0,13	78,13
Educação	6.803.692,82	7.399.218,19	1.715.673,27	5.370.053,82	1.187.658,75	4.502.717,64	21,66	60,85
Alimentação e Nutrição	214.197,00	214.197,00	24.142,73	146.348,58	29.618,39	133.804,97	0,64	62,47
Ensino Fundamental	4.449.326,69	5.099.963,06	1.353.289,99	3.925.869,18	814.581,21	3.130.884,51	15,06	61,39
Ensino Médio	119.255,15	119.255,15	6.630,40	45.829,20	14.504,00	45.829,20	0,22	38,43
Ensino Superior	81.600,00	68.944,00	0,00	68.944,00	8.618,00	43.090,00	0,21	62,50
Educação Infantil	1.918.278,98	1.871.063,98	325.278,15	1.158.328,59	314.929,15	1.133.422,69	5,45	60,58
Educação Especial	21.035,00	25.795,00	6.332,00	24.734,27	5.408,00	15.686,27	0,08	60,81

Continua 1/3

31/08/2014

Continuação 2/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Cultura	29.536.841,68	37.581.934,68	6.941.562,49	25.421.980,68	5.962.593,03	20.790.486,49	100,00	55,32
Difusão Cultural	242.441,68	312.202,15	100.951,10	259.546,68	158.296,52	228.009,13	1,10	73,03
Lazer	147.351,68	150.638,15	20.875,55	97.986,16	18.353,55	69.634,16	0,33	46,23
Urbanismo	95.090,00	161.564,00	80.075,55	161.560,52	139.942,97	158.374,97	0,76	98,03
Infra-Estrutura Urbana	760.347,16	819.062,33	72.147,25	701.312,27	140.844,40	504.331,11	2,43	61,57
	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	735.347,16	819.062,33	72.147,25	701.312,27	140.844,40	504.331,11	2,43	61,57
Habituação	169.164,22	114.316,10	8.380,00	21.608,04	7.622,27	20.850,31	0,10	18,24
Habituação Urbana	169.164,22	114.316,10	8.380,00	21.608,04	7.622,27	20.850,31	0,10	18,24
Saneamento	23.500,00	1.335.799,62	198.967,93	616.584,08	231.794,32	556.454,08	2,68	41,66
Infra-Estrutura Urbana	0,00	1.324.250,00	198.967,93	605.529,08	220.739,32	545.399,08	2,62	41,19
Serviços Urbanos	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	8.500,00	11.549,62	0,00	11.055,00	11.055,00	11.055,00	0,05	95,72
Gestão Ambiental	32.850,00	30.486,38	3.160,53	13.018,58	3.160,53	12.872,20	0,06	42,22
Serviços Urbanos	30.340,00	30.340,00	3.160,53	12.872,20	3.160,53	12.872,20	0,06	42,43
Controle Ambiental	2.510,00	146,38	0,00	146,38	0,00	0,00	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	6.500,00	112.196,30	0,00	109.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informatização	6.500,00	112.196,30	0,00	109.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.538.728,00	2.513.379,74	725.352,64	2.226.229,61	381.332,48	1.629.843,46	7,84	64,85
Extensão Rural	1.478.728,00	2.513.379,74	725.352,64	2.226.229,61	381.332,48	1.629.843,46	7,84	64,85
Comercialização	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	145.671,20	101.671,20	7.029,90	46.988,09	7.014,90	46.973,09	0,23	46,20
Promoção Industrial	128.421,20	84.421,20	7.029,90	46.988,09	7.014,90	46.973,09	0,23	55,64
Produção Industrial	17.250,00	17.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	361.534,95	400.580,48	112.797,47	292.019,15	45.855,97	225.077,65	1,08	56,19
Energia Elétrica	361.534,95	400.580,48	112.797,47	292.019,15	45.855,97	225.077,65	1,08	56,19
Transporte	3.856.255,72	7.280.935,80	1.684.946,83	5.212.867,18	1.217.484,77	3.516.433,23	16,91	48,30
Transporte Rodoviário	3.856.255,72	7.280.935,80	1.684.946,83	5.212.867,18	1.217.484,77	3.516.433,23	16,91	48,30

Continua 2/3

31/08/2014

Continuação 3/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	29.536.841,58	37.581.934,58	6.941.562,49	25.421.980,68	5.962.593,03	20.790.486,49	100,00	55,32
Desporto e Lazer	460.170,00	525.379,10	52.569,71	406.242,20	64.749,18	308.895,09	1,49	58,79
Desporto Comunitário	460.170,00	525.379,10	52.569,71	406.242,20	64.749,18	308.895,09	1,49	58,79
Encargos Especiais	1.405.785,00	1.409.482,43	287.476,74	933.038,40	287.476,74	932.557,06	4,49	66,16
Serviço da Dívida Interna	979.400,00	979.400,00	197.107,08	641.750,85	197.107,08	641.750,85	3,09	65,52
Outros Encargos Especiais	426.385,00	430.082,43	90.369,66	291.287,55	90.369,66	290.806,21	1,40	67,62
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	29.536.841,58	37.581.934,58	6.941.562,49	25.421.980,68	5.962.593,03	20.790.486,49	100,00	55,32

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/08/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SI	RUDIMAR CESAR WINTER	DÉBORA PAGNO
PREFEITO	CONTROLE INTERNO	CONTADORA CRC/SC 037204/O-1

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

31/08/2014

## RREO - 4º BIMESTRE 2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES											PREVISÃO ATUALIZADA 2014
		Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agv/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>													
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>													
I.P.T.U.		2.387.285,11	2.386.248,43	2.525.069,91	2.891.833,27	2.804.137,55	2.545.356,07	2.217.938,45	2.590.164,87	2.511.482,99	2.587.156,82	31.488.956,95	30.042.538,36
		168.883,61	218.199,04	174.093,36	178.374,94	137.721,46	125.683,02	137.696,83	175.592,29	229.645,90	235.676,17	2.646.703,01	2.302.365,40
IR-R.F.		30.319,17	28.575,07	5.011,49	4.545,72	2.165,36	0,00	0,00	38.704,03	34.682,91	30.669,82	755.277,42	760.097,50
I.S.S.		37.880,70	34.474,21	60.305,08	44.674,13	43.291,03	39.079,70	33.818,55	30.334,88	43.692,54	41.278,89	484.542,44	346.125,70
I.T.E.U.		37.257,24	48.833,99	55.996,94	75.438,30	54.345,63	42.836,54	55.597,56	60.513,95	68.106,86	58.190,64	689.665,67	544.722,20
Outras Receitas Tributárias		17.179,30	14.617,71	22.465,51	22.092,59	24.923,99	22.651,11	31.388,89	19.804,44	10.603,70	15.521,83	285.416,34	202.925,80
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		46.247,40	92.698,06	23.796,34	31.694,10	13.004,45	20.908,67	16.891,83	20.154,18	14.046,34	90.002,199	430.801,14	442.494,20
RECEITA PATRIMONIAL		30.901,41	34.553,45	36.125,52	34.729,86	36.818,10	35.407,61	36.727,40	53.976,29	37.072,60	37.036,75	445.722,35	350.745,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		11.889,30	15.118,47	13.190,02	14.791,70	18.937,86	19.143,56	16.947,83	17.617,52	19.812,96	7.500,56	192.861,62	91.094,54
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		26.701,39	24.490,76	19.414,18	48.051,07	192.159,46	74.874,75	37.774,01	68.975,38	202.897,42	183.054,96	1.559.610,30	728.746,90
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.127.240,55	2.057.674,57	2.211.259,99	2.639.757,20	2.396.100,58	2.274.339,57	1.972.488,34	2.253.993,43	1.973.436,10	2.076.773,41	26.294.245,70	26.341.351,89
Cota-Parte do F.P.M.		587.797,15	587.806,17	817.826,44	843.322,78	991.385,62	1.068.654,83	627.988,82	716.743,51	615.211,05	747.376,76	9.285.361,96	10.010.388,84
Cota-Parte do I.C.M.S.		591.855,36	575.424,65	640.292,13	638.146,57	605.694,02	573.412,17	576.716,84	596.595,78	550.829,77	567.783,70	7.046.583,73	7.000.357,82
Cota-Parte do IP.V.A.		126.189,23	121.045,35	67.355,59	35.902,27	64.163,85	94.735,71	110.598,46	115.780,25	138.951,91	133.444,57	1.272.155,23	1.205.354,65
Cota-Parte do ITR.		2.458,51	3.185,65	167,70	18,24	54,36	0,00	6,56	60,63	41,21	10,00	6.002,86	2.795,31
Outras Transferências Correntes		503.762,90	463.247,41	340.724,15	766.493,37	387.396,67	189.457,45	326.595,48	313.663,34	345.936,21	283.470,54	4.613.461,21	4.091.162,44
Transferências da LC 81/1989		6.641,54	7.099,86	7.875,59	8.417,30	7.589,54	6.425,49	6.278,53	13.641,94	9.294,75	9.374,46	100.586,30	112.134,79
Transferências da LC 87/1996		2.615,51	2.615,51	2.615,51	2.615,51	2.503,95	2.503,95	0,00	2.503,95	2.503,95	2.503,95	28.010,89	55.832,31
Transferências do FUNDEB		305.900,65	297.249,97	334.601,88	332.875,16	367.319,57	349.136,97	322.282,85	324.719,31	311.122,67	332.806,43	3.959.063,72	3.893.305,93
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		21.679,66	45.213,14	70.471,94	25.123,60	22.400,09	15.917,56	14.394,04	20.079,96	48.628,09	27.114,98	361.813,97	226.234,63
<b>DEDUÇÕES (II)</b>													
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		262.234,87	258.015,25	305.611,23	304.001,49	332.760,74	345.846,76	263.461,95	263.409,98	263.276,60	292.099,05	3.534.672,51	3.535.044,35
Deduções de Receita do IPTU		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.716,61	0,00	0,00	-3.716,61	-19.935,52
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>		2.125.050,24	2.138.233,18	2.219.458,68	2.627.831,78	2.471.376,81	2.199.509,31	1.954.476,50	2.098.817,63	2.248.204,39	2.275.057,77	27.955.284,44	26.507.484,01
FONTE:													
SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/08/2014													

31/08/2014



RREO - 4º BIMESTRE 2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)			R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Recatta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recatta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recattas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recattas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recattas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recatta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recattas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recattas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recattas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Continúa 1/4				

Continua 1/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

Continuação 2/4

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR				
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECETAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
RECETAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECETAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

31/08/2014

Continuação 3/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
				Até o Bimestre/2013
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
				Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)				
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

31/08/2014

Continuação 4/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/08/2014

_____ ANTONIO PLINIO DE CASTRO SII PREFEITO	_____ RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	_____ DÉBORA PAGNO CONTADORA CRC/SC 037204/O-4
---	---	--

31/08/2014

**RREO - 4º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.328.375,35	1.935.817,49	1.786.115,08
DEDUÇÕES (II)	3.875.621,85	4.298.248,87	3.293.544,24
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.000.930,64	4.335.248,87	3.293.544,24
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	125.308,79	37.000,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.547.246,50	-2.362.431,38	-1.507.429,16
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	125.097,51	90.976,29	80.668,18
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-2.672.344,01</b>	<b>-2.453.407,67</b>	<b>-1.588.097,34</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>865.310,33</b>	<b>1.084.246,67</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>1.570.564,70</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/08/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/08/2014



**RREO - 4º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO**

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>26.376.588,43</b>	<b>4.495.948,62</b>	<b>18.699.394,21</b>	<b>16.417.984,75</b>
Receita Tributária	2.282.459,88	465.321,97	1.900.919,35	1.594.048,56
I.P.T.U.	743.191,98	64.947,73	683.109,36	628.805,84
I.S.S.	544.722,20	126.299,50	471.137,20	353.706,32
I.T.B.I.	202.925,80	54.417,13	203.061,23	157.943,57
I.R.R.F.	349.125,70	84.969,43	307.208,32	299.907,17
Outras Receitas Tributárias	442.494,20	134.688,18	236.403,24	153.685,66
Receita de Contribuição	350.745,00	74.109,35	309.412,11	277.038,50
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	350.745,00	74.109,35	309.412,11	277.038,50
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	91.306,54	27.313,54	137.872,13	60.956,26
(-) Aplicações Financeiras	91.306,54	27.313,54	137.872,13	60.956,26
Transferências Correntes	22.786.402,02	3.494.821,86	14.859.788,11	13.626.402,97
F.P.M.	8.130.733,73	1.090.070,31	5.143.047,76	4.763.852,65
I.C.M.S.	5.600.286,26	894.730,98	3.683.090,34	3.452.167,31
Convênios	103.361,27	18.463,95	70.516,76	75.146,37
Outras Transferências Correntes	8.952.020,76	1.491.556,62	5.963.133,25	5.335.236,64
Demais Receitas Correntes	956.981,53	461.695,44	1.629.274,64	920.494,72
Dívida Ativa	85.862,07	19.005,19	71.069,98	81.343,35
Diversas Receitas Correntes	871.119,46	442.690,25	1.558.204,66	839.151,37
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>3.068.946,61</b>	<b>695.499,18</b>	<b>2.679.589,18</b>	<b>905.125,61</b>
Operações de Crédito (III)	950.000,00	10.400,00	980.130,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	48.946,61	0,00	0,00	301.753,39
Transferências de Capital	2.070.000,00	685.099,18	1.699.459,18	603.372,22
Convênios	1.915.000,00	676.783,18	1.691.143,18	468.878,22
Outras Transferências de Capital	155.000,00	8.316,00	8.316,00	134.494,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>2.070.000,00</b>	<b>685.099,18</b>	<b>1.699.459,18</b>	<b>603.372,22</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>28.446.588,43</b>	<b>5.181.047,80</b>	<b>20.398.853,39</b>	<b>17.021.356,97</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>26.875.737,68</b>	<b>4.772.760,70</b>	<b>17.629.602,66</b>	<b>14.730.519,04</b>
Pessoal e Encargos Sociais	13.187.066,82	2.264.833,14	8.821.780,75	7.811.348,67
Juros e Encargos da Dívida (IX)	245.400,00	37.004,67	119.360,58	187.428,83
Outras Despesas Correntes	13.443.270,86	2.470.922,89	8.688.461,33	6.731.741,54
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>26.630.337,68</b>	<b>4.735.756,03</b>	<b>17.510.242,08</b>	<b>14.543.090,21</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>10.694.196,90</b>	<b>1.189.832,33</b>	<b>3.160.883,83</b>	<b>1.036.489,74</b>
Investimentos	9.960.196,90	1.029.729,92	2.638.493,56	515.127,31
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	734.000,00	160.102,41	522.390,27	521.362,43
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>9.960.196,90</b>	<b>1.029.729,92</b>	<b>2.638.493,56</b>	<b>515.127,31</b>

31/08/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	12.000,00	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>36.602.534,58</b>	<b>5.765.485,95</b>	<b>20.148.735,64</b>	<b>15.058.217,52</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-8.155.946,15</b>	<b>-584.438,15</b>	<b>250.117,75</b>	<b>1.963.139,45</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	497.690,85	1.563.151,83
Superávit Financeiro	-	-	497.690,85	1.563.151,83
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-20.500,00</b>

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/08/2014

\_\_\_\_\_  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

\_\_\_\_\_  
DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

\_\_\_\_\_  
RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

31/08/2014

**RREO - 4º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO	-	125.308,79	125.308,76	0,03	-	36.801,40	1.588.341,56	1.370.409,65	1.370.409,65	27.474,30	227.259,01
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	125.308,79	125.308,76	0,03	0,00	36.801,40	1.588.341,56	1.370.409,65	1.370.409,65	27.474,30	227.259,01
FUNDO DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS - FL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	334,50	334,50	334,50	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - F.M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	272.997,51	87.311,94	87.311,94	0,00	185.685,57
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F.M.S.	0,00	3.717,48	3.717,48	0,00	0,00	0,00	31.302,85	22.131,01	22.131,01	9.171,84	-0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.700,00	12.700,00	12.700,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	423.626,56	419.997,14	419.997,14	3.289,82	340,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	296,00	296,00	0,00	0,00	0,00	284.464,01	283.584,00	283.584,00	0,01	880,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	121.295,28	121.295,28	0,00	0,00	25.550,00	22.560,62	18.955,30	18.955,30	1.670,32	27.485,00
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.450,00
SECRETARIA DO PLANEJ. E DESENV. ECONÔMICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.022,20	27.022,20	27.022,20	0,00	0,00
SECRETARIA DOS ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.987,50	42.987,50	42.987,50	0,00	0,00
SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS	0,00	0,03	0,00	0,03	0,00	3.801,40	470.345,41	455.396,06	455.396,06	13.342,31	5.418,44
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	125.308,79	125.308,76	0,03	0,00	36.801,40	1.588.341,56	1.370.409,65	1.370.409,65	27.474,30	227.259,01

Fonte:

FONTE:

31/08/2014

**RREO - 4º BIMESTRE 2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	1.916.600,61	1.916.600,61	349.433,25	1.732.498,07	90,39
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	811.847,64	811.847,64	82.446,36	740.229,07	91,18
1.1.1- IPTU	763.097,50	763.097,50	64.947,73	686.825,97	90,01
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	7.589,64	7.589,64	612,27	1.420,60	18,72
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	28.656,30	28.656,30	9.709,50	32.399,34	113,06
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	12.504,20	12.504,20	7.176,86	19.583,16	155,81
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	202.925,80	202.925,80	54.417,13	203.061,23	100,07
1.2.1- ITBI	202.925,80	202.925,80	54.417,13	203.061,23	100,07
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	552.701,47	552.701,47	127.600,33	481.999,45	87,21
1.3.1- ISS	544.722,20	544.722,20	126.299,50	471.137,20	86,49
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	904,71	904,71	222,78	523,30	57,84
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	5.782,17	5.782,17	823,32	8.145,33	140,87
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.292,39	1.292,39	254,73	2.193,62	169,73
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	349.125,70	349.125,70	84.969,43	307.208,32	87,99
1.4.1- IRRF	349.125,70	349.125,70	84.969,43	307.208,32	87,99
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	18.386.863,52	18.386.863,52	2.776.890,66	12.042.607,65	65,50
2.1- Cota-Parte FPM	10.010.388,64	10.010.388,64	1.362.587,81	6.428.809,42	64,22
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.010.388,64	10.010.388,64	1.362.587,81	6.428.809,42	64,22
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.000.357,82	7.000.357,82	1.118.413,47	4.603.862,02	65,77
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	55.832,31	55.832,31	5.013,90	17.548,65	31,43
2.4- Cota-Parte IP-Estado	112.134,79	112.134,79	18.469,00	70.552,01	62,92
2.5- Cota-Parte ITR	2.795,31	2.795,31	10,00	172,76	6,18
2.6- Cota-Parte IPVA	1.205.354,65	1.205.354,65	272.396,48	921.662,79	76,46
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	20.303.464,13	20.303.464,13	3.126.323,91	13.775.105,72	67,85
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	9.846,88	9.846,88	662,28	2.695,08	27,37
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	478.175,34	478.175,34	92.349,65	353.807,68	73,99
5.1- Transferências do Salário-Educação	335.941,21	335.941,21	67.805,89	285.920,28	85,11
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	1.800,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - FNAE	40.986,00	40.986,00	9.456,00	28.368,00	69,21
5.4- Transferências Diretas - FNAE	101.248,13	101.248,13	15.087,76	37.719,40	37,25
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	243.570,27	243.570,27	16.891,29	62.976,98	25,86
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	731.582,49	731.582,49	109.903,22	419.479,74	57,34
<b>FUNDEB</b>					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	3.554.949,87	3.554.949,87	555.377,65	2.408.526,28	67,75
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.879.654,91	1.879.654,91	272.517,50	1.285.761,66	68,40
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.400.071,56	1.400.071,56	223.682,49	920.771,68	65,77
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	11.166,46	11.166,46	1.002,78	3.509,73	31,43
10.4- Cota-Parte IP-Estado Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	22.426,95	22.426,95	3.693,80	14.128,77	63,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	559,06	559,06	2,00	34,54	6,18
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	241.070,93	241.070,93	54.479,08	184.319,90	76,46
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	3.876.276,58	3.876.276,58	646.652,41	2.699.199,18	69,63
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.863.305,93	3.863.305,93	643.929,10	2.688.436,06	69,59
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	12.970,65	12.970,65	2.723,31	10.763,12	82,98
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	308.356,06	308.356,06	88.551,45	279.909,78	90,77
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

31/08/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.036.268,33	3.036.188,07	560.182,06	2.019.891,71	66,53
13.1- Com Educação Infantil	1.403.728,23	1.403.647,97	242.636,77	886.402,00	63,15
13.2- Com Ensino Fundamental	1.632.540,10	1.632.540,10	317.545,29	1.133.489,71	69,43
14- OUTRAS DESPESAS	840.008,25	853.696,18	126.173,90	515.626,57	60,40
14.1- Com Educação Infantil	62.301,00	75.988,93	5.527,67	35.399,31	46,58
14.2- Com Ensino Fundamental	777.707,25	777.707,25	120.646,23	480.227,26	61,75
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.876.276,58	3.889.884,25	686.355,96	2.535.518,28	65,18
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					2.535.518,28
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					74,83
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					19,10
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					6,06
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	5.075.866,03	5.075.866,03	781.580,98	3.443.776,43	67,85
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.901.033,43	1.833.141,10	298.136,21	1.110.413,75	60,57
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.529.928,35	3.661.428,35	636.959,80	2.508.681,71	68,52
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.410.247,35	2.410.247,35	438.191,52	1.613.716,97	66,95
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.119.681,00	1.251.181,00	198.768,28	894.964,74	71,53
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.430.961,78	5.494.569,45	935.096,01	3.619.095,46	65,87
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					279.908,78
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					10.763,12
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					13.607,67
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					304.280,57
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					3.314.814,89
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					24,06
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	343.845,17	459.231,54	84.101,27	401.329,96	87,39
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	884.150,87	1.308.578,20	152.194,57	396.354,07	30,06
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.227.996,04	1.767.809,74	236.295,84	797.684,03	44,95
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.658.957,82	7.262.379,19	1.171.391,85	4.413.779,49	60,78

31/08/2014



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		141.728,48	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.688.436,06	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		2.647.585,80	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		2.553.690,52	0,00
49.2 Restos a Pagar		93.895,28	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		10.763,12	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		193.341,86	0,00

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/08/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA	RUDIMAR CESAR WINTER	DÉBORA PAGNO
PREFEITO	CONTROLE INTERNO	CONTADORA CRC/SC 037204/O-4

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 13.607,67, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recurso de impostos foi de R\$ 0,00.

31/08/2014

**RREO - 4º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)</b>	<b>950.000,00</b>	<b>980.130,00</b>		<b>-30.130,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	10.694.196,90	3.160.883,83	0,00	7.533.313,07
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>10.694.196,90</b>	<b>3.160.883,83</b>	<b>0,00</b>	<b>7.533.313,07</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-9.744.196,90</b>	<b>-2.180.753,83</b>		<b>-7.563.443,07</b>

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/08/2014

\_\_\_\_\_  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

\_\_\_\_\_  
RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/08/2014

**RREO - 4º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=('d' exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00

31/08/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/06/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/08/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/08/2014

**RREO - 4º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2014/MÊS AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	48.946,61	0,00	48.946,61
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	9.500,00	0,00	9.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	39.446,61	0,00	39.446,61
<b>TOTAL</b>	48.946,61	0,00	48.946,61

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	37.294,71	0,00	0,00	37.294,71
Investimentos	37.294,71	0,00	0,00	37.294,71
<b>TOTAL</b>	37.294,71	0,00	0,00	37.294,71

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	55.692,14	0,00	55.692,14

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/08/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/08/2014





**RREO - 4º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.916.600,61	1.916.600,61	1.732.498,07	90,39
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	763.097,50	763.097,50	686.825,97	90,01
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	202.925,80	202.925,80	203.061,23	100,07
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	544.722,20	544.722,20	471.137,20	86,49
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	349.125,70	349.125,70	307.208,32	87,99
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	8.494,35	8.494,35	1.943,90	22,88
Dívida Ativa dos Impostos	34.438,47	34.438,47	40.544,67	117,73
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	13.796,59	13.796,59	21.776,78	157,84
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	18.386.863,52	18.386.863,52	12.042.607,65	65,50
Cota-Parte FPM	10.010.388,64	10.010.388,64	6.428.809,42	64,22
Cota-Parte ITR	2.795,31	2.795,31	172,76	6,18
Cota-Parte IPVA	1.205.354,65	1.205.354,65	921.662,79	76,46
Cota-Parte ICMS	7.000.357,82	7.000.357,82	4.603.862,02	65,77
Cota-Parte IP-Exportação	112.134,79	112.134,79	70.562,01	62,92
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	55.832,31	55.832,31	17.548,65	31,43
Desoneração ICMS (LC 87/96)	55.832,31	55.832,31	17.548,65	31,43
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>20.303.464,13</b>	<b>20.303.464,13</b>	<b>13.775.105,72</b>	<b>67,85</b>
<b>RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS Provenientes da União Provenientes dos Estados TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.633.207,55	2.633.207,55	1.607.979,69	61,07
	2.633.207,55	2.633.207,55	1.602.954,14	60,87
	0,00	0,00	5.025,55	
	45.000,00	45.000,00	99.996,00	222,21
	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>2.754.459,55</b>	<b>2.754.459,55</b>	<b>7.616,52</b>	<b>9,99</b>
			<b>1.715.592,21</b>	<b>62,28</b>
<b>DESPESAS COM SAÚDE</b> (Por Grupo de Natureza da Despesa)				
DESPESAS CORRENTES Pessoal e Encargos Sociais Outras Despesas Correntes	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre (f)	Até o Bimestre (g)
			% (f/e)*100	% (g/e)*100
	6.521.382,12	7.245.018,27	5.361.817,50	4.834.665,73
	3.865.433,20	4.013.360,01	2.741.770,98	2.736.982,98
	2.655.948,92	3.231.658,26	2.620.046,52	2.097.682,75
			81,07	64,91

Continua 1/4

31/08/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	282.580,40	561.621,33	283.852,95	50,54	278.202,95	49,54
Investimentos	282.580,40	561.621,33	283.852,95	50,54	278.202,95	49,54
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	6.803.962,52	7.806.639,60	5.645.670,45	72,32	5.112.868,68	65,49
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.759.516,86	3.424.933,59	2.200.831,14	38,98	1.981.923,30	38,76
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.641.829,86	3.205.812,42	2.052.343,65	36,35	1.833.845,81	35,87
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	117.687,00	219.121,17	148.487,49	2,63	148.077,49	2,90
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	2.759.516,86	3.424.933,59	2.200.831,14	38,98	1.981.923,30	38,76
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	4.044.445,66	4.381.706,01	3.444.839,31	33,34	3.130.945,38	26,73
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
<b>(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]³</b>						
1.064.679,52						

31/08/2014

Continua 2/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE			
Inscritos em 2013	1.787,02	631,00	10.755,46	-8.968,44	0,00		
TOTAL	1.787,02	631,00	10.755,46	-8.968,44	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º							
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (I)					
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00				
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00				
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26							
	LIMITE NÃO CUMPRIDO		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (K)					
	-	-	-				
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até Bimestre (I)	% (I/Total I)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
	Atenção Básica	6.563.870,83	7.538.047,91	5.429.997,41	96,18	4.934.028,33	96,50
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	152.900,00	152.900,00	150.500,00	2,67	117.637,80	2,30
	Vigilância Sanitária	12.866,16	45.366,16	27.195,55	0,48	26.727,43	0,52
	Vigilância Epidemiológica	33.968,22	33.968,22	30.041,69	0,53	26.539,32	0,52
Outras Subfunções	40.357,31	36.357,31	7.935,80	0,14	7.935,80	0,16	
TOTAL	6.803.962,52	7.806.639,60	5.645.670,45	100,00	5.112.868,68	100,00	

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na interseção com a coluna "I" ou com a coluna "I+II" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total J".
- 3 O valor apresentado na interseção com a coluna "II" ou com a coluna "I+II" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total K".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

31/08/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

<sup>e</sup>No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[VI(n+i) - (15 \times IIIb)/100]$   
SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/08/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA PREFEITO	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	DÉBORA PAGNO CONTADORA CRC/SC 037204/O-0
--	--	---

31/08/2014

**RREO - 4º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/08/2014

\_\_\_\_\_  
 ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
 PREFEITO

\_\_\_\_\_  
 RUDIMAR CESAR WINTER  
 CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
 DÉBORA PAGNO  
 CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/08/2014



**RREO - 4º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	29.536.841,58
Previsão Atualizada		—	29.536.841,58
Receitas Realizadas		5.218.761,34	21.516.855,52
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	497.690,85
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	29.536.841,58
Créditos Adicionais		—	8.045.093,00
Dotação Atualizada		—	37.581.934,58
Despesas Empenhadas		6.941.562,49	25.421.980,68
Despesas Liquidadas		5.962.593,03	20.790.486,49
Superavit Orçamentário		—	726.369,03
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		6.941.562,49	25.421.980,68
Despesas Liquidadas		5.962.593,03	20.790.486,49
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			27.955.284,44
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		1.570.564,70	1.084.246,67
Resultado Primário		-20.500,00	250.117,75
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.625.142,96	27.474,30	1.370.409,65
EXECUTIVO	1.625.142,96	27.474,30	1.370.409,65
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	125.308,79	0,03	125.308,76
EXECUTIVO	125.308,79	0,03	125.308,76
TOTAL:	1.750.451,75	27.474,33	1.495.718,41
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.314.814,89	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.019.891,71	60%
Liquidadas		2.019.891,71	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		980.130,00	-30.130,00

Continua 1/2

31/08/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Despesa de Capital Líquida			3.160.883,83	7.533.313,07	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	48.946,61	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	37.294,71	
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		3.130.945,38	15,00	22,73	
Liquidadas		3.130.945,38			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00			

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/08/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/08/2014



# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### Extrato do Contrato de Rateio do Conims, de 19 de Agosto de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO DO CONIMS, DE 19 DE AGOSTO DE 2014.

Origem: Lei Federal nº 11.107/2005 e Decreto Federal nº 6.017/2007.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS, CNPJ nº 00.136.858/0001-88.

Objeto: REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO CUSTEIO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CONSÓRCIO, PARA A EXECUÇÃO DE SUAS FINALIDADES, PREVISTAS NOS ART. 4º E 5º DO ESTATUTO SOCIAL.

Valor Global: 878.241,96 (oitocentos e setenta e oito mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e seis centavos).

Pagamento: O valor será repassado mensalmente pelos municípios até o dia 20 (vinte) de cada mês, exceto no mês de dezembro que será antecipado para o dia 15 (quinze).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Data de Assinatura: 19 de agosto de 2014.

Vigência: O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01 de janeiro de 2015 e término para 31 de dezembro de 2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Antonio Celso Pilonetto - pela Contratada.

### Extrato do Contrato Nº 047/2014, de 08 de Agosto de 2014 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2014, DE 08 DE AGOSTO DE 2014 - FMS.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 018/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 012/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 003/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: Aditar a quantidade do item "2" e prorrogar a vigência do Contrato nº 018/2014, de 06/05/2014, por 30 (trinta) dias, em razão dos motivos expostos na justificativa técnica e planilha orçamentária, ambas apresentadas em anexo ao presente termo aditivo.

Valor Aditado: R\$ 704,50 (setecentos e quatro reais e cinquenta centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 08/08/2014.

Vigência: de 08/08/2014 a 09/09/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

### Extrato do Contrato Nº 049/2014, de 28 de Agosto de 2014 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 049/2014, DE 28 DE AGOSTO DE 2014 - FMS.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 020/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 021/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 014/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: GBV CONSULTÓRIO MÉDICO S/S, CNPJ nº 11.914.466/0001-19.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 020/2014, de 06/05/2014, até a data de 31/12/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados.

Valor: O Contratante pagará à Contratada, o valor mensal de R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais), totalizando o valor de R\$ 24.400,00 (vinte e quatro mil e quatrocentos reais) até 31/12/2014.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2014.

Data de Assinatura: 28/08/2014.

Vigência: de 05/09/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Giancarlo Bergamini Vannuchi - pela Contratada.

### Extrato do Contrato Nº 050/2014, de 28 de Agosto de 2014 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2014, DE 28 DE AGOSTO DE 2014 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 031/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 022/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 00.802.002/0001-02.

Objeto: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS MÉDICO-HOSPITALAR E LABORATORIAL PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE Nº 83021.873000/1130-02, FNS/MS - GOVERNO FEDERAL.

Valor: R\$ 10.172,98 (dez mil, cento e setenta e dois reais e noventa e oito centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 4.794, de 28 de janeiro 2014, que poderá ser de no máximo trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto, relativo ao presente contrato, serão custeadas através de recursos advindos da Proposta de Aquisição de Equipamentos/Material Permanente nº 83021.873000/1130-02, Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde - Governo Federal, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Dotação Orçamentária: D - 47/2014 - 13.01.10.301.4506.2.019.4.4.90.00.00.00.00.00.0023 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública, Proposta de Aquisição de Equipamentos/Material Permanente nº 83021.873000/1130-02, Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde - Governo Federal.

Data de Assinatura: 28/08/2014.

Vigência: de 28/08/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Fabio Elias Leal - pela Contratada.

**Extrato do Contrato Nº 051/2014, de 28 de Agosto de 2014 - FMS.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2014, DE 28 DE AGOSTO DE 2014 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 031/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 022/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA, CNPJ nº 02.756.441/001-43.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS MÉDICO-HOSPITALAR E LABORATORIAL PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE Nº 83021.873000/1130-02, FNS/MS - GOVERNO FEDERAL.

Valor: R\$ 2.745,80 (dois mil, setecentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 4.794, de 28 de janeiro 2014, que poderá ser de no máximo trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto, relativo ao presente contrato, serão custeadas através de recursos advindos da Proposta de Aquisição de Equipamentos/Material Permanente nº 83021.873000/1130-02, Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde - Governo Federal, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Dotação Orçamentária: D - 47/2014 - 13.01.10.301.4506.2.019 .4.4.90.00.00.00.00.00.0023 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública, Proposta de Aquisição de Equipamentos/Material Permanente nº 83021.873000/1130-02, Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde - Governo Federal.

Data de Assinatura: 28/08/2014.

Vigência: de 28/08/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) – pela contratante e Marcelo Ávila - pela Contratada.

**Extrato do Contrato Nº 052/2014, de 28 de Agosto de 2014 - FMS.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2014, DE 28 DE AGOSTO DE 2014 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 031/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 022/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: FAMOVESC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E ESTOFADO LTDA, CNPJ nº 81.828.659/0001-32.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO, PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE Nº 83021.873000/1130-02, FNS/MS - GOVERNO FEDERAL.

Valor: R\$ 5.729,00 (cinco mil, setecentos e vinte e nove reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 4.794, de 28 de janeiro 2014, que poderá ser de no máximo trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto, relativo ao presente contrato, serão custeadas através de recursos advindos da Proposta de Aquisição de Equipamentos/Material Permanente nº 83021.873000/1130-02, Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde - Governo Federal, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Dotação Orçamentária: D - 47/2014 - 13.01.10.301.4506.2.019

.4.4.90.00.00.00.00.00.0023 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública, Proposta de Aquisição de Equipamentos/Material Permanente nº 83021.873000/1130-02, Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde - Governo Federal.

Data de Assinatura: 28/08/2014.

Vigência: de 28/08/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Rosimere Espíndola Isidoro - pela Contratada.

**Extrato do Contrato Nº 053/2014, de 28 de Agosto de 2014 - FMS.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2014, DE 28 DE AGOSTO DE 2014 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 031/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 022/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: FRANCIELI HAIDUK RIGO - ME, CNPJ nº 18.473.803/0001-29.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E ELETROELETRONICOS, PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE Nº 83021.873000/1130-02, FNS/MS - GOVERNO FEDERAL.

Valor: R\$ 969,70 (novecentos e sessenta e nove reais e setenta centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 4.794, de 28 de janeiro 2014, que poderá ser de no máximo trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto, relativo ao presente contrato, serão custeadas através de recursos advindos da Proposta de Aquisição de Equipamentos/Material Permanente nº 83021.873000/1130-02, Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde - Governo Federal, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Dotação Orçamentária: D - 47/2014 - 13.01.10.301.4506.2.019 .4.4.90.00.00.00.00.00.0023 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública, Proposta de Aquisição de Equipamentos/Material Permanente nº 83021.873000/1130-02, Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde - Governo Federal.

Data de Assinatura: 28/08/2014.

Vigência: de 28/08/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Francieli Haiduk Rigo - pela Contratada.

**Extrato do Contrato Nº 054/2014, de 28 de Agosto de 2014 - FMS.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2014, DE 28 DE AGOSTO DE 2014 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 031/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 022/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: JP EQUIPAMENTOS LTDA ME, CNPJ nº 13.772.057/0001-50.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E ELETROELETRONICOS, PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE Nº 83021.873000/1130-02, FNS/MS - GOVERNO FEDERAL.

Valor: R\$ 3.008,00 (três mil e oito reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a



ordem cronológica disposta no Decreto nº 4.794, de 28 de janeiro 2014, que poderá ser de no máximo trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto, relativo ao presente contrato, serão custeadas através de recursos advindos da Proposta de Aquisição de Equipamentos/Material Permanente nº 83021.873000/1130-02, Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde - Governo Federal, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Dotação Orçamentária: D - 47/2014 - 13.01.10.301.4506.2.019 .4.4.90.00.00.00.00.00.0023 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública, Proposta de Aquisição de Equipamentos/Material Permanente nº 83021.873000/1130-02, Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde - Governo Federal.

Data de Assinatura: 28/08/2014.

Vigência: de 28/08/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Jackson Neimar Pedrassani - pela Contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº 055/2014, de 28 de Agosto de 2014 - FMS.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2014, DE 28 DE AGOSTO DE 2014 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 031/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 022/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: LIMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA ME, CNPJ nº 07.208.730/0001-21.

Objeto: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS MÉDICO-HOSPITALAR E LABORATORIAL PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE Nº 83021.873000/1130-02, FNS/MS - GOVERNO FEDERAL.

Valor: R\$ 12.810,00 (doze mil, oitocentos e dez reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 4.794, de 28 de janeiro 2014, que poderá ser de no máximo trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto, relativo ao presente contrato, serão custeadas através de recursos advindos da Proposta de Aquisição de Equipamentos/Material Permanente nº 83021.873000/1130-02, Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde - Governo Federal, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Dotação Orçamentária: D - 47/2014 - 13.01.10.301.4506.2.019 .4.4.90.00.00.00.00.00.0023 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública, Proposta de Aquisição de Equipamentos/Material Permanente nº 83021.873000/1130-02, Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde - Governo Federal.

Data de Assinatura: 28/08/2014.

Vigência: de 28/08/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Nelson José de Lima - pela Contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº 056/2014, de 28 de Agosto de 2014 - FMS.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2014, DE 28 DE AGOSTO DE 2014 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 031/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 022/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP, CNPJ nº 14.918.622/0001-08.

Objeto: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS MÉDICO-HOSPITALAR E LABORATORIAL PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE Nº 83021.873000/1130-02, FNS/MS - GOVERNO FEDERAL.

Valor: R\$ 4.923,00 (quatro mil, novecentos e vinte e três reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 4.794, de 28 de janeiro 2014, que poderá ser de no máximo trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto, relativo ao presente contrato, serão custeadas através de recursos advindos da Proposta de Aquisição de Equipamentos/Material Permanente nº 83021.873000/1130-02, Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde - Governo Federal, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Dotação Orçamentária: D - 47/2014 - 13.01.10.301.4506.2.019 .4.4.90.00.00.00.00.00.0023 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública, Proposta de Aquisição de Equipamentos/Material Permanente nº 83021.873000/1130-02, Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde - Governo Federal.

Data de Assinatura: 28/08/2014.

Vigência: de 28/08/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Henrique da Costa Ribeiro - pela Contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº 057/2014, de 28 de Agosto de 2014 - FMS.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/2014, DE 28 DE AGOSTO DE 2014 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 031/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 022/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: VANUSA DIAS EIRELI - EPP, CNPJ nº 08.850.926/0001-88.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E UTENSÍLIOS MÉDICO-HOSPITALAR E LABORATORIAL PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE Nº 83021.873000/1130-02, FNS/MS - GOVERNO FEDERAL.

Valor: R\$ 9.115,42 (nove mil, cento e quinze reais e quarenta e dois centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 4.794, de 28 de janeiro 2014, que poderá ser de no máximo trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto, relativo ao presente contrato, serão custeadas através de recursos advindos da Proposta de Aquisição de Equipamentos/Material Permanente nº 83021.873000/1130-02, Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde - Governo Federal, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.



Dotação Orçamentária: D - 47/2014 - 13.01.10.301.4506.2.019 .4.4.90.00.00.00.00.00.0023 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública, Proposta de Aquisição de Equipamentos/Material Permanente nº 83021.873000/1130-02, Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde - Governo Federal.

Data de Assinatura: 28/08/2014.

Vigência: de 28/08/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) – pela contratante e Vinicius Rolim de Moura - pela Contratada.

#### **Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 294, de 1º de Setembro de 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 294, DE 1º DE SETEMBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1200134606029, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Eleide Lando Maria Dornelles, CPF nº 036.578.349-82.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5645Y6F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10493, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 294, de 1º/09/2014.

Data da assinatura: 1º/09/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Eleide Lando Maria Dornelles - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

#### **Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 044, de 1º de Abril de 2013.**

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 044, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 044, de 1º/04/2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394TS0Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7623, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 28 de agosto de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

#### **Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 166, de 12 de Julho de 2012.**

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 166, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 166, de 12/07/2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SG1H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10324, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 01 de Setembro de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

#### **Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 267, de 14 de Agosto de 2014.**

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 267, DE 14 DE AGOSTO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 267, de 14/08/2014, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VB3X, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10363, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 01 de Setembro de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

#### **Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 273, de 14 de Agosto de 2014.**

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 273, DE 14 DE AGOSTO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 273, de 14/08/2014, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645Y6F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10493, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 01 de Setembro de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

#### **Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 050, de 02 de Abril de 2014.**

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 050, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 050, de 02/04/2014, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394TX68, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7680, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 01 de Setembro de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

#### **Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 051, de 02 de Abril de 2014.**

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 051, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 051, de 02/04/2014, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394V22H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7821, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 01 de Setembro de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

**Republica A Resolução Nº 03/2013/CME/Slo com Retificações**

REPUBLICA A RESOLUÇÃO Nº 03/2013/CME/SLO COM RETIFICAÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 03/2013/CME/SLO

Estabelece as diretrizes para a avaliação do processo ensino-aprendizagem, nos estabelecimentos de Ensino do Sistema Municipal de Educação do Município de São Lourenço do Oeste - Santa Catarina.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o que consta no Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Ensino.

RESOLVE:

**CAPÍTULO I****DA AVALIAÇÃO**

Art. 1º A avaliação do processo ensino-aprendizagem pautar-se-á em:

I - Possibilitar o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem.

II - Aferir o desempenho do aluno quanto à apropriação de competências e conhecimentos nos diferentes níveis e áreas de estudos e atividades escolares.

III - Aferir o desempenho docente previsto no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino.

IV - Aferir as condições físicas e materiais que substanciam o processo ensino-aprendizagem.

Art. 2º A avaliação do aproveitamento do aluno será contínua e de forma global, mediante verificação de competência e de aprendizagem de conhecimentos, em atividades de classe e extraclasse, incluídos os procedimentos próprios de recuperação paralela.

Art. 3º Avaliação do aproveitamento do aluno será atribuída pelo professor da série ou disciplina, analisada em Conselho de Classe.

Art. 4º A avaliação do aproveitamento do aluno do Ensino Fundamental será expressa em notas levando em conta os aspectos qualitativos, fundamentalmente, e os resultados obtidos, nos bimestres, durante o ano letivo.

I - O Projeto Político-Pedagógico atenderá às diretrizes emanadas desta Resolução no que diz respeito ao registro da avaliação bimestral e a definição do percentual mínimo de 70% dos conteúdos para não fazer recuperação paralela.

II - Na apreciação dos aspectos qualitativos deverão ser considerados a compreensão e o discernimento dos fatos e a percepção de suas relações; a aplicabilidade dos conhecimentos; a capacidade de análise e de síntese, além de outras habilidades intelectivas que advierem do processo em atitudes demonstradas;

Art. 5º Ter-se-ão como aprovados quanto ao aproveitamento no Ensino Regular Fundamental:

I - os alunos que alcançarem os níveis de apropriação de conhecimento, em conformidade com o artigo 4º, inciso II desta Resolução, que no seu registro em notas, não seja inferior a 70% (setenta por cento) dos conteúdos efetivamente trabalhados, nos bimestres, por disciplina;

II - os alunos com aproveitamento inferior ao previsto no inciso anterior, serão submetidos à recuperação paralela.

III - Será considerado aprovado para cursar a série seguinte o aluno que após ser submetido à recuperação paralela nos bimestres, obtiver rendimento anual igual ou superior a 50% dos conteúdos trabalhados durante o ano letivo.

IV - O aluno que não atingir rendimento anual de 50% dos conteúdos trabalhados será submetido à apreciação do Conselho de Classe, cabendo a este a decisão para promovê-lo para a série seguinte ou repetir a série.

V - A média final mínima a ser registrada para a aprovação do aluno, em cada disciplina será 5,0, referente a 50% dos conteúdos trabalhados durante o ano letivo.

VI - Os estabelecimentos de ensino assegurarão a realização de recuperação paralela e oferecerão novas oportunidades de avaliação para o Ensino Fundamental, sempre que verificado o aproveitamento insuficiente, ou seja, menor que 70% dos conteúdos efetivamente trabalhados por bimestre, prevalecendo o resultado da maior nota obtida.

VII - No diário de classe deverão ser registradas as notas das avaliações realizadas durante todo o bimestre, bem como as notas das recuperações paralelas.

VIII - A média bimestral será feita pela média aritmética das maiores notas obtidas durante o bimestre, sejam elas resultado das avaliações anteriores à recuperação paralela ou pelas notas das recuperações paralelas.

IX - A descrição dos meios utilizados na realização da recuperação paralela deverá ser feita, pelo professor, na ficha anexa ao diário de classe.

Art. 6º O ciclo de alfabetização, do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, terá progressão automática, com retenção apenas no 3º ano.

§ 1º No ciclo de alfabetização o aluno que não tiver se apropriado dos conhecimentos necessários à continuidade dos estudos no ano seguinte, poderá ser retido após passar por avaliação realizada por banca, constituída pela equipe gestora da escola, por membros do corpo docente e de profissionais do serviço de apoio da instituição, lavrada em ata, em livro próprio.

§ 2º No ciclo de alfabetização os alunos do 1º ao 3º ano terão uma ficha de avaliação de acompanhamento, permanecendo em pasta própria com o professor da turma. (Apêndice I)

Art. 7º Ter-se-ão como aprovados, quanto à assiduidade, os alunos de frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) das horas letivas de efetivo trabalho escolar.

Art. 8º Cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de anos, diplomas e certificados de conclusão de curso, com as especificações cabíveis, com abrangência a todas as modalidades e níveis de ensino.

Art. 9º Na Educação Infantil, a avaliação não tem caráter de promoção e visa diagnosticar e acompanhar o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos.

I - Considerando que na Educação Infantil a avaliação tem efeito apenas como registro de acompanhamento e de desenvolvimento da criança, a mesma será objetiva/descritiva e semestral, com ficha avaliativa padronizada, baseada nos Referenciais Curriculares Nacionais, que fundamentam o Projeto Político Pedagógico Participativo.

II - A avaliação será feita pelos professores que atuam na turma e equipe pedagógica da escola.

III - A avaliação será entregue aos pais ou responsáveis, em ficha avaliativa com cópia retida na pasta individual do aluno. (Apêndice II)

**CAPÍTULO II****DA RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS**

Art. 10. Entende-se por recuperação de estudos o processo didático-pedagógico que visa oferecer novas oportunidades de

aprendizagem ao aluno para superar deficiências ao longo do processo ensino-aprendizagem.

Art. 11. A recuperação será oferecida de forma paralela sempre que for diagnosticada insuficiência durante o processo regular de apropriação de conhecimento e de competências pelo aluno.

I - O resultado obtido na avaliação bimestral, após estudos de recuperação paralela, em que o aluno demonstre ter superado as dificuldades, substituirá o anterior, referente aos mesmos objetivos, prevalecendo a maior nota.

II - O Projeto Político Pedagógico Participativo disporá sobre aspectos complementares da recuperação paralela que deve ser entendida no processo, de forma concomitante aos estudos ministrados no cotidiano da escola.

### CAPÍTULO III

#### DA ACELERAÇÃO DE ESTUDOS

Art. 12. A aceleração de estudos poderá ser realizada sempre que se constatar a real condição do aluno em frequentar a série seguinte, combinada com a dimensão idade/série.

Art. 13. A aceleração de estudos, quando ocorrer, será organizada:

- I - pelo estabelecimento de ensino;
- II - sob responsabilidade do Conselho de Classe;
- III - preferencialmente em horário oposto ao período regular de aula;
- IV - em sala de aula com recursos didáticos e material adequado à especificidade.
- V - atuarão neste processo profissionais com capacitação/docente convergente com a finalidade.

### CAPÍTULO IV

#### DO AVANÇO NOS CURSOS OU SÉRIES

Art. 14. O avanço nos cursos ou séries, por classificação, poderá ocorrer sempre que se constatar apropriação de conhecimento por parte do aluno, exceto na primeira série.

Art. 15. A iniciativa de propor o avanço nos cursos ou anos caberá ao estabelecimento de ensino após ter ouvido o Conselho de Classe e consultado o aluno, os pais e/ou responsáveis.

Art. 16. A banca de avaliação, neste caso, será designada pela direção do estabelecimento de ensino, constituída por membros do corpo docente e de profissionais do serviço de apoio da instituição, lavrada em ata, em livro próprio.

Art. 17. A capacidade comprovada no artigo 4º, inciso II deverá ter, nível mínimo, 70% (setenta por cento) de todas as disciplinas da série ou curso comprovado por meio de testes de equivalência, nas respectivas disciplinas.

Art. 18. O resultado obtido nos testes de equivalência será registrado em ata própria, no livro citado no artigo 15, o qual deverá constar o parecer da banca de avaliação.

### CAPÍTULO V

#### DO CONSELHO DE CLASSE

Art. 19. O Conselho de Classe é o órgão que possibilita:

- I - a avaliação global do aluno e o levantamento das suas dificuldades;
- II - a avaliação dos envolvidos no trabalho educativo e no estabelecimento de ações para a superação das dificuldades;

III - a avaliação do processo ensino-aprendizagem desenvolvido pela escola na implementação das ações propostas e verificação dos resultados;

IV - a definição de critérios para a avaliação e sua revisão, quando necessária;

V - a avaliação da prática docente, enquanto motivação e produção de condições de apropriação do conhecimento, no que se refere: à metodologia, aos conteúdos programáticos e à totalidade das atividades pedagógicas realizadas.

Art. 20. O Conselho de Classe poderá ser composto:

- I - pelos professores;
- II - pela equipe técnico-pedagógica escolar.
- III - pelos alunos;
- IV - pelos pais.

Parágrafo único. O Projeto Político Pedagógico Participativo estabelecerá a forma de funcionamento do Conselho de Classe.

Art. 21. O Conselho de Classe será realizado, bimestralmente nos períodos que antecedem ao registro definitivo do aproveitamento dos alunos no processo de apropriação de conhecimento e será proponente das ações que visem à melhoria da aprendizagem e o definidor da aprovação ou reprovação.

Parágrafo único. Cada escola registrará em ata própria, por turma, a análise do Conselho de Classe.

Art. 22. O Conselho de Classe poderá reunir-se extraordinariamente, convocado pela direção do estabelecimento e/ou por 1/3 (um terço) dos professores e/ou pais, e/ou alunos integrantes do Conselho.

Art. 23. O que não está previsto nesta resolução, caberá ao Conselho de Classe Escolar avaliar cada situação específica, fundamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, em consonância com a resolução nº 01/2007 do Conselho Municipal de Educação.

Art. 24. Fica revogada a Resolução nº 01/2007/CME/SLO.

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de novembro de 2013.

SONIA PIRES SEITHER

Presidente do CME

### ASPECTOS AVALIADOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

#### 1-ADAPTAÇÃO:

- À escola
- Aos colegas,
- Aos professores,
- Ao ritmo de trabalho,
- As normas estabelecidas.

#### 2-ATITUDES

##### 2-1- NA TURMA, REFERENTE AO TRABALHO E AO MATERIAL:

- Motivação,/ interesse,
- Atenção,/ concentração,
- Assimilação,

Responsabilidade,

Iniciativa,

Imaginação

Frequência escolar: (justificativa ou não, frequência diária).

Manipulação. (materiais escolares, brinquedos etc...)

## 2.2-COM AS OUTRAS CRIANÇAS:

\*Colaborar / ajuda,

\* Comunicação,

\* Agressividade,

\* Com uma só criança,

\*Com um grupo reduzido,

\*Individualista.

## 2.3-COM O PROFESSOR E OS OUTROS ADULTOS:

\*Timidez,

\*Vontade de chamar atenção,

\*Dependência,

\*Autonomia,

\*Colaboração,

\*Recusa, (conviver com pessoas que não está acostumada, de atender normas estabelecidas, etc.)

## 2.4-NOS JOGOS E BRINCADEIRAS:

\*Agressivo,

\*Tímido,

\*Passivo,

\*Líder,

\*Participativo,

\*Sabe perder.

## 3 - AQUISIÇÃO DE HÁBITOS:

### 3.1- PESSOAS:

Autonomia,

Dependência,

Alimentação,

Asseio, (higiene pessoal na escola).

Organização.

## 4 - ESTADO AFETIVO-EMOCIONAL:

\*Segurança em si mesmo,

\*Instabilidade

\*Atitude tranqüila

\*Autocontrole.

## 5- APRENDIZAGENS:

### 5.1 - AQUISIÇÕES COGNITIVAS:

\*Percepções,

\*Operações lógicas

\*Desenvolvimento dos diferentes sentidos,

\*Oral e escrita, matemática, ciências sociais e naturais.

\*Conceitos construídos, (conforme projetos trabalhados)

\*Conteúdos desenvolvidos,

\*Dificuldades específicas.

## 6- ARTE:

\*Música, (diferentes tipos de sons)

\*Teatro, (dramatização, expressão corporal)

\*Danças,

\*Artes plásticas (percepções).

## 7- EDUCAÇÃO FÍSICA:

### AQUISIÇÕES PSICOMOTORAS:

\*Tônus muscular,

\*Deslocamento

\*Controle postural

\*Coordenação motora (ampla / fina)

\*Lateralidade,

\*Equilíbrio,

\*Ritmo,

São Lourenço do Oeste, 14 de novembro de 2013.

SONIA PIRES SEITHER

Presidente do CME



**Extrato do Contrato Nº 196/2014, de 26 de Agosto de 2014.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 196/2014, DE 26 DE AGOSTO DE 2014.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 321/2013.

Origem: Art. 24, inc. II, da Lei 8.666/1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: NOVA SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA ME, CNPJ nº 11.353.858/0001-56.

Objeto: Aditar o valor do Contrato nº 321/2013, de 12/12/2013, em razão do fornecimento de internet para a professora Inês Dalmago Santin, matrícula nº 1597/03, residente na Linha Santa Inês, neste município de São Lourenço do Oeste/SC, não abrangida pelo sinal de internet banda larga do programa cidade digital.

Valor: Mensal de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) a partir de 1º de setembro de 2014, totalizando o valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) até 31 de dezembro de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 26/08/2014.

Vigência: 1º/09/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Daniel da Rocha - pela Contratada.

**Extrato do Contrato Nº 197/2014, de 27 de Agosto de 2014.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 197/2014, DE 27 DE AGOSTO DE 2014.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 051/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 170/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 116/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: BENETTI & FERRARI TRANSPORTES LTDA ME, CNPJ nº 07.704.346/0001-10.

Objeto: Aditar o item 14 do Contrato nº 051/2014, de 07/03/2014, em 1,2 km/dia (um vírgula dois quilômetros por dia), totalizando o aditivo de 92,4 km (noventa e dois vírgula quatro quilômetros), para os 77 (setenta e sete) dias letivos de 2014.

Valor: R\$ 217,14 (duzentos e dezessete reais e quatorze centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 27/08/2014.

Vigência: de 27/08/2014 a 31/12/\*2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Edson Ferrari - pela Contratada.

**Extrato do Contrato Nº 198/2014, de 29 de Agosto de 2014.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 198/2014, DE 29 DE AGOSTO DE 2014.

Origem: Decreto nº 4.940, de 29 de agosto de 2014, no art. 2º, § 2º, Lei Municipal nº 2.045, de 13 de novembro de 2013, de acordo com a Lei 8.666 de 1993.

Locador: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Locatário(a): ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - ACISLO, CNPJ nº 75.433.946/0001-40.

Objeto: LOCAÇÃO GRATUITA DAS DEPENDÊNCIAS DO CENTRO DE EVENTOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, PARA A REALIZAÇÃO

DA 3ª FEIRA E AMOSTRA LOURENCIANA - FEAL, A SER REALIZADA NOS DIAS 05, 06 E 07 DE SETEMBRO DE 2014, PELO LOCATÁRIO.

Valor: O Locatário está isento do pagamento do valor da locação, do objeto constante na cláusula primeira, com fundamento no inciso II, alínea "h" e § 2º, ambos do art. 2º da Lei Municipal nº 2.045, de 13 de novembro de 2012.

Data de Assinatura: 29/08/2014.

Vigência: de 29/08/2014 a 10/09/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Locador e Jandir Bortoluzzi - pelo(a) Locatário(a).

**Extrato do Contrato Nº 199/2014, de 02 de Setembro de 2014.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 199/2014, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

Origem: Processo Licitatório nº 114/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 074/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CCM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 02.873.674/0001-26.

Objeto: LOCAÇÃO DE UM BRITADOR MÓVEL, RESULTANDO EM PRODUTO FINAL (BRITA) A SER UTILIZADO NA CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

Valor: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 4.794, de 28 de janeiro 2014, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do contrato, relativo ao edital de abertura do certame licitatório, serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2014.

Rubrica orçamentária: D - 102/2014 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Sec. do Desenvolvimento Urbano.

Data de Assinatura: 02/09/2014.

Vigência: de 02/09/2014 a 01/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Antonio Adelar Cerveira - pela Contratada.

**Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 262, de 20 de Setembro de 2011.**

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 262, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 262, de 20/09/2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394V555, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7829, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 03 de Setembro de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.



**Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 1108, de 18 de Julho de 2012.**

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1108, DE 18 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1108, de 18/07/2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570TM85, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10529, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 03 de Setembro de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

**Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 1113, de 18 de Julho de 2012.**

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1113, DE 18 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1113, de 18/07/2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570TL28, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10534, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 03 de Setembro de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

## São Pedro de Alcântara

### PREFEITURA

**Aviso de Licitação 08.2014Fms****AVISO DE LICITAÇÃO**

Á PREFEITURA MUNICIPAL JUNTAMENTE COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 80/2014 MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de preços-

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a aquisição parcelada e estimada de Suprimentos de Informática para a Prefeitura Municipal e o Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, conforme especificação e quantitativos do ANEXO I deste Edital.

DATA DE ABERTURA COM ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: 12/09/2014 até às 08:45h. RETIRADA DO EDITAL: Sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h.

São Pedro de Alcântara, 27/08/2014

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

# Schroeder

## PREFEITURA

### Extrato Contrato Nº. 106/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato Contrato nº. 106/2014 - FMS  
Processo de licitação nº. 68/2014-FMS - Dispensa de Licitação nº. 48/2014-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TOMAZELLI AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.174.661/0001-45, estabelecida Rua Francisco Fischer, nº 90, sala 05, Centro, na cidade de Jaraquá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.252-070.

Objeto: aquisição de passagem aérea de Curitiba para Natal (ida e volta) para profissional do NASF da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Passagem aérea de Curitiba para Natal (IDA E VOLTA) para UMA PESSOA, com ida dia 23 de setembro de 2014 no voo 3554 (08:52h) e 3310 (11:15h) da empresa TAM, e volta no dia 27 de setembro de 2014, no voo 3313 (15:43h) e 3151 (19:30h) empresa TAM.	01	Unidade	1.484,94	1.484,94
VALOR R\$ TOTAL					1.484,94

Valor do contrato: \$ 1.484,94 (Um mil, e quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e quatro centavos).

Data da Assinatura: 04/09/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº. 174/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 174/2014-PMS  
Dispensa de Licitação nº. 73/2014-PMS  
Processo nº. 166/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MUSICAL EXPRESS COMÉRCIO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 01.593.450/0001-06, estabelecida na Av. M da Rodovia dos Bandeirantes nº. 2400, Galpão 6, Distrito Industrial, Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, CEP: 13.213-008.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de instrumentos de sopro e material pedagógico para o Setor da Cultura da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	CADERNO PEDAGÓGICO PARA FLAUTA DOCE / SOPRO NOVO (KIT)	Unidade	15	40,00	600,00
02	FLAUTA DOCE SOPRANO (KIT) ESPECIFICAÇÃO 24B	Unidade	25	60,00	1.500,00
03	FLAUTA DOCE CONTRALTO (KIT) ESPECIFICAÇÃO 28B	Unidade	15	93,00	1.395,00
TOTAL R\$					3.495,00

Valor do contrato: R\$ 3.495,00 (três mil quatrocentos e cinco reais)

Data da Assinatura: 03/09/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### Termo Aditivo Nº. A36/2014 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A36/2014 – PMS  
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 147/2014 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guarimirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº. 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 147/2014-PMS, celebrado em 10 de julho de 2014, Modalidade Tomada de Preço nº. 07/2014-PMS, Processo nº. 110/2014 - PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Professora Nilza Kuster, bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 81,50 m e área total de 815,00 m², de acordo com o programa de transferência 2014003510, do

apoio ao sistema viário – FUNDOSOCIAL, 41094, Estadual, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e a Prefeitura Municipal de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente ao pedido feito pela contratada referente à prorrogação do prazo para conclusão dos serviços até 31 de dezembro de 2014, considerando que em razão do processo de cadastramento e adesão, visando atender a Lei nº 2000/2014 do Município de Schroeder, que legisla quanto a pavimentação comunitária, devido as obras de rebaixo de leito efetuado pelo Município.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, o Senhor Walter Egidio Mukai, CREA-SC 065.488-5/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a partir deste a Cláusula Segunda “do prazo de entrega e do local” no item 2.1 e Cláusula Décima “das obrigações da empresa vencedora” no item 10.1.4 do contrato nº 147/2014-PMS, prorrogando-se o prazo para realização da obra até 31 de dezembro de 2014.

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 147/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 04 de setembro de 2014.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Maurício Vogelsanger

CPF sob o nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Oswaldo Jurck

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª \_\_\_\_\_

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

## **Termo Aditivo Nº. A37/2014 – PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A37/2014 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 93/2014 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Oswaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 93/2014-PMS, celebrado em 08 de maio de 2014, Modalidade Tomada de Preço nº. 02/2014-PMS, Processo nº. 42/2014 - PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de pavimentação asfáltica da Rua Guilherme Zastrow, Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 260 m e área total de 2.721,50m², conforme contrato de repasse nº 780177/2012-MCIDADES/CAIXA, por intermédio do Ministério das Cidades, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e a Prefeitura Municipal de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014 que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente ao pedido feito pela contratada referente à prorrogação do prazo para conclusão dos serviços até 31 de dezembro de 2014, considerando que em razão do processo de cadastramento e adesão, visando atender a Lei nº 2000/2014 do Município de Schroeder, que legisla quanto a pavimentação comunitária, devido as obras de rebaixo de leito efetuado pelo Município.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, o Senhor Walter Egidio Mukai, CREA-SC 065.488-5/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a partir deste a Cláusula Segunda “do prazo de entrega e do local” no item 2.2 e Cláusula Décima “das obrigações da empresa vencedora” no item 10.1.4 do contrato nº 93/2014-PMS, prorrogando-se o prazo para realização da obra até 31 de dezembro de 2014.

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 93/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo

ou fora dele.

Schroeder/SC, 04 de setembro de 2014.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Oswaldo Jurck

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª \_\_\_\_\_

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

### **Termo Aditivo Nº. A38/2014 – PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A38/2014 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 136/2014 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Oswaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 136/2014-PMS, celebrado em 07 de julho de 2014, Modalidade Tomada de Preço nº. 06/2014-PMS, Processo nº. 106/2014 - PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Luiza Maske, Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 205 m e área total de 2.050,00 m², de acordo com o programa de transferência 2014003364, do apoio ao sistema viário – FUNDOSOCIAL, 4194, Estadual, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e a Prefeitura Municipal de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente ao pedido feito pela contratada referente à prorrogação do prazo para conclusão dos serviços até 31 de dezembro de 2014, considerando que em razão do processo de cadastramento e adesão, visando atender a Lei nº 2000/2014 do Município de Schroeder, que legisla quanto a pavimentação comunitária, devido as obras de rebaixo de leito efetuado pelo Município.

Considerando o disposto no artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93 e seus dispositivos legais, conforme parecer da procuradoria.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, o Senhor Walter Egidio Mukai, CREA-SC 065.488-5/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se: Cláusula 1ª – Fica alterada a partir deste a Cláusula Segunda “do prazo de entrega e do local” no item 2.1 e Cláusula Décima “das obrigações da empresa vencedora” no item 10.1.4 do contrato nº 136/2014-PMS, prorrogando-se o prazo para realização da obra até 31 de dezembro de 2014.

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 136/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 04 de setembro de 2014.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Oswaldo Jurck

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª \_\_\_\_\_

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

### **Termo Aditivo Nº. A39/2014 – PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A39/2014 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 127/2014 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Oswaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 127/2014-PMS, celebrado em 18 de junho de 2014, Modalidade Tomada de Preço nº. 01/2014-PMS, Processo nº. 41/2014 - PMS, tendo como objeto a



contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de pavimentação asfáltica da Rua Guilherme Bauer, Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 250 m e área total de 2.743,00 m², conforme contrato de repasse nº 780488/2012-MCIDADES/CAIXA, por intermédio do Ministério das Cidades, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e a Prefeitura Municipal de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014, que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente ao pedido feito pela contratada referente à prorrogação do prazo para conclusão dos serviços até 31 de dezembro de 2014, considerando que em razão do processo de cadastramento e adesão, visando atender a Lei nº 2000/2014 do Município de Schroeder, que legisla quanto a pavimentação comunitária, devido as obras de rebaixo de leito efetuado pelo Município.

Considerando o disposto no artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93 e seus dispositivos legais, conforme parecer da procuradoria.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, o Senhor Walter Egidio Mukai, CREA-SC 065.488-5/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a partir deste a Cláusula Segunda “do prazo de entrega e do local” no item 2.1 e Cláusula Décima “das obrigações da empresa vencedora” no item 10.1.4 do contrato nº 127/2014-PMS, prorrogando-se o prazo para realização da obra até 31 de dezembro de 2014.

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 127/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 04 de setembro de 2014.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Oswaldo Jurck

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª \_\_\_\_\_

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

## **Aviso de Licitação Pregão Presencialregistro de Preços Nº. 78/2014-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000

- SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIALREGISTRO DE PREÇOS Nº. 78/2014-PMS

PROCESSO Nº. 165/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de impressão de carnês de IPTU e Taxa de Coleta de Lixo para o exercício de 2015 para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 22 de setembro de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 22 de setembro de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 05 de setembro de 2014.

Oswaldo Jurck

Prefeito Municipal

## **Portaria Nº 5.703/2014, de 03 de Setembro de 2014.**

PORTARIA Nº 5.703/2014, de 03 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a servidora, Sra. Ana Paula da Silva, a partir desta data, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer



Publicada por:  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Portaria Nº 5.704/2014, de 03 de Setembro de 2014.**  
PORTARIA Nº 5.704/2014, de 03 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2014/SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.897/2014, de 20/03/2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Luis Fernando Gois da Luz para exercer o cargo de Professor C, subárea Ensino Fundamental, percebendo o nível salarial C-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº 001/2014/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de setembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Portaria Nº 5.705/2014, de 04 de Setembro de 2014.**  
PORTARIA Nº 5.705/2014, de 04 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o afastamento por auxílio maternidade da servidora Sra. Marciana Jacobi Lourenzetti em 1º de julho de 2014.

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 003/2014/SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.034/2014, de 08/08/2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Adolfo Harmel Alves para exercer o cargo de Professor B, subárea Educação Infantil e Ensino Fundamental, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº 003/2014/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 04 de setembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal  
MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Portaria Nº 5.706/2014, de 04 de Setembro de 2014.**  
PORTARIA Nº 5.706/2014, de 04 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de demissão da servidora Sra. Ledir Cleri Dreher em 13/08/2014.

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 003/2014/SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.034/2014, de 08/08/2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Lindomar Silva de Jesus para exercer o cargo de Professor C, subárea Ensino Fundamental, percebendo o nível salarial C-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº 003/2014/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 04 de setembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:  
 TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
 Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **I Errata de Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 68/2014-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
 Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

### **I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 68/2014-PMS**

PROCESSO Nº. 146/2014-PMS  
 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e de item referente ao Edital de Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 68/2014-PMS, tendo e vista a aquisição de material elétrico para o parque de eventos Alfredo Pasold do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.1- Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 18 de setembro de 2014
- b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.  
 Setor de Licitações, localizado no piso térreo da nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.
- c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h.
- d) Abertura do processo: às 14h15min.

3.1.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 18 de setembro de 2014 às 14h, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-b.

### **ANEXO IX PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 68/2014-PMS TERMO DE REFERÊNCIA**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para o parque de eventos Alfredo Pasold do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊN- CIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊN- CIA
01	Refletores industriais para lâmpadas compactas de 100w com base E27 - Material em acrílico com refletor em alumínio com gancho para fixação NO MINIMO 16"	25	Peça	95,43	2.385,75
02	Hastes de cobre para aterramento 2,40m	10	Peça	23,30	233,00

03	Conector para haste de aterramento	10	Peça	5,10	51,00
04	Painel elétrico:Quadro de ferro sobrepôr para disjuntor Din geral de 150A com barramento e espaço para 4 DPS+disjuntor geral+espaço para 10 disjuntores monofásicos+22 espaços disjuntores trifásicos (Conforme especificação desenho)	1	Peça	4.113,00	4.113,00
05	DPS independente de 25 KV	4	Peça	60,00	240,00
06	Painel elétrico: Quadro de ferro sobrepôr com barramento para 16 disjuntores Din monofásicos + disjuntor geral de 100A (Conforme desenho)	2	Peça	380,00	760,00
07	Disjuntor 16A monofasico -Din	14	Peça	6,10	85,40
08	Disjuntor 20A monofasico - Din	9	Peça	6,19	55,71
09	Disjuntor 25A monofasico - Din	3	Peça	6,10	18,30
10	Disjuntor 32A monofasico - Din	7	Peça	6,10	42,70
11	Disjuntor 32A trifasico - Din	15	Peça	30,42	456,30
12	Disjuntor 50A trifasico - Din	6	Peça	30,42	182,52
13	Disjuntor 63A trifasico - Din	2	Peça	31,65	63,30
14	Disjuntor 100A trifasico - Din	1	Peça	94,00	94,00
15	Disjuntor 125A trifasico - din	1	Peça	148,03	148,03
16	Fio flexível 1,5mm Preto	200	Me-tros	0,46	92,00
17	Fio flexível 1,5mm Azul	200	Me-tros	0,46	92,00
18	Fio flexível 1,5mm Verde	200	Me-tros	0,46	92,00
19	Fio flexível 2,5mm Preto	100	Me-tros	0,74	74,00
20	Fio flexível 2,5mm Azul	100	Me-tros	0,74	74,00
21	Fio flexível 2,5mm Verde	100	Me-tros	0,74	74,00
22	Fio flexível 4,0mm Preto	75	Me-tros	1,22	91,50
23	Fio flexível 4,0mm Azul	75	Me-tros	1,22	91,50
24	Fio flexível 4,0mm Verde	75	Me-tros	1,22	91,50
25	Fio flexível 6,0mm Preto	450	Me-tros	1,79	805,50
26	Fio flexível 6,0mm Vermelho	450	Me-tros	1,79	805,50
27	Fio flexível 6,0mm Branco	450	Me-tros	1,79	805,50
28	Fio flexível 6,0mm Azul	450	Me-tros	1,79	805,50
29	Fio flexível 6,0mm Verde	450	Me-tros	1,79	805,50
30	Fio flexível 10,0mm Preto	350	Me-tros	3,41	1.193,50
31	Fio flexível 10,0mm Vermelho	350	Me-tros	3,41	1.193,50
32	Fio flexível 10,0mm Branco	350	Me-tros	3,41	1.193,50

33	Fio flexível 10,0mm Azul	350	Me- tros	3,41	1.193,50
34	Fio flexível 10,0mm Verde	350	Me- tros	3,41	1.193,50
35	Fio flexível 16,0mm Preto	100	Me- tros	5,45	545,00
36	Fio flexível 16,0mm Vermelho	100	Me- tros	5,45	545,00
37	Fio flexível 16,0mm Branco	100	Me- tros	5,45	545,00
38	Fio flexível 16,0mm Azul	100	Me- tros	5,45	545,00
39	Fio 16,0mm Verde	100	Me- tros	5,45	545,00
40	Fio flexível 70,0mm Preto	100	Me- tros	24,73	2.473,00
41	Fio flexível 70,0mm Vermelho	100	Me- tros	24,73	2.473,00
42	Fio flexível 70,0mm Branco	100	Me- tros	24,73	2.473,00
43	Fio flexível 70,0mm Azul	100	Me- tros	24,73	2.473,00
44	Fio flexível 70,0mm Verde	100	Me- tros	24,73	2.473,00
45	Eletrocalha 100mmx50mmx3.00mt - chapa espessura 20	27	peça	32,46	876,42
46	Junção telescópica para ele- trocalha 100mmx50mm	27	Peça	2,71	73,17
47	Parafusos 1/4x1/2 lent. Auto trav. Para eletrocalha	110	Peça	0,09	9,90
48	Porca sextav. 1/4 sext. Para eletrocalha	110	Peça	0,06	6,60
49	Arruela 1/4 lisa para eletro- calha	110	peça	0,05	5,50
50	Suporte para eletrocalha 100mmx50mm - suporte em formato de cinta	27	Peça	2,24	60,48
51	T' para eletrocalha 100mmx50mm	2	Peça	9,70	19,40
52	Cabo de aço 1/8»	10	Me- tros	1,13	11,30
53	Abraçadeiras para cabo de aço 1/8»	54	Peça	0,61	32,94
54	T' de decida 50mmx50mm para eletrocalha 100mmx50mm	8	Peça	8,49	67,92
55	Tomadas monofásicas de 20A - sobrepor	30	Peça	5,59	167,70
56	Fita Isolante - Rolo com 20 metros	20	Peça	2,99	59,80
57	Locação Andaime de rodinha completo com 3 metros de altura (período de 20 dias)	1	Uni- dade	300,00	300,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					36.477,64

Schroeder, 04 de setembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 3.064/2014, de 04 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 3.064/2014, de 04 de setembro de 2014  
HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO RE-  
GIDO PELO EDITAL Nº 001/2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a lista classificatória referente ao Processo Seletivo regido pelo Edital n.º 001/2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), Edição 1564, de 04 de setembro de 2014, p. 473 a 476 e seguintes.

Art. 2º O prazo de validade do Processo Seletivo será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por no máximo igual período, contados a partir da data de homologação, conforme disposto no Item 10.8 do Edital n.º 001/2014 - Edital de Abertura do Processo Seletivo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 04 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

#### Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### Decreto Nº 3.065/2014, de 04 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 3.065/2014, de 04 de setembro de 2014  
HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO RE-  
GIDO PELO EDITAL Nº 002/2014 ESF/NASF.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a lista classificatória referente ao Processo Seletivo regido pelo Edital n.º 002/2014 ESF/NASF, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), Edição 1564, de 04 de setembro de 2014, p. 476 a 477 e seguintes.

Art. 2º O prazo de validade do Processo Seletivo será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por no máximo igual período, contados a partir da data de homologação, conforme disposto no Item 10.8 do Edital n.º 002/2014 ESF/NASF - Edital de Abertura do Processo Seletivo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 04 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por:  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Convocação Concurso Público Nº. 001/2013**

Convocação Concurso Público nº. 001/2013

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. CAMILA SARTORI MARTINS, inscrita no CPF sob nº. 064.326.519-80, aprovada em 6º lugar no Concurso Público nº. 001/2013-ESF, para o cargo de MÉDICA PLANTONISTA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até as 17:00h do dia 12 de setembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 02 de setembro de 2014.  
Osvaldo Jurck  
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla  
Secretário de Saúde e Assistência Social

**Dispensa 73/2014-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 73/2014 - DL****Processo Nr.: 166/2014  
Data: 04/09/2014**

Folha: 1/2

Fornecedor: **MUSICAL EXPRESS COMERCIO LTDA**  
Endereço: AV M DA RODOVIA DOS BANDEIRANTES,2400 -  
Cidade: Jundiaí - SP  
CNPJ: 01.593.450/0001-06

Código: 12914

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Aquisição de instrumentos de sopro e material pedagógico para o Setor da Cultura da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	15,00	CADERNO PEDAGÓGICO PARA FLAUTA DOCE / SOPRO NOVO (KIT)	UN	40,00	600,00
2	25,00	FLAUTA DOCE SOPRANO (KIT) ESPECIFICAÇÃO 24B	UN	60,00	1.500,00
3	15,00	FLAUTA DOCE CONTRALTO (KIT) ESPECIFICAÇÃO 28B	UN	93,00	1.395,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

OS REFERIDOS OBJETOS SERÃO ADQUIRIDOS PARA IMPLANTAÇÃO GRADATIVA DE AULAS DE MÚSICA NAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS DE SCHROEDER.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 4 de Setembro de 2014

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 73/2014 - DL**

**Processo Nr.: 166/2014**  
**Data: 04/09/2014**

Folha: 2/2

02/09/2014

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 2 de Setembro de 2014

**Valor da Despesa:** 3.495,00 (três mil quatrocentos e noventa e cinco reais)

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

**Dispensa Nº 48/2014-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
**Nr.: 48/2014 - DL****Processo Nr.: 68/2014**  
**Data: 04/09/2014**

Folha: 1/2

**Fornecedor: TOMAZELLI AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME**

Código: 12327

Endereço: R FRANCISCO FISCHER,90 - SALA 05

Cidade: JARAGUA DO SUL - SC

CNPJ: 08.174.661/0001-45

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** aquisição de passagem aérea de Curitiba para Natal (ida e volta) para profissional do NASF da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Passagem aérea de Curitiba para Natal (IDA E VOLTA) para UMA PESSOA, com ida dia 23 de setembro de 2014 no voo 3554 (08:52h) e 3310 (11:15h) da empresa TAM, e volta no dia 27 de setembro de 2014, no voo 3313 (15:43h) e 3151 (19:30h) empresa TAM.	UN	1.484,94	1.484,94

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Compra de passagens para profissional do NASF para apresentação oral de trabalho classificado, no IV Congresso Nacional de Fisioterapia na Saúde Coletiva, que se realizará de 24 a 27 de setembro em Natal/RN.

Schroeder, 4 de Setembro de 2014

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 48/2014 - DL**

**Processo Nr.:** 68/2014  
**Data:** 04/09/2014

Folha: 2/2

3/9/2014

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 3 de Setembro de 2014

**Valor da Despesa:** 1.484,94 (um mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e quatro centavos)

**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

# Serra Alta

## PREFEITURA

### Extrato Pregão Presencial Nº 53/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA  
AVISO DE LICITAÇÃO:  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2014  
Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de Mobiliários e Equipamentos de Informática destinados a equipar as Escolas e a Creche do Município de Serra Alta, suprimindo as necessidades dos seus departamentos oferecendo melhores condições para o atendimento aos alunos e ao público que frequenta os referidos locais.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 19 de Setembro de 2014.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 19 de Setembro de 2014.  
O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,

nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA, 05 de setembro de 2014.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
PREFEITO MUNICIPAL

### Lei Municipal Nº 997/2014

LEI MUNICIPAL Nº 997 DE 28 DE AGOSTO DE 2014  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA – SC.

FRANCISCO ARTUR BOTH Prefeito Municipal de Serra Alta – SC, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Serra Alta – SC (Lei 979/2013 de 04/12/2013) Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 224.277,00 (duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e setenta e sete reais), para a inclusão no seguinte programa:

ENTIDADE 2:

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 10.01 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade: 2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0002 – Receita de Impostos e Transferências R\$ 224.277,00  
Despesa: 04

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que

trata o artigo anterior no valor de R\$ 224.277,00 (duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e setenta e sete reais), serão anulados das seguintes dotações orçamentárias:

ENTIDADE 1:

Órgão: 03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 0301 – Departamento de Administração  
Projeto/Atividade: 2.001 – Contribuição a Entidades Municipalistas  
Natureza da Despesa: 3.3.50.00 – Transferência a Instituições Privadas  
Fonte: 0.1.0000 – Recursos Ordinários R\$ 41.960,00  
Despesa: 04

Projeto/Atividade: 2.300 – Manutenção da Administração Geral  
Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0000 – Recursos Ordinários R\$ 59.902,00  
Despesa: 07

Projeto/Atividade: 2.320 – Festividades do Município  
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0000 – Recursos Ordinários R\$ 32.415,00  
Despesa: 92

Órgão: 11.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária: 11.03 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Projeto/Atividade: 1.912 – Construção do CRAS  
Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0000 – Recursos Ordinários R\$ 90.000,00  
Despesa: 74

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 224.277,00 (duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e setenta e sete reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013.

Gabinete do Prefeito, 28 de agosto de 2014.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de administração

### Lei Municipal Nº 998/2014

LEI MUNICIPAL Nº998 DE 28 DE AGOSTO DE 2014  
“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 978/2013.”

FRANCISCO ARTUR BOTH Prefeito Municipal de Serra Alta – SC, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Ficam alterados os seguintes Capítulos da Lei Municipal nº 978/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO VI  
Da Conferência Municipal de Assistência Social

CAPÍTULO VII  
Do Fundo Municipal de Assistência Social de Serra Alta - FMAS

Art. 67 – Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social de

Serra Alta – SC, de duração indeterminada e de natureza contábil como unidade orçamentária, que será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social de Serra Alta – CMAS, nos quais devem ser alocados as receitas e executadas as despesas relativas ao conjunto de ações, serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.

#### CAPÍTULO VIII

##### Das Disposições Finais e Transitórias”

Art. 2º - Ficam ratificados os demais termos da Lei que a esta deu causa.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de Agosto de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

#### Portaria Nº 095/2014

PORTARIA Nº 095/2014 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; e alterações posteriores e lei 692/2006 de 13/04/2006

#### RESOLVE:

Art. 1º. A pedido rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de VANDERLEA PRIOR MARTINELLI, CPF 824.709.369-34 e RG 2.163.520-0 do Cargo de Professor de Artes, nível 62 do Grupo 6- MAG, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores, vigentes no município de Serra Alta.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de Setembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

#### Decreto Nº 140/2014

DECRETO Nº140/2014 DE 28 DE AGOSTO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA - SC.

FRANCISCO ARTUR BOTH Prefeito Municipal de Serra Alta - SC, no uso de suas atribuições legais, e em especial a Lei Municipal nº 997/2014,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de Serra Alta - SC (Lei 979/2013 de 04/12/2013) Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 224.277,00 (duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e setenta e sete reais), para a inclusão no seguinte programa:

#### ENTIDADE 2:

Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.800 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0002 - Receita de Impostos e Transferências R\$ 224.277,00

Despesa: 04

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 224.277,00 (duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e setenta e sete reais), serão anulados das seguintes dotações orçamentárias:

#### ENTIDADE 1:

Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 0301 - Departamento de Administração

Projeto/Atividade: 2.001 - Contribuição a Entidades Municipalistas

Natureza da Despesa: 3.3.50.00 - Transferência a Instituições Privadas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 41.960,00

Despesa: 04

Projeto/Atividade: 2.300 - Manutenção da Administração Geral

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 59.902,00

Despesa: 07

Projeto/Atividade: 2.320 - Festividades do Município

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 32.415,00

Despesa: 92

Órgão: 11.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 11.03 - Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade: 1.912 - Construção do CRAS

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 90.000,00

Despesa: 74

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 224.277,00 (duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e setenta e sete reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de agosto de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de administração



# Sombrio

## PREFEITURA

### Termo Aditivo 01/2014 - Conv. 005/2014

TERMO ADITIVO Nº. 01/2014 AO CONVÊNIO Nº 005/2014.

TERMO ADITIVO Nº. 01/2014, AO CONVÊNIO Nº 005/2014, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SOMBRIO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN.

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze (03/09/2014), O MUNICÍPIO DE SOMBRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço à Av. Nereu Ramos, 86l, Centro, Sombrio-SC, inscrita no CGC sob o nº 82.963.216/0001-17, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ZÊNIO CARDOSO, inscrito no CPF sob o nº 018.387.259/20, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua João José Guimarães, 954- Centro, Sombrio-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, neste ato representado pela Sra. TALITA SILVEIRA BARRIM, brasileira, casada, Funcionária Pública Municipal, inscrita no CPF sob o nº 066.377.229-01, residente e domiciliada à Rua Telegrafista Adolfo Coelho, 1406, Bairro São Luiz, Sombrio-SC, e a ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN, com endereço à Rua Julio de Souza, 361, Bairro Polícia Rodoviária, Araranguá-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00900930/0001-00, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. EDEVALDO NAGEL, brasileiro, casado, CPF sob o nº. 144.848.979-20, firmam o presente Termo Aditivo de Convênio, mediante as condições e termos que adiante passa a expor:

#### CLAÚSULA PRIMEIRA

Considerando o aumento da demanda de atendimentos prestados à crianças em regime de abrigo provisório pela Associação Irmã Carmem, o valor previsto na Cláusula Terceira do Convênio nº 005/2014, fica Aditado em R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais), totalizando o valor de R\$ 189.140,00 (cento e oitenta e nove mil, centos e quarenta reais).

#### CLÁUSULA SEGUNDA.

O valor aditado será transferido à Associação Irmã Carmen, em quatro (04) parcelas no valor de R\$ 12.250,00 (doze mil e duzentos e cinquenta reais) cada, até o dia 10 do mês subsequente, correndo a despesa por conta da seguinte dotação orçamentária.

#### 06.00 - SEC. DO BEM ESTAR SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

#### 06.03 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

#### 2.019 - Prevenção de Riscos à Criança e ao Adolescente - FIA

3.3.50.00.00.00.00.0078 - Transferência a Instituições Privadas sem fins Lucrativos R\$ 49.000,00

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições pactuadas no Convênio 005/2014, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

E por estarem, as partes de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 005/2014, em 03 (Três) vias de igual teor e forma, na presença de duas

testemunhas, para que surtam os seus efeitos legais.

Município de Sombrio (SC), em 03 de setembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Edevaldo Nagel

Presidente da Associação Irman Carmen

Talita Silveira Barrim

Gerente do Desenvolvimento Social e Ação Comunitária

Testemunhas:

1ª \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_

### Decreto Nº. 175/2014

DECRETO Nº 175, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO O IMÓVEL QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso de sua competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, de 06 de abril de 1990, Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e as Leis 4.132/62 e nº 4.504/64,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, uma área ideal de terras medindo (288,00m²), referente ao prolongamento da Rua José Quartieiro, com as seguintes medidas, confrontações e coordenadas: Inicia-se no vértice 25D, de coordenadas E: 631.531,134 m e N: 6.780.013,423 m, deste segue com azimute 127º45'33" e distância de 72 metros, confrontando com prolongamento da Rua Antonio João Coelho e com terras de Jailson Cardoso Coelho (matricula 67.241), até vértice 25C, de coordenadas E: 631.588,057 m e N: 6.779.969,334 m, deste segue com azimute 218º14'28" e distância de 4 metros, confrontando a Rua José Quartieiro, até vértice 25 de coordenadas E: 631.585,581 m N: 6.779.966,193 m, deste segue com azimute 307º45'33" e distância de 72 metros, confrontando a Rua José Quartieiro, até vértice 25A, de coordenadas E: 631.561,0832 m e N: 6.780.051,4262 m, deste segue com azimute 38º14'28" e distância de 4 metros, confrontando a Rua José Quartieiro, até o vértice 25D, de coordenadas E: 631.531,134 m e N: 6.780.013,423 m, ponto inicial da descrição. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas no Sistema Geodésico Brasileiro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a partir das estações ativas de coordenadas N e E, encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 51 WGr, tendo como Datum Horizontal o SAD 69. Todos as distancias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM., registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta cidade sob matrícula nº 67.241, em nome de Jailson Cardoso Coelho.

Art. 2º. A área ideal declarada de Utilidade Pública no artigo anterior servirá para o prolongamento da Rua José Quartieiro.

Art.3º. A Desapropriação amigável, sem indenização, sem qualquer tipo de ônus a esta Municipalidade, em virtude da Rua já existir há mais de 40 (quarenta) anos, sendo mesma de domínio público.

Art. 4º. Fica declarado para efeitos fiscais o valor do imóvel em R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio, 02 de setembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### **Decreto 174/2014**

DECRETO Nº 174, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO O IMÓVEL QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso de sua competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, de 06 de abril de 1990, Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e as Leis 4.132/62 e nº 4.504/64,

#### **DECRETA:**

Art. 1º. . Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, uma área ideal de terras medindo (582,84m²), referente ao prolongamento da Rua Antonio João Coelho, com as seguintes medidas, confrontações e coordenadas: Inicia-se no vértice 5B, de coordenadas E: 631.570,589 m e N: 6.780.044,107 m, deste segue com azimute 218º14'28" e distância 48,57 metros, confrontando com a propriedade de Jailson Cardoso Coelho; até vértice 25B, de coordenadas E: 631.540,621 m e N: 6.780.006,075 m, deste segue com azimute 307º45'33" e distância 12 metros, confrontando com prolongamento da Rua José Quartieiro, até vértice 25D, de coordenadas E: 631.531,134 m e N: 6.780.013,423 m, deste segue com azimute 38º14'28" e distância 48,57 metros, confrontando com terras de Jailson Cardoso Coelho (matrícula 67.242), até vértice 5A, de coordenadas E: 631.528,6584 m e N: 6.780.010,2817 m, deste segue com azimute 127º45'33" e distância de 12 metros, confrontando com prolongamento da Rua Antonio João Coelho, até vértice 5B, de coordenadas E: 631.570,589 m e N: 6.780.044,107 m, ponto inicial da descrição. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas no Sistema Geodésico Brasileiro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a partir das estações ativas de coordenadas N e E, encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 51 WGr, tendo como Datum Horizontal o SAD 69. Todos as distancias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta cidade sob matrícula nº 67.241, em nome de Jailson Cardoso Coelho.

Art. 2º. A área ideal declarada de Utilidade Pública no artigo anterior servirá para o prolongamento da Rua Antonio João Coelho.

Art.3º. A Desapropriação amigável, sem indenização, sem qualquer tipo de ônus a esta Municipalidade, em virtude da Rua já existir há mais de 20 (vinte) anos, sendo mesma de domínio público.

Art. 4º. Fica declarado para efeitos fiscais o valor do imóvel em R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio, 02 de setembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

# Timbó

## PREFEITURA

### Aviso de Concorrência Para Concessão Nº 09 2014 Fct - Exploração de Comercialização de Chope Artesanal

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Concorrência p/ Concessão Nº 09/2014 - FCT

OBJETO: concessão de uso de espaço público para instalação e exploração de dois pontos de comercialização de chope artesanal de marcas distintas em espaço denominado "Biergarten" junto à 24ª Festa do Imigrante, que acontecerá no período de 10 a 12 de outubro de 2014 no Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul, disponibilizando toda estrutura, incluindo edificação, mobiliário, equipamentos, utensílios e demais objetos necessários, mão de obra e limpeza do local. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 07 de outubro de 2014. ABERTURA: dia 07 de outubro de 2014 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br)

TIMBO (SC), 03/09/2014

Jorge R. Ferreira

Presidente da Fundação Cultural

### Retificação Pregão Presencial Nº 113 2014 PMT - Seguro Parcial Frota

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 113/2014 PMT

#### AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão Presencial n.º 113/2014 que trata contratação de companhia seguradora para prestação de serviços de cobertura, por meio de seguro, de veículos da frota do município, sofreu alteração das tabelas constantes do anexo I, conforme segue:

TABELA 1. VALOR DE REFERÊNCIA

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Valor Unitário (R\$)
1.0	1,00	LOTE	LOTE 01: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA, POR MEIO DE SEGURO, DE VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO	20.666,31
1.1	1,00	SERVICO	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL VEÍCULO - MARCA: FIAT, MODELO: UNO VIVACE 1.0/FLEX, ANO/ MOD: 2014/2014, PLACA: MLY-5506, CHASSI: 9BD195152E0589752, UNIDADE ADMINISTRATIVA: SECRETARIA DE SAÚDE - CNPJ:11.422.955/0001-53	707,79

1.2	1,00	SERVICO	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL VEÍCULO - MARCA: NISSAN, MODELO: MARCH 1.6/FLEX, ANO/ MOD: 2014/2015, PLACA: MLZ-3466, CHASSI: 94DFCUK13FB102931, UNIDADE ADMINISTRATIVA: SECRETARIA DE SAÚDE - CNPJ:11.422.955/0001-53	729,26
1.3	1,00	SERVICO	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL VEÍCULO - MARCA: NISSAN, MODELO: MARCH 1.6/FLEX, ANO/ MOD: 2014/2015, PLACA: MLZ-3566, CHASSI: 94DFCUK13FB102928, UNIDADE ADMINISTRATIVA: SECRETARIA DE SAÚDE - CNPJ:11.422.955/0001-53	729,26
1.4	1,00	SERVICO	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL VEÍCULO - MARCA: M.BENZ/OF, MODELO: 1519 R.ORE, ANO/ MOD: 2014/2014, PLACA: QHE-2115, CHASSI: 9BM384069EB951548, UNIDADE ADMINISTRATIVA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - CNPJ: 83.102.764/0001-15	10.732,74
1.5	1,00	SERVICO	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL VEÍCULO - MARCA: FORD, MODELO: FIESTA ROCAM HATCH 1.6, ANO/ MOD: 2014/2014, PLACA: INDISPONÍVEL, CHASSI: 9BFZF55PP8E8116909, UNIDADE ADMINISTRATIVA: SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO - CNPJ: 83.102.764/0001-15	1.560,47
1.6	1,00	SERVICO	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL VEÍCULO - MARCA: FORD, MODELO: FIESTA ROCAM HATCH 1.6, ANO/ MOD: 2014/2014, PLACA: INDISPONÍVEL, CHASSI: 9BFZF55P7E8116965, UNIDADE ADMINISTRATIVA: SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO - CNPJ: 83.102.764/0001-15	1.560,28

TABELA 2. DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS E TIPO DE SEGURO

CLASSE DE BÔNUS ITEM ATUAL	MARCA	TIPO USO	MODELO	ANO/MOD	PLACA	CHASSI	% FIPE	FRANQUIA CASCO	DANOS CORPORAIS	DANOS MATERIAIS	DANOS MORAIS	APP MORTE	APP INVALIDEZ	24 HORAS	unidade administrativa
1	-	FIAT	PASSAGEIROS	UNO VIVACE 1.0 FLEX	2014/2014	MLY-5506	98D195152E069752	100%	1.200,00	100.000,00	15.000,00	20.000,00	20.000,00	CONTRATADO KM LIVRE	SAÚDE
2	-	NISSAN	PASSAGEIROS	MARCH 1.6 FLEX	2014/2015	MLZ-3466	94DFCUK13FB102931	100%	1.200,00	100.000,00	15.000,00	20.000,00	20.000,00	CONTRATADO KM LIVRE	SAÚDE
3	-	NISSAN	PASSAGEIROS	MARCH 1.6 FLEX	2014/2015	MLZ-3566	94DFCUK13FB102928	100%	1.200,00	100.000,00	15.000,00	20.000,00	20.000,00	CONTRATADO KM LIVRE	SAÚDE
4	-	MER BENZ	PASSAGEIROS	OF 1519 R ORE	2014/2014	QHE-2115	9MB384069EB951548	100%	7.500,00	100.000,00	15.000,00	20.000,00	20.000,00	CONTRATADO KM LIVRE	EDUCAÇÃO
5	-	FORD	PASSAGEIROS	FIESTA ROCAM HATCH 1.6	2014/2014	*	98FZF55PP8E116908	100%	1.200,00	100.000,00	15.000,00	20.000,00	20.000,00	CONTRATADO KM LIVRE	ADMINISTRAÇÃO
6	-	FORD	PASSAGEIROS	FIESTA ROCAM HATCH 1.6	2014/2014	*	98FZF55P7E8116965	100%	1.200,00	100.000,00	15.000,00	20.000,00	20.000,00	CONTRATADO KM LIVRE	ADMINISTRAÇÃO

As franquias mencionadas no Anexo I deste edital estão cotadas com o valor da franquia reduzida, ou o tendo como valor máximo como referência.

\* Devido à recente aquisição dos veículos, não há indicação de placa até o momento da publicação deste edital, sendo informada a placa posteriormente à homologação do processo.

Em atenção às alterações no edital, prorroga-se para dia 18/09/2014 as 15h30min a entrega do credenciamento e envelopes de proposta e habilitação. A abertura da sessão fica marcada para as 15h40min da mesma data da entrega dos documentos.

TIMBO/SC, 04 de Setembro de 2014  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária de Fazenda e Administração

**Aviso de Licitação Deserta - Pregão Presencial N.º 93 2014 PMT**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO LICITAÇÃO DESERTA  
PREGÃO PRESENCIAL N.º. 93/2014 PMT

O Município de Timbó torna público para conhecimento dos interessados que restou DESERTO o Pregão Presencial n.º. 93/2014 que teve por objetivo a AQUISIÇÃO DE CALHAS DE ALUMÍNIO E TELHADO DE ALUZINCO, COM INSTALAÇÃO, PARA MANUTENÇÃO NO NÚCLEO DE ENSINO INFANTIL - NEI LAR DA CRIANÇA, COM O INTUITO DE CONTER AS INFILTRAÇÕES CAUSADAS PELO NÃO ESCOAMENTO DAS ÁGUAS DAS CHUVAS, sendo que não houve empresas interessadas em participar do certame.

Timbó (SC), 04 de setembro de 2014  
SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário de Educação

**Extrato do Convênio N.º 2014.010 - FMS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE SAÚDE  
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO N.º 2014/010.

CONVENIENTE: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONVENIADA: INSTITUTO DE PESQUISA, ATENDIMENTO, DEFESA E ASSESSORIA ESTRELA DE ISABEL.

OBJETO: O Convênio tem por finalidade execução, pela CONVENIADA, de todas as atividades, objetivos, atribuições e finalidades do seu Estatuto/Contrato Social e Regimento Interno, principalmente o atendimento, abrigamento e tratamento de criança e/ou adolescente com deficiência física e/ou mental (parcial ou total) com idade até 18 anos, em cumprimento da ordem emanada no processo n.º 073.12.000411-1. PRAZO: 05/08/2014 e término em 04/08/2015. Data da assinatura: 05/08/2014. VALOR: R\$ 6.516,00 (seis mil quinhentos e dezesseis reais) por vaga ocupada.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

**Extrato do Convênio N.º 2014.011 - FMAS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO N.º 2014/011.

CONVENIENTE: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Assistência Social.

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DE AMPARO À TERCEIRA IDADE.

OBJETO: O Convênio tem por finalidade execução, pela CONVENIADA, de todas as atividades, objetivos, atribuições e finalidades do seu Estatuto/Contrato Social e Regimento Interno, principalmente o atendimento/acolhimento de pessoa idosa a partir dos 60 anos de idade, em cumprimento da ordem emanada no Processo n.º 073.14.001550-0. PRAZO: 06/08/2014 e término em 05/08/15. Data da assinatura: 06/08/2014. Valor da vaga ocupada: R\$ 780,20 (setecentos e oitenta reais e vinte centavos), que corresponde a diferença a ser adimplida pela municipalidade por força da determinação judicial.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

**Extrato do Convênio N.º 2014.012 - FMS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DA SAÚDE  
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO N.º 2014/012.

CONVENIENTE: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde

CONVENIADOS: Hospital E Maternidade OASE, Ordem Auxiliadora Das Senhoras Evangélicas De Timbó – OASET e Instituto Vida De Assistência À Saúde.

OBJETO: O Convênio tem por finalidade a implantação, pelos CONVENIADOS, de quatro (04) leitos para atendimento/internação hospitalar de pessoas com sofrimento e/ou transtorno mental e/ou com necessidades de saúde pelo uso de álcool, crack e outras drogas, em atendimento ao Projeto Técnico do Serviço Hospitalar de Referência estabelecido na Portaria n.º 148/GM/MS de 31/01/12 e alterações posteriores. PRAZO: 05/08/14 e término em 31/12/15. Data da assinatura: 07/08/14. Recursos provenientes do Ministério da Saúde e repassados pelo CONVENIENTE aos CONVENIADOS: incentivo financeiro de investimento para implantação dos quatro (04) leitos no valor total de R\$ 16.000,00 e incentivo financeiro de custeio anual o valor total de até R\$ 67.321,32 (sessenta e sete mil trezentos e vinte e um reais e trinta e dois centavos) por leito implantado.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

**Extrato Contrato 2014.113 - SEMFA**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º. 2014/113

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ, através da Secretaria da Fazenda e Administração.

CONTRATADO: INFODIGITALLE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA. OBJETO: locação do Sistema de Informática GEDOC PROCESSOS RH, cuja finalidade versa acerca da digitalização, arquivamento e gerenciamento de documentos do Departamento de Recursos Humanos. Data da assinatura 29/08/14. VALOR MENSAL: valor mensal de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e o valor total da instalação e adequação/programação do sistema de informática Gedoc Processos é de R\$ 1.980,00 (hum mil novecentos e oitenta reais). PRAZO: 01/09/2014 até 31/12/2014.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária da Fazenda e Administração



**Extrato Segundo Aditivo Convênio Nº 2012-17 - FMAS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2012/17  
CONVENIENTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Assistência Social.  
CONVENIADA: Associação Blumenauense de Amparo aos Menores - ABAM.

OBJETO: repactuação contratual sendo que o valor mensal constante no art. 3º do Convênio, a partir da data de 01/08/2014, passa a ser de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) por vaga. Finalidade do Convênio: atendimento, abrigamento e tratamento de crianças e/ou adolescentes do sexo masculino, com idade entre 07 (sete) a 18 (dezoito) anos incompletos que recebam medida protetiva de acolhimento. Data da Assinatura: 28/08/14.

Laércio Demerval Schuster Júnior  
Prefeito

**Extrato Segundo Termo Aditivo Ata de Registro - 28.2013 FMS - Altermed**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 28/2013  
CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.  
CONTRATADO: Altermed Material Médico Hospitalar LTDA.  
OBJETO: Equilíbrio econômico financeiro do item 00042, Cefalexina 500mg, que fica acrescido proporcionalmente ao aumento ocorrido, passando a ser de R\$ 0,2570.  
DATA DA ASSINATURA: 08/08/2014.

ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário de Saúde

**Três Barras****PREFEITURA****Decreto Nº 4.382 de 12 de Maio de 2014**

DECRETO Nº 3.724 DE 20 DE MAIO DE 2010.  
DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PSICÓLOGO - PROCESSO SELETIVO Nº 004/2009.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o Edital nº 004/2009 que regulou o Processo Seletivo;

CONSIDERANDO, os princípios constitucionais que regem a Administração, em especial o da legalidade e eficiência;

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado por 01 (um) ano o contrato temporário de EVELIN EVELIN CRISTINA GUIMARAES BEDRECHUK - psicólogo, firmado em data de 11.05.2009 de acordo com o Processo Seletivo nº 004/2009 que dispõe sobre as contratações temporárias de excepcional interesse público.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 20 de maio de 2010.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras.

Este Decreto foi registrado publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Decreto Nº 4.383 de 12 de Maio de 2014**

DECRETO Nº 4.383 DE 12 DE MAIO DE 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE  
R\$ 1.412.295,00, PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.105 de 20 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar de provável excesso de arrecadação por convênios ao orçamento do Município de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 378.395,00 (Trezentos e setenta e oito mil e trezentos e noventa e cinco reais), como segue:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS  
01 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços  
015.451.0021.1015 - Ampliação da Pavimentação, Urbanização e Infraestrutura  
4490.00.00  
12454  
Aplic. Diretas/ Conv. União Min. Cidades- Pavimentações

378.395,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação por convênios como segue:

-Contrato de Repasse nº 781717/2012/MCIDADES/CAIXA, Processo nº 2626.1.003.037-79/2012 Repasse com a União-Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 250.795,00 (Duzentos e cinquenta mil e setecentos e noventa e cinco reais) no vínculo 12454.

-Contrato de Repasse nº 771071/2012/MCIDADES/CAIXA, Processo nº 2626.387.914-23/2012, Repasse com a União-Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 127.600,00 (Cento e vinte e sete mil e seiscentos reais) no vínculo 12454.

Art. 3º Abre crédito adicional suplementar por excesso e/ou provável excesso de arrecadação no orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 525.000,00 (Quinhentos e vinte e cinco mil reais), como segue:

#### 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

01 - Secretaria de Administração

004.122.0005.2009 - Manutenção das Atividades da Administração

3390.00.00

10000

Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários 50.000,00

#### 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

01 - Secretaria de Finanças

004.122.0004.2006 - Administração de Receitas

3390.00.00

10000

Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários 30.000,00

#### 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

004.122.0008.2059 - Manutenção da Secret. de Desenv. Econ. e Turismo

3390.00.00

10000

Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários 20.000,00

#### 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS

01 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços

015.451.0021.1015 - Ampliação da Pavimentação, Urbanização e Infraestrutura

4490.00.00

10000

Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários

150.000,00

004.122.0017.2074 - Apoio a Secretaria de Viação e Obras

3390.00.00

10000

Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários 50.000,00

3390.00.00

12404

Aplic. Diretas/ Conv. Estado Manut. Vias Públicas 225.000,00

Art. 4º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso, como segue:

-Conta Receita nº 417210102000000 - Cota-Parte Fundo Partic. Municípios - FPM, vínculo 10000, no valor de R\$ 200.000,00.

-Conta Receita nº 417219900020000 - Apoio Financeiro aos Municípios -AFM, vínculo10000, no valor de R\$ 100.000,00.

-Conta Receita nº 417229900050000 - Transferências Estado Manut. Vias Urbanas, vínculo 12404, no valor de R\$ 225.000,00.

Art. 5º - Abre crédito adicional suplementar por anulação de dotações ao orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), como segue:

#### 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

012.361.0013.2062 - Manutenção das Escolas de Ensino Fundamental

3390.00.00

11900

Aplic. Diretas/Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)

90.000,00

012.365.0013.2063 - Manutenção dos CMEIS - Educação Infantil.

3390.00.00

11900

Aplic. Diretas/Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)

110.000,00

Art. 6º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), será utilizado os recursos provenientes das seguintes anulações:

#### 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

012.361.0013.2062 - Manutenção das Escolas de Ensino Fundamental

3190.00.00

11800

Aplic. Diretas/Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)

90.000,00

012.365.0013.2063 - Manutenção dos CMEIS - Educação Infantil.

3190.00.00

11800

Aplic. Diretas/Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)

110.000,00

Art. 7º Abre crédito adicional suplementar por excesso e/ou provável excesso de arrecadação no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 284.000,00 (Duzentos e oitenta e quatro mil reais), como segue:

#### 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - Fundo Municipal de Saúde

010.303.0009.2078 - MAC Média e Alta Complexidade

3390.00.00

16566

Aplic. Diretas/ Transf. Estado MAC. Cirurg. Eletivas

54.000,00

3390.00.00

16501

Aplic. Diretas/ Média e Alta Complexidade -MAC. 230.000,00

Art. 8º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso, como segue:

-Conta Receita nº 417229900040000 - Transf. do Estado Cirurgias Eletivas , vínculo 16566, no valor de R\$ 54.000,00.

-Conta receita nº 417213300140100 - Média e Alta Complex. - MAC - Ambul./Hosp; vínculo 16501, no valor de R\$ 230.000,00.

Art. 9º - Abre crédito adicional suplementar por anulação de dotações ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 24.900,00 (Vinte e quatro mil e novecentos reais), como segue:

#### 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - Fundo Municipal de Saúde  
010.301.0009.2060 - Atenção Básica  
4490.00.00

16460

Aplic. Diretas /ESF - Transf. Estado p/Saúde da Família 24.900,00

Art. 10º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, no valor de R\$ 24.900,00 (Vinte e quatro mil e novecentos reais), será utilizado os recursos provenientes das seguintes anulações:

12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - Fundo Municipal de Saúde

010.301.0009.2060 - Atenção Básica

3390.00.00

16460

Aplic. Diretas /ESF - Transf. Estado p/Saúde da Família 24.900,00

Art. 11º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 12 de maio de 2014.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### **Decreto Nº 4.384 de 29 de Maio de 2014.**

DECRETO Nº 4.384 DE 29 DE MAIO DE 2014.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE MARIA DE FÁTIMA DE PAULA GABARDO, BERTOLINO JOSÉ GABARDO, GILSON DE PAULA E SILVA E MÁRCIA MARIA LESSACK DE PAULA E SILVA, SITUADO NO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO, TRÊS BARRAS - SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Maria de Fátima de Paula Gabardo, Bertolino José Gabardo, Gilson de Paula e Silva e Márcia Maria Lessack de Paula e Silva, localizada na Rua Cidade de Valinhos, Distrito de São Cristóvão, Três Barras - SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 34.148 - livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 15.818,06 m² (quinze mil, oitocentos e dezoito metros e seis decímetros quadrados), subdividido em 05 (cinco) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I - Lote 01 com 419,54 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Cidade de Valinhos se encontra; à Frente, com a Rua Cidade de Valinhos na extensão de 32,66 metros lineares; aos Fundos, com terras de Francisco Garzo Neto na extensão de 41,48 metros lineares; ao Lado Esquerdo, com o Lote 02 na extensão de 25,64 metros lineares.

II - Lote 02 com 419,92 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Cidade de Valinhos se encontra; à Frente, com a Rua Cidade de Valinhos na extensão de 13,54 metros lineares; aos Fundos, com terras de Francisco Garzo Neto na extensão de 17,20 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote 01 na extensão de 25,64 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote 03 na extensão

de 36,27 metros lineares.

III - Lote 03 com 447,50 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Cidade de Valinhos se encontra; à Frente, com a Rua Cidade de Valinhos na extensão de 12,00 metros lineares; aos Fundos, com terras de Francisco Garzo Neto na extensão de 6,85 metros lineares e com o Lote 05 na extensão de 10,97 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote 02 na extensão de 36,27 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote 04 na extensão de 31,89 metros lineares.

IV - Lote 04 com 399,64 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Cidade de Valinhos se encontra; à Frente, com a Rua Cidade de Valinhos na extensão de 24,71 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote 03 na extensão de 31,89 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote 05 na extensão de 40,38 metros lineares.

V - Lote 05 com 14.131,46 m², com a seguinte descrição: Para quem da Avenida Francisco de Paula e Silva se encontra; à Frente, com a Avenida Francisco de Paula e Silva na extensão de 55,77 metros lineares; aos Fundos, com o Lote 03 na extensão de 10,97 metros lineares, com o Lote 04 na extensão de 40,38 metros lineares e com a Rua Cidade de Valinhos na extensão de 12,61 metros lineares; ao Lado Direito, com terras de Dietrich Siems na extensão de 243,96 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com terras de Francisco Garzo Neto na extensão de 241,67 metros lineares.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 29 de maio de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

#### **Decreto Nº 4.385 de 29 de Maio de 2014.**

DECRETO Nº 4.385 DE 29 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE AS CONTRATAÇÕES PARA O PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o previsto na Lei Complementar nº 119/2008 que dispõe sobre o Programa Estratégia Saúde da Família, bem como, no Decreto nº 4.204/2013;

DECRETA:

Art. 1º. As contratações realizadas para atender ao Programa Estratégia Saúde da Família serão regidas pela Lei Complementar nº 119/2008 e pelo Decreto nº 4.204/2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 29 de maio de 2014.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

#### **Decreto Nº 4.386 de 29 de Maio de 2014.**

DECRETO Nº 4.386 DE 29 DE MAIO DE 2014.  
DECLARA COMO BEM PÚBLICO DE USO COMUM DO POVO PARA EFEITO DE REDUÇÃO DA ÁREA DA MATRÍCULA Nº 32.283 A ÁREA DE 634,50 M<sup>2</sup> - DE PROPRIEDADE DE TÂNIA SILVANE DAMASO DA SILVEIRA HELLINGER E OUTRO.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as leis municipais nº 1.143 de 04 de novembro de 1988 e nº 2.002 de 24 de agosto de 1999, que estabelecem denominação de vias e logradouros públicos;

Considerando a declaração passada pelo Setor de Planejamento de que sobre a área urbana identificada no mapa existem as ruas Otávio Adur (Lei nº 1.143/1988) e Laudemiro Heuko (Lei nº 2.002/1999).

Considerando o requerimento protocolado sob o nº 171 de 21 de fevereiro de 2014, por Tânia Silvana Damaso da Silveira Hellinger e outro;

Considerando a área de alinhamento das citadas ruas;

DECRETA:

Art. 1º. Fica reconhecida a área de 634,50 m<sup>2</sup> (seiscentos e trinta e quatro metros e cinquenta centímetros quadrados) para efeitos de redução da área da matrícula imobiliária nº 32.283 do Cartório de Registro de Imóveis de Canoinhas - SC, de propriedade de Tânia Silvana Damaso da Silveira Hellinger e Moacir Evaldo Hellinger, como bem público de uso comum do povo:

I - Rua Otávio Adur - área de 282,00 m<sup>2</sup>;

II - Rua Laudemiro Heuko - área de 352,50 m<sup>2</sup>.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 29 de maio de 2014.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras.

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **Decreto Nº 4.388 de 09 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4.388 DE 09 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NOS DIAS EM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Durante a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, o expediente das Repartições Públicas Municipais obedecerá ao disposto neste Decreto.

Art. 2º. Nos dias úteis em que houver jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2014, o expediente das Repartições Públicas Municipais encerrar-se-á, em caráter excepcional, uma hora antes do início da partida.

Art. 3º. Nos dias de jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, que não envolvam a Seleção Brasileira de Futebol, o expediente das Repartições Públicas Municipais será normal.

Art. 4º. O disposto no art. 2º não se aplica aos serviços essenciais e indispensáveis.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de junho de 2014.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

#### **Decreto Nº 4.389 de 12 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4.389 DE 12 DE JUNHO DE 2014.  
MODIFICA O CALENDÁRIO ESCOLAR DO CORRENTE ANO, ANTECIPA AS FÉRIAS ESCOLARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o teor do Decreto nº 4.387 de 09 de junho de 2014, que declarou situação de emergência no Município;

CONSIDERANDO a suspensão das aulas nas escolas da rede pública de ensino, em função da interdição de algumas unidades de ensino que foram atingidas pelas cheias dos rios, bem como, em função da utilização de outras unidades educacionais como abrigo para as famílias desabrigadas.

DECRETA:

Art. 1º. O calendário escolar do ano de 2014 passará a vigorar com as modificações efetuadas pelo presente Decreto.

Art. 2º. Ficam antecipadas as férias escolares do corrente ano, para o período compreendido entre os dias 16 e 30 de junho de 2014.

Art. 3º. A escala de trabalho dos professores que integram a rede



municipal de ensino, no período referido no artigo anterior, será estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 12 de junho de 2014.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

### **Decreto Nº 4.390 de 12 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4.390 DE 12 DE JUNHO DE 2014.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE TÂNIA SILVANE DAMASO DA SILVEIRA HELLINGER E MOACIR EVALDO HELLINGER, SITUADO NO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO, TRÊS BARRAS - SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Tânia Silvana Damaso da Silveira Hellinger e Moacir Evaldo Hellinger, localizada na Rua Silvestre Gonçalves, Distrito de São Cristóvão, Três Barras - SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 32.283 - livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 11.064,71 m² (onze mil e sessenta e quatro metros e setenta e um centímetros quadrados), subdividido em 03 (três) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I - Quadra 01-A com 2.438,36 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Silvestre Gonçalves se encontra; à Frente, com a Rua Silvestre Gonçalves na extensão de 91,14 metros lineares; aos Fundos, com terras de Sinézio de Paula e Silva na extensão de 29,75 metros e 70,48 metros lineares; ao Lado Direito, com a Rua José Nunes Cavaleiro na extensão de 82,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com a Rua Laudemiro Heuko na extensão de 23,50 metros lineares.

II - Quadra 01-B com 1837,00 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Silvestre Gonçalves se encontra; à Frente, com a Rua Silvestre Gonçalves na extensão de 81,64 metros lineares; aos Fundos, com terras de Sinézio de Paula e Silva na extensão de 81,64 metros lineares; ao Lado Direito, com a Rua Laudemiro Heuko na extensão de 23,50 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com a Rua Otávio Adur na extensão de 23,50 metros lineares.

III - Quadra 01-C com 6.154,85 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Silvestre Gonçalves se encontra; à Frente, com a Rua Silvestre Gonçalves na extensão de 244,72 metros lineares; aos Fundos, com terras de Sinézio de Paula e Silva e Escola Básica Frei Menandro Kamps na extensão de 236,13 metros lineares; ao Lado Direito, com a Rua Otávio Adur na extensão de 23,50 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com a Avenida Francisco de Paula e Silva na extensão de 23,50 metros lineares.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 12 de junho de 2014.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

### **Decreto Nº 4.391 de 12 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4.391 DE 12 DE JUNHO DE 2014.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE SANDRA LUCIA GUIMARÃES BEDRECHUK, SITUADO NO BAIRRO VILA NOVA PACHECO, TRÊS BARRAS - SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Sandra Lucia Guimarães Bedrechuk, localizada na Rua Benedito Cordeiro, bairro Vila Nova Pacheco, Três Barras - SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 37.706 - livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 881,25 m² (oitocentos e oitenta e um metros e vinte e cinco centímetros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I - Lote 11-A-1 com 440,62 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Benedito Cordeiro se encontra; à Frente, com a Rua Benedito Cordeiro na extensão de 11,75 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 05 na extensão de 11,75 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 11-A-2 na extensão de 37,50 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com Lote nº 10 na extensão de 37,50 metros lineares.

II - Lote 11-A-2 com 440,63 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Benedito Cordeiro se encontra; à Frente, com a Rua Benedito Cordeiro na extensão de 11,75 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 06 na extensão de 7,50 metros e com o Lote nº 05 na extensão de 4,25 metros lineares; ao Lado Direito, com terras de Pedro Strait na extensão de 37,50 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com Lote nº 11-A-1 na extensão de 37,50 metros lineares.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 12 de junho de 2014.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de



Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

**Decreto Nº 4.392 de 12 de Junho de 2014**

DECRETO Nº 4.392 DE 12 DE JUNHO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR

TOTAL DE

R\$ 270.000,00, PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.105 de 20 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por provável excesso de arrecadação no orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), como segue:

## 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

01 - Secretaria de Administração

004.122.0005.2009 - Manutenção das Atividades da Administração

3390.00.00

10000

Aplic. Diretas /Recursos Ordinários 50.000,00

## 19 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

01 - Secretaria de Habitação

016.482.0031.2004 - Manutenção da Secretaria de Habitação

3390.00.00

10000

Aplic. Diretas /Recursos Ordinários 20.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 417219900020000 - Apoio Financeiro aos Municípios - AFM, vínculo 10000, no valor de R\$ 50.000,00.

-Conta Receita nº 417220101000000 - Cota-Parte do ICMS, vínculo 10000, no valor de R\$ 20.000,00.

Art. 3º - Abre crédito adicional suplementar por excesso e/ou provável excesso de arrecadação no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), como segue:

## 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - Fundo Municipal de Saúde

010.301.0009.2060 - Atenção Básica

3390.00.00

10200

Aplic. Diretas /Rec. de Impostos e de Transf. Imp.-Saúde

200.000,00

Art. 4º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ ou provável excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 417210102000000 - Cota-Parte Fundo Participação dos Municípios - FPM, vínculo 10200, no valor de R\$ 150.000,00.

-Conta Receita nº 417219900020000 - Apoio Financeiro aos Municípios - AFM, vínculo 10200, no valor de R\$ 50.000,00.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 12 de junho de 2014.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Decreto Nº 4.393 de 23 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4.393 DE 23 DE JUNHO DE 2014.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE EDENIL DA SILVA CORRÊA, ROSELEI CALDAS CORRÊA, ODILZA BEATRIZ DA SILVA CORRÊA, CLÓVIS EDENILSON CORRÊA E LETÍCIA REGINA CORRÊA, SITUADO NO KM 02, TRÊS BARRAS - SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Edenil da Silva Corrêa, Roselei Caldas Corrêa, Odilza Beatriz da Silva Corrêa, Clóvis Ednilson Corrêa e Letícia Regina Corrêa, localizada na Rua Ernesto Bishop, bairro Vila Nova Pacheco, Três Barras - SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 37.706 - livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 881,25 m² (oitocentos e oitenta e um metros e vinte e cinco centímetros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I - Lote 11-A-1 com 440,62 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Benedito Cordeiro se encontra; à Frente, com a Rua Benedito Cordeiro na extensão de 11,75 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 05 na extensão de 11,75 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 11-A-2 na extensão de 37,50 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com Lote nº 10 na extensão de 37,50 metros lineares.

II - Lote 11-A-2 com 1837,00 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Benedito Cordeiro se encontra; à Frente, com a Rua Benedito Cordeiro na extensão de 11,75 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 06 na extensão de 7,50 metros e com o Lote nº 05 na extensão de 4,25 metros lineares; ao Lado Direito, com terras de Pedro Strait na extensão de 37,50 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com Lote nº 11-A-1 na extensão de 37,50 metros lineares.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 12 de junho de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

#### **Decreto Nº 4.394 de 23 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4.394 DE 23 DE JUNHO DE 2014.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE COMPENSADOS E LAMINADOS NAZÁRIO LTDA., SITUADO NO BAIRRO BOM JESUS, TRÊS BARRAS - SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Compensados e Laminados Nazário Ltda., localizada na Rua Yvan José da Costa, bairro Bom Jesus, Três Barras - SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 10.401 - livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 30.000,00 m² (trinta mil metros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I - Lote 1-A com 8.052,37 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Yvan José da Costa se encontra; à Frente, com a Rua Yvan José da Costa na extensão de 77,30 metros lineares; aos Fundos, com o Rio do Tigre na extensão de 42,00 metros e 9,30 metros lineares; ao Lado Direito, com o terras de Luis Cesar da Costa na extensão de 236,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com terras de Adelar Antonio Silveira na extensão de 81,00 metros lineares.

II - Lote 1-B com 21.947,63 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Yvan José da Costa se encontra; à Frente, com a Rua Yvan José da Costa e terras de Nestor Júlio na extensão de 126,70 metros lineares; aos Fundos, com o Rio do Tigre e com terras de Luiz Cesar da Costa na extensão de 90,70 metros lineares; ao Lado Direito, com o terras de Luis Cesar da Costa na extensão de 236,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote 1-A na extensão de 121,80 metros e 59,30 metros, num total de 181,10 metros.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 23 de junho de 2014.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

#### **Decreto Nº 4.395 de 23 de Junho de 2014**

DECRETO Nº 4.395 DE 23 DE JUNHO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 45.000,00 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.105 de 20 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito suplementar por anulação de dotações ao orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), como segue:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

01 - Secretaria de Administração

004.122.0005.2009 - Manutenção das Atividades da Administração

3390.00.00

10000

Aplicações Diretas /Recursos Ordinários 5.000,00

Art. 2º - Para cobertura da despesa prevista no Art. 1º, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), será utilizado os recursos provenientes das seguintes anulações:

90 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

99 - Reserva de Contingência

099.999.0023.2037 - Reserva de Contingência

3999.00.00

10000

Reserva de Contingência /Recursos Ordinários 45.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 23 de junho de 2014.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### **Decreto Nº 4.396 de 26 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4.396 DE 26 DE JUNHO DE 2014.

HOMOLOGA A NOMINATA DO CONSELHO DO FUNDEB, PARA O MANDATO 2014/2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA :

Art. 1º. Fica homologada a nominata do Conselho Municipal de de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, para o mandato 2014/2016, que passará a ser composto da seguinte forma:

I - REPRESENTANTE DOS PROFESSORES MUNICIPAIS

1º TITULAR: Édina Josiane Augustinho Wendt

SUPLENTE: Julcimar Benedita Pires Dobrochinski

2º TITULAR: Wagner José Detoni  
SUPLENTE: Vantuir Ronaldo Vieira

**II - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

TITULAR: Léa Aparecida Padilha  
SUPLENTE: João Eduardo Bishop

**III - REPRESENTANTES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS**

TITULAR: Marizete Aparecida Gauloski Mazarovictz  
SUPLENTE: Alsione Kachimareck Carlos de Maria

**IV - REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR**

TITULAR: Solange Soares de Souza  
SUPLENTE: Andressa de Fátima Gonçalves Poner

**V - REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

TITULAR: Marilze Rosana Jancmionka Beckert

SUPLENTE: Ivete Soek Ricardo de Jesus

**VI - REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO**

TITULAR: Tadeu Kurpiel Júnior  
SUPLENTE: Marcos Aurélio Budant

**VII - REPRESENTANTES DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS DOS DISCENTES DAS UNIDADES DE ENSINO**

1º TITULAR: Lia Maria Rauen  
SUPLENTE: Sâmia Watchel Seleme

2º TITULAR: Maria Juliana do Nascimento  
SUPLENTE: Maria Bileski Guimarães

**VIII - REPRESENTANTES DAS ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS/ DIRETORES**

TITULAR: Marlene Pecharka Corrêa  
SUPLENTE: Viviane Adur Wogeinaki

**IX - REPRESENTANTE DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA**

TITULAR: Milene Vitória Bidos  
SUPLENTE: Marcela Sescatto

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Três Barras - SC, 26 de junho de 2014.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº. 384 de 12 de Agosto de 2014**

PORTARIA Nº. 384 DE 12 DE AGOSTO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

DISPENSAR: [A PEDIDO] o Servidor JOAO MARIA BECKER, das funções que exercia no cargo de CONDUTOR DE VEICULOS E MAQUINAS, aprovado através de Processo Seletivo caráter temporário, lotado na Intendência Distrital. A contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 12 de agosto de 2014.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Decreto N. 4.397 de 26 de Junho de 2014.**

DECRETO N. 4.380 DE 08 DE MAIO DE 2014.

REVOGA O DECRETO N. 4.378 DE 30 DE ABRIL DE 2014, O QUAL DECLAROU A REVERSÃO DAS SEGUINTE ÁREAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

Considerando que as empresas cumpriram com os requisitos elencados na Lei 3.004 de 29 de dezembro de 2011;

Considerando que as obras realizadas pelas empresas encontram-se em fase de conclusão, e em breve período estarão a produzir no local;

**DECRETA:**

Art. 1º. O Poder Público Municipal, determina a revogação do decreto 4.378 de 30 de abril de 2014, a qual decretou a reversão das seguintes áreas:

I - Área de 1.000,00 m<sup>2</sup> (mil metros quadrados), representada pelo lote identificado pela letra "M", conforme levantamento topográfico, parte da matrícula 19.174 do cartório de Registro de Imóveis de Canoinhas/SC, situada no local de Barra Grande, KM 06, Três Barras/SC, concedida a empresa de DIEGO BONASSOLI - ME, nome fantasia CASA DAS CALHAS TRÊS BARRAS, inscrita no CNPJ sob o n. 14.339.425/0001-34, com sede na Av. Rigesa, n. 280, centro, Três Barras/SC, que tem como ramo de atividade principal a produção de artefatos de metal.

II - Área de 1.000,00 m<sup>2</sup> (mil metros quadrados), representada pelo lote identificado pela letra "L", conforme levantamento topográfico, parte da matrícula 19.174 do cartório de Registro de Imóveis de Canoinhas/SC, situada no local de Barra Grande, KM 06, Três Barras/SC, concedida para FT Segurança e Serviços Ltda, inscrita no CNPJ sob o n. 85.355.600/0002-06, com sede Rua João Stoeberl, n. 618, Bairro Colonial, São Bento do Sul/SC, que tem como ramo de atividade principal a de vigilância e segurança privada.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 08 de maio de 2014.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 4.398 de 26 de Junho de 2014**

DECRETO Nº 4.398 DE 26 DE JUNHO DE 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR TOTAL DE  
R\$ 488.891,44, PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS  
NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº. 3.129 de 02 de junho de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional especial de arrecadação por convênios ao orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 341.250,00 (Trezentos e quarenta e um mil e duzentos e cinquenta reais), como segue:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

01 - Educação, Cultura e Esporte.

027.813.0027.1075 - Construção Complexo Esportivo

4490.00.00

12206

Aplic. Diretas / Transf. Conv. ( Complexo Esportivo) 341.250,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recurso a arrecadação por convênios como segue:

-Contrato de Repasse nº 778643/2012/ME/CAIXA, Processo nº 2626.1.000.913-23/2012 - Repasse com a União - Ministério dos Esportes/Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ R\$ 341.250,00 (Trezentos e quarenta e um mil e duzentos e cinquenta reais)no vínculo 12206.

Art. 3º - Abre crédito adicional especial por anulação de dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 147.641,44 (Cento e quarenta e sete mil, seiscentos e quarenta e um reais e quarenta e quatro centavos), como segue:

12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - Fundo Municipal de Saúde

010.303.0009.2078 - MAC - Média e Alta Complexidade

3350.00.00

12312

Transferências A Inst. Priv. s/Fins Lucr. /Transf. União MAC - APAE 147.641,44

Art. 4º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, no valor de R\$ 147.641,44 (Cento e quarenta e sete mil, seiscentos e quarenta e um reais e quarenta e quatro centavos) será utilizado como fonte de recursos a anulação de dotação orçamentária como segue:

12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - Fundo Municipal de Saúde

010.303.0009.2078 - MAC - Média e Alta Complexidade

3390.00.00

16565

Aplicações Diretas/ Transf. Est. MAC p/ APAE 147.641,44

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 26 de junho de 2014

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Decreto Nº 4.399 de 01 de Julho de 2014**

DECRETO Nº 4.399 DE 01 DE JULHO DE 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE  
R\$ 29.000,00 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES  
CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.105 de 20 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, para exercício 2014, no valor de R\$ 29.000,00 (Vinte e nove mil reais), como segue:

13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - Fundo Municipal de Assistência Social

008.243.0010.2023 - Atenção à Criança e ao Adolescente

3350.00.00

10000

Transferência a Inst.Priv.S/Fins Lucr/ Recursos Ordinários

29.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 417220101000000 - Cota - Parte do ICMS, vínculo 10000, no valor de R\$ 29.000,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 01 de julho de 2014.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor



**Procedimento Licitatório Nº. 83/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

Procedimento Licitatório nº. 83/2014 - Edital nº. 59/2014.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 17 de setembro de 2014, Propostas para "Aquisição de um Parque Infantil" para utilização pelos alunos da E. B. Guita Federmann.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 17 de setembro de 2014.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 01 de setembro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS

PREGOEIRO

**Trombudo Central****PREFEITURA****Retificação Pregão Presencial 55/2014 Pmtc**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 55/2014

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, retifica o Processo nº 95/2014 PMTC, Pregão Presencial: Nº 55/2014 PMTC, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICIPIO com a segunda alteração:

Onde lê-se: item 03: Distribuidor de esterco liquido, com bomba lobuar, com rotor de 110 mm, com mangote de sucção de no mínimo cinco metros e de quatro polegadas de diâmetro, rodado tanden com pneus novos 750/16 10 lonas com bico leque e canhão para distribuição de produtos, faixa de adubação de no mínimo 12 metros e capacidade mínima do tanque de 4.000 litros, leia-se: item 03: Distribuidor de esterco liquido, com bomba lobuar, com rotor de 110 mm, com mangote de sucção de no mínimo cinco metros e de quatro polegadas de diâmetro, rodado tanden com pneus novos 750/16 10 lonas com bico leque e canhão para distribuição de produtos, faixa de adubação de no mínimo 12 metros e capacidade mínima do tanque de 4.000 litros e mangueira de lavação

Onde lê-se: item 04: Grade aradora intermediaria, com no mínimo 14 discos de corte, com no mínimo 28 polegadas cada disco e mancal a óleo, leia-se: item 04: Grade aradora intermediaria, controle remoto, com no mínimo 14 discos de corte, todos recortados, com espaçamento de 270mm, com espessura mínima de 6mm, com no mínimo 28 polegadas cada disco e mancal a óleo, pneus novos.

Onde lê-se: abertura: 10/09/2014 Horário: 09:00min, leia-se: abertura: 18/09/2014 Horário: 09:00min

Local: Departamento de Licitações – Secretaria de Administração

Trombudo Central, 04 de setembro de 2014

Silvio Venturi

Prefeito Municipal



## Tunápolis

### PREFEITURA

#### Processo Nº 106.2014 Equipamentos

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 106/2014  
Edital de Pregão Presencial nº 73/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da

Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade Pregão Presencial, pelo menor preço por item, que tem por objeto a seleção de propostas visando AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, DESTINADO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.  
Abertura dos envelopes dia 17/09/2014 às 16h.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.  
Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

## Turvo

### PREFEITURA

#### Portaria 287/2014

PORTARIA Nº 287/14, de 01 de Setembro de 2014.  
CESSA CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Cessar Função Gratificada FG 20, concedida ao Servidor Dino Rogério Pasini Candido, CPF nº 376.911.719-00, matrícula nº 1098, junto a Secretaria de Administração e Finanças, na função de Encarregado de Seção.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de setembro de 2014.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

#### Portaria 288/2014

PORTARIA Nº 288/14, de 01 de Setembro de 2014.  
FAZ NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Servidor DINO ROGERIO PASINI CANDIDO, CPF nº. 376.911.719-00, matrícula nº 1098, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Serviços Públicos, do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de setembro de 2014.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**Portaria 289/2014**

PORTARIA Nº 289/14, de 01 de Setembro de 2014.  
FAZ EXONERAÇÃO DE CARGO PERMANENTE POR MOTIVO DE APOSENTADORIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo.

**RESOLVE**

Art. 1º - Exonerar a servidora MARILDA ORIA TE FRANCISCO, CPF nº 552.336.949-72, matrícula nº. 0059, exercendo o Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de setembro de 2014.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**Portaria 290/2014**

PORTARIA Nº 290/14, de 01 de Setembro de 2014.  
DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DESIGNA A COMISSÃO PARA APURAR FATOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 124 e seguintes da Lei Municipal no 1.154/95 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Turvo).

**RESOLVE**

Art. 1º. Determinar a instauração de Sindicância e designa os Servidores Roberto Carlos Patel, Jair Toreti e Cintia Aparecida Silveira Brigido, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância, destinada a apurar fatos envolvendo a Servidora Graziela Gabriel Pezente.

Art. 2º. O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de setembro de 2014.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**Portaria 291/2014**

PORTARIA Nº 291/14, de 01 de Setembro de 2014.  
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo especificados, no período de 01.09.2014 a 30.09.2014, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR.	SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO
1241	Elaine Aparecida Marcon	04.05.2013 a 03.05.2014
2963	Elza Schiavini	08.07.2013 a 07.07.2014
2949	Marcia Dandolini Casteller	22.07.2013 a 21.07.2014
1119	Marlene Maria Manenti Casteller	01.03.2012 a 28.02.2013
2943	Elisangela Fagundes Policarpo	08.07.2013 a 07.07.2014
2135	Mara Rubia Brognoli Beterli	10.07.2013 a 09.07.2014
0963	Giane Michele Frare Peck	01.02.2012 a 31.01.2013
2963	Rafael Rovaris	02.09.2013 a 01.09.2014

Art. 2º - Conceder férias de 30 (trinta) dias a servidora abaixo especificada, no período de 09.09.2014 a 08.10.2014, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR.	SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO
2533	Juliana Martins Teixeira	01.12.2011 a 30.11.2012

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de setembro de 2014.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### Decreto N.068/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

DECRETO No 068/2014, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR VENDAVAL – 1.3.2.1.5.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita do Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 103, Inciso XXIX da Lei Orgânica Municipal, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012;

#### CONSIDERANDO:

I – O Vendaval ocorrido na tarde do dia 02 de Setembro de 2014, aproximadamente da 14:00 às 15hrs30min, na cidade de Vargem Bonita, localidades do Interior e Campina da Alegria.

II- Que em decorrência do evento mencionado, ocorreram os seguintes danos: estimativa de 1.000 pessoas afetadas e estimativa em danos materiais de aproximadamente R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

V – Que o parecer da Comissão Municipal de Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas pelo Vendaval.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como VENDAVAL 1.3.2.1.5.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre,

vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º. O presente Decreto vigorará por 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, ininterrupto e consecutivo.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, aos 03 de Setembro de 2014.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

**Vidal Ramos****PREFEITURA****Extrato Contrato Nº. 02/2014 - Frot**

CONTRATO Nº. 02/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 02/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2014

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL

FORNECEDOR: NICO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO A SER DOADO A FAMÍLIAS CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA COHAB CIDADÃ PARA A REFORMA DAS UNIDADES HABITACIONAIS CONFORME CONVÊNIO Nº. 2014TR002136.

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

ASSINATURA: 27/08/2014

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

**Extrato Homologação Nº. 02/2014 - Frot**

HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 02/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2014

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL

FORNECEDOR: NICO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO A SER DOADO A FAMÍLIAS CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA COHAB CIDADÃ PARA A REFORMA DAS UNIDADES HABITACIONAIS CONFORME CONVÊNIO Nº. 2014TR002136.

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

HOMOLOGAÇÃO: 27/08/2014

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

**Videira****PREFEITURA****Aditivo Nº: 88/2014-FMAS**

Aditivo nº: 88/2014-FMAS  
Contrato/Ata nº: CT 63/2013  
Licitação: PR 08/2013-FMAS

Contratada: KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA

Objeto: Inclusão do serviço de monitoramento e segurança do imóvel onde será instalada a Casa Lar, conforme solicitação e justificativa do Departamento de Ação Social

Data: 01/09/2014

Valor: R\$ 1.232,00

**Extrato do Termo de Rescisão N. 0112/14**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0112/2014  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0476/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: NOEMI DA SILVA MACHADO

CPF: 024.653.159-27

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 14 de agosto de 2014.

**Laudo de Aceitabilidade de Amostras do PR 80/2014 - PMV Empresa: Líder Suprimentos Para Informática Ltda**

LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE CADEIRAS EXECUTIVAS GIRATORIA

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa LÍDER MÓVEIS INFORMÁTICA PARA ESCRITÓRIOS, inscrita no CNPJ nº 82.129.024.0002-90, apresentou os laudos técnicos, conforme previsto no edital e nas marcas citadas abaixo:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA	SITUAÇÃO
24	126	CADEIRA EXECUTIVA GIRATÓRIA COM APOIO DE BRAÇOS - ASSENTO EM COMPENSADO MULTILAMINA-DO 13 MM DE ESPESSURA; ESPUMA INJETADA ANATOMICAMENTE COM 50 MM DE ESPESSURA MÉDIA E DENSIDADE DE 45 À 50 KG/M³; CARENAGEM DO ASSENTO INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍ-MERO; - ENCOSTO EM ESTRUTURA INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO; ESPUMA INJETADA ANATOMICAMENTE COM 40 MM DE ESPESSURA MÉDIA E DENSIDADE DE 45 À 50 KG/M³; CONTRA CAPA DO ENCOSTO INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO; - CAPA DO ASSENTO E DO ENCOSTO EM VINIL, FIXADAS COM GRAMPOS AO ASSENTO DE MADEIRA E ENCOSTO DE PLÁSTICO; - APOIA BRAÇOS, EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO INJETADO, COM ALMA DE AÇO SAE 1020 PINTADA, REGULAGEM DE ALTURA COM BOTÃO, TOTALIZANDO 7 POSIÇÕES E 85 MM DE CURSO. PARTE SUPERIOR DO APOIO DE BRAÇO EM POLIURETANO. CHAPA PARA FIXAÇÃO NO ASSENTO COM 2 FUROS OBLONGOS, PERMITINDO AJUSTE HORIZONTAL POR PARAFUSOS. - BASE GIRATÓRIA DESMONTÁVEL COM ARANHA DE 5 HASTES DE AÇO COM PINO DO RODÍZIO SOLDADO NA EXTREMIDADE DA HASTE EM FUROS DO TIPO FLANGEADO, EVITANDO QUE SE SOLTEM, COBERTA POR POLAINA INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO NA COR PRETA, APOIADA SOBRE 5 RODÍZIOS DE DUPLO GIRO E DUPLO ROLAMENTO COM 50 MM DE DIÂMETRO EM NYLON COM CAPA, SEMIESFERA PLÁSTICA INJETADA JUNTO A ESTRUTURA, QUE FACILITA O GIRO, BANDA DE ROLAGEM EM POLIURETANO PARA USO EM PISO DURO, AMADEIRADOS E COM REVESTIMEN-TOS VINÍLICOS; - COLUNA CENTRAL DESMONTÁVEL FIXADA POR ENCAIXE CÔNICO, ROLAMENTO AXIAL DE GIRO, ESFERAS E ARRUELAS DE AÇO TEMPERADO DE ALTA RESISTÊNCIA, SISTEMA DE REGULAGEM DA ALTURA DA CADEIRA COM MOLA A GÁS; - TELECÓPICO INJETADO EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO TEXTURIZADO, DIVIDIDO EM 3 PARTES ENCAIXADAS, USADO PARA PROTEGER A COLUNA; - MECANISMO COM SISTEMA RECLINADOR DO ENCOSTO (SRE), DE ESTRUTURA MONOBLOCO, SOLDADO POR PROCES-SO MIG EM CÉLULA ROBOTIZADA, COM ASSENTO FIXO TENDO 3º DE INCLINAÇÃO E 2 FURAÇÕES PARA FIXAÇÃO DO ASSENTO COM DISTÂNCIA ENTRE CENTROS DE 125 X 125 MM E 160 X 200 MM. SUPORTE DO ENCOSTO COM REGULAGEM DE ALTURA AUTOMÁTICA ATRAVÉS DE CATRACA, TOTALIZANDO 80 MM DE CURSO, RECOBERTO POR CAPA INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO. INCLINAÇÃO DO ENCOS-TO COM 28º DE CURSO SEMI-CIRCULAR ACIONADO POR ALAVANCA, OBTENDO-SE INFINITAS POSIÇÕES, COM MOLAS PARA O RETORNO AUTOMÁTICO DO ENCOSTO, E AJUSTE AUTOMÁTICO NA FRENAGEM DO RECLINADOR. - OS COMPONENTES METÁLICOS POSSUEM TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE COM FOSFATO DE ZINCO COM PROTEÇÃO CONTRA CORROSÃO E ANCORAGEM DA TINTA; - A TINTA UTILIZADA PARA A PINTURA É EM PÓ, DO TIPO HÍBRIDA (POLIÉSTER - EPÓXI) ISENTA DE METAIS PESADOS, NA COR PRETO LISO SEMI-BRILHO, COM CAMADA DE 60 MÍCRONS, ONDE TODAS AS PEÇAS SÃO CURADAS EM ESTUFA, À TEMPERATURA DE 200 °C. ESTA POLTRONA ESTÁ EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS NR17 - NOR-MA REGULAMENTADORA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, QUE TRATA DA ERGONOMIA E NBR 13962 - DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), QUE NORMATIZA MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO, CADEIRAS, CLASSIFICAÇÃO, CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E DIMENSIONAIS PARA QUE SE OBTENHA UM MELHOR CONJUNTO EM TERMOS DE CONFORTO, ERGONOMIA E DURABILIDADE. DIMENSÕES APROXIMA-DAS: ALTURA DO ENCOSTO: 350 MM ;LARGURA DO ENCOSTO: 410 MM ;PROFUNDIDADE DO ASSENTO: 420 MM ;LARGURA DO ASSENTO: 475 MM ;PROFUNDIDADE TOTAL DA CADEIRA: 700 MM ;ALTURA TOTAL DA CADEIRA: 820 - 1020 MM ;ALTURA DO ASSENTO: 420 - 540 MM ;LARGURA TOTAL DA CADEIRA: 700 MM; COR PRETA.	Plaxmetal	Reprovada

Dessa forma, após conferência, REPROVAMOS, os laudos técnicos e amostra física apresentados pela empresa acima citada, alusivo ao EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014- PMV.

Sendo que a amostra física da cadeira executiva giratória com apoio de braços, da marca plaxmetal apresentada não atende as especificação exigidas no item 24, conforme grifos, conforme o item 1.6 que traz: A licitante fica ciente de que se houver incompatibilidade de suas infor-mações com as características mínimas solicitadas para os móveis, os mesmos não serão aceitos, e a não substituição pelo móvel adequado será considerada como recusa de entrega;

Videira/SC, 13 agosto de 2014.  
 Roberta Aparecida Martinez  
 Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques  
 Diretora de Educação

### **Laudo de Aceitabilidade de Amostras do PR 80/2014 - PMV Empresa: Cequipel Indústria de Móveis E Comercio de Equipamentos Gerais Ltda**

LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE  
 CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA: PARA IDADE INDICADA: 06 A 10 ANOS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa CEQUIPEL INDÚSTRIA DE MOVEIS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS GERAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.325.400/0001-77, apresentou os laudos técnicos, conforme previsto no edital e nas marcas citadas abaixo:



ITEM	QTDE.	DESCRIÇÃO	MARCA	SITUAÇÃO
6	600	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA: PARA IDADE INDICADA: 06 A 10 ANOS; CONJUNTO COMPOSTO DE UMA CADEIRA E UMA CARTEIRA, ESTRUTURA METÁLICA DA CARTEIRA CONFECCIONADA EM TUBO 29 X 58 MM CHAPA 16 (1.5 MM) GRADIL PORTA-LIVRO ABAIXO DO TAMPO EM FERRO EM RESINA NA COR CINZA TAMPO SEM CANTOS VIVOS, REVESTIDO EM FÓRMICA 0,8 MM, ACABAMENTO NAS LATERAIS EM FITA PERFIL NA COR VERMELHA CADEIRA EM TUBO 7/8 CHAPA 16 (1.5 MM) METAL TRATADO CONTRA FERRUGEM, PINTURA EPÓXI (A PÓ) COR CINZA PARTES METÁLICAS UNIDAS POR SOLDA MIG. ACABAMENTO PONTEIRAS RESISTENTES NOS PÉS, ASSENTO E ENCOSTO DA CADEIRA CONFECCIONADO EM ACABAMENTO POLIPROPILENO NA COR VERMELHA FIXADOS A ESTRUTURA METÁLICA ATRAVÉS DE REBITES DE ALUMÍNIO. MEDIDAS CARTEIRA 64 CM (ALTURA A PARTIR DO TAMPO);MEDIDAS CADEIRA: 38 CM (ALTURA A PARTIR DO ASSENTO); MEDIDAS TAMPO: 60 X 45 CM;MEDIDAS DO ENCOSTO: 39,6X19,8 CM;MEDIDAS DO ASSENTO: 40X35 CM. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO INMETRO PARA O ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DAS NORMAS DA ABNT PARA O CONJUNTO CONFORME OS TERMOS DA PORTARIA Nº 105/12 E NBR 14006/08	CEQUIPEL	Aprovada

Dessa forma, após conferência, APROVAMOS, os laudos técnicos apresentados pela empresa acima citada, alusivo ao EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014- PMV, pela apresentação adequada do Certificado de conformidade do Inmetro conforme os termos da Portaria 105/12, NBR 14006/08 e relatórios de ensaios constando os testes emitidos por laboratórios acreditados pelo Inmetro conforme anexo.

Videira/SC, 13 agosto de 2014.  
 Roberta Aparecida Martinez  
 Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques  
 Diretora de Educação

#### **Laudo de Aceitabilidade de Amostras do PR 80/2014 - PMV Empresa: Mm São José Ltda Me**

##### **LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE CADEIRA PROFESSOR**

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa MM SÃO JOSÉ LTDA MOVEIS E METALURGICA, inscrita no CNPJ nº 12.677.946/0001-76, apresentou os laudos técnicos, conforme previsto no edital e nas marcas citadas abaixo:

ITEM	QTDE.	DESCRIÇÃO	MARCA	SITUAÇÃO
2	100	CADEIRA PROFESSOR ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO VIRGEM E SEM CARGAS, INJETADOS, MOLDADOS ANATOMICAMENTE PIGMENTADOS NA COR BEGE, COM ACABAMENTO LISO, BRILHANTE. ALTERNATIVAMENTE O ASSENTO E O ENCOSTO PODERÃO SER FABRICADOS EM COMPENSADO ANATÔMICO MOLDADO A QUENTE, CONTENDO NO MÍNIMO SETE LÂMINAS INTERNAS, COM ESPESSURA MÁXIMA DE 1,5MM CADA, ISENTAS DE RACHADURAS, DETERIORAÇÃO POR FUNGOS OU INSETOS QUANDO FABRICADO EM COMPENSADO, O ASSENTO DEVE RECEBER REVESTIMENTO NA FACE SUPERIOR DE LAMINADO MELAMÍNICO DE ALTA PRESSÃO, 0,6MM DE ESPESSURA, ACABAMENTO TEXTURIZADO, NA COR BEGE. REVESTIMENTO DA FACE INFERIOR EM LÂMINA DE MADEIRA FAQUEADA DE 0,7MM, COM ACABAMENTO EM SELADOR, SEGUIDO DE VERNIZ NITROCELULOSE OU POLIURETANO, INCLUSIVE NOS BORDOS. ESPESSURA ACABADA DO ASSENTO MÍNIMA DE 9,7MM E MÁXIMA DE 11,8MM. PARA A MONTAGEM DO ASSENTO EM COMPENSADO MOLDADO DEVEM SER UTILIZADOS ESPAÇADORES INJETADOS QUANDO FABRICADO EM COMPENSADO, O ENCOSTO DEVE RECEBER REVESTIMENTO NAS DUAS FACES DE LAMINADO MELAMÍNICO DE ALTA PRESSÃO, 0,6MM DE ESPESSURA, ACABAMENTO TEXTURIZADO, NA COR BEGE. BORDOS EM SELADOR SEGUIDO DE VERNIZ NITROCELULOSE OU POLIURETANO. ESPESSURA ACABADA DO ENCOSTO MÍNIMA DE 9,7MM E MÁXIMA DE 11,7MM. ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO CARBONO LAMINADO A FRIO, COM COSTURA, Ø 20,7MM, EM CHAPA 14 (1,9MM). FIXAÇÃO DO ASSENTO E ENCOSTO À ESTRUTURA ATRAVÉS DE REBITES DE "REPUXO", Ø 4,8MM, COMPRIMENTO 12MM. PONTEIRAS, SAPATAS E ESPAÇADORES DO ASSENTO, EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO VIRGEM E SEM CARGAS, INJETADAS NA COR BEGE, FIXADAS À ESTRUTURA ATRAVÉS DE ENCAIXE E PINO EXPANSOR.. NAS PARTES METÁLICAS DEVERÁ SER APLICADO TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO POR FOSFATIZAÇÃO - BANHOS SUCESSIVOS A QUENTE CONSTANDO DE DESENGRAXANTE, DECAPANTE, FOSFATIZANTE E PASSIVADOR, INTERMEDIADOS POR BANHOS COMPLEMENTARES ADEQUADOS. PINTURA DOS ELEMENTOS METÁLICOS EM TINTA EM PÓ HÍBRIDA EPÓXI/ POLIÉSTER, ELETROSTÁTICA, BRILHANTE, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA 40 MICROMETROS, NA COR BEGE. DIMENSÕES DA CADEIRA ALTURA TOTAL 820MM; LARGURA TOTAL 520MM; PROFUNDIDADE TOTAL 500MM; ALTURA DO ASSENTO 460MM; ALTURA DO ENCOSTO 198MM; LARGURA DO ASSENTO 400MM; LARGURA DO ENCOSTO 396MM; PROFUNDIDADE DO ASSENTO 430MM.	MM SÃO JOSÉ	Aprovada

Dessa forma, após conferência, APROVAMOS, os laudos técnicos apresentados pela empresa acima citada, alusivo ao EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014- PMV, pela apresentação adequada dos relatórios de ensaios constando os testes emitidos por laboratórios acreditados pelo Inmetro conforme anexo.

Videira/SC, 13 agosto de 2014.  
 Roberta Aparecida Martinez  
 Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques  
 Diretora de Educação

### **Laudo de Aceitabilidade de Amostras do PR 80/2014 - PMV Empresa: Normélia Lottermann**

#### **LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE MOVEIS ESCOLARES**

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa NORMÉLIA LOTTERMANN, inscrita no CNPJ nº 20.132.150/0001-66, apresentou os laudos técnicos, conforme previsto no edital e nas marcas citadas abaixo:

ITEM	QTDE.	DESCRIÇÃO	MARCA	SITUAÇÃO
01	300	MESA PARA PROFESSOR TAMPO EM MADEIRA AGLOMERADA (MDP), COM ESPESSURA DE 18MM, REVESTIDO NA FACE SUPERIOR EM LAMINADO MELAMÍNICO DE ALTA PRESSÃO, 0,8MM DE ESPESSURA, ACABAMENTO TEXTURIZADO, NA COR BEGE, CANTOS ARREDONDADOS REVESTIMENTO NA FACE INFERIOR EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO - BP, ACABAMENTO FROST, NA COR BEGE. DIMENSÕES ACABADAS 650MM (LARGURA) X 1200MM (COMPRIMENTO) X 18,8MM (ESPESSURA). PAINEL FRONTAL EM MADEIRA AGLOMERADA (MDP), COM ESPESSURA DE 18MM, REVESTIDO NAS DUAS FACES EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO - BP, ACABAMENTO FROST, NA COR BEGE. DIMENSÕES ACABADAS DE 250MM (LARGURA) X 1122MM (COMPRIMENTO) X 18MM (ESPESSURA) TOPOS ENCABEÇADOS COM FITA DE BORDO EM PVC (CLORETO DE POLINIVINILA) COM PRIMER, 22MM (LARGURA) X 3MM (ESPESSURA), NA COR BEGE, COLADAS COM ADESIVO TIPO „HOT MELTING“. ESTRUTURA COMPOSTA DE: - PÉS E TRAVESSA LONGITUDINAL CONFECCIONADOS EM TUBO DE AÇO CARBONO LAMINADO A FRIO, COM COSTURA, SECÇÃO OBLONGA DE 29MM X 58MM, EM CHAPA 16 (1,5MM); - TRAVESSA SUPERIOR CONFECCIONADA EM TUBO DE AÇO CARBONO LAMINADO A FRIO, COM COSTURA, SECÇÃO CIRCULAR DE Ø = 31,75MM (1 1/4"), EM CHAPA 16 (1,5MM); - PÉS CONFECCIONADOS EM TUBO DE AÇO CARBONO LAMINADO A FRIO, COM COSTURA, SECÇÃO CIRCULAR DE Ø = 38MM (1 1/2"), EM CHAPA 16 (1,5MM). FIXAÇÃO DO TAMPO À ESTRUTURA ATRAVÉS DE PARAFUSOS PARA AGLOMERADO, Ø 5,0MM, COMPRIMENTO 45MM, CABEÇA PANELA, FENDA PHILLIPS, ROSCA AUTO COR-TANTE. FIXAÇÃO DO PAINEL À ESTRUTURA ATRAVÉS DE PARAFUSOS AUTO ATARRACHANTES 3/16" X 5/8", ZINCADOS. ALETAS DE FIXAÇÃO DO PAINEL CONFECCIONADAS EM CHAPA DE AÇO CARBONO EM CHAPA 14 (1,9MM), ESTAMPADAS. FIXAÇÃO DAS SAPATAS (FRONTAL E POSTERIOR) AOS PÉS ATRAVÉS DE REBITES DE „REPUXO“, Ø 4,8MM, COMPRIMENTO 12MM. PONTEIRAS E SAPATAS EM POLIPROPILENO PURO (SEM QUAL-QUER TIPO DE CARGA), AS CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS, DIMENSIONAIS, DE RESISTÊNCIA E DE UNIFORMIDADE DE COR E TONALIDADE DEVEM SER PRESERVADAS NO PRODUTO PRODUZIDO COM MATÉRIA PRIMA. NAS PARTES METÁLICAS DEVERÁ SER APLICADO TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO POR FOSFATIZAÇÃO - BANHOS SUCESSIVOS A QUENTE CONSTANDO DE DESENGRAXANTE, DECAPANTE, FOSFATIZANTE E PASSIVADOR, INTERMEDIADOS POR BANHOS COMPLEMENTARES ADEQUADOS. PINTURA DOS ELEMENTOS METÁLICOS EM TINTA EM PÓ HÍBRIDA EPÓXI/ POLIÉSTER, ELETROSTÁTICA, BRILHANTE, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA DE 40 MICROMETROS NA COR BEGE. DIMENSÕES DA MESA: LARGURA 1200MM; ALTURA 760MM; PROFUNDIDADE 650MM.	Reifelix	Aprovada
03	64	CONJUNTO DE MESA PARA REFEITÓRIO EMPILHÁVEIS: CONJUNTO COMPOSTO DE UMA MESA E DOIS BANCOS AMBOS EMPILHÁVEIS, ESTRUTURA METÁLICA CONFECCIONADOS EM TUBO 20 X 30 MM CHAPA 16 (1.5 MM) METAL TRATADO CONTRA FERRUGEM, SOLDADA MIG, PINTURA EPÓXI (A PÓ), COM PONTEIRAS DE PLÁSTICO RESISTENTE NOS PÉS, TAMPO DA MESA E DOS BANCOS EM MADEIRA COMPENSADA OU MDF, REVESTIDOS EM FÓRMICA TEXTURIZADA COR A ESCOLHER, ACABAMENTO EM PERFIL DE PVC PRATA COLADO PELO SISTEMA TIPO HOT-MELT. COM RELATÓRIO DE ENSAIO EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO COMPROVANDO RESISTÊNCIA A CORROSÃO E OS ENSAIOS CONTENDO TESTES DE ACORDO COM A NBR 8094 PARTES RETAS E COM UNIÃO DE SOLDADA, NBR 11003, NBR 14535, NBR 10443 E NBR 12466. BRANCA. MEDIDAS MESA: 200 X 80 X 74CM; MEDIDAS BANCO: 200 X 30 X 42CM.	Reifelix	Aprovada
04	64	CONJUNTO DE MESA PARA BIBLIOTECA: CONJUNTO COMPOSTO DE UMA MESA EMPILHÁVEL COM SEIS CADEIRAS EMPILHÁVEIS ESTRUTURA METÁLICA DA MESA CONFECCIONADA EM TUBO 20 X 30 MM E CADEIRAS 7/8 TODAS EM CHAPA 16 (1.5 MM) METAL TRATADO CONTRA FERRUGEM, UNIDAS POR SOLDADA MIG, PINTURA EPÓXI (A PÓ) COR PRETA, ACABAMENTO COM PONTEIRAS RESISTENTE NOS PÉS.. ASSENTO E ENCOSTO DA CADEIRA CONFECCIONADO EM COMPENSADO MULTILAMINADO SEMI-ANATÔMICO 10 MM REVESTIDOS EM FÓRMICA TEXTURIZADA 0,8 MM COR A ESCOLHER, FIXADOS A ESTRUTURA METÁLICA ATRAVÉS DE REBITES DE ALUMÍNIO. TAMPO DA MESA EM MDF, REVESTIDO EM FÓRMICA TEXTURIZADA COR A ESCOLHER COM ACABAMENTO EM PERFIL DE PVC PRATA COLADO PELO SISTEMA TIPO HOT-MELT. BEGE MEDIDAS DA MESA: 150 X 80 X 75 CM; MEDIDAS DA CADEIRA: 42 CM (ALTURA A PARTIR DO ASSENTO); MEDIDAS DO ENCOSTO: 40 X 22 CM; MEDIDAS DO ASSENTO: 37 X 38 CM.	Reifelix	Aprovada

07	64	ARMARIO ALTO DUAS PORTAS COLORIDAS ARMÁRIO DUAS (02) PORTAS TODO CONFECCIONADO EM MDF 15 MM COR A ESCOLHER, COM REVESTIMENTO DAS PORTAS EM FÓRMICA COLORIDA, ACABAMENTO DAS BORDAS EM PERFIL PVC 2 MM, CHAVE DE TRAVAMENTO, E TRÊS PRATELEIRAS INTERNAS. BASE METÁLICA EM TUBO 20 X 20 CHAPA 18 (1.2 MM) COM 04 REGULADORES DE NÍVEL ACOPLADOS COM REBITE METÁLICO ROSCA M6. COM RELATÓRIO DE ENSAIO EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO COMPROVANDO RESISTÊNCIA A CORROSÃO E OS ENSAIOS CONTENDO TESTES DE ACORDO COM A NBR 8094 PARTES RETAS E COM UNIÃO DE SOLDA, NBR 11003, NBR 14535, NBR 12466 E NBR 10443. CORES A ESCOLHER: (AMARELO AZUL MARINHO, ROSA - MEDIDAS: 1600 X 900 X 450 CM	Reiflex	Aprovada
08	4	ARMÁRIO PARA LABORATÓRIOS DE MADEIRA, COM DUAS PORTAS EM VIDRO, MEDINDO 90CM DE LARGURA X 40CM DE PROFUNDIDADE X 160CM DE ALTURA, COR OVO, 25MM POSTO FORMING, LATERAIS E FUNDO 15MM.	Reifelix	Aprovada
09	4	MESA PARA LABORATÓRIO EM TAMPO REVESTIDO DE FÓRMICA BRANCA, COM DIMENSÕES DE 1,20 M DE COMPRIMENTO E 0,75 CM DE ALTURA, COM PÉS DE FERRO GALVANIZADO, COM PINTURA EM EPOX.	Reiflex	Aprovada
10	64	LONGARINA PLÁSTICA COM 3 LUGARES, ESTRUTURA METÁLICA CONFECCIONADA EM TUBO INDUSTRIAL 30 X 50, COM DOIS PÉS „DUPLOS“ INDIVIDUAIS ONDE UNE-SE À BASE COM TUBO OBLONGO 29 X 58 MM ONDE SERÃO FIXADAS AS SAPATAS NIVELADORAS. BARRAS HORIZONTAIS ABAIXO DO ASSENTO DUPLAS PARA A UNIÃO DOS PÉS, CONFECCIONADO EM TUBO RETANGULAR 30 X 50, SUPORTE PARA FIXAÇÃO DO ASSENTO E ENCOSTO EM TUBO DE FORMATO OBLONGO DE 16 X 30 MM. TODAS AS PARTES METÁLICAS UNIDAS POR SOLDA MIG E CHAPA 18 (1.2 MM). PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI-PÓ NA COR PRETA OU PRATA, POLIMERIZADA EM CABINE DE PINTURA E CURADA EM ESTUFA A 200°C COM CAMADA MÍNIMA DE 40 MICRA. COM RELATÓRIO DE ENSAIO COMPROVANDO A RESISTÊNCIA A CORROSÃO SEGUINDO A NBR 8094 ESTANDO CONFORME PARA PARTES RETAS E UNIÕES DE SOLDA, EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO SENDO CONSIDERADOS OS TESTES DENTRO DA ABNT 14006/08 PARA MOBILIÁRIO ESCOLAR TAMPÕES DE ACABAMENTO EM POLIPROPILENO NAS EXTREMIDADES DAS BARRAS, A BASE PODE TER SAPATA NIVELADORA FIXADO NA BASE ATRAVÉS DE REBITE METÁLICO COM ROSA 3/16, ACABAMENTO DO REGULADOR EM POLIPROPILENO COM DIÂMETRO DE 28 MM, MODELO SEXTAVADO ASSENTO E ENCOSTO SEM ORIFÍCIOS CONFECCIONADOS EM POLIPROPILENO NO SISTEMA INJEÇÃO TERMOPLÁSTICA, NA COR AZUL, FIXADOS NA ESTRUTURA ATRAVÉS DE ENCAIXES RETANGULARES E TRAVADOS NA ESTRUTURA ATRAVÉS DE REBITES E PARAFUSOS. MEDIDAS DO ENCOSTO: 46 X 36 CM (L X A );MEDIDAS DO ASSENTO: 46 X 39 CM ( L X P ).	Reifelix	Aprovada
12	60	ARMÁRIO DUAS PORTAS COM CHAVE COM DIMENSÕES MÍNIMAS: 160CM DE ALTURA X 90CM DE LARGURA X 41CM DE PROFUNDIDADE, TAMPO: MDF 25MM EM LAMINADO DE ALTA DENSIDADE. BORDAS POST FORMADAS 180°, NO SENTIDO LONGITUDINAL, E FITA ABS NO SENTIDO TRANSVERSAL. PORTAS: MDF 15MM EM LAMINADO DE ALTA DENSIDADE. BORDAS POST FORMADAS 90°, NO SENTIDO LONGITUDINAL, E FITA ABS NO SENTIDO TRANSVERSAL. DOBRADIÇAS DE INOX 35MM, TIPO CANECO, DUAS EM CADA PORTA, FECHADURA INDIVIDUAL COM CHAVE, UMA EM CADA PORTA. CORPO: MDF 15MM EM LAMINADO DE BAIXA PRESSÃO. BORDAS REVESTIDAS POR FITA MELAMÍNICA DA MESMA COR. DIVISÓRIAS: MDF 15MM EM LAMINADO DE BAIXA PRESSÃO. BORDAS REVESTIDAS POR FITA MELAMÍNICA DA MESMA COR. UMA DIVISÓRIA CENTRAL VERTICAL E TRÊS PRATELEIRAS DE CADA LADO, FIXADAS POR COMPONENTES PLÁSTICOS, PERMITINDO REGULAGEM DE ALTURA. PUXADORES: DOIS DE PVC, DA MESMA COR, COM FURAÇÃO 128MM. ACABAMENTOS: SOBRE OS PARAFUSOS APARENTES DEVERÃO SER APLICADOS TAMPA FUROS DE PVC, DA MESMA COR. NA BASE DEVERÃO SER COLOCADOS ESPAÇADORES DE PVC A 2MM DO PISO. OPÇÕES DE CORES: BEGE .	Reiflex	Aprovada
13	70	BANQUETA PARA LABORATÓRIO COM ASSENTO QUADRADO MEDINDO 30 X 30 CM, EM COMPENSADO MULTILAMINADO DE 18 MM REVESTIDO EM FÓRMICA NA COR BEGE COM CANTOS ARREDONDADOS E BORDAS EM PVC TIPO „T“ NA COR PRETA, ESTRUTURA DE TUBO 7/8 CHAPA 16 (1.5 MM) COM ARO DE REFORÇO ENTRE AS PERNAS PARA DESCANSO DOS PÉS E TRAVESSAS PARA FIXAÇÃO DO ASSENTO, SOLDADAS PELO PROCESSO DE SOLDA MIG, ACABAMENTO DA PEÇA POR BANHO DESENGRAXANTE E FOSFATIZANTE DE ACORDO COM A NORMA NBR 8094/83 COMPROVANDO A RESISTÊNCIA A FERRUGEM PINTURA EPÓXI A PÓ NA COR PRETA COM NBR 10443 DE RESISTÊNCIA A ESPESSURA DE CAMADA DA TINTA E NBR 11003 ADERÊNCIA DA CAMADA DA TINTA EMITIDOS POR LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO, ALTURA DE APROXIMADAMENTE 70 CM.	Reifelix	Aprovada
14	70	BANQUETA PARA SALA DE ARTES COM ASSENTO QUADRADO MEDINDO 30 X 30 CM, EM COMPENSADO MULTILAMINADO DE 18 MM COM ASSENTO ESTOFADO EM CURVIN/TECIDO E EPUMA NA COR BEGE COM CANTOS ARREDONDADOS E BORDAS EM PVC TIPO „T“ NA COR PRETO, ESTRUTURA DE TUBO 7/8 CHAPA 16 (1.5 MM) (PAREDE REFORÇADA) COM ARO DE REFORÇO ENTRE AS PERNAS PARA DESCANSO DOS PÉS E TRAVESSAS PARA FIXAÇÃO DO ASSENTO, SOLDADAS PELO PROCESSO DE SOLDA MIG, ACABAMENTO DA PEÇA POR BANHO DESENGRAXANTE E FOSFATIZANTE DE ACORDO COM NORMA NBR 8094/83 COMPROVANDO A RESISTÊNCIA A FERRUGEM PINTURA EPÓXI A PÓ NA COR PRETA COM NBR 10443 DE RESISTÊNCIA A ESPESSURA DE CAMADA DA TINTA E NBR 11003 ADERÊNCIA DA CAMADA DA TINTA EMITIDOS POR LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO, ALTURA DE APROXIMADAMENTE 70 CM.	Reifelix	Aprovada

20	76	CONJUNTO DE REFEITORIO INFANTIL: CONJUNTO COMPOSTO DE UMA (01) MESA EMPILHÁVEL COM (02) DOIS BANCOS EMPILHÁVEIS ESTRUTURA METÁLICA CONFECCIONADOS EM TUBO 20 X 30 CHAPA 16 (1.5 MM) METAL TRATADO CONTRA FERRUGEM, SOLDA MIG, PINTURA EPÓXI (A PÓ) COR A ESCOLHER (PRATA, PRETO OU BRANCO) ACABAMENTO COM PONTEIRAS RESISTENTE, TAMPO DA MESA E DOS BANCOS EM MDF REVESTIDO EM FÓRMICA COR A ESCOLHER, ACABAMENTO EM PERFIL DE PVC COLADO PELO SISTEMA TIPO HOT-MELT. COM RELATÓRIO DE ENSAIO EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO COMPROVANDO RESISTÊNCIA A CORROSÃO E OS ENSAIOS CONTENDO TESTES DE ACORDO COM A NBR 8094 PARTES RETAS E COM UNIÃO DE SOLDA, NBR 11003, NBR 14535, NBR 10443 E NBR 12466. CORES DA FÓRMICA BRANCO. MEDIDAS DA MESA : 200 X 80 X 54 CM; MEDIDAS DO BANCO: 200 X 30 X 33 CM	Reiflex	Aprovada
22	35	MESA PARA COMPUTADOR/ESCRIVANINHA- MEDINDO (LXAXP)160X74,5X64,4CM COM ESTRUTURA EM PAINÉIS DE MDP E MOLDURAS EM MDF , REVESTIDO EM LAMINADO MELAMÍNICO DE ALTA PRESSÃO. E PÉS FIXOS. COM ACABAMENTO EM FITA BORDO MELAMÍNICA, COM 1 GAVETA, COM CORREDIÇAS METÁLICAS, E PUXADOR DE ALUMÍNIO COM CHAVE, SUPORTE PARA CPU MÓVEL COM RODÍZIOS E TECLADO RETRÁTIL, COM CORREDIÇAS METÁLICAS. COR: BEGE	Reiflex	Aprovada
23	150	CADEIRA FIXA ESTOFADA EXECUTIVA APROXIMAÇÃO - ASSENTO EM COMPENSADO MULTILAMINADO 13 MM DE ESPESSURA; ESPUMA INJETADA ANATOMICAMENTE COM 50 MM DE ESPESSURA MÉDIA E DENSIDADE DE 45 À 50 KG/M³; CARENAGEM DO ASSENTO INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO; - ENCOSTO EM ESTRUTURA INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO; ESPUMA INJETADA ANATOMICAMENTE COM 40 MM DE ESPESSURA MÉDIA E DENSIDADE DE 45 À 50 KG/M³; CONTRA CAPA DO ENCOSTO INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO; MOLA SUPORTE EM AÇO COM 76,20 MM DE LARGURA, ESPESSURA 6,35 MM, CURVADA E NERVURADA A FRIIO; - CAPA DO ASSENTO E DO ENCOSTO EM VINIL, FORMADO POR COSTURAS EM DESENHO PRÓPRIO, PREVIAMENTE COLADOS ÀS ESPUMAS, E FIXADAS COM GRAMPOS AO ASSENTO E ENCOSTO; - ESTRUTURA DE SUSTENTAÇÃO EM TUBO DE AÇO INDUSTRIAL REDONDO 22,22 MM, PAREDE 1,06 MM; - PONTEIRAS E SAPATAS INJETADAS EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO; - A FIXAÇÃO DO ASSENTO E DO ENCOSTO, À ESTRUTURA, É FEITA COM PARAFUSOS SEXTAVADOS E PORCAS DE GARRA ENCRAVADAS E REBITADAS; - PARAFUSOS DE FIXAÇÃO DOS COMPONENTES DO TIPO FLANGEADO COM TRAVA, NA BITOLA ¼"X 20 FPP. - OS COMPONENTES METÁLICOS POSSUEM TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE COM FOSFATO DE ZINCO, EXECUTADO EM LINHA AUTOMÁTICA DE OITO TANQUES, SEM USO DE PRODUTOS CLORADOS PARA DESENGRAXE, E COM POSTERIOR TRATAMENTO DE EFLUENTES, DE ACORDO COM AS NORMAS AMBIENTAIS, PARA DAR MELHOR PROTEÇÃO CONTRA CORROSÃO E UMA EXCELENTE ANCORAGEM DA TINTA; - A TINTA UTILIZADA PARA A PINTURA É EM PÓ, DO TIPO HÍBRIDA (POLIÉSTER - EPÓXI), NA COR PRETO FOSCO SEMI BRILHO, COM CAMADA DE 60 MÍCRONS, ONDE TODAS AS PEÇAS SÃO CURADAS EM ESTUFA, À TEMPERATURA DE 200 °C. - ESSA POLTRONA ATENDE À REQUISITOS DAS NORMAS NR17 - NORMA REGULAMENTADORA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, QUE TRATA DA ERGONOMIA E DA NBR 13962 - DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), QUE NORMATIZA OS MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO, CADEIRAS, CLASSIFICAÇÃO, CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E DIMENSIONAIS PARA QUE SE OBTENHA UM MELHOR CONJUNTO EM TERMOS DE CONFORTO, ERGONOMIA E DURABILIDADE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO ENCOSTO: 350 MM LARGURA DO ENCOSTO: 410 MM PROFUNDIDADE DO ASSENTO: 420 MM LARGURA DO ASSENTO: 460 MM ,PROFUNDIDADE TOTAL DA CADEIRA: 550 MM ,ALTURA TOTAL DA CADEIRA: 800 MM ,ALTURA DO ASSENTO: 455 MM ,LARGURA TOTAL DA CADEIRA: 520 MM ,COR PRETA.	Reiflex	Aprovada

Dessa forma, após conferência, APROVAMOS, os laudos técnicos apresentados pela empresa acima citada, alusivo ao EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014- PMV, pela apresentação adequada das NBR que segue: conforme anexo

- NBR 11003/2009
- NBR 8094/83
- NBR 10443/08
- LICENÇA DE OPERAÇÃO AMBIENTAL
- Licença de Operação - FEPAM

Sendo assim, para confirmação segue anexos os documentos apresentados e relatórios da empresa.

Videira/SC, 13 agosto de 2014.  
 Roberta Aparecida Martinez  
 Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques  
 Diretora de Educação

**Laudo de Aceitabilidade de Amostras do PR 80/2014 - PMV Empresa: N .G. Indústria & Comércio Ltda****LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE CONJUNTO INFANTIL****E MESA REFEIÇÃO MATERNAL DE 05 LUGARES**

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa N.G. INDÚSTRIA & COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 72.271.851/0001-80, apresentou os laudos técnicos, conforme previsto no edital e nas marcas citadas abaixo:

ITEM	QTDE.	DESCRIÇÃO	MARCA	SITUAÇÃO
19	300	CONJUNTO INFANTIL 08 CARTEIRAS E CADEIRAS: INDICADA PARA IDADE DE 03 A 06 ANOS: CONJUNTO CIRCULAR COM (08) CONJUNTOS DE CADEIRAS E CARTEIRAS FORMANDO UM CÍRCULO COLORIDO. CARTEIRAS: ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO 3,4 (1.6) COM REFORÇO NOS PÉS TODAS UNIDAS ATRAVÉS DE SOLDA MIG, CADEIRAS EMPILHÁVEIS, COM ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO 7/8 CHAPA 16 (1.5MM) ACABAMENTO EM PONTEIRAS PLÁSTICAS INJETADO E RESISTENTE NOS PÉS, GRADIL PORTA-LIVROS COM FERRO MACIÇO 07 MM NAS CARTEIRAS. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO INMETRO DA CADEIRA PARA O ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DAS NORMAS DA ABNT CONFORME OS TERMOS DA PORTARIA Nº 105/12 E NBR 14006/08. TAMPO DAS MESAS EM MDF FORMATO TRAPEZOIDAL COM CANTOS ARREDONDADOS, CORTE CONVEXO JUNTO A MESA CENTRAL UNINDO-SE PERFEITAMENTE A CARTEIRA E A MESA CENTRAL COM ACABAMENTO DAS BORDAS EM PERFIL PVC PRATA, MEDIDAS DA CARTEIRA: 54 CM (A PARTIR DO TAMPO); DIÂMETRO TOTAL APROXIMADO: 1.60 M. ASSENTO E ENCOSTO DAS CADEIRAS EM COMPENSADO MULTILAMINADO COM 10 MM SEMI-ANATÔMICO, REVESTIDOS EM FÓRMICA COLORIDA NA PARTE SUPERIOR DO ASSENTO E NAS DUAS FACES DO ENCOSTO. OBS: NA AQUISIÇÃO DE (08) OITO CONJUNTOS DE CADEIRAS E CARTEIRAS DEVE ACOMPANHAR UMA MESA CENTRAL CÍRCULAR NA COR BRANCA..CORES A ESCOLHER: (AMARELO,VERDE, CERÂMICA, AZUL MARINHO, AZUL FRANCÊS, ROSA-CHOQUE, VERMELHO E UVA); IDADE INDICADA: 03 A 06 ANOS;MEDIDAS DA CARTEIRA: 54 CM (A PARTIR DO TAMPO) ;MEDIDAS DA CADEIRA: 35 CM (A PARTIR DO ASSENTO);MEDIDAS DO ENCOSTO: 34X16CM;MEDIDAS DO ASSENTO34X31CM; DIÂMETRO TOTAL : 1.60 M. COM RELATÓRIO DE ENSAIO EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO COMPROVANDO RESISTÊNCIA A CORROSÃO E ENSAIOS CONTENDO TESTES DE ACORDO COM A NBR 8094. PARTES RETAS E COM UNIÃO DE SOLDA,	linplast	Aprovada
21	80	MESA REFEIÇÃO MATERNAL 05 LUGARES: MESA COM TAMPO CONFECCIONADO MULTILAMINADO DE MADEIRA MDF 18 MM DE ESPESSURA, REVESTIDO NA FACE SUPERIOR EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO NA COR BRANCA. BORDAS LONGITUDINAIS COM ACABAMENTO EM PVC ERGOSOFT, TIPO POST-FORMING 180º, FLEXÍVEL COLORIDO. COM RELATÓRIO DE ENSAIO COMPROVANDO A RESISTÊNCIA A CORROSÃO SEGUINDO A NBR 8094 ESTANDO CONFORME PARA PARTES RETAS E UNIÕES DE SOLDA, E OS ENSAIOS CONTENDO TESTES DE ACORDO COM A NBR 8094 PARTES RETAS E COM UNIÃO DE SOLDA, NBR 11003, NBR 14535, NBR 10443 E NBR 12466. EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO. FORMATO DO TAMPO ARREDONDADO MODELO TIPO AQUARELA MEDINDO 1350X1840, COM CURVATURA INTERNA NA PARTE FRONTAL DO TAMPO DE 35º, PERMITINDO UMA MELHOR APROXIMAÇÃO DO PROFESSOR. COM 05 ASSENTOS RETANGULAR MEDINDO 290X360 COM BORDAS ARREDONDAS, ACABAMENTO EM PVC ERGOSOFT TIPO POST-FORMING FLEXÍVEL COLORIDO, COM DISTANCIAMENTO ENTRE ELES DE 31CM, DENTRO DOS PADRÕES DE ERGONOMIA. EM CADA VÃO DEVERÁ CONTER UMA CADEIRA. ASSENTO E ENCOSTO CONFECCIONADO EM COMPENSADO MULTI LAMINADO DE 6 MM, MONOBLOCO, ESTOFADA COM ESPUMA SOFT D 35 , ACABAMENTO EM PVC MODELO TIPO FRANCIS COLORIDO, REVESTIDA EM COURÍSSIMO COM SUPERFÍCIE EM RESINA DE PVC, COM BASE 50% POLIÉSTER E 50% ALGODÃO DE ALTA RESISTÊNCIA , PERMITINDO UMA MELHOR MANUTENÇÃO DE LIMPEZA CONTRA LÍQUIDOS. DEVERÃO CONTER PARA CADA ASSENTO UM CINTO DE FICÇÃO, CONFECCIONADO EM CADAÇO DE NYLON 30 MM, PERMITINDO QUE A CRIANÇA PERMANEÇA ACOMODADO DE FORMA CORRETA NA CADEIRA. ESTRUTURA DE SUSTENTAÇÃO DAS CADEIRAS CONFECCIONADA EM TUBO DE AÇO INDUSTRIAL ATC 1010/1020, COM SECÇÃO RETANGULAR 16X30, COM ESPESSURA 1.50 MM ESTRUTURA DA MESA EM TUBO DE AÇO INDUSTRIAL ATC 1010/1020, COM SECÇÃO CIRCULAR 2", COM ESPESSURA 1.20 MM, TOPOS DE FECHAMENTO DA TUBULAÇÃO COM PONTEIRAS ACOPLADAS EM POLIPROPILENO 100% INJETADAS, COM DESLIZADORES, E REGULAGEM DE ALTURA. ACABAMENTO COM BANHO DESENGRAXANTE A QUENTE E TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO DE PROTEÇÃO. PINTURA COM TINTA EPÓXI PÓ, HÍBRIDA, ELETROSTÁTICA, NA COR PRATA OU OVO, POLIMERIZADA EM ESTUFA A 180º C, COM ESPESSURA MÍNIMA DA PELÍCULA DE 40 MÍCRONS. SOLDAGEM: OS COMPONENTES QUE FORMAM O CONJUNTO DEVERÃO SER LIGADOS ENTRE SI ATRAVÉS DE SOLDA PELO PROCESSO MIG. COR DAS CADEIRAS E PVC DE ACABAMENTO: 01 AMARELA, 01 VERDE, 01 VERMELHA, 01 AZUL E 01 LARANJA.	linplast	Aprovada

Dessa forma, após conferência, APROVAMOS, os laudos técnicos apresentados pela empresa acima citada, alusivo ao EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014- PMV, pela apresentação adequada do Certificado de conformidade do Inmetro conforme os termos da Portaria 105/12, NBR 14006/08 e relatórios de ensaios constando os testes emitidos por laboratórios acreditados pelo Inmetro conforme anexo.

Videira/SC, 13 agosto de 2014.  
 Roberta Aparecida Martinez  
 Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques  
 Diretora de Educação



**Laudo de Aceitabilidade de Amostras do PR 80/2014 - PMV Empresa: Brinquimóveis Ltda****LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE CADEIRA MATERNAL E MESA PARA PRÉ - ESCOLAR**

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa: BRINQUMÓVEIS-LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.259.958/0001-76, apresentou os laudos técnicos, conforme previsto no edital e nas marcas citadas abaixo:

ITEM	QTDE.	DESCRIÇÃO	MARCA	SITUAÇÃO
17	800	CADEIRA MATERNAL: CADEIRA EMPILHÁVEL, COM ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO 7/8 CHAPA 16 (1.5 MM), ACABAMENTO EM PONTEIRAS DE PLÁSTICO INJETADA RESISTENTE NOS PÉS. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO INMETRO DA CADEIRA PARA O ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DAS NORMAS DA ABNT CONFORME OS TERMOS DA PORTARIA Nº 105/12 E NBR 14006/08. ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO MULTILAMINADO COM 10 MM SEMI-ANATÔMICO, REVESTIDOS EM FÓRMICA COLORIDA NA PARTE SUPERIOR DO ASSENTO E NAS DUAS FACES DO ENCOSTO. CORES A ESCOLHER: (AMARELO AZUL MARINHO, AZUL FRANCÊS, ROSA-CHOQUE, VERMELHO); IDADE INDICADA: 03 A 06 ANOS; MEDIDAS DA CADEIRA: 35 CM (A PARTIR DO ASSENTO); MEDIDAS DO ENCOSTO: 34X16CM; MEDIDAS DO ASSENTO: 34X31CM	BRINQUMOVEIS	REPROVADA
18	200	MESINHA PARA PRÉ ESCOLAR COLETIVA QUADRADA COM A SEGUINTE ESPECIFICAÇÃO: COM TAMPO EM MDF 18 MM QUADRADO MEDINDO 800MM X 800 MM X 500 MM ALTURA BORDAS USINADAS 180º (GRAUS) APARENTE, ESPESSURA 18MM COM REVESTIMENTO NA PARTE SUPERIOR EM LÂMINADO MELAMINICO NA COR A ESCOLHER, BORDAS USINADAS COM APLICAÇÃO DE SELADOR E VERNIZ PU, AFIXADA A ESTRUTURA POR PARAFUSOS AUTO-ATARRACHANTES. COM RELATÓRIO COM ENSAIO EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO COMPROVANDO RESISTÊNCIA A CORROSÃO E OS ENSAIOS CONTENDO TESTES DE ACORDO COM A NBR 8094. PARTES RETAS E COM UNIÃO DE SOLDA, NBR 11003, NBR 10443 E NBR 12466. ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO 30X50 CHAPA 16, COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO DE PROTEÇÃO FOSFATIZANTE, PINTADO COM TINTA EPOXI PÓ PRETA OU PRATA EPÓXI (PÓ)º, ACABAMENTO COM PONTEIRAS DE POLIPROPILENO. ALTURA DO CHÃO A PARTE SUPERIOR DO TAMPO 520MM. CORES A ESCOLHER: (AMARELO AZUL MARINHO, AZUL FRANCÊS, ROSA-CHOQUE, VERMELHO E UVA).	BRINQMÓVEIS	APROVADA

Dessa forma, após conferência do item 17, REPROVAMOS, os laudos técnicos apresentados pela empresa acima citada, alusivo ao EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014- PMV, devido à falta do Certificado de conformidade da Cadeira Maternal do Inmetro conforme os termos da Portaria 105/12.

Isto posto, a empresa BRINQUMÓVEIS-LTDA apresentou os seguintes documentos:

- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ABNT;
- LICENÇA DE OPERAÇÃO AMBIENTAL;
- CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO IBAMA;
- ABNT NBR 8094/83;
- ABNT NBR 1406/08;
- NBR ISSO 12466;
- ABNT NBR 10443;
- ABNT NBR 11003;

Para o item 18, após conferência APROVAMOS, os laudos técnicos apresentados pela referida empresa, alusivo ao EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014- PMV.

Sendo assim, para confirmação segue anexos os documentos apresentados e relatórios de empresas que possuem produtos e serviços com conformidade avaliada pelo Inmetro.

Videira/SC, 13 agosto de 2014.  
Roberta Aparecida Martinez  
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques  
Diretora de Educação

**Laudo de Aceitabilidade de Amostras do PR 80/2014 - PMV Empresa: Movesco Indústria E Comércio de Móveis Escolares Ltda****LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE CONJUNTO CARTEIRA/CADEIRA ADULTO**

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa MOVESCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOVEIS ESCOLARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 93.234.789/0001-26, apresentou os laudos técnicos, conforme previsto no edital e nas marcas citadas abaixo:

ITEM	QTDE.	DESCRIÇÃO	MARCA	SITUAÇÃO
5	600	CONJUNTO CARTEIRA/CADEIRA ADULTO; PARA USUÁRIOS ACIMA DOS 10 ANOS: CONJUNTO COMPOSTO DE UMA CADEIRA EMPILHÁVEL E UMA CARTEIRA, ESTRUTURA METÁLICA DA CARTEIRA CONFECCIONADA EM TUBO 29 X 58, CHAPA 16 (1.5 MM) GRADIL PORTA-LIVRO ABAIXO DO TAMPO EM RESINA NA COR CINZA. TAMPO SEM CANTOS VIVOS, REVESTIDO EM FÓRMICA TEXTURIZADA 0,8 MM, ACABAMENTO NAS LATERAIS EM FITA PERFIL NA COR. CADEIRA EM TUBO 7/8 CHAPA 16 (1.5 MM) METAL TRATADO CONTRA FERRUGEM, PINTURA EPÓXI (A PÓ) DE COR CINZA SOLDA MIG, ACABAMENTO EM PONTEIRAS RESISTENTE. ASSENTO E ENCOSTO DA CADEIRA CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO NA COR AZUL, FIXADOS A ESTRUTURA METÁLICA ATRAVÉS DE REBITES DE ALUMÍNIO; MEDIDAS CARTEIRA: 76 CM (ALTURA A PARTIR DO TAMPO); MEDIDAS CADEIRA: 46 CM (ALTURA A PARTIR DO ASSENTO); MEDIDAS DO TAMPO: 60 X 45 CM; MEDIDAS DO ENCOSTO: 39,6X19,8CM; MEDIDAS DO ASSENTO 40X40CM. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO INMETRO, PARA O ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DAS NORMAS DA ABNT PARA O CONJUNTO CONFORME OS TERMOS DA PORTARIA Nº 105/12 E NBR 14006/08.	Movesco	Aprovada

Dessa forma, após conferência, APROVAMOS, os laudos técnicos apresentados pela empresa acima citada, alusivo ao EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014- PMV, pela apresentação adequada do Certificado de conformidade do Inmetro conforme os termos da Portaria 105/12, NBR 14006/08 e relatórios de ensaios constando os testes emitidos por laboratórios acreditados pelo Inmetro conforme anexo.

Videira/SC, 23 agosto de 2014.

Maria R.S.Marques  
Diretora de Educação

### **Laudo de Aceitabilidade de Amostras do PR 80/2014 - PMV Empresa: L.a Informática E Suprimentos Para Escritórios Ltda**

LAUDO DE ACEITABILIDADE DOS LAUDOS TECNICOS DAS  
ESTANTE PARA BIBLIOTECA DUPLA FACE E ARQUIVO DE AÇO

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa: L.A. INFORMATICA E SUPEPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.924.851.0001-47, apresentou os laudos técnicos, conforme previsto no edital e nas marcas citadas abaixo:

ITEM	QTDE.	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	SITUAÇÃO
11	60	UN	ESTANTE PARA BIBLIOTECA DUPLA FACE, COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, COM REFORÇO EM X, 12 PRATELEIRAS REGULÁVEIS A CADA 60MM, MEDINDO 2300MM DE ALTURA X 1020MM DE LARGURA X 555MM DE PROFUNDIDADE. ESTANTE PARA LIVROS DE DUPLA FACE, COM 10 PRATELEIRAS REGULÁVEIS E 02 BASES FIXAS ÚTEIS TOTALIZANDO 12 NÍVEIS DE ARMAZENAGEM. AS PRATELEIRAS SÃO CONFECCIONADAS COM ESPESSURA DE 0,60 MM (24USG) COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 1000 MM DE COMPRIMENTO E 235 MM DE PROFUNDIDADE, SUPORTANDO CARGA IGUALMENTE DISTRIBUÍDAS DE 100KG EM SUA SUPERFÍCIE, CONTENDO SISTEMA DE ENCAIXE SEM UTILIZAÇÃO DE PARAFUSOS QUE PERMITE A UNIÃO DE 02 ANTEPAROS LATERAIS DOBRADOS EM "L" COM ESPESSURA DE 1,20 MM (18USG). BASE PLANA TIPO ABERTA (FRENTE DE 3 CM, COM VÃO ABERTO ATÉ O CHÃO) É CONFECCIONADA COM ESPESSURA DE 0,60 MM (24USG), SUPORTANDO CARGA IGUALMENTE DISTRIBUÍDAS DE 100KG EM SUA SUPERFÍCIE, CONTENDO SISTEMA DE ENCAIXE SEM UTILIZAÇÃO DE PARAFUSOS QUE PERMITE A UNIÃO DA BASE COM 02 ANTEPAROS LATERAIS, COM ESPESSURA DE 1,50 MM (16USG), SOLDADOS NAS COLUNAS DE SUSTENTAÇÃO. AS COLUNAS DE SUSTENTAÇÃO SÃO CONFECCIONADAS COM ESPESSURA DE 1,20 MM (18 USG) E DIMENSÃO DE 200 CM DE ALTURA, COM FURAÇÃO TIPO CREMALHEIRA, PERMITINDO REGULAGEM DAS PRATELEIRAS EM PASSOS DE 60 MM E FURAÇÃO COM ROSCA EMBUTIDA, PERMITINDO FIXAÇÃO DAS TRAVESSAS SEM UTILIZAÇÃO DE PORCAS. BASE DAS COLUNAS COM SISTEMA DE NIVELADORES SEXTAVADOS EM NYLON. TRAVESSA SUPERIOR HORIZONTAL (CHAPÉU) CONFECCIONADO EM CHAPA 0,90MM (20USG) DOBRADO EM "U", FIXADOS NAS DUAS EXTREMIDADES ÀS COLUNAS DE SUSTENTAÇÃO, ATRAVÉS DE 04 PARAFUSOS DE CADA LADO. PINTURA - APLICADA ATRAVÉS DO SISTEMA ELETROSTÁTICO A PÓ, APLICAÇÃO COM CAMADA MÍNIMA DE TINTA COM 70 MICRAS UNIFORMEMENTE DISTRIBUÍDA E TRATAMENTO ANTERIOR COM BANHO QUÍMICO, ANTIFERRUGINOSO E FOSFATIZANTE. DIMENSÕES - LARGURA 104CM   ALTURA: 200CM   PROFUNDIDADE: 55 CM. NA COR CINZA.	LUNASA	APROVADA
15	50	UN	ARQUIVO DE AÇO, COR CINZA, COM 04 GAVETAS PARA PASTA SUSPensa, COM SISTEMA DE DESLIZAMENTO POR TRILHO PROGRESSIVO COM 8 ROLAMENTOS DE AÇO, PUXADORES CROMADOS, PORTA-ETIQUETAS E FECHADURA COM TRANCA SIMULTÂNEA. MEDIDAS: 1,33 ALT. X 0,47 LARG. X 0,71 PROF. PRODUTO COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO DE FOSFATIZAÇÃO A ZINCO POR IMERSÃO. PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO ELETROSTÁTICO COM SECAGEM EM ESTUFA. TODO CONFECCIONADO EM CHAPA 24 MM. NA COR CINZA	LUNASA	APROVADA

Dessa forma, após conferência do item 11 e 15, APROVAMOS, os laudos técnicos apresentados, alusivo ao EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014- PMV, conforme as fichas técnicas prestadas pela empresa L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA.

Videira/SC, 08 agosto de 2014.  
Roberta Aparecida Martinez  
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques  
Diretora de Educação

**Decreto Nº 11.246/14**

DECRETO Nº 11.246/14, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.  
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13, de 06 de dezembro de 2013.

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 67.334,85 (sessenta e sete mil, trezentos e trinta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

12 - Fundo Municipal p/ Reeq. Bombeiros Voluntários	
01 - Fundo Municipal p/ Reeq. Bombeiros Voluntários	
2.072 - Manutenção do Fundo Municipal p/ Reeq. Bombeiros Volunt.	
33.90.00.00.00.00.03.0300 - Aplicações Diretas	67.334,85
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	67.334,85

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 1253/14**

PORTARIA nº 1253/14  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 4.431/14,

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a INADIR DE MORAES, Trabalhador Braçal, de 05 de setembro de 2014 até 05 de dezembro de 2014, referente ao quinquênio 01 de julho de 2009 até 25 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 05 de setembro de 2014.

Videira, 02 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 1247/14**

PORTARIA nº 1.247/14

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 14.344/14,

**RESOLVE**

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional da servidora ROSE MARIA BALDO PEREIRA, Auxiliar de Enfermagem, o qual será computado em dobro, totalizando 121 (cento e vinte e um) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 25.02.1991 a 30.06.1994.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 1248/14**

PORTARIA nº 1.248/14

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 14415/14,

**RESOLVE**

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional do servidor AMILTON RAMOS DE OLIVEIRA, Trabalhador Braçal, o qual será computado em dobro, totalizando 105 (cento e cinco) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 06.08.1991 a 30.06.1994.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Portaria Nº 1249/14**

PORTARIA Nº 1.249/14

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00040/09-8, nos assentos funcionais do servidor AMILTON RAMOS DE OLIVEIRA, detentor da matrícula funcional nº 2659, e do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 14415/2014,

#### **RESOLVE**

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais do servidor AMILTON RAMOS DE OLIVEIRA, detentor da matrícula nº 2659 e do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00040/09-8, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Portaria Nº 1252/14**

PORTARIA nº 1252/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12, no Processo Administrativo nº 13375/2014;

#### **RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ILUIR MIGUEL DEVENS, Operador de Trator de Esteira, de 10 de setembro de 2014 10 de dezembro de 2014, referente ao quinquênio de 01 de julho de 2009 até 15 de julho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 10 de setembro de 2014.

Videira, 02 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Portaria Nº 1251/14**

PORTARIA nº 1251/14

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 14680/2014,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória, pela Escola de Educação Infantil Per Tutti Bambini, no dia 06 de dezembro de 2014, das 18h00min às 23h00min, a fim de realizar a formatura da turma do Jardim III, bem como apresentações culturais dos alunos aos pais e familiares.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 02 dia do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 1250/14**

PORTARIA nº 1.250/14

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 14.662/14;

**RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, pela Hyundai Colussi Ltda, no dia 13 de setembro do corrente ano, das 13h00min às 17h00min e no dia 14 de setembro do corrente ano, das 09h00min às 17h00min, a fim de realizar uma ação de marketing para apresentação de seus carros, oferecer test-drive e promoção das taxas, bem como divulgar a loja.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de setembro 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Decreto Nº 11.248/14**

DECRETO Nº 11.248/14, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

Designa Pregoeiro e componentes da Equipe de Apoio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, nos Decretos nº 8.208/05 e 11.237/14, bem como na Lei Federal 10.520/02;

**DECRETA**

Art. 1º Fica designada como Pregoeira para modalidade de Pregão, nas formas eletrônica e presencial, nos termos dos Decretos nº 8.208/2005 e 11.237/14, bem como na Lei Federal nº

10.520/2002, a servidora LUCELIA FEDRIGO e, como integrantes da Equipe de Apoio, as servidoras RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA, KALYNE DANIELEWICZ e MÁRCIA REGINA VANZ.

Art. 2º A pregoeira solicitará aos órgãos do Município avaliações ou pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos licitatórios na modalidade de Pregão Presencial, sempre que se fizerem necessários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 11.017/14.

Videira, 03 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1254/14**

PORTARIA nº 1254/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13936/14,

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a BEATRIZ STREY, Auxiliar de Serviços Gerais, de 01 de outubro de 2014 até 01 de janeiro de 2015, referente ao quinquênio 17 de setembro de 2002 até 16 de setembro de 2007.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2014.

Videira, 03 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração



# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### 3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 011/2013

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2013

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, entidade jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ sob nº. 79.372.520/0001-85, estabelecida a Rua Santa Catarina, 2.266, na Cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal LOURIVAL LUNELLI, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº1.228.128 e CPF nº 538.792.609-15, residente e domiciliado na Rua Leandro Meneghelli, nº 12 - Centro, nesta Cidade de Vitor Meireles, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa LJ- AUD ESCRITORIO CONTABIL SC LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado com sede a Rua Paraná, 89, Centro, município de Xanxerê, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 294.970.439-53, neste ato representada pelo Sr. LUIZ ALBERTO MORAES GRANZOTTO, CPF no 294.970.439-53, carteira de identidade sob o registro no 362.106, cujo contrato fica alterado as seguintes clausulas:

#### CLAUSULA SEXTA- Da Vigência

O prazo do contrato de prestação de serviços será prorrogado por 130 dias cento e vinte dias, conforme previsto na clausula terceira do contrato, por solicitação da empresa contratada tendo em vista a necessidade devido ao grande volume de documentos que estão sendo auditados, o prazo do termo aditivo será ate 16 de janeiro de 2015 as demais clausulas do Termo de Contrato 11/2013, permanecem inalteradas.

E por estarem às partes de pleno acordo com as clausulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles, 28 de agosto de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Contratante

LUIZ ALBERTO MORAES GRANZOTTO

LAUD ESCRITÓRIO CONTÁBIL SC LTDA ME

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

### Decreto Nº 051/2014

DECRETO N.º 051/2014

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do Concurso Público nº 001/2014, tendo em vista o relatório de avaliação e resultado final emitido pelo parecer da Comissão Coordenadora do Concurso Público, nomeada através do Decreto Municipal nº 031/2014, de 12 de junho de 2014, no qual consta a seguinte classificação:

Engenheiro Agrônomo

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	Nota final
1	48	WALMIR VIEIRA WOLFF JUNIOR	17/06/1981	1,25	2,00	1,75	2,50	7,50
2	83	CICERO TEÓFILO BERTON	25/03/1978	1,50	1,75	1,50	2,50	7,25
3	16	ELIZABETE FERNANDES	15/06/1991	1,50	1,50	1,75	2,00	6,75
4	55	LUIS GUSTAVO WITT	09/04/1990	1,00	1,75	1,75	2,00	6,50

5	145	ALEXANDRE PAULO SOARES	28/05/1974	1,50	1,50	1,00	2,25	6,25
6	19	JUNIELE RODRIGUES PIVETTA SURECK	06/06/1981	0,75	1,75	1,50	2,00	6,00
7	52	MARCO SEGALLA PRAZERES	21/04/1991	1,00	2,00	1,00	2,00	6,00
8	126	RICARDO KIYOSHI TOKUNAGA	17/10/1986	1,50	1,75	1,25	1,50	6,00

## Médico da ESF

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	Nota final
1	69	JORGE GOMES MONTEIRO NETO	25/03/1977	1,25	1,75	1,25	1,75	6,00
2	96	TATIANE VELHO MOREIRA	16/06/1977	0,50	2,00	1,25	1,75	5,50

## Engenheiro Civil

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	Nota final
1	133	BRENO VILHALBA PAMPLONA	29/08/1986	0,25	2,00	1,50	2,75	6,50
2	130	JEAN CARLOS GRIMM	15/09/1992	1,50	1,75	1,25	2,00	6,50
3	141	FRANKY BRUNO WITZKE	23/02/1992	1,00	1,25	1,75	2,25	6,25
4	103	RICARDO HECK	02/01/1991	0,75	2,00	1,00	2,00	5,75

## Farmacêutico

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	Nota final
1	05	SANDRA SAYURI MURANAKA	01/10/1976	1,255	1,25	1,25	1,75	5,50

## Assistente Social

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	Nota final
1	80	LEONICE MORGENTHAU	31/05/1973	1,25	1,25	1,00	2,50	6,00
2	132	ELISANGELA BEATRIZ DOS SANTOS TECZAK	28/07/1977	1,00	1,25	1,25	2,00	5,50

## Agente Administrativo e Operacional

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	Nota final
1	100	JOICE BORGHE-SANG	16/09/1995	1,75	2,00	2,00	3,50	9,25
2	27	CAROLINE APARECIDA MAZOTTI	09/06/1992	1,50	1,75	2,00	3,75	9,00
3	129	MIRLEI GRASCIELI DIETRICH	05/10/1985	1,25	1,75	1,25	3,25	7,50
4	113	TAÍNA CÍRICO	10/04/1993	1,25	1,75	1,25	3,00	7,25
5	01	GABRIELE IUNCEK	09/09/1994	1,25	2,00	1,25	2,50	7,00
6	90	MAURÍCIO SOARES	17/02/1980	1,25	2,00	0,75	2,75	6,75
7	109	JOEL ANTONIO STALOGH	02/10/1985	0,50	2,00	0,75	3,25	6,50
8	13	NATANAEL DA CRUZ	13/02/1994	1,25	1,50	0,75	3,00	6,50
9	26	HELENA DE SOUZA	24/09/1991	1,50	1,50	0,75	2,75	6,50

10	22	VILMAR GUI- LHERME CANI	03/04/1996	1,00	1,50	1,25	2,75	6,50
11	86	MARCOS FELIPE STEUCK	11/10/1993	1,25	1,75	1,25	2,25	6,50
12	147	BRUNA CRIS- TINY DA SILVA	04/10/1995	1,50	1,75	1,25	2,00	6,50
13	89	GISELE SOARES LUTKE	19/04/1987	1,50	1,25	0,50	3,00	6,25
14	93	LUANA APARECI- DA SANDNER	27/11/1984	1,25	1,50	1,00	2,25	6,00
15	98	RAQUEL CASE- MIRO	23/06/1989	1,25	1,25	1,25	2,25	6,00
16	108	ARIANE PIANES- SER	20/01/1992	0,75	1,50	1,50	2,25	6,00
17	111	JOSIANE HOE- PERS	26/03/1992	1,00	1,75	1,00	2,25	6,00
18	119	ANA PAULA FRANÇA	15/03/1995	1,00	1,75	0,50	2,50	5,75
19	97	SÉRGIO ALVES DOS SANTOS	28/01/1972	1,25	1,00	1,25	2,25	5,75
20	73	TATIANA PENZ FELICIANO	29/09/1988	0,75	2,00	0,75	2,25	5,75
21	17	IARA DAROLT	28/03/1996	1,25	1,25	1,00	2,25	5,75
22	50	KARINA GAMBA	06/02/1997	0,75	1,50	1,25	2,25	5,75
23	150	WILLIAM RUAN VANSUITA	12/12/1994	0,50	1,25	0,75	3,00	5,50
24	117	RENATO JOSÉ DE ALMEIDA	06/02/1990	0,50	1,50	0,75	2,75	5,50
25	03	JAMES ANDREAS VETSCH	17/08/1986	0,75	1,00	1,25	2,50	5,50
26	78	JANAINA CAR- DOZO	09/03/1980	1,00	0,75	0,75	2,75	5,25
27	85	CLEBER REILI MASOTE	07/10/1983	0,50	1,75	0,75	2,25	5,25
28	15	JAÍNI MACHADO	18/08/1997	0,75	1,50	0,75	2,25	5,25
29	116	LORIVAL FELI- CIANO	15/07/1978	0,50	1,50	0,50	2,50	5,00
30	56	BÁRBARA SABEL	18/05/1992	0,5	1,25	0,75	2,50	5,00
31	107	FABIANE PREILI- PPER	24/01/1990	0,50	1,00	1,50	2,00	5,00

## Telefonista

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	Nota final
1	68	REJANI SCHMITT CLAUDINO DOS SANTOS	30/09/1972	0,75	1,00	1,50	3,00	6,25
2	110	JOSIANA RUC- SINSKI	01/07/1993	1,00	1,00	1,25	3,00	6,25
3	105	JULIANE WAN- GRADT	06/02/1983	0,75	1,00	1,75	2,75	6,25
4	47	KARINA SAR- DAGNA	02/07/1996	0,50	1,25	1,75	2,25	5,75
5	135	ALESSANDRA FELICIANO	21/09/1996	0,00	1,25	1,00	2,75	5,00
6	88	SOLANGE APA- RECIDA FAUSTO BOING	27/05/1971	0,25	1,00	1,25	2,50	5,00

## Servente/Merendeira

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	PE	PP	Nota Final
1	25	LAURICI SABEL	26/07/1967	0,75	1,00	1,00	2,50	5,25	10,00	7,63
2	35	ROSA AUGUSTIN	15/12/1970	0,75	1,50	1,25	2,25	5,75	9,00	7,38
3	11	ISABEL MERTEN IUNCEK	03/02/1973	0,75	0,75	1,75	3,25	6,50	8,00	7,25
4	34	DENAIR DE-LUCA KUSTER	13/02/1976	0,75	0,75	1,00	2,75	5,25	8,00	6,63

## Motorista

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	PE	PP	Nota final
1	143	RONALDO KOEHLER	14/02/1984	1,25	1,75	1,75	2,50	7,25	9,00	8,13
2	04	VANDERLEI DAROLT	31/05/1971	0,50	1,75	1,75	1,25	5,25	10,00	7,63
3	28	JONAS WACHHOLZ	15/07/1986	1,25	1,75	1,75	2,00	6,75	8,00	7,38
4	24	MÁRCIO RINALDI	30/01/1976	0,50	1,75	1,75	1,25	5,25	9,00	7,13
5	32	JULIO CESAR TOMAZ	03/08/1985	1,50	0,25	1,50	1,75	5,00	9,00	7,00
6	91	DENILSON MENEGHELLI	14/02/1968	1,25	1,50	1,00	1,50	5,25	8,00	6,63
7	63	JAIR FAUSTO	07/05/1973	1,25	1,00	1,50	1,50	5,25	8,00	6,63
8	92	DIEGO DAROLT	18/06/1988	1,00	1,75	1,00	1,50	5,25	8,00	6,63
9	102	TIAGO FELIPE FRANÇA	08/07/1989	1,25	1,75	1,25	0,75	5,00	8,00	6,50
10	82	MARIO D. DE SOUZA ALMEIDA	02/09/1972	1,50	1,50	1,75	2,00	6,75	6,00	6,38
11	59	GEOVANI MENEGHELLI DE LIZ	02/09/1987	0,75	1,75	1,25	2,25	6,00	6,00	6,00
12	30	LAERCIO VAHLIDIECK	16/09/1987	1,00	1,50	1,75	1,75	6,00	6,00	6,00
13	12	DOUGLAS PETERSEN	25/12/1992	1,25	0,50	1,75	2,25	5,75	6,00	5,88

## Operador de Máquinas

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	PE	PP	Nota final
1	65	VANDERLEI DA ROCHA	24/11/1985	1,50	1,75	1,25	1,75	6,25	10,00	8,13
2	45	MAURICIO FRAZÃO	04/10/1993	1,25	1,25	1,50	1,50	5,50	10,00	7,75
3	08	ROMARIO DE ARRAZÃO	28/09/1993	1,25	1,25	0,75	1,75	5,00	8,00	6,50
4	94	MARCELINO DAROLT	29/05/1964	0,75	1,75	1,50	2,25	6,25	5,00	5,63
5	06	SIDEMAR KRAUS	21/09/1985	1,00	1,75	0,75	1,50	5,00	6,00	5,50
6	99	JOSÉ TAVARES	14/08/1966	0,75	1,50	1,25	1,75	5,25	5,00	5,13

## Auxiliar de Manutenção e Conservação

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	PE	PP	Nota final
1	29	EDSON HERMINIO FOSSA	01/04/1995	0,75	1,25	1,50	1,75	5,25	6,00	5,63

## Auxiliar de Serviços Gerais

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	PE	PP	Nota final
1	74	MAFALDA BARCELOS	11/01/1962	1,00	1,50	0,75	3,00	6,25	9,00	7,63
2	54	SIRLEI M. DE JESUS DA SILVA	21/07/1975	1,00	1,50	1,25	2,50	6,25	8,00	7,13
3	20	LISIANE DA CRUZ	30/04/1983	1,00	1,00	1,00	3,25	6,25	7,00	6,63
4	31	PATRICIA DE S. GONÇALVES	02/11/1977	0,75	0,75	1,00	2,50	5,00	7,00	6,00
5	140	JULIANA EZIDIO	21/11/1983	1,00	1,75	0,75	2,50	6,00	6,00	6,00

## Fiscal de Tributos

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	Nota final
1	09	JOICE BATISTA DA SILVA	21/01/1983	1,75	2,00	1,25	3,50	8,50
2	79	MARIO JOSÉ PIRATH JUNIOR	01/07/1981	1,25	1,75	1,25	3,75	8,00
3	118	ORIVAL DE ALMEIDA	05/06/1985	1,00	2,00	1,25	2,50	6,75
4	136	GUSTAVO LUIZ CUNHA	15/09/1989	1,00	2,00	1,00	2,50	6,50
5	144	LUCIANA CORREA FELICIANO	04/07/1976	0,50	1,50	1,50	2,50	6,00

## Professor Nível II

Classi.	Inscri.	Nome	Data Nascimento	Port	Mat	CG	CE	Nota final
1	14	CLEIDE MAIBERG WIPPEL	02/12/1974	1,00	1,25	1,25	2,50	6,00
2	66	ELAINE CRISTINA BENINCA	24/11/1989	1,00	1,50	1,00	2,50	6,00
3	61	PATRICIA HOBOLD ZALASKO	14/05/1988	1,00	1,50	0,5	2,75	5,75
4	114	GRACIELI MONDINI	31/03/1988	0,50	1,75	1,00	2,50	5,75
5	37	ROSILENA MEDEIROS DA SILVA FAUSTO	27/06/1969	1,25	1,00	1,50	2,00	5,75
6	134	SILVANA VAVASSORI GAMBA	10/07/1978	0,50	1,50	1,00	2,50	5,50
7	124	MARCIA QUESSINSKI	09/11/1981	0,75	1,00	1,25	2,50	5,50
8	51	DENY ELEN DOS SANTOS	06/11/1985	0,50	1,50	1,00	2,50	5,50
9	46	LUCIARA KUHLE	04/05/1991	0,50	1,50	1,00	2,50	5,50
10	95	LEONIRCE RINALDI FAUSTO	08/04/1974	0,25	1,50	1,00	2,50	5,25
11	138	PATRICIA TILLMANN	14/02/1992	0,25	1,00	1,00	2,75	5,00



Class. = Classificação  
Insc. = Número de Inscrição  
Port = Nota correspondente às questões de Português  
Mat = Nota correspondente às questões de Matemática  
CG = Nota correspondente às questões de Conhecimentos Gerais  
ESP = Nota correspondente às questões de Conhecimentos Específicos  
PE = Nota da Prova Escrita  
PP = Nota da Prova Prática

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 04 DE SETEMBRO DE 2014.  
LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

PUBLICADO E REGISTRADO NA DATA  
VITOR MEIRELES, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011

### **Aviso de Leilão 003/2014**

PROCESSO DE LICITAÇÃO 033/2014  
EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 003/ 2014.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

O município de Vitor Meireles, Santa Catarina, com sede na Rua Santa Catarina, nº 2.266, Centro, Vitor Meireles, Fone (47) 3258 0211, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.372.520/0001 85, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 14h 00min do dia 22 de Setembro de 2014, tendo como local o auditório DA PREFEITURA, na Rua Santa Catarina, Nº 2.266, Centro, cidade de Vitor Meireles, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Designado pelo Decreto nº 050/2014, Sr. Luis Carlos Boing, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01: Terreno Urbano nº 27, de forma triangular, situado no lado par da Rua Lindo Sardagna, a 66,30 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Ibirama, Cidade de Vitor Meireles, Comarca de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, contendo a área de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), desmembrado de parte do lote de terras nº 2.770, confrontando na FRENTE, com a Rua Lindo Sardagna, em linhas de 40,80 metros e 18,10 metros, FUNDOS, com a Rua 26 de Abril, em 52,65 metros e LADO DIREITO, com o lote nº 28 do mesmo desmembramento, em 20,00 metros; Sem benfeitorias; matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Getúlio, no Livro nº 2-RG, sob nº 6.993, com preço mínimo de alienação de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais). Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos site WWW.VITORMEIRELES.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones Fone (47) 3258 0211, na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Vitor Meireles (SC), em 03 de Setembro de 2014.  
LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal de Vitor Meireles

### **Aviso de Licitação 034/2014**

Processo de Licitação 034/2014  
Modalidade: Convite 012/2014  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES  
Modalidade: Carta Convite

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Carta Convite, objetivando a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até às 14h00min horas, do dia 12 de Setembro de 2014, em sessão pública, dirigida pelo Presidente da Comissão de Licitações senhor Sandro Lunelli, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 05 de Setembro de 2014.  
LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

## Xavantina

### PREFEITURA

**Contrato Nº 99/2014 PMXV**

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: DECANDIDO SONORIZAÇÕES E EVENTOS EIRELI ME.

Número do Contrato: 99/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA LOCAÇÃO DE SONOLIZAÇÃO, LUZES, PALCO MÓVEL, GERADOR E TRIO ELÉTRICO PARA FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AO DIA SETE DE SETEMBRO E A SEMANA NATALINA DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Data da Assinatura: 03/09/2014.

Vigência: 31/12/2014.

Valor do Contrato: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

## Xaxim

### PREFEITURA

**Decretos 366 E 367**

DECRETO Nº. 366/2014.

Exonera servidor municipal a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir da presente data, a servidora municipal SANDRA MARA ANTUNES PAZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, portadora da matrícula 5190, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de setembro de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira

Diretor Geral de Administração e RH

DECRETO Nº. 367/2014.

Exonera servidor municipal por aposentadoria e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e conforme o Benefício do INSS Nº. 157.051.915-0.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada, por aposentadoria, a partir de 03 de setembro de 2014, a servidora municipal JUVILDE BEDIN NARCISO, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, portadora da matrícula 958, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de setembro de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira

Diretor Geral de Administração e RH

**Decreto 360**

DECRETO Nº. 360/2014

ALTERA COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA ESTADUAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Idacir Antonio Orso, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1.º O art. 3º, do Decreto nº 253/2013, de 08 de abril de 2013, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Ficam designados os seguintes servidores para compor esta Comissão Municipal:

I – Willian Cavalheiro – Presidente;

II – Valdir Chiodi – Membro;

III – Neudi Antonio Paludo – Membro;

IV – Luciane Machetti Bortolanza – Membro;

V - Edmilson Carraro – Membro;

VI – Juvenal Martinazzo – Membro

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições anteriores em contrário.

Xaxim, 28 de agosto de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município

**Portaria 1186**

PORTARIA Nº 1186 /2014.

Prorroga prazo dos Processos Administrativos Disciplinares, Portarias nº 945/2014 e 960/2014 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, art. 200, parte final, da Lei 1.729/94; e,

Considerando que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade e eficiência, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

Considerando o excesso de trabalho encontrado pelos membros da Comissão que não conseguem reunir-se com frequência;

Considerando que os Processos Administrativos Disciplinares não poderão ser concluídos no prazo assinalado inicialmente, tendo em vista diligências que se fizeram necessárias durante o andamento processual; e

Considerando o excesso de trabalho verificado no Órgão de assessoramento à Comissão, qual seja, a Procuradoria-Geral do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo dos Processos Administrativos Disciplinares, Portaria nº 945/2014, que é movido em relação à Servidora C. G. M. e em relação ao Servidor E. M. C.; Portaria nº 960/2014, movido em relação à Servidora A. P. M.; ambos pelo prazo de 30 (trinta) dias úteis, para conclusão do Procedimento, da seguinte forma:

I – Portaria nº 945/2014, com vigência a partir do dia 05 de setembro de 2014;

II – Portaria nº 787/2014, com vigência a partir do dia 08 de setembro de 2014;

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente em vigor, na data de sua publicação, com vigência a partir das datas constantes dos incisos I e II do art. 1º.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de setembro de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Administrativo

# Associações

## AMMVI

### Licitação No 06/2014 - Tomada de Preços

LICITAÇÃO no 06/2014 - Tomada de Preços

Data/horário abertura: 24/09/2014 / 10:00 h.

Tipo de Julgamento: Menor preço global.

A Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberto Licitação, na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, objetivando o FORNECIMENTO E MONTAGEM DE DIVISÓRIAS RETRÁTEIS PARA AUDITÓRIO DA SEDE DA AMMVI, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, conforme Edital e seus anexos.

Maiores informações poderão ser obtidas na sede da AMMVI, localizada na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, na cidade de Blumenau (SC), de Segunda a Sexta-Feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail arquitetura@ammvi.org.br ou pelo telefone (47) 3331.5825.

Blumenau (SC), 26 de agosto de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS	JOSÉ RAFAEL CORREA
Presidente da AMMVI	Secretário Executivo

### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 06/2014 - TOMADA DE PREÇOS

Data/horário abertura: 24/09/2014 / 10:00 hs.

Tipo de Julgamento: Menor preço global.

#### 1 - DA LICITAÇÃO:

1.1 - A Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberto Licitação, na modalidade de Tomada de Preços para FORNECIMENTO E MONTAGEM DE DIVISÓRIAS RETRÁTEIS identificados no objeto abaixo, de acordo com as normas deste Edital e no que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e a Lei Complementar nº 123/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

1.2 - Os envelopes contendo "Documentação de Habilitação" e "Proposta de Preços" serão recebidos até o dia 24/09/2014, às 10h, na sede da AMMVI, situada à Rua Alberto Stein, 466, 2º andar, sala da Assessoria Jurídica, bairro da Velha, CEP 89.036-200 - Blumenau - SC.

1.3 - Esta Licitação é do tipo menor preço/pelo total geral.

#### 2 - DO OBJETO:

2.1 - A presente licitação tem por objetivo selecionar proposta para FORNECIMENTO E MONTAGEM DE DIVISÓRIAS RETRÁTEIS PARA AUDITÓRIO DA SEDE DA AMMVI, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, conforme descrição deste Edital e seus anexos.

#### 2.2 - Observações:

a) Ao efetuar a proposta, a proponente deverá estar ciente que está concordando com os termos do presente edital e, entende a AMMVI, que o mesmo tomou conhecimento do local da obra

(auditório) e da situação existente e que dispõe de equipamento e pessoal para fornecimento e instalação do equipamento licitado, conforme Quantitativo, Memorial Descritivo, Planta Baixa e Cronograma Físico-Financeiro disponibilizado.

b) O valor máximo total fixado pela Associação deverá ser respeitado na formulação da proposta, sob pena de desclassificação.

c) A proposta será para execução integral desta Etapa, sendo responsabilidade da licitante qualquer complemento de material e/ou serviço não contemplado ou insuficiente no Quantitativo estimado, sem aditivo de preço.

#### 3 - DA APRESENTAÇÃO:

3.1 - Os "Documentos de Habilitação" e a "Proposta de Preços" deverão ser apresentados em envelopes separados, indevassáveis, cada um deles com identificação clara da proponente, da licitação e identificando o conteúdo dos envelopes.

3.2 - Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando, preferencialmente, na parte frontal, as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº 01

DA: (EMPRESA)

PROCESSO nº 06/2014 - LICITAÇÃO nº 06/2014

ABERTURA: DATA: 24/09/2014 - HORA: 10:00h

ENVELOPE "HABILITAÇÃO"

3.2.1 - Toda a Documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada no Original, em fotocópia autenticada por cartório competente ou, previamente, por funcionário da Entidade licitante, mediante a apresentação do documento original, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os documentos apresentados pela Internet deverão ser apresentados em via Original. Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão. Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante do Processo Licitatório.

3.3 - A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado da Empresa, datilografada ou por impressão em sistema eletrônico de Processamento de Dados, datada, carimbada e assinada, sem emendas, rasuras ou estrelinhas, preferencialmente em 02 (duas) vias, em envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua violação, constando, preferencialmente, na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº 02

DA: (EMPRESA)

PROCESSO nº 06/2014 - LICITAÇÃO nº 06/2014

ABERTURA: DATA: 24/09/2014 - HORA: 10:00h

ENVELOPE "PROPOSTA"

#### 4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

4.1 - Serão admitidos para participar desta licitação, interessados que possuam a necessária qualificação, não se admitindo consórcio ou sub-contratação.

4.2 - É vedada a participação de pessoa jurídica em regime de concordata ou que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração direta dos Municípios associado à AMMVI ou ainda, que esteja com direito de participar de licitação suspenso.

4.3 - A participação na licitação implica na integral e incondicional aceitação de todas as cláusulas e condições do presente edital, de seus anexos e das normas que o integram, bem como

no enquadramento destas condicionantes no objetivo social da empresa.

4.4 - Da documentação disponível:

- Edital e Minuta do Contrato;
- Memorial Descritivo;
- Planta Baixa;
- Orçamento e Cronograma físico-financeiro.

5 - DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº01):

5.1 - PARA EMPRESAS NÃO PORTADORAS DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL DE FORNECEDORES DE QUALQUER MUNICÍPIO ASSOCIADO À AMMVI:

- Os documentos abaixo relacionados, exceto o item "I", que constituem a habilitação deverão ser apresentados até a data e horário constante no item 1.2 deste edital, nas condições do item 3, em uma única via, podendo ser original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou, previamente, por funcionário da AMMVI, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

5.2 - PARA EMPRESAS PORTADORAS DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL DE FORNECEDORES DE QUALQUER MUNICÍPIO ASSOCIADO À AMMVI:

- Os documentos abaixo relacionados, exceto os itens II, III e IV, que constituem a habilitação deverão ser apresentados até a data e horário constante no item 1.2 deste edital, nas condições do item 3.

5.3 - Dos Documentos de Habilitação:

I - certificado de registro cadastral de fornecedor de qualquer um dos 14 Municípios associados à AMMVI;

II - registro comercial, no caso de empresa individual, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis acompanhado de prova de DIRETORIA EM EXERCÍCIO;

III - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV - balanço do último exercício com respectiva demonstração da conta de lucros e perdas.

V - prova de regularidade com a(o):

- \* Fazenda Federal;
- \* Fazenda Estadual, da sede da licitante;
- \* Fazenda Municipal, da sede da licitante;
- \* Seguridade Social (CND INSS);
- \* Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- \* Débitos Trabalhistas;

VI - certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição não anterior a 60 dias da data constante no item 1.2 deste edital, ou de acordo com o prazo de validade constante da mesma;

VII - registro no CREA - SC da empresa licitante, ou com visto do mesmo para as empresas de outros Estados;

VIII - acervo técnico ou atestado devidamente registrado no CREA, comprovando que o responsável técnico da proponente tenha sido responsável pela execução de construção civil, cujas características sejam compatíveis com a da obra em licitação. O acervo

ou atestado só será aceito se o profissional em pauta integrar o quadro da licitante na data marcada para a entrega dos envelopes, comprovado mediante apresentação da ficha de registro de empregado com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho ou contrato de prestação de serviços, e para dirigente de empresa, tal comprovação poderá ser feita através da ata da assembleia de sua investidora no cargo ou do contrato social;

IX - Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, na forma do art. 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC.

6 - DA PROPOSTA:

6.1 - A proposta deverá ser redigida em idioma nacional, com valores em reais, apresentada em original, rubricada em todas as páginas, sem emendas, entrelinhas ou rasuras, carimbadas e assinadas por representante legal da empresa, constando orçamento detalhado do preço unitário dos materiais e mão-de-obra, bem como o Cronograma Físico de Execução da obra, respeitando-se o cronograma físico financeiro sugerido pela AMMVI.

6.2 - No preço deverão estar incluídos todos os custos e despesas decorrentes da execução do contrato, tais como: responsabilidade técnica total, pessoal, encargos sociais, materiais, sinalizações, transporte, seguros, ferramental e equipamentos necessários, incluindo material de proteção individual e tributos de qualquer natureza.

6.3 - A proposta deverá conter sua validade por um prazo não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data fixada para o seu recebimento e abertura, prevalecendo tal prazo em caso de omissão.

6.4 - A licitante deverá respeitar o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para montagem e entrega final, incluindo fornecimento de material e serviços de que trata este edital.

6.5 - O valor da proposta não poderá sofrer nenhuma correção/atualização no preço originalmente proposto, para execução integral do objeto desta licitação, observando-se que:

a) Os pagamentos serão efetuados em (03 parcelas), conforme medição elaborada e em consonância com o cronograma físico-financeiro, e após 5 (cinco) dias úteis da apresentação da relação de empregados, das guias de recolhimento do INSS e do FGTS devidamente quitadas, bem como dos documentos fiscais, no Setor de Contabilidade da AMMVI;

b) A licitante contratada deverá fornecer boleto bancário para o pagamento de cada parcela, com data de vencimento de acordo com o acima estabelecido (6.5, letra "a").

c) A licitante contratada fornecerá nota fiscal, sobre a qual será(ão) retido(s) os tributos previstos em Lei.

6.6 - Fica sendo de inteira responsabilidade da licitante vencedora, na assinatura do contrato, prestar garantias do valor contratual, conforme art. 56, § 1º, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

6.7 - Com base em levantamento de preços e serviços, a AMMVI estabelece o teto máximo de valores da referida obra em R\$ 135.060,00 (Cento e trinta e cinco mil e sessenta reais), inclusive para fins de aceitação de propostas.

6.8 - A licitante vencedora fica responsável pelo certificado de matrícula da obra junto ao INSS, e na conclusão pela entrega da



CND respectiva, se for o caso.

## 7 - DAS CONDIÇÕES GERAIS:

7.1 - O local de entrega dos envelopes contendo a "Documentos de Habilitação" e a "Proposta de Preços" será na sede da AMMVI, situada à Rua Alberto Stein, 466, 2º andar, sala da Assessoria Jurídica, bairro da Velha, CEP 89.036-200 - Blumenau - SC.

7.2 - Após a data e horário estabelecido para o recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito e nem tampouco serão permitidos adendos ou acréscimos aos mesmos, ressalvadas a aplicação das condições especiais de que tratam os artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3 - Ao apresentar proposta, a proponente se obriga nos termos do presente Edital.

7.4 - Os recursos serão recebidos, analisados e julgados de acordo com a legislação vigente.

## 8 - DA ABERTURA E JULGAMENTO:

8.1 - Às 10h00min horas do dia 24/09/2014, a Comissão de Licitações da AMMVI, reunir-se-á em sala própria e, na presença de no máximo 01 (um) representante de cada licitante, procederá como adiante indicado:

8.1.1 - Abrir-se-ão os envelopes "HABILITAÇÃO";

8.1.1.1 - Não haverá, em hipótese nenhuma, confrontação de documentos na abertura destes envelopes, para autenticação por funcionário da AMMVI ou pela Comissão de Licitações.

8.1.1.2 - Rubricará e submeterá à rubrica de todas as proponentes os documentos contidos nos mesmos.

8.1.2 - Antes de efetuar o julgamento da habilitação, a Comissão de Licitações identificará e comunicará a participação ou não de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para fins de aplicação das condições especiais de que tratam os artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.1.3 - Será julgada inabilitada a proponente que:

a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital e seus anexos;

b) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal.

8.1.3.1 - Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, a Comissão de Licitações promoverá ao julgamento da habilitação dos licitantes não enquadrados na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e, em relação a estas adotará o seguinte procedimento:

a) serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal, decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do Edital, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;

b) serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal, declarando-se:

b.1 - o atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação; ou

b.2 - o desatendimento das exigências constantes do Edital com a

suspensão do julgamento da habilitação fiscal em relação aquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, postergando sua apreciação para o momento posterior a classificação definitiva das propostas com a aplicação do § 1º do art. 43 da LC nº 123/2006 se for o caso.

8.1.3.1.1 - Ocorrendo a situação estabelecida no item b.2 acima, o licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poderá se manifestar, na própria reunião, sob pena de decadência, sobre a desistência de sua proposta acaso não vislumbre a possibilidade de regularização da habilitação fiscal na forma da lei, isentando-se de eventual penalização em caso de ser declarada vencedora do certame.

8.1.3.2 - Serão devolvidos os envelopes de "Propostas de Preços" das proponentes cuja documentação tenha sido julgada definitivamente em desacordo com as exigências do presente Edital, ficando à disposição das empresas inabilitadas para serem retiradas no prazo de até 15 (quinze) dias após a adjudicação, findo o qual serão inutilizados.

8.2 - Abrir-se-ão os envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" das proponentes cuja documentação estiver conforme o exigido, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso ou tenha havido desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos.

8.2.1 - Será desclassificada a proposta que:

a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital e seus anexos;

b) deixar de apresentar oferta para o cumprimento integral do objeto desta Licitação;

c) apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital, ou vantagem baseada nas propostas das demais proponentes;

d) apresentar preços manifestamente inexequíveis ou excessivos.

8.3 - Somente poderão se manifestar no decorrer das reuniões os representantes das proponentes, desde que devidamente credenciados.

8.4 - A presente licitação, para efeitos de julgamento, será do tipo "pelo total geral", considerando-se para fins de julgamento o "menor preço".

8.4.1 - Analisadas as propostas, a Comissão de Licitações fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados.

8.4.2 - Procedido à classificação provisória e verificado que o melhor preço foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, a Comissão de Licitações suspenderá o julgamento das propostas e retomará a análise da habilitação fiscal desta proponente, intimando-a para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período mediante requerimento justificado, regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.4.2.1 - Regularizada a habilitação fiscal pela licitante, a mesma será declarada vencedora do certame.

8.4.2.2 - Acaso não ocorra à regularização da habilitação fiscal da licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame, aplicando-se-lhe a penalidade de que trata o item 9.1.1 deste Edital, e

retomando a licitação na forma do item 8.4.3 ou 8.4.4.

8.4.3 - Procedido à classificação provisória e verificado que o melhor preço não foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, a Comissão de Licitações verificará o eventual empate legal das propostas, na forma do § 1º do art. 44 da LC nº 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 daquele Diploma Legal.

8.4.4 - Ocorrendo empate fictício, na forma da lei, a Comissão de Licitações procederá da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que, após a verificação da regularidade fiscal, será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da LC nº 123/2006 será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.4.5 - O prazo para apresentação de nova proposta será de dois dias úteis, contados da intimação da licitante, sob pena de decadência do direito de inovar em seu preço.

8.4.6 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da LC nº 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.5 - Será assegurado, como critério inicial de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

8.6 - Não serão considerados os valores apresentados que estiverem em desacordo com os preços praticados no mercado local, sujeitando-se a desclassificação da proposta da proponente que apresentar preço excessivo.

8.7 - A AMMVI convocará a empresa vencedora da licitação para assinar o contrato, após a homologação do certame, no prazo de até cinco dias.

#### 9 - DAS PENALIDADES:

9.1 - O descumprimento de obrigações importará na aplicação, por parte da AMMVI, de multa e sanções seguintes:

9.1.1 - Multa de 2% (dois por cento) da proposta apresentada em caso de não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do artigo 43 da LC nº 123/2006.

9.1.2 - Multa de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor da proposta da licitante vencedora e aplicada à mesma pelo descumprimento das obrigações assumidas, infração aos preceitos legais ou cometimento de fraudes, por qualquer meio, na presente licitação;

9.1.3 - Poderão ser aplicadas ainda as demais penalidades previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo descumprimento de cláusulas contratuais ou prejuízos causados à AMMVI.

#### 10 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2014 da AMMVI, como segue:

Código Dotação	Descrição
1	AMMVI
01.02	SECRETARIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO/FINANÇAS
04.122.0001.1002	AMPLIAÇÃO DA SEDE DA AMMVI
344900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
1000014	RECURSOS ORDINÁRIOS

10.2 - Não serão aceitos documentos ou propostas enviadas por telex, fax ou correio.

10.3 - A AMMVI reserva-se o direito de transferir ou revogar a presente licitação, no todo ou parcialmente, mediante razões de conveniência administrativa e do interesse público, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

10.4 - No caso de não haver expediente para a data fixada, a entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou proposta realizar-se-á às 10h00min horas do primeiro dia útil, após a data anteriormente marcada.

10.5 - OBS.: Não desclassificatória: Deverá constar na proposta o nº da agência e conta no Banco do Brasil ou CEF, na ausência, apontar outras preferências, obedecidas as exigências acima.

10.6 - O Contrato terá vigência da data de sua assinatura à 31/12/2014, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, de conformidade com o estabelecido na Lei nº 8.666/93.

10.7 - Em caso de revogação ou anulação desta Licitação, serão observadas as disposições da Lei nº 8.666/93 e alterações.

10.8 - Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico ou legal na interpretação do presente Edital, serão atendidos na sede da AMMVI, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min horas, em dias úteis, de 2ª à 6ª feira.

10.9 - Aplica-se ao presente Edital, nas partes omissas, a legislação em vigor. Esta licitação é regida pelas disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

10.10 - Para as questões decorrentes desta Licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Blumenau SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### 11 - DAS MEDIÇÕES:

11.1 - As medições serão aprovadas por uma Comissão de Fiscalização, acompanhamento do fornecimento e dos serviços, de recebimento das etapas e definitivo da obra, composta pelo Secretário Executivo e por funcionários da Assessoria de Engenharia desta Associação.

#### 12 - DAS PENALIDADES:

12.1 - O contrato estabelecerá multas de:

I - 5% do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual, no prazo estabelecido pela AMMVI;

II - 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início do fornecimento e/ou na entrega do objeto licitado;

III - 10,0% (dez por cento) do valor do contrato, pela rescisão sem justo motivo, por parte da Contratada.

12.2 - A multa aplicada será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela AMMVI, da caução, ou cobrada administrativa ou judicialmente, após a notificação.

#### 13 - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

13.1 - Constituem motivos para rescisão unilateral do contrato, independente das sanções legais e contratuais aplicáveis, os constantes na cláusula nona da minuta do contrato.

13.2 - Em caso de rescisão contratual e/ou interrupção dos trabalhos, serão usadas as garantias previstas no item 6.6, a não ser que a rescisão e/ou paralisação decorra de acordo com a AMMVI.

#### 14 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

14.1 - Além das demais obrigações previstas neste Edital e na minuta do Contrato, a empresa vencedora obriga-se, ainda:

- A aceitar acréscimos ou supressões que a AMMVI realizar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, mediante Termo Aditivo;
- Pela contratação do pessoal, fornecimento de todos os materiais, transporte, ferramental e equipamentos necessários para o fornecimento dos equipamentos e execução dos serviços nos locais indicados no item 2.1 do edital;
- A refazer, a suas expensas, todo e qualquer serviço por má execução, trabalho defeituoso, acabamento insatisfatório ou executado fora das especificações técnicas, de acordo com o parecer da comissão de que trata o item 15 deste Edital;
- A fornecer e obrigar o uso de equipamentos de proteção individual a seus empregados e aplicar a legislação referente à segurança, medicina e higiene do trabalho;
- A apresentar a guia paga e a relação de empregados do FGTS e a guia de recolhimento do INSS mensalmente, individualizada pela matrícula da obra;
- Confeccionar e instalar placas indicativas, sinalizadores, barreiras, sinais vermelhos, sinais de perigo, sinais de desvio e outros, em quantidade suficiente, sendo esta uma das condições a liberação da primeira medição;
- Deverá fornecer Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços objeto desta licitação e da execução da obra, impreterivelmente para assinatura do instrumento contratual.
- Manter o Diário de Obras sempre em dia e apresentar a cada medição para a AMMVI.

#### 15 - DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, RECEBIMENTO DAS ETAPAS E DEFINITIVO DO OBJETO:

15.1 - Compete a comissão:

- Fiscalizar os fornecimentos e serviços contratados, direta ou indiretamente, o que, em nenhuma hipótese, eximirá a Contratada das responsabilidades do Código Civil e/ou Penal;
- Efetuar a medição dos materiais, equipamentos e/ou serviços;
- Solicitar o afastamento do profissional com comportamento inaceitável, a critério da AMMVI;
- Ter acesso livre para fiscalização e vistoria do fornecimento e dos serviços;
- Designar engenheiro responsável para efetuar o contido nas alíneas "a" até "d".

=====

Ultimo prazo para entrega das propostas: Data: 24/09/2014 - Hora: 10h00min

Local: Sede da AMMVI.

A entrega fora do prazo acima estabelecido excluirá quem o fizer, do presente edital.

Abertura das propostas: Data: 24/09/2014 - Hora: 10h00min  
Local: Sede da AMMVI - Sala da Assessoria Jurídica.

#### Condições de Pagamento:

- Os pagamentos serão efetuados em (03 parcelas), conforme cronograma físico-financeiro, mediante medição, e após 5 (cinco) dias úteis da apresentação da relação de empregados e das guias de recolhimento de INSS e do FGTS devidamente quitadas, bem como, dos documentos fiscais, entregues no Setor de Contabilidade da AMMVI.
- A licitante contratada deverá fornecer o boleto bancário para o pagamento de cada parcela.
- Serão retidos na fonte os tributos incidentes sobre o valor da Nota Fiscal, na forma da Lei.

Prazo para assinar contrato / Início do Fornecimento e dos Serviços:

- O prazo para assinatura do contrato será comunicado à proponente pela AMMVI, depois de esgotados os prazos recursais. O início do fornecimento e dos serviços dar-se-ão imediatamente após a assinatura do contrato, observando-se o prazo máximo de 45 (quarenta e cinquenta) dias para sua conclusão.

Blumenau, 26 de agosto de 2014.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS	JOSÉ RAFAEL CORREA
Presidente da AMMVI	Secretário Executivo

#### MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

Contrato que entre si celebram a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com endereço à Rua \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, para FORNECIMENTO E MONTAGEM DE DIVISÓRIAS RETRÁTEIS NO AUDITÓRIO DA SEDE DA AMMVI, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, de conformidade com a Licitação Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 006/2014, com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e com os demais diplomas legais aplicáveis.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto:

O presente contrato tem por objeto a FORNECIMENTO E MONTAGEM DE DIVISÓRIAS RETRÁTEIS NO AUDITÓRIO DA SEDE DA AMMVI, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, tudo de conformidade com o Processo Licitatório nº 006/2014, Edital e seus anexos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Do prazo e regime de execução:

O prazo para execução da obra será de 45 (quarenta e cinco) dias, observando-se o Cronograma Físico-Financeiro da proposta, tendo início imediato após a assinatura deste Instrumento.

O contrato tem vigência da data de sua assinatura até 31/12/2014, podendo ser aditado na forma da Lei.

O presente contrato rege-se quanto ao regime de sua execução, pelas cláusulas constantes na Licitação Tomada de Preços nº 006/2014, e pelo regime de empreitada por preço global.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Do Preço:



O valor total deste Contrato, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, será de R\$ xxxx (xxxxxxx), de conformidade com a proposta vencedora da Licitação Tomada de Preços nº 006/2014.

#### CLÁUSULA QUARTA - Das Condições de Pagamento:

Os pagamentos serão efetuados em 03 (parcelas), conforme cronograma físico financeiro e medição elaborada, e após 5 (cinco) dias úteis da apresentação da relação de empregados, das guias de recolhimento do INSS e do FGTS devidamente quitadas, bem como dos documentos fiscais, no Setor de Contabilidade da CONTRATANTE.

A licitante contratada deverá fornecer o boleto bancário para o pagamento de cada parcela, com data de vencimento de acordo com o acima pactuado.

A CONTRATADA fornecerá nota fiscal, sobre a qual será(ão) retido(s) os tributos previstos em Lei.

#### CLÁUSULA QUINTA - Dos Recursos para Atender as Despesas:

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta da seguinte dotação do Orçamento-Programa anual da CONTRATANTE:

Código Dotação	Descrição
1	AMMVI
01.02	SECRETARIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO/FINANÇAS
04.122.0001.1002	AMPLIAÇÃO DA SEDE DA AMMVI
344900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
1000014	RECURSOS ORDINÁRIOS

#### CLÁUSULA SEXTA - Do Direito de Fiscalização:

A CONTRATANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a CONTRATADA eximida das responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, fiscais ou penais.

A fiscalização a ser efetuada pela CONTRATANTE será por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - Da Responsabilidade da CONTRATADA:

Sem prejuízo das demais obrigações prevista no edital, a CONTRATADA responsabilizar-se-á, ainda:

- pela aceitação dos acréscimos ou supressões que a CONTRATANTE realizar por escrito, em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;
- pela contratação do pessoal, fornecimento de todos os materiais, transporte, ferramental e equipamentos necessários para fornecimento dos equipamentos e execução dos serviços nos locais indicados no Edital;
- em refazer, às suas expensas, todo e qualquer serviço por má execução, trabalho defeituoso, ou com acabamento insatisfatório, bem como a execução fora das especificações técnicas;
- em fornecer e obrigar os empregados a utilizarem os equipamentos de proteção individual, bem como as demais normas constantes da legislação de segurança, medicina e higiene do trabalho;
- em apresentar as guias de encargos sociais devidamente pagas, inclusive a relação de empregados do FGTS e a guia de recolhimento da Previdência Social (INSS);
- em fornecer Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços e materiais objeto da licitação, na ocasião da assinatura do presente instrumento contratual, se for o caso;

g) em providenciar o certificado de matrícula da obra junto ao INSS, e entrega da respectiva CND na conclusão da obra, se for o caso;

h) em confeccionar e instalar as placas indicativas, sinalizadores, as barreiras, os sinais vermelhos, os sinais de perigo, os sinais de desvio dentre outros, sendo que estes materiais deverão ser quantitativamente suficientes para garantir a segurança das pessoas e da execução do objeto contratual;

i) atender todas as orientações e cumprir as recomendações e notificações da Comissão responsável pela fiscalização, acompanhamento, recebimento das etapas e definitivo do objeto contratual;

j) manter o Diário de Obras sempre em dia e apresentar a cada medição para a CONTRATANTE, se for o caso;

l) responsabilizar-se por todos os encargos e honorários advocatícios de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

#### CLÁUSULA OITAVA - Das Penalidades:

Ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados), e aqueles que por ventura possam ser apresentados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA incorrerá nas seguintes penalidades:

I - o pagamento de 5% (cinco por cento) do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual, no prazo estabelecido;

II - o pagamento de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da execução do objeto contratual e/ou na entrega total deste;

III - o pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, pela rescisão sem justo motivo, por parte da CONTRATADA.

A multa deverá ser paga junto à Tesouraria da CONTRATANTE (podendo ser cobrada judicialmente após a notificação), e caso a CONTRATADA não efetive o pagamento da multa até a data dos pagamentos que tenha direito, poderá ser retido o valor da multa de seus créditos pelos fornecimentos/serviços executados ou das garantias prestadas, retenção esta que a CONTRATADA autoriza neste ato de maneira expressa e irrevogável.

#### CLÁUSULA NONA - Da Rescisão:

A rescisão contratual poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos Incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93; e

b) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no Processo Licitatório, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pela CONTRATANTE, com as consequências previstas na cláusula oitava.

Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78, acarretarão as consequências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

Constituem também motivos para rescisão do Contrato, aqueles previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da

CONTRATANTE, a rescisão por culpa da CONTRATADA importará em:

a) aplicação da pena de suspensão de direito de licitar com a CONTRATANTE, e seus Municípios associados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;  
b) declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé (a juízo da CONTRATANTE). A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - Das Condições Gerais:

Será designada, pela CONTRATANTE, uma comissão para acompanhar e fiscalizar o presente contrato, dela fazendo parte o Secretário Executivo e os profissionais do quadro permanente da Assessoria de Engenharia desta Associação.

Integra o presente contrato todas as disposições, obrigações e responsabilidades constantes do Edital da Licitação Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 006/2014, complementarmente aos dispositivos deste instrumento, independentemente de transcrição.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Do Foro:

Para dirimir questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Blumenau/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo, para que surta os devidos fins e efeitos legais.

Blumenau (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS REPRESENTANTE LEGAL  
PRESIDENTE da CONTRATANTE CONTRATADA

Obra: Divisória Articulada- AMMVI

Area: Área: 212,08m² (auditório) / 76,52m² (salas)².

Data: Agosto/2014.

#### ESTIMATIVA DE CUSTO

Nº	MATERIAL/SERVIÇO	QUANT.	UNIT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	Vão livre: 11,90m x 4,00m (altura)				
01.01	Painel Articulado	9,00	unid	R\$ 5.000,00	R\$ 45.000,00
01.02	Painel Terminal	1,00	unid	R\$ 5.650,00	R\$ 5.650,00
01.03	Módulo Porta Simples c/ abertura de 0,90m x 2,10m (incluso fechadura)	1,00	unid	R\$ 6.700,00	R\$ 6.700,00
01.04	Terminal Fixo 0,06m x 4,00m	2,00	unid	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00
TOTAL DO ITEM 01					R\$ 58.350,00
02	Vão livre: 6,45m x 4,00m (altura)				
02.01	Painel Articulado	4,00	unid	R\$ 5.000,00	R\$ 20.000,00
02.02	Painel Terminal	1,00	unid	R\$ 5.650,00	R\$ 5.650,00
02.03	Módulo Porta Simples c/ abertura de 0,90m x 2,10m (incluso fechadura)	1,00	unid	R\$ 6.700,00	R\$ 6.700,00
02.04	Terminal Fixo 0,06m x 4,00m	1,00	unid	R\$ 500,00	R\$ 500,00
TOTAL DO ITEM 02					R\$ 32.850,00
03	Estrutura				
03.01	Trilho em Alumínio c/ estrutura para fixação (altura = 0,60m)	11,90	ml	R\$ 530,00	R\$ 6.307,00
03.02	Trilho em Alumínio c/ estrutura para fixação (altura = 1,25m)	16,10	ml	R\$ 530,00	R\$ 8.533,00
03.03	Septo em gesso acartonado c/ miolo em lã de rocha para barreira acústica entre forro e viga (altura = 1,25m)	18,35	ml	R\$ 240,00	R\$ 4.404,00
03.04	Treliça metálica confeccionada com carga aproximada 56,00kg/m²	18,35	ml	R\$ 960,00	R\$ 17.616,00
TOTAL DO ITEM 03					R\$ 36.860,00
04	Serviços				
04.01	Serviços de medição, transporte, instalação e fiscalização de obras, incluindo despesas com alimentação, hospedagem e deslocamento	1,00	cj	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00
TOTAL DO ITEM 04					R\$ 7.000,00
TOTAL GERAL					R\$ 135.060,00

Obs.:

a) Para execução integral desta Etapa, será de responsabilidade da licitante qualquer complemento de material e/ou serviço não contemplado



ou insuficiente neste quantitativo estimado, sem aditivo de preço.

b) Os demais anexos do edital devem ser solicitados na Assessoria de Planejamento Urbano, Engenharia e Arquitetura da AMMVI, em sua sede localizada na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, telefone (47) 3331.5825, na cidade de Blumenau (SC), de Segunda a Sexta-Feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

## Consórcios

### AGIR

#### **Resolução Nº 040/2014 - AGIR**

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO,  
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR  
RESOLUÇÃO Nº 040/2014

Abre Crédito ESPECIAL por SUPERÁVIT DE EXERCÍCIO ANTERIOR,  
no valor de R\$ 50.000,00 NO ORÇAMENTO-PROGRAMA DA AGIR.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público, fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Especial ao Orçamento-Programa 2014 no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), mediante a utilização do Superávit do Exercício Anterior, em favor da Unidade Orçamentária, observada a seguinte classificação funcional programática, conforme segue:

04.122.2010.2012 – Manutenção das Atividades  
3339000000000000 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 22 de agosto de 2014.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

#### **Decisão Procedimento Administrativo Nº 013/2014 - AGIR**

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO,  
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR  
DECISÃO FINAL

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 013/2014.

OBJETO: Apreciação do pedido de revisão do Contrato nº 13/2010, firmado entre a empresa Say Muller Serviços Ltda. e o SAMAE de Gaspar, cujo objeto é a execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e compactáveis domiciliares, comerciais e industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do município de Gaspar, encaminhado pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE.

SOLICITANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE.

INTERESSADO: Município e SAMAE de Gaspar.

#### Relatório:

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, de Gaspar/SC, por intermédio do Ofício nº 10/2014 – Compras, solicitou deferimento desta Agência Reguladora quanto ao pedido de revisão do Contrato nº 13/2010, pela redução de quilometragem na coleta de resíduos sólidos domiciliares através da empresa SAY MULLER SERVIÇOS LTDA., para execução dos

serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e compactáveis domiciliares, comercial-industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do Município de Gaspar, nos termos da Cláusula 1.1 do referido Contrato.

Para tanto, adoto como fundamento de decisão, a íntegra dos pareceres administrativo nº 007/2014 e jurídico nº 014/2014.

Com amparo nos documentos remetidos pela Autarquia juntados ao procedimento e também levando a clareza das decisões acima mencionadas, não resta nenhuma dúvida de que o SAMAE/GASPAR, através de sua manifestação está exercendo de modo correto a sua função gerencial do contrato e está ao mesmo tempo atendendo a recomendação desta Agência quando da Decisão no Procedimento Administrativo nº 008/2014, que assim determinou:

“a) Abra-se processo administrativo de revisão motivado pelo Ofício nº 10/2014, de 05 de junho de 2014 oriundo do SAMAE de Gaspar, pois o impacto econômico financeiro que fora reconhecido anteriormente pela Agência em relação ao referido Contrato, consta que já foi saneado com a reutilização da ponte no centro da cidade de Gaspar;”

A não redução dos valores em razão da diminuição da quilometragem na rota da coleta de resíduos sólidos urbanos poderia em tese, configurar em irregularidades, atos e ações passíveis de punições administrativas aos gestores públicos, em razão, como já dito, em tese, de eventual enriquecimento ilícito de terceiros do setor privado contratados pela administração pública.

Assim, essa Agência entende que a Autarquia SAMAE/Gaspar, está através das ações reportadas agindo no seu estrito dever legal e em defesa do patrimônio público, sendo, portanto perfeitamente legal a exigência de promover a alteração contratual de ofício, no sentido de reduzir o valor tonelada da coleta dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e exigir da empresa contratada a assinatura do documento legal necessário.

Em não ocorrendo o comparecimento espontâneo da contratada, recomenda-se à Autarquia, as medidas legais cabíveis e, em última análise, deve-se também atentar ao necessário e interesse público uma vez que se trata de serviços públicos indispensáveis. Intime-se as partes interessadas desta decisão e após, ARQUIVE-SE, em não havendo nenhuma manifestação das partes no prazo legal de 15 (quinze) dias.

Essa a decisão.

Blumenau (SC), em 26 de agosto de 2014.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral.

## CIGA

### Retificação ao Extrato Contrato 354 - Programa - Santiago do Sul

Retificação ao Extrato de Contrato nº 354/2014

Contrato de Programa – Santiago do Sul

Altera o Extrato que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATANTE: Município de Santiago do Sul

CNPJ: 01.612.781/0001-38

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 75/2014

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Santiago do Sul e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Santiago do Sul no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Santiago do Sul, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 19 de agosto de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

### Retificação ao Extrato Contrato 355 - Dom - Santiago do Sul

Retificação ao Extrato de Contrato nº 355/2014

Contrato de Rateio – Santiago do Sul

Altera o nº do Contrato de Programa informado no objeto, sendo o Extrato de Contrato conforme segue:

CONTRATANTE: Município de Santiago do Sul

CNPJ: 01.612.781/0001-38

CONTRATO DE RATEIO Nº: 76/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

**OBJETO:** Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Santiago do Sul e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 75/2014.

**PREVISÃO LEGAL:** Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

**JUSTIFICATIVA:** Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

**VALOR:** R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) por mês.

**VIGÊNCIA:** O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 19 de agosto de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato Contrato 362 - PGT - São Martinho**

Extrato de Contrato nº 362/2014

Contrato de Rateio – Programa de Gestão Tributária – São Martinho

**CONTRATANTE:** Município de São Martinho

**CNPJ:** 82.836.818/0001-03

**CONTRATO MUNICIPAL Nº:** 066/2014

**CONTRATADO:** Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

**CNPJ:** 09.427.503/0001-12

**OBJETO:** Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

**PREVISÃO LEGAL:** Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

**VALOR:** R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) por mês.

**VIGÊNCIA:** O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 07 de julho de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato Contrato 363 - Programa - Ouro**

Extrato de Contrato nº 363/2014

Contrato de Programa – Ouro

**CONTRATANTE:** Município de Ouro

**CNPJ:** 82.777.228/0001-57

**CONTRATO MUNICIPAL Nº:** 097/2014

**CNPJ:** 09.427.503/0001-12

**OBJETO:** Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Ouro e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Ouro no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

**PREVISÃO LEGAL:** Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art.

13 da Lei nº 11.107/05.

**JUSTIFICATIVA:** Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Ouro, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

**VALOR:** Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

**VIGÊNCIA:** O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 01 de agosto de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato Contrato 364 - Dom - Ouro**

Extrato de Contrato nº 364/2014

Contrato de Rateio – Ouro

**CONTRATANTE:** Município de Ouro

**CNPJ:** 82.777.228/0001-57

**CONTRATO DE RATEIO Nº:** 097/2014

**CONTRATADO:** Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

**CNPJ:** 09.427.503/0001-12

**OBJETO:** Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Ouro e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 097/2014.

**PREVISÃO LEGAL:** Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

**JUSTIFICATIVA:** Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

**VALOR:** R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) por mês.

**VIGÊNCIA:** O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 19 de agosto de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

**Aviso de Licitação Nº 14/2014 - Pregão Presencial Nº 06/2014**

Aviso de Licitação nº 14/2014  
Pregão Presencial nº 06/2014

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) torna público que fará realizar no dia 30 de setembro de 2014, às 14 horas, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO, ZERO QUILOMETRO, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, a ser regida pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais normas legais federais.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Início do recebimento das propostas: 13h00min do dia 18/09/2014.

Final do recebimento das propostas: 13h50min do dia 30/09/2014.

Limite para impugnação ao edital: 18h00min do dia 26/09/2014.

Abertura da sessão pública do pregão presencial: 14h00min do dia 30/09/2014.

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

E-mail: [ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br)  
Site: [www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)  
Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88.070-101

Florianópolis, 04 de setembro de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito de Herval d'Oeste  
Presidente do CIGA

**Aviso de Licitação Nº 15/2014 - Pregão Eletrônico Nº 07/2014**

Aviso de Licitação nº 15/2014  
Pregão Eletrônico nº 07/2014

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), torna público que fará realizar no dia 01 de outubro de 2014, às 14 horas, licitação na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço, com a finalidade de selecionar propostas para aquisição de equipamentos e materiais de informática, eletroeletrônicos e utensílios móveis em geral, conforme especificações constantes no Edital, disponível no endereço [www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br).

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Início do recebimento das propostas: 8h00min do dia 19/09/2014.

Final do recebimento das propostas: 13h50min do dia 01/10/2014.

Limite para impugnação ao edital: 14h00min do dia 29/09/2014.

Abertura da sessão pública do pregão eletrônico: 14h00min do dia 01/10/2014.

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

E-mail: [ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br)

Site: [www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88.070-101

Florianópolis, 05 de setembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito de Herval d'Oeste

Presidente do CIGA

**Retificação ao Extrato Contrato 236 - Pgo - Bombinhas**

Retificação ao Extrato de Contrato nº 236/2014

Contrato de Rateio – Programa de Gestão de Obras – Bombinhas  
Altera o nº do Contrato e a data, sendo que o Extrato passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATANTE: Município de Bombinhas

CNPJ: 95.815.379/0001-02

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 03/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Bombinhas e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) relativo à contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Obras mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB), e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 285,00 (duzentos e oitenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 13 de agosto de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA



## CIMCATARINA

### Extrato do Contrato Ct2014\_cimcatarina\_010

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATOS DO CONTRATO Nº-0010/2014-CIMCATARINA  
CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE  
- CIMCATARINA. CONTRATADA REVOLUCION SERVIÇOS DE IN-  
FORMÁTICA LTDA-ME OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE  
DE CONTROLE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO  
DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO  
DE REFERÊNCIA DO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE ORIGINOU ESTE  
CONTRATO. VALOR ESTIMADO R\$ 50.605,75 (CINQUENTA MIL  
SEISCENTOS E CINCO REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS).  
DATA: 25/08/2014. VIGÊNCIA: 01/09/2014 A 31/08/2015. VINCU-  
LADO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 021/2014  
- CIMCATARINA, MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº  
0005/2014.

FRAIBURGO (SC), 04/09/2014.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

### Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0016/ 2014 - Materiais Ambulatoriais

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0016/2014  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contrata-  
ção, com fornecimento parcelado de Materiais Ambulatoriais e  
Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Inter-  
municipal Catarinense - CIMCATARINA: Arroio Trinta, Brunópolis,  
Caçador, Calmon, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Irani,  
Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto,  
Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira, Hos-  
pital Municipal Frei Rogério de Tangará e Hospital e Maternidade  
Municipal Santo Antônio de Lebon Régis, durante o período de 01  
de setembro à 30 de novembro de 2014.

FORNECEDORES:

METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2160;  
METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2161;  
METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2162;  
METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2163;  
METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2164;  
METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2165;  
METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2166;  
METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2167;  
METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2168;  
METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2169;  
METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2170;  
METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2171;  
METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2172;  
METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2173;

METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2174;  
METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2175;  
METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2176;  
METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2177;  
METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2178;  
METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2179;  
METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2180;  
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATA-  
RINA2181;  
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATA-  
RINA2182;  
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATA-  
RINA2183;  
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATA-  
RINA2184;  
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATA-  
RINA2185;  
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATA-  
RINA2186;  
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATA-  
RINA2187;  
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATA-  
RINA2188;  
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATA-  
RINA2189;  
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATA-  
RINA2190;  
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATA-  
RINA2191;  
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATA-  
RINA2192;  
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATA-  
RINA2193;  
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATA-  
RINA2194;  
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATA-  
RINA2195;  
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATA-  
RINA2196;  
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATA-  
RINA2197;  
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATA-  
RINA2198;  
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATA-  
RINA2199;  
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATA-  
RINA2200;  
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATA-  
RINA2201;  
FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT14CI-  
MCATARINA2202;  
FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT14CI-  
MCATARINA2203;  
FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT14CI-  
MCATARINA2204;  
FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT14CI-  
MCATARINA2205;  
FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT14CI-  
MCATARINA2206;  
FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT14CI-  
MCATARINA2207;  
FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº



AT14CIMCATARINA2208;  
FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2209;  
FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2210;  
FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2211;  
FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2212;  
FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2213;  
FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2214;  
FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2215;  
FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2216;  
FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2217;  
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2218;  
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2219;  
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2220;  
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2221;  
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2222;  
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2223;  
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2224;  
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2225;  
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2226;  
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2227;  
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2228;  
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2229;  
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2230;  
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2231;  
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2232;  
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2233;  
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2234;  
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2235;  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA2236;  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA2237;  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA2238;  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA2239;  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA2240;  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA2241;  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA2242;

[illegible]

[illegible][illegible]

HOSPMED COMÉRCIO EIRELI EPP - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2357;  
HOSPMED COMÉRCIO EIRELI EPP - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2358;  
HOSPMED COMÉRCIO EIRELI EPP - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2359;  
HOSPMED COMÉRCIO EIRELI EPP - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2360;  
HOSPMED COMÉRCIO EIRELI EPP - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2361;  
HOSPMED COMÉRCIO EIRELI EPP - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2362;  
HOSPMED COMÉRCIO EIRELI EPP - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2363;  
HOSPMED COMÉRCIO EIRELI EPP - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2364;  
HOSPMED COMÉRCIO EIRELI EPP - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2365;  
DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2366;  
DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2367;  
DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2368;  
DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2369;  
DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2370;  
DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2371;  
DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2372;  
DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2373;  
DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2374;  
DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2375;  
DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2376;  
DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2377;  
DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2378;  
DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2379;  
DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2380;  
DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2381;  
DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2382;  
DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2383;  
DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2384;  
DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARI-NA2385.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 01.09.2014 à 30.11.2014. PAL nº: 0022/2014. Pregão Eletrônico nº: 0016. Registro de Preços nº: 0018.

Fraiburgo (SC), 04 de setembro de 2014.  
Elói Rönnau  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

**Extrato da Ata de Registro de Preços Pe 0006/2014**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0006/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, leites e suplementos alimentares, para uso dos órgãos participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Fraiburgo, durante o período de 01/09/2014 à 31/10/2014.

**FORNECEDOR:**

MEDIGRAM DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA2386.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 01.09.2014 à 31.10.2014. PAL nº: 0009/2014. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0007.

Fraiburgo (SC), 04 de setembro de 2014.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

**CIS NORDESTE****Resolução Nº 12/2014**

RESOLUÇÃO Nº 012 /2014, DE 19 DE AGOSTO DE 2014.

Autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar

Eu, Mário Fernando Reinke, dentro das prerrogativas a mim conferidas, na condição de Presidente do Conselho de Administração do CIS-NORDESTE/SC - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina, conforme deliberado na 3ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo, realizada em 19/08/2014, no uso de suas atribuições e na forma do Contrato de Consórcio Público,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais) no orçamento vigente do CISNORDESTE/SC, nas seguintes classificações funcionais programáticas:

Funcionais Programáticas	Nome do Projeto/Atividade	Fonte de Recursos	Modalidade de Aplicação	Valor R\$
01.01.04.122.0001.2.0000001	Manutenção das Atividades do Consórcio	102	3.3.1.9.0.	16.000,00
Total				R\$ 16.000,00

Art. 2º - Para fazer face às despesas mencionadas no art. 1º serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária, conforme inciso 2º § 1º do artigo 43 da Lei Federal da Lei 4.320/64:

Funcionais Programáticas	Nome do Projeto/Atividade	Fonte de Recursos	Modalidade de Aplicação	Valor R\$
01.01.04.122.0001.2.0000001	Manutenção das Atividades do Consórcio	102	3.4.4.9.0	16.000,00
Total				R\$ 16.000,00

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Joinville (SC), 19 de agosto de 2014.

Mário Fernando Reinke

Prefeito Municipal de Massaranduba

Presidente do CISNORDESTE/SC

**Resolução Nº 14/2014**

RESOLUÇÃO Nº 14/2014, DE 19 DE AGOSTO DE 2014.

Autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar

Eu, Mário Fernando Reinke, dentro das prerrogativas a mim conferidas, na condição de Presidente do Conselho Deliberativo-fiscal do CISNORDESTE/SC - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina, conforme deliberado na 3ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo, realizada em 19/08/2014, no uso de suas atribuições e na forma do Contrato de Consórcio Público,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$81.558,33 (oitenta e um mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos) no orçamento vigente do CISNORDESTE/SC, nas seguintes classificações funcionais programáticas:

Funcionais Programáticas	Nome do Projeto/Atividade	Fonte de Recurso	Modalidade Aplicação	Valor R\$
01.01.10.302.0002.2.0000007	Manutenção do Município de Garuva	102	3.3.3.9.0.	25.136,49
01.01.10.302.0002.2.0000009	Manutenção do Município de Itapoá	102	3.3.3.9.0.	3.745,09
01.01.10.302.0002.2.000010	Manutenção do Munic. de Jaraguá do Sul	102	3.3.3.9.0.	29.867,15
01.01.10.302.0002.2.000018	Manutenção do Município de Schroeder	102	3.3.3.9.0.	15.395,20
01.01.04.122.0001.2.0000001	Manutenção das Atividades do Consórcio	102	3.3.1.9.0.	7.414,40
Total				R\$ 81.558,33



Art. 2º - Para fazer face às despesas mencionadas no art. 1º serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, conforme inciso 2º, §1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Joinville/SC, 19 de agosto de 2014.  
Mário Fernando Reinke  
Prefeito Municipal de Massaranduba  
Presidente do CISNORDESTE/SC

## CIS/AMMVI

### Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 005/2014

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO nº 005/2014

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 03.269.695/0001-08, torna público que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por lote, para aquisição de fitas/tiras reagentes para teste de determinação de glicemia, lanceta descartável para punção digital e seringas, com entregas parceladas em 14 Municípios, durante o prazo de doze meses, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, na sede do CISAMVI, por meio da internet, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante na página eletrônica <https://www.cidadecompras.com.br>, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, com ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS até as 08:00h do dia 17/09/2014 (quarta-feira), ABERTURA DAS PROPOSTAS/INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA às 08:30h e INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES às 09:00h do mesmo dia, podendo estender-se para os dias seguintes, atendendo-se necessidade técnica-operacional.

O Edital encontra-se disponível no sítio [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br). Informações complementares serão prestadas na Secretaria Executiva do CISAMVI, localizado em sua sede na Rua Alberto Stein, 466, 3º andar, fone (47) 3331-5818, bairro da Velha, na cidade de Blumenau/SC, das 09:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis de segunda a sexta-feira.

Blumenau (SC), 04/09/2014.  
Hartwig Persuhn  
Presidente do CISAMVI

## CIS/AMOSC

### Extrato do Edital de Chamamento Nº 05/2014

EXTRATO DO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 05/2014

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, com sede Av. Getúlio Vargas, 571-S, no município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consoante com as disposições da Lei nº 8.666/93, TORNA PÚBLICO que estará realizando inscrições para credenciamento de prestadores de serviços especializados na área da saúde:

ESPECIALIDADE	PROCEDIMENTOS
Oftalmologia	Capsulotomia a yag laser (iridectomia) Facoemulsificação com implante de lente

Maiores informações bem como cópia deste Edital estão à disposição dos interessados no CIS-AMOSC, na Av. Getúlio Vargas, nº 571-S, Centro, Chapecó - SC, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min horas, ou pelo telefone (49) 3319-3212 ou no endereço eletrônico: [www.amosc.org.br](http://www.amosc.org.br)

Chapecó-SC, 04 de setembro de 2014.  
PEDRO BORSOI  
Prefeito de Guatambu Presidente CIS-AMOSC

## CIS/AMURC

### Extrato Homologação E Adjudicação do Objeto\_pp 02/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO 04/2014-PREGÃO PRESENCIAL 02/2014

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado - CISAMURC torna público que no Processo Licitatório nº 05/2013, modalidade Pregão Presencial nº 01/2013, cujo objeto é aquisição de SISTEMA DE DIAGNÓSTICO, LAUDO, IMPRESSÃO, ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE IMAGENS RADIOGRÁFICAS para o Centro de Diagnósticos por Imagem – Dr. Oswaldo De Oliveira, conforme descrito no ANEXO I, restou vencedora A Empresa UNIVEN HEALTHCARE LTDA. com o valor de R\$ R\$ 119.000,00 (cento e dezenove mil reais), sendo homologado e adjudicado o objeto em favor da mesma.

Canoinhas, SC, 03 de setembro de 2014.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
PRESIDENTE



**CIS/AMURES****Portaria Nº 09/2014**

PORTARIA Nº 09/2014

Exonera ocupante do cargo de provimento comissionado – COORDENADOR TÉCNICO/ADMINISTRATIVO do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, Sr. Edelfanio Nunes Topanoti, no uso de suas atribuições legais, constantes da Cláusula Vigésima Sexta, do Contrato de Consórcio Público, seu anexo I e, demais disposições legais aplicáveis à espécie,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a Sra. DANIELLE NASCIMENTO PESSOA LEHMANN, do cargo de provimento comissionado – COORDENADOR TÉCNICO/ADMINISTRATIVO, nomeada através da Portaria nº 02/2014, de 01 de Abril de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 03 de Setembro de 2014.

EDELVANIO NUNES TOPANOTI

Presidente do CIS/AMURES